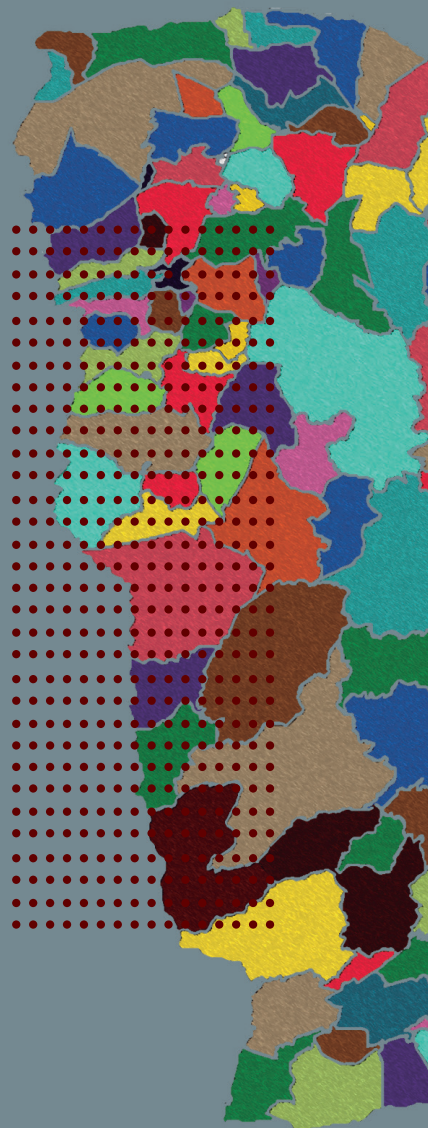


SERIDIÃO CORREIA
MONTENEGRO

PERFIL
HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E
ANTROPOLÓGICO
DOS MUNICÍPIOS
DO CEARÁ

TOMO
I



A/I



ALECE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

PERFIL
HISTÓRICO, GEOGRÁFICO
E ANTROPOLÓGICO
DOS MUNICÍPIOS
DO CEARÁ

**EDIÇÕES
INESP**

Copyright © 2023 by
Seridião Correia Montenegro

Revisão:
Seridião Correia Montenegro

Projeto gráfico e capa:
Geraldo Jesuino

Catalogado por Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

M772p Montenegro, Seridião Correia.
Perfil histórico, geográfico e antropológico dos municípios
do Ceará [livro eletrônico] / Seridião Correia Montenegro. –
Fortaleza: INESP, 2023.
549 p. : il. ; 2300 Kb ; PDF

Tomo I , A/ I.
ISBN 978-65-84902-16-9

1. Ceará – História. 2. Geografia – Ceará. I. Ceará. Assem-
bleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o De-
senvolvimento do Estado. II. Título.

CDD 981.31



SERIDIÃO CORREIA
MONTENEGRO



PERFIL
HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E
ANTROPOLÓGICO
DOS MUNICÍPIOS
DO CEARÁ

TOMO
I

A/I

Apresentação

Dispor-se a escrever sobre todos os municípios cearenses exige, primeiramente, organização e um extenso levantamento de dados e, em seguida, transpiração intelectual para redigir. É, além de tudo, desafiador reunir, dentre outras informações, a história, a geografia, a formação administrativa, as atividades econômicas e culturais e as personalidades de 164 unidades administrativas que se reconstroem nesta obra.

Os tomos I e II do *Perfil Histórico, Geográfico e Antropológico dos Municípios do Ceará*, com certeza, configuram novas e importantes fontes de pesquisa para os legisladores entenderem o grau de relevância desses lugares e de suas necessidades específicas para os nossos estado e país.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece), por meio do seu Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), orgulhosamente, publica esta obra que contribui com a qualidade do trabalho legislativo, fazendo parte da nossa luta por um estado verdadeiramente sensível aos problemas sociais.

Dep. Estadual Evandro Leitão

Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará

Inesp

O Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), criado em 1988, é um órgão técnico e científico de pesquisa, educação e memória. Ao idealizar e gerenciar projetos atuais que se alinhem às demandas legislativas e culturais do Estado, objetiva ser referência no cenário nacional.

Durante seus mais de 30 anos de atuação, o Inesp prestou efetiva contribuição ao desenvolvimento do Estado, assessorando, por meio de ações inovadoras, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece). Dentre seus mais recentes projetos, destacam-se o “Edições Inesp” e o “Edições Inesp Digital”, que têm como objetivos: editar livros; coletâneas de legislação; e, periódicos especializados. O “Edições Inesp Digital” obedece a um formato que facilita e amplia o acesso às publicações de forma sustentável e inclusiva. Além da produção, revisão e editoração de textos, ambos os projetos contam com um núcleo de Design Gráfico.

O “Edições Inesp Digital” já se consolidou. A crescente demanda por suas publicações alcança uma marca de 3 milhões de downloads. As estatísticas demonstram um crescente interesse nas publicações, com destaque para as de Literatura, Ensino, Legislação e História, estando a Constituição Estadual e o Regimento Interno entre os primeiros colocados.

O *Perfil Histórico, Geográfico e Antropológico dos Municípios do Ceará – Tomo I e II* é mais uma obra do diversificado catálogo de publicações do “Edições Inesp Digital” e que, direta ou indiretamente, colaboram para apresentar respostas às questões que afetam a vida do cidadão.

Prof. Dr. João Milton Cunha de Miranda

Diretor Executivo do Inesp

Prefácio

EM MEADOS DE 2014, durante solenidade realizada na sede da Academia Cearense de Letras, recebi do saudoso amigo Francisco Lima Freitas convite para ingressar na Academia de Letras dos Municípios do Estado do Ceará – ALMECE, na qual minha querida mãe, Maria Hilma Correia Montenegro, tinha representado o município de Várzea Alegre. No dia seguinte, Lima Freitas me encaminhou a relação dos 104 municípios cearenses que não tinham representantes na ALMECE, para que eu escolhesse, dentre esses, o que desejasse. Para surpresa minha, o município do Crato-CE, de uma riqueza cultural imensurável, não tinha representante, o que muito me agradou por ser o ramo materno da família da minha mãe originário dessa bela cidade caririense. A condição para submeter meu nome à aprovação do colegiado acadêmico era escrever uma monografia sobre o município, com no mínimo dez páginas. Embora a bibliografia do município do Crato fosse rica e variada, causou-me espécie a escassez de fontes reunindo, num mesmo espaço, dados estatísticos e informações históricas, geográficas e antropológicas de todos os municípios cearenses. A obra que continha estudos e informações sobre temas e entidades de interesse do estado, escritos por importantes intelectuais da época, e dados e informações sobre os municípios cearenses, era *O Ceará* (primeira edição de 1939 e reedições, sem atualizações, de 1945, 1966 e 2011), de autoria de Raimundo Girão e Antônio Martins Filho, contendo os 79 municípios existentes quando da 1ª edição do livro, e cujos dados haviam se tornado desatualizados. Apresentei a monografia e tomei posse na ALMECE em 29 de novembro de 2014. Pouco tempo depois, escrevi o livro “*Crato – Princesa do Cariri, Capital da Cultura, Oásis do Sertão*”, que publiquei em 2015.

Ficou no meu subconsciente a ideia de enfrentar o desafio ciclópico de escrever uma obra que coligisse dados e informações de todos os atuais 184 municípios do Ceará.

Em março de 2020, com a intensificação da crise sanitária mundial, em razão da pandemia de Covid 19, e sua chegada ao Ceará, fui forçado a me submeter a rigoroso isolamento, diante da crescente onda de contaminações e mortes provocadas por essa dolorosa enfermidade. Por pertencer a grupo de risco, “com comorbidade”, tomei a difícil e inevitável decisão de me manter afastado de todos – mulher, filhos, amigos, companheiros de Rotary e das academias de letras a que pertenço – não me restando outra alternativa senão a de preencher o meu tempo, “ocupando a cabeça” com algo que fosse útil. Meu antigo projeto de escrever sobre os 184 municípios cearenses voltou à tona: era um trabalho de pesquisa desafiador e prometia se estender por bastante tempo, até que, segundo a minha previsão de leigo, depois de alguns meses, a pandemia fosse debelada.

Iniciei o trabalho no dia 17 de março de 2020, uma terça-feira, às 07:30 horas, logo depois de tomar o café da manhã.

O presente trabalho foi o resultado de pouco mais de dois anos de intensa pesquisa, verdadeiro desafio, na descoberta de fontes oficiais e privadas (IBGE, sites de municípios, de entidades culturais, de academias de letras, etc.) e livros e revistas que trouxessem informações sobre cada um dos municípios cearenses, de Abaiara a Viçosa do Ceará.

Pela estrutura do projeto, o livro deveria contemplar município por município, contendo em cada um deles: o hino do município; a localização na microrregião e na mesorregião do estado; o IDH e o IDM; a toponímia e o gentílico; os municípios limítrofes; as características geográficas, climáticas e hidrográficas; a síntese histórica e a formação administrativa; as principais atividades econômicas; as manifestações culturais; as personalidades ilustres do município, finalizando com a citação das fontes consultadas.

Durante a execução do trabalho, muitas foram as dificuldades, inconsistências, contradições, divergências e erros encontrados, inclusive em fontes oficiais, que procuramos esclarecer e sanar.

Nesse trabalho, decidi não comentar, nem mencionar a questão do litígio territorial do Ceará com o Piauí, envolvendo aproximadamente 3.000 km², na região da Serra da Ibiapaba, em que o estado do Piauí pleiteia 66% do município de Poranga, 32% de Croatá, 21% de Guaraciaba do Norte, 18% de Carnaubal, 8% de Crateús e 7% de Ipaporanga. A ação propos-

ta pelo estado do Piauí encontra-se aguardando julgamento no Supremo Tribunal Federal, tendo como relatora a Ministra Cármen Lúcia, mas sem prazo para decisão. Assim, na presente obra, os municípios citados foram considerados, quanto a essa questão, na extensão e formação definidos no Decreto Geral nº 3.012, de 22 de outubro de 1880, quando se deu a troca através da qual o Piauí entrou na posse da freguesia de Amarração (atual Luís Correia) e o Ceará incorporou a região que abrangia as vilas piauienses de Príncipe Imperial (atual Crateús) e de Independência, ficando como linha divisória entre os dois estados a Serra da Ibiapaba.

Meu agradecimento à amiga, escritora e historiadora, Grecianny Carvalho Cordeiro, por sua participação nesta obra, com belo trabalho sobre a história de Fortaleza.

No curso dessa desafiadora viagem imaginária (virtual) de pesquisa, através dos mais distantes rincões do meu estado, escalei montanhas, mergulhei em rios caudalosos, orei em igrejas, santuários e catedrais, visitei prédios e monumentos históricos, acompanhei procissões, percorri feiras, assisti apresentações de grupos folclóricos, comemorei datas festivas, ouvi músicas sertanejas e o som característico das bandas cabaçais, sofri a inclemência das secas e o rigor dos invernos e conheci, ao longo de sua história secular, personagens que contribuíram para a formação, consolidação e engrandecimento de cada um dos municípios do estado do Ceará.

Espero, com o presente trabalho, dar uma modesta contribuição para o conhecimento e divulgação dos fatos históricos, da realidade geográfica, da luta titânica pela sobrevivência dessas valorosas populações e das potencialidades e atrativos dos municípios cearenses.

Fortaleza, 19 de agosto de 2022

Seridião Correia Montenegro

Associado efetivo do Instituto do Ceará

Sumário

A

Abaíara / 11
Acarape / 17
Acará / 22
Acopiara / 29
Aiuaba / 35
Alcântaras / 40
Altaneira / 45
Alto Santo / 49
Amontada / 54
Antonina do Norte / 59
Apuiarés / 63
Aquiraz / 67
Aracati / 76
Aracoiaba / 85
Ararendá / 91
Araripe / 95
Aratuba / 100
Arneiroz / 104
Assaré / 110
Aurora / 116

B

Baixio / 124
Banabuiú / 129
Barbalha / 134
Barreira / 141
Barro / 145
Barroquinha / 150
Baturité / 154
Beberibe / 162
Bela Cruz / 168
Boa Viagem / 173
Brejo Santo / 179

C

Camocim / 186
Campos Sales / 193
Canindé / 199
Capistrano / 207
Caridade / 212
Cariré / 217
Caririaçu / 222
Cariús / 228
Carnaubal / 233
Cascavel / 237
Catarina / 244
Catunda / 249
Caucaia / 253
Cedro / 260
Chaval / 266
Choró / 271
Chorozinho / 276
Coreaú / 281
Crateús / 287
Crato / 294
Croatá / 307
Cruz / 312

D

Deputado
Irapuan Pinheiro / 318

E

Ereré / 325
Eusébio / 330

F

Farias Brito / 336
Forquilha / 343
Fortaleza / 347
Fortim / 373
Frecheirinha / 378

G

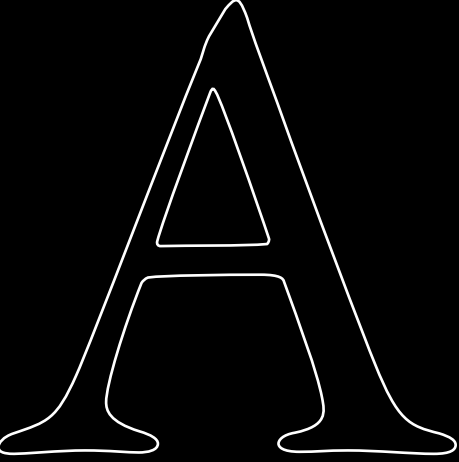
General Sampaio / 383
Graça / 387
Granja / 391
Granjeiro / 398
Groáiras / 402
Guaiúba / 407
Guaraciaba do Norte / 412
Guaramiranga / 418

H

Hidrolândia / 424
Horizonte / 429

I

Ibaretama / 435
Ibiapina / 440
Ibicuitinga / 445
Icapuí / 449
Icó / 455
Iguatu / 463
Independência / 471
Iraporanga / 477
Ipaumirim / 482
Ipu / 487
Ipeiras / 494
Iracema / 501
Irauçuba / 505
Itaíçaba / 510
Itaitinga / 515
Itapajé / 520
Itapipoca / 527
Itapiúna / 534
Itarema / 539
Itatira / 545



Abaiara
Acarape
Acaraú
Acopiara
Aiuaba
Alcântaras
Altaneira
Alto Santo
Amontada
Antonina do Norte
Apuiarés
Aquiraz
Aracati
Aracoiaba
Ararendá
Araripe
Aratuba
Arneiroz
Assaré
Aurora

Abaiara

Hino de Abaiara

(Letra do Pe. José Leite Sampaio
e melodia de Raimundo Gilvan Duarte)

No abraço das serras nasceste,
A natureza te ensina a viver:
Sempre fértil, feliz, dadivosa,
Ensinando teu filho a crescer.
Tradição é raiz bem profunda,
Que jamais força alguma erradica,
Com a fé nas verdades supremas,
Serás sempre mais nobre e mais rica.

*Salve povo, glorioso, imortal,
Sertanejo, herói, varonil,
Construtor, eficaz, denodado,
De Abaiara e do nosso Brasil.*

Abaiara, ó grande senhora,
Como a língua tupi já dizia,
Tens a benção da grande senhora,
Mãe de Deus Coração de Maria.
Tua igreja tão simples tão bela,
Do teu povo a fé viva traduz,
Tua história de paz e de luta,
À vitória teus filhos conduz.

Salve povo, glorioso, imortal ...
Como é grande este povo tão pobre,
Quanta graça no humilde roceiro.
Que alegria na paz do trabalho,
No aboio do nosso vaqueiro.
Nesta terra o poeta enriquece,

Vê motivos pra se inspirar:
O penacho da cana viçosa,
O coqueiro o gentil farfalhar.

Salve povo, glorioso, imortal ...

A escola é a grande esperança,
De marcar tua libertação,
Valoriza esta fonte de luz,
Para o brilho da nossa nação.

Abaiara, ó terra bendita,
Oásis fértil do nosso sertão,
Bem unidos queremos servir-te,
De mãos dadas num só coração.

Salve povo, glorioso, imortal ...

Abaiara é um município brasileiro localizado na microrregião de Brejo Santo e mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Abaiara (2010) foi de 0,628, de nível médio, situando-se no 52º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 9,73 ocupando o 183º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originária do tupi, que significa “*homem-rei*”.

Gentílico:

abaiarense.

Municípios limítrofes

Norte: Milagres.

Leste: Milagres

Sul: Brejo Santo

Oeste: Missão Velha

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Abaiara, com **área** de 178,8 km², tem **população estimada** para 2021 (IBGE) em 11.965 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente semiárido, **pluviometria** média

(2021) de 1.048 mm, incidência de chuvas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 400 m e a **distância da Capital** de 502,4 km, tendo como principais vias de acesso as rodovias BR-116 / BR-122 / BR-226 / BR-230 / CE-138 / CE-293 / CE-368 / CE-371 / CE-393. Quanto à **hidrografia** e **recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Rio Salgado, tendo como principais drenagens superficiais o Riacho Rompe Gibão e os Riachos Sabonete, São Pedro e Jitirama, não existindo açudes de grande porte na região. O município de Abaiara está incluído no Cinturão das Águas, concebido para viabilizar maior capilaridade das vasões transpostas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco, proporcionando aumento da disponibilidade hídrica para os múltiplos usos da população do município, da Região do Cariri e do Estado do Ceará. Quanto ao **relevo**, destaca-se a chapada do Araripe, e as principais elevações são a Serra de São Felipe, a Serra do Araripe e a Serra da Mãozinha, a 6.^a mais alta do Ceará, com 1.243 metros, onde têm sido encontrados fósseis, principalmente peixes da era cretácea. A **vegetação** se constitui de floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea), em grande parte de seu território, mas, no sudoeste do município, nas áreas de maior altitude, a vegetação é de floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca). O município de Abaiara integra a Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe.

Síntese histórica

No período anterior à colonização, habitavam a parte inferior da encosta da Chapada do Araripe os índios das etnias Kariri e Gauariú. Com a chegada das primeiras expedições exploratórias nessa região, circularam em Portugal notícias da existência de ouro em abundância nas ribanceiras do Rio Salgado, o que estimulou muitas famílias portuguesas a demandarem o sertão do Cariri em busca do precioso minério, iniciando-se a colonização desse território, com o conseqüente surgimento de lugarejos, vilas e povoados. No início do século XIX, era grande a movimentação de vendedores viajantes, que percorriam com seus comboios as localidades entre Salgueiro e Missão Velha e Mauriti e Barbalha, a fim de venderem nas feiras suas mercadorias. Nessas viagens, passavam por São Pedro de Milagres, que servia de base de apoio em suas frequentes idas e vindas. Surgiram então os primeiros estabelecimentos comerciais (bodegas, cafés, armazéns, hospedarias,

etc.), para o atendimento das necessidades dos viajantes, nas proximidades do Riacho de São Pedro, onde foi construída a Capelinha de São Pedro, na década de 1850. Um primeiro núcleo urbano começou a se formar na parte baixa desse lugarejo, no entorno da capela de São Pedro, que tinha sido construída por Joaquim Leite da Cunha e pelo padre José Antônio de Araújo. Esse povoado era então conhecido como São Pedro de Milagres. No ano de 1869, por iniciativa do Pe. José Antônio Maria Ibiapina, foi edificada a capela do Sagrado Coração de Maria, na parte alta da cidade, atraindo para as suas imediações novo aglomerado urbano.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de São Pedro, por ato provincial de 27-03-1837, subordinado ao município de Milagres, em homenagem a Dom Pedro II, então imperador do Brasil (ainda no período regencial). Não consta no site do IBGE a data da primeira emancipação do distrito de São Pedro, mas, em divisão administrativa referente ao ano de 1911, São Pedro figura como município cearense, tendo apenas o distrito sede, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo Decreto Estadual n.º 448, de 20-12-1938, o município de São Pedro foi rebaixado a distrito, anexado ao município de Milagres, mudando a denominação de distrito de São Pedro para distrito de Pedro Segundo. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Pedro Segundo figura no município de Milagres. Pelo decreto-lei estadual n.º 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Pedro Segundo passou a denominar-se Abaiara, termo tupi que tem os significados de “*varão ilustre*”, “*pessoa importante*” e “*o senhor dos homens*”, também em homenagem a dom Pedro II (*abá* = homem e *îara* = senhor). Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Abaiara figura no município de Milagres, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município com a denominação de Abaiara pela lei estadual n.º 3.921, de 25-11-1957, desmembrado de Milagres, instalado em 25-03-1959, tendo como sede o antigo distrito de Abaiara, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Pela lei municipal n.º 117, de 31-05-1989, é criado o distrito de

São José e anexado ao município de Abaiara. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 2 distritos: Abaiara (sede) e São José, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2017. Pela lei municipal nº 450, de 26-04-2019, foram criados os distritos de Oitis, Olho D'Água de Pedras e Triângulo e anexados ao município de Abaiara. Os atuais distritos do município são: Abaiara (sede), Oitis, Olho D'Água, Triângulo e São José.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com a cultura de subsistência de feijão, milho, mandioca e arroz e a monocultura de algodão, banana, abacate, abacaxi, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a extração de madeiras diversas para lenha, fabricação de carvão e construção de cercas; as atividades utilizando como matérias primas o babaçu, a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a fabricação de cachaça e rapadura; as indústrias de produtos minerais não metálicos e de alimentos. Embora projetada a passagem da linha da Ferrovia Transnordestina pelo distrito de São José, do município de Abaiara, não há previsão de construção de estação ferroviária, para embarque e desembarque de passageiros, de mercadorias e produtos agrícolas, naquele distrito.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Reisado (6 de janeiro), que reúne dança, música e representação, com enfoque religioso, épico, dramático e de comédia; as apresentações da Banda Cabaçal da Vila de São José; os Grupos de Penitentes, entoando cânticos e benditos; as entronizações, renovações e coroações do Coração de Jesus e do Coração de Maria, inclusive na benção de novas residências; o coco: dança de letras simples, com influência negra e indígena, estrutura de dança de roda, em ritmo de cantoria, em que o solo é entoado por um “tirador” e o refrão é respondido pelos dançadores, que executam sapateado, ao som de instrumentos rústicos, como tambor, triângulo, ganzá, afoxé, maracá, tarol, zabumba e atabaque. No calendário festivo do município, destacam-se ainda: a festa de São José, padroeiro do distrito de São José (19 de março); a festa

da Santa Cruz (3 de maio); a festa de São João e São Pedro (junho); a festa da padroeira - Imaculado Coração de Maria (28 de setembro), na sede do município; e a festa do Dia do Município, em comemoração à emancipação política de Abaiara (25 de novembro).

Principais personalidades

José Filomeno Filho foi o primeiro prefeito eleito do município de Abaiara, nas eleições de 3 de outubro de 1958, com mandato de 01-01-1959 a 31-12-1962.

Joaquim Leite da Cunha, coproprietário de fazenda, quando da formação do núcleo urbano de Abaiara, no início do século XIX.

José Júlio Sampaio, coproprietário de fazenda, quando da formação do núcleo urbano de Abaiara, no início do século XIX.

Padre José Leite Sampaio - Padre Duza, pároco de Abaiara, escritor e genealogista, nascido em 23-09-1918 e falecido em 08-06-2017.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Abaiara 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Abaiara – outubro/98.

Tribunal Regional Eleitoral do Ceará – Eleições 1958.

Acarape

Hino de Acarape

(Letra e melodia de
Luiz Gonzaga Moura)

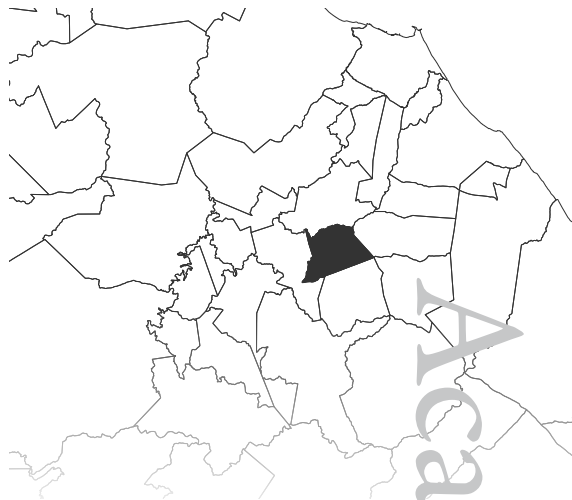
Hoje somos livres
Uma conquista com labor
Quanta luta quanta raça.
Conseguimos o esplendor
Nossas terras são tão ricas
Nos dão frutos com amor. (bis)

Nossos campos de minérios
São tão ricos em a cal
Tão imenso, tão viçoso.
O nosso canavial
Acarape simboliza
A nossa terra natal. (bis)

Esse branco qual a bruma
Que nos enche de alegria
Verde cana tão sublime
Que o açúcar se extrai
Linda garça que voava
E brilhava à luz do dia. (bis)

As correntes do passado
Uma forte aliança
Do longínquo horizonte
Brotou uma esperança
Nos safamos, nos libertamos
Desta poderosa trança. (bis)

Quão garbosos e orgulhosos
Nossos filhos ficarão



Ao saberem que são livres
Bem mais fortes o serão
Tu és bela. Oh! Minha terra
Acarape meu torrão. (bis)

Acarape é um município brasileiro localizado na microrregião de Baturité e mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Acarape (2010) foi de 0,606, situando-se no nível médio, em 109º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 24,07 ficando em 81º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Acarape é de origem indígena, composto de *Acará* (peixe) e *Pe* (caminho) significando “caminho dos peixes” ou, de acordo com José Alencar: *Acará* (Garças) e *Pe* (caminho ou Canal), com o significado de “Caminho das Garças”.

Gentílico:

acarapense.

Municípios limítrofes

Norte: Guaiúba.

Leste: Pacajus, Chorozinho e Barreira.

Sul: Redenção e Barreira.

Oeste: Redenção.

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Acarape, com **área** de 155,7 km², tem **população estimada** para 2021 em 15.140 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.248 milímetros, e incidência de chuva nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 95m e a distância para a Capital de 61,5 km, com acesso principal pelas rodovias CE-060 e CE-354. O município faz parte do Maciço de Baturité. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (25,22%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (53,68%), podzólico vermelho amarelo álico (6,15%) e aluvial eutrófico (14,95%). Quanto à **hidrografia** e **recursos hídricos**, o município de Acarape contribui para a Bacia Hidrográfica Metropolitana,

tendo como principais drenagens superficiais o riacho Rompe Gibão e o Rio Acarape/Pacoti, sendo os principais reservatórios os açudes Hipólito, Boqueirão, Fasçola, dos Mamoeiros e Salgado. Com relação ao **relevo**, destacam-se os maciços residuais, estando as principais elevações no maciço de Baturité. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, mata seca e vestígios de Mata Atlântica.

Síntese histórica

A região do Vale do Acarape era habitada pelos índios Tapuias e Baturités, conhecida como a vila dos índios. A sua ocupação se deu seguindo o curso dos rios Acarape e Pacoti. Somente no ano de 1702 foi concedida a Marcelino Gomes a primeira sesmaria na serra do Acará, apossada em 1776 por Pantaleão Ferreira de Castro. Foram os primeiros sesmeiros, originários de Pernambuco, que introduziram o cultivo da cana-de-açúcar na região e, a partir de 1740, começaram a implantar os primeiros engenhos, para fabricação de mel e rapadura, e os alambiques para a produção de cachaça. Essas atividades eram favorecidas pela abundância de água e pela fertilidade do solo. A escassez da mão de obra nativa, levou os senhores de engenho a utilizarem a força do trabalho escravo, proveniente da África. A história do município de Acarape, no curso do século XIX, se confunde com a de Redenção, tendo em vista que essa povoação (Redenção), vinculada à província de Baturité desde 1823, foi elevada à categoria de vila pela Lei n.º 1.255, de 28 de dezembro de 1868, com o nome de Acarape, desmembrando-se do município de Baturité. Por ato provincial de 27 de dezembro de 1883, foi criado o distrito de Calaboca, anexado à vila de Acarape, que passou a denominar-se Redenção, com a edição da Lei n.º 2.167, de 17 de agosto de 1889, como forma de homenageá-la, por ter sido o primeiro município brasileiro a abolir a escravidão, em 01 de janeiro de 1883. A lei estadual n.º 2.396, de 21 de outubro de 1926 mudou a denominação do distrito de Calaboca para Acarape, que passou a figurar na divisão administrativa e territorial do Ceará como distrito do município de Redenção. Com a lei estadual n.º 6.432, de 16/07/1963, o distrito de Acarape foi elevado à categoria de município, desmembrado de Redenção, constituído de dois distritos: Acarape (sede) e Barreira (antiga Barreira-Vermelha). Dois anos depois, a Lei n.º 8.339, de 14/12/1965, extinguiu o município de Acarape, que voltou a ser distrito de Redenção. Finalmente, através da lei estadual n.º

11.308, de 15 de abril de 1987, Acarape voltou a se emancipar de Redenção, tornando-se município, tendo em sua jurisdição apenas o distrito-sede, assim permanecendo até agora. A igreja-matriz de São João Batista, padroeiro de Acarape, foi construída em 1946.

Formação administrativa:

Elevado à categoria de vila com a denominação de Acarape, pela lei provincial n.º 1.255, de 28-12-1868, desmembrada de Baturité e instalada em 21-08-1841, tendo como sede o antigo distrito de Acarape. Pelo ato provincial de 27-12-1883, é criado o distrito de Calaboca e anexado à vila de Acarape. Elevada à condição de cidade com a denominação de Redenção, pela lei provincial n.º 2.167, de 17-08-1889. Pela lei estadual n.º 2.396, de 21-10-1926, o distrito de Calaboca passou a denominar-se Acarape. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, Acarape figura como distrito de Redenção, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Acarape pela lei estadual n.º 6.432, de 16-07-1963, tendo como sede o antigo distrito de Acarape, é constituído de 2 distritos: Acarape (sede) e Barreira, ambos desmembrados de Redenção. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Acarape (sede) e Barreira. Pela lei estadual n.º 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Acarape, sendo seu território anexado ao município de Redenção. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, Acarape é distrito de Redenção, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Elevado à categoria de município com a denominação de Acarape pela lei estadual n.º 11.308, de 15-04-1987, desmembrado de Redenção, instalado em 01-01-1989, tendo como sede o antigo distrito de Acarape, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2017. Atualmente o município de Acarape é constituído apenas do distrito de Acarape (sede).

Atividade Econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com produção de algodão herbáceo e mandioca de cerqueiro; fruticultura irrigada de acerola, abacate, café, banana, cana-de-açúcar, castanha de caju, goiaba, graviola, laranja, mamão, manga, sapoti, uva e hortaliças; a bovino-

cultura intensiva de corte, a caprinocultura semi-intensiva de corte, a ovinocultura intensiva e a piscicultura intensiva consorciada; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas; atividades com a utilização da oiticica e carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita e usos na construção civil e a exploração de minerais, como o talco e a vermiculita e os retirados do calcário, além da extração de areia e argila, utilizadas na fabricação de telhas e tijolos; e a indústria de aguardente.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Festival Musical Levitas, de cunho religioso, realizado durante os dias de carnaval; o Trilhão da Cana de Acarape (18 de abril); a Festa do Padroeiro São João Batista (18 a 26 de junho), envolvendo a parte religiosa e a parte social, com quadrilha, seresta, forró pé de serra e barracas, em que são oferecidas comidas típicas; a Festa de Aniversário do município (15 de abril).

Principais personalidades

Antônio de Oliveira Castro (Acarape, 15 de julho de 1916 – Fortaleza, 07 de maio de 1965), médico do Instituto de Previdência do Estado do Ceará e Secretário de Saúde de Fortaleza. Deputado estadual nas legislaturas de 1958 e 1962.

Flávio Chagas Bonfim Júnior (Acarape, 13 de agosto de 1955), economista conhecido como “Flavinho”, lutou pela emancipação política do distrito de Acarape e foi o primeiro prefeito do município (1989-1992).

Maria José Bandeira (Redenção, 20 de maio), graduada em História, sócia efetiva da Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE, representante de Acarape.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2021-2022

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Acarape 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Acarape – outubro/98.

Acaraú

Hino de Acaraú

(Letra de Manoel Nicodemos Araújo
e melodia de Maria Florentino Oliveira)

Do Ceará nas extremas do Norte,
Junto ao mar, onde um dia nasceu,
Acaraú evolui, sempre forte,
Neste solo que Deus escolheu.

Acaraú, terra bendita,
Campo de afã, berço gentil!
Acaraú, em ti palpita
O coração do meu Brasil!

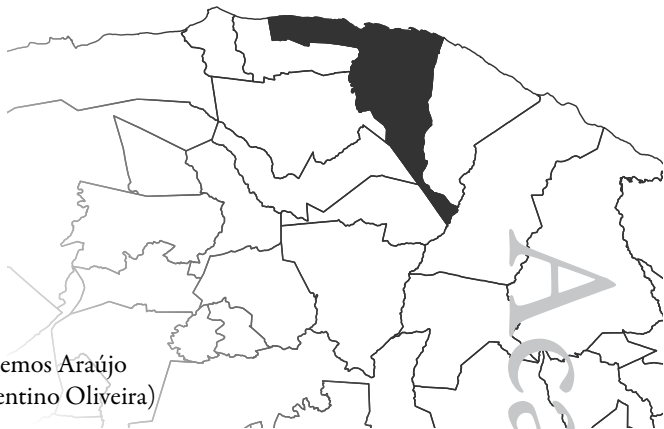
Cobre as várzeas de toda a ribeira
A riqueza de seus carnaubais.
E verdeja na zona praieira
A imponência de seus coqueirais.

Entre o Mangue da cor da esperança.
Passa o rio que a cidade limita.
E, bem perto, entre as ondas se lança,
Num painel de beleza infinita.

Exaltando esta terra tão boa,
No murmulho tão velho e tão novo,
Alto hino o oceano lhe entoa,
Em dueto com seu nobre povo.

Acaraú é um município brasileiro, localizado na microrregião do litoral de Camocim e Acaraú e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Acaraú (2010) foi de 0,601, situando-se no nível médio em 129º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 30,63 ficando em 40º lugar no Ceará.



Toponímia:

palavra originária do tupi (Acará = Garças) e (Hu = Água), que significa “rio das garças”.

Gentílico:

acarauense

Limites geográficos

Norte: Oceano Atlântico

Sul: Marco, Morrinhos e Amontada

Leste: Itarema

Oeste: Cruz e Bela Cruz.

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Acaraú, com **área** de 842,88 km², tem **população estimada** para 2021 em 63.556 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 1.313,4 mm e incidência de chuva nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 13 m e a **distância para a Capital** de 233,5 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222, BR-402, BR-403, CE-085, CE-177 e CE-556. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (29,01%), areias quartzosas eutróficas (14,87%), areias quartzosas marinhas distróficas (2,49%), bruno não cálcico (2,48%), latossolo vermelho amarelo eutrófico (10,15%), planossolo solódico (0,15%), podzólico acinzentado álico (6,58%), podzólico vermelho amarelo distrófico (15,63%), solo indiscriminado de mangue (4,73%), solonchak sódico (6,93%) e solos aluviais eutróficos (6,42%). O Parque Ecológico de Acaraú (municipal) é uma unidade de conservação. Quanto à **hidrografia** e **recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas dos rios Coreau, Acaraú e Aracatiaçu, tendo como principais drenagens os córregos da Poeira e da Prata, os rios Zumbi e Acaraú e os córregos Grande e da Volta, e como principais reservatórios os Açudes Olheiros e das Piranhas e as lagoas da Volta, da Pinguela, Barrinha, de Guriú, Lagamar, dos Espinhos, Dantas, de Jijoca, de Caiçaras e de Carrapateiras. Com relação ao **relevo**, destacam-se as planícies litorâneas e tabuleiros pré-litorâneos. A **vegetação** é constituída de complexo vegetacional

da Zona Litorânea, floresta mista dicótilo-palmácea e floresta perenifólia paludosa marítima.

Síntese Histórica

As terras do delta do rio Acaraú, antes denominado rio Acaracú, eram habitadas pelos índios Tremembés até a chegada dos portugueses à região, no século XVI, que as utilizaram como base de apoio na ocupação do litoral e como suporte para possíveis confrontos com as forças de ocupação francesas sediadas no Maranhão. O primeiro povoamento português da região – a “Aldeia do Cajueiro” (atualmente Almofala), foi implantado pelos padres jesuítas, no início do século XVII, na margem direita do rio, a seis quilômetros da praia. Próximo da costa, alguns quilômetros ao norte, formou-se pequeno núcleo de pescadores, no Porto dos Barcos de Acaracú, depois denominado Barra do Acaracú, que serviu de ancoradouro para embarcações de pequeno porte no lugar conhecido como Presídio, à margem direita do rio. Ali se formou a cidade de Acaraú. Com o desenvolvimento da atividade pecuária, esse porto foi utilizado para a exportação da produção de charque, que teve muita importância na economia local da época. O povoado foi elevado à categoria de vila em 1849, com a denominação de Vila de Acaracú, alterada para Acaraú em 1879, ganhando a condição de cidade em 1882.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Acaracú, vinculado à Vila de Sobral, por provisão de 12-09-1766, e pela lei provincial nº 253, de 19-11-1842. Elevado à categoria de vila com a denominação de Acaracú, pela lei provincial nº 480, de 31-07-1849, instalada em 05-02-1851, desmembrada de Sobral, tendo como sede o antigo distrito de Acaracú, constituída apenas do distrito sede. Pela lei provincial nº 1.814, de 22-01-1879, a vila de Acaracú passou a denominar-se Acaraú, elevada à condição de cidade pela lei provincial nº 2.019, de 16-09-1882. Pelo decreto estadual nº 60, de 06-09-1890, foram criados os distritos de Santa Cruz e São Francisco e anexados ao município de Acaraú. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 3 distritos: Acaraú (sede), Santa Cruz e São Francisco. Pela lei municipal nº 94, de 29-06-1923, foram criados os distritos de Tanque do Meio, Timbaúba e Jericoacoara, anexa-

dos ao município de Acaraú. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 5 distritos: Acaraú (sede), Jericoacoara, Santa Cruz, Tanque do Meio e Timbaúba, não figurando o distrito de São Francisco. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937 o município aparece constituído de 6 distritos: Acaraú (sede), Jericoacoara, Santa Cruz, Extremas, Tanque do Meio e Timbaúba. Pela lei estadual nº 346, de 10-08-1937, o distrito de Tanque do Meio passou a denominar-se Itarema. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Extremas foi extinto, sendo seu território anexado ao distrito de Itarema do mesmo município de Acaraú; alterada a denominação do distrito de Santa Cruz para Bela Cruz e do distrito de Timbaúba para Aranaú. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 5 distritos: Acaraú (sede), Aranaú, Bela Cruz, Itarema e Jericoacoara. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 5 distritos: Acaraú (sede), Aranaú, Bela Cruz, Itarema e Jericoacoara, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Pela lei estadual nº 3.538, de 23-11-1957, o distrito de Bela Cruz é desmembrado do município de Acaraú, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 440, de 30-12-1958, é criado o distrito de Cruz, com terras dos distritos de Aranaú e Jericoacoara, e anexado ao município de Acaraú. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 5 distritos: Acaraú (sede), Aranaú, Cruz, Itarema e Jericoacoara. Pela lei estadual nº 6.809, de 02-12-1963, o distrito de Itarema é desmembrado do município de Acaraú, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 4 distritos: Acaraú (sede), Aranaú, Cruz e Jericoacoara. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Itarema, sendo seu território anexado ao município de Acaraú, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 01-01-1979, o município é constituído de 5 distritos: Acaraú (sede), Aranaú, Cruz, Itarema e Jericoacoara. Pela lei estadual nº 11.002, de 14-01-1985, os distritos de Cruz e Jericoacoara são desmembrados do município de Acaraú, para constituírem o novo município de Cruz. Pela lei estadual nº 11.008, de 05-02-1985, o distrito de Itarema é desmembrado de Acaraú, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1988, o município de Acaraú é constituído de 2 distritos: Acaraú (sede) e Aranaú.

Pela lei municipal nº 732, de 14-09-1991, é criado o distrito de Juritianha e anexado ao município de Acaraú. Pela lei municipal nº 731, de 14-09-1991, é criado o distrito de Lagoa do Carneiro e anexado ao município de Acaraú. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 4 distritos: Acaraú (sede), Aranaú, Juritianha e Lagoa do Carneiro, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Atualmente Acaraú é constituído de 4 distritos: Acaraú (sede), Aranaú, Juritianha e Lagoa do Carneiro.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de algodão arbóreo e herbáceo, cana-de-açúcar, castanha de caju, mandioca, milho, feijão e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; a pesca, principalmente a marinha, em que o município se destaca como um dos maiores produtores de lagosta do Brasil; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas; a extração de sal; atividades utilizando como matérias primas a carnaúba e a oiticica; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, fachadas e usos diversos na construção civil; a extração de areia, argila e diatomito, utilizados na fabricação de telhas e tijolos, e de rocha calcárea, para fabricação de cal; a indústria, sendo as mais importantes as de produtos alimentares, da madeira, de produtos minerais não metálicos, de vestuário, de calçados e de artigos de couro e pele; o artesanato de redes e bordados; o turismo, tendo como principais atrativos: as lagoas, dentre as quais a lagoa conhecida como Buraco Azul, cujas águas são de cor azul turquesa; as praias da Barrinha, da Ostra, de Aranaú, de Arpoeiras, da Barra do Zumbi, do Espreado, do Morgado, da Volta do Rio e da Coroa Grande; as ilhas dos Coqueiros, dos Fernandes, dos Ratos, de Imburana, da Ponta do Presídio e a Ilha Grande; e o Parque Ecológico de Acaraú, que integra a área de preservação municipal do ecossistema costeiro, criado em 1998.

Manifestações culturais

Os eventos culturais mais importantes do município de Acaraú são: a festa da padroeira Nossa Senhora da Conceição, (8 de dezembro); a festa do copadroeiro São Sebastião (16 a 20 de janeiro); o carnaval, que atrai muitos

visitantes, pela tranquilidade dos festejos; o Festival junino (junho); a festa da emancipação política do município (31 de julho); a festa para escolha da Miss Acaraú, representante da beleza feminina acarauense; e a Festa do Camarão (outubro), atraindo visitantes nacionais e internacionais.

Principais personalidades

Capitão Landri Sales Gonçalves (Acaraú, 19 de julho de 1904 – Rio de Janeiro, 30 de abril de 1978) foi um militar, que participou da tomada do poder em Fortaleza, em 1930. Foi governador militar no Pará e do Piauí.

Coronel Minervino Tomé Rodrigues (Acaracú, 1844 – Porto Alegre, em data desconhecida) teve atuação destacada nas campanhas do Uruguai e do Paraguai.

Dom Manuel Edmilson da Cruz (Acaraú, 3 de outubro de 1924), bispo auxiliar de São Luís do Maranhão, vigário Episcopal de Brejo, bispo auxiliar de Fortaleza, bispo diocesano e emérito da diocese de Limoeiro do Norte.

Francisco Vaidon Oliveira, (Acaraú, 2 de abril de 1975) é comerciante e político, foi vereador de Fortaleza, suplente e deputado federal pelo Ceará.

Giselda de Medeiros Albuquerque (Acaraú, 14 de julho de 1939), professora, escritora e poetisa, membro da Academia Cearense de Letras, da Academia Fortalezense de Letras, da Academia Cearense da Língua Portuguesa e de outras entidades literárias e culturais. Em 2002, foi aclamada *Princesa dos Poetas do Ceará*.

João Tomé da Silva (Acaraú, 11 de fevereiro de 1815 – Sobral, 28 de maio de 1888), vereador e presidente da Câmara Municipal de Sobral. Coronel comandante inquisidor da Guarda Nacional de Sobral, recebeu diversas comendas por sua generosidade em alforriar escravos.

José Filomeno Ferreira Gomes (Acaraú, 30 de agosto de 1887 – Fortaleza, 19 de fevereiro de 1981) foi prefeito municipal de Acaraú e deputado estadual no Ceará.

José Nazareno Cardeal Fonteles (Acaraú, 4 de maio de 1954), médico foi deputado estadual e de deputado federal pelo Piauí e secretário de Saúde do Piauí.

Manuel Gomes Sales (Acará, 26 de julho de 1913 – Fortaleza, 21 de julho de 1988), bacharel em Direito, foi advogado e prefeito de Acará. Deputado estadual do Ceará em 1947, 1951, 1955 e 1959.

Padre Antônio Tomás (Acará, 14 de setembro de 1868 – Fortaleza, 16 de julho de 1941), sacerdote e escritor. Membro da Academia Cearense de Letras, eleito em 1924 o primeiro *Príncipe dos Poetas Cearenses*. Sócio correspondente do Instituto do Ceará.

Padre Francisco Gomes Parente (Acará, novembro de 1791 – Sobral, junho de 1835), sacerdote católico, foi eleito deputado à Assembleia Provincial do Ceará durante a Confederação do Equador.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Acará 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Acará – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Acopiara

Hino de Acopiara

(Letra e melodia do Maestro
Miguel Fernandes Leite)

Acopiara é uma terra hospitaleira.
Na sua história tem passado de heroísmo
É um pedaço da Pátria Brasileira
E tem um povo de Cultura e Civismo.

*Salve Acopiara,
Grande povo seu.
Esta joia rara,
Criada por Deus! (Bis)*

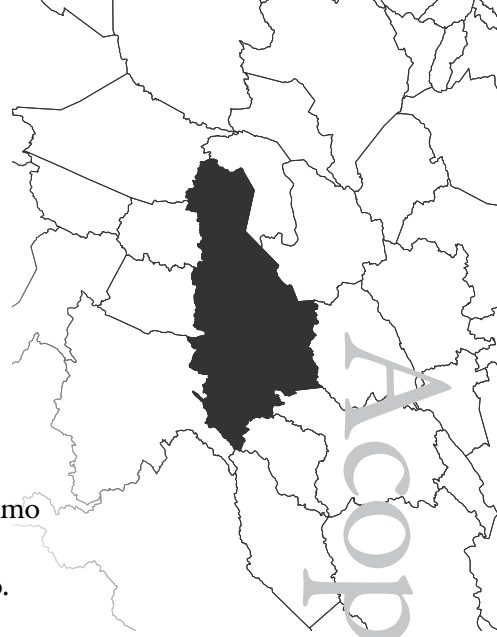
Por algum tempo seu nome primitivo
Foi Vila Lajes naquele grande sertão
No princípio só morava o nativo
Que cultivava todo aquele rico chão.
Afonso Pena foi o seu nome segundo
Daquela vila que passava a cidade
E o seu povo que de outro é oriundo
Tem sua história e conta prosperidade.
O lavrador cedo apronta o seu roçado
Para plantar o algodão seu preferido
Quando chove ele já está preparado
E a grande safra é do produto escolhido.

Acopiara é um município brasileiro localizado na microrregião do Sertão de Senador Pompeu e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Acopiara (2010) foi de 0,595, de nível baixo, situando-se em 144º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 19,16 ficando em 137º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Acopiara é de origem tupi, significando “aquele que cultivava a terra”, “agricultor”, “lavrador” (*aco* = roçado, *pi* = limpar e *ara* = agente).



Gentílico:

acopiarense.

Municípios limítrofes

Norte: Solonópole, Deputado Irapuan Pinheiro, Piquet Carneiro e Mombaça.

Leste: Quixelô e Solonópole.

Sul: Iguatu, Quixelô e Jucás.

Oeste: Saboeiro e Catarina.

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Acopiara, com **área** de 2.265,32 km², tem **população estimada** para 2021 de 54.687 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 770,4 mm e chuvas concentradas de fevereiro a abril. A **altitude** é de 317,1 m e a distância para a Capital é de 346,8 km, com acessos pelas rodovias BR-116, BR-222, CE-060, CE-166, CE-253, CE-266, CE-371 e CE-566. O **solo** é formado por areias quartzosas distróficas (0,24%), bruno não cálcico (4,78%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (70,97%), solo litólico eutrófico (23,45%) e solos aluviais eutróficos (0,55%). Quanto à **hidrografia** e **recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Médio Jaguaribe, tendo como principais drenagens o rio Truçu, os riachos Quincoê (que abastece a área urbana do município), Carrapateira, Madeira Cortada, São Felício e Ramalhete; e as lagoas do Saco, Cunhapoti, Meru, Ererê e do Barro Alto, além de mais de 170 pequenos açudes. Com relação ao **relevo**, destacam-se as depressões sertanejas e os maciços residuais, tendo como principais elevações as Serras do Maia e do Flamengo. A **vegetação** é constituída por caatinga arbustiva aberta, floresta caducifólia espinhosa e floresta subperenifólia tropical pluvial.

Síntese histórica

No início do povoamento da região onde atualmente se situa o município de Acopiara, houve a concessão de uma sesmaria ao Alferes Antônio Vieira Pita, em 4 de julho de 1719, medindo “três léguas de terra pelo dito acima por meia de largo para cada banda”, nas proximidades do riacho

Quincoê. O povoado, que logo recebeu o nome de *Lages*, por sua formação geológica de pedreiras, era geograficamente subordinado ao distrito de Vila Telha (Iguatu), do qual foi desmembrado pela Lei n.º 1.875, de 28 de setembro de 1921, que o elevou à categoria de município, instalado oficialmente em 14 de janeiro de 1922, com a denominação de *Afonso Pena*, em homenagem ao sexto presidente da República do Brasil, retomando a denominação de *Lages* em 1931 e, novamente, de *Afonso Pena*, em 1933. Pelo decreto n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943, o município de Afonso Pena recebe a denominação definitiva de *Acopiara*. Um dos fatores que muito contribuíram para o desenvolvimento do povoado, e depois, da vila de Lages, em sua fase inicial de formação urbana, foi a construção de sua Estação Ferroviária, inaugurada em 1910, na margem da Estrada de Ferro de Baturité.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Lajes, por ato provincial de 17-06-1908, subordinado ao município de Iguatu. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Lages figura no município de Iguatu, assim permanecendo nos quadros de apuração do recenseamento geral de 01-09-1920. Elevado à categoria de município com a denominação de Afonso Pena, pela lei estadual n.º 1.875, de 28-09-1921, instalado em 14-01-1922, tendo como sede o antigo distrito de Afonso Pena, constituído de 2 distritos: Afonso Pena (sede) e Bom Sucesso, ambos desmembrados de Iguatu. Pelo decreto estadual n.º 193, de 20-01-1931, o município de Afonso Pena tomou a denominação de Lajes. Pelo decreto estadual n.º 1.156, de 04-12-1933, o município de Lajes voltou a denominar-se Afonso Pena. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 3 distritos: Afonso Pena (sede), Bom Sucesso e São José, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual n.º 448, de 20-12-1938, o distrito de Bom Sucesso passou a denominar-se Trussú e São José, Quincoê. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 3 distritos: Afonso Pena, Trussú e Quincoê. O decreto-lei estadual n.º 1.114, de 30-12-1943, alterou a denominação do município de Afonso Pena para Acopiara e criou o distrito de Isidoro, com terras desmembradas

do distrito sede de Acopiara e do distrito de Quincoê, anexado ao município de Acopiara. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 4 distritos: Acopiara (sede), Isidoro, Quincoê e Trussú, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.378, de 02-07-1963, o distrito de Trussú é desmembrado do município de Acopiara, elevado à categoria de município com a denominação de Bom Sucesso de Trussú. Pela lei estadual nº 6.973, de 19-12-1963, o distrito de Isidoro é desmembrado do município de Acopiara, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Acopiara (sede) e Quincoê. Pela lei estadual nº 7.153, de 14-01-1964, foram criados os distritos de Ebron, Santa Felícia e Santo Antônio, anexados ao município de Acopiara. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, os municípios de Bom Sucesso de Trussú (com o nome de Trussú) e Isidoro, foram extintos por não terem sido instalados após a criação, sendo seus territórios anexados ao município de Acopiara, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 7 distritos: Acopiara (sede), Ebron, Isidoro, Quincoê, Santa Felícia, Santo Antônio e Trussú, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1991. Pela lei municipal nº 927, de 19-04-1993, é criado o distrito de Barra do Ingá e anexado ao município de Acopiara. Pela lei municipal nº 1.079, de 23-11-1998, é criado o distrito de Solidão e anexado ao município de Acopiara. Pela lei municipal nº 1.080, de 23-11-1998, é criado o distrito de São Paulinho e anexado ao município de Acopiara. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído de 10 distritos: Acopiara (sede), Barra do Ingá, Ebron, Isidoro, Quincoê, Santa Felícia, Santo Antônio, São Paulinho, Solidão e Trussú, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Atualmente, o município é constituído dos seguintes distritos: Acopiara (sede), Barra do Ingá, Ebron, Isidoro, Quincoê, Santa Felícia, Santo Antônio, São Paulinho, Solidão e Trussú.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas de Acopiara são: a agricultura, principalmente a cultura do algodão, que alcançou o auge na década de 1970, quando o plantio, colheita, comercialização e beneficiamento do

chamado “ouro branco” contribuiu para a circulação da riqueza de agricultores e industriais e para a ocupação e renda dos trabalhadores rurais. As etapas de produção se iniciavam com o cultivo na quadra invernos, e prosseguiam, a partir de julho, com a colheita, comercialização e beneficiamento, que se prolongavam até o mês de dezembro, completando o ciclo econômico anual. A produção de algodão de Acopiara, assim como do Ceará e de todo o Nordeste, foi drasticamente reduzida (de 1.200 milhão de ha plantados para 20 mil ha), com a chegada, no início da década de 1980, da praga do bicudo, besouro originário da América Central, de mandíbulas afiadas, com que perfurava o botão floral e a maçã dos algodoeiros, dizimando a produção algodoeira. Outro fator que contribuiu para a redução da produção de algodão, nessa época, foi a queda do preço no mercado internacional. Destacam-se ainda, na área agrícola do município, as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca, as monoculturas de cana-de-açúcar e castanha de caju e a produção frutícola e leguminosa de acerola, banana, beterraba, laranja, manga, pimentão e tomate irrigados; a pecuária, com a bovinocultura de corte semi-intensiva e intensiva, a caprinocultura de corte semi-intensiva; a ovinocultura extensiva; a piscicultura consorciada intensiva e a suinocultura; a indústria, em especial a de sabão, a de refinação de óleos, a de telhas e tijolos de cerâmica, a de artigos e peças interiores do vestuário e a de roupas pessoais, profissionais e agasalhos; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, e atividades utilizando a oiticica e a carnaúba como matérias primas; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, fachadas e usos diversos na construção civil; a extração de areia e argila, utilizada na fabricação de telhas e tijolos e de rochas calcárias, utilizadas na fabricação de cal.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (05 de julho); a Festa de São Francisco (04 de setembro); a Festa de Aniversário do município (28 de setembro); as festas juninas (junho); o carnaval ou *CARNAFEST*, considerado uma das melhores festas de carnaval do interior do Ceará (fevereiro); e o Festival de

Teatro Amador – FETAC, realizada anualmente desde 1989, com amostra de espetáculos teatrais de grupos de Acopiara (datas variáveis a cada ano).

Principais personalidades

Dom Newton Holanda Gurgel (Acopiara, 01 de novembro de 1923 - Crato, 6 de abril de 2017) recebeu a ordenação episcopal (1979), do Papa João Paulo II. Bispo Diocesano (1994-2001) e Bispo Emérito do Crato (2001-2017).

Edilson Brasil Soárez (Acopiara, 6 de fevereiro de 1914 - Fortaleza, 2 de julho de 1975), advogado, doutor em Direito, professor e fundador do Ginásio 7 de Setembro, que se tornou um grande complexo educacional.

João Bosco Serra e Gurgel (Acopiara, 22 de março de 1943), jornalista, professor, servidor público e escritor. Foi assessor dos Ministros da Previdência, da Fazenda, da Agricultura, do Planejamento e da Saúde. Lecionou na Faculdade de Comunicação da UnB.

José Sarto Nogueira Moreira (Acopiara, 13 de fevereiro de 1959), médico, vereador e presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, deputado estadual por sete legislaturas e presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, é o atual prefeito de Fortaleza (2021-2024).

Raimunda Silva da Costa, sócia fundadora da Academia de Letras dos Municípios do Estado do Ceará - ALMECE, onde foi a representante de Acopiara.

Raimundo Nonato Bezerra de Albuquerque (Acopiara, 2 de janeiro de 1950 – Fortaleza, 17 de fevereiro de 2020), radialista, jornalista e apresentador de televisão, atuou em jornais e na TV Jangadeiro, com o programa *Barra Pesada*.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Acopiara 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Acopiara – outubro/98.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeemar de Alcântara.

Aiuaba

Hino de Aiuaba

(Letra e melodia de autoria da Professora
Maria Adalzira de Oliveira)

Uma tribo de índios
Ao lado da lagoa
Chamavam bebedouro
Aquele água boa
Teu nome é ideal
É um potencial
Um hino de amor
Demonstrando teu valor

*Pedaço do sertão
Que alegre o coração
Congrega e motiva
A nossa geração
Ó juventude ativa
Vibrante e aguerrida
Amai Aiuaba
Nossa Terra querida
Pedaço do sertão
Que alegre o coração*

Sertão dos Inhamuns
A história avançou
Teu nome Campo Alegre
No Riacho brotou
Abrimos o caminho
Com o nosso carinho
A continuação
É a força e a união
Nos seus campos nativos



Ali surgiu primeiro
De um modo criativo
Todos cheios de flores
E aves multicores
Com o sol causticante
E a lua bem brilhante
Contemplar a bandeira
É ver o teu perfil
Aiuaba ontem e hoje de povo varonil
As coisas naturais
Valores culturais
Pedaço do sertão
Que alegra o coração.

Aiuaba é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão de Crateús e mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Aiuaba (2010) foi de 0,569, situando-se no nível baixo, em 177º lugar no Ceará, enquanto o **IDM** (2018) foi de 9,05, ficando em 184º lugar no Ceará (último lugar).

Toponímia:

topônimo derivado do tupi, significando “bebedouro”.

Gentílico:

aiuabense.

Municípios limítrofes

Norte: Catarina, Arneiroz e Parambu

Leste: Antonina do Norte, Saboeiro e Catarina

Sul: Antonina do Norte, Campos Sales e Pio IX (no Estado do Piauí)

Oeste: Pio IX (no Estado do Piauí)

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Aiuaba, com **área** de 2.434,4 km², tem **população estimada** para 2021 de 17.584 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semi-árido, com **pluviometria** média (2021) de 781,5 mm e incidência de chuvas concentradas de fevereiro a abril. A **altitude** é de 466,4 m e a **distância** para a Capital é de 418,7 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020, BR-222, C-176 e CE-284. O **solo** é constituído de: bruno não cálcico (37,97%), latos-

solo amarelo álico (17,62), planossolo solódico ta (10,52%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (6,76%), solo litólico eutrófico (26,17%), solo litólico eutrófico e distrófico (0,86%) e solos aluviais eutróficos (0,10%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais o rio Jaguaribe e os riachos Umbuzeiro, da Cruz, da Serra, Gameleira, da Catingueira, Serra Nova, Tabocas, Batalha, do Peri, do Serrote e Conceição, sendo os principais reservatórios o açude Benguê e o açude Camarão. Com relação ao **relevo**, destacam-se as serras das Melancias, do Umbuzeiro, dos Bois e a Serra do Meio, o Planalto da Ibiapaba e a depressão sertaneja. A **vegetação** é constituída de Floresta Caducifólia Espinhosa, Caatinga Arbustiva Aberta, Carrasco e Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial. É de grande importância para o município a Estação Ecológica de Aiuaba, com 11.525 ha., unidade de conservação e proteção integral, de grande valor ecológico, remanescente de caatinga arbórea, contendo espécies representativas da biodiversidade nordestina.

Síntese histórica

A localidade que sedia o atual município de Aiuaba foi habitada pelos índios Jucás, aldeados e catequizados pelo Padre José Bezerra do Vale, que se deslocava de Recife para prestar serviços religiosos aos habitantes dessa comunidade, rezando missas, realizando casamentos, batizados e catequese. Em 20 de agosto de 1721, o Capitão-Mor Salvador Alves da Silva concedeu ao fazendeiro Lourenço Alves Feitosa várias sesmarias, tendo como centro de referência uma lagoa onde os criadores de gado davam de beber aos seus rebanhos, que tinha como marco geográfico inicial o Riacho dos Bois, no lugar conhecido como Campo Alegre, às margens do Rio Umbuzeiro, afluente do Rio Jaguaribe. Essa lagoa se localizava em terras pertencentes ao então distrito de Arneiroz, um dos mais antigos e prestigiados da Capitania. O povoado teve a primitiva denominação de São Pedro alterada para Bebedouro, quando de sua elevação à categoria de distrito em 1860, subordinado ao município de São Mateus. Em 1938, o distrito passou a pertencer a Saboeiro, mudando a denominação, em 1943, para Aiuaba. A emancipação política de Aiuaba veio com a lei estadual nº 3.338, de 15-09-1956, e a sua instalação como município ocorreu em 25 de março de 1959.

Formação administrativa:

O antigo povoado de São Pedro, formado em torno da primitiva capela

de São Pedro, edificada por Joaquim Leite da Cunha, foi elevado à categoria de distrito, com a denominação de Bebedouro, pelas leis estaduais nº 929, de 06-08-1860 e outra de 21-11-1864, subordinado ao município de São Mateus. Tornou-se Distrito de Paz, do Termo de Milagres, pela Resolução nº 1.349, de 27-10-1870, sendo a freguesia criada pela Lei nº 1.362, de 09-11-1870. A Lei nº 1.727, de 18-08-1876, elevou o distrito de São Pedro a vila, que foi extinta, mas restaurada pela Lei nº 2.046, de 12-11-1883. Extinta pela Lei nº 589, de 24-07-1900, foi restaurada pela Lei nº 805, de 21-08-1905. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, com a denominação de Bebedouro figura como distrito no município de São Mateus, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei nº 169, de 31-03-1938, o distrito de Bebedouro passa a pertencer ao município de Saboeiro. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Bebedouro passou a denominar-se Aiuaba. Em divisão territorial datada de 01-12-1950, o distrito de Aiuaba figura no município de Saboeiro, assim permanecendo em divisão territorial datada 01-07-1955. Elevado à categoria de município com a denominação de Aiuaba, pela lei estadual nº 3.338, de 15-09-1956, foi instalado em 25-03-1959, desmembrando-se de Saboeiro, tendo como sede o antigo distrito de Aiuaba, ficando o município constituído de 3 distritos: Aiuaba (sede), Barra e Mocambo, criados os dois últimos pela mesma lei. Pela lei estadual nº 4.077, de 08-05-1958, o distrito de Mocambo é desmembrado de Aiuaba, elevado à categoria de município com a denominação de Antonina do Norte. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Aiuaba (sede) e Barra, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Os atuais distritos de Aiuaba são: Aiuaba (sede) e Barra.

Atividade Econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades diversas utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas

para cantaria, brita, fachadas e usos diversos na construção civil; a extração de areia e argila, para fabricação de telhas e tijolos, e de rochas calcárias, para a fabricação de cal, pisos, fachadas e batentes; a atividade pesqueira em açudes; a indústria de transformação, com a fabricação de fungicidas e inseticidas; a indústria de artigos de vestuário e de produtos de panificação; a agroindústria, com o abate, o processamento e o beneficiamento de aves; a fabricação de conservas de frutas e de hortaliças, a produção de sucos de fruta, o processamento e beneficiamento de aveia, centeio, cevada, coco, mel de abelha e araruta.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a festa da padroeira Nossa Senhora do Patrocínio (15 de agosto); a festa do padroeiro da comunidade de Lagoa dos Vieiras, Santo Antônio (13 de junho); o dia do Evangélico (30 de novembro) e a festa de aniversário do município (15 de setembro).

Principais personalidades

Chico Gualbernei (Aiuaba, 1958), produtor gráfico e publicitário, foi presidente da Associação Brasileira das Agências de Publicidade no Ceará (Abap-Ce).

Joaquim Leite da Cunha, responsável pela edificação da primitiva capela de São Pedro, no povoado de São Pedro.

José Élcio Batista, mestre em Sociologia, foi secretário da Juventude de Fortaleza, chefe da Casa Civil do Ceará e vice-prefeito de Fortaleza (2021 a 2024).

Padre José Bezerra do Vale, sacerdote católico que catequizou os silvícolas da região, na época da colonização, e fundou o arraial de Bebedouro, atual Aiuaba.

FONTES:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Aiuaba 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Aiuaba – outubro/98.

Alcântaras

Hino de Alcântaras

(Letra e melodia de autoria de
Juvenal Ferreira de Sousa)

Capistrano de longe chegou
Entre montes um lar construiu,
Sua pátria querida trocou
Pela terra fecunda que viu.
Alcântaras sorrindo matina
Ao trabalho seu filho conduz;
Rocha verte água cristalina,
Mineral de granito produz.

*Trabalhando, elevamos
Nosso berço varonil
Te queremos, te amamos
Pedacinho do Brasil!*

Frutos bons que nosso pomar vinga,
Nosso clima, sítios verdejantes,
O Talhado, a Gruta e o Pinga,
Embelezam nossos visitantes.
Lá no cume rochoso se vê
Dormitando em seu esplendor,
A beleza que vemos crescer
Espargindo orvalho de amor.

Trabalhando, elevamos ...
Majestoso terreno serrano
Mausoléu e celeiro de heróis,
Descoberto por João Capistrano,
Reservado, por Deus, para nós.
Solo Pátrio que enaltecemos,



Orgulhosos de vê-lo sem par,
Irmanados, na força, queremos,
Sua glória bem alto cantar.

Trabalhando, elevamos ...

Alcântaras é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Meruoca, mesorregião Noroeste Cearense.

O **IDH** de Alcântaras (2010) foi de 0,600, situando-se no nível médio, em 133º lugar entre os municípios do Ceará, enquanto o **IDM** (2018) foi de 15,70 ficando em 161º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo é uma homenagem à família Alcântara.

Gentílico:

alcantarense.

Municípios Limítrofes

Norte: Meruoca e Moraújo

Leste: Meruoca

Sul: Coreaú e Sobral

Oeste: Moraújo e Coreaú

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Alcântaras, com **área** de 138,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 11.846 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.180,2 mm e incidência de chuvas nos meses de janeiro a maio. A altitude é de 685m e a distância para a Capital de 268,8 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222, BR-403, CE-241 e CE-440. Os **solos** são: podzólico vermelho amarelo eutrófico (85,39%) e litólico eutrófico (14,61%). Quanto à **hidrografia** e **recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas dos rios Coreaú e Acaraú, tendo como principais drenagens superficiais os riachos Algodões, do Pinga e Santana e o Rio do Pau Ferrado, que desaguardam no Rio Coreaú e como principal reservatório o Açude do Pinga; há ainda uma adutora ligando o município de Alcântara ao Açude Jenipapo, do município de Meruoca. Com relação ao **relevo**, a principal elevação é a Serra da Meruoca,

com 666 metros acima do nível do mar. Devido ao tipo de solo, Alcântaras se localiza numa área propícia a abalos sísmicos, tendo sido registrados eventos sísmicos, com tremores de terra, com epicentro no sul do município, na região da Serra da Meruoca. A **vegetação** é constituída de floresta subcaducifólia espinhosa ou mata seca e floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular.

Síntese histórica

O atual município de Alcântaras, antes denominado “Sítio São José” e depois “Sítio São José das Alcântaras”, era um lugar muito seco e quase deserto, situado na Serra da Meruoca, habitado originalmente pelos índios Reriús, da etnia Tapuia, que procuravam viver nas áreas de terrenos mais acidentados e de difícil acesso, para evitar o contato com os imigrantes europeus. Os primeiros proprietários dessas terras, recebidas em sesmaria, com duas léguas e meia de extensão, às margens do Riacho Itacaranha, foram o português José de Araújo Costa e sua mulher Brites de Vasconcelos, mas os primeiros moradores foram o Cel. Sebastião de Sá e sua mulher Cosma Ribeiro Franca, que fixaram residência naquela localidade em 1757. Em 1883, a família Alcântara, de origem espanhola, chegou em Pedrinhas (Moraújo), no Ceará, fundando o Sítio São José, provavelmente em homenagem ao primeiro proprietário daquelas terras. Um dos mais importantes membros da família Alcântara, que muito contribuiu para o desenvolvimento de São José das Alcântaras, foi João Capistrano de Alcântara, comerciante, marchante, padeiro e professor, que se tornou o maior proprietário de terras da região. Devoto de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, fez a promessa, na seca de 1906, de construir uma capela em homenagem à santa, se ela fizesse brotar no lugar alguma fonte de água. Em 1907, o milagre aconteceu, com a descoberta do Riacho Pau Ferrado e da Bica do Pinga, fontes permanentes de água potável. Capistrano pediu autorização episcopal para a construção da capela e foram feitas doações ao patrimônio da Igreja, por ele e outros membros da família, de terrenos que totalizaram cerca de 100 braças de terra de frente por 600 de fundos, além de uma casa de morada. A igreja foi construída, sendo colocado no altar um quadro de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, já existente na residência. Em 1913, foi trazida da Espanha para a Igreja uma imagem da santa, de 80 cm de altura.

Formação administrativa:

Na divisão administrativa do ano de 1933, consta o distrito de São José das Alcântaras, vinculado ao município de Massapê, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. O decreto-lei estadual n.º 448, de 20-12-1938 alterou o nome do distrito para Alcântaras. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Alcântaras figura no município de Massapé, continuando assim na divisão territorial de 1951. Pela lei estadual n.º 1.153, de 22-11-1951, Alcântaras passou a ser distrito do município de Meruoca. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o distrito de Alcântaras figura no município de Meruoca. Elevado à categoria de município, com a denominação de Alcântaras, pela lei estadual de 3.961, de 10-12-1957, desmembrado de Meruoca e instalado em 25-03-1959, constituído de 2 distritos: Alcântaras (sede) e Ventura, que foi criado pela mesma lei. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município figura com 2 distritos: Alcântaras (sede) e Ventura, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2017. Os atuais distritos do município são: Alcântaras (sede) e Ventura.

Atividade Econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca, as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju, café e frutas diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de rochas ornamentais para cantaria (granito), brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil, além da extração de areia e argila, utilizadas na fabricação de telhas e tijolos; a indústria, com a fabricação de produtos alimentícios; o turismo, tendo como principais atrativos a visitação às montanhas rochosas, principalmente a Pedra do Talhado, no distrito de Ventura, com vista panorâmica para os vizinhos municípios de Coreaú e Moraújo, e da Serra de Ibiapaba; a Pedra da Gruta, onde se pratica o rapel, a Pedra e a Loca do Frade, a Bica do Pinga, a Pedra do Congo, o Sítio Picos, com suas quedas d'água, a Gruta

de Nossa Senhora de Lourdes, com a lenda urbana da Mulher Chorona, e outros pontos de interesse turístico.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais de Alcântaras são: as festividades da padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (18 a 28 de outubro); o Festival de Quadrilhas (junho/julho); a festa de aniversário do município (12 de dezembro).

Principais personalidades

João Capistrano de Alcântara foi o maior proprietário de terras dessa localidade e seu maior benfeitor, quando da formação do povoado de São José das Alcântaras.

Roberto Ximenes de Aragão (Sobral, 30 de julho de 1900 – Alcântaras, 25 de abril de 1985) foi o primeiro prefeito do município de Alcântaras (1959-1962).

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Alcântaras 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Alcântaras – outubro/98.

Altaneira

Hino de Altaneira

(Letra de Euclides Nogueira Santana
e melodia de autoria do Padre Agio Moreira)

Altaneira, ó terra adorada,
Nas montanhas foste edificada
Desfraldando o teu pavilhão
Liberdade é o teu brasão
Desfraldando o teu pavilhão
Liberdade é o teu brasão

*A cantar te saudamos com amor
Teu porte cheio de raro esplendor
És orgulho da terra alencarina
Com o brilho do lago que fascina
És orgulho da terra alencarina
Com o brilho do lago que fascina.*

Sob olhar de Santa Tereza
De que herdas a fé e a nobreza
Da paz ergues a branca bandeira
Que te dá o nome Altaneira
Da paz ergues a branca bandeira
Que te dá o nome Altaneira.

Quando longe dessa terra amada
A saudade nos fere e esmaga
Nós sentimos os pássaros feridos
Sem afeto e sem o lar querido
Nós sentimos os pássaros feridos
Sem afeto e sem o lar querido.

Altaneira é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Caririçu e mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Altaneira (2010) foi de 0,602, situando-se no nível médio, em 128º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 16,40 ficando em 156º lugar no Ceará.



Toponímia:

tem o significado etimológico de “cidade alta”, sua primeira denominação.

Gentílico:

altaneirense.

Municípios limítrofes

Norte: Farias Brito e Assaré

Leste: Farias Brito

Sul: Santana do Cariri e Nova Olinda

Oeste: Assaré

Características geográficas, climáticas e hidrológicas

O município de Altaneira, com **área** de 73,3 km², tem **população estimada** para 2021 em 7.712 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** de 1.038,8mm (2021) e incidência de chuva concentrada nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 670m e a **distância para o Capital** é de 522,8 km, tendo como principais rodovias de acesso: BR122 / CE-060 / CE-153 / CE-166 / CE-176 / CE-253 / CE-282 / CE-292 / CE-375 / CE-388 / CE-566. O **solo** é composto de latossolo vermelho escuro eutrófico (28,67%), terra roxa estruturada eutrófica (64,35%) e podzólico vermelho amarelo eutrófico (1,96%) e solo litólico eutrófico (5,04%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município se situa na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principais drenagens os riachos do Felipe e Romão e a Fonte de São Romão, tendo como maior fonte de abastecimento de água da área urbana o Açude Pajeú. Com relação ao **relevo**, destacam-se as Serras do Quincuncá, a depressão sertaneja e os maciços residuais. A **vegetação** é constituída de floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea), floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca), nas porções mais elevadas do terreno, e cerrado.

Síntese histórica

O atual município de Altaneira se localiza em território onde viviam originalmente os índios Kariri. Segundo consta, a formação do povoado se iniciou por volta de 1870, com a chegada de novos habitantes, dentre os quais José de Almeida Braga, Joaquim de Almeida Braga, João Correia de Araújo, José Braz, Firmino Ferreira Lima, João Bezerra e Manuel Bezerra, que constru-

íram suas residências nas proximidades da Lagoa de Santa Tereza. O pequeno povoado ficou conhecido como Vila de Santa Teresa e passou a se constituir em ponto de parada dos tropeiros que se dirigiam para o Cariri e para a região dos Inhamuns. No ano de 1937 foi iniciada a construção de uma capela, consagrada a Santa Teresa D'Ávila, que se tornou a padroeira do município, em terras doadas por Frutuoso José de Oliveira. A sugestão do nome de Altaneira foi dada pelo Padre David Augusto Moreira. O pequeno vilarejo, na época, fazia parte do município de Santana do Cariri. A elevação à categoria de distrito ocorreu em 1951, vinculado ao município de Quixará, e, a partir de 1953, ao município de Assaré, conquistando a emancipação política em 1958.

Formação administrativa:

Pela lei nº 1.152, de 1947, as terras do povoado de Santa Tereza passam a pertencer ao município de Quixará (atual Farias Brito). Distrito criado com a denominação de Altaneira pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, subordinado ao município de Quixará. Pela lei estadual nº 2.194, de 15-12-1953, o distrito de Altaneira foi transferido para o município de Assaré. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o distrito de Altaneira figura no município de Assaré. Pela lei nº 3.382, de 16-10-1956, o distrito de Santa Tereza volta a pertencer ao município de Farias Brito (antes Quixará). Elevado à categoria de município com a denominação de Altaneira, pela lei estadual nº 4.396, de 18-08-1958, com terras desmembradas de Assaré e Faria Brito, instalado em 25-03-1959, tendo como sede o antigo distrito de Altaneira, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 6.796, de 20-11-1963, é criado o distrito de São Romão e anexado ao município de Altaneira. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Altaneira (sede) e São Romão, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2017. Atualmente o município é constituído dos distritos de Altaneira (sede) e São Romão.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e a monocultura de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras, para lenha e construção de cercas e atividades com a utilização da oiticica e da carnaúba como matérias primas; o artesanato

de redes e bordados; na área da mineração, a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria e brita e para utilização em fachadas e outros usos na construção civil; o turismo, tendo como principais atrativos as trilhas ecológicas e culturais, o Museu da História do Povo Altaneirense, balneários etc.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Carnaval, com destaque para os blocos carnavalescos, em especial o tradicional Bloco das Virgens, com homens desfilando vestidos de mulher (fevereiro); a festa de Apresentação dos Caretas, com participantes fantasiados e mascarados, pedindo donativos para a festa do Judas (março); a “Coroação de Nossa Senhora” (maio); a Missa da Colheita (25 de maio); o “Festival Intermunicipal de Quadrilhas Juninas” (junho); o “Mês da Descontração”, com a realização da “Vaquejada de Altaneira” (agosto); o “Desfile Estudantil e a Gincana Cívica” (7 de setembro); a Festa da Padroeira Santa Teresa D’Ávila” (6 a 15 de outubro); a Festa do Beijo (26 de outubro); a mostra cultural Afro-Indígena (20 de novembro); a “Festa do Município” (16 a 18 de dezembro); a Maratona de ciclismo de Altaneira (22 de dezembro); e a festa de Aniversário do Município (18 de dezembro).

Principais personalidades

Coronel Manoel Pinheiro de Almeida, idealizador e líder do movimento em favor da emancipação política da Vila de Santa Tereza, morto durante os festejos em comemoração à elevação da vila à categoria de município, em 18-12-1958.

Padre David Augusto Moreira foi o autor da sugestão de mudar o nome do lugarejo de Cidade Alta para Altaneira.

Padre Joaquim Sabino Dantas, celebrante da primeira missa na capela de Santa Tereza D’Ávila, em 1937.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Altaneira 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Altaneira – outubro/98.

Alto Santo

Hino de Alto Santo

(Letra e melodia do Maestro Marcelo Lima e arranjos da Maestrina Alexandra Marques).

Alto Santo és nossa honra, és nossa glória
Fazemos parte da tua brilhante história
Somos filhos desta terra imponente
Que defendemos bravamente, fielmente
O teu solo fértil e rico
Nos dá sustento e faz mais forte o nosso grito.

Refrão

*Alto Santo, tua gente te defende sem temor
Alto Santo, para sempre, as gerações te cuidarão com imenso amor.*

A cultura rica e forte da tua gente
Nos dá orgulho em proclamar-se altossantense
A beleza dos teus montes no horizonte
Para inspiração inesgotável fonte
Terra jovem de esperança, abre a porta do futuro às tuas crianças.

Refrão

*Alto Santo, tua gente te defende sem temor
Alto Santo, para sempre, as gerações te cuidarão com imenso amor.*

Alto Santo é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Baixo Jaguaribe e mesorregião do Jaguaribe.

O **IDH** de Alto Santo (2010) foi de 0,601, situando-se no nível médio, em 129º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 16,65 ficando em 155º lugar no Ceará.

Toponímia:

a atual denominação do município é a simplificação do antigo nome “Alto Santo da Viúva”.

Gentílico:

altossantense.



Alto Santo

Municípios limítrofes

Norte: Tabuleiro do Norte e São João do Jaguaribe

Leste: Apodi no Rio Grande do Norte

Sul: Jaguaribara, Iracema e Potiretama

Oeste: Morada Nova, Jaguaretama e Jaguaribara

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Alto Santo, com **área** de 1.338 km², tem **população estimada** para 2021 em 16.077 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** de 781,2 mm (média de 2021) e incidência de chuvas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 79,5 m e a distância para a Capital de 249,8 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / CE-138 / CE-265. O **solo** é constituído de afloramentos rochosos (0,14%), areias quartzosas distróficas (8,97%), bruno não cálcico (10,37%), cambissolo eutrófico (5,28%), podzólico vermelho amarelo distrófico (20,71%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (0,19%), podzólico vermelho amarelo álico (2,72%), solo litólico eutrófico (38,46%), solonetz solodizado (2,67%), solos aluviais eutróficos (7,68%) e vertissolo (2,81%).

Quanto à **hidrografia** e **recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Médio Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais os rios Jaguaribe e Figueiredo, os riachos do Bezerra, Várzea Grande, das Flores e o riacho Seco, este na divisa com os municípios de Potiretama e Iracema, e as lagoas do Junco, do Gabriel e Grande; os principais reservatórios são os açudes Castanhão (o maior reservatório de águas superficiais do Ceará), Mulungu, Taborda e das Carnaúbas. Com relação ao **relevo**, destacam-se a Chapada do Apodi, a planície fluvial e as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa, floresta caducifólia espinhosa e floresta mista dicótilo-palmácea.

Síntese histórica

A formação do núcleo urbano que deu origem ao município de Alto Santo se iniciou com a construção, pelo fazendeiro e proprietário de terras Simplício de Holanda Bezerra, de uma capela em homenagem ao Menino Deus, no ano de 1866. O lugarejo teve como primeiro nome Utu-

va, topônimo de origem tupi, que significa água abundante (u = água e tuba = abundante). Depois ficou conhecido como Viúva e Alto do Bode. Pela Resolução Provincial n.º 1.345, de 7 de outubro de 1870, esse povoado passou a Distrito de Paz do município de São Bernardo de Russas (atual município de Russas), com a denominação de Alto Santo da Viúva, em referência à senhora dona Tereza Melo de Jesus, viúva do Coronel Teodésio Pereira de Melo, proprietária daquelas terras.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Alto Santo da Viúva, pelo Ato Provincial, de 24-03-1871, subordinado ao município de Limoeiro. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Alto Santo da Viúva figura no município de Limoeiro, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo Decreto Estadual n.º 378, de 20-10-1938, o distrito de Alto Santo da Viúva passou a denominar-se simplesmente Alto Santo. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 1.114, de 30-12-1943, o município de Limoeiro passou a denominar-se Limoeiro do Norte. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Alto Santo figura no município de Limoeiro do Norte, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município com a denominação de Alto Santo, pela Lei Estadual n.º 3.814, de 13-09-1957, desmembrado de Limoeiro do Norte, instalado em 01-06-1958, tendo como sede o antigo distrito de Alto Santo, constituído de 2 distritos: Alto Santo (sede) e Castanhão. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Alto Santo (sede) e Castanhão. Pela Lei Estadual n.º 6.654, de 14-10-1963, o distrito de Castanhão é desmembrado do município de Alto Santo, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela Lei Estadual n.º 8.339, de 14-12-1965, Alto Santo adquiriu o território do extinto município de Castanhão, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 2 distritos: Alto Santo (sede) e Castanhão, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Pela lei municipal n.º 507, de 02-09-2009, foi criado o distrito de Baixo Grande. Pela lei municipal n.º 508, de 02-09-2009, foi criado o distrito de Batoque. Pela lei municipal n.º 509, de 02-09-2009, foi criado o distrito

de Boa Fé. Pela lei municipal nº 510, de 02-09-2009, foi criado o distrito de Bom Jesus. Pela lei municipal nº 511, de 02-09-2009, foi criado o distrito de Cabrito. Atualmente o município é constituído dos distritos: Alto Santo (sede), Baixio Grande, Batoque, Boa Fé, Bom Jesus, Cabrito e Castanhão.

Atividade Econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência com culturas de feijão, milho, arroz e mandioca e monocultura de algodão (arbóreo e herbáceo), cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a extração mineral de scheilita e ametista, de rochas para cantaria, brita, fachadas e usos diversos na construção civil; o artesanato de redes e bordados; o comércio e pequenas indústrias de produtos minerais não-metálicos, de confecções, de produtos alimentares, madeireira e de cerâmica.

Manifestações culturais

Os eventos culturais mais importantes do município são: a festa do padroeiro Menino Deus (6 de outubro); a Festa de Aniversário do Município (01 de junho); as Festas Juninas (junho); e a Mostra Cultural Afro/Indígena (23 de novembro).

Principais personalidades

Bráulio Bessa Uchoa (Alto Santo, 23 de julho de 1985), poeta, cordelista, declamador e palestrante, famoso após postar vídeos na internet para resgatar a literatura de cordel. Apresentador de quadro semanal no programa *Encontro com Fátima Bernardes*, da TV Globo.

Flávio Rodrigues Nogueira (Alto Santo, CE, 27 de fevereiro de 1953), médico, professor de Cirurgia Geral em Valença - Ba e cirurgião no Rio de Janeiro. Presidente do Instituto de Previdência do Piauí, onde foi deputado estadual, deputado federal e secretário de Estado. Ministro da Saúde no Governo Dilma Rousseff.

José Augusto Bezerra (Alto Santo, 1 de junho de 1948), formado em administração pela UFC, escritor e historiador, sócio efetivo da Academia

Cearense de Letras e do Instituto do Ceará, dos quais foi presidente. Fundador e presidente da Associação Brasileira de Bibliófilos. Tem uma das maiores e mais importantes bibliotecas privadas do Brasil.

José Bezerra de Sousa, primeiro prefeito eleito do município de Alto Santo, nas eleições de 3 de outubro de 1958, com mandato de 1958 a 1962.

Nicodemos Gomes Napoleão (Alto Santo, 10 de março de 1953), escritor e bacharel em Administração. Membro da Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE, representante do município de Alto Santo, da qual foi presidente (2018 a 2020), reeleito (2021 a 2024).

Simplicio de Holanda Bezerra, fazendeiro e proprietário de terras no lugarejo Auto Santo da Viúva, construiu a capela em homenagem ao Menino Deus, no ano de 1866.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Alto Santo 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Alto Santo – outubro/98.

Site: www.altosanto.ce.gov.br

Amontada



Hino de Amontada

(Autor da letra e da melodia
Raimundo Nonato Cipriano)

Amontada tu nasceste sob o céu de eterno azul
E à luz do sol cresceste sob o Cruzeiro do Sul.
Amontada és banhada pelo Aracatiaçu
Pelo Atlântico és beijada nosso grande amor és tu.
O teu nome primitivo foi Lagoa do Barbatão
O teu povo sempre ativo tem um grande coração
Teus heróis estão na história por sua força sempre audaz
Eles conquistaram a glória por seus feitos magistrais.

*Teu futuro é presente
O teu povo é colossal
A grandeza de tua gente
Só te faz fenomenal.*

Amontada segue em frente sempre em busca do porvir
Nós iremos tenazmente teu progresso construir
Tomaremos como escopo nossos nobres ancestrais
Pra te colocar no topo dos mais altos pedestais.
Amontada nobre terra o teu povo varonil
Em sua bravura encerra fidelidade ao Brasil.
E por ti grande Amontada lutaremos com ardor
E veremos terra amada teu progresso e teu valor.

Amontada é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Itapipoca e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Amontada (2010) foi de 0,606, situando-se no nível médio em 109º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 22,24 ficando em 102º lugar no Ceará.

Toponímia:

denominação oriunda de São Bento da Amontada

Amontada

Gentílico:

amontadense.

Limites geográficos

Norte: Oceano Atlântico

Leste: Itapipoca

Sul: Miraíma

Oeste: Acaraú, Morrinhos e Itarema.

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Amontada, com **área** de 1.179 km², tem **população estimada** para 2021 em 44.195 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média de 1.041,1 mm (2021) e chuvas concentradas de janeiro a maio. A **altitude** é de 40 m e a distância para a Capital é de 174,4 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-402. O **solo** é constituído de afloramentos rochosos ((0,21%), areias quartzosas distróficas (18,26%), areias quartzosas marinhas distróficas (4,52%), latossolo amarelo distrófico (1,42%), planossolo solódico ta (34,74%), podzólico vermelho amarelo distrófico (27,16%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (1,72%), solo hidromórfico indiscriminado (0,38%), solonchak sódico (3,00%), solonetz solidizado (4,46%) e solos aluviais eutróficos (3,86%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Aracatiaçu, tendo como principais drenagens superficiais as lagoas do Torro e da Sabiaguaba e o rio Aracatimirim. Com relação ao **relevo**, destacam-se: a planície litorânea, o glacis pré-litorâneo dissecado em interflúvios tabulares e a depressão sertaneja. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, floresta mista dicótilo-palmácea, complexo vegetacional da zona litorânea e floresta perenifólia paludosa marítima. Apresenta também regiões de caatinga arbórea e mangue próximo à foz do rio Aracatiaçu.

Síntese histórica

O atual município de Amontada se localiza em território ocupado originalmente por índios Tremembé. O povoamento se iniciou nos primórdios do século XVII, quando os jesuítas e os padres da ordem de São Pedro iniciaram a catequização dos indígenas. Quando os portugueses iniciaram

a implantação da pecuária no Ceará, no início do século XVIII, esse povoado, às margens do rio Aracatiáçu, foi utilizado como local de descanso para os vaqueiros que vinham da serra de Uruburetama. O lugarejo era conhecido como Lagoa do Barbatão, até a sua elevação à categoria de distrito, com a denominação de São Bento da Amontada e de vila em 1884, extinta em 1892, voltando à condição de distrito, vinculado ao município de Itapipoca. Em 1938, o distrito mudou a denominação para São Bento, passando a denominar-se Amontada em 30 de dezembro de 1943. O distrito de Amontada foi elevado à categoria de município em 29 de julho de 1963, extinto em 1965 e recriado em 5 de dezembro de 1985.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de São Bento da Amontada, por Ato Provincial de 18-03-1842 e Lei Provincial n.º 1.579, de 18-12-1873. Elevado à categoria de vila com a denominação de São Bento da Amontada pela Lei Provincial n.º 2.082, de 29-08-1884. Pelo Decreto Estadual n.º 8-A, de 10-03-1892 e Lei Estadual n.º 791, de 01-08-1905, a vila é extinta, sendo seu território anexado ao município de Itapipoca. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, São Bento da Amontada figura como distrito do município de Itapipoca, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo Decreto Estadual n.º 448, de 20-12-1938, o distrito de São Bento da Amontada passou a denominar-se São Bento. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de São Bento figura no município de Itapipoca. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 1.114, de 30-12-1943, o distrito de São Bento passou a denominar-se Amontada. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Amontada figura no município de Itapipoca, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-08-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Amontada, pela Lei Estadual n.º 6.447, de 29-07-1963, desmembrado de Itapipoca, tendo como sede o antigo distrito de Amontada, constituído de 4 distritos: Amontada (sede), Aracatiara, Nascente e Poço Comprido, criados pela mesma lei. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 4 distritos: Amontada (sede), Aracatiara, Nascente e Poço Comprido. Pela Lei Estadual n.º 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Amontada, sendo seu território anexado ao município de Itapipoca. Em divisão territorial datada

de 31-12-1968, Amontada figura como distrito do município de Itapipoca, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-01-1979. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Amontada pela Lei Estadual n.º 11.010, de 05-12-1985, desmembrado de Itapipoca, instalado em 01-01-1986, tendo como sede o antigo distrito de Amontada e constituído de 3 distritos: Amontada (sede), Aracatiara e Icaraí, criados pela mesma lei. Pela Lei Estadual n.º 11.419, de 05-01-1988, é criado o distrito de Sabiaguaba e anexado ao município de Amontada. Pela Lei Estadual n.º 11.420, de 05-01-1988, é criado o distrito de Moitas e anexado ao município de Amontada. Pela Lei Estadual n.º 11.421, de 05-01-1988, é criado o distrito de Poço Comprido e anexado ao município Amontada. Pela Lei Estadual n.º 11.424, de 08-01-1988, é criado o distrito de Nascente e anexado ao município de Amontada. Pela Lei Estadual n.º 11.425, de 08-01-1988, é criado o distrito de Garças e anexado ao município de Amontada. Pela Lei Estadual n.º 11.426, de 08-01-1988, é criado o distrito de Lagoa Grande e anexado ao município de Amontada. Em divisão territorial datada de 18-08-1988, o município é constituído de 10 distritos: Amontada (sede), Aracatiara, Garças, Icaraí, Lagoa Grande, Moitas, Mosquito, Nascente, Poço Comprido e Sabiaguaba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2017. Atualmente, o município é constituído dos distritos: Amontada (sede), Aracatiara, Garças, Icaraí, Lagoa Grande, Moitas, Mosquito, Nascente, Poço Comprido e Sabiaguaba.

Atividade econômica

As principais atividades econômica são: a agricultura, com a cultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e a monocultura de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, caprinos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de couros, redes e bordados; a atividade de mineração, com a extração de rochas para cantaria, brita, fachadas e usos diversos na construção civil e a extração de areia e argila para fabricação de telhas e tijolos; a atividade pesqueira industrial, desenvolvida em jangadas e embarcações de pequeno porte; e o turismo, tendo como principais atrativos as belas praias, com infraestrutura para receber turistas e, na época dos ventos, os praticantes de

esportes aquáticos, nas praias de Icaraí de Amontada, Moitas e Caetanos.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município de Amontada são: a Regata de Canoas na Praia de Caetano, sempre após o Réveillon (1º de janeiro); a Regata de Canoas de Icaraí de Amontada (segunda quinzena de novembro); a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição (de 29 de novembro a 8 de dezembro); a Paixão de Cristo (Sexta-Feira da Paixão); a Festa de Aniversário do município (5 de dezembro).

Principais personalidades

Djalma Eufrásio Rodrigues, vereador de Fortaleza e presidente da Câmara Municipal, foi prefeito interino de Fortaleza, suplente de deputado estadual e de senador.

Francisco Deusmar de Queirós (Amontada, 27 de maio de 1947), graduado em Economia, professor de Mercado de Capitais e coordenador do Curso de Economia da UNIFOR. Em 1981, fundou a Rede de Farmácias Pague Menos.

João Batista de Lima, graduado em Direito e Filosofia, advogado e professor. É o representante de Amontada na Academia de Letras dos Municípios do Estado do Ceará – ALMECE, da qual foi presidente de 1993 a 1996.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Amontada 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Amontada – outubro/98.

Antonina do Norte

Hino de Antonina do Norte

(Autores da letra e da melodia não identificados)

Nascestes valente com povo imponente
Com muita obstinação
Com teu nome primeiro Mocambo guerreiro
Conquista a libertação

Hoje canto tua glória faço parte da história
De um povo livre e feliz
Antonina do Norte povo unido e forte
Terra querida és na minha vida razão de viver.
Quando longe de ti sinto até que perdi
O rumo do meu viver
Diz o meu coração que minha solidão
Se acaba quando te vê.

Quando piso em teu chão é tão grande a emoção
Me sinto livre e feliz
Antonina do Norte povo unido e forte
Terra querida és na minha vida a razão de viver
Tua riqueza se encerra do vale à serra
Em belezas e encantos mil
Eternamente será do bravo Ceará
O orgulho do meu Brasil
Ó terra adorada sempre admirada
Teu povo é livre e feliz
Antonina do Norte povo unido e forte
Terra querida és na minha vida razão de viver.

Antonina do Norte é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Várzea Alegre e na mesorregião do Centro-Sul Cearense.

O **IDH** de Antonina do Norte (2010) foi de 0,599, de nível baixo, ficando em 136º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 22,89 situando-se em 90º lugar no Ceará.

Toponímia:

Antonina do Norte, antes denominado Mucambo – lugar de esconderijo das mulheres índias nos períodos de aleitamento. A indicação “do Norte” teve o objetivo de distinguir do município de Antonina, no Paraná.

Gentílico:

antoninense.

Municípios limítrofes

Norte: Saboeiro

Leste: Tarrafas

Sul: Assaré e Campos Sales

Oeste: Aiuaba.

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Antonina do Norte, com **área** de 260,1 km², tem **população estimada** para 2021 em 7.402 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média de 581mm (2021) e chuvas concentradas de fevereiro a abril. A **altitude** é de 366,7m e a distância para a Capital é de 449,6 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / CE-176 / CE-371. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (17,54%), planossolo solódico ta (21,23%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (31,06%) e solo litólico eutrófico (30,16%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principais drenagens os riachos Conceição e São Pedro e como principais reservatórios os açudes Antonina e do Coronel (Alto Jaguaribe). Com relação ao **relevo**, destacam-se as Serras dos Bastiões e as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese histórica

O atual município de Antonina do Norte foi inicialmente habitado pelos índios Jucá e seu povoamento foi iniciado no século XVII, com a

chegada de colonizadores em busca de terras propícias à criação de gado bovino. Nessa localidade, denominada Mocambo, às margens dos Riachos Conceição e São Pedro, a Fazenda Várzea Nova conseguiu prosperar, com forte presença de trabalho escravo, principalmente nas atividades domésticas e como forma de demonstrar status social mais elevado. O povoado se iniciou no espaço geográfico da sede do Sítio Riacho Fundo, mas depois se deslocou para uma área de mata virgem, para o onde o gado era levado em época de inverno, que ficou conhecida como Mocambo, onde foi construída a primeira casa em 1882. Durante a construção da Rodovia Icó-Piauí, após a instalação do escritório-residência da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, outras residências foram construídas, sendo designada uma professora para lecionar na localidade. Em 1950, Mocambo é elevado à categoria de vila, sendo em 1951 construída a primeira obra pública da vila – o cemitério. A partir da elevação de Mocambo à categoria de distrito em 1956, começa movimento de luta por sua emancipação, liderado por Manuel Mendes da Silva. A elevação de Mocambo à categoria de município ocorreu em 08 de maio de 1958.

Formação administrativa:

A lei municipal nº 3.338, de 15-09-1956, criou o distrito de Mocambo, subordinado ao município de Aiuaba, que havia se emancipado. Elevado à categoria de município, com a denominação de Antonina do Norte, pela lei estadual nº 4.077, de 08-05-1958, desmembrado de Aiuaba, instalado em 25-03-1959, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada 31-12-1963. Pela lei estadual nº 7.151, de 14-01-1964, foi criado o distrito de Taboleiro e anexado ao município de Antonina do Norte. Em divisão territorial de 14-01-1968, o município é constituído de 2 distritos: Antonina do Norte (sede) e Taboleiro, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Os atuais distritos do município são: Antonina do Norte (sede) e Taboleiro.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas de Antonina do Norte são: a agricultura com as culturas de subsistência do milho, feijão e mandioca, e a monocultura de algodão, banana, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas

diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, e atividades tendo como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração com a extração de rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; a atividade pesqueira artesanal em pequenos açudes.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: o carnaval (fevereiro); a malhação do Judas (no sábado de aleluia); a festa do padroeiro Santo Antônio (13 de junho); o festival junino (junho); e a vaquejada (dezembro); também são importantes, no campo do esporte, turismo e cultura, os campeonatos municipais de futebol, no início do ano, e futsal no final do ano.

Principais personalidades

Antônio Delfino da Silva, líder político do lugarejo na década de 1940, quando adquiriu parte da Fazenda Mocambo.

João Batista Arrais, primeiro prefeito do município de Antonina do Norte, tendo tomado posse na data de instalação do município (25-03-1959).

Manuel Mendes da Silva, líder do movimento de emancipação política de Mocambo, na década de 1950.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Antonina do Norte 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Antonina do Norte – outubro/98.

Apuiarés

Hino de Apuiarés

(Letra por Francisca Zirlanda Bernardo Gois
e melodia por José da Silva Oliveira)

Apuiarés
Cidade Princesa
Cidade minha
Do meu coração
Tu és a Rainha.

Cidade Princesa
De um vale verde
Preserva teu céu
Tuas águas
Teus Campos.

As tuas crianças
Nossa Alegria
Nossa Liberdade (Bis).
Nossa poesia.

Mesmo distante
Ninguém esquece
Dos teus segredos
Das tuas frutas
Dos teus vaqueiros
Das tuas lutas
São Sebastião (Bis)
Teu Santo Guerreiro.

Apuiarés é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Médio Curu, mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Apuiarés (2010) foi de 0,618, situando-se no nível médio, em 76º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 18,88, ficando em 142º lugar no Ceará.



Toponímia:

a denominação Apuiarés vem do tupi-guarani *apu* ou *apo* (raiz, origem) e *are* (gosto de fruta), tendo o significado etimológico de “Raiz com gosto de Fruta”. Há também a referência a uma tribo de Tapuias, que habitava a região, com essa denominação.

Gentílico:

apuiareense.

Municípios limítrofes

Norte: Pentecoste

Leste: Pentecoste

Sul: General Sampaio, Paramoti e Caridade

Oeste: Tejuçuoca e Itapajé

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Apuiarés, com **área** de 545,2 km², tem **população estimada** para 2021 em 14.742 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, tropical quente semiárido e tropical quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 957 mm, e incidência de chuvas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 85m e a distância para a Capital de 124,6 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / CE-162 / CE-341. O **solo** é bruno não cálcico (77,59%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (14,46%), solo litólico eutrófico (3,68%) e solos aluviais eutróficos (3,16%). Quanto à **hidrografia** e **recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Curu, tendo como principais drenagens os rios Curu e Canindé e os riachos do Paulo e dos Tanques, sendo o principal reservatório o açude Pereira de Miranda. Com relação ao **relevo**, destacam-se o serrote Tamanduá, a serra Pintada e a depressão sertaneja. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa.

Síntese histórica

A denominação original de Apuiarés era Jacu (nome de uma ave da família das Grácidas, especialmente de gênero Penélope) ou Arraial do Jacu, criado como Distrito de Paz pela Lei nº 1.153, de 24 de novembro de 1864, pois já contava certo número de habitantes e tinha para dirigir seus destinos

espirituais um pároco, o Padre Manuel Ribeiro. O povoado foi elevado à condição de distrito em 1864, inicialmente subordinado a Canindé e, a partir de 1869, a Pentecoste. A denominação de Jacu mudou para Apuiarés em 1943. Em 02 de fevereiro de 1946, foi fundada a paróquia de Apuiarés. A partir de 1956, Apuiarés passou a integrar o município de General Sampaio, do qual foi desmembrado em 25 de janeiro de 1957, quando foi elevado à categoria de município.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Jacu, pela lei nº 1.153, de 24-11-1864, subordinado ao município de Canindé. Pela lei nº 1.300, de 31-10-1869, o distrito de Jacu foi transferido do município de Canindé para Pentecoste. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Jacu figura no município de Pentecoste, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Jacu passou a denominar-se Apuiarés. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito já denominado Apuiarés figura no município de Pentecoste, assim permanecendo em divisão territorial datada 01-07-1955. Pela lei estadual nº 3.338, de 15-09-1956, o distrito de Apuiarés foi transferido para o recém-criado município de General Sampaio. Elevado à categoria de município com a denominação de Apuiarés, pela lei estadual nº 3.529, de 25-01-1957, desmembrado de General Sampaio, instalado em 01-03-1957, tendo como sede o antigo distrito de Apuiarés, único distrito do município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 6.445, de 21-07-1963, é criado o distrito de Vila Soares e anexado ao município de Apuiarés. Pela lei estadual nº 6.446, de 21-07-1963, é criado o distrito de Canafístula e anexado ao município de Apuiarés. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 3 distritos: Apuiarés (sede), Canafístula e Vila Soares, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Os atuais distritos do município são: Apuiarés (sede), Canafístula e Vila Soares.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e monocultura de

algodão arbóreo e herbáceo irrigados e herbáceo sequeiro, banana, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária, com bovinocultura de corte semi-intensiva, de corte intensiva, caprinocultura de corte semi-intensiva, leite intensiva e semi-intensiva, ovinocultura extensiva, suinocultura e avicultura; a piscicultura, com a produção de peixes em cativeiro, na localidade de Jaburu, nas proximidades do rio Curu; a indústria, em que se destacam as de laticínios, exceto leite, fabricação de conservas e sucos de frutas e hortaliças, preparação do leite, a de mobiliário, de vestuário, calçados e artigos de tecidos, couros e peles e as indústrias de telhas e tijolos de barro; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades com a utilização de oiticica e carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, fachadas e usos diversos na construção civil.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: o carnaval (fevereiro); a malhação do Judas (no sábado de aleluia); as festividades do padroeiro São Sebastião (10 a 20 de janeiro); festa de Santa Terezinha, padroeira de Canafístula (19 de setembro); o festival junino (junho) e a vaquejada (dezembro). Os campeonatos ou olimpíadas municipais de futebol e futsal são também importantes eventos do município, sendo o primeiro no início do ano e o outro no final.

Principais personalidades

José Alves Filho foi o primeiro prefeito de Apuiarés, de 1957 a 1958.

Neli Ribeiro Luz, primeira professora do grupo escolar de Canafístula – Apuiarés. A Escola recebeu o seu nome.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Apuiarés 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Apuiarés – outubro/98.

Aquiraz

Hino de Aquiraz

(Letra por Luciano Miranda
e melodia por Amaro Penna)

És o canto da ave que norteia
És da vida a fina teia
Que a luz semeia
Em cada coração

Primeira capital
Das terras do Ceará
És nau capitânia
Lembrança imortal
Que cada filho teu
Para sempre guardará
Primeira capital do Ceará

*Serenai verdes mares de Aquiraz,
Para que as árvores mostrem o seu verde
Serenai verdes mares do Aquiraz
E todo o povo também mostra sua paz*

Aquiraz,
Tua História
É a memória
De uma etnia viva
De belas raças que o tempo soube guardar
De uma gente que o tempo soube guardar
Em tuas praças o passado
Brinca de presente,
Alegre encontro de uma gente
Que luta para o futuro conquistar
Teus rios, campos e lagoas



Aquiraz

Sereno canto de amor tecendo loas
Ao guerreiro, herói obstinado
Que lavra a terra neste chão nordestinado.

E lá no horizonte,
Infinito mar,
Branças asas trazem homens peixes,
Que nas ondas vivem a pescar.

Serenai verdes mares de Aquiraz ...

Aquiraz é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Fortaleza e na mesorregião Metropolitana de Fortaleza.

O **IDH** de Aquiraz (2010) foi de 0,641, situando-se no nível médio, em 33º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 51,04, ficando em 5º lugar no Ceará.

Toponímia:

para Tristão de Alencar Araripe (*História da Província do Ceará – 1867*), Aquiraz é um nome de antiga vila de Portugal, mas, segundo Paulino Nogueira, a palavra é originária do tupi (*Akirás*) e significa, “gentio da terra” (*Vocabulário Indígena*, Revista do Instituto do Ceará, vol. 1º, pag. 220). Raimundo Girão e Antônio Martins Filho, em *O Ceará*, pag. 51, citam a discordância do Padre John Breiver, segundo o qual a palavra aquiraz é originária do tupi *Igikirá* (*ig = água, iki = perto, vizinho e yrá = adiante*) significando “água pouco adiante”, o que se justificaria pois “*o Aquiraz está situado sobre uma colina, banhada pelo rio Pacoti: - o indígena, que aí chegasse, diria naturalmente - ig iki yrá, agoaikirá ou aquiraz, como se escreve atualmente, isto é, ‘água pouco adiante’.*”

Gentílico:

aquirazense.

Limites geográficos

Norte: Oceano Atlântico, Fortaleza e Eusébio

Leste: Oceano Atlântico

Sul: Cascavel, Horizonte e Pindoretama

Oeste: Eusébio, Itaitinga e Horizonte

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Aquiraz, com **área** de 482,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 81.581 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.916,8 mm, e incidência de chuvas nos meses de janeiro a junho. A **altitude** é de 14,23 m e a distância para a Capital de 29,9 km, com acesso principal pelas rodovias CE-040 / CE-403 / CE-404 / CE-527. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (53,42%), areias quartzosas marinhas distróficas (3,65%), Bruno não cálcico (2,11%), podzólico vermelho amarelo distrófico (25,28%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (0,03%), solonchak sódico (5,87%), solonetz solodizado (6,18%) e solos aluviais eutróficos (2,75%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia Metropolitana, tendo como principais drenagens superficiais o rio Pacoti, o rio Catu e os riachos Caponga Funda e Catu, sendo o principal reservatório o Açude Catu. Com relação ao **relevo**, destacam-se os tabuleiros pré-litorâneos e a planície litorânea. A **vegetação** encontrada é o complexo vegetacional da zona litorânea, o cerrado e tabuleiros pré-litorâneos.

Síntese histórica

Aquiraz é historicamente um dos mais importantes municípios do Ceará, por ter sido, cronologicamente, a primeira vila da Capitania, criada em 13 de fevereiro de 1699, por ordem de El-Rei de Portugal, instalada em 1700 no núcleo de Fortaleza. A vila teve sucessivas mudanças de sede: em 1701, foi para a Barra do Ceará, lugar posteriormente denominado Vila Velha, por razões de segurança, em razão da pirataria; em 1706, mudou para Fortaleza, mas, no mesmo ano, voltou para a Barra do Ceará, retornando novamente para Fortaleza em 1708. Em 1710, a sede da vila volta a ser em Aquiraz, que passa a se denominar São José do Ribamar do Aquiraz, retornando em 1711 para Fortaleza. Por ordem régia de 09 de maio de 1713, a sede municipal foi transferida definitivamente para Aquiraz que permaneceu como capital da Capitania do Ceará até o ano de 1726, quando, criada por Carta Régia, a vila de Fortaleza foi fundada e se tornou a capital do Ceará. Aquiraz possui um rico patrimônio histórico, com sua arquitetura barroca portuguesa, na cidade velha, onde se encontram as principais edificações de interesse histórico e arquitetônico, dentre as quais as mais

importantes são: a *Igreja Matriz de São José de Ribamar*, construída no século XVIII, em que predominam os traços barrocos e neoclássicos, tendo no nicho central do altar-mor a imagem do padroeiro São José de Ribamar, calçado de botas, como forma de ressaltar a sua condição de bandeirante; a antiga *Casa de Câmara e Cadeia*, iniciada no século XVIII e concluída no ano de 1877, onde atualmente está instalado o Museu Sacro São José de Ribamar, inaugurado em 27 de setembro 1967, considerado o primeiro museu sacro do Ceará e o segundo do Norte-Nordeste, com cerca de 1.400 peças de cunho religioso, compreendendo objetos, missais, alfaias, imagens sacras, etc., datadas dos séculos XVII, XVIII e XIX. O antigo sobradão tem sua arquitetura original bastante conservada, em que se podem observar as grades das antigas celas no pavimento inferior, e o assoalho reforçado com vigas de carnaúba na parte superior, onde antes funcionava a câmara, o fórum e a prefeitura municipal. A peça mais importante do acervo é uma cruz processional de prata cinzelada datada do século XVIII, herança dos jesuítas que estiveram em Aquiraz; o *Mercado da Carne*, hoje *Mercado das Artes*, do século XIX, outrora centro comercial da cidade, impressiona o visitante pela particular técnica de construção, pela utilização da carnaúba e do tijolo adobe. Sua parte central era o local de comercialização da carne. A harmonia geométrica da armação do telhado deixa transparecer o caráter arrojado do estilo. Os antigos pontos comerciais, situados na parte externa, foram durante décadas o coração do comércio da cidade, fato que perdurou até o tombamento do prédio em 1988; a *Casa do Capitão-mor* é um raro exemplar do casario setecentista no Estado do Ceará, conhecida também como casa da Ouvidoria, nome do primeiro núcleo judiciário do Ceará. O singelo edifício é feito com paredes de pau-a-pique, reforçada com amarras de couro de boi, uma referência material ao ciclo econômico das charqueadas, que predominou na região durante o século XVIII. A riqueza de detalhes confere ao “antigo palácio” uma atmosfera nostálgica, lembrando um passado distante, marcado por histórias de botijas, fugas de escravos e pela bravura e sagacidade do respeitado e temido “Capitão-Mor”; a *Residência Apostólica*, ocupada pelo jesuítas por 32 anos (1727-1759), era conhecida como “Sítio Colégio” ou “Hospício dos Jesuítas”, hospício significando local de hospedagem, onde os padres missionários vinham descansar da desgastante atividade de catequese e recuperar as forças, para retornar

à missão de catequizar os indígenas nos mais longínquos confins da capitania. Foi nesse local que funcionou o primeiro centro de ensino do Ceará e seu primeiro seminário, constituindo-se num dos únicos polos difusores da cultura daquele tempo. Atualmente só restam do extinto estabelecimento as ruínas da antiga capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso, construída em 1753; as *Pontes Imperiais*, de que só restam escombros, ainda podem ser contempladas nas margens do rio Pacoti, que foram erguidas com material retirado das fundações do antigo “Hospício dos Jesuítas”, quando este foi demolido em 1854. A riqueza da aristocracia portuguesa de outrora ainda permanece à vista nas ruas do centro de Aquiraz, onde suntuosos casarões guardam semelhança com os modelos arquitetônicos de Portugal da época.

Formação Administrativa:

Elevado à categoria de vila, com a denominação de Aquiraz, por ordem régia de 13-02-1699, com sede no núcleo de Fortaleza, instalada em 1700. Em 1701, transferiu-se a sede do município para Barra do Ceará, posteriormente chamada de Vila Velha e que havia recebido a sede do governo municipal por oferecer melhor segurança naqueles tempos de pirataria. Em 1706, instala-se novamente o núcleo originário de Fortaleza. Pela segunda vez, ainda em 1706, volta à Barra do Ceará, retornando a Fortaleza em 1708. Em 1710 a vila recebe a denominação de São José do Ribamar do Aquiraz, devendo-se isso à transferência da sede do município para a localidade do Aquiraz, medida somente efetivada em 1713, posto que o alvará de 11 de março de 1711 fez reverter para Fortaleza a sede do município. A ordem régia de 30 de janeiro de 1711, executada pela de 9 de maio de 1713, é que transferiu, de maneira definitiva, para Aquiraz, a sede municipal. Pela lei municipal nº 2, de 12-01-1893, foram criados os distritos de Iguapé e Morará, anexados à vila de Aquiraz. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 3 distritos: Aquiraz (sede), Iguapé e Morará. Elevado à categoria de cidade, com a denominação de Aquiraz, pela lei estadual nº 1.258, de 27-07-1915. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, o município é extinto, sendo seu território anexado ao município de Cascavel. Elevado novamente à categoria de município, com a denominação de Aquiraz, pelo decreto nº 1.156, de 04-12-1933, desmembrado de Cascavel. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 6 distritos: Aquiraz (sede), Iguape, Eu-

sébio, Lagoa Seca, Olho d'Água e Telha, não constando o distrito de Morará. Pelo decreto estadual nº 1.591, de 23-05-1935, o distrito de Olho d'Água foi transferido do município de Aquiraz para Guarani. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município é constituído de 5 distritos: Aquiraz (sede), Eusébio de Queiróz, Iguape, Lagoa Seca e Telha. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, é criado o distrito de Serpa, com terras desmembradas dos extintos distritos de Lagoa Seca e Telha e anexado ao município de Aquiraz. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 4 distritos: Aquiraz (sede), Eusébio de Queiróz, Iguape e Serpa. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Iguape passou a denominar-se Jacaúna. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 4 distritos: Aquiraz (sede), Eusébio de Queiróz, Jacaúna e Serpa. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-09-1951, o distrito de Serpa passou a denominar-se Justiniano Serpa. Em divisão territorial datada 01-07-1960, o município é constituído de 4 distritos: Aquiraz (sede), Eusébio, Jacaúna e Justiniano Serpa, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-01-1979. Pelo decreto-lei estadual nº 11.469, de 06-07-1988, é criado o distrito de Camará e anexado ao município Aquiraz. Pela lei estadual nº 11.470, de 06-07-1988, é criado o distrito de Patacas e anexado ao município de Aquiraz. Pela lei estadual nº 11.471, de 06-07-1988, é criado o distrito de Tapera e anexado ao município de Aquiraz. Pela lei estadual nº 11.474, de 06-07-1988, é criado o distrito de Caponga da Bernarda e anexado ao município de Aquiraz. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 7 distritos: Aquiraz (sede), Camará, Caponga da Bernarda, Jacaúna, Justiniano Serpa, Patacas e Tapera. Pela lei municipal nº 066, de 19-04-1995, é criado o distrito de João de Castro e anexado ao município de Aquiraz. Em divisão territorial datada de 1999, o município é constituído de 8 distritos: Aquiraz (sede), Camará, Caponga da Bernarda, Jacaúna, João de Castro, Justiniano de Serpa, Patacas e Tapera, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Atualmente, o município é constituído dos distritos: Aquiraz (sede), Camará, Caponga da Bernarda, Jacaúna, João de Castro, Justiniano de Serpa, Patacas e Tapera.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de feijão, milho, mandioca e arroz e a monocultura do algo-

dão, banana, abacate, cana-de-açúcar, caju, castanha de caju, coco da baía e frutas diversas, como manga e mamão; a pecuária, com a criação de bovinos e ovinos, e em menor escala, caprinos, suínos, asininos, equinos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades tendo como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a mineração, com a exploração de areia, diatomito e argila, utilizados na fabricação de telhas e tijolos, e a produção de água potável; a atividade pesqueira, industrial e artesanal; o comércio, principalmente de gêneros alimentícios, artigos de vestuário, material para construção em geral e veículos, peças e acessórios; a indústria, tendo como principais setores os de transformação, de construção civil e do ramo de extração mineral na produção, extração, beneficiamento e comercialização de granito e outras pedras ornamentais, oriundas de jazidas próprias ou de terceiros, e a indústria de bebidas; o turismo, tendo como principais atrativos naturais os 36 km de praias, em que se destacam as do Porto das Dunas, com o Parque Aquático Beach Park, Prainha, Praia Bela, Presídio, Iguape, Barro Preto e Batoque; o patrimônio histórico, com edificações de interesse histórico e arquitetônico, dentre as quais as mais importantes são: a *Igreja Matriz de São José de Ribamar*; a antiga *Casa de Câmara e Cadeia*; o *Museu Sacro São José de Ribamar*; o *Mercado da Carne*, hoje *Mercado das Artes*; a *Casa do Capitão-mor*; a *Residência Apostólica*, antes conhecida como “Sítio Colégio” ou “Hospício dos Jesuítas”; as *Pontes Imperiais*, e outras.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais de Aquiraz são: os festejos do copadroeiro São Sebastião (janeiro); a festa do padroeiro São José de Ribamar (9 a 19 de março); a festa de São Francisco de Assis, no Porto das Dunas (4 de outubro); a feira metropolitana de artesanato; a festa de Nossa Senhora dos Navegantes, com a regata de jangadas – o Navegarte, reunindo cultura e arte (26 de novembro), e a festa da Dança do Coco do Iguape (15 de agosto).

Principais personalidades

Alberto Façanha de Sá (Aquiraz, 22 de abril de 1895 – Fortaleza 11 de março de 1961), engenheiro civil e de minas, guarda-livros laureado pela Fênix Caixeiral, foi professor do Colégio Militar do Ceará e construtor.

Carlos de Oliveira Ramos (Aquiraz, 2 de abril de 1908 – Rio de Janeiro, 13 de junho de 1987), advogado e escritor, membro da Academia Cearense de Letras. Foi juiz de Direito no Rio de Janeiro e desembargador no Estado da Guanabara.

Gil Amora (Aquiraz, 14 de maio de 1855 – Arronches, 28 de outubro de 1888), jornalista e advogado, promotor público de Acaraú e Aracati, juiz municipal de Pacatuba e Baturité e juiz substituto de Fortaleza. Foi chefe de polícia.

Joaquim da Costa Nogueira (Aquiraz, 28 de dezembro de 1866 – Fortaleza, 21 de julho de 1936), professor e escritor, foi o fundador do Instituto de Humanidades e do Colégio Nogueira. Professor do Liceu do Ceará.

Júlio de Matos Ibiapina (Aquiraz, 22 de setembro de 1890 – Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1947), advogado, militar, escritor e jornalista, foi professor do Liceu, da Escola Normal e do Colégio Militar. Membro da Academia Cearense de Letras e da ACI, fundou a Academia Brasileira de Filologia. Foi Secretário da Fazenda do Estado do Ceará.

Justiniano de Serpa (Aquiraz, 6 de janeiro de 1852 – Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1923), professor de Direito, orador, advogado, jurista e abolicionista. Participou do Centro Literário e foi um dos fundadores da Academia Cearense de Letras. Deputado geral, deputado constituinte pelo Ceará e deputado federal pelo Pará. Participou da comissão de elaboração do Código Civil, baseado no projeto de Clóvis Beviláqua. Em 1920, foi Presidente do Estado do Ceará.

Manassés Claudino Fonteles (Aquiraz, 7 de setembro de 1941), médico, com doutorado e pós-doutorado, foi reitor da Universidade Estadual do Ceará e membro da Academia Nacional de Medicina (2009).

Manuel Ambrósio da Silveira Torres Portugal (Aquiraz, 07 de dezembro de 1845 – Fortaleza, 21 de abril de 1883), professor, jornalista, advogado, foi deputado provincial e deputado geral e, após a proclamação da República, deputado federal.

Valentina Sampaio (Aquiraz, 10 de dezembro de 1996) é a modelo e atriz brasileira, que ficou conhecida por ser a primeira mulher transgênera a ser capa da revista *Vogue* e por ser a primeira trans a ser capa da revista *Vogue Brasil* e destaque na revista *Vogue Alemanha*.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Aquiraz 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Aquiraz – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Aracati

Hino de Aracati

(Letra por Maria de Fátima Oliveira
e melodia por Orlando Leite)

Embalados por brisas suaves
Sob os raios dos sóis tropicais
Tu escutas os hinos das aves
Que revoam os teus carnaubais.

*Aracati, cheio de glória
Brilha o teu nome varonil
Nas áureas páginas da história
Do Ceará e do Brasil.*

Teu passado é invicto e glorioso
Perfumado por mil tradições
E o porvir te saúda formoso
De nossa alma em mil vibrações.

Aracati, cheio de glória ...

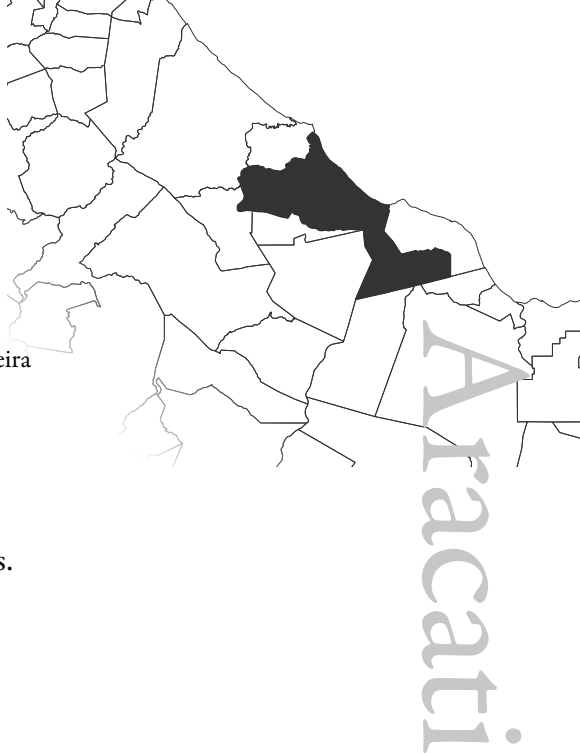
Pelo amor ao trabalho e ao saber
Confiamos, ó terra natal,
Conquistaste a grandeza, o poder
De tornar o teu nome imortal.

Aracati, cheio de glória ...

Para o alto ergue a fronte altaneira
Olha a frente o futuro a sorrir
Cresce, brilha, imponente e guerreira
Lutarão os teus filhos por ti.

Aracati é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Litoral de Aracati e mesorregião do Jaguaribe.

O **IDH** de Aracati (2010) foi de 0,655, situando-se no nível médio, em 20º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 38,24, ficando em 15º lugar no Ceará.



Toponímia:

o topônimo Aracati, de origem da tupi, significa “ar bom”, “tempo bom” (*ar* = tempo e *katu* = *bom*) ou “vento que sopra do norte e refresca os ardores do estio”.

Gentílico:

aracatiense.

Limites geográficos

Norte: Oceano Atlântico e Fortim

Leste: Icapuí e Oceano Atlântico

Sul: Jaguaruana e Rio Grande do Norte (Tibau, Mossoró, Baraúna).

Oeste: Palhano, Itaiçaba e Beberibe

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Aracati, com **área** de 1.228 km², tem **população estimada** para 2021 em 75.392 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 1.068,9 mm, e incidência de chuvas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 5,74 m e a distância para a Capital de 147,3 km, com acesso principal pelas rodovias BR-304 / CE-040 / CE-403 / CE-404 / CE-123. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (61,21%), areias quartzosas marinhas distróficas (2,93%), cambissolo eutrófico (3,87%), latossolo vermelho amarelo eutrófico (3,82%), podzólico vermelho amarelo distrófico (5,26%) e podzólico vermelho amarelo eutrófico (4,77%). Com relação ao **relevo**, destacam-se a planície litorânea, os tabuleiros pré-litorâneos e a Chapada do Apodi. Quanto à **hidrografia** e **recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Baixo Jaguaribe, tendo como principais drenagens o Rio Jaguaribe, córregos do Retiro, das Aroeiras, São Gonçalo e dos Fernandes, e a Lagoa de Santa Tereza. A **vegetação** é constituída de complexo vegetacional da zona litorânea (onde prevalece a caatinga), floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar com carnaúba) e floresta perenifólia paludosa marítima. Canoa Quebrada é uma Área de Proteção Ambiental - “*Área de Proteção Ambiental de Canoa Quebrada*” (APACQ).

Síntese histórica

Os primeiros habitantes das terras de Aracati, os índios Potyguara, tiveram os primeiros contatos com os europeus em 2 de fevereiro de 1500, quando o navegador espanhol Vicente Yáñez Pinzón aportou no local denominado Ponta Grossa ou Jabarana, segundo o historiador Tomás Pompeu de Sousa Brasil. Anos depois, Pero Coelho de Souza, durante a expedição contra os franceses que haviam invadido o Maranhão, ergueu, a 10 de agosto de 1603, às margens do Rio Jaguaribe, o Fortim de São Lourenço, iniciando-se a formação do povoado de São José do Porto dos Barcos, depois denominado, Cruz das Almas e, posteriormente, Santa Cruz do Aracati. Aracati tornou-se então um ponto de apoio militar, com a construção de várias edificações, como a Bateria do Retiro Grande, o Presídio da Ponta Grossa, o Presídio de Coroa Quebrada, o Presídio do Morro de Massaió e outras. Com o início das oficinas de produção de charque e carne de sol, consolidou-se a ocupação definitiva de Aracati, que se transformou em importante produtor de carne seca, sediando o principal porto de exportação deste produto para as regiões canavieiras, e se revelando como um importante ponto de apoio militar (Fortim de Aracati), na proteção do porto, na garantia do desenvolvimento das atividades comerciais e na segurança dos habitantes contra os ataques de índios. Com o crescimento do povoado, foi erguida no local, em 1714, uma capela. A atividade de abate e conservação da carne do charque se tornou uma das principais responsáveis pela ocupação e desenvolvimento do sertão do Ceará. Nos anos de 1740, já existiam oficinas no pequeno Arraial de São José do Porto dos Barcos, depois elevado à categoria de Vila com o nome de Santa Cruz do Aracati, hoje município de Aracati, que se constituiu num verdadeiro polo, onde era realizado o intercâmbio comercial com as populações das regiões circunvizinhas. Por longo tempo, a vila se tornou a localidade de maior influência na formação econômica, social e política do Ceará, transformando-se, em fins do século XVIII, juntamente com as vilas de São Bernardo das Russas e Icó, na praça de negócios mais desenvolvida do Ceará. Em 1743, foram instalados um juízo e um tabelionato locais e, em 1770, foram erguidas a Casa da Câmara e a Cadeia, na Rua do Comércio, antiga Rua das Flores. Aracati, no final da década de 1770, tinha uma população de cerca de 2 mil pessoas, cinco ruas com muitos sobrados e mais de setenta lojas. Em razão do crescimento

e desenvolvimento da vila, em 1829, foi apresentada, na Assembleia Geral do Ceará, uma proposta que visava transferir a sede do Governo da Capitania para a Vila de Aracati, mas a proposta foi rejeitada. Aracati, ao longo de sua história, sofreu com as enchentes do Rio Jaguaribe, ocorrendo grandes inundações, merecendo destaque as cheias de 1917, 1922, 1924, 1974, 1981 e 1985, tendo sido construído um dique de proteção, com cerca de 7 km de extensão, iniciado em 1982 e concluído 1989.

Formação administrativa:

Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Santa Cruz de Aracati, pela Resolução Régia de 11-04-1747, instalado em 10-02-1748, tendo como sede a povoação de Porto dos Barcos. Distrito criado com a denominação Santa Cruz de Aracati por Provisões de 12-09-1766 e 20-06-1780. Elevado à condição de cidade com a denominação de Aracati pela Provisão n.º 244, de 25-10-1842. Pelo Ato Provincial de 01-08-1875, é criado o distrito de Areias e anexado ao município de Aracati. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 2 distritos: Aracati (sede) e Areias. Pela Lei Estadual n.º 2.677, de 02-08-1929, é criado o distrito de Lagoa da Cruz e anexado ao município de Aracati. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933 o município aparece constituído de 4 distritos: Aracati (sede), Areias, Canoé e Lagoa da Cruz, assim permanecendo em divisão territorial datada 31-12-1936. Pela Lei Estadual n.º 386, de 14-10-1937, o distrito de Canoé mudou a denominação para Fortinho e o distrito de Lagoa da Cruz passou a se denominar Cabreiro. Em divisão territorial datada de 31-12-1937, o município aparece constituído de 4 distritos: Aracati (sede), Areias, Cabreiro e Fortinho. Pela Lei Estadual n.º 448, de 20-12-1938, foram criados os distritos de Caiçara, Mata Fresca e Tibau, com terras desmembradas do distrito de Areias e mudada a denominação de Fortinho para Fortim. No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943 o município é constituído de 7 distritos: Aracati (sede), Areias, Cabreiro, Caiçara, Fortim, Mata Fresca e Tibau. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 114, de 30-12-1943, ocorreram as seguintes mudanças de denominação de distritos: Caiçara passou a se chamar Icapuí; Tibau passou a chamar-se Cuipiranga e Areias tomou o nome de Ibicuitaba. Em divisão territorial datada de 01-07-1950 o município é constituído de 7 distritos: Ara-

cati (sede), Cabreiro, Cuipiranga, Fortim, Ibicuitaba, Icapuí e Mata Fresca, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. A Lei Estadual n.º 4.461, de 15-01-1959, desmembra do município de Aracati os distritos de Icapuí, Ibicuitaba e Cuipiranga, para constituírem o novo município de Icapuí. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 4 distritos: Aracati (sede), Cabreiro, Fortim e Mata Fresca, assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-12-1963. Pela Lei Estadual n.º 8.339, de 14-12-1965, Aracati recebeu como simples distrito o território do extinto município de Icapuí. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 7 distritos: Aracati (sede), Cabreiro, Cuipiranga, Fortim, Ibicuitaba, Icapuí e Mata Fresca, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-01-1979. A Lei Estadual n.º 11.003, de 15-01-1985, desmembrou do município de Aracati os distritos de Icapuí, Ibicuitaba e Cuipiranga, para constituírem o recriado município de Icapuí. Pela Lei Estadual n.º 11.481, de 20-07-1988, é criado o distrito de Barreiras dos Vianas e anexado ao município de Aracati. Em divisão territorial datada de 1988 o município é constituído de 5 distritos: Aracati (sede), Barreiras dos Vianas, Cabreiro, Fortim e Mata Fresca. Pela Lei Municipal n.º 046-A, de 21-02-1990, é criado o distrito de Santa Tereza e anexado ao município de Aracati. Pela Lei Municipal n.º 046-B, 04-04-1990, é criado o distrito de Córrego dos Fernandes e anexado ao município de Aracati. Pela Lei Municipal n.º 046-C, de 04-04-1990, é criado o distrito de Jirau e anexado ao município de Aracati. Em divisão territorial datada de 1991 o município é constituído de 8 distritos: Aracati (sede), Barreira dos Vianas, Cabreiro, Córrego dos Fernandes, Fortim, Jirau, Mata Fresca e Santa Tereza. A Lei Estadual n.º 11.928, de 27-03-1992, desmembrou do município de Aracati o distrito de Fortim, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 7 distritos: Aracati (sede), Barreiras dos Vianas, Cabreiro, Córrego dos Fernandes, Jirau, Mata Fresca e Santa Tereza, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. Os atuais distritos do município são: Aracati (sede), Barreira dos Vianas, Cabreiro, Córrego dos Fernandes, Jirau, Mata Fresca e Santa Tereza.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com as culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca e a monocultura

de algodão, cana-de-açúcar, caju, coco da baía, castanha de caju, melão, melancia e frutas diversas; a pesca industrial e artesanal e a criação de camarão em cativeiro; a pecuária, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o artesanato de bolsas, sacolas, redes e bordados; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades com a utilização da oiticica e da carnaúba; a mineração, com a extração de sal, e de areia, diatomito e argila, para fabricação de tijolos e telhas; a atividade extrativa de petróleo (em Aracati está a 4ª maior bacia de petróleo do Brasil, na Fazenda Belém), sendo o município que mais recebe royalties de petróleo no Ceará; a indústria de perfumaria, produtos de limpeza, produtos minerais não metálicos, de madeira e produtos de madeira, de produtos alimentícios, vestuário, calçados, tecidos, couros e peles e de bebidas; a produção de energia eólica, no Parque Eólico Bons Ventos, o maior parque eólico do Ceará; o turismo, tendo como principais atrativos as praias de Canoa Quebrada, Majorlândia e Quixaba e a primitiva praia de Lagoa do Mato; o Sítio Cumbe, com mangues, dunas, lagoas e um braço do rio Jaguaribe; o mercado público; o Teatro Francisca Clotilde, o Centro de Artesanato de Aracati e a arquitetura centenária de igrejas e prédios.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Senhor do Bonfim (1 de janeiro); o Festival Folclórico Cultural do Baixo Jaguaribe (janeiro); a Festa de São Sebastião (20 de janeiro); o Festival latino-americano de curta metragem de Canoa Quebrada (23 a 28 de janeiro); o Carnaval de Aracati (fevereiro/março); a Paixão de Cristo (Semana Santa); a “Canoarte” (julho); a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Rosário (7 de outubro); a Festa do Município (25 de outubro); a Regata de Jangadas de Majorlândia (outubro) e o Festival de Cultura e Gastronomia de Aracati (novembro).

Principais personalidades

Abelardo Gurgel Costa Lima, (Aracati, 12 de maio de 1917 – Fortaleza, 14 de abril de 2006), prefeito de Aracati, deputado estadual, foi presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, secretário do Trabalho e Ação Social e conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará.

Abelardo Gurgel Costa Lima Filho (Aracati, 15 de maio de 1941), bacharel em Direito, vice-prefeito e prefeito de Aracati. Na condição de suplente, efetivou-se como deputado estadual em 05-07-1979 (1979-1982).

Adolfo Caminha (Aracati, 29 de maio de 1867 – Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1897), escritor, integrou a Padaria Espiritual, da corrente do romance naturalista do Brasil, autor de livros de poesia e romance.

Alberto Jacques Klein (Aracati, 10 de julho de 1930 – Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1982), pianista, foi presidente da Sociedade de Cultura Artística e diretor do Conservatório de Música Alberto Nepomuceno. Participou da Orquestra Filarmônica de Londres. Lecionou na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade de Miami e foi diretor da Sala Cecília Meireles e da Orquestra Sinfônica Brasileira.

Antônio Cândido Antunes de Oliveira (Aracati, 1825 – Paris, 28 de dezembro de 1891), oficial da Guarda Nacional, condecorado cavaleiro, oficial e dignitário da Imperial Ordem da Rosa. Recebeu os títulos de barão e visconde de Messejana.

Antônio de Castro Vidal Barbosa (Aracati, 2 de maio de 1872 – Fortaleza, 1935), escritor e membro da Padaria Espiritual.

Benedito Augusto Carvalho dos Santos - Beni de Carvalho (Aracati, 3 de janeiro de 1886 – Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1959), professor, deputado federal, vice-presidente do Estado e interventor federal no Ceará. Membro da Academia Cearense de Letras e sócio honorário do Instituto do Ceará.

Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo - Monsenhor (Aracati, 06 de outubro de 1852 – Aracati, 29 de setembro de 1930), escritor e professor abolicionista, foi vigário de Soure (Caucaia) e de Maranguape. Sócio Efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

Conselheiro Custódio Manuel da Silva Guimarães (Aracati, 6 de maio de 1813 – Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1887). juiz de direito de Limoeiro, depois de Rio Formoso-PE, e da primeira vara cível daquele Estado. Desembargador da Relação do Maranhão e de Pernambuco. Ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1876).

Dom Manuel de Rego Medeiros (Aracati, 21 de setembro de 1829 – Maceió, 16 de setembro de 1866), sacerdote católico, capelão militar, graduado em direito civil e canônico. Foi bispo de Olinda.

Emiliano de Guimarães Queiroz (Aracati, 1 de janeiro de 1936) ator, radialista, locutor, radioator, autor, diretor e roteirista brasileiro.

Francisco de Paula Ney (Aracati, 2 de fevereiro de 1858 – Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1897), poeta, jornalista, abolicionista e boêmio de fama nacional da *belle époque*, no Rio de Janeiro. Com suas tiradas inteligentes e hilárias, tinha respostas para todas as ocasiões.

Francisco José do Nascimento - Dragão do Mar (Aracati, 15 de abril de 1839 – Fortaleza, 06 de março de 1914), jangadeiro e prático mor, participou do Movimento Abolicionista no Ceará, liderando a recusa dos jangadeiros do Ceará de embarcarem escravos para as províncias do sul, paralisando o mercado escravista do porto de Fortaleza.

Geminiano Maia (Aracati, 2 de fevereiro de 1847 – Fortaleza, 25 de fevereiro de 1916), presidente da Associação Comercial do Ceará, foi cônsul da Bolívia e vice-cônsul da Rússia no Ceará. Agraciado por D. Carlos, rei de Portugal, com o título de barão de Camocim.

Isaac Porto Meyer (Aracati, 01 de setembro de 1910 – Russas, 13 de junho de 1936), engenheiro civil e de minas, executou várias obras de engenharia para a Inspetoria de Obras contra as Secas. Faleceu em desastre automobilístico, aos 26 anos.

José Liberato Barroso (Aracati, 21 de setembro de 1830 – Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1885), advogado, escritor, tradutor e jornalista, foi deputado provincial, deputado geral e presidente das províncias do Ceará e de Pernambuco e em 1864, ministro interino dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

José Pereira da Graça (Aracati, 14 de março de 1812 – Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1889), magistrado e político, foi ministro do Supremo Tribunal de Justiça, no Brasil Império. Recebeu o título, único, de Barão de Aracati.

Júlio César da Fonseca Filho (Aracati, 10 de outubro de 1850 – Fortaleza, 21 de abril de 1931), orador e jornalista, foi um dos fundadores do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). Em 1906, renunciou à cadeira, passando à categoria de sócio honorário.

Osmundo Evangelista Rebouças (Aracati, 16 de outubro de 1942), economista, com pós-graduação e mestrado, foi professor da USP e assessor do Ministro do Planejamento. Secretário de Planejamento do Ceará e deputado federal constituinte. (1988).

Pedro José da Costa Barros (Aracati, 7 de outubro de 1779 – Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1839) foi um militar, primeiro presidente da província do Ceará (1824 e 1825), senador pelo Ceará e ministro de Estado.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Aracati 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Aracati – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Revista do Instituto do Ceará de 1931. NOBRE, F. Silva. 1001 Cearenses Notáveis. Rio de Janeiro. Casa do Ceará Editora. 1996, 398 p.

AZEVEDO, Rubens de. Os 40 da Casa do Barão. NOBRE, F. Silva. 1001 Cearenses Notáveis.

Aracoiaba

Hino de Aracoiaba

(Letra e melodia por
Dr. Salomão de Moura Brasil)

Aracoiaba, deu-te o nome
Um rio ameno e tão sereno,
A te banhar
E docemente, canta à sombra
O passaredo, no arvoredo
A te saudar.

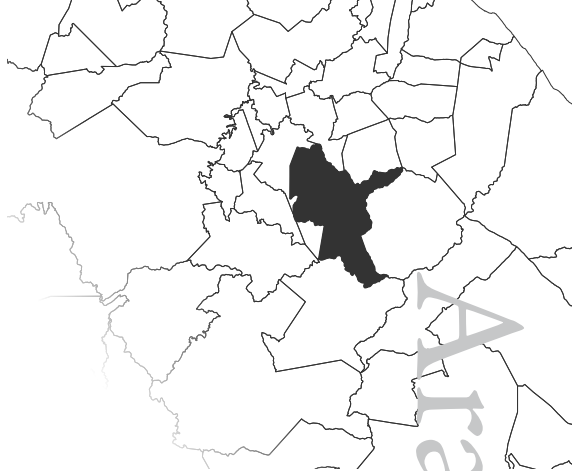
*Ó boa terra, de meus pais
Quem te visita não te esquece mais
E eis o porquê do teu valor,
É que ofereces muito mais amor.*

A pedra aguda, monólito
Terciário, legendário,
Lá no sertão.
Como atalaia, é referência
Ao viandante, ao navegante,
Na imensidão.

É o braço forte do teu filho
Exuberante, que constante,
Ergue o porvir.
E, corajoso, diz um “sim”,
Mais uma vez, com altivez, sim!
Ao progredir.

Aracoiaba é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Baturité, mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Aracoiaba (2010) foi de 0,615, situando-se no nível médio, em 87º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 28,56, ficando em 46º lugar no Ceará.



Toponímia:

o topônimo é proveniente da denominação do rio que atravessa a cidade. Palavra de origem tupi-guarani (*ara* = sol, tempo e *çoiaba* = cobertura, anteparo), significando anteparo ao sol, anteparo ao mau tempo, ou ainda, morro parecido com um chapéu. Segundo Paulinho Nogueira baseado em Montoya, a origem do topônimo indígena, seria composta de ARÁ (ave), CÓI (falar) e ABA (lugar), significando “lugar onde as aves gorjeiam” ou, segundo o Barão de Studart, ARA (ave), CÓI (falar) e ABA (lugar) significando “lugar do canto das aves”.

Gentílico:

aracoiabense.

Municípios limítrofes

Norte: Redenção e Barreira.

Leste: Ocara

Sul: Itapiúna e Ibaretama

Oeste: Baturité

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Aracoiaba, com **área** de 656,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 26.600 habitantes. Apresenta clima tropical quente semiárido, tropical quente semiárido brando e tropical quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.157,2 mm, e incidência de chuvas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 107,1m e a distância para a Capital de 92,3 km, com acesso principal pelas rodovias CE-060 / CE-253 / CE-356 / CE-566. O **solo** é bruno não cálcico (13,61%), planossolo solódico ta (24,56%), planossolo solódico e não solódico (5,88%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (46,37%), solo litólico eutrófico (1,30%) e solos aluviais eutróficos (8,29%). Com relação ao **relevo**, destacam-se tabuleiros pré-litorâneos, depressões sertanejas e maciços residuais. Quanto à **hidrografia** e **recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica Metropolitana, tendo como principais drenagens os rios Aracoiaba e Choró e os riachos Desafio, dos Cavalos, do Padre, Barreirinha e Quinxé, sendo as principais fontes de água cerca de 14 açudes, dentre os quais o Açude Aracoiaba (região metropolitana), duas adutoras e mais de 150

poços. A **vegetação** é constituída de: floresta subperenifolia tropical plúvio-nebular, floresta subcaducifolia tropical pluvial e caatinga arbustiva densa.

Síntese histórica

Antes do início de sua colonização, esta região era habitada por índios de origem tapuia: jenipapos, canindés, chorós e quesitos. Em 1655, os jesuítas já estavam presentes na região do Maciço de Baturité, mais precisamente em *Comum*, atualmente Olho D'Água dos Padres Jesuítas, iniciando-se a formação do núcleo urbano a partir de meados do século XVIII. Data de 1735 a primeira concessão de terras no Município de Aracoiaba. Domingos Simões Jordão, “cavaleiro professo na ordem de Cristo, capitão-mor da Capitania do Ceará Grande e Governador da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção”, despachando petição do capitão Pedro da Rocha Maciel, concedeu-lhe “três léguas de terras contínuas, principiando e confrontando tudo na forma de petição do suplicante, para ele e seus herdeiros ascendentes e descendentes com todas as suas águas, campos, matos, testados e logradouros que nelas houverem”. Ficava a sesmaria de Pedro da Rocha Maciel “em um riacho que nasce na serra de Baturité e deságua no rio Choró”, conhecido pelo nome de Aracoiaba. As terras marginais do rio Aracoiaba, com abundância de água a fertilidade do solo, eram próprias para o cultivo agrícola, especialmente da cana-de-açúcar. Assim é que foram, então, surgindo as primeiras moradias que formaram a pequena aldeia denominada “Canoa”, onde, anos depois, o Ato provincial de 18 de agosto de 1871 a transformou em sede de distrito policial. Com a construção da Estrada de Ferro de Baturité, Aracoiaba, então Arraial de Canoa, passa a remeter a sua produção de café para o Porto de Fortaleza, para fins de exportação. Em 14 de fevereiro de 1880, na localidade de Moamba, Muamba ou Arraial de Santa Isabel, foi inaugurada a estação ferroviária de Aracoiaba.

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Aracoiaba, pelo ato provincial de 18-08-1871 e lei provincial nº 1.607, de 21-08-1874, subordinado ao município de Baturité. Elevado à categoria de vila com a denominação de Aracoiaba, pelo decreto lei estadual nº 44, de 16-08-1890. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituída de 2 distritos: Aracoiaba (sede) e Varzantes. Pelo decreto-lei estadual nº 193, de 20-05-

1931, a vila é extinta, sendo seu território anexado ao município de Baturité. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Aracoiaba, pela lei estadual nº 1.156, de 04-12-1933, que também criou o distrito de São Sebastião, anexado ao município de Aracoiaba. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 3 distritos: Aracoiaba (sede), São Sebastião e Vazantes, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, é criado o distrito de Jurema com terras desmembradas dos distritos de São Sebastião e Vazantes e anexado ao município de Aracoiaba. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 4 distritos: Aracoiaba (sede), Jurema, São Sebastião e Vazantes. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Jurema passou a denominar-se Ocara e o distrito de São Sebastião a denominar-se Curupira. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 4 distritos: Aracoiaba (sede), Curupira, Ocara e Vazantes, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.832, de 06-12-1963, é desmembrado do município de Aracoiaba o distrito de Ocara, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.686, de 16-10-1963, é desmembrado do município de Aracoiaba o distrito de Vazantes, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.702, de 21-10-1963, é criado o distrito de Ideal e anexado ao município de Aracoiaba. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 3 distritos: Aracoiaba (sede), Curupira e Ideal. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, Aracoiaba adquiriu os extintos municípios de Ocara e Vazantes, que haviam sido criados, mas não instalados, figurando como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 5 distritos: Aracoiaba (sede), Curupira, Ideal, Ocara e Vazantes, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-01-1979. Pela lei estadual nº 11.415, de 28-12-1987, são desmembrados do município de Aracoiaba os distritos de Ocara e Curupira, para constituírem o novo município de Ocara. Pela lei municipal nº 410, de 18-01-1990, é criado o distrito de Jenipapeiro e anexado ao município de Aracoiaba. Pela lei municipal nº 411, de 18-01-1990, é criado o distrito de Plácido Martins e anexado ao município de Aracoiaba. Pela lei municipal nº 412, de 18-01-1990, é criado o distrito de Lagoa de São João e anexado ao

município de Aracoiaba. Pela lei municipal nº 413, de 18-01-1990, é criado o distrito de Pedra Branca e anexado ao município de Aracoiaba. Pela lei municipal nº 414, de 18-01-1990, é criado o distrito de Milton Belo e anexado ao município de Aracoiaba. Pela lei municipal nº 415, de 18-01-1990, é criado o distrito de Jaguarão e anexado ao município de Aracoiaba. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 9 distritos: Aracoiaba (sede), Ideal, Jaguarão, Jenipapeiro, Lagoa de São João, Milton Belo, Pedra Branca, Plácido Martins e Vazantes, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Atualmente, o município é constituído dos distritos: Aracoiaba (sede), Ideal, Jaguarão, Jenipapeiro, Lagoa de São João, Milton Belo, Pedra Branca, Plácido Martins e Vazantes.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com as culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca e a monocultura de algodão, castanha de caju, banana, abacate, arroz, cana-de-açúcar, tomate, limão, café, laranja, tangerina, cenoura e chuchu; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil e a extração dos minerais: espodumênio, grafita, calcário em forma cristalina, lepidolita, manganês, pinoluzita e quartzo industrial, e a extração de areia e argila, para utilização na fabricação de telhas e tijolos e extração de rocha calcária, utilizada na fabricação de cal; e a indústria de mobiliário, química, serviços de construção e produtos alimentares.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: os festejos de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Aracoiaba (8 de dezembro); a Festa de São Francisco (últimos dias de setembro até 4 de outubro); o aniversário do município (16 de agosto).

Principais personalidades

Ana Maria do Nascimento (Aracoiaba, 12 de outubro), graduada em Pedagogia, professora, poetisa, contista e trovadora, é a representante de Aracoiaba na Academia de Letras dos Municípios Cearenses - ALMECE.

Antônio Vicentino Neri da Silva, nome artístico Vicente Nery (Aracoiaba, 24/01/1977), cantor, compositor e músico cearense, integrante da banda de forró Cheiro de Menina, fundador da banda Forró Real e vocalista das bandas Caviar com Rapadura, Cavalo de Pau e Forró Legal.

Dom Raimundo de Castro e Silva (Aracoiaba, 01 de maio de 1905 – Fortaleza, 02 de agosto de 1991) bispo de Oeiras-PI e bispo auxiliar de Fortaleza, foi bispo titular de Uzali e bispo Emérito de Oeiras.

José Wilson Pereira (Aracoiaba, 15 de dezembro de 1931) foi um pentatleta olímpico, que representou o Brasil nos Jogos Olímpicos de 1960 e 1964. Campeão mundial da prova de natação do Pentatlo Moderno.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Aracoiaba 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Aracoiaba – outubro/98.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara

Ararendá

Hino de Ararendá

(Letra por Zilmar Mendes Martins
e melodia por Jorge do Amaral Dias)

Nosso brado vibrante e altaneiro,
Seja um eco de firme ufania.
Sejas tu, nossa terra um luzeiro,
Um farol, que só luz irradia.

*Salve, ó doce rincão cearense,
Ararendá, nosso berço querido!
Povo forte, que luta e que vence.
Ararendá, nosso berço querido!*

É tão belo o teu sol se sumindo,
Na quebrada da serra, ao poente,
E a brisa de leve vem vindo,
Com doçura, beijar a tua gente.

Salve, ó doce rincão cearense ...

Que a semente da paz alcançada,
Sobre o chão de tua gleba louçã,
Faça sempre que sejas lembrada,
No ontem, no hoje, no amanhã.

Salve, ó doce rincão cearense ...

Ararendá é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão de Crateús e mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Ararendá (2010) foi de 0,590, situando-se no nível baixo, em 153º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 22,71 ficando em 92º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originária do tupi significando “lugar das Araras” ou “Pouso dos Papagaios”.



Gentílico:

ararendaense.

Municípios limítrofes

Norte: Ipueiras

Leste: Nova Russas

Sul: Ipaporanga

Oeste: Poranga e Ipaporanga

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Ararendá, com área de 344,1 km², tem **população estimada** para 2021 em 10.983 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, tropical quente semiárido brando e tropical quente semiárido subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 918,6 mm, e incidência de chuvas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 350 m e a distância para a Capital de 346,5 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / CE-176 / CE-257 / CE-265. O solo é constituído de bruno não cálcico (12,12%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (75,43%) e solos aluviais eutróficos (11,96%). Com relação ao **relevo**, destacam-se o Planalto da Ibiapaba e a depressão sertaneja, tendo como principais elevações a Serra do Cedro, os morros do Tombador, do Benfica e do Balixto e os serrotes da Lagoa e do Moleque. Quanto à **hidrografia** e **recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Poti, tendo como principais drenagens o rio Diamante e os riachos da Barriguda, Cana Brava, Itauru e Olho D'água e como principais reservatórios os açudes Alto Grande, Carapinima, Itauru, João Pereira, São Joaquim, Siriema e Violete. A **vegetação** é constituída de floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea), floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular, floresta subcaducifólia tropical pluvial, caatinga arbustiva aberta e caatinga arbustiva densa.

Síntese histórica

As terras ao sopé da Serra de Ibiapaba eram habitadas por indígenas das etnias Tabajara, Tupinambá e Caratiú. Ararendá se originou da aldeia *Ararena* dos índios Tabajara, que recebeu, do capuchinho francês Claude de Abbeville, a denominação de Ararendá. Com a expansão da pecuária e a doação de terras via sesmarias na região, chegaram famílias oriundas de Per-

nambuco, que iniciaram a atividade pecuária, favorecendo o surgimento do núcleo urbano. A povoação, denominada inicialmente Canabrava e depois Canabrava dos Mourões, no sopé da Ibiapaba, se desenvolveu em área comprada pelo capitão-mor Antônio de Barros Galvão, um dos homens mais importantes e poderosos do Ipu na primeira década do século XVIII. O padroeiro do município é São Vicente de Paulo.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Canabrava, pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, com territórios desmembrados dos distritos de Nova Russas e Águas Belas, subordinados ao município de Nova Russas. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Canabrava figura no município de Nova Russas. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 12-12-1943, o distrito de Canabrava passou a denominar-se Ararendá. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Ararendá figura no município de Nova Russas, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Ararendá, pela lei estadual nº 6.525, de 05-09-1963, desmembrado de Nova Russas, constituído apenas do distrito sede, tendo como sede o antigo distrito de Ararendá. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído do distrito sede. Pelo decreto estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município é extinto, sendo seu território anexado ao município de Nova Russas. Em divisão territorial datada de 12-12-1968, Ararendá figura como simples distrito de Nova Russas, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Ararendá, pela lei estadual nº 11.771, de 21-12-1990, desmembrado de Nova Russas, instalado em 01-01-1993, tendo como sede o antigo distrito de Ararendá, constituído de 2 distritos: Ararendá (sede) e Santo Antônio, ambos desmembrados de Nova Russas. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 2 distritos: Ararendá (sede) e Santo Antônio, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 2007. Os atuais distritos do município são: Ararendá (sede), Ramadinha e Santo Antônio.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monocul-

turas de algodão, banana, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil e de areia e argila, utilizadas na fabricação de telhas e tijolos, e de calcário, utilizado na fabricação de cal.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Padroeiro São Vicente de Paulo (18 de julho); o Aniversário da Emancipação Política do município (21 de dezembro) e as Festas dos padroeiros (as) nas capelas dos distritos e localidades.

Principais personalidades

Capitão-mor Antônio de Barros Galvão, proprietário do sítio Canabrava, povoado que foi elevado à categoria de distrito e que, a partir de 1943, recebeu a denominação Ararendá. Foi um dos homens mais ricos e poderosos do Ipu, na primeira década do século XVIII.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Ararendá 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Ararendá – outubro/98.

Araripe

Hino de Araripe

(Autores da letra e da melodia
não identificados)

Araripe, gleba querida
Da terra de Alencar
Tens glorioso passado
Em teu seio a dormir!

Araripe, terra bendita
Vives na paz e no amor,
Prosternados devotamos
A ti o nosso louvor.

Berço de filhos ilustres,
Salve, salve, terra amada,
Olhando para o teu porvir
Seguimos contigo a jornada.

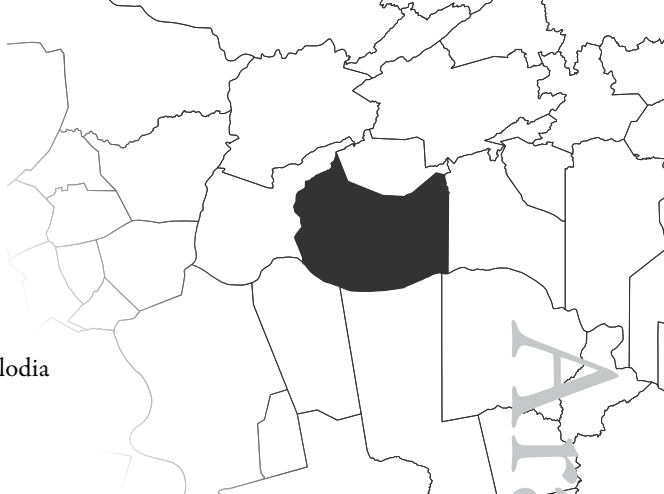
Cantando a glória sublime
Dos saudosos dias idos,
Sonhando com teu destino
Eles serão revividos.

Salve a gleba querida
Da bela terra da luz,
Vai trabalhando e cantando
O povo que te conduz!

Tens um clima tão ameno,
Teus campos tens flores mil
Rebanhos, lindas lavouras
Riquezas são do Brasil.

Araripe é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião da Chapada do Araripe e mesorregião Sul Cearense.

O **IDH** de Araripe (2010) foi de 0,564, situando-se no nível baixo, em 180º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 18,94, ficando em 140º lugar no Ceará.



Araripe

Toponímia:

o topônimo Araripe provém da denominação da chapada que se estende entre Ceará e Pernambuco, e significa no idioma tupi “lugar onde o dia começa”.

Gentílico:

araripeense

Municípios limítrofes

Norte: Potengi

Leste: Santana do Cariri

Sul: Ipubi e Bodocó (PE)

Oeste: Salitre

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Araripe, com **área** de 1.100 km², tem **população estimada** para 2021 em 21.707 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 598,6 mm, e incidência de chuvas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 605,8 m e a distância para a Capital de 517,9 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / CE-060 / CE-153 / CE-166 / CE-253 / CE-282 / CE-292 / CE-375 / CE-566. O solo é constituído de latossolo amarelo distrófico (62,06%), latossolo amarelo álico (24,50%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (6,14%), solo litólico eutrófico e distrófico (2,99%) e terra roxa estruturada eutrófica (4,32%). Com relação ao **relevo**, destacam-se a depressão sertaneja e a Chapada do Araripe. Quanto à **hidrografia** e **recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principais drenagens os riachos Montevideú, Brejinho e Quinquê e como principal reservatório o açude João Luís. A **vegetação** é constituída de carrasco, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese histórica

Em 1849, havia na povoação casas residenciais, apontando-se, entre elas, uma ainda existente à rua Alexandre Arraes, na qual foi celebrada a 1º

missa da povoação. Documentos do arquivo da Paróquia registram que no ano de 1871, seguinte ao da criação da freguesia (5 de novembro de 1870), o padre Henrique José Cavalcante, encontrando arruinada a antiga capelinha de Brejo Seco, arregimentou os católicos da localidade para a construção da igreja matriz, atualmente em ruínas. Essa passagem revela que àquela época contava a povoação de Brejo Seco com apreciável contingente humano, atraído, na sua maioria, pela presença do dinâmico missionário. A capela de Santo Antônio da povoação de Brejo Seco, sede da freguesia, compreendia os distritos de paz de Brejo Seco e Poço da Pedra, desmembrados da freguesia de Assaré. A freguesia de Brejo Seco foi instituída canonicamente pela provisão de D. Luís Antônio dos Santos, datada de 1 de dezembro de 1871 e provida no dia 10 do mesmo mês pelo padre Antônio Pereira de Oliveira Alencar.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Brejo Seco, pela lei provincial nº 1.359, de 05-11-1870. Elevado à categoria de município com a denominação de Brejo Seco, pela lei provincial nº 1.661, de 03-08-1875, tendo como sede a povoação de Brejo Seco. Pela lei provincial nº 2.172, de 23-08-1889, a vila de Brejo Seco passou a denominar-se Araripe. Pela lei estadual nº 523, de 19-07-1899, a vila é extinta e seu território anexado ao município de Campos Sales. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Araripe, pela lei provincial nº 798, de 11-08-1905, desmembrado de Assaré e Campos Sales. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 3 distritos: Araripe (sede), Brejinho e Chique-Chique, assim permanecendo nos quadros do recenseamento geral de 01-09-1920. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, o município é extinto, sendo seu território anexado ao município de Campos Sales. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, Araripe é distrito de Campos Sales. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Araripe, pelo decreto estadual nº 1.540, de 03-05-1935, desmembrado de Campo Sales e Assaré, constituído de 3 distritos: Araripe (sede), Brejinho e Chique-Chique. Em divisão territorial datada de 31-12-1937, o município aparece constituído de 3 distritos: Araripe (sede), Brejinho e Chique-Chique. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Chique-Chique, grafado “Xi-

que-Xique”, passou a denominar-se Potengi. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 3 distritos: Araripe (sede), Brejinho e Potengi. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, o distrito de Potengi passou a denominar-se Ibitiara. Em divisão territorial datada 01-07-1955, o município é constituído de 3 distritos: Araripe (sede), Brejinho e Ibitiara. Pela lei estadual nº 3.786, de 04-09-1957, o distrito de Ibitiara é desmembrado do município de Araripe, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Araripe (sede) e Brejinho, assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-12-1963. Pela lei estadual nº 7.140, de 10-01-1964, foram criados os distritos de Alagoinha, Pajeú e Riacho Grande e anexados ao município de Araripe. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 5 distritos: Araripe (sede), Alagoinha, Brejinho, Pajeú e Riacho Grande, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Os atuais distritos do município são: Araripe (sede), Alagoinha, Brejinho, Pajeú e Riacho Grande.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas de Araripe são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca, a as monoculturas de algodão, banana, cana-de-açúcar, castanha de caju, hortaliças e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica, o babaçu e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração com a extração de gipsita, rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, fachadas e usos diversos na construção civil; a extração de areia e argila, para fabricação de telhas e tijolos e de rocha calcária, para fabricação de cal; a atividade pesqueira desenvolvida em açudes e pequenos córregos; a indústria de produtos alimentícios.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Padroeiro Santo Antônio (13 de junho), a Festa do Município (1 a 3 de agosto) e o Festival de quadrilhas de Araripe - *Fequaripe* (junho), evento que conta com significativa participação popular, em que, durante uma noite as qua-

drilhas das escolas públicas municipais e estaduais apresentam danças típicas, músicas, vestimentas, coreografias, criatividade, animação e encenação de casamento em quadrilhas juninas.

Principais personalidades

Almino Loiola de Alencar (Araripe, 01 de janeiro de 1906 – Fortaleza, 16 de abril de 1989) foi comerciante, gerente do Matadouro Modelo de Juazeiro do Norte, adjunto de promotor, membro efetivo do Conselho de Contas dos Municípios e deputado estadual em duas legislaturas.

Antônio Girão Barroso (Araripe, 6 de junho de 1914 – Fortaleza, 12 de dezembro de 1990), escritor, poeta, jornalista e professor da Faculdade de Direito da UFC. Foi um dos fundadores do grupo *Clã* e membro da Academia Cearense de Letras.

José Alencar Furtado, (Araripe, 11 de agosto de 1925 – Brasília, 11 de janeiro de 2021), advogado e escritor, deputado federal pelo Paraná, casado em 30 de julho de 1977. Após a anistia, foi reeleito deputado federal em 1982.

Maria Violeta Arraes de Alencar Gervaiseau (Araripe, 5 de maio de 1926 - Rio de Janeiro, 17 de junho de 2008), socióloga, psicanalista e ativista política. Exilada em 1964, passou a divulgar a arte e a cultura brasileiras na França. Depois de anistiada em 1979, trabalhou como adida na embaixada brasileira em Paris. Foi secretária de Cultura do Ceará e Reitora da Universidade Regional do Cariri (URCA).

Miguel Arraes de Alencar (Araripe, 15 de dezembro de 1916 — Recife, 13 de agosto de 2005), advogado e economista, foi prefeito de Recife, deputado estadual, deputado federal e governador de Pernambuco por três vezes. Defensor dos pobres, teve o seu nome incluído no Livro dos Heróis da Pátria, no dia 25 de setembro de 2018.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Araripe 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Araripe – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Aratuba



Hino de Aratuba

(Letra por M. Edmilson e
melodia por Alfredo de Oliveira)

Neste dia de graça e de festa
Nossa terra é custódia de luz
Onde o povo fiel a Jesus
Seu perene louvor manifesta.

*Aratuba a cantar se levanta
Adorando seu Deus e Senhor
Que por nós um milagre de amor
Pequenino se faz na Hóstia Santa
Que por nós um milagre de amor
Pequenino se faz na Hóstia Santa.*

Seja um hino vibrante, um exemplo
Às cidades da serra e sertão,
Que alegres de longe verão,
Nossa terra mudada num templo.

Aratuba a cantar se levanta ...

E que o povo no seu santo almejo
Rejubile ao poder imitar
Tuas palmeiras, que ao lado do altar
A Deus formam um brilhante cortejo.

Aratuba a cantar se levanta ...

Cada um hoje ergue este brado
De joelhos Jesus te direi
Serás sempre meu Deus e meu rei
Serei sempre seu bravo soldado.

Aratuba a cantar se levanta ...

Aratuba é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Baturité e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Aratuba (2010) foi de 0,622, situando-se no nível médio, em 65º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 26,25, ficando em 62º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originária do tupi, que significa “abundância de pássaros”,

Gentílico:

aratubense

Municípios limítrofes

Norte: Mulungu

Leste: Capistrano

Sul: Canindé, Itapiúna e Capistrano

Oeste: Canindé

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Aratuba, com **área** de 114,8 km², tem **população estimada** para 2021 em 11.802 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente úmido e tropical subquente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.079,2 mm, e incidência de chuvas nos meses de fevereiro a maio. A **altitude** é de 830 m e a distância para a Capital de 120,3 km, com acesso principal pela rodovia CE-065. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (0,19%), podzólico vermelho amarelo distrófico (62,80%) e podzólico vermelho amarelo eutrófico (37,01%). Com relação ao **relevo**, Aratuba se localiza no Maciço de Baturité, a uma altura média de novecentos metros, com relevo bastante acidentado, sendo a principal elevação o Serrote da Benedita. É a cidade de maior altitude do Ceará. Quanto à **hidrografia** e **recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas do rio Curu e Metropolitana, tendo como principais drenagens os rios do Aracaju, dos Tavares, Putiú e Pesqueiro, e os riachos dos Barros, do Bom Jardim, do Cedro, Esterteal, Furna da Onça, da Lagoa Nova e Salgadinho. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, caatinga arbustiva aberta, floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca) e floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular.

Síntese histórica

As terras que atualmente constituem o município de Aratuba foram habitadas primitivamente por índios de origem tupi-guarani, como os canindés. Situa-se na serra de Guaramiranga, com terras férteis, propícias à formação de núcleo urbano. Esse povoado recebeu o nome de Coité, em referência à árvore da família das Bignoniáceas, produtora de fruto do qual, serrando-se ao meio, se fazem cuias, de muita utilidade doméstica nessa época. Sua formação como núcleo urbano ocorreu lentamente a partir do século XVIII, com as catequeses dos jesuítas e a construção de capela em homenagem a São Francisco de Paula em 1883. O clima ameno e a facilidade na produção de frutas foram fatores que atraíram o afluxo de pessoas oriundas de Baturité e de outras regiões, principalmente do semiárido cearense.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Coité, pela lei provincial nº 2.062, de 10-12-1883, elevado à categoria de vila com a denominação de Coité, pelo decreto estadual nº 35, de 01-08-1890, instalada em 16-08-1890. Pela lei estadual nº 550, de 25-08-1899, a vila de Coité é extinta, sendo seu território anexado ao município de Baturité. Elevado novamente à categoria de vila com a denominação de Coité, pela lei estadual nº 602, de 06-08-1890, desmembrada de Baturité. Em divisão administrativa do ano de 1911, o município consta com três distritos: Coité (sede), Pindoba e Tope. O decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, extingue o município de Coité, anexando o seu território ao município de Pacoti, e cria o distrito de Santos Dumont, com terras do extinto município de Coité, anexado ao município de Pacoti. Em divisão administrativa de 1933, o distrito de Santos Dumont figura pertencente ao município de Pacoti, assim permanecendo nas divisões territoriais de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Santos Dumont passou a denominar-se Aratuba. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito já denominado Aratuba continua no município de Pacoti, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município com a denominação de Aratuba, pela lei estadual nº 3.563, de 29-03-1957, desmembrado de Pacoti, foi instalado em 31-03-1957, tendo como sede o antigo distrito de Aratuba. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim

permanecendo em divisão territorial datada de 14-05-2001. Pela lei nº 173, de 27/12/2001, é criado o distrito de Pai João e anexado ao município de Aratuba. Os atuais distritos do município são: Aratuba (sede) e Pai João.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas de Aratuba são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju, hortaliças e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica, o babaçu e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; a indústria de produtos alimentares e de bebidas; o turismo, tendo como principais atrações a Reserva Ecológica de Aratuba; a Reserva de Brejo; as capelas do Tope e de Santa Rita; a Igreja Matriz de São Francisco de Paula; a Casa de Cultura; a Casa Paroquial; o Engenho Pindoba e a Mansão da Família Pereira.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Padroeiro São Francisco de Paula (22 de dezembro); a Festa de Nossa Senhora da Conceição (15 de agosto); o Dia do Município (29 de março), a Festa das Flores (26 de maio) e a Festa do Alho (21 de outubro).

Principais personalidades

José Joacy Pereira (Aratuba, 05 de outubro de 1918 – Canindé, 24 de junho de 1970) foi prefeito de Pacoti, que compreendia os distritos de Palmácia, Guaramiranga, Mulungu e Aratuba. Suplente de deputado estadual em 1959 e 1963, renunciou em 1964.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Aratuba 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Aratuba – outubro/98.

Arneiroz



Hino de Arneiroz

(Letra por Antônio de Sousa Torquato;
melodia por autor não identificado)

Onde antes foi terra ofuscante, nosso povo herói habitou.
Vendo a luz, persistiu almejante, quando o sol, no horizonte,
raiou.

Corações aguerridos à luta, braço forte com raça e vigor
Nossa gente sincera desfruta do processo excelente, o valor.

Arneiroz, Arneiroz!

Teu nome não cansemos de exaltar!

Arneiroz, Arneiroz!

Oh! Quanto é sublime te adorar!

Arneiroz de origem sublime
Enfrentaste bloqueio ao nascer,
Foste vítima da cruz do regime
Que tentou impedir-te crescer.
Triunfante na última etapa,
Da vitória, ouviste alta voz.
E na lista das Pátrias no mapa,
Hoje vemos teu nome, Arneiroz!

Arneiroz, Arneiroz! ...

Sob os raios de luz da esperança, um princípio de sonhos sorriu.
O passado remonta a lembrança do jucá, o tempo extinguiu.
Quando, então, nossa pátria fundada, por um povo herói, pertinaz,
Num declive da terra sagrada, instalou-se o templo da paz.

Arneiroz, Arneiroz! ...

Do trabalho da mãe natureza, Jaguaribe fendeu o teu chão
Te entregando à rara beleza, dentre os montes, o teu boqueirão.

Quando um sopro de glória vem lento, sobre os galhos do teu favelal,
Dá até impressão que é vento aclamando teu nome imortal!

Arneiroz, Arneiroz! ...

Na peleja com idas e voltas,
Veio a tua emancipação.
Agregaste intensas revoltas, batalhões e colonização.
Os detalhes da tua bandeira enaltecem teu belo perfil,
Tua gente é hospitaleira,
Tu és terra da terra Brasil!

Arneiroz é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão de Inhamuns, mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Arneiroz (2010) foi de 0,618, situando-se no nível médio, em 76º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 13,50, ficando em 172º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Arneiroz, proveniente da denominação de antiga freguesia de Portugal, se origina de corruptela de arenariola, do português da época medieval, que significa “terreno arenoso e estéril”.

Gentílico:

arneirozense.

Municípios limítrofes

Norte: Mombaça e Tauá

Leste: Saboeiro, Catarina e Mombaça

Sul: Aiuaba

Oeste: Tauá e Parambu

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Arneiroz, com **área** de 1.066,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 7.848 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 832,7 mm, e incidência de chuvas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 337,9 m e a distância para a Capital de 404,3 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 /

BR-222 / CE-187. O **solo** é constituído por bruno não cálcico (12,92%), planossolo solódico ta (0,58%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (10,33%), solo litólico eutrófico (70,86%), solo litólico eutrófico e distrófico (5,24%) e solos aluviais eutróficos (0,07%). Com relação ao **relevo**, predominam os maciços residuais e a depressão sertaneja, tendo como principal elevação a Serra do Arneiroz. Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais o Rio Jaguaribe e os riachos do Serrote, na divisa com Aiuaba, Barbalha, do Peri, do Negro e do Saco, sendo os principais reservatórios os açudes Arneiroz II e o Macauim, que abastece a população da sede do município. A **vegetação** é composta por caatinga arbustiva aberta e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese histórica

No início do século XVIII, formou-se uma missão no sertão dos Inhamuns, reunindo índios da tribo Jucás, tendo como missionário um padre, cuja atuação foi tão desastrosa que houve a necessidade de fazer a transferência de parte do agrupamento para Baturité e Crato, onde havia outras missões. Apesar da dispersão, o aldeamento não se desfez totalmente e nele passaram a dominar elementos da família Feitosa, que se tornou mais tarde proprietária da região. A história de Arneiroz surge com a chegada dos irmãos portugueses coronel Francisco Alves Feitosa e o comissário de cavalaria Lourenço Alves Feitosa no início do século XVIII, que se estabeleceram na localidade hoje conhecida como Barra do Jucá e por lá viveram por diversos anos.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Arneiroz, pela provisão de 11-08-1784, subordinado ao município de Tauá. Elevado à categoria de vila com a denominação de Arneiroz, pela lei provincial nº 1.128, de 21-11-1864, desmembrado de Tauá, tendo como sede o antigo distrito de Arneiroz. Pela lei provincial nº 1.279, de 28-09-1869, é criado o distrito de Cococi e anexado ao município de Arneiroz. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 3 distritos: Arneiroz (sede), Bebedouro e Cococi. Nos quadros de apuração do Re-

censeamento Geral de 01-09-1920, o município aparece constituído de 4 distritos: Arneiroz (sede), Bebedouro, Cococi e Santa Catarina. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, é extinto o município de Arneiroz, sendo seu território anexado ao município de Tauá. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, Arneiroz é distrito de Tauá, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Arneiroz, pela lei estadual nº 3.554, de 14-03-1957, desmembrado de Tauá, instalado em 26-05-1957, tendo como sede o antigo distrito de Arneiroz, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2002. Pela lei municipal nº 342, de 02-12-2002, foram criados os distritos de Planalto e Cachoeira de Fora e anexados ao município de Arneiroz. Pela lei municipal nº 06, de 28-02-2013, foi criado o distrito de Novo Horizonte e anexado ao município de Arneiroz. Pela divisão administrativa referente ao ano de 2013, o município se constitui dos distritos: Arneiroz (sede), Cachoeira de Fora, Novo Horizonte e Planalto. Os atuais distritos do município são: Arneiroz (sede), Cachoeira de Fora, Novo Horizonte e Planalto.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência, com as culturas de feijão, milho, mandioca e arroz e as monoculturas de algodão, mamona, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, suínos, caprinos, ovinos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a atividade pesqueira nos açudes; a mineração, com a extração de rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; a extração de areia e argila, para a fabricação de telhas e tijolos, e de rocha calcária para a fabricação de cal; o turismo e o turismo religioso, tendo como principais atrativos: o nicho antigo de Nossa Senhora, construído em 1762 para ser a capela principal dedicada a Nossa Senhora, transferida para a atual localização, onde funciona a Igreja

Nossa Senhora da Paz, que permanece com seus traços originais do período colonial e representa o marco histórico na cidade de Arneiroz, encontrando-se no seu interior o Cristo Crucificado, de tamanho original, trazido de Portugal no ano de 1766, e pequenas imagens barrocas, também portuguesas, de meados da década de 1710; o Açude Arneiroz II, quarto maior reservatório de água represada do Ceará; a Gruta da Marciana localizada no Distrito de Planalto, no local em que a escrava Marciana, vítima de castigos, foi enterrada; ela é considerada pela comunidade, e por devotos da região e do todo o Estado, como “Santa Marciana”.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais são a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Paz (de 30 de agosto a 08 de setembro); as Festividades de São Francisco de Assis, padroeiro de Novo Horizonte (26 de setembro a 4 de outubro), o Festival Internacional dos Inhamuns - de Circo, Bonecos e Arte de Rua, sendo sedes desse evento as cidades de Arneiroz, Crateús e Tauá (7 a 13 de junho); e a Festa de Sant’Ana, de natureza religiosa, que atrai ao distrito Planalto os devotos da santa e da escrava Marciana, a “Santa Marciana”, enterrada naquele local (26 de julho).

Principais personalidades

Antero José de Lima - Padre (Arneiroz, 31 de dezembro de 1845 – Manaus, 11 de outubro de 1924), sacerdote católico, ocupou a presidência da Província do Ceará, em caráter interino, de 13 a 16-11-1889.

Antônio Teodósio Nunes (Arneiroz, 7 de fevereiro de 1931 – Crato, 11 de Junho de 2018), historiador, escritor e genealogista, foi reitor do Seminário Diocesano São José, coordenador da Fundação Padre Ibiapina, diretor da Cáritas Diocesana e presidente do Instituto Genealógico do Cariri.

Espedito Seleiro, nome pelo qual ficou conhecido Espedito Velozo de Carvalho (Arneiroz, 1939), artesão que utiliza o couro como matéria prima. Mestre da cultura, recebeu os títulos de Notório Saber da UECE e UFC. Condecorado pelo MEC em 2011 com a *Ordem do Mérito Cultural*.

Francisco Alves Feitosa, juntamente com o irmão Lourenço, foi o primeiro colonizador das terras e proprietário de fazendas de gado, ao lon-

go do rio Jucá, por volta de 1707. Foi o responsável pela construção da Igreja Velha em Arneiroz.

Luiz Odorico Monteiro de Andrade (Arneiroz, 11 de agosto de 1961), médico, professor, pesquisador e político, foi deputado federal pelo Ceará, secretário municipal de Saúde em Icapuí, Quixadá, Sobral e Fortaleza, um dos responsáveis pela implantação do Programa Mais Médicos no Ceará.

Paulo de Melo Jorge Filho ou Paulo Petrola (Arneiroz, 1941 – Fortaleza, 2 de dezembro de 2004), educador e filósofo, bacharel em Filosofia e Direito, com mestrado em Sociologia do Desenvolvimento. Reitor da UECE, secretário da Educação da Prefeitura de Fortaleza.

Valdetário Andrade Monteiro (Arneiroz, 10 de julho de 1971), advogado, especialista em Direito Empresarial, com mestrado pela Universidade do Porto. Presidente da OAB-CE e conselheiro federal da OAB, foi membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Arneiroz 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Arneiroz – outubro/98.

Assaré



Hino de Assaré

(Letra por João Junqueira de Guarani de Sales
e melodia por Josino Roberto de Sousa)

Salve oh dia ditoso e de gloria
Em que um povo com amor tão profundo
Principia escrever nossa história
Semeando este solo profundo

*A tua luz de raios mil
Enche nossa alma de alta fé
Pela grandeza do Brasil
Pelo progresso do Assaré*

Retratando um enlace perfeito
Desta terra com sua gente altiva
Entre tantos filhos, foi eleito
O poeta maior Patativa
Assaré venturoso e brilhante
Vibrará nos clarins da vitória
Ascendendo ligeiro e triunfante
Nos caminhos sublimes da glória
Exaltemos povo varonil
Esta terra que sempre será
Filho ilustre do nosso Brasil
E o orgulho do nosso Ceará.

Assaré é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião da Chapada do Araripe e mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Assaré (2010) foi de 0,600, situando-se no nível médio, em 133º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 21,16, ficando em 116º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originária do tupi, que significa “atalho” ou “caminho diferente”.

Gentílico:

assareense

Municípios limítrofes

Norte: Tarrafas e Antonina do Norte

Leste: Altaneira e Farias Brito

Sul: Potengi, Santana do Cariri e Altaneira

Oeste: Antonina do Norte e Campo Sales

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Assaré, com **área** de 1.116,3 km², tem **população estimada** para 2021 em 23.537 habitantes. Apresenta clima tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 911,6 mm, e incidência de chuvas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 470 m e a distância para a Capital de 469,9 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / CE-176 / CE-371 / CE-388. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (6,23%), latossolo amarelo distrófico (3,95%), latossolo amarelo álico (4,84%), latossolo vermelho escuro eutrófico (6,86%), planossolo solódico ta (0,91%) podzólico vermelho amarelo eutrófico (3,61%), solo litólico eutrófico (45,68%), solos aluviais eutróficos (1,48%) e terra roxa estruturada eutrófica (26,43%). Com relação ao **relevo**, destacam-se o maciço residual e a depressão sertaneja. Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principais drenagens o rio dos Bastiões e aos riachos São Miguel, Quincaré, Grande, do Felipe e Urucu, sendo o principal reservatório o Açude Canoas (Alto Jaguaribe). A **vegetação** é constituída de floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese histórica

Até o ano de 1775, o local onde se localiza o atual município de Assaré não era povoado. Existia apenas um campo sem vegetação, com algumas carnaubeiras e árvores nativas da espécie pereiro, poucas oiticicas e abundante pastagem nas várzeas, tornando a área apropriada para a criação. Nessa época, Alexandre da Silva Pereira adquiriu algumas braças de terras e nelas se instalou com a família, à margem do regato mais volumoso da região, tendo ao norte a várzea de carnaubal e ao sul os campos de “lagoa da

pedra”. Em pouco tempo, a fazenda, em razão de sua localização, se transformou em entreposto comercial de pessoas que iam e vinham do Cariri, Inhamuns e da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Para favorecer o povoamento, o proprietário fez doações, a pessoas interessadas, de pequenas porções de terras em torno de sua fazenda, reservando uma área para a construção de capela em homenagem a Nossa Senhora das Dores. Em 1823, os independentes do Ceará Grande, organizando a expedição que foi conhecida por Marcha de Caxias, a fim de sufocar os rebeldes do Piauí, transformaram o povoado em “campo de concentração”, ficando ali aquartelados, o que concorreu para melhorar as condições do povoado. Em 1831 ia ser elevado a distrito de paz, quando a revolução de Joaquim Pinto Madeira irrompeu no Cariri, tornando-se estas terras teatro de lutas entre liberais e “corcundas”. A sede da freguesia, entretanto, ficou em Santana do Brejo Grande - Santana do Cariri (1838). A construção da igreja matriz de Nossa Senhora das Dores começou em 1842, no local da primitiva capelinha. Em 1844, foi construído, às expensas da padroeira, o açude Banguê, depois denominado Açude de Nossa Senhora. Assaré passou a sede de freguesia em 1850, com a transferência de Santana do Brejo Grande (Santana do Cariri), com a nova denominação de Freguesia de Nossa Senhora das Dores da Ribeira dos Bastiões.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Assaré, pela lei provincial nº 520, de 04-12-1850. Elevado à categoria de vila com a denominação de Assaré, pela lei provincial nº 1.152, de 19-07-1865, instalada em 11-01-1869, desmembrada de Saboeiro e constituída apenas do distrito sede. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído do distrito sede. Pelo ato estadual de 07-06-1920, é criado o distrito de Tarrafas e anexado ao município de Assaré. Pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, foram criados os distritos de Amaro e Araras e anexados ao município de Assaré. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 6 distritos: Assaré (sede), Amaro, Araras, Brejinho, Chique-Chique e Tarrafas, sendo Brejinho e Chique-Chique pertencentes anteriormente ao extinto município de Araripe. O decreto estadual nº 1.540, de 03-05-1935, desmembra do município de Assaré os distritos de Brejinho e Chique-Chique, para constituírem o novo município de Araripe. Em divisão territorial datada de 31-12-1936, o município é

constituído de 4 distritos: Assaré (sede), Amaro, Araras e Tarrafas. Em divisão territorial datada de 31-12-1937, o município é constituído de 4 distritos: Assaré (sede), Amaro, Araras e Tarrafas. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Araras passou a denominar-se Aratama. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 4 distritos: Assaré (sede), Amaro, Aratama e Tarrafas. Pelo decreto estadual nº 2.194, de 15-12-1955, Assaré adquiriu o distrito de Altaneira do município de Quixaba. Pela lei estadual nº 4.396, de 18-12-1958, é desmembrado do município de Assaré o distrito de Altaneira, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 4 distritos: Assaré (sede), Amaro, Aratama e Tarrafas. Pela lei estadual nº 6.333, de 14-06-1963, é desmembrado do município de Assaré o distrito de Amaro, elevado à categoria de município, com a denominação de Amaro do Ceará. A lei estadual nº 6.568, de 18-09-1963, desmembra do município de Assaré o distrito de Aratama, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.810, de 03-12-1963, é desmembrado do município de Assaré o distrito de Tarrafas, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-07-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, Assaré adquiriu os extintos municípios de Amaro, Aratama e Tarrafas, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-07-1968, o município é constituído de 4 distritos: Assaré (sede), Amaro, Aratama e Tarrafas, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Pela lei estadual nº 11.360, de 21-10-1987, é desmembrado do município de Assaré o distrito de Tarrafas, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 3 distritos: Assaré (sede), Amaro e Aratama, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Os atuais distritos de Assaré são: Assaré (sede), Amaro, Genezaré e Aratama.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e a monocultura de algodão, cana-de-açúcar e frutas diversas; a atividade pesqueira artesanal desenvolvida em açudes, nas margens da barragem Canoas e nos riachos existentes na região; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o artesanato de redes e bordados; o extrativismo vegetal com a fabricação

de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil, o turismo e o comércio.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora das Dores (7 de setembro a 15 de setembro); a Festa dos Caretas (Parque de Vaquejada e Vila Bonita), na Semana Santa; Assaré em Arte e Cultura – Festa do Patativa (março); a Paixão de Cristo – Sexta Feira da Paixão; Assaré Junino (junho); a Festa de Aniversário do Município (19 de julho); a Vaquejada do Parque de Vaquejada Vicente Liberalino (julho) e Natal de Luz (dezembro). Os principais grupos de cultura popular de Assaré são a Banda Cabaçal de Mestre Zé Lino, o Grupo de Coco dos Biliscos, o Reisado de Caretas, a Academia da Poesia Popular, o Arraiá do Patativa e os Penitentes do Genezaré.

Principais personalidades

Alexandre da Silva Pereira, proprietário de terras, considerado o fundador de Assaré, tendo promovido o seu povoamento doando terras em torno de sua fazenda, destinando uma parte para a construção de pequena capela em honra de Nossa Senhora das Dores.

Alzeneide Cândido Cunha Fonseca (Sítio São João – Icó, em 5 de junho de 1959), cantora lírica, regente e professora de Arte e Educação, graduada em Economia e licenciada em Música, com especialização em Arte e Educação. Integrou o Coral da UNIFOR. Representante de Assaré na Academia de Letras dos Municípios Cearenses - ALMECE.

Manuel Gonçalves e Silva (Assaré, 26 de março de 1928 – Fortaleza, 21 de outubro de 1987), advogado, elegeu-se deputado federal em 1978, reeleito em 1982.

Padre Ágio Augusto Moreira (Assaré, 5 de fevereiro de 1918 – Crato, 12 de junho de 2019), sacerdote católico que teve o título de Monsenhor. No Crato, foi vigário de diversas paróquias, criou a Sociedade Lírica de Belmonte e foi professor de música. Fundou a Escola de Educação Artística

Heitor Villa, ensejando a criação, pela SECULT, da Vila da Música, atual Vila da Música Mons. Ágio Augusto Moreira.

Patativa do Assaré - Antônio Gonçalves da Silva (Assaré, 5 de março de 1909 – Assaré, 8 de julho de 2002), poeta popular, compositor, cantor e improvisador, aos doze anos frequentou a escola local, alfabetizado por apenas alguns meses. A partir de então, começou a fazer repentes e a se apresentar em festas e ocasiões importantes. Aos vinte anos recebeu o pseudônimo de *Patativa*. Publicou vários livros.

Pedro de Brito Firmeza (Assaré, 17 de fevereiro de 1901 – Rio de Janeiro, 2 de junho de 1965), jornalista, formou-se em Direito e ingressou na Justiça Militar do Estado. Foi interventor federal no Ceará de 16-02 a 28-10-1946. Deputado estadual, reeleito por duas vezes. Foi deputado federal, renunciando em 1937, para assumir o cargo de ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Assaré 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Assaré – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Aurora

Hino de Aurora

(Letra e melodia por
Professor José Dantas da Silva)

*Oh Aurora! ...
Aqui que quero viver
Ó terra amada
Meu berço, meu prazer!*

De há muito és história
Tens anais de verso e prosa
Teus valores. Oh! Aurora
Defendem tua memória
És terra firme e forte
De todos és a glória.
Glória e tradição

Oh Aurora! ...
Tu tens morro e colina
Lindas aves na campina
Que entoam nas manhãs
Um hino à natureza
Neste canto do Brasil
Tem viola e tem canção.
Canção que fala ao coração

Oh Aurora! ...
Tens um povo forte e cívico
Mocidade a cultivar
O trabalho a devoção
A ordem no lugar
O turista te adora
dentro do meu Ceará



Aurora

Tu és Aurora

Oh Aurora! ...

Aurora é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Barro e mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Aurora (2010) foi de 0,605, situando-se no nível médio, em 118º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 18,11 ficando em 152º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Aurora é o nome simplificado do local Aurora Velha, onde antigamente existia uma taberna de comestíveis, beberagens e hospedaria. Aurora se origina do português “aurora”, que significa amanhecer.

Gentílico:

aurorense.

Municípios limítrofes

Norte: Lavras da Mangabeira e Ipaumirim

Leste: Estado da Paraíba, Barro e Ipaumirim

Sul: Caririaçu, Barro, Milagres e Missão Velha

Oeste: Caririaçu

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Aurora, com **área** de 885,8 km², tem **população estimada** para 2021 em 24.567 habitantes. Apresenta clima tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 1.280,4 mm, e incidência de chuvas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 283 m e a distância para a Capital de 464 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / BR-226 / BR-230 / CE-138 / CE-288 / CE-368 / CE-371. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (42,41%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (10,59%), solo litólico eutrófico (43,03%) solos aluviais eutróficos (3,95%) e vertissolo (0,01%). Com relação ao **relevo**, destacam-se as depressões sertanejas. Quanto à **hidrografia** e **recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Salgado, tendo como principais drenagens superficiais o rio Salgado e os riachos da Jitirana, Pau

Branco, Tipi, dos Cavalos, do Juiz, Olho D'Água, Jenipapeiro e Jenipapeiro de Cima, este na divisa com o município de Missão Velha. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, caatinga arbustiva aberta e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese histórica

As terras às margens do rio Salgado eram habitadas por diversas etnias indígenas, entre elas as dos Cariri e dos Guariú. Há informações contraditórias, por parte de alguns historiadores, quanto à fundação e ao fundador da cidade de Aurora. A povoação que deu origem a esse município, que se denominou primitivamente “Venda”, surgiu da antiga Fazenda Logradouro, de propriedade do Padre Antônio Leite de Oliveira, que a adquiriu do coronel Antônio Lopes de Andrade (primeiro Comandante do Corpo de Cavalaria da Vila Real do Crato) e sua consorte Arcângela Maria. O religioso construiu na fazenda um Oratório ou Casa de Oração, para a celebração das cerimônias religiosas e para a administração dos sacramentos. Com a morte do Padre Antônio Leite, a propriedade passou para os herdeiros: o alferes João Luís Xavier e Davi Cardoso dos Santos, cuja filha Maria dos Santos casou-se em 1831 com Francisco Xavier de Souza. Consta que, com a morte do sogro, Francisco Xavier ficou com sua parte na Fazenda Logradouro e, a pedido da esposa, mandou construir uma capela dedicada ao Senhor Menino Deus. A denominação de Venda para o lugarejo se deve ao fato de existir, no local Aurora Velha, um ponto comercial para venda de comidas e bebidas, à beira da estrada que ligava Icó ao Cariri, de propriedade de uma mulher de nome Aurora, que era ponto estratégico para pousada e abastecimento, nas idas e vindas dos tropeiros de diversas regiões. Segundo o escritor Joaryvar Macedo, no livro *Temas Históricos Regionais*, a localidade já era conhecida com o nome Venda desde fins do século XVIII, início do século XIX, quando o Padre Antônio Leite era proprietário da Fazenda ou Sítio Logradouro. Segundo o historiador Renato Braga, no *Dicionário Histórico e Geográfico do Ceará*, o primeiro templo fundado no local foi a capela mandada construir por Francisco Xavier, na Fazenda Logradouro, em 1837, dedicada ao Senhor Menino Deus, atual padroeiro do município, em área de 300 braças de terras por ele doadas, no local onde hoje se situa a igreja matriz de Aurora. Os historiadores Antônio Martins Filho

e Raimundo Girão discordam, afirmando que a primeira capela teria sido levantada “por um preto chamado Benedito José dos Santos, com esmolas doadas pelos moradores da ribeira do Salgado, tendo como padroeiro São Benedito”. Essa versão é contestada por Renato Braga, afirmando que a capela de São Benedito data do Segundo Império (1840-1889), posterior à da Fazenda Logradouro, da época da Regência. Esta última versão merece crédito, tendo em vista que “o Mestre Benedito, ex-escravo alforriado e oriundo da Bahia, chegou ao Ceará por volta de 1845, o que mostra que a construção de sua capela foi posterior à do Logradouro, de 1837.” A dona da taberna, de nome Aurora, na medida em que o povoado crescia e se desenvolvia, se tornou popular e, em sua memória, foi atribuído ao município o nome de Aurora. O poeta Serra Azul descreve a mudança da denominação do município em versos: “Caiu o nome mercantil de Venda e surgiu o nome fúlgido de Aurora”.

Formação Administrativa:

Inicialmente, foi criado em 1858 o Distrito Policial de “Venda”, fazendo parte de Lavras da Mangabeira. Em outubro de 1870, a Lei nº 1.318 criou o Distrito de Paz de Venda, com limites definidos, integrado a Lavras da Mangabeira. Elevado à categoria de vila com a denominação de Aurora, pela lei provincial nº 2.047, de 10-11-1883, instalada em 30-05-1885, com sede na povoação de Venda. Pela lei nº 2.111, de 12-12-1885, a vila de Aurora é extinta, sendo seu território anexado ao município de Lavras da Mangabeira, como simples distrito. Elevado novamente à categoria de vila, com a denominação de Aurora, pela lei nº 2.141, de 29-07-1889, desmembrada de Lavras. Por ato estadual de 27-04-1898, é criado o distrito de Ingazeiras e anexado ao município de Aurora. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila de Aurora é constituída de 2 distritos: Aurora (sede) e Ingazeiras. Pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, é criado o distrito de Boa Esperança e anexado ao município de Aurora. Em divisão territorial datada de 1933, o município aparece constituído de 3 distritos: Aurora (sede), Ingazeiras e Boa Esperança, assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Boa Esperança passou a denominar-se Iara. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 3 distritos: Aurora (sede), Iara e Ingazeiras. Pela lei estadual nº 1.153,

de 22-11-1951, o distrito de Iara é desmembrado do município de Aurora, para constituir o novo município de Barro. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 2 distritos: Aurora (sede) e Ingazeiras. Pela lei estadual nº 3.931, de 26-11-1957, é criado o distrito de Tipi e anexado ao município de Aurora. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 3 distritos: Aurora (sede), Ingazeiras e Tipi. Pela lei estadual nº 6.477, de 28-08-1963, o distrito de Ingazeiras é desmembrado do município de Aurora, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Aurora (sede) e Tipi. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, Aurora adquiriu o extinto município de Ingazeiras, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 01-01-1979, o município é constituído de 3 distritos: Aurora (sede), Ingazeiras e Tipi, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1999. Pela lei municipal nº 008, de 10-09-2001, é criado o distrito de Santa Vitória e anexado ao município de Aurora. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído de 4 distritos: Aurora (sede), Ingazeiras, Santa Vitória e Tipi, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. A Lei municipal nº 351, de 2019, criou o distrito de Cachoeira, desmembrado do distrito sede, subordinado ao município de Aurora. Os atuais distritos de Aurora são: Aurora (sede), Ingazeiras, Santa Vitória, Cachoeira e Tipi.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência, com a produção de feijão, milho, mandioca e arroz e as monoculturas de algodão, banana, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a apicultura; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; a atividade pesqueira, desenvolvida de forma artesanal em açudes; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba. Na área mineral, consta a ocorrência de jazidas; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, fachadas e outros usos na construção civil; a extração de areia e argila,

utilizadas na fabricação de tijolos e telhas e de rocha calcárea, utilizada na fabricação de cal; a extração de amianto, utilizado na indústria química, principalmente como material filtrante, e de malaquita, fonte de obtenção de cobre; o comércio e serviços, principalmente do ramo moveleiro, têm muita importância na região.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais de Aurora são: Carnaval de Rua (fevereiro), Encenação da Via Sacra (Páscoa), Joias do Ano, com premiação dos melhores profissionais de Aurora (março), Semana de Educação Musical de Aurora - SEMA (julho), Festa dos Filhos e Amigos de Aurora - AFA (julho), Festival de Repentistas - Dia do Cantador de Aurora, (13 de agosto), Semana da Pátria (01 a 07 de setembro), Semana do Município (novembro), Semana do Padroeiro - Menino Deus (14 a 25 de dezembro) e Réveillon (31 de dezembro).

Principais personalidades

Acilon Gonçalves Pinto Júnior (Aurora, 03 de março de 1956), médico, elegeu-se vereador de Fortaleza em 1992 e deputado estadual na legislatura de 1998.

Aldemir Martins (Aurora, 08 de novembro de 1922 – São Paulo, 05 de fevereiro de 2006), artista plástico, ilustrador, pintor e escultor autodidata, de grande renome e fama no país e no exterior. Participou de inúmeras exposições e recebeu grande número de premiações no Brasil e no exterior.

Antônio Alcymar Monteiro dos Santos, o Alcymar Monteiro (Aurora, 13 de fevereiro de 1950), cantor e compositor, conhecido como o *Rei do Forró*. Teve músicas gravadas por cantores famosos. Fez duetos com Luiz Gonzaga, Dominginhos, Elba Ramalho e Marinês.

Francisco Leite Serra Azul (Aurora, 03 de maio de 1893 – Fortaleza, 1985), escritor, poeta, improvisador, repentista e articulista, professor de História Natural e Geografia. Foi um dos fundadores da Associação Cearense de Imprensa.

Maria Nailde Pinheiro Nogueira (Aurora, 5 de junho de 1957), juíza de direito em diversas comarcas do interior e de Fortaleza. Desembargadora do Tribunal de Justiça do Ceará, em 2009. Foi vice-presidente,

corregedora e presidente do TRE – Ce e presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, para o biênio 2021-2023.

Raimundo Antônio de Macêdo, mais conhecido como Raimundão (Aurora, 30 de novembro de 1942), médico, foi vice-prefeito de Juazeiro do Norte em 1988 e prefeito em 2004 e 2012. Deputado estadual em quatro legislaturas e deputado federal em 2010.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

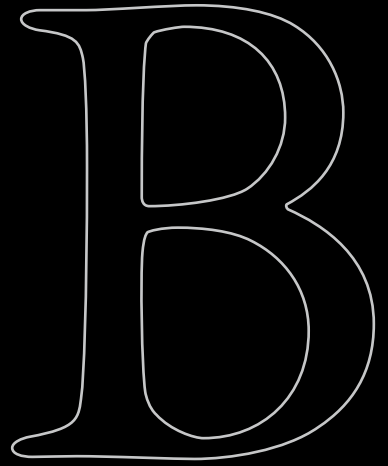
IPECE – Perfil Municipal de Aurora 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Aurora – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

MACEDO, Joaryvar – Temas Históricos Regionais, 1986.

BRAGA, Renato – Dicionário Histórico e Geográfico do Ceará, 1964.



Baixio
Banabuiú
Barbalha
Barreira
Barro
Barroquinha
Baturité
Beberibe
Bela Cruz
Boa Viagem
Brejo Santo

Baixio

Hino de Baixio

(Letra e melodia
por autores não identificados)

O ouro branco, o algodão
Plantando no solo a semente
De mãos dadas contemplando o sol nascente
Da nossa querida nação
Terra de trabalho e esperança
Seu lema é saúde e educação
A pátria com civismo e confiança
Levemos nossa colaboração
15 de setembro é a fundação
E o Brasil jamais esquecerá
Quando estendermos nossas mãos
Para engrandecer o Ceará

*Baixio, oh meu Baixio
Semeando o progresso, a semente
De mãos dadas sobre o sol nascente
Da nossa querida nação*

Nossa bandeira querida
Nos campos é todo ardor
És o símbolo da vida
De altivez e de amor

Baixio, oh meu Baixio ...

Baixio é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Lavras da Mangabeira e mesorregião do Centro Sul Cearense.

O **IDH** de Baixio (2010) foi de 0,627, situando-se no nível médio, em 54º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 15,31, ficando em 163º lugar no Ceará.

Toponímia:

topônimo que significa “terreno não elevado de chão úmido”.

Gentílico:

baixiense

Municípios limítrofes

Norte: Umari

Leste: Santa Helena (Paraíba)

Sul: Ipaumirim

Oeste: Lavras da Mangabeira

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Baixo, com **área** de 146,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 6.318 habitantes. Apresenta clima tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 1.159,9 mm, e incidência de chuvas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 269 m e a distância para a Capital de 420,2 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / BR-226 / BR-230 / CE138 / CE-151 / CE-368 / CE-371. O **solo** é composto de afloramentos rochosos (0,75%), bruno não cálcico (38,65%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (56,81%) e solo litólico eutrófico (3,78%). Com relação ao **relevo**, aparecem as depressões sertanejas. Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Salgado, tendo como principais drenagens superficiais os riachos Caio Prado e Pendência, afluentes do rio Salgado e como fonte de água a Barragem do Jenipapeiro. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese histórica

Localizado na região onde antes habitavam os índios kariri, o núcleo urbano de Baixo se iniciou a partir de uma fazenda de gado do coronel Liberalino de Carvalho. O lugar se denominou, sucessivamente, Gato Bravo, Umari e, por último, Baixo. Nos primórdios do século XVIII, alguns colonizadores vindos principalmente da Paraíba e de Pernambuco progrediram. No século XX, com a abertura do ramal da estrada de ferro da Rede

para o estado da Paraíba, o lugarejo se consolidou como o centro urbano mais populoso na região.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Umari, por ato provincial de 19-06-1860 e lei provincial nº 1.686, de 02-09-1875. Elevado à categoria de vila com a denominação de Umari, pela lei provincial nº 2.046, de 12-11-1883, desmembrado de Lavras, tendo como sede o núcleo de Umari. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituída do distrito sede. No quadro de apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920, o município aparece constituído de 3 distritos: Baixio (sede), Alagoinha e Olho d'Água. Pela lei estadual nº 1.794, de 09-10-1920, a vila de Umari foi extinta, sendo seu território anexado ao município de Lavras. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Baixio, pela lei estadual nº 193, de 20-05-1931, desmembrado de Lavras, tendo como sede o núcleo de Umari. Pelo decreto nº 650, de 30-06-1932, é transferida a sede do núcleo de Umari para Baixio. Pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, Baixio adquiriu o distrito de Ouro Branco, que pertencia ao município de Lavras. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 5 distritos: Baixio (sede), Alagoinha, Olho d'Água, Ouro Branco e Umari. O decreto estadual nº 135, de 20-09-1935, desmembra do município de Baixio o distrito de Ouro Branco, que volta a pertencer ao município de Lavras. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município é constituído de 4 distritos: Baixio (sede), Alagoinha, Olho d'Água e Umari. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Olho d'Água passou a se denominar Felizardo. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 4 distritos: Baixio (sede), Alagoinha, Felizardo e Umari. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Alagoinha passou a se denominar Ipaumirim. Pela lei estadual nº 2.116, de 12-12-1953, o município de Baixio passou a denominar-se Ipaumirim. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o distrito de Umirim figura no município de Ipaumirim. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Baixio, pela lei estadual nº 3.338, de 15-09-1956, desmembrado de Ipaumirim, foi instalado em 22-10-1956, tendo como sede o antigo distrito de Baixio, constituído apenas

do distrito sede. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Atualmente o município de Baixio é constituído apenas do distrito sede.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência, com as culturas de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, banana, cana-de-açúcar, castanha de caju, goiaba e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; a apicultura e a piscicultura; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, fachadas e outros usos na construção civil; a extração de areia e argila, para fabricação de telhas e tijolos; o comércio, desenvolvido por microempresas em diversos ramos de atividades.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Carnaval (fevereiro); a Paixão de Cristo com o Grupo de Teatro *Renascendo para a Arte* (sexta-feira da semana santa); o Baixio Festeiro - Forró e quadrilhas juninas locais (junho); Junina Ritmo Quente (junho), Semana do Município (setembro); as Festividades do Padroeiro São Francisco das Chagas (de 27 de setembro a 4 de outubro); e Natal de Luz (dezembro).

Principais personalidades

Antônio Ferreira Lima foi o primeiro prefeito de Baixio, de 1956 a 1958 (nomeado).

José Ferreira Lima, conhecido como Zuza Ferreira, foi por duas vezes prefeito de Baixio, com participação ativa na organização política e geográfica do município.

Raimundo Victor dos Santos (Baixio, 2 de maio de 1888 – Fortaleza, 1938), foi funcionário dos Correios e Telégrafos, professor de humanidades e lente da Escola de Agronomia do Ceará, da qual foi diretor.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Baixo 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Baixo – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Banabuiú

Hino de Banabuiú

(Letra por Daíla Pereira de Almeida
e melodia por Francisca Antônia Marcilane Gonçalves Cruz)

Uma bela flor de laranjeira
Altaneira, cidade gentil
Nas conquistas de outrora, guerreira
Hoje fruto seguro do Brasil.

*Ó terra amada, és gloriosa
Banabuiú, joia preciosa
Tu és princesa neste sertão
Banabuiú mora em meu coração.*

Ao raiar de um sol majestoso
Nosso povo desperta audaz
Por tuas mãos, um açude grandioso
Foi gerado e abundância traz.

Ao som dos violeiros triunfantes
Resplandece a nossa tradição
Os teus versos exaltam festejantes
A Deus, lhe prestando devoção.

Tuas águas alvas, contemplamos
Teu véu radiante nos seduz
A dádiva e honra exaltamos
Ao futuro caminha tua luz.

Banabuiú é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão de Quixeramobim e mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Banabuiú (2010) foi de 0,606, situando-se no nível médio, em 109º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 18,04, ficando em 153º lugar no Ceará.



Toponímia:

proveniente de denominação de afluente do rio Jaguaribe

Gentílico:

banabuiuense

Municípios limítrofes

Norte: Quixadá

Leste: Jaguaretama e Morada Nova

Sul: Milhã, Jaguaretama e Solonópole

Oeste: Quixeramobim

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Banabuiú, com **área** de 1.080,3 km², tem **população estimada** para 2021 em 18.313 habitantes. Apresenta clima tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 855,4 mm, e incidência de chuvas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 100 m e a distância para a Capital de 216,3 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / CE-060 / CE-253 / CE-566. O **solo** é constituído de afloramentos rochosos (0,19%), areias quartzosas distróficas (0,74%), bruno não cálcico (17,64%), planossolo solódico ta (6,68%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (6,84%), podzólico vermelho amarelo álico (1,28%), regossolo eutrófico (10,43%) solo litólico eutrófico (39,73%), solo litólico eutrófico e distrófico (6,03%), solonetz solodizado (3,33%) e solos aluviais eutróficos (2,76%). Com relação ao **relevo**, destacam-se as depressões sertanejas e os maciços residuais. Quanto à **hidrografia** e **recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Banabuiú, tendo como principais drenagens os rios Banabuiú, Sitiá e Quixeramobim e os riachos Cruxoti, Pimenta e Quinin, sendo os principais reservatórios o Açude Banabuiú ou Açude Arrojado Lisboa (Bacia do Rio Banabuiú), o rio Sitiá que deságua no Banabuiú e o Açude Pedras Brancas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa e floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar com carnaúba).

Síntese histórica

Toda a zona ribeirinha do rio Sitiá – o Gueiru dos indígenas – era habitada pelos índios tapuias e canindés, que a pouco e pouco foram aban-

donando a região, ocupada pelos colonizadores brancos. Os primeiros desbravadores dessas terras principiaram a ocupação pelo Baixo-Jaguaribe, o afluente Banabuiú e em seguida o Sitiá, conquistando novas áreas para a criação de gado. Datam de 1698 as primeiras concessões de terras feitas naquela região, mas a ocupação efetiva só ocorreu em 1705, com a chegada de Manoel Gomes de Oliveira, André Moreira de Barros e outros, provenientes de Pernambuco, depois de vencer a hostilidade e conquistar a confiança dos indígenas. Em 1743, iniciou-se o povoamento das terras marginais do rio Sitiá, do seu afluente Tapuiará, dos rios Quinimporó, Choró, Pirangi e Feijão. Em 1747, José de Barros Ferreira adquiriu o Sítio Quixadá, instalando uma fazenda de gado, precisamente onde anos depois foi construída a Praça Coronel Nanam, da Quixadá Antiga, nos idos de 1936. Ali se formou um pequeno núcleo de população. Com o desenvolvimento do lugarejo, foi doada uma área de terra, por José de Barros Ferreira, para a construção de um templo católico. Em 1770, foi construída uma capela em honra de Jesus, Maria e José. A partir de 1886 foram feitas reformas e ampliações, que a transformaram na Igreja Matriz atual. Um dos fatores que mais contribuíram para o desenvolvimento do município foi a construção, iniciada em 1952 e concluída em 1966, do Açude Arrojado Lisboa, mais conhecido como barragem do Banabuiú, cuja bacia hidrográfica cobre uma área de 13.500 km², a segunda maior do Estado. Essa obra foi realizada pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Laranjeiras, pelo ato estadual de 26-08-1899. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Laranjeiras figura no município de Quixadá. Elevado à categoria de vila com a denominação de Laranjeiras, pela lei estadual nº 1.613, de 29-10-1918 e nº 1.564, de 29-08-1919, desmembrada do Quixadá, tendo apenas o distrito sede - Laranjeiras. No quadro de apuração do recenseamento geral de 01-09-1920, a vila aparece constituído de 2 distritos: Laranjeiras (sede) e Barra do Sitiá. Pela lei estadual nº 2.392, de 08-09-1926, é extinto o município de Laranjeiras, sendo seu território anexado ao município de Quixadá. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, Laranjeiras figura como distrito do município de Quixadá, assim permanecendo em

divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 114, de 30-12-1943, o distrito de Laranjeiras passou a denominar-se Banabuiú. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o distrito de Banabuiú figura no município de Quixadá, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988. Elevado à categoria de município com a denominação de Banabuiú, pela lei estadual nº 11.427, de 26-01-1988, desmembrado do Quixadá, instalado em 01-01-1989, com sede no antigo distrito de Banabuiú, e constituído de 3 distritos: Banabuiú (sede), Sitiá e Rinaré, também desmembrados de Quixadá. Em divisão territorial datada de 1991, o município é constituído de 3 distritos: Banabuiú (sede), Rinaré e Sitiá. Pela lei municipal nº 130, de 08-09-1993, foram criados os distritos de Laranjeiras e Pedras Brancas, anexados ao município de Banabuiú. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 5 distritos: Banabuiú (sede), Laranjeiras, Pedras Brancas, Rinaré e Sitiá, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 2007 e 2020. Atualmente o município é constituído dos distritos: Banabuiú (sede), Sitiá, Laranjeiras, Rinaré e Pedras Brancas.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência, com as culturas de feijão, milho e mandioca e das monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju, hortaliças, no estuário do rio Banabuiú e frutas diversas; a pecuária, com criação de bovinos, caprinos, ovinos, suínos e aves; a piscicultura em pequenos córregos e açudes de forma artesanal; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; extração de areia e argila, para fabricação de telhas e tijolos e de rochas calcáreas para fabricação de cal; a indústria, com fábrica de ferro silício, de linhas de transmissão (Companhia Hidroelétrica do São Francisco), madeireiras, fábricas de laticínios e produção artesanal ainda incipiente; e o comércio e a administração pública municipal, que oferecem muitos empregos.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a data da emancipação política do município (25 de janeiro); a Festa de São Sebastião – Laranjeiras (20 de janeiro); o Carnaval das Águas (Fevereiro/Março); a Festa da Padroeira Nossa Senhora de Fátima (13 de Maio); a Feira de Artes de Banabuiú - BANARTES (segundo semestre /sem data oficial), compreendendo a Feira de Exposição de Artesanato, Música e Gastronomia, premiação de destaques da Feira, Festivais da canção, da viola e da sanfona e oficinas artísticas para o público infantil; e a Festa de Nossa Senhora da Conceição – Sitia (8 de dezembro).

Principais personalidades

Benedito Gonçalves de Melo foi o primeiro prefeito de Banabuiú, eleito em 1988.

José de Barros Ferreira, proprietário do Sítio Quixadá, que doou as terras onde foi construída a capela e, anos depois, a Igreja Matriz de Banabuiú.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Banabuiú 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Banabuiú – outubro/98.

Barbalha

Hino de Barbalha

(Letra e melodia por
Maria Alacoque Sampaio)

Canta Barbalha a tua fé cheia de esplendor
Canta Barbalha as esperanças do teu porvir
Canta Barbalha as alegrias que hão de vir
Canta Barbalha a caridade que diz amor!

Terra querida, és nossa vida tudo daremos em teu favor.

Terra de Santo Antônio, o nosso grande protetor!

Terra de Santo Antônio, o nosso grande protetor!

Canta Barbalha a beleza dos palmeirais
Canta Barbalha de tuas fontes o marulhar
Canta Barbalha este teu vale sem fim, sem par
Canta Barbalha os teus verdes canaviais!

Canta Barbalha os devotados à instrução
Canta Barbalha as tuas lutas cheias de ardor
Canta Barbalha os que batalham em teu favor
Canta Barbalha aos céus um hino de gratidão!

Canta Barbalha os que passaram fazendo o bem
Canta Barbalha os que lutaram como heróis
Canta Barbalha os que brilharam quais lindos sóis
Canta Barbalha essa saudade que a gente tem!

Barbalha é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Cariri e mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Barbalha (2010) foi de 0,683, situando-se no nível médio, em 7º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 47,52, ficando em 6º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo se originou da denominação do sítio Barbalha, que recebeu esse nome por nele ter habitado uma mulher com esse mesmo nome.

Gentílico:

barbalhense.

Municípios limítrofes

Norte: Missão Velha, Juazeiro do Norte e Crato

Leste: Missão Velha

Sul: Estado de Pernambuco e Jardim

Oeste: Crato

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Barbalha, com **área** de 569,5 km², tem **população estimada** para 2021 em 61.662 habitantes. Apresenta clima tropical quente semiárido brando e tropical quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.165,9 mm, e incidência de chuvas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 415,7 m e a distância para a Capital de 501,8 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / BR-404 / BR-230 / CE-060 / CE-153 / CE-253 / CE-385 e CE-566. O **solo** é constituído de latossolo amarelo distrófico (37,85%), latossolo amarelo álico (18,36%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (26,50%) solo litólico eutrófico e distrófico (9,44%) e solos aluviais eutróficos (5,78%). No solo sedimentar, são encontrados, próximos à encosta da chapada, fósseis de diferentes espécies de plantas, microrganismos e animais. Com relação ao **relevo**, destaca-se a Chapada do Araripe. Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Salgado, tendo como principais drenagens o rio Salamanca e os riachos Santana, Missão, Macacos e do Jardim, não tendo reservatórios de grande volume. A **vegetação** é constituída de carrasco, floresta caducifólia espinhosa, floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca), floresta subcaducifólia xeromorfa (cerradão) e floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular (mata úmida).

Síntese histórica

As terras localizadas às margens do Riacho Salamanca eram habitadas pelos índios Kariri, antes da chegada das entradas no interior brasileiro, durante o século XVII. Os integrantes das entradas, militares e religiosos, mantiveram os primeiros contatos com os nativos, estudaram todas as regiões dos Cariri, catequizaram os indígenas e os agruparam em aldeamentos

ou missões. Esse contato entre exploradores e nativos repercutiu profundamente na formação cultural do lugar, principalmente no que tange à difusão de “entes do imaginário popular”, tais como “papafigo, pai-da-mata, rasga-mortalha, almas do outro mundo, lobisomem, o diabo, entre outros”. Logo se espalharam notícias de que na região existiria ouro em abundância, desencadeando uma corrida para os sertões da região, onde famílias oriundas de Portugal alimentavam o sonho de riquezas, com a descoberta de minas de ouro. Foi quando se iniciou a colonização, com a doação de sesmarias, fazendo surgir lugarejos e vilas, nas ribanceiras do Rio Salgado. Surge então um núcleo urbano nas terras de Francisco Magalhães Barreto e Sá, que, na segunda metade do século XVIII, fez a doação de meia légua de terras e gado para o patrimônio da Igreja, dando condições para a construção de uma capela, dedicada a Santo Antônio, em torno da qual se formou o pequeno arraial, que se tornaria a cidade de Barbalha. A cidade, situada na Chapada do Araripe, era um verdadeiro oásis na paisagem árida do Sertão Nordestino e atraiu a instalação de engenhocas de rapadura, em que baseou sua economia nos primeiros séculos de sua história, passando no século XIX a abrigar alguns empreendimentos comerciais e assumindo no século XX a sua vocação no setor de serviços. No curso de sua existência, Barbalha foi palco de importantes momentos da história nacional, como a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador de 1824, que tiveram a participação do Capitão-mor do Crato José Pereira Filgueiras, de Bárbara de Alencar e de seus filhos, Tristão de Alencar Araripe e José Martiniano de Alencar.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Barbalha, pela lei provincial nº 130, de 30-08-1838, subordinado ao município de Crato. Elevado à condição de vila com a denominação de Barbalha, pela lei provincial nº 374, de 17-08-1846, desmembrada de Crato, tendo como sede o antigo distrito de Barbalha, constituída apenas do distrito sede. Elevada à condição de cidade com a denominação de Barbalha, pela lei provincial nº 1.740, de 30-08-1876. Pelo ato estadual de 15-07-1904, é criado o distrito de Cajazeiras e anexado ao município de Barbalha. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 2 distritos: Barbalha (sede) e Ca-

jazeiras. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 3 distritos: Barbalha (sede), Cajazeiras e Saco, assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-12-1936. Pela lei estadual nº 352, de 02-09-1937, o distrito de Saco é extinto, sendo seu território anexado ao distrito sede do município de Barbalha. Em divisão territorial datada de 31-12-1937, o município é constituído de 2 distritos: Barbalha (sede) e Cajazeiras. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Cajazeiras passou a denominar-se Farias. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de Barbalha (sede) e Farias. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Farias passou a denominar-se Arajara. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de Barbalha (sede) e Arajara, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.728, de 05-11-1963, o distrito de Arajara é desmembrado do município de Barbalha, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído apenas do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o extinto município de Arajara figura como simples distrito de Barbalha. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 2 distritos: Barbalha (sede) e Arajara, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988. Pela lei municipal nº 1.147, 23-04-1991, é criado o distrito de Estrela, anexado ao município de Barbalha. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 3 distritos: Barbalha (sede), Arajara e Estrela, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2001. Pela lei municipal nº 1.499, de 28-02-2002, é criado o distrito de Caldas e anexado ao município de Barbalha. Em divisão territorial datada de 2005, o município é constituído de 4 distritos: Barbalha (sede), Arajara, Caldas e Estrela, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Os atuais distritos do município são: Barbalha (sede), Arajara, Caldas e Estrela.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas de Barbalha são: a agricultura de subsistência com as culturas de feijão, milho, mandioca e arroz e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju, hortaliças e frutas diversas; as usinas de açúcar e engenhos de rapadura; a pecu-

ária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, gipsita calcário para usos diversos na construção civil e a extração de areia e argila para fabricação de telhas e tijolos; as indústrias de gêneros alimentícios e bebidas, de calçados, vestuário e cerâmica, de cimento, química e farmacêutica, metalúrgica e de borracha e derivados, merecendo destaque uma fábrica de Veículos Leves sobre Trilhos; o turismo, favorecido pela situação geográfica privilegiada no sopé da Chapada do Araripe, com vasta área de floresta nativa, com muitas fontes de água mineral e trilhas ecológicas, tendo como principais atrativos: o Parque Ecológico do Riacho do Meio, o Balneário do Caldas, o Mirante do Caldas, com o Teleférico de Barbalha, no Centro de Interpretação Histórica e Borboletário, o Arajara Park, o Centro Histórico de Barbalha, onde se encontram a Igreja Matriz de Santo Antônio e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, o antigo Casarão Hotel e o Palácio 3 de outubro, além da visitação a engenhos, passando pelo corredor rural que vai desde o Engenho Venha-Ver até o distrito de Estrela.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: os festejos do dia do padroeiro Santo Antônio, com a realização de quermesses e shows de grande porte no Parque da Cidade, a festa do Dia do Pau da Bandeira e o Grupo dos Penitentes, que se autoflagelam como meio de obter o perdão dos pecados para a salvação da alma (13 de junho); os festejos juninos (junho); o Dia de Reis, espécie de teatro nômade, em que os brincantes interpretam reis, rainhas, santos ou guerreiros (6 de janeiro); a festa da padroeira do distrito da Arajara Nossa Senhora da Imaculada Conceição (8 de dezembro); Festa de aniversário da cidade (17 de agosto); a festa da padroeira Santa Luzia, no Sítio Lagoa (13 de dezembro); a festa do padroeiro do Distrito Estrela - São João Batista (24 de junho), assim como no Brejão. Embora com as diferenças de dimensão e pequenas peculiaridades de cada localidade, os festejos têm o rito bastante parecido com o do Pau da Bandeira

de Santo Antônio; a Mostra de Cinema Infantil (outubro) e o Festival de Teatro Barbalha Cênica (novembro).

Principais personalidades

Antônio Lyrio Callou, (Barbalha, 18 de julho de 1902 – Barbalha, 27 de maio de 1994), médico, clinicou em Barbalha e, em 1935, foi interventor do município. Eleito prefeito, ocupou o cargo em 1936 e 1937, quando passou a ser interventor, até 1945. Foi vereador de Barbalha e presidente da Câmara.

Cláudio Martins (Barbalha, 10 de maio de 1910 – Fortaleza, 17 de junho de 1995), advogado, notário público, professor e escritor, membro da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará. Pertenceu ao Grupo Clá. Foi secretário de Estado e presidente do Conselho Estadual de Educação.

José Edilmar Norões Coelho (Barbalha, 11 de agosto de 1935 – Fortaleza, 20 de outubro de 2015), radialista, jornalista e advogado, foi vice-presidente e presidente da Associação Cearense de Emissoras de Rádio e Televisão. Membro da Academia Cearense de Literatura e Jornalismo.

Joaquim Francisco de Paula (Barbalha, 02 de abril de 1857 – Belo Horizonte, 12 de julho de 1924), geólogo, jornalista, engenheiro e professor, partidário do movimento republicano. Foi chefe das Obras de Desobstrução do Rio das Velhas e do Rio São Francisco. Ficou rico, na atividade de mineração, com a extração de manganês em Minas Gerais, sendo considerado naquele Estado o *Pai dos Minerais Radioativos*.

Joaquim Pinto Madeira (Barbalha, 1783 – Fortaleza, 28 de novembro de 1834) foi um militar, rico proprietário rural e chefe político da Vila de Jardim, que, na Vila do Crato, liderou rebelião que passou à história como Insurreição do Crato. Na iminência de ser derrotado, rendeu-se e foi condenado à forca pelo júri da vila do Crato. Recorreu ao júri da capital, que comutou a pena para fuzilamento, executado em 28 de novembro 1834.

Leão Sampaio (Barbalha, 06 de fevereiro de 1897 – Juazeiro do Norte, 24 de novembro de 1988), médico, foi eleito em 1933 e em 1945 deputado constituinte pelo Ceará. Elegeu-se deputado federal em várias legislaturas subsequentes.

Monsenhor Francisco Murilo de Sá Barreto (Barbalha, 31 de outubro de 1930 – Juazeiro do Norte, 04 de dezembro de 2005), padre, radia-

lista e escritor, foi pároco da igreja matriz de Juazeiro do Norte. Em 2003, recebeu o título de monsenhor. Membro da Associação Juazeirense de Imprensa e sócio emérito do Instituto Cultural do Cariri.

Mozart Cardoso de Alencar (Barbalha, 28 de maio de 1903 – Juazeiro do Norte, 15 de dezembro de 1996), médico, foi o primeiro chefe do posto de saúde de Juazeiro do Norte e do Serviço de Peste Bubônica do Crato. Médico particular do Padre Cícero. Em 1948, elegeu-se vereador em Juazeiro do Norte e depois prefeito de Barbalha.

Oceano Carleial (Barbalha, 07 de março de 1914 – Barbalha, 02 de novembro de 1990), médico, foi deputado estadual por Alagoas em 1946 e em 1950. Deputado federal por Alagoas em 1954, 1962, 1966 e 1970.

Pedro Mansueto de Lavor (Barbalha, 28 de novembro de 1933 – Brasília, 25 de agosto de 1998) foi deputado estadual, deputado federal e senador pelo Estado de Pernambuco.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Barbalha 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Barbalha – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

BEZERRA, Antônio. Algumas Origens do Ceará. Edição Fac-Simile da Fundação Waldemar de Alcântara. 2009.

Barreira

Hino de Barreira

(Letra de criação coletiva por Francisco César Arruda Chagas, Antônio Monteiro da Silva, Antônio Airton Costa, Jovanha Pereira da Silva, Pedro Paulo Ricardo da Silveira, Maria Madalena Torres Carlos, José Maurício da Silva, Francisco Oliveira da Silva e Geovanha Régis Torres e melodia por D'Alva Stella Nogueira Freire)

*Barreira, oh! Barreira Vermelha!
Salve ó Terra por nós tão amada!
Teu Povo de mãos dadas conquista.
A grandeza da terra adorada!*

A paisagem serrana e verdejante,
Tem riquezas que fazem o teu sucesso,
De teu solo tão fértil brota a vida,
Que assegura a teu povo o progresso!

Barreira, oh! Barreira Vermelha! ...

Teu destino é crescer, evoluir,
E a vitória, feliz sempre alcançar!
Sob o olhar e as bênçãos de São Pedro,
Um futuro de glórias almejar!

Barreira, oh! Barreira Vermelha! ...

Tu nasceste de um gesto de coragem,
Que a liberdade plantou nos corações,
E teus filhos, cantando seguem em frente,
Em defesa das belas regiões.

Barreira, oh! Barreira Vermelha! ...

Barreira é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Chorozinho e mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Barreira (2010) foi de 0,616, de nível médio, situando-se em 83º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 26,10, ficando em 65º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Barreira decorreu da simplificação de “barreiro vermelho” e significa “estrutura que impede o acesso a determinado local”.

Gentílico:

barreirense.

Municípios limítrofes

Norte: Chorozinho, Pacajus e Acarape

Leste: Ocara e Chorozinho

Sul: Aracoiaba

Oeste: Redenção e Aracoiaba

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Barreira, com **área** de 245,8 km², tem **população estimada** para 2021 em 22.715 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 852,6 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 83,5 m e a distância para a Capital é de 73,6 km, com acesso principal pelas rodovias CE-060 / CE-253 / CE-354. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (1,96%), bruno não cálcico (20,04%), latossolo amarelo distrófico (19,23%), planossolo solódico ta (17,13%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (28,05%), podzólico vermelho amarelo álico (10,30%) e solos aluviais eutróficos (3,29%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na região hidrográfica das bacias metropolitanas, tendo como principais drenagens o rio Choró e os rios Acarape/Pacoti. Com relação ao **relevo**, destacam-se o maciço residual e a depressão sertaneja, sendo suas principais elevações as serras da Barreira e Cantagalo. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, complexo vegetacional da zona litorânea e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese histórica

As terras entre os rios Acarape, Pacoti e Choró, e a Serra do Cantagalo, eram habitadas pelos índios Jenipapo, Kanyndé, Choró e Quesito. Na segunda metade do Século XVIII, atraídos por extensas áreas de terras, desabitadas e férteis, chegaram à região colonizadores de várias procedências,

entre os quais o Capitão Nicolau da Silva e sua mulher D. Amélia Ferreira da Silva, o Coronel Joaquim Jorge Papinha e o Senhor Félix Pereira da Silva e sua mulher Clara Rodrigues da Silva, que iniciaram a exploração da atividade pecuária e agrícola, com o cultivo principalmente de cana-de-açúcar, caju e mandioca, formando-se em pouco tempo o povoado denominado Riacho Fundo, em referência a um riacho existente nas proximidades. Depois, por algum tempo, o lugar ficou conhecido com o nome de Bom Futuro. Em 1901, com a construção de uma barragem para abastecimento de água do lugarejo, construída com barro vermelho, o lugar passou a ser conhecido pelo nome de Barreira Vermelha. Nos anos seguintes, com novas redistribuições de terras, outros proprietários se instalaram, ocupando os lugares denominados Timbaúba, Chique-Chique, Gangorra, Catolé, Bálamo e o sítio Barro, sendo este último o que mais se desenvolveu.

Formação Administrativa:

O Decreto estadual nº. 193, de 20 de maio de 1931 elevou Barreira Vermelha à categoria de distrito, vinculado ao município de Redenção. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, figura no município de Redenção o distrito de Barreira Vermelha, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Barreira Vermelha passou a denominar-se Barreira. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Barreira figura no município de Redenção, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.432, de 16-07-1963, o distrito de Barreira passa a fazer parte do município de Acarape. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Acarape, sendo seu território anexado ao município de Redenção. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, Barreira é distrito de Redenção, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Elevado à categoria de município com a denominação de Barreira, pela lei estadual nº 11.307, de 15-04-1987, instalado em 01-01-1989, desmembrado de Redenção, tendo como sede o antigo distrito de Barreira. Pela lei municipal nº 29, de 01-02-1990, foram criados os distritos de Córrego, Lagoa do Barro e Lagoa Grande, anexados ao município de Barreira. Em divisão territorial datada de 1991, o município é constituído de 4 distritos: Barreira (sede), Córrego, Lagoa do Barro e Lagoa Grande, assim permanecendo em divisão territorial datada

de 2007. Atualmente, o município é constituído dos seguintes distritos: Barreira (sede), Córrego, Lagoa Grande, Areré, Cajueiro e Lagoa do Barro.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, banana e frutas diversas; a agroindústria, tendo como carro chefe a extração e beneficiamento do caju; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de areia e argila para a fabricação de telhas e tijolos e de rocha calcárea para a fabricação de cal; a atividade pesqueira desenvolvida em açudes; a indústria da madeira, de produtos alimentícios, de produtos minerais não metálicos, da construção civil, de bebidas, de vestuário e artigos de tecidos, couros e peles, de calçados e metalúrgica.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais de Barreira são: a Festa do Município (15 de abril); a Festa do padroeiro São Pedro (29 de junho); a Festa do Chapéu (julho); o Natal de Luz, com shows e decoração de praças e ruas da cidade (dezembro) e o Fest Rock (primeira semana de dezembro).

Principais personalidades

José Oliveira Jacó, primeiro prefeito de Barreira, eleito em 15 de novembro de 1988, com mandato de 01-01-1989 a 31-12-1992.

Vicente Alves Teixeira, engenheiro agrônomo e administrador público, é o representante de Barreira na Academia de Letras dos Municípios Cearenses - ALMECE.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Barreira 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Barreira – outubro/98.

Barro

Hino de Barro

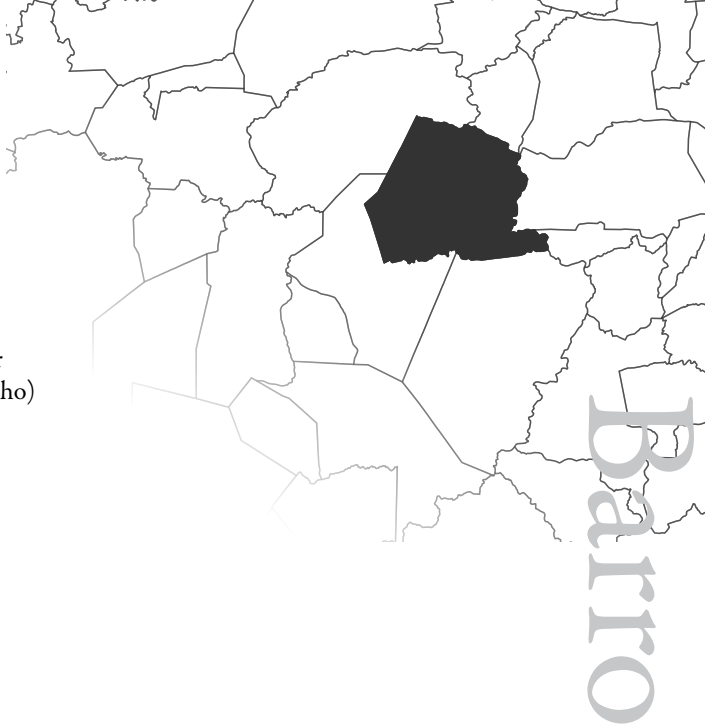
(Letra e melodia por
José Leite Cabral Filho)

Salve ó terra
De lindos coqueiros
Que tem cajueiros
Que tem milharais.
Salve ó terra
Teus filhos te amam
E quando te deixam
Não esquecem jamais.

Barro amigo
E hospitaleiro
Teu povo guerreiro
Tem orgulho de ti.
Tens trabalho
Tens educação
Tens filhos ilustres
Lá fora e aqui.

Tuas matas
Açudes e rios
Nos fazem bravios
Orgulhosos ficar
E os filhos
Do pé dessa serra
Que amam sua terra
Te devem honrar.

Sou barrense
Me ufano em falar
Em qualquer tempo e lugar



Com o Barro estarei.
Afirmando
Que em sua defesa
Até se preciso
O meu sangue darei.

Barro é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Barro e na mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Barro (2010) foi de 0,599 de nível baixo, situando-se em 136º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 18,30, ficando em 148º lugar no Ceará.

Toponímia:

proveniente dos aspectos físicos da estrutura geológica do município, de onde terá se formado a fazenda Barro.

Gentílico:

barrense.

Municípios limítrofes

Norte: Aurora

Leste: Estado da Paraíba e Mauriti

Sul: Milagres e Mauriti

Oeste: Milagres e Aurora

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Barro, com **área** de 711,9 km², tem **população estimada** para 2021 em 22.834 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 905,7 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 362,1 m e a distância para a Capital é de 455 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / BR 226 / BR-230 / CE-138 / CE-368 / CE-371. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (0,02%), bruno não cálcico (26,47%), solo litólico eutrófico (71,13%) e solos aluviais eutróficos (2,37%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Salgado, tendo como principais drenagens o rio Cuncas e os riachos das Antas, dos Cavalos e Cumbe, que desaguam no Rio Salgado, sendo os principais reservatórios os açudes Tavares e Prazeres.

Com relação ao **relevo**, destaca-se a depressão sertaneja, sendo as principais elevações a Serra do Araripe, o Serrote Cachimbo e a Serra de São Gonçalo. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese histórica

Os primeiros povoadores da região foram o Capitão Nicolau da Silva de Jesus e o coronel Joaquim Jorge Papinha, que com seus descendentes deram origem à povoação onde hoje se encontra o município de Barro. Em 1786, foi concedida sesmaria nas margens do riacho Cumbe, desmembrada em várias glebas, onde se instalaram as primeiras fazendas e sítios: Timbaúba, Gangorra, Xique-xique, Manda Saia e Catolé. Na confluência do riacho Cumbe e da Fazenda Barro, teve início a povoação que se transformou no município de Barro. Em 1880, a senhora D. Ana de Souza, esposa de Januário José de Souza doou as terras e o patrimônio, onde se ergueu a primeira capela sob a invocação de Santo Antônio.

Formação Administrativa:

Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, figura no município de Milagres o distrito de Barro, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1950. Elevado à categoria de município com a denominação de Barro, pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, desmembrado de Milagres, tendo como sede o antigo distrito de Barro, constituído de 3 distritos: Barro (sede), Cuncas e Iaras, tendo Cuncas sido desmembrado do município de Milagres e Iara, do município de Aurora. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 3 distritos: Barro (sede), Cuncas e Iara, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.619, de 26-09-1963, o distrito de Iara é desmembrado do município de Barro, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 7.067 de 31-12-1963, é criado o distrito de Santo Antônio e anexado ao município de Barro. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 3 distritos: Barro (sede), Cuncas e Santo Antônio. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, Barro adquiriu o extinto município de Iara, que não chegou a ser instalado. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 4 distritos: Barro (sede), Cuncas, Iara e Santo Antônio. Pela

lei estadual nº 11.452, de 02-06-1988, é criado o distrito de Monte Alegre e anexado ao município de Barro. Pela lei estadual nº 11.453, de 02-06-1988, é criado o distrito de Engenho Velho e anexado ao município de Barro. Pela lei estadual nº 11.454, de 02-06-1988, é criado o distrito de Serrota e anexado ao município de Barro. Em divisão territorial datada de 18-08-1988, o município é constituído de 7 distritos: Barro (sede), Cuncas, Engenho Velho, Iara, Monte Alegre, Santo Antônio e Serrota. Pela lei municipal nº 016, de 07-12-1990, é criado o distrito de Brejinho e anexado ao município de Barro. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 8 distritos: Barro (sede), Brejinho, Cuncas, Engenho Velho, Iara, Monte Alegre, Santo Antônio e Serrota, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Atualmente, o município tem 9 distritos: Barro (sede), Brejinho, Cuncas, Engenho Velho, Iara, Monte Alegre, Riachão, Santo Antônio e Serrota.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com as culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca e arroz e as monoculturas de algodão, banana, cana-de-açúcar, castanha de caju, hortaliças e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matéria prima a carnaúba; o artesanato de redes e a fabricação caseira de rapaduras, queijos, doces, artigos de couro e bordados; a mineração com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, fachadas e usos diversos na construção civil; a extração de areia e argila utilizadas na fabricação de tijolos e telhas e de rochas calcárias, para a fabricação de cal; a indústria de perfumaria, sabão e vela, vestuário, calçados e artigos de tecidos, peles e couro, têxtil, de madeira, de produtos minerais não metálicos, química, metalúrgica, de produtos alimentares e da construção civil; o turismo religioso, tendo como principal atração o Santuário da Divina Misericórdia, criado em 7 de abril de 2013.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Padroeiro Santo Antônio (13 de junho); a Festa do Padroeiro do distrito de Cuncas,

São Sebastião (20 de janeiro); e o Dia do aniversário do município (22 de novembro); o carnaval de rua (fevereiro); a Festa de Divina Misericórdia (7 de abril) e vaquejadas (maio/junho).

Principais personalidades

Josefa Adecilda Silva de Araújo (Barro, 25 de janeiro de 1972), a **Sylvia Design** é a proprietária das lojas Sylvia Design, que, para divulgação de suas lojas, decidiu se fantasiar de *Mulher-Maravilha*; de *Emilia*, do Sítio do Pica-pau Amarelo, e se caracterizou também como *Mulher-Gato*, apresentando-se no *Programa do Jô*, e participando, a partir de 2011, do *Programa do Gugu*, no quadro “*Escolinha do Gugu*”.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Barro 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Barro – outubro/98.

Barroquinha

Hino de Barroquinha

(Letra por Diamantina Veras dos Santos Silva
e melodia de autor não identificado)

*Salve ó terra de praias tão belas
Os teus filhos de alma gigante
Traz orgulho aos que vivem nela
Abençoa-nos mãe dos Navegantes.*

Barroquinha terra promissora
Tens beleza que igual não há
Teu encanto se estende afora
Com a magia de Bitupitá.

Salve ó terra de praias tão belas ...

Belas praias, mangues, coqueirais
Tua pesca é a bravura do homem
Tuas salinas e carnaubais
São riquezas que exaltam teu nome.

Salve ó terra de praias tão belas ...

O trabalho é teu legado
Tens a força de um povo valente
Nossa terra é abençoada
Deus proteja nossa boa gente.

Salve ó terra de praias tão belas ...

Tua história reflete tua força
Te chamaste Paço Imperial
Majestosa, cidade esperança
Barroquinha imortal! Imortal!

Salve ó terra de praias tão belas ...

Barroquinha é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do litoral de Camocim e Acaraú e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Barroquinha (2010) foi de 0,571, de nível baixo, situando-se em 173º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 20,51, ficando em 127º lugar no Ceará.

Toponímia:

Proveniente da geologia, de pequenas massas erodidas ou barrocas, de onde terá se originado Barroquinha.

Gentílico:

barroquinhense

Limites geográficos

Norte: Camocim e Oceano Atlântico

Leste: Camocim

Sul: Chaval e Granja

Oeste: Cajueiro da Praia do Estado do Piauí e Sobral

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Barroquinha, com **área** de 383,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 15.069 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 1.227,3 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 94 m e a distância para a Capital é de 388,1 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-402 / CE-085 / CE-177 / CE-216 / CE-556. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (28,15%), areias quartzosas marinhas distróficas (8,11%), planossolo solódico ta (4,21%), podzólico vermelho amarelo distrófico (34,88%), solo indiscriminado de mangue (2,01%) e solonchak sódico (22,52%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Coreaú, tendo como principais drenagens o rio Timonha, da Chapada, Tapuio, dos Remédios, das Palmeiras, das Almas, Guabira e Ubatuba. Com relação ao **relevo**, destacam-se as depressões sertanejas e os maciços residuais. A **vegetação** é constituída de complexo vegetacional da zona litorânea e cerrado. Parte do território, mais ao interior, é coberta por caatinga arbustiva aberta e densa e, na região próxima ao litoral, por tabuleiros costeiros. Apresenta também regiões de caatinga arbustiva. Tem como Área de Proteção Ambiental o Delta do Parnaíba.

Síntese histórica

A história do município começou em alto mar por volta do século XVII, quando uma tripulação de pescadores de uma outra região, foi arastada por forte ventania, e ficou à deriva. Amedrontados e sentindo-se perdidos, rogando que os guiasse até encontrarem terra firme e retornarem, fizeram uma promessa a Nossa Senhora dos Navegantes de erguerem uma capela em homenagem à santa. Logo avistaram a barra dos remédios e em seguida terra firme. A partir daí, começaram uma longa e exaustiva caminhada, até encontrarem uma pequena vila com casebres cobertos por palhas de carnaúba, onde foram recebidos de maneira simples, mas acolhedora. Os pescadores seguiram viagem, mas depois, cumprindo a promessa que haviam feito, retornaram àquele lugarejo trazendo uma imagem de Nossa Senhora dos Navegantes, a ser entronizada em capela erguida por eles. Tempos depois, a denominação do lugarejo passou a ser Paço Imperial, em razão da passagem por essa região da comitiva do Imperador D. Pedro II, que veio socorrer os flagelados da seca.

Formação Administrativa:

O lugarejo Paço Imperial passou à categoria de distrito, com a denominação de Barroquinha, por ato provincial de 07-06-1883 e por lei municipal nº 3, de 30-03-1893, subordinado ao município de Camocim. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o distrito aparece grafado Barroquinhas. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o distrito volta a ser grafado Barroquinha, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Barroquinha, pela lei estadual nº 11.432, de 11-05-1988, desmembrado de Camocim, instalado em 01-01-1989, tendo como sede o antigo distrito de Barroquinha, constituído de 2 distritos: Barroquinha (sede) e Bitupitá, desmembrado de Camocim. Pela lei estadual nº 029, de 09-11-1990, é criado o distrito de Araras e anexado ao município de Barroquinha. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 3 distritos: Barroquinha (sede), Araras e Bitupitá, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Barroquinha (sede), Araras e Bitupitá.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho, mandioca e as monoculturas de algodão e cana-de-açúcar; a pecuária extensiva de ovinos e caprinos; o extrativismo vegetal, com a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas; o artesanato de redes e bordados; a pesca, voltada para a exportação de lagosta e camarão; o turismo, com belas praias e ilhas; e as indústrias extrativas e de produtos alimentares.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais de Barroquinha são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora dos Navegantes (2 de fevereiro) e o dia do município (11 de maio).

Principais personalidades

Manoel Osdemi da Silva (Barroquinha, 30 de julho), graduado em Ciências Contábeis, funcionário da ECT e escritor, artista plástico e músico, é o representante de Barroquinha na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Barroquinha 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Barroquinha – outubro/98.

Baturité

Hino de Baturité

(Letra por Geraldo José Campos
e melodia por Frei Wilson Fernandes)

Ao sopé de elegantes montanhas
Uma linda cidade brotou
Adornada de graças tamanhas
Que o céu encantado abraçou!

*Montemor, Baturité
Tua fé se fez memória
O teu povo te bendiz
E é feliz, por tua história!*

Numa “Aldeia Comum” protegidos
Jenipapos e irmãos Canindés,
Habitavam tranquilos e unidos,
Como as águas do rio a seus pés!

Portugueses heróis na aventura
Deste imenso País desbravar,
Nos trouxeram com sua cultura
A saudade sem fim de além-mar!

Decantados em belos poemas
Homens fortes, altivos, de cor
Ensinaram, quebrando as algemas
Que não há liberdade sem dor!

Hoje, somos herdeiros da alma
E das terras de nossos avós
Onde Nossa Senhora da Palma
Pede as bênçãos de Deus sobre nós.

Baturité é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Baturité e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Baturité foi (2010) de 0,619, de nível médio, situando-se em 74º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 32,05, ficando em 37º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originária do tupi, que significa “serra verdadeira”.

Gentílico:

baturiteense.

Municípios limítrofes

Norte: Pacoti, Redenção e Guaramiranga

Leste: Aracoiaba e Redenção

Sul: Capistrano, Itapiúna e Ibaretama

Oeste: Guaramiranga, Mulungu e Capistrano

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Baturité, com **área** de 308,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 36.127 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, tropical quente subúmido e tropical quente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.052,7 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 171,2 m e a distância para a Capital é de 93 km, com acesso principal pelas rodovias CE-060 / CE-253 / CE-356 / CE-566. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (1,51%), planossolo solódico (12,48%), podzólico vermelho amarelo distrófico (17,25%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (65,38%) e solos aluviais eutróficos (3,37%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica Metropolitana, tendo como principais drenagens superficiais os rios Putiú, Cangati e Aracoiaba, a barragem Tijuquinha, os riachos das Lajes, do Padre, da Lagoa Nova, Araúba, da Panta, da Pedra Aguda, Macunã, Nilo, Pilar, Salgado, Santa Clara, Sinimbu e Supriano, que, com o rio Putiú, desaguam no rio Aracoiaba. Com relação ao **relevo**, Baturité se localiza no Maciço de Baturité e tem relevo montanhoso formado por maciços residuais e depressões sertanejas, sendo a maior elevação a do serrote de São Francisco, cerca de 874 metros acima do nível do mar. A **vegetação** é formada por caatinga arbustiva densa, floresta subcaducifolia tropical pluvial (mata seca) e floresta subperenifolia tropical plúvio-nebular.

Síntese histórica

Região habitada por diversas etnias como os Potyguara, Jenipapo, Kanyndé, Choró e Quesito, recebeu a partir do século XVII diversas expedições militares e religiosas. Com a expulsão dos holandeses, a coroa portuguesa iniciou o processo de ocupação definitiva das terras cearenses, que se intensificou com a ocupação missionária pelos Jesuítas, com a doação de sesmarias, com a busca de metais preciosos e com a implantação da pecuária do Ceará. Em 1755, Baturité, ainda com o nome de Missão de Nossa Senhora da Palma, surge no contexto do aldeamento dos silvícolas da região. Em 1759, com a expulsão dos Jesuítas, a missão foi elevada à condição de Vila com o nome de Monte-Mor-o-Novo-d'América. Em 1791, aos Kanindé e Jenipapo, foi reunido nessa vila um contingente de índios oriundos de missões em conflitos, como os Jucá da Vila de S. Mateus, os Paiacu da Vila e da Vila de Portalegre. Por causa do clima ameno e da água em abundância, Baturité e outros municípios vizinhos serviram de refúgio para populações sertanejas de cidades como Canindé e Quixadá, durante a Seca dos Três Setes (1777 a 1793). Um marco da presença católica no município é o grupo de igrejas, conventos e mosteiros ali construídos e que ainda resistem ao tempo, alguns deles transformados em hospedarias nos dias atuais. Em 1824, Manoel Felipe Castelo Branco trouxe do Pará para Baturité mudas de café, fato que trouxe mudanças importantes na atividade econômica e na vida social local. Na metade do século XIX, Baturité tinha como principal atividade econômica a cultura do café, chegando na época a deter 2% de toda a produção brasileira. Há relatos de que o café de Baturité era um dos mais apreciados nas cafeterias francesas. Com o crescimento da cultura do café, surge a necessidade de uma via mais rápida de escoamento da produção para o porto de Fortaleza, que, na época era feito através de estradas muito precárias. Para solucionar esse problema, um grupo de comerciantes, em 1870, sugeriu a construção da primeira ferrovia no Estado, que resultou na Estrada de Ferro de Baturité e um porto em Fortaleza. Em 1882, é inaugurada a estação ferroviária de Baturité, pela qual o café passou a ser transportado diretamente para o Porto de Fortaleza. Em 1921, com a expansão da estrada de ferro, Baturité recebe mais uma estação ferroviária, no povoado do Açudinho (hoje Alfredo Dutra). A cultura do café, entre 1870 até a superprodução e a superoferta

de 1929, impulsiona a economia e a vida social de Baturité, bem como a modernização da cidade. A partir do início do século XX, Baturité viveu fortemente o movimento religioso da Ação Católica, principalmente com o vigário local Monsenhor Manoel Cândido e o Padre Ananias Arruda. Não há evidência de uma *belle époque* em Baturité – a classe média era muito pequena e sua população era basicamente rural. Suas ruas só ganharam pavimentação a partir de 1932, na administração do Capitão Ózimo de Alencar. Ainda assim, contou com um atuante movimento urbano nas décadas de 1920 e 1930.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Aldeias das Missões, por Provisão de 19-06-1762. Elevado à categoria de vila com a denominação de Palmas, por carta de 06-08-1763, e portaria de 15-08-1763, retificado, por carta de 16-12-1763. Por carta regia de 14-04-1764, a vila se denomina Vila Real Monte-Mor, instalada em 14-07-1764. Elevada à condição de cidade com a denominação de Baturité, pela Lei Provincial n.º 844, de 09-08-1858. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 7 distritos: Baturité (sede), Castro, Caio Prado, Candeia, Guaramiranga, Pernambucozinho e Riachão. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920, o município aparece constituído de 8 distritos: Baturité (sede), Caio Prado, Candeia, Castro, Guaramiranga, Pernambucozinho, Putiú e Riachão. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 5 distritos: Baturité (sede), Caio Prado, Candeia, Capistrano de Abreu (antes, Riachão) e Itaúna (antes, Castro). No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 4 distritos: Baturité (sede), Caio Prado, Capistrano (antes, Capistrano de Abreu) e Itaúna. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 4 distritos: Baturité (sede), Caio Prado, Capistrano e Itapiúna (antes, Itaúna). Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 3 distritos: Baturité (sede), Caio Prado e Itapiúna. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 3 distritos: Baturité (sede), Boa Vista e São Sebastião, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2018. Os atuais distritos do município são: Baturité (sede), Boa Vista e São Sebastião.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas de Baturité são: a agricultura com as culturas de feijão, chuchu, milho, mandioca e arroz e as monoculturas de algodão, banana, abacate, hortaliças, cana-de-açúcar e café, cuja produção vem crescendo, com a utilização da técnica do cultivo sombreado e 100% orgânico. Esse tipo de cultivo fez com que o café *baturiteense* ganhasse destaque nacional e internacional, por ser um produto de alta qualidade e saudável; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos e suínos; o extrativismo vegetal, com a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a carnaúba e a oiticica; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita e usos diversos na construção civil; a extração de areia e argila para fabricação de telhas e tijolos; o artesanato de redes e bordados; o turismo tendo como principais atrativos: a Área de Proteção Ambiental, nos remanescentes de Mata Atlântica, com trilhas, cachoeiras, áreas próprias para a prática de esportes de aventura e um grande acervo cultural espalhado por toda a cidade, como museus, monumentos e edificações centenárias, onde se destacam: a Igreja matriz, o Prédio da Cultura (hoje a sede da Secretária de Saúde), o Pelourinho (marco da fundação da cidade), o Palácio entre Rios (antiga cadeia municipal e hoje sede da prefeitura), a Igreja Matriz de Cristo Rei, localizada no alto do bairro do Putiú, o Museu Comendador Ananias Arruda, a Estrada de Ferro com sua estação ferroviária, onde estão expostas as obras de Olavo Dutra Alencar, a Via Sacra Pública de Baturité (com 365 degraus), a Imagem de Nossa Senhora de Fátima (exposta no alto do morro da Via Sacra, a maior imagem da santa no mundo), a Igreja de Santa Luzia (inaugurada em 1879), a Antiga Escola Apostólica dos Jesuítas conhecida como Mosteiro dos Jesuítas, que lembra um castelo medieval e funciona atualmente como casa de retiros, encontros religiosos, congressos, hospedagem e descanso; e o Mirante do Cruzeiro (magnífica cruz com 25 metros de altura sobre uma montanha).

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais da cidade são: a Festa de Nossa Senhora da Palma, padroeira do município (6 a 15 de agosto), a Festa de Santa Luzia (3 a 13 de dezembro), a Festa de Santo Antônio (01 a 13 de junho) e

a Festa de Cristo Rei (20 a 26 de novembro); as festividades da emancipação política do município (9 de agosto); a feira livre, sempre realizada aos sábados, também é um marco cultural na cidade, onde ocorrem apresentações musicais e literárias.

Principais personalidades

Antônio Couto Pereira (Baturité, 23 de janeiro de 1896 – Curitiba, 12 de dezembro de 1976), ainda jovem foi morar em Curitiba e, em 1916, se filiou ao Coritiba Futebol Clube, do qual foi presidente. Em sua homenagem, o estádio do Coritiba se denomina *Estádio Antônio Couto Pereira*.

Augusto Alves Linhares (Baturité, 24 de novembro de 1879 – Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1963), médico especialista em cirurgia plástica, poeta, ensaísta, orador e escritor, foi sócio correspondente do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras.

Francisco Adalberto de Oliveira Barros Leal (Baturité, 23 de janeiro de 1925 – Fortaleza, 22 de dezembro de 1995) foi juiz de Direito em Tamboril, Pacoti, São Gonçalo do Amarante e Baturité. Desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará e seu presidente de 1993-1994, quando assumiu o Governo do Ceará, em razão da renúncia do governador Ciro Gomes. Permaneceu no cargo até 1º de janeiro de 1995.

Francisco Antônio de Oliveira Sobrinho (Baturité, 23 de outubro de 1844 – Fortaleza, 04 de outubro de 1897), formou-se em Direito e foi voluntário da campanha do Paraguai, retornando da guerra com as divisas de capitão, por atos de bravura. Foi juiz municipal, juiz de casamentos, jornalista e deputado provincial. Abolicionista, poeta e dramaturgo.

Francisco Dias Alves (Baturité, 20 de janeiro de 1936) exerceu o mandato de deputado federal constituinte em 1988.

Godofredo Maciel (Baturité, 8 de setembro de 1883 – Fortaleza, 24 de agosto de 1921), advogado, doutor em Direito, jornalista, redator de jornais e orador, foi prefeito do Alto Purus, no Acre, e de Fortaleza, em dois mandatos (1920-1921), quando fez uma grande reforma na Praça do Ferreira, e (1924-1928), nomeado pelo Presidente do Estado.

Gustavo Sampaio (Baturité, 01 de maio de 1871 – Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1893) ingressou na vida militar em 1888 no Rio de Janeiro.

Retornando ao Ceará, passou a frequentar curso superior, sendo promovido a Alferes-aluno. Oficial do Exército, morreu heroicamente, vítima de uma granada disparada do Forte de Villegagnon, em 10 de novembro de 1893, na Revolta da Armada (1891-1894).

João Franklin da Silveira Távora (Baturité, 13 de janeiro de 1842 – Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1888), advogado, jornalista, político, romancista e teatrólogo. É o patrono da Cadeira 14 da Academia Brasileira de Letras.

José de Barcelos da Silva Sobrinho (Baturité, 7 de julho de 1843 – Fortaleza, 24 de outubro de 1919), jornalista, humanista, estudioso de Geografia, História e Grego, foi professor do Liceu do Ceará e diretor da Escola Normal e da Biblioteca Pública.

José Olavo Peixoto de Alencar (Baturité, 02 de janeiro de 1927 – Fortaleza, 24 de setembro de 2016), radialista, foi deputado estadual e superintendente do Instituto Nacional de Previdência Social no Ceará.

José Valdo Ribeiro Ramos (Baturité, 4 de abril de 1901 – Fortaleza, 4 de dezembro de 1961), bacharel em Direito, foi juiz municipal e professor. Sócio efetivo da Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), da Sociedade Cearense de Geografia e História e da Academia Cearense de Letras. Organizou uma das mais completas e opulentas bibliotecas do Ceará.

Luiz Severiano Ribeiro, (Baturité, Ceará, 3 de junho de 1886 – Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1974) foi o fundador do Grupo Severiano Ribeiro. Em 14 de julho de 1917, inaugurou o Cine Majestic em Fortaleza, primeiro grande cinema da cidade.

Mons. João Dantas Ferreira Lima (Baturité, 31 de janeiro de 1851 – Fortaleza, 26 de outubro de 1946), comissário do Governo Imperial na seca de 1877, capelão da Escola Militar do Ceará, atuou como jornalista. Foi o primeiro capelão da Igreja do Carmo (1892 a 1915), responsável pela importação, de Portugal, da imagem de Nossa Senhora do Carmo, que continua exposta na Igreja do Carmo, em Fortaleza.

Sebastião Crisólogo de Mello Tamburim (Baturité, 16 de dezembro de 1837 – Paraguai, 1867), bacharel em matemática e ciências físicas, foi um militar morto em combate, na emboscada do Arroio Caimbocá, no Paraguai.

Stênio Gomes da Silva (Baturité, 2 de janeiro de 1907 – Fortaleza, 29 de julho de 1961), advogado, foi promotor, juiz municipal, procurador-geral do Estado e juiz de direito. Deputado estadual constituinte em 1934 e deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Secretário de Agricultura, eleito em 1950 vice-governador do Ceará, tendo com o afastamento do Governador em 1954, assumido o Governo do Estado, de 1º/07/1954 a 25/03/1955.

Valdemar Cromwel do Rego Falcão (Baturité, 25 de janeiro de 1895 – Boston, 2 de outubro de 1946), bacharel em Direito, delegado de polícia e professor, elegeu-se para a Assembleia Nacional Constituinte (1933) e, em 1937, assumiu o cargo de Ministro do Trabalho. Foi membro do Conselho de Segurança Nacional e ministro do Supremo Tribunal Federal. Sócio efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

Vinicius Antonius Holanda de Barros Leal (Baturité, 16 de outubro de 1922 – Fortaleza, 13 de abril de 2010), médico, diretor do Posto de Saúde de Maranguape, do Asilo de Menores Juvenal de Carvalho e de Patrimônio da Santa Casa de Misericórdia, foi professor da Faculdade de Medicina da UFC e um dos fundadores da Sociedade Cearense de Pediatria e do Centro Médico Cearense, dos quais foi presidente. Sócio efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) e da Academia Cearense de Letras. Vereador de Fortaleza (1951 a 1955).

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

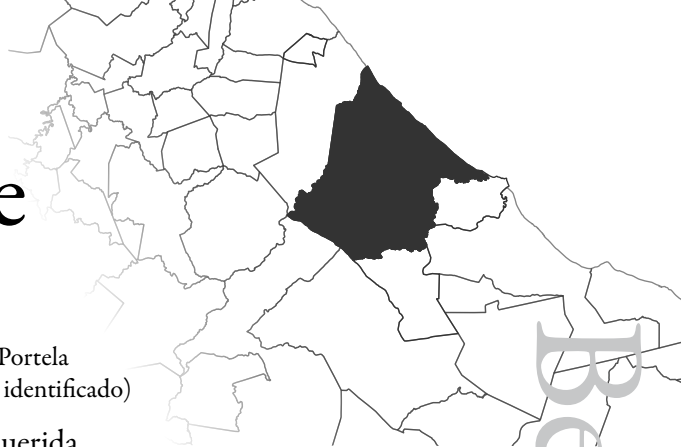
IPECE – Perfil Municipal de Baturité 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Baturité – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

GURGEL, Marcelo. Cum Laude, aos homens e seus feitos. 2019 – Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE.

Beberibe



Hino de Beberibe

(Letra por Padre Assis Portela
e melodia de autor não identificado)

Beberibe, nossa terra querida
Nós queremos teu nome elevar
Estudando, para vencer na vida
Nosso Lema é não desanimar

*Mocidade vibrante aguerrida
Invejamos o brilho do sol
Que tenhamos em todas as lidas
A alegria de um novo arrebol!*

Queira Deus, sejamos sempre unidos
Trabalhando com gosto e fervor
Pela causa, deste torrão querido
Beberibe ó ninho de amor.

*Mocidade vibrante aguerrida
Invejamos o brilho do sol
Que tenhamos em todas as lidas
A alegria de um novo arrebol!*

Beberibe é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Cascavel e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Beberibe (2010) foi de 0,638, de nível médio, situando-se em 36º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 35,05, ficando em 26º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originária do tupi, que significa “lugar onde cresce a cana” ou ainda “águas que vão e vêm sob o fluxo e o influxo da maré”.

Gentílico:

beberibense.

Municípios limítrofes

Norte: Oceano Atlântico e Cascavel

Leste: Aracati, Fortim e Oceano Atlântico

Sul: Morada Nova, Russas e Palhano

Oeste: Cascavel, Morada Nova e Ocara

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Beberibe, com **área** de 1.624 km², tem **população estimada** para 2021 em 54.315 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 784,1 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 11,9 m e a distância para a Capital é de 82 km, com acesso principal pelas rodovias CE-040 / CE-352 / CE-403 / CE-404. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (63,22%), areias quartzosas marinhas distróficas (3,73%), planossolo solódico ta (0,89%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (9,26%), podzólico vermelho amarelo álico (0,20%), solo litólico eutrófico e distrófico (0,79%), solonchak sódico (4,11%), solonetz solodizado (16,42%) e solos aluviais eutróficos (0,87%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia Metropolitana, tendo como principais drenagens os rios Choró e Piranji, o riacho Salgadinho e os córregos Grande, Santa Maria, Maria Preta e Camará e a lagoa do Uruaú, sendo a Lagoa Uberaba o principal reservatório que abastece a população urbana do município. Com relação ao **relevo**, destacam-se a planície litorânea, a planície ribeirinha, os serões e os tabuleiros pré-litorâneos. A **vegetação** é constituída de complexo vegetacional da zona litorânea e floresta mista dicótilo-palmácea. Beberibe tem como Unidades de Conservação Federal a Reserva Extrativista (Resex) Prainha do Canto Verde; e Estadual a Área de Proteção Ambiental - APA da Lagoa do Uruaú, além do Monumento Natural das Falésias de Beberibe.

Síntese histórica

A cidade de Beberibe está localizada nas terras das sesmarias concedidas pelo Capitão-Mor Tomaz Cabral de Olival, ao Capitão Domingos Ferreira Chaves, Manuel Nogueira Cardoso, Sebastião Dias Freire e João Carvalho Nóbrega, em 16 de agosto de 1691. Desses colonizadores quase nada

se sabe informar a não ser que suas terras, abrigando sítios e fazendas, seriam colonizadas mais tarde por outros adquirentes que neles se estabeleceram. No início do século XIX, Baltazar Ferreira do Vale, residente no Riacho Fundo em Cascavel, e Pedro de Queirós Lima, morador no sítio Mirador em Aquiraz, resolveram mudar de domicílio. Baltazar Ferreira do Vale comprou o Sítio Lucas e Pedro de Queirós Lima comprou o Sítio Bom Jardim. Dessas duas famílias nasceram filhos que se casaram entre si e constituíram um verdadeiro patriarcado. O Sítio Lucas, por oferecer melhores condições de povoamento, deu origem ao que seria mais tarde a cidade de Beberibe. As famílias Queirós, Ferreira e Facó, numerosas ainda hoje, ligaram-se aos Bessa, Peroba e Martins Dourado. A família Colaço só se estabeleceu em Beberibe um pouco mais tarde, se transformando em uma das maiores ramificações familiares do município, acompanhada pelas famílias Facó e Moreira.

Formação Administrativa:

Distrito criado, com a denominação de Beberibe, pela Lei Provincial n.º 2.051, de 24-11-1883, subordinado ao município de Cascavel. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 o distrito de Beberibe figura no município de Cascavel, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1950. Elevado à categoria de município, com a denominação de Beberibe, pela Lei Estadual n.º 1.153, de 22-11-1951, foi desmembrado de Cascavel, instalado em 25-03-1955, tendo como sede o antigo distrito de Beberibe, constituído de 5 distritos: Beberibe (sede), Itapeim, Parajuru, Paripueira e Sucatinga, todos desmembrados de Cascavel. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 5 distritos: Beberibe (sede), Itapeim, Parajuru, Paripueira e Sucatinga, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. A Lei Estadual n.º 6.439, de 21-07-1963, desmembra do município de Beberibe o distrito de Parajuru, elevado à categoria de município. A Lei Estadual 6.457, 09-08-1863, desmembra do município de Beberibe o distrito Paripueira, elevado à categoria de município. A Lei Estadual n.º 6.947, de 19-12-1963, desmembra do município de Beberibe o distrito de Itapeim, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963 o município é constituído de 2 distritos: Beberibe (sede) e Sucatinga. Pela Lei Estadu-

al n.º 8.339, de 14-12-1965, Beberibe adquiriu os extintos municípios de Itapeim, Parajuru e Paripueira, não instalados, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 5 distritos: Beberibe (sede), Itapeim, Parajuru, Paripueira e Sucatinga, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Pela Lei Estadual n.º 11.384, de 18-12-1987, é criado o distrito de Serra do Félix e anexado ao município de Beberibe. Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 7 distritos: Beberibe (sede), Forquilha, Itapeim, Parajuru, Paripueira, Serra do Félix e Sucatinga, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Em divisão territorial datada de 2007, o município é constituído de 7 distritos: Beberibe (sede), Forquilha, Itapeim, Parajuru, Paripueira, Serra do Félix e Sucatinga, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. Os atuais distritos do município são: Beberibe (sede), Itapeim, Parajuru, Paripueira, Serra do Félix, Forquilha e Sucatinga.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com a cultura de subsistência de mandioca, milho e feijão, e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, banana, a cultura do caju e coco-da-baía; a pecuária extensiva de bovinos e ovinos e, em menor escala, de caprinos, suínos, asininos, equinos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando a oiticica e a carnaúba como matérias primas; o artesanato de redes, labirintos e bordados; a mineração com extração de areia, diatomito e argila, utilizados na fabricação de telhas e tijolos e ocorrências de Lepidolita, Quartzo e Feldspato; a atividade pesqueira, industrial e artesanal, desenvolvida na costa litorânea; as principais indústrias são de tijolos, produtos minerais não metálicos, produtos alimentares, extrativa mineral e de vestuário, calçados e artigos de couro e peles.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Carnaval com “mela-mela” (fevereiro ou março); Festa de Reisado (6 de janeiro); Festa dos padroeiros Jesus, Maria e José (dezembro); Festival junino (junho); Festa de Nossa Senhora da Penha no distrito de Sucatinga (30 de agosto a 8 de se-

tembro); Paixão de Cristo (Semana Santa); Festival dos Papangus (Semana Santa); Caju Nordeste (novembro); Festa de Emancipação Política do Município (5 de julho); Festa do Bom Jesus dos Navegantes – Parajuru (14 a 29 de setembro), a Festa de São José – Paripueira (19 de março); a Festa de São Sebastião – Itapeim (20 de janeiro); e Festa de Réveillon (31 de dezembro).

Principais personalidades

Américo de Queirós Facó (Beberibe, 21 de outubro de 1885 – Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1953), poeta e jornalista, viveu a maior parte da vida no Rio de Janeiro.

Antônio Colaço Martins (Beberibe, 30 de novembro), educador e escritor, foi diretor da Faculdade de Filosofia de Fortaleza e professor e diretor do Mestrado em Filosofia da UFC. Professor e reitor da Universidade de Fortaleza e reitor da Universidade Vale do Acaraú. Membro do Conselho de Educação do Ceará. Sócio efetivo da Academia Fortalezense de Letras, da qual é o presidente (2020-2022).

Boanerges de Queiroz Facó (Beberibe, 30 de setembro de 1882 – Fortaleza, 4 de agosto de 1970), bacharel em Direito, jurista, historiador, desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará. Sócio efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

Edgar Facó (Beberibe, 27 de março de 1882 – Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1972), militar brasileiro, que alcançou o posto de General-do-Exército e foi ministro do Supremo Tribunal Militar, de 1943 a 1952.

José Chagas Filho representante de Beberibe na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Monsenhor José Cândido de Queirós Lima (Beberibe, 27 de setembro de 1849 – Boa Viagem, 27 de novembro de 1934), professor e sacerdote católico agraciado com o título de Monsenhor Camareiro de Sua Santidade o Papa Bento XV, em 28 de maio de 1915.

Pedro Tomás de Queirós Ferreira (Beberibe, 5 de setembro de 1854 – Fortaleza, 12 de julho de 1918), magistrado e jornalista, foi desembargador do Tribunal da Relação, desapossado do cargo por ter participado da sedição ao presidente estadual José Clarindo de Queirós. Pertenceu à Academia Cearense de Letras, que ajudou a fundar.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Beberibe 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Beberibe – outubro/98.

Bela Cruz

Hino de Bela Cruz

(Letra por João Damasceno
e melodia por Joca Lopes)

Amo-te ó minha Bela Cruz querida,
Terra bendita, esplendorosa e linda.
No teu regaço é mais feliz a vida,
Tem mais encantos, mais amor ainda.

*És tão formosa,
És tão gentil,
És flor mimosa
Do meu Brasil!
És o meu sonho
Puro e ideal,
Doce e risonha,
Não tem igual.*

És minha terra sempre abençoada
De Deus Supremo Criador dos mundos.
A tua igreja é bela e respeitada
A elevar-se para os céus profundos.

Os teus frondosos mangueirais virentes
Dão-te este cunho de beleza imensa
Com suas verdes copas florescentes
Lantejoulando à luz do sol intensa.

Dos edifícios seu conjunto assoma
Em praças, ruas sempre arborizadas.
És bafejada pelo grato aroma
Dos campos teus em brisas perfumadas.

Os teus coqueiros majestosos crescem
Soltando aos ventos singular canção.
E altivamente para os céus investem
Num incontido anseio de emoção.



Bela
Cruz

Teus carnaubais são sempre verdejantes,
Ora oscilando ao vento brandamente
Acordam na alma sonhos deslumbrantes
Ao flabelar da fronde viridente.

Em tuas belas manhãs orvalhadas
Vem te saudar a passarada em festa
Que aos primeiros clarões das alvoradas
O seu concerto mavioso empresta.

Tem mais fulgores o sol que ilumina
Os nossos campos, várzeas perfumadas.
Tem mais poesia na meiga lucina
Se à noite espalha luzes prateadas.

Bela Cruz é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do litoral de Camocim e Acaraú e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Bela Cruz (2010) foi de 0,623, de nível médio, situando-se em 63º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 22,70, ficando em 93º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Bela Cruz se originou de primitiva cruz erguida pelo missionário frei Vidal da Penha, a qual permanece até hoje.

Gentílico:

belacruzense.

Municípios limítrofes

Norte: Cruz e Jijoca de Jericoacoara

Leste: Marco e Acaraú

Sul: Marco

Oeste: Camocim, Granja e Marco

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Bela Cruz, com **área** de 843 km², tem **população estimada** para 2021 de 32.851 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente semiárido, com **pluviometria** média

(2021) de 760,8 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 9 m e a distância para a Capital é de 236,1km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-402 / BR-403 / CE-119 / CE-179. O **solo** é constituído de planossolo solódico ta (2,14%), podzólico acinzentado álico (1,23%), podzólico vermelho amarelo distrófico (77,51%), solonchak sódico (13,88%) e solos aluviais eutróficos (5,14%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Acaraú, tendo como principais drenagens superficiais o rio Acaraú, os riachos Inhanduba, da Prata, da Poeira, do Paraguai, Mourão, de Dentro e do Córrego além de diversos córregos que fluem para o rio Acaraú, sendo os principais reservatórios os açudes de Araticuns, da Prata e do Cajueirinho, na divisa com Marco, e as lagoas Belém de Fora, São João de Sá, do Mato, do Grosso e Santa Cruz. Com relação ao **relevo**, o município de Bela Cruz apresenta glaciais pré-litorâneo dissecado em interflúvios tabulares, tabuleiros costeiros e depressão sertaneja. A **vegetação** é constituída por cajueiros na maior parte do território, pequena área coberta por caatinga arbustiva aberta e densa e por tabuleiros, e também por floresta mista dicótilo-palmácea.

Síntese histórica

Os primeiros sesmeiros chegaram à região no final do século XVII, início do século XVIII, quando se apossaram de suas propriedades e fixaram residência nas margens do Rio Acaraú, dedicando-se à criação de gado e à agricultura em sítios e fazendas. Da união de colonizadores portugueses com mulheres pernambucanas, e do concubinato com índias, surgiram as primeiras famílias da localidade. O Capitão Manoel Vaz Carrasco, com sete filhas, chegou de Ipojuca para se estabelecer no Sítio Santa Cruz, assim como Ângelo Dias Leitão, proveniente do Cabo; Nicolau da Costa Peixoto, Manoel Ferreira Fonteles, Matheus Mendes de Vasconcelos, João da Silveira Dutra, Capitão José de Araújo Costa e seus irmãos Pedro e Manoel de Araújo Costa, vieram diretamente de Portugal. Em 1732, foi construída a Capela de Santa Cruz, centro religioso da região, sendo os habitantes das regiões circunvizinhas atraídos pelo povoado, em busca de batismo para os filhos e do sacramento do matrimônio para a regularização conjugal católica e da benção para suas famílias. O lugarejo denominou-se primitivamente

Alto da Genoveva, que era o nome de uma mulata então residente no sítio de origem. Em 1798, quando o Frei Vidal da Penha passou em missão evangélica por esse sítio, mudou a denominação para Santa Cruz do Acaraú, em alusão ao cruzeiro que fez erguer nessa localidade.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Santa Cruz, pelo decreto estadual nº 60, de 06-09-1890, subordinado ao município de Acaraú. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito figura no município de Acaraú, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Santa Cruz passou a denominar-se Bela Cruz. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito, já denominado Bela Cruz, figura no município de Acaraú, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município com a denominação de Bela Cruz, pela lei estadual nº 3.538, de 23-02-1957, desmembrado de Acaraú, instalado em 25-03-1959, tendo como sede o antigo distrito de Bela Cruz, constituído apenas do distrito sede. Pela lei estadual nº 4.439, de 30-12-1958, é criado o distrito de Prata e anexado ao município de Bela Cruz. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Bela Cruz (sede) e Prata, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município continuam sendo: Bela Cruz (sede) e Prata.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com culturas de subsistência de mandioca, milho, feijão, batata-doce e melancia e as monoculturas de algodão, banana, cana-de-açúcar e castanha de caju, e atividades utilizando como matéria prima a oiticica e a carnaúba; na pecuária extensiva, a criação de bovinos, ovinos, suínos e aves; no extrativismo vegetal, a fabricação de carvão vegetal, a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas; na área da mineração, a extração de areia e argila, utilizadas na fabricação de telhas e tijolos; o comércio tem muita importância para a economia do município, contando com lojas de tecidos, armarinhos, lojas de calçados, de eletrodomésticos, de confecções, mercearias, armazéns, farmácias, materiais de construção, e outras; a ati-

vidade artesanal, com a produção de bordados, rendas, varandas, redes de dormir, crochê, redes de pesca, etc. As principais oportunidades de trabalho, no município, se concentram na agricultura, no comércio e no serviço público municipal.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais de Bela Cruz são: o Arraiá da Vizinha (no último fim de semana de julho); a Festa de São Francisco (de 25 de setembro a 04 de outubro); a Festa de São Vicente de Paulo (27 de setembro); a Festa da Padroeira – Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro) e a Festa de Aniversário do Município (23 de fevereiro).

Principais personalidades

Capitão Manoel Vaz Carrasco foi um dos primeiros a se estabelecer, com sete filhas, no Sítio Santa Cruz, depois município de Bela Cruz, vindo de Ipojuca, em Pernambuco.

Mário Domingues Louzada foi eleito primeiro prefeito do município de Bela Cruz, em 3 de outubro de 1958.

Nicolau da Costa Peixoto e **Domingos Aguiar de Oliveira**, doadores de terras e gados para o patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Conceição de Santa Cruz, berço de Bela Cruz, considerados ambos os fundadores da cidade.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Bela Cruz 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Bela Cruz – outubro/98.

Boa Viagem

Hino de Boa Viagem

(Letra por José Cândido de Queiroz Lima
e melodia por José Jatay)

Ao coração da terra cearense,
Chegaram trazidos pelo amor:
Dois jovens amantes, fugitivos,
E esta gleba lhes deu o seu calor...
Uma capelinha foi erguida,
À santa milagrosa e protetora.
E então, surgiu minha cidade,
Tão querida, feliz e acolhedora,

*Boa Viagem, Boa Viagem,
Hoje vejo os teus campos de algodão.
É o teu povo, tão operoso,
Trabalhando na mais bela união...
Boa Viagem, Boa Viagem,
Onde a paz e o amor são o ideal.
Como eu te amo, terra querida!
És a joia do Sertão Central.*

Tuas serras, teu sertão vão produzindo,
Com fartura, os mais variados cereais.
O rio Boa Viagem vai banhando,
Os teus campos nos dias inverniais.
Cachoeirão das Almas, que beleza!
Quando a luz do luar vem pratear...
Boa Viagem tens encanto e poesia,
E o teu futuro, Deus há de abençoar...

Boa Viagem é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão de Quixeramobim e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Boa Viagem (2010) foi de 0,598, de nível baixo, situando-se em 139º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 22,43, ficando em 98º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Boa Viagem faz alusão, com nome simplificado, a Nossa Senhora de Boa Viagem, cuja capela foi erguida, de acordo com história de tradição oral, em cumprimento a promessa de casal de namorados fugitivos, que se encontravam em perigo.

Gentílico:

boaviagense.

Municípios limítrofes

Norte: Madalena, Itatira e Santa Quitéria

Leste: Madalena e Quixeramobim

Sul: Independência e Pedra Branca

Oeste: Monsenhor Tabosa e Independência

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Boa Viagem, com **área** de 2.837 km², tem **população estimada** para 2021 em 54.680 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 554,3 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 275,6 m e a distância para a Capital é de 226,1 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222. O **solo** é constituído de afloramentos rochosos (0,43%), brunizem avermelhado (9,56%), bruno não cálcico (25,78%), planossolo solódico ta (0,94%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (18,32%) solo litólico eutrófico (39,14%), solo litólico eutrófico e distrófico (0,62%) solonetz solodizado (0,92%), solos aluviais eutróficos (0,95%) e vertissolo (3,23%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Banabuiú, tendo como principais drenagens superficiais o rio Quixeramobim, o rio Santo Antônio, e os riachos Barrica, Capitão Mor, São Cosmo, Ipu e Boa Vista, sendo os principais reservatórios os açudes Dois Irmãos, Vieirão (Banabuiú), São José (Banabuiú), Caiçaras e Ibutaçu e o açude Boa Viagem, responsável pelo abastecimento da maior parte da população da

sede municipal. Com relação ao **relevo**, destacam-se as depressões sertanejas e os maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese histórica

Aos 26 de junho de 1743, o capitão-mor João de Teyve Barreto de Menezes, antigo governador do Ceará Grande, concede três léguas de terra a Antônio Domingos Alvarez, situadas nas ribeiras do riacho Cavalto Morto, que deságua no famoso rio Quixeramobim, iniciando-se nessa data o povoamento dos vastos sertões de Boa Viagem, região que se prestava admiravelmente para a agricultura e para a pecuária.

Formação administrativa:

Pela Lei Provincial nº 1.025, de 18-11-1862, o povoado denominado “Cavalto Morto” passou a distrito com o nome de Boa Viagem, vinculado ao município de Quixeramobim. Elevado à categoria de vila com a denominação de Boa Viagem, pela lei provincial nº 1.128, de 21-11-1864, desmembrada de Quixeramobim, tendo como sede o núcleo de Boa Viagem, constituída apenas do distrito sede. Pela lei municipal nº 1, de 10-06-1892, é criado o distrito de Olinda e anexado ao município de Boa Viagem. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituída de 2 distritos: Boa Viagem (sede) e Olinda. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, é extinto o município de Boa Viagem, sendo seu território anexado ao município de Quixeramobim. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, Boa Viagem figura como simples distrito de Quixeramobim. Elevado novamente à categoria de vila com a denominação de Boa Viagem, pela lei nº 260, de 28-12-1936, desmembrado de Quixeramobim, tendo como sede o antigo distrito de Boa Viagem, constituída de 2 distritos: Boa Viagem (sede) e Olinda. O decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, elevou a vila à condição de cidade com a denominação de Boa Viagem, e criou o distrito de Socorro, em terras desmembradas do distrito de Olinda e anexado ao município de Boa Viagem. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 3 distritos: Boa Viagem (sede), Olinda e Socorro. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Olinda passou a denominar-se Jacampari e o distrito de Socorro a

denominar-se Ibuauçu. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 3 distritos: Boa Viagem (sede), Ibuauçu e Jacampari. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, é criado o distrito de Domingos da Costa, anexado ao município de Boa Viagem. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 4 distritos: Boa Viagem (sede), Domingos da Costa, Ibuauçu e Jacampari, assim permanecendo em divisão territorial datada de 15-07-1960. Pela lei estadual nº 6.961, de 19-12-1963, é criado o distrito de Guia e anexado ao município de Boa Viagem. Em divisão territorial datada de 31-07-1963, o município é constituído de 5 distritos: Boa Viagem (sede), Domingos da Costa, Guia, Ibuauçu e Jacampari, assim permanecendo em divisão territorial datada de 15-07-1997. Pela lei nº 688, de 10-06-1999, é criado o distrito de Águas Belas e anexado ao município de Boa Viagem. Pela lei nº 686, de 10-06-1999, é criado o distrito de Ipiranga e anexado ao município de Boa Viagem. Pela lei municipal nº 761, de 04-09-2001, é criado o distrito de Massapê dos Paes, antigo povoado, constituído de terras do distrito de Ibuauçu e anexado ao município de Boa Viagem. Pela lei municipal nº 775, de 11-10-2001, é criado o distrito de Boqueirão, constituído de terras desmembradas com parte do distrito sede de Boa Viagem e parte do distrito de Ibuauçu e anexado ao município de Boa Viagem. Pela lei municipal nº 777, de 11-10-2001, é criado o distrito de Várzea da Ipueira, constituído de terras desmembradas, parte do distrito sede e parte do distrito de Ipueira e anexado ao município de Boa Viagem. Pela lei nº 773, de 11-10-2001 é criado o distrito de Poço da Pedra e anexado ao município de Boa Viagem. Pela lei municipal nº 779, de 11-10-2001, é criado o distrito de Olho D'Água dos Facundos, antigo povoado, constituído com terras desmembradas, parte do distrito de Guia e parte do distrito de Ibuauçu, anexado ao município de Boa Viagem. Em divisão territorial datada de 2007, o município é constituído de 12 distritos: Boa Viagem (sede), Águas Belas, Boqueirão, Domingos da Costa, Guia, Ibuauçu, Ipiranga, Jacampari, Massapê dos Paes, Olho D'Água dos Facundos, Poço da Pedra e Várzea da Ipueira. Pela lei municipal nº 1.003, de 2 de outubro de 2008, foi criado o distrito de Olho D'Água do Bezerril e anexado ao município de Boa Viagem. Atualmente o município tem treze distritos: Boa Viagem (sede), Águas Belas, Boqueirão, Domingos da Costa, Guia, Ibuauçu, Ipiranga, Jacampari, Massapê dos Paes, Olho D'Água do Bezerril, Olho D'Água dos Facundos, Poço da Pedra e Várzea da Ipueira.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas de Boa Viagem são: a agricultura, com culturas de subsistência de feijão, milho, mamona, arroz e mandioca, e monoculturas de algodão, banana, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas e hortaliças; a pecuária extensiva de bovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a extração de madeiras diversas para fabricação de carvão, lenha e construção de cercas; o artesanato de bordados; a pesca artesanal em açudes da região; a mineração com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita e placas para fachadas e usos diversos na construção civil; a extração de areia e argila, para fabricação de telhas e tijolos e a extração de rocha calcária utilizada na fabricação de cal; o comércio e os serviços são áreas de muita importância na economia do município, responsável pela ocupação de grande parte da população economicamente ativa; a área do turismo tem grande importância, em razão da realização de eventos, do agroturismo, do ecoturismo, do turismo religioso e arqueológico; as condições geográficas e climáticas da região favorecem a prática de esportes radicais como o voo livre, o parapente, o rally, a asa-delta, o trekking e o rapel. Os pontos turísticos mais procurados são: a Cachoeira dos Ferreiras, a Cachoeira do Sibiró, a Cachoeira das Almas, a Serra do Facão, a Serra da Núbia, a Serra do Saco, a Serra do Calugi, o Museu Professor Cícero Pinto do Nascimento, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, a paisagem arquitetônica da Lagoa do Cavalo Morto, os monumentos de Antônio Domingues, Augustinha e o Cavalo Morto, o Obelisco do Centenário, o Busto do Monsenhor José Cândido de Queiroz Lima, o Busto de José de Queiroz Sampaio, o Busto do Vereador José Vieira de Lima, o Busto de João Amaro e Izabel Rodrigues, o Monumento do Encontro-das-Estradas-Cearenses, a Fonte Luminosa, o Triângulo Maçônico, a Imagem de Nossa Senhora de Boa Viagem, a Imagem do Sagrado Coração de Jesus, a Imagem da Crucificação, o Pavilhão da Bandeira do Município, o Mercado Público Samuel Alves da Silva, o Parque de Vaquejadas e Eventos José Vieira de Lima e o Parque de Exposições Agropecuárias Joaquim Viera Lima.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais de Boa Viagem são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Boa Viagem (1.º de janeiro); as Vaquejadas e as Cavalgadas (27 de novembro), o Carnaval (fevereiro), o Reisado (6 de janeiro), o

Pastoril, os Prados, o Dia do Evangélico (31 de outubro), a Festa de Pentecostes e a Festa de Aniversário do Município (21 de novembro).

Principais personalidades

Antônio Domingos Alvarez recebeu em 26 de junho de 1743 do capitão-mor João de Teyve Barreto de Menezes, antigo governador do Ceará Grande, três léguas de terra, situadas nas ribeiras do riacho Cavalão Morto, onde se iniciou a formação do povoado.

Cícero Pinto do Nascimento (Boa Viagem, 27 de setembro de 1958), professor, escritor e líder cultural de Boa Viagem, responsável por diversos eventos culturais do município, como Semanas Culturais, Jornadas Culturais e Olimpíadas de Português, a partir de novembro de 1985.

Dom José Terceiro de Sousa (Boa Viagem, 7 de julho de 1908 – Fortaleza, 14 de julho de 1983) foi bispo em Caetité, na Bahia, bispo-auxiliar de Salvador, e bispo diocesano de Penedo – Alagoas.

Efrain Almeida de Melo (Boa Viagem, 1964), artista plástico, iniciou sua formação artística no Rio de Janeiro. A partir da década de 1990, passou a utilizar madeira como matéria prima de seus trabalhos. Fez exposições individuais e participou de bienais, com trabalhos em madeira e bronze.

José Vieira Filho, conhecido como Mazinho (Boa Viagem, 5 de setembro de 1939 – Boa Viagem, 22 de janeiro de 2010), geógrafo, farmacêutico e agropecuarista, foi prefeito de Boa Viagem em quatro mandatos e deputado estadual em dois.

Mons. José Cândido de Queiroz Lima (Boa Viagem, 27 de setembro de 1849 – Boa Viagem, 27 de novembro de 1934) sacerdote, professor e vigário de Quixadá, Boa Viagem, Beberibe e Maria Pereira (Mombaça), recebeu o título de Monsenhor Camareiro de Sua Santidade o Papa Bento XV.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Boa Viagem 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Boa Viagem – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Brejo Santo

Hino de Brejo Santo

(Letra e Melodia
por Raimundo Fixina de Brito – Zeno)

Sobre a várzea de verde-esmeralda,
Te espreguiças, ó! Meu Brejo Santo;
Inspirando a quem te contempla,
Um poema sublime de encantos.

Entre os louros dos teus coqueirais,
Que tatalam nas tardes fagueiras;
A graúna seu hino desprende,
Ao sorriso das luzes primeiras.

*És a terra sublime de encantos,
Graça infinita da mãe natureza;
Tu herdaste do teu Ceará,
A pujança divina e beleza.*

O Arquiteto das obras divinas,
Deu-te um céu pontilhado de estrelas;
Deu-te campos e bosques amenos,
Onde brotam as flores mais belas.

Deu-te fontes de puro cristal,
Onde as águas murmuram amor;
Fez teu leito um verde tapete,
O mais belo e jocundo primor.

És a terra sublime de encantos ...

Eu te adoro, ó! Meu Brejo Santo,
Na expressão singular do teu porte;
Amo o gesto sublime que imprimes,
Como sendo o mais belo do Norte.
Eu te adoro, ó! Terra fecunda,

Onde o sol resplandece divino;
Em teu seio de amor e sorriso,
Sonhei tanto quando era menino.

És a terra sublime de encantos ...

Brejo Santo é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Brejo Santo e na mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Brejo Santo (2010) foi de 0,647, de nível médio, situando-se em 26º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 28,55, ficando em 47º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Brejo Santo é proveniente do nome do sítio Brejo, que pertencia aos irmãos Santos. A denominação original era Brejo da Barbosa, depois Brejo dos Santos e, finalmente, Brejo Santo.

Gentílico:

brejossantense.

Municípios limítrofes

Norte: Mauriti, Milagres, Abaiara e Missão Velha

Leste: Mauriti e Estado de Pernambuco

Sul: Jati e Estado de Pernambuco

Oeste: Porteiras

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Brejo Santo, com **área** de 663,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 519542 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 911,3 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 381,3 m e a distância para a Capital é de 502,4 km, com acesso principal pelas rodovias BR116 / BR-122 / BR-226 / BR-230 / CE-138 / CE-368 / CE-371. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (14,14%), latossolo amarelo distrófico (0,41%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (29,65%), solo gley pouco húmico (0,01%), solo litólico eutrófico (32,16%), solo litólico eutrófico e distrófico (0,95%), solos aluviais eutróficos (0,73%) e vertissolo (21,94%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o

município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Salgado, tendo como principais drenagens superficiais os riachos dos Oitis, do Bálamo, Jenipapeiro, dos Poços e Cana Brava, sendo o principal reservatório o Açude Atalho, por onde entram as águas de transposição do Rio São Francisco. Com relação ao **relevo**, o município se localiza no sopé da Chapada do Araripe, tendo como principais elevações as serras da Balança, do Araripe, Canabrava, do Poço e Cacimbas. A **vegetação**, bastante diversificada, apresenta domínios de cerrado, caatinga e cerrado e é constituída de floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese histórica

As terras localizadas no sopé da Chapada do Araripe eram habitadas pelos índios Kariri, antes da chegada das entradas no interior brasileiro, no século XVII. Os integrantes das entradas, militares e religiosos, estudaram essa região, fizeram contatos com os nativos e iniciaram a sua catequização, agrupando-os em aldeamentos ou missões. Logo descobriram, e divulgaram junto à Corte, que existia ouro na região. A notícia motivou a vinda de muitos portugueses para essa região brasileira, com a esperança de encontrar esse minério. Com a chegada dos imigrantes portugueses, na busca pelo metal precioso, nas ribanceiras do rio Salgado, na região do Sertão do Cariri, se iniciou a colonização, seguindo-se a doação de sesmarias e o conseqüente surgimento de lugarejos e vilas. A primeira ocupação do lugarejo, ainda no século XVIII, foi por uma fazendeira viúva, dona Maria Barbosa, que instalou sua propriedade no lugar conhecido como Porteiras. Logo surgiram outras fazendas. Brejo Santo surgiu como núcleo urbano, em 1858, no entorno das fazendas de propriedade do Cel. Aristides Cardoso dos Santos e da viúva de Antônio José de Sousa, locais em que os tropeiros que se dirigiam para Jardim paravam para descansar e se abastecer de farinha, arroz, fumo, bebida e outros gêneros de primeira necessidade. Aos poucos, foram sendo construídas mais casas e instaladas bodegas e armazéns, favorecendo o crescimento e o desenvolvimento do lugar.

Formação administrativa:

Por ato provincial de 30-12-1862, foi criado o distrito com a denominação de Brejo dos Santos. A lei provincial nº 1.708, de 25-07-1876,

criou a paróquia de Brejo dos Santos, desvinculando-a das paróquias de cidades vizinhas, mas o vigário da paróquia, Padre Francisco Lopes Abath, somente chegou à cidade em 02 de setembro de 1877. Elevado à categoria de vila com a denominação de Brejo dos Santos, pelo decreto estadual nº 49, de 26-08-1890, desmembrada de Porteiras e instalada em 05-11-1890, era constituída apenas pelo distrito sede. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município continuou constituído apenas pelo distrito sede. Pelo decreto-lei estadual nº 193, de 20-05-1931, Brejo dos Santos incorporou, como distrito, o extinto município de Conceição do Cariri, antes denominado Iaras. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município de Brejo dos Santos continuou constituído de dois distritos: Brejo dos Santos (sede) e Conceição do Cariri, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o município de Brejo dos Santos passou a denominar-se Brejo Santo e o distrito de Conceição do Cariri mudou a denominação para Porteiras. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município de Brejo Santo figura com dois distritos: Brejo Santo (sede) e Porteiras. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, o distrito de Porteiras se desmembra de Brejo Santo, elevado à categoria de município, sendo criados os distritos de Poço e São Felipe, anexados ao município de Brejo Santo. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de três distritos: Brejo Santo (sede), Poço e São Felipe, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Atualmente, Brejo Santo é constituído pelos distritos de Brejo Santo (sede), Poço e São Felipe.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, destacando-se as culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca e arroz e as monoculturas de algodão, abacate, abacaxi, cana-de-açúcar, castanha de caju e com produção diversificada em projetos de fruticultura irrigada, principalmente de uva, banana e coco; a pecuária extensiva com criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves, com grande produção de leite em regime intensivo e muitos rebanhos de gado Nelore; o extrativismo vegetal, com extração de madeiras diversas para lenha, fabricação de carvão e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas o babaçu,

a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados e a fabricação de cachaça e rapadura. A cidade está sendo beneficiada com o recebimento, no Reservatório Atalho, das águas do Rio São Francisco, fazendo parte do Eixo Norte do projeto. Quanto à construção da Ferrovia Transnordestina, depois de ficar parada por mais de três anos, a obra foi retomada em 2020 e o trecho que passa por Brejo Santo está em adiantada fase de construção. A ferrovia se destina a escoar cerca de 30 milhões de toneladas de grãos por ano, além de frutas cultivadas, tijolos, roupas, cal, gesso, mel, calçados, móveis, minerais e combustíveis, ligando o interior do Nordeste aos portos de Pecém, no Ceará, e Suape, em Pernambuco. Durante a construção desse trecho da ferrovia, foram descobertos na Fazenda Pau Branco, em Brejo Santo, riquezas fossilíferas da Bacia Sedimentar do Araripe, constituídas por troncos de araucariáceas, ancestrais dos atuais pinheiros, com aproximadamente 140 milhões de anos, do Período Jurássico Superior. Os ramais que partem de Missão Velha – Ce e de Salgueiro – Pe, estão próximos de se interligarem em Brejo Santo; outra atividade econômica relevante do município é a do setor terciário, que teve grande desenvolvimento nas últimas décadas, tornando a cidade um dos três maiores centros comerciais e de serviços da região, ao lado de Juazeiro do Norte e Crato.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais de Brejo Santo são: a festa do Sagrado Coração de Jesus (última semana do mês de julho); a vaquejada (fim do mês de agosto), quando se comemora o aniversário do município (26 de agosto); o carnaval, em que o bloco carnavalesco “O Cabeção” tornou-se uma tradição de Brejo Santo. Outros eventos culturais da cidade são os festivais de rock - *Rock in Brejo* e *São Rock*, que têm atraído pessoas de cidades circunvizinhas.

Principais personalidades

Antônio Roberto Xavier Nascimento (Brejo Santo, 18 de agosto de 1977), ciclista especialista em montanha, venceu circuitos em Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro.

Fernando Leite (Brejo Santo, 30 de janeiro de 1904 – Fortaleza, 4 de fevereiro de 2000), médico, professor e reitor da Universidade Federal do Ceará (1967 a 1971).

José Wellington Landim (Brejo Santo, 14 de novembro de 1955 – Fortaleza, 9 de junho de 2015), médico, prefeito de Brejo Santo, deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Ceará.

Fontes:

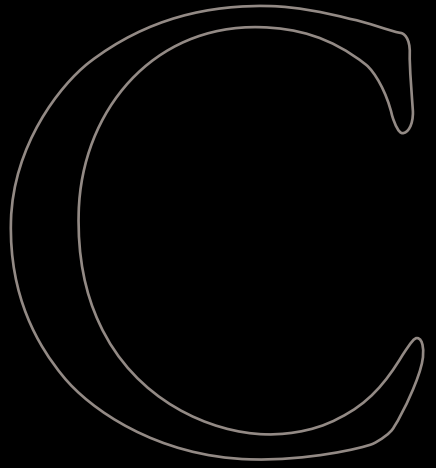
ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Brejo Santo 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Brejo Santo – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.



Camocim
Campos Sales
Canindé
Capistrano
Caridade
Cariré
Caririaçu
Cariús
Carnaubal
Cascavel
Catarina
Catunda
Caucaia
Cedro
Chaval
Choró
Chorozinho
Coreaú
Crateús
Crato
Croatá
Cruz



Camocim

Hino de Camocim

(Letra e melodia
por Francisco Valmir Rocha)

Vejo ao longe ondear o oceano
Em caixões de espumas pros céus
Camocim entre as ondas boiando,
Vai cantando louvores a Deus.

*Quem viu tuas praias de alvura sem par
Pede a Deus te conserve formosa
Sempre airosa, “Princesa do mar”
Quem viu tuas velas vogando ao luar.
Tem vontade de sempre te amar.
Sempre, sempre “Rainha do mar”.*

Verdes mares bravios do Norte
A lutar nesse eterno fragor
Como vós nosso povo é tão forte,
Tão feroz, pertinaz, lutador.
Deus não queira que a luz radiante.
Se apague dos céus sem que eu veja.
Teus coqueiros gentis ondulantes
Sem que junto a ti eu esteja.

Camocim é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do litoral de Camocim e Acaraú e na mesorregião Noroeste Cearense.

O **IDH** de Camocim (2010) foi de 0,620, de nível médio, situando-se em 72º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 30,86, ficando em 38º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originária do tupi-guarani, que significa “buraco ou pote para enterrar defunto”, alusão ao ritual funerário dos Índios Tremembés.

Gentílico:

camocinense.

Limites geográficos

Norte: Oceano Atlântico

Leste: Jijoca de Jericoacoara e Bela Cruz

Sul: Granja

Oeste: Barroquinha

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Camocim, com **área** de 1.125 km², tem **população estimada** para 2021 em 64.147 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 1.088 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 8,1 m e a distância para a Capital é de 357,9 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-402 / CE-085 / CE-177 / CE-202 / CE-216 / CE-515 / CE-556. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (20,04%), areias quartzosas marinhas distróficas (8,84%), planossolo solódico ta (11,87%), podzólico vermelho amarelo distrófico (45,29%), solo litólico, eutrófico e distrófico (0,11%) e solonchak sódico (8,31%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Coreaú, tendo como principais drenagens os rios Coreaú, Remédio e Pesqueira, além dos riachos Cangalha e Parazinho, o córrego da Forquilha e as lagoas Cangalha, Inhanduba, do Boqueirão, da Moreia, Lagunho e Grande. Com relação ao **relevo**, destacam-se a planície litorânea e tabuleiros pré-litorâneos. A **vegetação** é constituída de cerrado, complexo vegetacional da zona litorânea, floresta perenifólia paludosa marítima e floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar com carnaúba).

Síntese histórica

As terras do atual município de Camocim foram ocupadas pelos povos indígenas Tabajaras, Tremembés, Jenipaboçus e Cambidas. Os primeiros exploradores a chegarem nesse território foram os franceses e, na segunda metade do século XVI, os portugueses, que vieram fazer o reconhecimento da região, desde Tutóia – Ma até os limites do Ceará com o Rio Grande do

Norte, preparando-se para possíveis confrontos armados com os franceses. Diversas cartas topográficas, datadas no século XVII, descrevem o rio Co-reau, na época chamado pelos exploradores de Rio da Cruz e pelos nativos de Croahiú. Em 1792, com a chegada de moradores de Tutóia, no Maranhão, foram implantadas nessa região a agricultura e a pecuária. Na Carta Foral de 11 de março de 1935, encontram-se referências à doação feita D. João III ao historiador João Cardoso de Barros, associado a Aires da Cunha e Fernando Alvarez, num total de 75 léguas de costa, medidas da Ponta dos Mangues Verdes, no Maranhão, até o Rio da Cruz em Camocim. Mas os donatários não procuraram colonizar essas terras, que, por muitos anos, ficaram abandonadas. Na era colonial, Camocim foi visitado várias vezes por corsários estrangeiros que mantinham comércio com os índios, sem que tentassem efetivamente o povoamento da região. O primeiro contato com a região foi feito pelo explorador Pero Coelho de Sousa, que resolveu aventurar-se na conquista da serra da Ibiapaba, com a devida aprovação do governador-geral Diogo Botelho.

Formação administrativa:

Por ato provincial de 02-09-1873, foi criado um distrito com a denominação de Camocim, vinculado ao município de Granja. Em divisão territorial de 1877, o distrito era denominado Barra do Camocim. Em junho de 1878, o conselheiro João Lins Vieira ordenou a construção de uma ferrovia na região, ligando essa localidade a Sobral: o primeiro trecho de 24,5 km foi concluído em 15 de janeiro de 1881, sendo entregues os 128,9 km da ferrovia em 31 de dezembro de 1882. Com a construção da linha férrea e o aumento do tráfego de pessoas e mercadorias, a vila de Camocim se tornou importante polo de exportação do Ceará. Elevado à categoria de vila com a denominação de Camocim, pela lei provincial nº 1.849, de 29-02-1879, desmembrado de Granja, foi instalada em 08-01-1883, tendo como sede o núcleo de Camocim. Em 17 de agosto de 1889, a vila de Camocim foi transformada em cidade pela lei provincial n.º 2.162. Em 11 de fevereiro de 1890, foi criado o distrito de Guriú, anexado ao município de Camocim. O ato estadual de 26-03-1892 criou o distrito de Almas, vinculado ao município de Camocim. Por ato provincial de 07-06-1893 e lei municipal nº 3, de 30-03-1893, foi criado o distrito de Barro-

quinha e anexado ao município de Camocim. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 4 distritos: Camocim (sede), Almas, Barroquinha e Guriú. Pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, o distrito de Chaval foi anexado ao município de Camocim, desvinculado do município de Quixeramobim. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 5 distritos: Camocim (sede), Almas, Barroquinha, Chaval e Guriú, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Almas passou a denominar-se Bitupitá. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 5 distritos: Camocim (sede), Barroquinha, Bitupitá, Chaval e Guriú. A lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, desmembra do município de Camocim o distrito de Chaval, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município de Camocim é constituído de 4 distritos: Camocim (sede), Barroquinha, Bitupitá e Guriú, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. A lei estadual nº 6.553, de 01-07-1963, desvincula do município de Camocim o distrito de Barroquinha, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.385, de 04-07-1963, o distrito de Bitupitá é elevado à categoria de município, desmembrado do município de Camocim. Pela lei estadual nº 6.397, de 03-07-1963, é criado o distrito de Amarelas e anexado ao município de Camocim. Em divisão territorial datada 31-12-1963, o município é constituído de 3 distritos: Camocim (sede), Amarelas e Guriú. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, Barroquinha e Bitupitá, extintos como municípios, por não terem sido instalados, voltaram a ser vinculados, como simples distritos, ao município de Camocim. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 5 distritos: Camocim (sede), Amarelas, Barroquinha, Bitupitá e Guriú, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. A lei estadual nº 11.432, de 11-05-1988, desmembra do município de Camocim os distritos de Barroquinha e Bitupitá, para formar o novo município de Barroquinha. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 3 distritos: Camocim (sede), Amarelas e Guriú, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Atualmente Camocim é constituído dos distritos Camocim (sede), Amarelas e Guriú.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas de Camocim são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, arroz sequeiro, milho e mandioca e a monocultura de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a extração de sal marinho e a pesca industrial e artesanal de frutos do mar e pescado; o artesanato de redes e bordados e redes de pesca; a mineração com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, fachadas e usos diversos para a construção civil; as indústrias de perfumaria, de sabão, de velas, de vestuários, de produtos alimentares, gráfica e editorial, de peles e couro, extrativas e de calçados (a indústria Democrata Nordeste Calçados é uma das principais empresas do município, instalada em 1997, com produção de mais de sete mil pares de sapatos por mês); o turismo.

Manifestações culturais

Carnaval é a grande festa popular da cidade (fevereiro/março). Nos fins de semana que antecedem o carnaval, acontecem os pré-carnavais, com blocos de rua, puxados por bandas de metais, nos moldes dos antigos carnavais. Com o tema “Camocim é só Alegria”, o carnaval acontece durante todo o dia nas praias (Ilha do Amor, Praia das Barreiras e Praia do Maceió) e na Praça do Amor com “mela-mela”, e à noite na Praça dos Odus, com a participação das bandas locais e de renome nacional. Outros importantes eventos são: o Festival de Violeiros (1º de maio), como parte das comemorações do Dia do Trabalhador; o Festival de Quadrilhas (junho); o Quadrilhão, com grande caminhada pelas ruas, saindo da Igreja de São Francisco até a Beira Mar, dançando, cantando e fazendo brincadeiras criativas, cada grupo com seu estandarte, numa antecipação do Festival de Quadrilhas; a Festa de Iemanjá (12 a 17 de agosto), evento de grande tradição, recebendo caravanas de seguidores dessa religião, com manifestação pela manhã na Praia das Barreiras e à noite nos terreiros de Umbanda; o Salão de Artes de Camocim (setembro), mostra de artes de artistas da terra e convidados, com um tema previamente escolhido, nas áreas de pintura, gravura e escultura; a procissão marítima de São Pedro, saindo da Igreja de São Pedro até

o cais do porto, onde é colocada em um barco, que puxa a procissão pelo estuário do Rio Coreaú, sendo seguida por diversas embarcações e pelo povo, em terra, que caminha ao longo do rio (29 de junho); Quarteirão da Alegria, espaço situado na Av. Beira Mar, destinado à apresentação de arte, cultura, comida regional, literatura e música, com a promoção de artistas locais e intensa participação da população; a Festa do padroeiro Bom Jesus dos Navegantes (janeiro), e novenas em novembro; a Festa de Aniversário do município (17 de agosto).

Principais personalidades

Arnaldo Vasconcelos (Camocim, 18 de abril de 1937 – Fortaleza, 26 de maio de 2017), bacharel em Direito, jurista, advogado e filósofo, professor da UFC. Membro da Academia Cearense da Língua Portuguesa e do Instituto Brasileiro de Filosofia.

Dom Antônio Fontinele de Melo (Camocim, 9 de maio de 1968), sacerdote católico e filósofo, foi nomeado pelo Papa Francisco, em 2020, bispo de Humaitá.

Euclides Pinto Martins (Camocim, 15 de abril de 1892 – Rio de Janeiro, 12 de abril de 1924), aviador integrante da tripulação na viagem pioneira entre a América do Norte e a América do Sul, percorrendo, de Nova Iorque ao Rio de Janeiro, 5.678 quilômetros, em cem horas de voo.

Haroldo Sanford de Barros (Camocim, 11 de setembro de 1925), militar do exército, dirigiu o Departamento de Trânsito e a Companhia Telefônica de Fortaleza. Deputado estadual em três mandatos e deputado federal em duas legislaturas.

Jaziel Pereira de Sousa (Camocim, 3 de maio de 1961), formado em medicina, exerceu mandatos de vereador de Fortaleza e de deputado federal.

Joaquim Soares Parente (Camocim, 01 de julho de 1931), empresário do ramo de farmácia e ótica, escritor, foi vereador de Camocim. É o representante de Camocim na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

José Dias de Macedo (Camocim, 8 de Agosto de 1919 – Fortaleza, 6 de dezembro de 2018), empresário e político, deputado federal em três legislaturas e suplente de senador pelo Ceará. Presidiu o grupo J. Macedo,

conglomerado de empresas de veículos, tecidos, equipamentos, pneus e da indústria de trigo no Ceará.

Onofre Muniz Gomes de Lima (Camocim, 17 de abril de 1891 — 23 de abril de 1969) teve carreira militar brilhante, chegando ao generalato. Foi comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Exerceu mandato de Senador.

Paulo Ayrton Araújo (Camocim, 5 de janeiro de 1925 – Fortaleza, 14 de junho de 2022), coronel do Exército, engenheiro, bacharel e licenciado em matemática, escritor e historiador. Presidente do Instituto Brasil-Estados Unidos e professor do Colégio Militar. Foi secretário de Educação do Ceará. Sócio efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), do qual foi presidente e seu presidente de honra.

Ruy Vasconcelos de Carvalho (Camocim, 1962), poeta, tradutor e cineasta brasileiro.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Camocim 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Camocim – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Campos Sales



Hino de Campos Sales

(Letra por Mariano de Oliveira Carvalho
e melodia por Cicero Robério Nobre)

Aprazível e encantadora te mostraste
Aos primeiros que cruzaram o solo teu
Pois no teu seio as tuas raízes fincaram
E do labor a tua história então nasceu.
Tua origem edificada nos princípios
De famílias de honrosa tradição
Tu és uma árvore garbosa que deu frutos
Filhos devotos que te tem no coração.

Salve, salve, Campos Sales
Soberana de um brilhante porvir!
Exaltai tuas glórias e bondade,
Tu que és bela cidade
Portal do Cariri!
Exaltai tuas glórias e bondade,
Tu que és bela cidade
Portal do Cariri!

Tens o nome de um líder decidido
Em teu seio jaz a grande heroína
Sois o portal de um belo e áureo futuro
Mãe generosa onde todo amor culmina.
Tu és um símbolo perene de candura
Guarnecida por um céu azul anil
Emoldurada por um verde esperança
És tu motivo de orgulho ao Brasil!
Salve, salve, Campos Sales ...

Campos Sales é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião da Chapada do Araripe e mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Campos Sales (2010) foi de 0,630, de nível médio, situando-se em 49º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 19,20, ficando em 135º lugar no Ceará.

Toponímia:

homenagem ao quarto presidente do Brasil, Manoel Ferraz de Campos Sales.

Gentílico:

Camposalesense.

Municípios limítrofes

Norte: Aiuaba

Leste: Antonina do Norte, Potengi e Assaré

Sul: Salitre

Oeste: Fronteiras e Pio IX, do Estado do Piauí.

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Campos Sales, com **área** de 1.083 km², tem **população estimada** para 2021 em 27.513 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média de 588,3 mm (2021) e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 567,1 m e a distância para a Capital é de 504,7 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / BR-230 / CE-176 / CE-371. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (37,80%), latossolo amarelo álico (20,71%), planossolo solódico ta (4,29%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (34,01%), solo litólico eutrófico (3,18%) e terra roxa estruturada eutrófica (0,01%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principais drenagens os riachos Negro, Conceição, Cambonheiro, da Baixa do Meio, Salgadinho e Riachão, os dois últimos desaguando no rio dos Bastiões. Dentre os reservatórios mais importantes se destaca o açude Poço das Pedras. Com relação ao **relevo**, destacam-se as depressões sertanejas e maciços residuais.

A **vegetação** é constituída de carrasco, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial.

Síntese histórica

Campos Sales foi um núcleo urbano que cresceu ao redor da fazenda Várzea das Vacas e que se consolidou como centro comercial em razão de

sua proximidade com o Piauí. Há anos o território de Campos Sales pertenceu ao então município de Brejo Seco, hoje Araripe, e o seu povoamento resultou de imensas fazendas de criar, situadas às margens de excelentes ribeiras, em terras de conhecida fertilidade para o labor agrícola. No município de Campos Sales está encravada famosa fazenda que pertenceu, outrora, a D. Bárbara Pereira de Alencar, grande heroína cearense, que esteve presa em 1817, por haver participado de movimento revolucionário. Bárbara de Alencar foi encarcerada em várias prisões, de Fortaleza à Bahia. Envelhecida, acabrunhada pelos sofrimentos, terminou os dias na velha fazenda, chamada Touro, aos 67 anos de idade. Registram as crônicas que a heroína se asilou na sua propriedade rural, temendo a revolução chefiada por Pinto Madeira, em 1831. O túmulo de dona Bárbara de Alencar, revolucionária da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador se encontra no distrito de Itaguá em Campos Sales – Ceará. Em 31 de Janeiro de 1991 ocorreu, nas proximidades do distrito de Caldeirão, localidade de Poço Redondo, a 16 km da sede do município, a queda de um meteorito de categoria Contrito, pesando 3,5 kg, batizado de Campos Sales, fato digno de registro e de interesse para a Astronomia e para a pesquisa de meteoritos extraterrenos.

Formação administrativa:

Em 23-11-1878, foi criado pela lei provincial nº 1.777 um distrito com a denominação de Campos Sales, subordinado ao município de Assaré. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Campos Sales, pela lei estadual nº 530, de 29-07-1899, desmembrado de Assaré, instalado em 27-10-1899, constituído apenas do distrito sede. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 2 distritos: Campos Sales (sede) e Poço da Pedra. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, o município é extinto, sendo seu território novamente anexado ao município de Assaré. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Campos Sales, pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, desmembrado de Assaré, tendo como sede o antigo distrito de Campos Sales, que aparece constituído de 4 distritos: Campos Sales (sede), Araripe, Poço da Pedra e São Domingos. O decreto estadual nº 1.540, de 03-05-1935, desmembra do município de Campos Sales o distrito de Araripe, elevado

à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1936, o município é constituído de 3 distritos: Campos Sales (sede), Poço da Pedra e São Domingos. Pela lei estadual nº 263, de 28-12-1936, o distrito de São Domingos deixa de pertencer ao município de Campos Sales, sendo anexado ao município de Saboeiro. Em divisão territorial datada de 31-12-1937, o município é constituído de 2 distritos: Campos Sales (sede) e Poço da Pedra. O decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, incorpora ao município de Campos Sales o distrito de São Domingos, desanexando-o do município de Saboeiro, cria o distrito de Salitre e muda a denominação do distrito de Poço da Pedra para Itaipu. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 4 distritos: Campos Sales (sede), Itaipu, Salitre e São Domingos. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Itaipu passa a se denominar Itaguá e o de São Domingos, Quixariú. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 4 distritos: Campos Sales (sede), Itaguá, Quixariú e Salitre. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, são criados os distritos de Barão de Aquiraz e Carmelópolis, anexados ao município de Campos Sales. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 6 distritos: Campos Sales (sede), Barão de Aquiraz, Carmelópolis, Itaguá, Quixariú e Salitre, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.398, de 03-07-1963, os distritos de Quixariú e Barão de Aquiraz se desmembram do município de Campos Sales, para formar o novo município de São Domingos do Norte. A lei estadual nº 6.787, de 20-11-1963, desmembra o distrito de Carmelópolis do município de Campos Sales, elevado à categoria de município com a denominação de Limoeiro do Ceará. Pela lei estadual nº 6.788, de 21-11-1963, o distrito de Itaguá é desvinculado do município de Campos Sales, elevado à categoria de município com a denominação de Poço de Pedra. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, são anexados a Campos Sales os extintos municípios de Carmelópolis, Itaguá, São Domingos do Norte e Salitre. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 6 distritos: Campos Sales (sede), Barão de Aquiraz, Carmelópolis, Itaguá, Quixariú e Salitre, não constando o distrito de São Domingos do Norte, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. A lei estadual nº 11.467, de 30-06-1988, desmembra do município de Campos Sa-

les o distrito de Salitre, elevado à categoria de município. Pela lei municipal nº 063, de 19-12-1989, é criado o distrito de Monte Castelo e anexado ao município de Campos Sales. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 6 distritos: Campos Sales (sede), Barão de Aquiraz, Carmelópolis, Itaguá, Monte Castelo e Quixariú, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Lei municipal de 22-04-2019 recriou o distrito de Poço das Pedras, constituído pelo desmembramento de terras do distrito de Itaguá, tendo como sede o povoado do mesmo nome. Os atuais distritos de Campos Sales são: Campos Sales (sede), Barão de Aquiraz, Carmelópolis, Itaguá, Monte Castelo, Poço das Pedras e Quixariú.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica, o babaçu e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita e usos diversos na construção civil; a extração de areia e argila utilizadas na fabricação de tijolos e telhas; a indústria da madeira, de material de transporte, metalúrgica, editorial e gráfica, química, de mobiliário, de produtos alimentares, de produtos minerais não metálicos, de vestuário, de calçados e de artigos de tecido, couro e peles.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais são: a festa da padroeira Nossa Senhora da Penha (última semana de agosto), o festival junino (junho) e o aniversário do município (26 a 29 de julho).

Principais personalidades

Francisco Tomaz Teixeira (Campos Sales, 24 de novembro de 1945), jornalista e político, exerceu mandato de deputado estadual pelo Piauí em três legislaturas. Foi secretário de Programas Especiais do Governo do Piauí.

Humberto Macário de Brito (Campos Sales, 13 de julho de 1929), médico no Crato, de 1959 a 1974, fundou o Hospital Regional Manuel de Abreu. Foi vice-prefeito e prefeito do Crato, Secretário de Saúde do Ceará, deputado estadual e superintendente da SUDEC.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Campos Sales 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Campos Sales – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Canindé

Hino de Canindé

(Letra por Manoel Messias
e melodia por Maestro J. Ratinho)

Canindé o teu nome é uma prece,
Pois um dia Rui Barbosa te exaltou,
E, como Assis, foste escolhida,
Por aquele a quem Jesus mais confiou.

*Canindé, Canindé nós te amamos
E te guardamos um lugar no coração
Quem vem a ti, jamais esquece
Santuário de fé e oração.*

Do imenso Brasil, tão pequenina,
Xavier de Medeiros te floriu,
E te fez surgir numa campina,
Nesta várzea mais bonita do Brasil.

Na distância gravamos o sino,
Da Basílica do teu Santo protetor,
Não há sorte que faça esquecer-te
Terra santa de esperança e amor!

Canindé é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Canindé e mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Canindé (2010) foi de 0,612, de nível médio, situando-se em 91º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 24,82, ficando em 74º lugar no Ceará.

Toponímia:

a palavra canindé era a denominação de tribo tapuia que habitava a região; canindé é uma palavra originária do tupi que dá nome a uma bela arara de grande porte, existente no cerrado brasileiro. Etimologicamente, há duas outras versões que indicam como significados de canindé “teu seio ou tua cama” e “meu mato”.

Gentílico:

canindeense.

Municípios limítrofes

Norte: Tejuçuoca, General Sampaio, Paramoti e Caridade.

Leste: Irauçuba, Sobral e Santa Quitéria

Sul: Itatira, Madalena e Choró

Oeste: Mulungu, Aratuba e Itapiúna

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Canindé, com **área** de 3.218,5 km², tem **população estimada** para 2021 em 77.484 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, tropical quente subúmido e tropical quente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 538,2 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a maio. A **altitude** é de 149,73 m e a distância para a Capital é de 121,3 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / CE-257. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (40,97%), planossolo solódico ta (11,11%) podzólico vermelho amarelo eutrófico (6,08%) e solo litólico eutrófico (39,68%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas do rio Curu e Metropolitana, tendo como principais drenagens os rios Canindé, Curu, Choró e os riachos Batoque, do Castro, Conceição dos Grossos e das Furnas, sendo os principais reservatórios superficiais os açudes Ipueira da Vaca, Logradouro II, Salão, São Mateus, Caracas, do Souza, e Barra do Cancão, na Bacia do rio Curu, além da Adutora Canindé, no Açude Escuridão. Com relação ao **relevo**, destacam-se maciços residuais e depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese histórica

A região das nascentes às margens do rio Curu e seus afluentes, bem como os afluentes do rio Choró, eram habitada por índios de origem Ta-puia: Jenipapos-canindés e Kanyndés. A partir do século XVII, os portugueses começaram a ocupar estas terras, recebidas em sesmarias, para a

criação de gado e para a exploração agrícola, no ciclo econômico de carne de sol e do charque. Em 1775, o sargento-mor português Francisco Xavier de Medeiros, estabeleceu-se às margens do rio Canindé e, algum tempo depois, iniciou a construção de uma capela em honra de São Francisco das Chagas, marco histórico e religioso de Canindé. A construção do templo atual resultou de projeto do arquiteto italiano Antônio Mazzini, em que se destacam os magníficos afrescos do pintor, também italiano, George Kau. A capela ficou pronta em 1796, depois de paralisações motivadas por disputas judiciais e em razão da seca dos três setes (1777) e da seca de 1793. A primeira imagem de São Francisco é conhecida popularmente como *São Francisquinho*, por conta de seu pequeno tamanho.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de São Francisco das Chagas do Canindé pela Resolução Régia de 19-08-1818, pela Provisão de 03-09-1818 e pelo Ato Provincial de 18-03-1842. Elevado à categoria de vila com a denominação de São Francisco das Chagas do Canindé pela Lei Provincial nº 221, de 29-07-1846, sendo desmembrada de Fortaleza e Quixeramobim, instalada em 05-07-1847, tendo por sede o núcleo de São Francisco das Chagas do Canindé, constituída apenas do distrito sede. Pelo Ato Estadual de 24-06-1907, é criado o distrito de Jatobá e anexado à vila de São Francisco das Chagas do Canindé. Pela Lei Estadual n.º 1.093, de 04-08-1911, é criado o distrito de Caridade e anexado ao município de São Francisco das Chagas do Canindé. Em divisão administrativa de 1911, a vila de São Francisco das Chagas do Canindé é constituída de 3 distritos: São Francisco das Chagas do Canindé (sede), Caridade e Jatobá. Elevado à condição de cidade com a denominação de Canindé, pela Lei Estadual n.º 1.221, de 25-08-1914. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920, o município é constituído de 5 distritos: Canindé (sede), Caiçarina, Caridade, Jatobá e São Gonçalo. Pelo Decreto Estadual n.º 193, de 20-05-1931, é criado o distrito de Belém de Machado e adquiridos, do município de Pacoti, os distritos de Campos Belos e Santana. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933 o município aparece constituído de 6 distritos: Canindé (sede), Belém do Machado, Campos Belos, Caridade, Jatobá, e Santana, não figurando os distritos de Caiçarina e de

São Gonçalo. Pelo Decreto Estadual n.º 1.533, de 24-04-1935, o distrito de Campos Belos passou a denominar-se Ipueiras dos Targinos. Em divisão territorial datada de 31-12-1936, o município aparece constituído de 6 distritos: Canindé (sede), Belém, Caridade, Ipueiras dos Targinos, Jatobá e Santana. Pelo Decreto Estadual n.º 448, de 20-12-1938, o distrito de Belém foi transferido para o município de Quixeramobim, sendo mudada a denominação do distrito de Santana para Saldanha e o de Ipueiras dos Targinos para Targinos. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 6 distritos: Canindé (sede), Campos Belos, Jatobá, Saldanha, Targinos e Caridade. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 1.114, de 30-12-1943, o município sofreu as seguintes modificações: o distrito de Jatobá passou a denominar-se Ubiraçu, Saldanha passou a chamar-se Paramoti e Campos Belos tomou o nome de Inhuporanga. Em divisão territorial datada de 01-07-1950 o município é constituído de 6 distritos: Canindé (sede), Caridade, Inhuporanga, Paramoti, Targinos e Ubiraçu. Pela Lei Estadual n.º 1.153, de 22-11-1951, é criado o distrito de Bonito e anexado ao município de Canindé. Pela Lei Estadual n.º 2.163, de 12-12-1953, é criado o distrito de Esperança, com terras desmembradas do distrito de Targinos e anexadas ao município de Canindé. Em divisão territorial datada de 01-07-1955 o município é constituído de 8 distritos: Canindé (sede), Bonito, Caridade, Esperança, Inhuporanga, Paramoti, Targinos e Ubiraçu. A Lei Estadual n.º 4.157, de 06-08-1958, desmembra do município de Canindé os distritos de Caridade e Inhuporanga, para constituírem o novo município de Caridade. A Lei Estadual n.º 3.962, de 10-12-1957, desmembra do município de Canindé o distrito de Paramoti, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 5 distritos: Canindé (sede), Bonito, Esperança, Targinos e Ubiraçu, assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-12-1963. Pela Lei Estadual n.º 7.166, de 14-01-1964, foram criados os distritos de Ipueiras dos Gomes e Monte Alegre, e anexados ao município de Canindé. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 7 distritos: Canindé (sede), Bonito, Esperança, Ipueiras dos Gomes, Monte Alegre, Targinos e Ubiraçu, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1991. Pela Lei Municipal n.º 1.215, de 28-04-1992, é criado o distrito de Iguaçú e anexado ao município de Canindé. Pela Lei Municipal n.º 228,

de 07-07-1992, é criado o distrito de Capitão Pedro Sampaio e anexado ao município de Canindé. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 9 distritos: Canindé (sede), Bonito, Capitão Pedro Sampaio, Esperança, Iguaçu, Ipueiras dos Gomes, Monte Alegre, Targinos e Ubiraçu, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2001. Em divisão territorial datada de 2002, o município aparece constituído de 9 distritos: Canindé (sede), Bonito, Pedro Sampaio, Esperança, Iguaçu, Ipueiras dos Gomes, Monte Alegre, Targinos e Salitre, figurando no lugar de Ubiraçu, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2003. Pela Lei Municipal n.º 1.831, de 13-04-2004, é criado o distrito de Caiçara e anexado ao município de Canindé. Em divisão territorial datada de 2005, o município é constituído de 10 distritos: Canindé (sede), Bonito, Caiçara, Capitão Pedro Sampaio, Esperança, Iguaçu, Ipueiras dos Gomes, Monte Alegre, Salitre e Targinos. Em divisão territorial datada de 2014, o município é constituído de 11 distritos: Canindé (sede), Bonito, Campos, Caiçara, Capitão Pedro Sampaio, Esperança, Iguaçu, Ipueiras dos Gomes, Monte Alegre, Salitre e Targinos. Os atuais distritos do município são: Canindé (sede), Bonito, Caiçara, Campos, Capitão Pedro Sampaio, Esperança, Iguaçu, Ipueiras dos Gomes, Monte Alegre, Salitre, Targinos e Vazante do Curu.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho, mamona e mandioca e as monoculturas de algodão, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; a piscicultura; o artesanato de redes e bordados; a extração de areia e argila para fabricação de tijolos e telhas; o extrativismo vegetal para fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a extração e industrialização de berilo, utilizado na fabricação de equipamentos espaciais e usinas atômicas; calcário, encontrado em forma cristalina; cianita, utilizado na fabricação de porcelana; espodumênio mineral, principal fonte do lítio; grafita granada; lepidolita, fonte secundária do lítio; moscovita (mica-branca); quartzo; quartzo rosa; ametista, variedade do quartzo; feldspato, usado na fabricação da porcelana e cerâmica branca; e rutilo. Outra importante fonte de

renda é o turismo e o turismo religioso, tendo como principais atrativos a Basílica de São Francisco, concluída em 1796; a Praça dos Romeiros, inaugurada em outubro de 1989, o Zoológico São Francisco, construído em 1974; o Museu Regional São Francisco ou Museu de Canindé, inaugurado em 1973 e reformado em 1985, reordenado pelo museólogo Everaldo Germano e reinaugurado em 22 de janeiro de 2008.

Manifestações culturais

O principal evento cultural de Canindé é a festa do padroeiro São Francisco das Chagas, popularmente conhecida como a *Romaria de Canindé*, uma das festas religiosas mais antigas do Estado do Ceará, que recebe todos os anos cerca de 2,5 milhões de romeiros franciscanos de todo o país, a maior romaria franciscana da América Latina, sendo realizada a procissão no dia 4 de outubro, durante a Festa de São Francisco das Chagas. A cidade possui uma grande estátua de São Francisco de Assis, a maior do mundo, que mede 30,25 m de altura. A cidade é conhecida pela relação tradicional de seus habitantes, especialmente os vaqueiros, com o gado. Os demais eventos culturais do município são: o Dia do Romeiro (3 de fevereiro); as Festividades de Nossa Senhora (coroação no último sábado de maio); Trezena de Santo Antônio (01 a 13 de junho); Festa de Santa Clara, no Mosteiro do Santíssimo Sacramento das Irmãs Clarissas (01 a 11 de agosto); Festa de Nossa Senhora dos Anjos – Perdão de Assis (02 de agosto), na Basílica / Quadra da Gruta; Solenidade das Chagas de São Francisco (17 de setembro, na Basílica / Quadra da Gruta); Dia de São Francisco (04 de outubro); Festa de São Francisco das Chagas (24 de setembro a 04 de outubro) e Solenidade do Natal do Senhor (24 e 25 de dezembro).

Principais personalidades

Afrânio Marques Leite (Canindé, 5 de junho de 1961 – Fortaleza, 25 de maio de 2012), radialista e repórter, foi vereador de Fortaleza.

Antônio Rocha Magalhães (Canindé, 30 de março de 1944), professor e economista, doutor em Economia, foi secretário de Planejamento do Ceará, assessor da Presidência da República, secretário-executivo do Ministério do Planejamento, conselheiro do BNDES, delegado do Banco Mundial no Brasil. Membro de vários comitês das Nações Unidas, em favor do Meio Ambiente.

Dom Frei Timóteo - Francisco Nemésio Pereira Cordeiro (Canindé, 20 de março de 1928 – São Paulo, 20 de março de 1990), foi o primeiro bispo da Diocese de Tianguá.

Hermínio Barroso (Canindé, 15 de agosto de 1867 – Fortaleza, no dia 13 de dezembro de 1932), bacharel em Direito, professor de Direito Internacional Privado, cônsul da Bélgica no Ceará, secretário da Fazenda e do Interior, deputado estadual, vice-presidente do Estado e deputado federal.

Janaína Dutra (Canindé, 1961 – Fortaleza, 8 de fevereiro de 2004), foi uma líder travesti do movimento LGBT no Brasil. Formada em direito, foi a primeira portadora de carteira profissional da OAB, onde aparecia caracterizada como mulher, ainda com nome masculino.

Josa Magalhães (Canindé, 8 de janeiro de 1896 – Fortaleza, 31 de outubro de 1983), médico, escritor e professor, colaborou na criação da Universidade Federal do Ceará, na qual lecionou Histologia e Embriologia. Membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, do Centro Médico Cearense e do Instituto do Nordeste. Sócio efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

José da Cruz Filho conhecido como Cruz Filho (Canindé, 16 de outubro de 1884 – Fortaleza, 24 de agosto de 1974), jornalista, poeta, contista e professor, autor de vários livros, foi diretor-geral da Secretaria do Interior e Justiça, oficial de Gabinete do Governador Justiniano de Serpa, secretário da Faculdade de Direito do Ceará e diretor da Hospedaria Getúlio Vargas. Membro da Academia Cearense de Letras, eleito o *Príncipe dos Poetas Cearenses* (1963-1974).

Marco Antônio Praxedes de Moraes Filho (nascido em Belém, em 18 de agosto), bacharel em Direito, mestre em Planejamento e Políticas Públicas, analista judiciário do TJ do Ceará é o representante de Canindé na Academia de Letras dos Municípios Cearenses - ALMECE.

Martinho Rodrigues de Sousa (Canindé, 11 de novembro de 1848 – Rio Purus - Amazonas, 10 de agosto de 1905), deputado federal constituinte pelo Ceará em 1890. Poeta, orador, jornalista e advogado, abolicionista e republicano.

Mestre Bibi (escultor), **Mestra Dina** (vaqueira-aboiadora), **Mestre Getúlio Colares** (sineiro) e **Mestra Odete Uchôa** (ervas medicinais), todos nascidos em Canindé, são mestres da cultura do Ceará.

Themístocles de Castro e Silva (Canindé, 23 de abril de 1929 – Fortaleza, 15 de novembro de 2011), radialista, advogado e escritor, defensor do regime militar de 1964, foi secretário da Casa Civil, deputado estadual e deputado federal (assumiu como suplente).

Waldery Magalhães Uchoa (Canindé, 16 de agosto de 1917 – Fortaleza, 21 de outubro de 1964), estatístico, escritor e historiador, foi servidor do Departamento Estadual de Estatística (1939). Autor de vários livros. Sócio Efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Canindé 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Canindé – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Capistrano

Hino de Capistrano

(Letra por Prof. José Humberto Gomes de Oliveira
e melodia por Maestro Jairo Cláudio Silveira)

Berço humilde, neste hino a esperança
Dos teus filhos mais em ti se renova
E te lembram pequeno, criança
Do riachão nosso da Lagoa Nova.

*Capistrano com garra te amamos
Porque tu és nosso torrão natal
E a Deus por ti sempre imploramos
Muita paz e ascensão social.*

O teu nome nos traz à memória
Um cearense de imenso valor
Capistrano de Abreu, pátria e glória
Grande mestre e maior historiador.

Do maciço és tesouro engastado
Entre serras e o adusto Sertão
Por teus filhos és sempre lembrado
Onde estejam e aonde vão.

És pequeno em tamanho é verdade
Teus limites não vão muito além
Mas és grande pois tua vontade
É servir, é crescer e fazer o bem.

Capistrano é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Baturité e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Capistrano (2010) foi de 0,611, de nível médio, situando-se em 95º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 18,99, ficando em 138º lugar no Ceará.

Toponímia:

o nome Capistrano é uma homenagem ao historiador cearense Capistrano de Abreu.

Gentílico:

capistranense.

Municípios limítrofes

Norte: Mulungu e Baturité

Leste: Baturité

Sul: Itapiúna

Oeste: Aratuba e Mulungu

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Capistrano, com **área** de 222,5 km², tem **população estimada** para 2021 em 17.830 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, tropical quente subúmido e tropical quente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 889 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 159,9 m e a distância para a Capital é de 98,1 km, com acesso principal pelas rodovias CE-060 / CE-253 / CE-566. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (12,80%), planossolo solódico ta (9,95%), podzólico vermelho amarelo distrófico (19,77%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (56,91%) e solos aluviais eutróficos (0,57%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica Metropolitana, tendo como principais drenagens o rio Cangati, na divisa com Itapiúna, e os riachos da Lagoa Nova, do Padre, na divisa com Baturité, Furna da Onça, Oiticica, do Tronco, da Abelha e Curimatã, sendo os principais reservatórios os açudes Cassaco, Teimoso e Pesqueiro. Com relação ao **relevo**, destacam-se o maciço residual e a depressão sertaneja, sendo as principais elevações a serra do Vicente, a serra dos Cajuais e o serrote da Ponta Grossa. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese histórica

As terras que integram o município de Capistrano, pertencentes, desde os remotos tempos do início da colonização, ao vasto território abran-

gido pelo então município denominado Monte-Mor-o-Novo da América, mais tarde chamado de Baturité, cujos domínios, que datam de 1764, se estendiam por todo o sertão do Canindé, Aracoiaba, Redenção e municípios serranos limítrofes. Quando da concessão de datas e sesmarias, algumas destas benfeitorias foram concedidas a portugueses desejosos de fazer fortuna no cultivo da terra e na criação de gado. As terras férteis onde se constituiu o novo município de Capistrano, compreendidas nas ribeiras do Riachão, pouco a pouco foram sendo povoadas. Dentre os primeiros a sentar moradia no local destaca-se o fazendeiro, capitão Daniel Ferreira Lima que, erigindo grande casa de fazenda, fez construir, nas proximidades, pequenas residências para colonos e moradores. A partir de então, foi se formando o pequeno povoado com capela e juiz policial, sob a jurisdição do município de Baturité. Aos 8 de dezembro de 1890, um fato de excepcional importância daria progresso à pequena localidade: era inaugurada a estação da estrada de ferro que tinha como ponto de destino o Cariri. Era a primeira estação feita para receber a produção de madeira em que sobressaía o povoado de Riachão, hoje Capistrano. Com a estrada de ferro, Riachão logo prosperou, com a intensificação da atividade comercial.

Formação administrativa:

Por ato estadual de 27-03-1896, foi criado o distrito com a denominação de Riachão, subordinado ao município de Baturité. Em divisão administrativa referente ao ano de 1922, Riachão continua como distrito vinculado ao município de Baturité. Pelos decretos estaduais nº 193, de 20-05-1931 e 1.156, de 04-12-1933, o distrito de Riachão passou a se denominar Capistrano de Abreu. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Capistrano Abreu figura no município de Baturité, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Capistrano de Abreu teve sua denominação alterada para Capistrano. Em divisão territorial data de 01-07-1950, o distrito de Capistrano figura no município de Baturité. Elevado à categoria de município com a denominação de Capistrano, pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, desmembrado de Baturité e instalado em 25-03-1955, e tendo como sede o antigo distrito de Capistrano. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial

datada de 2007. Atualmente Capistrano conta apenas com o distrito sede de Capistrano.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas de Capistrano são: a agricultura com a cultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju, banana, goiaba, graviola, laranja, manga, sapoti, mamão, uva e hortaliças; a pecuária, de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; a piscicultura consorciada intensiva; o artesanato de redes e bordados e fabricação caseira de doces; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas oiticica e carnaúba; a mineração com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, fachadas e usos diversos na construção civil; a extração de areia e argila para a fabricação de tijolos e telhas e de rocha calcária para fabricação de cal; a indústria de produtos alimentícios, vestuário, calçados e artigos de couro e peles.

Manifestações culturais

Ao principais eventos culturais de Capistrano são: a festa da Padroeira Nossa Senhora de Nazaré (29 de agosto a 8 de setembro), que se encerra com a procissão do Círio de Nazaré; as apresentações da Banda de Música Nossa Senhora de Nazaré (criada em 03/05/1987), que foi dirigida pelo maestro José Ferreira Barros, mais conhecido como “Maestro Zé Pretinho” (*in memoriam*); as comemorações do aniversário do município (22 de novembro); o Festival de Quadrilhas (junho); a Festa de Reisado (6 de janeiro), o Desfile Cívico (7 de setembro) e o Carnaval de Capistrano (fevereiro/março).

Principais personalidades

Dom José Bezerra Coutinho (Capistrano, 7 de fevereiro de 1910 – Fortaleza, 7 de novembro de 2008), bispo auxiliar e vigário capitular de Sobral, bispo diocesano de Estância, presidente da Comissão de Pastoral da Família e membro da Comissão Representativa da CNBB. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da Academia Sobralense de Estudos e Letras. Presidente de Honra da Academia Brasileira de Hagiologia.

Francisco Lima Freitas (Capistrano, 22 de outubro de 1927 – Fortaleza, 27 de dezembro de 2017), jornalista, escritor e orador, sócio efetivo da Academia Fortalezense de Letras e da Academia de Letras dos Municípios do Estado do Ceará - ALMECE, da qual foi presidente de maio de 1996 a dezembro de 2017, representante do município de Capistrano. Sócio da Associação Cearense de Imprensa.

Francisco Sales, fundador e primeiro prefeito do município de Capistrano.

José Walter Barbosa Cavalcante (Capistrano, 16 de julho de 1927), engenheiro civil e professor, foi escolhido prefeito de Fortaleza pelo governador Plácido Castelo, com o referendo da Assembleia Legislativa do Ceará (1967 a 1971). Professor catedrático de engenharia civil da UFC, foi diretor da REFFSA e do Banco do Estado do Ceará.

Padre Francisco Geovane Saraiva Costa (Capistrano, 30 de outubro de 1956), escritor, autor de vários livros e sacerdote (1988), foi vigário das paróquias de São Pio X, (Pan Americano); de São Francisco de Assis (Dias Macedo); de Nossa Senhora da Paz; e de Santo Afonso, na Parquelândia, onde permanece até hoje. É membro da Academia Metropolitana de Letras de Fortaleza e da Academia de Letras dos Municípios Cearenses - ALMECE, representante do município de Redenção.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Capistrano 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Capistrano – outubro/98.

Caridade



Hino de Caridade

(Letra e melodia
por autores não identificados)

Caridade pequenina se levanta
Cheia de amor, de paz e de alegria.
Festivamente a natureza canta
Anunciando o despertar do dia!

Caridade Pequenina.
Terra de luz, terra de sol.
Nascida ao pé de uma colina.
Banhada com as tintas do arrebol.

O teu nome para nós é uma glória.
Esse sagrado de tantas gerações.
Marco de luz de toda nossa história.
Sempre estarás em nossos corações.

Caridade aonde esse hino ressoa.
É um sacode pro nosso coração.
Santo Antônio de Pádua e de Lisboa.
Convidam sempre a paz e a oração.

Caridade de um povo altivo e forte.
Debaixo de um céu da cor anil.
Terra querida de pequenino porte.
Glorioso pedaço do Brasil.

Caridade é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Canindé e mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Caridade (2010) foi de 0,592, de nível baixo, situando-se em 148º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 16,08, ficando em 158º lugar no Ceará.

Toponímia:

a denominação “Caridade” foi dada pelo missionário Padre José Tomás, em substituição do nome Kágado.

Gentílico:

caridadense.

Municípios limítrofes

Norte: Maranguape, Pentecoste e Apuiarés

Leste: Palmácia, Pacoti, Guaramiranga e Mulungu

Sul: Canindé e Aratuba

Oeste: Paramoti

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Caridade, com **área** de 846,5 km², tem **população estimada** para 2021 em 23.011 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente subúmido e tropical quente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 495,5 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 144,6 m e a distância para a Capital é de 101,5 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222. O **solo** é constituído de brunos não cálcicos (66,87%), planossolos solódicos ta (9,02%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (14,48%), solo litólico eutrófico (4,66%) e solos aluviais eutróficos (4,97%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Curu, tendo como principais drenagens os riachos Bom Jardim, Seriema, Ipueiras, Capitão-Mor, do Mel, do Nambi, dos Macacos e Trapiá, sendo os principais reservatórios os açudes Novo, do Desterro, do Poço, São Domingo, Trapiá e Santo Antônio. Com relação ao **relevo**, destacam-se as serras secas, serras úmidas, o maciço residual e a depressão sertaneja, sendo a principal elevação o maciço do Baturité, no lado leste. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese histórica

As terras do lado oeste do Maciço de Baturité eram habitadas por indígenas das etnias jenipapo, kanyndé e outras. No século XVII, com o

sistema de sesmarias, começaram a se desenvolver fazendas para a criação de gado e exploração das atividades agrícolas. Em 1860, o Cel. Antônio Gaspar da Silveira situou este lugar à margem esquerda das nascentes do Rio Macaco, tendo, no lado leste, um pequeno Serrote chamado Kágado, que deu nome à fazenda. O lugar tinha uma situação privilegiada, pois situava-se ao lado da estrada dos sertões em direção a Maranguape e Fortaleza, o que contribuiu para o seu desenvolvimento. Em pouco tempo, a fazenda se transformou num povoado importante, em razão do comércio e da feira de gados provenientes de Boa Viagem, Santa Quitéria e Inhamuns. Em 1880, o Padre José Tomaz construiu uma capela dedicada a Santo Antônio de Lisboa, e mudou o nome do povoado, de Kágado para Caridade. O fazendeiro Cel. Antônio Gaspar da Silveira doou para o patrimônio de nova capela uma área de terreno de 500 metros de frente por 200 de fundo, até a base do Serrote Kágado. A povoação sempre crescente, pelo aumento de sua população e a prosperidade de seu comércio, logo se desenvolveu, tornando-se a capela insuficiente para abrigar o povo que a frequentava; por essa razão, os seus habitantes decidiram construir uma capela mais ampla e conveniente. Graças aos esforços do padre José Antônio Cavalcante, que, então, era o capelão da igreja, à cooperação do capitão Raimundo Lopes Ferreira e à generosidade dos habitantes do lugarejo, a antiga Capela foi completamente reconstruída e aumentada, transformando-se numa Igreja. Um fato que muito contribuiu para o rápido desenvolvimento desse lugarejo foi a trânsito de peregrinos para as romarias de Canindé e a criação da missão da penitência.

Formação administrativa:

Por ato provincial de 04-01-1911 e ato estadual nº 1.039, de 04-08-1911, foi criado o distrito com a denominação de Caridade, subordinado ao município de Canindé. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, figura no município de Canindé o distrito de Caridade, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município com a denominação de Caridade, pela lei estadual nº 4.157, de 06-08-1958, desmembrado de Canindé e instalado em 13-09-1958, tendo como sede o antigo distrito de Caridade, constituído de 2 distritos: Caridade (sede) e Inhuporanga, ambos desmembrados de Canindé. Em divisão

territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Caridade (sede) e Inhuporanga. Pela lei estadual nº 6.957, de 19-12-1963, o distrito de Inhuporanga é desmembrado do município de Caridade, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município de Caridade é constituído apenas do distrito sede. Pela lei estadual nº 7.155, de 13-01-1964, é criado o distrito de São Domingos, anexado ao município de Caridade. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Inhuporanga é extinto e anexado, como simples distrito, com a denominação de Campos Belos, ao município de Caridade. Em divisão territorial datada de 01-01-1979, o município é constituído de 3 distritos: Caridade (sede), Campos Belos e São Domingos, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Atualmente, o município é constituído de 3 distritos: Caridade (sede), Campos Belos e São Domingos.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência com culturas de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão e castanha de caju; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando a oiticica e a carnaúba como matérias primas; o artesanato de redes, bordados e chapéus-de-palha; a mineração com a extração de rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; a extração de areia e argila para fabricação de telhas e tijolos; a indústria do vestuário e a indústria extrativa mineral; a exploração de jazidas de barita, para obtenção do bário, utilizado na indústria química, farmacêutica e de material elétrico, e calcário (calcita).

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a festa do padroeiro Santo Antônio de Pádua (13 de junho); a festa da coroação de Nossa Senhora, na comunidade de Açudinho, em Campos Belos (maio), que acontece há mais de um século; o Forró do Povo, a Festa de aniversário do Município (6 de agosto) e a Paixão de Cristo, com apresentação de espetáculo na Sexta-feira Santa.

Principais personalidades

Antônio Gaspar da Silveira (Cel.), proprietário da Fazenda que deu origem ao povoado Kágado, posteriormente elevado à categoria de distrito e depois de município, com a denominação de Caridade. Foi o doador das terras destinadas à construção da capela de Santo Antônio, em 1880.

Padre José Antônio Cavalcante, capelão da igreja de Santo Antônio de Pádua, responsável pela reconstrução da antiga Capela, transformada em Igreja.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Caridade 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Caridade – outubro/98.

Cariré

Hino de Cariré

(Letra por Pe. José Helênio O. Pereira
e melodia por Antônio Silveira Barros)

Em planície de brancas areias,
Neste ardente sertão nordestino,
Por um belo porvir tu anseias,
Cariré, tens um nobre destino.

*Cariré, nossa terra querida,
De teus filhos recebe o louvor.
São acordes, impulso de vida
Sinfonia, civismo e amor.*

De firmeza são marco teus passos,
Do progresso fecunda semente;
Alargando da vida os espaços,
Está sempre o teu filho presente.

Tantos vultos ilustres geraste.
Em teu seio fermento de vida;
Pra vitória teu povo guiaste.
Cariré, nossa terra querida.

Para longe de nós o torpor,
que impede o raiar da vitória.
De tua gente terás o amor,
fulgurante será tua história.

Cariré é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Sobral e mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Cariré (2010) foi de 0,596, de nível baixo, situando-se em 143º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 22,64, ficando em 94º lugar no Ceará.



Toponímia:

o topônimo se origina do tupi (*cari* = peixe e *re* = diferente), que significa “peixe diferente”. Mas pode ter se originado de *ca* ou *cai* (queimada) + *riré* (depois), significando “depois da mata” ou “terra depois da zona da mata”.

Gentílico:

carireense.

Municípios limítrofes

Norte: Sobral

Leste: Groaíras e Santa Quitéria

Sul: Reriutaba, Santa Quitéria e Varjota

Oeste: Mucambo e Pacujá

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Cariré, com **área** de 756,9 km², tem **população estimada** para 2021 em 18.470 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 897,9 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 138 m e a distância para a Capital é de 287,2 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-403. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (39,83%), planossolo solódico ta (3,61%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (7,81%), solo litólico eutrófico (22,69%), solo litólico eutrófico e distrófico (16,65%) e solos aluviais eutróficos (9,26%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Acaraú, tendo como principais drenagens superficiais os rios Acaraú, Jaibaras e Jucurutu e os riachos São José e Riachão, sendo os principais reservatórios os açudes Chuí, Taquara e Jaibaras. As fontes João Coelho e Bom Jesus abastecem o Balneário Caldas e a fonte Gruta do Arajara, o Arajara Park, utilizados para fins de lazer. Com relação ao **relevo**, destacam-se a planície fluvial e a depressão sertaneja, tendo como principais elevações o serrote dos Brito e o morro do Mané Carlo. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar com carnaúba).

Síntese histórica

As terras às margens do rio Acaraú eram habitadas por diversas etnias indígenas, tais como os Tupinambá e Areriú. Com a expansão da Estrada de Ferro de Sobral-Camocim na direção de Ipu, a partir de 1893, no então distrito de Sobral, foi construída uma estação de trem e consolidado o núcleo urbano hoje chamado Cariré, que surgiu como um arraial no último quartel do século XIX. Beneficiado com a Estrada de Ferro de Sobral, figurou na divisão territorial e administrativa do Brasil, como distrito do município de Sobral. A inauguração da estação de Cariré, pela rede de Viação Cearense em 1º de novembro de 1893, impulsionou o seu desenvolvimento, influenciando na formação do futuro município.

Formação administrativa:

Elevado à categoria de vila com a denominação de Cariré, pela lei nº 2.704, de 16-09-1929, tendo como sede o antigo distrito de Cariré. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, é extinto o município de Cariré, sendo seu território anexado ao município de Sobral. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Cariré, figura no município de Sobral. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Cariré, pelo decreto nº 157, de 23-09-1935, desmembrado de Sobral, instalado em 20-10-1935, tendo como sede o antigo distrito de Cariré, constituído de 2 distritos: Cariré (sede) e Riacho dos Guimarães. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município é constituído de 2 distritos: Cariré (sede) e Riacho dos Guimarães. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, é criado o distrito de Arariús e anexado ao município de Cariré. Pelo decreto-lei nº 169, de 31-03-1938, retificado pelo decreto estadual nº 378, de 20-10-1938, o distrito de Riacho dos Guimarães passa a se denominar simplesmente Guimarães. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 3 distritos: Cariré (sede), Arariús e Guimarães. Pela lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Guimarães passou a denominar-se Groaíras. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 3 distritos: Cariré (sede), Arariús e Groaíras, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Pela lei estadual nº 3.603, de 23-05-1957, o distrito de Groaíras é desmembrado do município de Cariré, elevado à categoria

de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960 o município é constituído de 2 distritos: Cariré (sede) e Arariús. Pela lei estadual nº 6.767, de 19-11-1963, são criados os distritos de Alto, Jucá e Tapuio e anexados ao município de Cariré. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 5 distritos: Cariré (sede), Arariús, Alto, Jucá e Tapuio. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, são extintos os distritos de Alto, Jucá e Tapuio, sendo seu território anexado ao município de Cariré. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 2 distritos: Cariré (sede) e Arariús, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-06-1995. Pela lei municipal nº 121, de 05-04-1997, é criado o distrito de Jucá e anexado ao município de Cariré. Em divisão territorial datada de 15-07-1999, o município é constituído de 3 distritos: Cariré (sede), Arariús e Jucá. Pela lei municipal nº 172, de 28-03-2001, são criados os distritos de Cacimbas e Tapuio e anexados ao município de Cariré. Em divisão territorial datada de 2005, o município é constituído de 5 distritos: Cariré (sede), Arariús, Cacimbas, Jucá e Tapuio, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Atualmente o município de Cariré é constituído dos distritos: Cariré (sede), Arariús, Cacimbas, Jucá, Tapuio.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes, chapéus-de-palha e bordados; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e outros usos na construção civil; a extração de areia e argila, para fabricação de telhas e tijolos e de rocha calcária, para fabricação de cal; a atividade pesqueira em pequenos açudes; a indústria nas áreas de alimentos, vestuário e cerâmica; há registro da ocorrência de Coridon e ouro em seu território.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa de Reis (6 de janeiro); a Encenação da Paixão de Cristo (Semana Santa); a Festa do

Padroeiro Santo Antônio de Pádua (13 de junho); a Marcha para Jesus, no dia do evangélico (segundo sábado de agosto); a Semana do Município (16 de setembro) e as Vaquejadas e a Expo-Cariré (setembro).

Principais personalidades

Adízia Sá ou Maria Adízia de Barros Sá (Cariré, 7 de novembro de 1929), bacharela em Filosofia, professora e jornalista. Foi a primeira mulher a exercer a função de *ombudsman* na imprensa nordestina (Jornal O Povo). Na televisão, foi comentarista da TV Jangadeiro e da TV Manchete. Colaborou na fundação do primeiro curso de jornalismo no Ceará.

Edmundo Rodrigues dos Santos (Cariré, 19 de abril de 1919 – Fortaleza, 28 de junho de 1983), industrial, diretor da Associação Comercial, da FACIC e do Centro dos Exportadores. Deputado estadual de 1959 a 1962.

José Teles Monteiro (Cariré, 6 de setembro de 1941), bacharel em Direito da UFC (1965), foi juiz do trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

Manuel Rodrigues dos Santos (Cariré, 15 de outubro de 1925 – Brasília, 17 de novembro de 1975) perito contábil e empresário, foi deputado estadual e deputado federal.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Cariré 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Cariré – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Caririaçu



Hino de Caririaçu

(Letra por Ana Soares Cardoso (Donana)
e melodia por João Alves de Sousa (João Ventura))

Este hino entoamos
Para homenagear
um pedaço do Brasil
A nossa terra saudar.

*Caririaçu terra altaneira
Vimos cultivar a tua bandeira (bis).*

Tuas montanhas e vales
Teu clima que bem nos faz
Solo fértil, céu de anil
Deslumbramento nos traz.

Grande serra acolhedora
Bela e cheia de esperança
Do anoitecer a paisagem
Traz saudade e traz lembrança.

Caririaçu é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Caririaçu, Região Metropolitana do Cariri e na mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Caririaçu (2010) foi de 0,578, de nível baixo, situando-se em 168º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 20,56, ficando em 125º lugar no Ceará.

Toponímia:

o Topônimo Caririaçu, originário na palavra indígena composta de *Kiriri* (calado, taciturno) e *Assú* ou *Açú* ou *Guassú* (sufixo aumentativo), era a denominação dos índios que habitavam a região do Cariri.

Gentílico:

caririaçuense

Municípios limítrofes

Norte: Lavras da Mangabeira, Granjeiro e Várzea Alegre

Leste: Missão Velha, Aurora e Lavras da Mangabeira

Sul: Crato, Juazeiro do Norte e Missão Velha

Oeste: Farias Brito e Crato

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Caririçu, com **área** de 623,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 27.008 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 920,5 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. Por ser cidade serrana, o clima é mais frio do que o das outras cidades da Região Metropolitana do Cariri, principalmente nos meses de junho a agosto. A **altitude** é de 715,2 m e a distância para a Capital é de 467,2 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / BR-230 / BR-404 / CE-060 / CE-153 / CE-253 / CE-385 / CE-566. O **solo** é constituído de podzólico vermelho amarelo eutrófico (64,15%), solo litólico eutrófico (35,41%) e solos aluviais eutróficos (0,44%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Salgado, tendo como principais drenagens os riachos Samambaia, São Lourenço, do Jenipapeiro, Leveiras, do Jupari, dos Carneiros, Damião, Picada ou Mulungu, Oiticica e Rosário, sendo o principal reservatório o açude Manoel Balbino, que abastece a sede do município, e grande parte da bacia hidrográfica e hidráulica do açude Riachos dos Carneiros (Juazeiro do Norte). Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas e os maciços residuais, sendo as principais elevações as serras de São Pedro, do Boqueirão e Verde. Localiza-se no lado norte da Chapada do Araripe. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, cerrado, floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca) e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese histórica

Antes da chegada das entradas no interior brasileiro durante o século XVII, as terras da serra de São Pedro eram habitadas pelos índios Kariri, originários da região do rio São Francisco, atraídos pelas terras férteis e clima ameno. Com a notícia da existência de ouro nessa região, muitas famílias portuguesas chegaram nessa região com a esperança de aqui encontrarem o

precioso minério, formando-se lugarejos e vilas. Ao redor das capelas de São Francisco, de São Pedro e de Nossa Senhora do Carmo, construídas a partir do século XIX, surgiu o núcleo urbano que hoje se denomina Caririaçu. Os primeiros habitantes da serra podem ter sido José Joaquim de Santana e Miguel Cavalcante Campo, segundo o historiador Irineu Nogueira Pinheiro. Situado o povoado sobre a plataforma da serra, com as sucessivas denominações de São José, Serra de São Pedro, Serra de São Pedro do Crato, São Pedro do Cariri, São Pedro e finalmente Caririaçu, apresenta topografia acidentada. O solo é um dos melhores para a agricultura, especialmente para a cultura do milho e da mandioca.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de São José, por ato provincial de 11-05-1859, e lei provincial nº 1.362. Freguesia criada com a denominação de São José, pela lei provincial nº 1.632, de 09-11-1870. Pela lei nº 1.589, de 24-09-1873, a freguesia de São José passou a denominar-se Serra de São Pedro. Elevada à categoria de vila com a denominação de Serra de São Pedro, pela lei provincial nº 1.727, de 28-08-1876, com sede no núcleo de São Pedro, desmembrada de Crato. Pela lei nº 1.837, de 17-09-1879, a vila de Serra de São Pedro é extinta sendo seu território anexado ao município de Crato, com a denominação de São Pedro do Crato, sendo a sede do núcleo de São Pedro transferida para a povoação de Juazeiro. Elevado novamente à categoria de vila com a denominação de Serra de São Pedro, pela lei nº 2.046, de 12-11-1883. Pela lei estadual nº 589, de 24-07-1900, a vila de Serra de São Pedro é novamente extinta, sendo seu território anexado ao município de Crato. Elevado mais uma vez à categoria de vila com a denominação de Serra de São Pedro de Crato, pela lei nº 805, de 21-08-1905, desmembrada de Crato, reinstalada em 22-12-1905, tendo como sede o antigo distrito de São Pedro de Crato. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila aparece constituída de 2 distritos: São Pedro de Crato (sede) e Junco. Pela lei estadual nº 1.541, de 27-08-1918, a vila de Serra de São Pedro passou a denominar-se São Pedro do Cariri. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, é extinto o município de São Pedro do Cariri. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de São Pedro do Cariri, pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído

de 3 distritos: São Pedro do Cariri (sede), Bananeira e Junco, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. O decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, mudou a denominação do município de São Pedro do Cariri para São Pedro e do distrito de Junco para Granjeiro, vinculou ao município de São Pedro o distrito de Santos, antes pertencente a Juazeiro, e extinguiu o distrito de Bananeiras. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de São Pedro passou a denominar-se Caririaçu e o distrito de Santos passou a denominar-se Miragem. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 3 distritos: São Pedro (sede), Granjeiro, e Miragem. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, são criados os distritos de Feitosa e Miguel Xavier, vinculados ao município de Caririaçu. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 5 distritos: Caririaçu (sede), Feitosa, Granjeiro, Miguel Xavier e Miragem. Pela lei estadual nº 3.963, de 10-12-1957, o distrito de Granjeiro é desmembrado do município de Caririaçu, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 4 distritos: Caririaçu (sede), Feitosa, Miguel Xavier e Miragem. Pela lei estadual nº 6.510, de 05-09-1963, o distrito de Feitosa é desmembrado do município de Caririaçu, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.511, de 05-09-1963, o distrito de Miguel Xavier é desmembrado do município de Caririaçu, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.584, de 20-09-1963, o distrito de Miragem é desmembrado do município de Caririaçu, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Caririaçu adquiriu os extintos municípios de Feitosa, Miguel Xavier, Granjeiro e Miragem, por não terem sido instalados. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 5 distritos: Caririaçu (sede), Feitosa, Granjeiro, Miguel Xavier e Miragem, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Os atuais distritos do município são: Caririaçu (sede), Feitosa (Serrote), Valência, Miragem, Primavera (São Lourenço) e Cachoeirinha.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monocul-

turas de sisal, algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju, banana e frutas diversas; a pecuária com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração com a extração de rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; a extração de areia e argila para fabricação de telhas e tijolos e de rocha calcária para a fabricação de cal; a indústria de perfumaria, de sabão e velas. Caririçu já foi o maior produtor de sisal (agave) do Estado do Ceará.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais são a Festa do Padroeiro São Pedro (20 a 29 de junho); a Festa de Aniversário do Município (18 de agosto), com a realização da tradicional cavalgada.

Principais personalidades

Ivan Fernandes Magalhães é escritor, representante de Caririçu na Academia de Letras dos Municípios Cearenses - ALMECE.

Joaquim dos Santos Rodrigues, o Seu Lunga (Caririçu, 18 de agosto de 1927 – Barbalha, 22 de novembro de 2014), poeta, repentista e vendedor de sucata, que residiu por muitos anos em Juazeiro do Norte e sobre quem se propagou grande folclore, ganhando notoriedade no Ceará e no Nordeste.

Januária Maria da Conceição (Caririçu, 19 de setembro de 1933), agricultora coroada pelo presidente João Goulart como rainha da reforma agrária em 1964.

José Matias da Silva, o Mestre Zé Matias (Caririçu, 15 de setembro de 1925), é o apresentador do “Reisado Folguedo do Ciclo Natalino” de Caririçu, com cortejo dos Reis Magos em peregrinação à Terra Santa. Escolhido como Mestre da Cultura em 2006.

Raimundo de Oliveira Borges (Caririçu, 2 de julho de 1907 – Crato, 27 de janeiro de 2010), bacharel em Direito, escritor e promotor de justiça, afastou-se do Ministério Público, para exercer a advocacia. Foi vereador do Crato e suplente de deputado estadual.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Caririáçu 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Caririáçu – outubro/98.

Cariús

Hino de Cariús

(Letra por Jaime Magalhães
e melodia por Jaime Magalhães e José Antônio da Silva)

Cariús, cidade querida.
Cheia de encantos de luz e de amor.
Os teus filhos se embrenham na luta.
Com coragem, com fé e grande ardor.

*Cariús, Cariús.
Dedicamos-te louvor.
Pois fulguras entre as albas.
Irradiando luz e amor.*

Cariús, cidade singela.
Desse recanto sois a mais bela.
Com um povo ferrenho e sincero.
Desse querido e bondoso Ceará.

Cariús, minha terra natal.
Abençoado e fértil é seu chão.
A natureza pintou a paisagem
Nesse recanto do grande sertão.

Cariús é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Várzea Alegre e mesorregião Centro Sul Cearense.

O **IDH** de Cariús (2010) foi de 0,597, de nível baixo, situando-se em 141º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 14,36, ficando em 167º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originária do tupi que significa “água saída do mato”, em alusão às cabeceiras que ficam na serra coberta de mato.

Gentílico:

cariuense.

Municípios limítrofes

Norte: Jucás e Iguatu

Leste: Iguatu, Cedro e Várzea Alegre

Sul: Várzea Alegre e Farias Brito

Oeste: Jucás, Farias Brito e Tarrafas

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Cariús, com **área** de 1.062 km², tem **população estimada** para 2021 em 18.700 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 1.233,6 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 240,6 m e a **distância** para a Capital é de 401,6 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / CE-060 / CE-153 / CE-166 / CE-253 / CE-282 / CE-375 / CE-566. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (3,64%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (6,15%), solo litólico eutrófico (86,10%), solos aluviais eutróficos (4,05%) e terra roxa estruturada eutrófica (0,05%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais os rios Cariús e dos Bastiões e os riachos dos Cavalos, Riachão, Muquém e da Brava, sendo o principal reservatório o açude Flor da América. Com relação ao **relevo**, destacam-se as depressões sertanejas e os maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese histórica

As terras entre as serras dos Bastiões, das Palmeiras, do Quicuncá e de Santa Maria eram habitadas por diversas etnias indígenas, como os Jucá, Quixará e Quixelô. Com a expansão das missões indígenas, da pecuária e da busca do ouro no sul no Ceará, surgiu o povoado de Poço de Paus, cuja consolidação ocorreu a partir dos anos 1920, com a execução dos projetos do então presidente do Brasil, Epitácio Pessoa: a construção da estação ferroviária de Poço dos Paus (parte do projeto da expansão da Estrada de Ferro de Baturité em direção ao Crato) e a construção de armazéns e acampamento para trabalhadores do projeto de construção da barragem do açude sobre o rio Cariús pelo DNOCS. Neste contexto, o antigo Distrito de São

Mateus se desenvolve até a emancipação como município. O território hoje ocupado pelo município de Cariús foi desmembrado do antigo e tradicional município de Jucás, antes denominado São Mateus. O povoamento dessa vasta zona sertaneja, nas proximidades do rio Jaguaribe, remonta aos antigos aldeamentos de índios que foram pacificados, na quadra colonial, pelas missões jesuítas que, então, percorriam os sertões, fundando aldeias e pacificando os nativos. A história do município data de 1920, visto ter-se originado a vila primitiva do acampamento que foi erguido para a construção de grande barragem destinada a conter as águas do Rio Jaguaribe. O nome primitivo da localidade era Poço dos Paus, que passou a ser a denominação do novo açude que seria construído. Sua gênese advém de poços que se formavam nas margens de vários morros que tinham vegetação serrada.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Cariús, pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, subordinado ao município de São Mateus. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Cariús figura no município de São Mateus, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de São Mateus passou a denominar-se Jucás. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Cariús, figura no município de Jucás. Elevado à categoria de município com a denominação de Cariús, pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, desmembrado de Jucás, foi instalado em 25-03-1955, tendo como sede o antigo distrito de Cariús, ficando constituído de 4 distritos: Cariús (sede), Caipu, São Bartolomeu e São Sebastião, os dois últimos criados pela mesma lei que criou o município de Cariús. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 4 distritos: Cariús (sede), Caipu, São Bartolomeu e São Sebastião, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.421, de 27-06-1963, o distrito de Caipu é elevado à categoria de município, desmembrado do município de Cariús. Pela lei estadual nº 6.914, de 17-12-1963, o distrito de São Sebastião é elevado à categoria de município, desmembrado do município de Cariús. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Cariús (sede) e São Bartolomeu. Pela lei estadual nº 8.339, de

14-12-1965, são extintos os municípios de Caipu e São Sebastião, sendo seus territórios anexados ao município de Cariús como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 4 distritos: Cariús (sede), Caipu, São Bartolomeu e São Sebastião. Pela lei municipal nº 028, de 14/11/1997, é criado o distrito de Bela Vista e anexado ao município de Cariús. Em divisão territorial datada de 14-05-2001, o município é constituído de 5 distritos: Cariús (sede), Bela Vista, Caipu, São Bartolomeu e São Sebastião, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Cariús (sede), Bela Vista, Caipu, São Bartolomeu e São Sebastião.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência com as culturas de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal e extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando a oiticica e a carnaúba como matérias primas; o artesanato de redes e bordados; a mineração com a extração de rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; foram registradas ocorrências de magnetita, calcário (calcita) e ametista; a extração de areia e argila para fabricação de telhas e tijolos; a indústria de produtos alimentares e de produtos minerais não metálicos.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais são: o dia do aniversário do Município (25 de março); a Festa da Padroeira Nossa Senhora Auxiliadora (8 de setembro); a ExpoCariús (outubro) e a Festa do Santuário Paroquial Mãe Rainha (terceiro domingo de novembro).

Principais personalidades

Francisco Adegildo Férrer (Cariús, 14 de março de 1944 – Fortaleza, 25 de março de 2019) pedagogo, escritor, radialista e bacharel em Direito e Letras, doutor em História e Filosofia da Educação, com mestrado em Educação. Foi professor da UECE e bispo da Igreja Católica Ortodoxa.

Representante de Cariús na Academia de Letras dos Municípios do Estado do Ceará – ALMECE. Sócio efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

Maria Deusdete Lima Cunha Rodrigues (Cariús, 25 de janeiro de 1979) foi prefeita do município Centro do Guilherme - MA, e deputada estadual pelo Maranhão.

Valdon Varjão (Cariús, 15 de dezembro de 1923 – Barra do Garças, 3 de fevereiro de 2008), fundador e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso - MT. Vereador e prefeito de Barra do Garças, foi deputado estadual em 1962. Assumiu como suplente de senador (MT) em 1980. Secretário de Indústria e Comércio (MT) em 1986.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Cariús 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Cariús – outubro/98.

Carnaubal



Hino de Carnaubal

(Letra por Pe. João Batista Araújo
e melodia por Prof. Esmeraldino)

Por entre montes encantados de verdura
Fitando o céu maravilhoso noite e dia
Respira um berço embalado de ternura
Vivendo sempre enebriado de poesia.

Carnaubal, Carnaubal, Carnaubal, Carnaubal
Teus filhos cantam irmanados tua riqueza,
Carnaubal, Carnaubal, Carnaubal, Carnaubal

E te dedicam com prazer o coração
Foi Deus do céu que te enfeitou desta beleza
Eu também canto bem feliz esta canção.

Um rio meigo pequenino vai correndo
Vai irrigando horta prados feijoais
É um mundo fofo de verdura só se vendo
Dormindo ao som do farfalhar dos coqueirais.

Como és formosa escondida entre as serras
Onde o perfume da natura amor inspira
Nossa Senhora abençoou estas tuas terras
E é pelo céu que teu povo sempre aspira.

Carnaubal é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião da Ibiapaba e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Carnaubal (2010) foi de 0,593, de nível baixo, situando-se em 147º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 19,37, ficando em 132º lugar no Ceará.

Toponímia:

a denominação resultou do fato de o núcleo de formação do município ter-se iniciado próximo de grandes várzeas de carnaubais.

Gentílico:

carnaubalense.

Municípios limítrofes

Norte: São Benedito

Leste: Guaraciaba do Norte e São Benedito

Sul: Guaraciaba do Norte

Oeste: Estado do Piauí

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Carnaubal, com **área** de 364,8 km², tem **população estimada** para 2021 em 17.763 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 456,7 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 763m e a distância para a Capital é de 336,9 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / BR-403 / CE-176 / CE-187 / CE-257 / CE-323 / CE-329 / CE-366. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (57,71%), latossolo amarelo álico (19,13%), solo litólico distrófico (17,83%) e solo litólico álico (5,33%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inteiramente inserido na bacia hidrográfica do Poti, tendo como principais drenagens os rios Arabê, Inhuçú e seus afluentes os riachos Buriti, São Francisco e Passagem dos Lagedos; e os riachos da Pinga e do Cocal, afluentes do rio Arabê, sendo o principal reservatório o açude Jaburu, do município de Ubajara, que atende toda a população urbana do município. Com relação ao **relevo**, Carnaubal está encravado na Chapada da Ibiapaba e tem como principais elevações as serras Alta, Jurucutu, da Tábua, Saco do Lavrado, Saco de São Bernardo e Estiva, a mais alta, com 902 metros de altura acima do nível do mar; e o serrote Redondo. A **vegetação** faz parte da flora da Chapada da Ibiapaba e se constitui, na maior parte de caatinga, constituída de árvores e arbustos espinhentos, que perdem as folhas na estação seca e que, após as chuvas, se transformam em plantas suculentas espinhosas; e de mata atlântica, floresta subcaducifólia amazônica e cerrado, onde sobrevivem animais como o mocó, o macaco-prego, o mico-estrela, o tamanduá-mirim, a cotia e muitas espécies de aves.

Síntese histórica

O território do atual município de Carnaubal se localiza em terras antes habitadas pelos tupis, tabajaras, tupinambás e tapuias. Os primeiros contatos desses nativos com os portugueses aconteceram através de Pero Coelho de Sousa, entre 1603 e 1604, e depois através dos Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira em 1607. O Padre Francisco Pinto viria a ser assassinado onde hoje se encontra o território de Carnaubal, em 11 de janeiro de 1608, por índios Tocarijus, instigados pelos franceses, com quem mantinham contatos na região, por meio da Feitoria da Ibiapaba. A história religiosa de Carnaubal começa em meados do ano de 1896, quando ainda era uma pequena vila. Em 29 de agosto desse ano foi construída uma igreja dedicada a Nossa Senhora Auxiliadora, que, entre 1945 e 1946, passou por reformas. Em 1956 chegou a Carnaubal o Padre João Batista Araújo, que foi o primeiro vigário, que, em 1959, deu início à construção da atual igreja matriz, inaugurada em 1968.

Formação administrativa:

Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o distrito de Carnaubal figura no município de São Benedito, assim permanecendo na divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município, com a denominação de Carnaubal, pela Lei nº 3.072, de 22 de julho de 1957, desmembrado do município de São Benedito, instalado em 08-09-1957, tendo como sede o antigo distrito de Carnaubal, constituído apenas do distrito sede. Em 03 de outubro de 1958, Francisco Horácio Brito foi eleito primeiro Prefeito de Carnaubal. Em divisão administrativa datada de 01-07-1960, Carnaubal é constituído apenas do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Atualmente, Carnaubal tem apenas o distrito sede.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju, tomate, cenoura e cebola; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão

vegetal e a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica, o babaçu e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração com a extração de placas de arenito para cantaria e fachadas; a indústria de bebidas, produtos alimentares e de mobiliário.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são a Festa de São Sebastião (20 de janeiro); o Carnaval (fevereiro/março); os Festejos de São José (19 de março); a Paixão de Cristo (Semana Santa); o Arraiá Municipal (junho e julho); o Aniversário do Município (22 de julho); a Independência do Brasil (7 de setembro); a Festa da Padroeira Nossa Senhora Auxiliadora (8 de setembro); a Festa de São Francisco de Assis (4 de outubro); e o Réveillon Municipal (31 de dezembro).

Principais personalidades

Francisco Horácio Brito foi o primeiro prefeito de Carnaubal, de 1959 a 1962.

Padre João Batista Araújo, primeiro vigário da paróquia, a partir de 1956, iniciando em 1959 a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora Auxiliadora, inaugurada em 1968.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Carnaubal 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Carnaubal – outubro/98

Cascavel

Hino de Cascavel

(Letra e melodia por Marcos Antônio Pereira da Silva e José Robson Maia de Almeida. Arranjo de Willian Ciríaco)

Cascavel terra linda e amada, patrimônio dos seus varonis,
que remonta as conquistas de outrora, tu és pátria de um povo feliz.
Cascavel tua história é teu tempo, de vida, esperança e missão
Tu és como a luz da aurora, Tu és parte do meu coração.

Oh! Cascavel Oh! Cascavel. Tu és berço de um povo fiel.

Cascavel és cidade da paz, ecoando a tua igualdade.
Salve terra a grandeza verás, transbordando a nós liberdade.
Cascavel teu passado reluz, labuta um novo clarão
Coragem que a todos seduz, ressoando uma nova canção.

Cascavel tua história é contada, na viola, nas serras e nos mares
Na beleza, na vida, na fé e nas matas dos verdes palmares.
Cascavel dos seus filhos ilustres, de lutas marcadas de glória,
Reinadas de amor e de honra, elevada da luta à vitória.

Cascavel tua história é um espelho, de quem luta para sobreviver
No vaqueiro desbravando as matas, que retrata a coragem do ser.
Cascavel terra iluminada, de brilho e firmeza imortal,
Nas margens da fonte tão bela Cascavel, és formosa e real.

Cascavel é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará na microrregião de Cascavel e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Cascavel (2010) foi de 0,646, de nível médio, situando-se em 27º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 38,21, ficando em 16º lugar no Ceará.

Toponímia:

O topônimo Cascavel teve origem na denominação do sítio de propriedade de Manoel Rodrigues da Costa, que edificou nessas terras uma capela. Há a versão de que o nome do povoado se originou de uma lenda

segundo a qual a cidade teria sido construída sobre o ninho de uma cascavel gigante, onde foi edificada uma torre, e sobre a qual foi colocada a imagem de Nossa Senhora do Ó, para que a santa impedisse que a cobra saísse de sua toca. Para afastar os efeitos negativos dessa lenda, o nome do município foi mudado para São Bento, mas a população continuou a denominar a cidade de Cascavel, mantendo no local a imagem da santa. Há uma outra lenda, para explicar a origem do nome, segundo a qual alguns mercadores ao passarem por essa localidade encontraram uma tamareira com grande quantidade de cobras cascavéis, passando a referir-se ao local como a “passagem da Cascavel” e daí Cascavel.

Gentílico:

cascavelense.

Limites geográficos

Norte: Pindoretama, Aquiraz e o Oceano Atlântico

Leste: Beberibe e Oceano Atlântico

Sul: Beberibe e Ocara

Oeste: Horizonte, Pacajus e Chorozinho

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Cascavel, com **área** de 835 km², tem **população estimada** para 2021 em 72.706 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 844,4 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 33,7 m e a distância para a Capital é de 62,9 km, com acesso principal pelas rodovias CE-040 / CE-253 / CE-350 / CE-403 / CE-404. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (76,69%), areias quartzosas marinhas distróficas (2,61%), planossolo solódico ta (1,33%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (0,21%), podzólico vermelho amarelo álico (2,79%), solo litólico eutrófico e distrófico (2%), solonchak sódico (3,98%) e solonetz solodizado (9,36%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia Metropolitana, tendo como principais drenagens o rio Choró, os riachos Malcozinhado, dos Angicos e Baixa do Feijão e os córregos das Cabras e do Cajueiro, sendo os principais reservatórios os açudes Malcozinhado, o de maior capacidade de armazenamento de água, e o Pacajus. Com relação

ao **relevo**, destacam-se os tabuleiros pré-litorâneos dissecados em interflúvios tabulares, a planície ribeirinha e a planície litorânea. A **vegetação** é constituída, mais ao interior, de espécies de mata serrana, cerrados, caatinga arbustiva aberta e densa e, nas proximidades do litoral, complexo vegetacional da zona litorânea, cerrado e floresta perenifólia paludosa marítima. Próximo à foz do rio Choró, são encontradas também regiões de mangues.

Síntese histórica

Poucos anos após a assinatura da capitulação de Taborda, que restaurou, com a saída das forças de Matias Beck, o domínio lusitano em terras cearenses, a história de Cascavel registra em 1660 - segundo consta do relatório de 1814 do Governador Luiz Barba Alardo de Menezes – a visita catequética do grande padre Antônio Vieira, a quem se ficou devendo o aldeamento de dezenas de missões de várias tribos indígenas da região. No Ceará, defrontaram-se as duas correntes do expansionismo colonizador, a pernambucana ou de sertão de fora e a baiana ou de sertão de dentro, que se derramaram por todo o Nordeste, à procura de novos campos de criação de gado. Constituiu árdua e dolorosa tarefa a fixação destes colonos oriundos de Pernambuco ou da Bahia nas fazendas de gado que lhes iam sendo concedidas por meio de datas ou sesmarias. Em outubro de 1680, o capitão Estêvão Velho – um dos colonizadores do Aquiraz, e mais 6 companheiros tiraram uma data de sesmaria de três léguas para cada um, a partir da passagem chamada Goiaí, nas proximidades do mar. Idêntica iniciativa foi tomada, em 1690, pelo alferes Manuel Correia de Souza e pelos ajudantes Manuel Gomes de Oliveira e Manuel Rodrigues Bulhões, na região que se estende dos confins da várzea de Goiaí para baixo do rio Choró. Em 1710, o sargento-mor Manuel Rodrigues da Costa iniciou os trabalhos de construção da pequena capela de Nossa Senhora do Ó, à qual emprestou valiosa ajuda financeira constante de doação do terreno, cabeças de gado e aquisição, em Lisboa, das imagens de Nossa Senhora do Ó, de Santo Antônio e de Santa Luzia. Na fértil região dos tabuleiros, tão propícia ao cultivo da mandioca e da cana-de-açúcar, nasce e cresce – a meio caminho entre o porto de Aracati e o de Fortaleza, capital da Província, um pequeno núcleo populacional que viria a ser, mais tarde, a importante cidade de Cascavel.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Cascavel pelo Decreto de 04-

09-1823 e por Ato Provincial de 18-03-1832. Elevado à categoria de vila com a denominação de Cascavel pela Resolução do Conselho do Governo de 05-05-1833, instalada em 17-10-1833, sendo desmembrada dos municípios de Aquiraz e Aracati, tendo como sede o antigo distrito de Cascavel, na época o único da vila. Elevado à condição de cidade com a denominação de Cascavel pelo Ato Provincial n.º 2.039, de 02-11-1833. Pela Lei Provincial n.º 1.733, de 25-08-1876, e por Ato Provincial de 16-07-1877, é criado o distrito de Pitombeiras e anexado ao município de Cascavel. Pelo Ato Provincial n.º 2.051, de 24-11-1883, é criado o distrito de Beberibe e anexado ao município de Cascavel. Por Ato de 20-10-1890, é criado o distrito de Bananeiras e anexado ao município de Cascavel. A Lei n.º 67, de 05-07-1892, desmembrou do município de Cascavel o distrito de Beberibe, elevado à categoria de município. Por Ato de 08-11-1894, é criado o distrito de Baixinha e anexado ao município de Cascavel. Por Ato Estadual de 25-01-1910, é criado o distrito de Jacarecoara e anexado ao município de Cascavel. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 5 distritos: Cascavel (sede), Baixinha, Bananeiras, Jacarecoara e Pitombeiras. Pela Lei Estadual n.º 2.378, de 28-10-1929, o distrito de Baixinha passou a denominar-se Palmares. O Decreto Estadual n.º 1.156, de 04-12-1933, vincula a Cascavel o extinto município de Beberibe e cria o distrito de Barrinha. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 9 distritos: Cascavel (sede), Bananeiras, Barrinha, Beberibe, Cruzeiro, Jacarecoara, Palmares, Pitombeiras e Sucatinga, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo Decreto Estadual n.º 448, de 20-12-1938, é criado o distrito de Paripueira, com terras desmembradas dos distritos de Sucatinga e Cruzeiro. No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943, o município é constituído de 10 distritos: Cascavel (sede), Bananeiras, Barrinha, Beberibe, Cruzeiro, Jacarecoara, Palmares, Paripueira, Pitombeiras e Sucatinga. O Decreto-lei Estadual n.º 1.114, de 30-12-1943, mudou as denominações dos distritos de Bananeiras para Guanacés, de Barrinha para Parajuru, de Cruzeiro para Itapeim e de Palmares para Pindoretama. No quadro fixado para vigorar no período de 1944 a 1948, o município é constituído 10 distritos: Cascavel (sede), Guanacés, Parajuru, Beberibe, Cruzeiro, Jacarecoara, Pindoretama, Paripueira, Pitombeiras e Sucatinga. A Lei Estadual n.º 1.153, de

22-11-1951, desmembra do município de Cascavel os distritos de Beberibe, Itapeim, Parajuru, Pirapueira e Sucatinga para formarem o novo município de Beberibe e cria o distrito de Caponga, com terras desmembradas do distrito de Jacarecoara, anexado ao município de Cascavel. Em divisão territorial datada de 01-07-1955 o município é constituído de 6 distritos: Cascavel (sede), Caponga, Guanacés, Jacarecoara, Pindoretama e Pitombeiras, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. A Lei Estadual n.º 6.309, de 21-05-1963, desmembra do município de Cascavel o distrito de Guanacés e Pindoretama, elevados à categoria de municípios. A Lei Estadual n.º 6.427, de 15-07-1963, desmembra do município de Cascavel o distrito de Pitombeiras, elevado à categoria de município com a denominação de São Luiz do Pirangi. Em divisão territorial datada de 31-12-1963 o município é constituído de 3 distritos: Cascavel (sede), Caponga e Jacarecoara. Pela Lei Estadual n.º 8.339, de 14-12-1965, Cascavel adquiriu os territórios dos extintos municípios de Guanacés, Pindoretama e Pitombeiras, criados, mas não instalados. Em divisão territorial datada de 31-12-1968 o município é constituído de 6 distritos: Cascavel (sede), Caponga, Guanacés, Jacarecoara, Pindoretama e Pitombeiras, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-01-1979. A Lei Estadual n.º 11.413, de 28-12-1987, desmembra do município de Cascavel o distrito de Pindoretama, elevado à categoria de município. Pela Lei Municipal n.º 654, de 20-05-1993, é criado o distrito de Cristais e anexado ao município de Cascavel. Em divisão territorial datada de 1991, o município é constituído de 6 distritos: Cascavel (sede), Caponga, Cristais, Guanacés, Jacarecoara e Pitombeiras, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. Os atuais distritos do município são: Cascavel (sede), Caponga, Guanacés, Cristais, Jacarecoara e Pitombeiras.

Atividade econômica

A economia local, quanto a renda interna *per capita* é o oitavo dentre os quinze mais ricos municípios do Ceará, e é baseada na agricultura: produção de caju, coco-da-baía, cana-de-açúcar, banana, abacate, manga, hortaliças, mandioca, milho e feijão; pecuária, com criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; a atividade pesqueira, de pescado e frutos do mar, com destaque para a pesca de lagosta, praticada na costa oceânica, visando o mercado interno e externo; o artesanato de redes, labirintos e bordados; a indústria: com destaque

para as indústrias químicas, de bebidas, metalúrgica, de perfumaria, sabões e velas, do mobiliário, de produtos minerais não metálicos, de produtos alimentares, de madeiras, de vestuário, calçados e artigos de couro e peles e de serviços de construção, além de importadora de couro; o artesanato de cerâmica (potes, jarros e esculturas), e fabricação de móveis em cipó de fogo; o turismo, tendo como atrativos a Feira de São Bento, uma feira a céu aberto realizada todos os sábados do ano, o Memorial Edson Queiroz e as belezas naturais de suas praias.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais no município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição (28/11 a 08/12), a Festa de São Francisco, com a celebração de novena (24/09 a 04/10), as Santas Missões Populares, a Festa de Nossa Senhora da Conceição no distrito de Guanacés (26/11 a 08/12) e o Festival da Sardinha no distrito de Caponga.

Principais personalidades

Edson Queiroz (Cascavel, 12 de abril de 1925 – Pacatuba, 8 de junho de 1982), empresário fundador do grupo empresarial Edson Queiroz, com atividades nos ramos de distribuição de gás, telecomunicações, fabricação de fogões e botijões de gás, beneficiamento e exportação de castanha de caju, grupo de comunicações (rádio e televisão), Universidade (UNIFOR) e outros.

João Lopes Ferreira Filho (Cascavel, 10 de agosto de 1854 – Rio de Janeiro, 2 de maio de 1928), professor, jornalista, abolicionista e político, foi secretário do Interior e chefe intendente de Fortaleza. Deputado federal (constituente) de 1891, reeleito várias vezes para a Câmara dos Deputados, na qual ocupou a presidência de 1892 a 1894.

Luiz Hermano Façanha Farias (Cascavel, 7 de agosto de 1954), escultor, gravador, desenhista e pintor, autodidata em gravura em metal e desenho. Morou em Fortaleza, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, onde fixou residência. Fez exposição individual em Paris e participou de duas bienais internacionais de São Paulo. Expôs no Museu de Arte de São Paulo – MASP.

Padre Raimundo Francisco Ribeiro, (Cascavel, 23 de março de 1820 – Baturité, 11 de junho de 1894) foi sacerdote católico e deputado provincial.

José Idelfonso Freire de Souza (Cascavel, 1 de novembro de 1897 – Natal, 18 de fevereiro de 1984), conhecido pelo pseudônimo José Menininho, foi compositor e sanfoneiro.

Padre Pedro José de Castro e Silva (Cascavel, 28 de março de 1811 – Fortaleza, 29 de janeiro de 1890) foi deputado provincial em vários períodos legislativos. Vigário de Santo Antônio de Barbalha por 22 anos e vigário da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, no Rio de Janeiro.

Raimundo Teodorico de Castro e Silva (Cascavel, 9 de novembro de 1837 – Rio de Janeiro, agosto de 1902), bacharel em direito, magistrado e político, foi promotor interino de Cascavel, juiz municipal do Ipu e juiz de direito em Buíque e Bezerras, em Pernambuco e de Itaboraí, aposentando-se com honras de desembargador. Foi presidente da província do Piauí.

Sizenando Bastos de Castro e Silva (Cascavel, 1854 – Itapipoca, 11 de janeiro de 1899), sacerdote católico e deputado provincial por seu distrito, de 1882 a 1887.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Cascavel 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Cascavel – outubro/98.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Catarina

Hino de Catarina

(Letra por Iran Paes de Andrade
e melodia por Prof. Vilmar Nunes de Araújo Rêgo).

Catarina, lá no topo da serra estás,
Se encontrando com o céu azul de anil
Mostrando a beleza em ti presente,
Se erguendo aos outros com encantos mil
Ativa e graciosa como o sol nascente.
Ah Catarina! Como és bela e altaneira
E tua história é de luta e grandeza.
Quantas serras te guardam imponente;
Quantos lugares das alturas tu espreitas,
Exibindo teu futuro crescente!

Ó Catarina, minha Catarina
Terra sol; terra da luz
Perto do céu fez ninho.
Teu clima seduz
E teu povo hospitaleiro
A todos fascina.
Teus pioneiros
Nos orgulha,
Com feitos,
Guerreiros.
Bravos lutadores
Que do além-mar vieram.
Geraram raças firmes
E aqui fincaram.

Terra querida! Nunca temeste
E bem cedo aprendeste a enfrentar
As grandes secas atroztes da vida,

Mandando teus filhos a qualquer lugar,
Como vencedores e não como vencidos.

Quantos filhos ilustres emprestaste
Para crescerem outras plagas distantes!
E com orgulho não te deixam em pensamento,
Nem dias, nem horas e nem instantes,
Enchendo de glória o teu nome sempre.

Não se negaste de ir com a tropa,
Quando ainda pequenina era
E a serviço do solo gentil
Um filho teu mandaste à guerra,
Para defender a “Pátria amada Brasil”.

Catarina vamos aumentar teus feitos
Enaltecendo teu brasão trabalhador,
Fazer teu povo se orgulhar de tua história,
Resgatando os teus heróis de valor
Para servirem de culto e de glória.

Ó Catarina! O teu passado será espelho
Na luta dos homens aqui presentes,
Com nossa juventude crescendo sadia
Se espelhando nos teus ausentes,
Pra construir o teu futuro um dia.

Catarina é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão dos Inhamuns e mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Catarina (2010) foi de 0,618, de nível médio, situando-se em 76º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 9,75, ficando em 182º lugar no Ceará.

Toponímia:

topônimo em homenagem a Santa Catarina, santa da devoção dos habitantes da povoação.

Gentílico:

catarinense.

Municípios limítrofes

Norte: Arneiroz, Mombaça e Acopiara

Leste: Saboeiro e Acopiara

Sul: Saboeiro

Oeste: Acopiara e Saboeiro

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Catarina, com **área** de 486,9 km², tem **população estimada** para 2021 em 21.041 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 634,7 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 580 m e a distância para a Capital é de 403,4 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / CE-060 / CE-166 / CE-169 / CE-253 / CE-266 / CE-277 / CE-371 / CE-566. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (8,07%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (34,16%) e solo litólico eutrófico (56,51%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principais drenagens os riachos Condado, Caiçara e do Saco, sendo os principais reservatórios os açudes Rivaldo de Carvalho e Buenos Aires, que abastece parte da população (18%). Com relação ao **relevo**, destacam-se as depressões sertanejas e os maciços residuais, sendo as principais elevações do município a Chapada de Santa Catarina, composta pelas serras do Colombi, da Cangatinga, do Carcará, do Espigão, do Funil, do Macaco e do Poço da Cruz. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese histórica

Os primitivos habitantes do lugar que deu origem ao município de Catarina foram os índios Jucá. A partir do século XVIII, algumas famílias se deslocaram de Pernambuco para essa região, a fim de explorar a atividade pecuária. Os fazendeiros Jerônimo de Albuquerque, casado com a índia Maria do Espírito Santo Arcoverde, filha do cacique Arcoverde, da tribo dos Tabajaras, e o Coronel Francisco Alves Feitosa, casado com Catarina Cardoso da Rocha Resende, procedentes de Pernambuco, devotos de Santa Catarina, adquiriram as terras, que ficaram conhecidas como Serra da

Catarina, pertencente ao município de Arneiroz. Em 1880, os irmãos Joaquim Leopoldino de Araújo Chaves e Vicente Leopoldino de Araújo Chaves adquiriram essas terras, mudando-lhe a denominação para Sítio Santa Catarina. No ano de 1892, os irmãos venderam as terras para Francisco Ferreira dos Santos, pai de João Ferreira dos Santos, que mandou construir, em 1913, a capela do Padroeiro São José e, em escritura datada de 27 de outubro de 1916, fez doação da área ao patrimônio de São José. A administração dos sacramentos e demais atos religiosos, nessa época, ficavam a cargo do vigário de Saboeiro, Padre José Francisco de Oliveira, três vezes por ano.

Formação administrativa:

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, figura no município de Saboeiro o distrito de Santa Catarina. Pela lei nº 263, de 28-12-1936, o distrito de Santa Catarina deixa de pertencer ao município de Saboeiro, sendo anexado ao município de Tauá. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o distrito de Santa Catarina, figura no município de Tauá. Pelo decreto-lei estadual nº 169, de 31-03-1938, retificado pelo decreto estadual nº 378, de 20-10-1938, o distrito de Santa Catarina deixa de pertencer ao município de Tauá, sendo anexado ao município de Saboeiro. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Santa Catarina passou a denominar-se Catarina. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito já denominado Catarina, figura no município de Saboeiro, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município com a denominação de Catarina, pela lei estadual nº 3.604, de 25-05-1957, desmembrado de Saboeiro, instalado em 07-07-1957, o novo município tem como sede o antigo distrito de Catarina, sem outros distritos. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído apenas do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. O município continua tendo somente o distrito sede.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência, com culturas de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, banana, mamona; a pecuária com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de

carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matéria prima a oiticica; o artesanato de redes e bordados; a mineração com a extração de rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; a extração de areia e argila para fabricação de telhas e tijolos e de rochas calcárias para obtenção de cal; a atividade pesqueira artesanal em pequenos açudes; a indústria de produtos alimentares e do mobiliário.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Padroeiro São José (19 de março); a festa de aniversário do município (25 de maio), com danças, teatro, cordel e shows.

Principais personalidades

João Ferreira dos Santos, responsável pela construção, em 1913, da capela de São José, no Sítio Santa Catarina e pela doação da área ao patrimônio do santo padroeiro, em 1916.

Landry Pedrosa Martins (Catarina, 1945 – Fortaleza, 06 de março de 2018), jornalista policial do jornal O Povo, por cerca de 50 anos.

Padre José Francisco de Oliveira, celebrante da primeira missa na pequena capela do Sítio de Santa Catarina, no dia 19 de março de 1914, quando São José foi escolhido para ser o padroeiro da vila de Santa Catarina, atual município de Catarina.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Catarina 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Catarina – outubro/98.

Catunda

Hino de Catunda

(Letra por Rogério Rodrigues de Mendonça
e Francisco Ernane Peres Lima
e melodia por Edinaldo Eugenio Gomes)

Catunda,
Terra de grande valor!
Cidade abençoada,
Te saudamos com fervor!

Uma fazenda pioneira
Chamada Madalena.
Entre serras e rios
Essa terra foi regada,
Transformando o solo virgem
Foste um dia desbravada

Em Catunda se tornou
Esse belo lugar.
Com povos de todas as raças
Vindo de lá e de cá,
Na bagagem as esperanças,
Fé em Deus e trabalhar.

Hoje Catunda terra amada
Doce encanto de riso e de paz
Berço alegre de gente guerreira,
Gente humilde, correta e tenaz.
A mais pura das terras cearenses
És tu, Catunda, cidade audaz.

Catunda é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Santa Quitéria e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Catunda (2010) foi de 0,609, de nível médio, situando-se em 103º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 21,20, ficando em 113º lugar no Ceará.



Toponímia:

topônimo em homenagem ao professor, escritor e historiador Senador Joaquim de Oliveira Catunda. A denominação original do vilarejo era *Vila Nau*, depois *Madalena* e, desde 1938, *Catunda*.

Gentílico:

catundense.

Municípios limítrofes

Norte: Santa Quitéria e Hidrolândia

Leste: Monsenhor Tabosa e Santa Quitéria

Sul: Tamboril e Monsenhor Tabosa

Oeste: Hidrolândia e Tamboril

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Catunda, com área de 790,7 km², tem **população estimada** para 2021 em 10.410 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 557,3 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 280 m e a distância para a Capital é de 266,9 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / CE-176 / CE-257. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (57,73%), planossolo solódico ta (3,07%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (33,85%), solo litólico eutrófico (4,98%) e solos aluviais eutróficos (0,37%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Acaraú, tendo como principais drenagens os riachos dos Macacos (tributário da Acaraú), do Abreu e do Porão, sendo os principais reservatórios os açudes Carmina e Japiaçu. Com relação ao **relevo**, destacam-se as depressões sertanejas e os maciços residuais, sendo o principal acidente geográfico de Catunda a Serra das Matas, com uma área de aproximadamente 195,4 km². A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese histórica

As terras situadas entre as serras das Matas e das Matinhas, às margens do rio dos Macacos, eram habitadas por diversas etnias, entre as quais as

dos Tupinambá, Kanindé e Jenipapo, antes da chegada dos portugueses à região, que ocorreu no século XVII, para exploração da atividade pecuária. Com a chegada dos portugueses, as habitações foram sendo edificadas em torno da capela de Santa Madalena, construída naquelas terras, surgindo o povoado da Vila de Nau, em referência ao antigo proprietário Francisco Pereira Nau. Ainda existem vestígios da primeira casa ali existente, conhecida como Vila Nau. Em meados do século XIX, foi construída, na fazenda Madalena, onde hoje é o Bairro do Açude, então de propriedade de Raimundo Pereira de Matos, a Capela do Sagrado Coração de Jesus, que passou a ser o núcleo de desenvolvimento do povoado. No ponto mais alto da cidade existe um monte, conhecido popularmente como serrote da Cruz, onde foi colocado um Cruzeiro pelo Pe. João Batista, na década de 1940.

Formação Administrativa:

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, figura no município de Santa Quitéria, o distrito de Madalena, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Madalena, passou a denominar-se Catunda e nele foi anexado o território do extinto distrito de Vídeio, do município de Santa Quitéria, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Elevado à categoria de município com a denominação de Catunda, pela lei estadual nº 11.772, de 27-12-1990, desmembrado de Santa Quitéria, a sua instalação ocorreu em 01-01-1993, tendo como sede o antigo distrito de Catunda, constituído apenas do distrito sede. Pela lei municipal nº 027, de 28-10-1993, foi criado o distrito de Vídeio, anexado ao município de Catunda. A lei municipal nº 028, de 28-10-1993, criou o distrito de Paraíso, anexado ao município de Catunda. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 3 distritos: Catunda (sede), Paraíso e Vídeio, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Os atuais distritos do município são: Catunda (sede), Paraíso e Vídeio.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca, e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju, banana, mamona e frutas

diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes, chapéus-de-palha e bordados; a mineração com a extração de rochas para brita, placas para fachadas, revestimento e piso.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa Catunda Cidade Junina (junho); a Festa de Santo Antônio da Alegria (10 a 13 de junho); a festa do Sagrado Coração de Jesus (11 de junho); a festa da padroeira Santa Maria Madalena (13 a 22 de julho); a Festa de aniversário do município (27 de dezembro) e a Festa da Oitava (dezembro).

Principais personalidades

Francisco Pereira Nau, proprietário das terras, onde se formou o povoado da Vila de Nau.

Raimundo Pereira de Matos, proprietário da Fazenda Madalena, que deu origem ao município de Catunda, no atual Bairro do Açude, onde foi construída a Capela do Sagrado Coração de Jesus.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Catunda 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Catunda – outubro/98.

Caucaia

Hino de Caucaia

(Letra por Dr. Vicente Gondim e Pe. Francisco Antônio
Cavalcante de Menezes e melodia por Denizar Catunda Gondim)

A surgir em sidéreo levante
Vemos doce serena fulgir
Áurea estrela formosa ofuscante
Como nuncia de um novo porvir

Do progresso, da glória, da luz
Do futuro ideal do prazer
E de tudo que mais nos seduz
A ventura que vem do saber

É Caucaia nossa terra valorosa
Que desponta como o Sol no azul de anil
Nossa gente que luta fervorosa
Conquistando um espaço no Brasil

Nosso povo é valente e destemido
Tem a força e muito amor no coração
A bandeira é o estandarte colorido
Pois Caucaia é parte da nação.

Caucaia é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Fortaleza e mesorregião Metropolitana de Fortaleza.

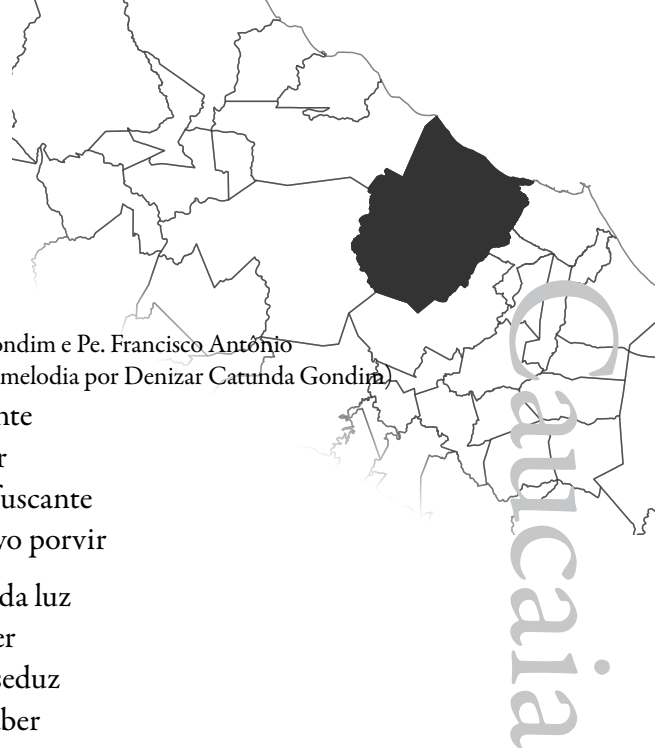
O **IDH** de Caucaia (2010) foi de 0,682, de nível médio, situando-se em 8º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 36,73, ficando em 19º lugar no Ceará.

Toponímia:

Caucaia era a denominação de uma aldeia indígena. Etimologicamente significa “mato queimado” ou “vinho queimado”

Gentílico:

caucaense.



Limites geográficos

Norte: Oceano Atlântico e São Gonçalo do Amarante

Leste: Maranguape, Maracanaú e Fortaleza

Sul: Maranguape

Oeste: São Gonçalo do Amarante, Pentecoste e Maranguape

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Caucaia, com **área** de 1.229 km², tem **população estimada** para 2021 em 368.918 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, tropical quente subúmido e tropical quente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 987,5 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 29,9 m e a distância para a Capital é de 20,3 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / CE-085. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (4,45%), bruno não cálcico (6,97%), planossolo solódico ta (41,43%), podzólico vermelho amarelo distrófico (13,89%) e podzólico vermelho amarelo eutrófico (11,89%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica Metropolitana, tendo como principais drenagens os rios Cauípe, Anil e Ceará, sua principal via fluvial, que corta o município em boa parte de sua extensão, com um curso de aproximadamente 50 km, de sudeste a nordeste, além do riacho Juá. Caucaia é um dos municípios cearenses com maior número de lagoas permanentes. Merecem destaque os açudes Sítios Novos e Cauípe. O município conta com um Eixo de Integração (Canal do Pecém), sendo fontes de abastecimento da população urbana os açudes Pacajus, Pacoti, Riachão, Gavião e Acarape do Meio. Com relação ao **relevo**, o município é caracterizado pela planície litorânea, pela presença de tabuleiros pré-litorâneos e pela depressão sertaneja, concentrando serras e *inselbergs*, planícies fluviais, planícies flúvio-marinhas e campos de dunas, móveis ou fixas. A **vegetação** é constituída de planície litorânea, tabuleiros costeiros e caatinga savanizada, na maior extensão de seu território. Entretanto, nas margens do Rio Ceará, próximo à faixa litorânea, se desenvolve abundante vegetação de mangue. Encontram-se também áreas de capoeiras e carrascos.

Síntese histórica

A aldeia de Caucaia era subordinada à vila de Fortaleza e somente se transformou em vila depois que o Marquês de Pombal mandou extinguir

as aldeias administradas pelos Jesuítas no Brasil, transformando-as em vilas e vicariatos. A aldeia de Caucaia foi transformada em vila, juntamente com mais cinco aldeias existentes na Capitania do Ceará, recebendo o nome de Vila Nova Real de Soure por determinação da corte portuguesa, em 15 de outubro de 1759, reunindo-se a câmara municipal pela primeira vez, dois dias depois. A *Estação de Soure* da Estrada de Ferro Fortaleza-Itapipoca, ou ramal de Itapipoca da Rede de Viação Cearense, foi inaugurada em 1917. Depois da proclamação da independência do Brasil, a denominação mudou para Vila Nova de Soure e posteriormente para Soure, e finalmente para Caucaia. Foi grande a influência dos missionários jesuítas nesse município, tendo iniciado sua ação de catequese dos índios Caucaias autorizados por Carta Régia de 2 de outubro de 1735. Por Provisão Régia de 14 de abril de 1755 e Alvarás de 6 e 7 de junho do mesmo ano, o secretário de Estado do Governo Português, Marquês de Pombal, determinou o sequestro dos bens dos Jesuítas, a elevação, à condição de Vila, dos lugares e aldeias antes sob a administração dos jesuítas, pouco depois expulsos do Brasil. Com base na provisão régia, o Capitão-Mor do Ceará, Xavier Henrique, determinou a criação da Vila de Soure, que, em 5 de fevereiro de 1759, mudou de denominação para Vila Nova de Soure, tendo como padroeira Nossa Senhora dos Prazeres. No dia 15 de novembro de 1759, a vila foi instalada e mudada oficialmente a denominação para Vila Nova de Soure pelo decreto-lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. A Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, fundada no século XIX, é um dos atrativos turísticos e culturais do município. Com a criação da Região Metropolitana de Fortaleza pela Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973, Caucaia cresceu e se desenvolveu, é o maior em área, com 1.229 km², tornando-se grande centro populacional e industrial.

Formação administrativa:

Elevado à categoria de Vila com a denominação de Vila Nova de Soure, inaugurada em 15-10-1759, desmembrada da vila de Fortaleza. Pela Resolução do Conselho Provincial de 06-05-1833, a vila é extinta. Pela Resolução do Conselho Provincial de 13-12-1833, a vila é restaurada. Pela lei nº 2, de 13-05-1835, a vila é extinta novamente e restaurada posteriormente. Pelo Ato Provincial de 19-06-1860, é criado o distrito de Umari e anexado

à Vila Nova de Soure. Pela lei provincial nº 1.270, de 22-12-1863, é criado o distrito de Tucunduba e anexado à Vila Nova de Soure. Distrito criado com a denominação de Soure, pela lei provincial nº 1.361, de 05-11-1870. Pela lei nº 1.772, de 23-11-1878, a vila é restaurada. Pela lei estadual nº 501, de 31-10-1898, a vila é extinta. Pela lei nº 726, de 20-08-1903, a vila é novamente restaurada com a denominação de Soure. Pelo ato estadual de 14-03-1904, é criado o distrito de Sítios Novos e anexado ao município de Soure. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 4 distritos: Soure (sede), Tucunduba, Sítios Novos e Umari. Pela lei estadual nº 1.156, de 04-12-1933, é criado o distrito de Cauípe. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município é constituído de 7 distritos: Soure (sede), Cauípe, Primavera, Sítios Novos, Taquara, Tucunduba e Umari. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Umari passou a denominar-se Umarituba, passando a pertencer ao novo município de São Gonçalo. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 6 distritos: Soure (sede), Cauípe, Primavera, Sítios Novos, Taquara e Tucunduba. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de Soure passou a denominar-se Caucaia, o distrito de Taquara passa a ser denominado Mirambé e o distrito de Primavera muda o nome para Guararu. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 6 distritos: Caucaia (sede), Cauípe, Guararu, Mirambé, Sítios Novos e Tucunduba. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, é criado o distrito de Catuana, criado com terras do distrito de Sítios Novos e anexado ao município de Caucaia. Sob a mesma lei é extinto o distrito de Cauípe, sendo seu território anexado ao distrito de Sítios Novos. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 6 distritos: Caucaia (sede), Catuana, Guararu, Mirambé, Sítios Novos e Tucunduba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.750, de 05-11-1963, elevado à categoria de município, o distrito de Sítios Novos é desmembrado do município de Caucaia e posteriormente extinto e reintegrado a Caucaia como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 6 distritos: Caucaia (sede), Catuana, Guararu, Mirambé, Sítios Novos e Tucunduba. Pela lei municipal nº 555, de 06-04-1991, é criado o distrito de Bom Princípio e anexado ao município de Caucaia. Pela lei municipal nº 549, de 05-03-

1990, é criado o distrito de Jurema e anexado ao município de Caucaia. Em divisão territorial datada de 1991, o município é constituído de 8 distritos: Caucaia (sede), Bom Princípio, Catuana, Guararu, Jurema, Mirambé, Sítios Novos e Tucunduba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Caucaia (sede), Bom Princípio, Catuana, Guararu, Jurema, Mirambé, Sítios Novos e Tucunduba.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal e a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matéria prima a carnaúba; a mineração com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, fachadas e outros usos na construção civil, principalmente de granitos, gnaisses, migmatitos e fonólitos; a extração de areia e argila para fabricação de telhas e tijolos e a extração de rocha calcária para fabricação de cal; após a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém em 2004, o município vem apresentando elevado crescimento demográfico, em razão da execução de grandes projetos econômicos implementados no território municipal e no seu entorno, tendo como carro chefe o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), que compreenderá uma refinaria, uma siderúrgica e uma zona de processamento de exportação (ZPE); outras importantes atividades são: o polo atacadista, cujo projeto prevê a construção da Cidade do Atacado, com galpões de armazenamento, prédios para escritórios de grandes empresas, bancos, hotel, heliporto, restaurante, entre outros espaços, numa área de 189 hectares; e a Cidade da Confeção, considerada a maior feira de roupas do Nordeste; no turismo, Caucaia é o segundo polo turístico do Ceará, tendo como atrativos as belas praias de Iparana, Icaraí, Tabuba e Cumbuco, com lagoas, rios e dunas que favorecem a prática de esportes náuticos, como surf e kitesurf.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais de Caucaia são: a Festa de Santo Antônio (01 e 02 de junho); Festa de São Pedro (29 de junho); Carnaval (feve-

reiro/março); Festas da Padroeira Nossa Senhora dos Prazeres (05 a 15 de agosto); Festa da Carnaúba (18, 19, 20 de outubro); Dia do Município (15 de outubro); Campeonato de Surf (datas variadas durante o ano); Vaquejadas (outubro e novembro).

Principais personalidades

Antônio Martinz de Aguiar e Silva (Caucaia, 4 de março de 1893 – Fortaleza, 30 de agosto de 1974), escritor, jornalista, filólogo e professor. Membro da Academia Cearense de Letras, da Academia de Filologia do Rio de Janeiro e do Instituto do Ceará (Histórico Geográfico e Antropológico).

Edson da Mota Corrêa (Caucaia, 9 de novembro de 1898 – Fortaleza, 2 de dezembro de 1987), militar do exército, delegado de polícia, prefeito de Aracati, deputado constituinte de 1935. Fundou a Associação de Proteção à Saúde, à Maternidade e à Infância de Caucaia, mantenedora do Hospital Maternidade Dr. Paulo Sarasate e o Centro Educacional de Caucaia.

Ernani de Queiroz Viana (Caucaia, 7 de novembro de 1931), comerciante, agropecuarista e industrial, presidente de nove empresas no Ceará, Piauí e Tocantins. Assessor jurídico da FIEC, foi deputado estadual e federal e vice-prefeito de Caucaia.

Hermelino Sobral Macaíba, vereador e presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, de 1892 a 1899. Autor de uma Carta Geográfica Postal de Fortaleza.

Joaquim da Cunha Freire (Caucaia, 18 de outubro de 1827 – Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1907), Barão de Ibiapaba, coronel da Guarda Nacional e comendador da Imperial Ordem da Rosa. Foi presidente da Província do Ceará por sete vezes.

Monsenhor Custódio de Almeida Sampaio (Caucaia, 17 de abril de 1848 – Fortaleza, 4 de setembro de 1939), sacerdote responsável pela primeira peregrinação brasileira à Palestina. Foi agraciado com o título de Camareiro Particular de Sua Santidade o Papa Bento XV.

Noélio da Rocha Oliveira (Caucaia, 16 de abril de 1985), conhecido como Soldado Noélio, da Polícia Militar do Ceará, da qual foi demitido e

depois reintegrado. Elegeu-se vereador de Fortaleza em 2016 e deputado estadual do Ceará em 2018.

Severiano Ribeiro da Cunha (Caucaia, 6 de novembro de 1831 – Fortaleza, 4 de setembro de 1876), tenente-coronel da Guarda Nacional, comerciante e filantropo, foi o primeiro e único Visconde de Cauípe. Vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia. Idealizador do asilo de alienados, depois Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paulo.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Caucaia 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Caucaia – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Cedro

Hino de Cedro

(Letra e melodia pela Professora Francisca Ferreira da Silva – Francinete – e por Jairo Diniz)

De um colosso vegetal,
Que abrigava o viajor,
Surgiste já imortal,
Com toda força e vigor.

De vila passaste a cidade,
Menina deste sertão,
És hoje realidade,
Cedro meu belo rincão!

Ó terra de mil encantos,
Teu passado varonil.
Uma história em cada canto,
Ó pedaço do meu Brasil.

Oh! Minha terra querida,
De encantos singular,
Em teus campos há mais vida,
Há mais feitiço em teu luar.

O teu progresso avança,
Dia por dia na história,
O teu presente de bonança,
Já prediz a tua glória.

Ó terra de mil encantos,
Teu passado varonil.
Uma história em cada canto,
Ó pedaço do meu Brasil.

Cedro é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Iguatu e mesorregião do Centro-Sul Cearense.

O **IDH** de Cedro (2010) foi de 0,627, de nível médio, situando-se

em 54º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o IDM (2018) foi de 24,99, ficando em 73º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Cedro provém do nome da árvore com esse nome existente em abundância na região. No local, existia no início do século, de propriedade de João Cândido da Costa, a Fazenda Cedro, cortada pela Estrada de Ferro de Baturité, iniciando-se o povoamento, depois que a Rede de Viação Cearense inaugurou uma estação nessas terras, em 1916.

Gentílico:

cedrense.

Municípios limítrofes

Norte: Iguatu e Icó

Leste: Icó e Lavras da Mangabeira

Sul: Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre

Oeste: Várzea Alegre e Cariús

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Cedro, com **área** de 725,8 km², tem **população estimada** para 2021 em 25.612 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 1.092,7 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 280 m e a distância para a Capital é de 387,3 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / BR-404 / CE-060 / CE-153 / CE-253 / CE-566. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (14,99%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (58,13%), solo litólico eutrófico (19,76%), solo litólico eutrófico e distrófico (0,47%), solos aluviais eutrófico (4,70%) e terra roxa estruturada eutrófica (1,94%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe e do rio Salgado, tendo como principais drenagens o rio São Miguel e os riachos do Machado, Vaca Brava, Cachoeira, Umari, Jucá, Cobra, Olho D'Água, Cangati, Defunto, Mosquito, Umarizeira e Timbaúba, sendo os principais reservatórios o açude Ubaldinho, que abastece a cidade, e os açudes Antônio Afonso, Assunção, São Vicente, Iracema, Pelados, Angicos, Baixio, Novo

Horizonte, São Luiz, Cachoeira e o Atizeiro. Com relação ao **relevo**, se destacam a planície litorânea, serras secas, serras úmidas, tabuleiros costeiros e a depressão sertaneja, com relevo em formas suaves e pouco dissecadas, tendo as principais elevações altitudes entre 200 e 500m acima do nível do mar. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, complexo vegetacional da zona litorânea e floresta mista dicótilo-palmácea.

Síntese histórica

A Fazenda Cedro, adquirida em 1908 pelo Sr. João Cândido da Costa, com duas casas, uma no alto do morro e a outra na parte baixa, no meio do carnaubal, foi o marco inicial da cidade de Cedro. Para atrair moradores, foram feitas doações de terrenos para construção de casas no entorno da fazenda, o que propiciou o início do povoamento. Com a inauguração, pela Rede de Viação Cearense, de uma estação da Estrada de Ferro de Baturité na área desse povoado, inaugurada em 15 de novembro de 1916, o lugarejo, favorecido pela abundância de água em época de seca, teve grande impulso, com novas casas, postos de abastecimento e a construção de capela.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Cedro, por ato provincial de 24-02-1881. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Cedro figura no município de Várzea Alegre. Elevado à categoria de vila com a denominação de Cedro, pela lei estadual nº 1.725, de 09-07-1920, desmembrada de Várzea Alegre, foi instalada em 21-10-1920, sendo constituída apenas do distrito sede. Elevada à condição de cidade com a denominação de Cedro, pela lei estadual nº 2.255, de 19-08-1925. Pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, é criado o distrito de Várzea da Conceição e anexado ao município de Cedro. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 3 distritos: Cedro (sede), Jacu e Várzea da Conceição, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. O decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, extinguiu o distrito de Jacu, sendo seu território anexado ao distrito sede do município de Cedro e mudou a denominação do distrito de Várzea da Conceição para Várzea. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 2 distritos: Cedro (sede) e Várzea,

assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.661, de 14-10-1963, é desmembrado do município de Cedro o distrito de Várzea, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 12-12-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, Cedro adquiriu o extinto município de Várzea, que havia sido criado e não instalado, com a denominação de Várzea da Conceição. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 2 distritos: Cedro (sede) e Várzea da Conceição, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1991. Pela lei municipal nº 22, de 30-11-1992, é criado o distrito de Assunção e anexado ao município de Cedro. Pela lei municipal nº 26, de 11-07-1990, é criado o distrito de Lagedo e anexado ao município de Cedro. Pela lei municipal nº 25, de 11-7-1990, é criado o distrito de Candeias e anexado ao município de Cedro. Pela lei municipal nº 24, de 11-07-1990, é criado o distrito de Santo Antônio e anexado ao município de Cedro. Pela lei municipal nº 27, de 11-07-1990 é criado o distrito de São Miguel e anexado ao município de Cedro. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 7 distritos: Cedro (sede), Assunção, Candeias, Lagedo, Santo Antônio, São Miguel e Várzea da Conceição, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Os atuais distritos do município são: Cedro (sede), Assunção, Candeias, Lagedo, Santo Antônio, São Miguel e Várzea da Conceição.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, mandioca, milho e as monoculturas de algodão, banana, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, caprinos, ovinos, suínos e avícola; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; extração de areia e argila para fabricação de telhas e tijolos e de rochas calcárias para fabricação de cal; a atividade pesqueira artesanal, em córregos e açudes; e as indústrias dos ramos de alimentos, têxtil, da madeira, de mobiliário, química e de produtos minerais não metálicos.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Chitão (julho); a Festa de São João Batista (24 de junho); as Vaquejadas (agosto); a Exposição Agropecuária - ExpoCedro (outubro); o Dia do Município (21 de outubro); e a FESART (12 a 19 de dezembro).

Principais personalidades

Edmundo Alves de Oliveira (Cedro, 9 de junho de 1938 – Carapicuíba, 14 de fevereiro de 2003), foi vereador, presidente da Câmara e Prefeito de Carapicuíba – MG.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco (Cedro, 3 de agosto de 1934 – São Paulo, 24 de junho de 2016), considerado em 2015, pela Revista Forbes, um dos homens mais ricos do mundo. Industrial do ramo de massas alimentícias, construção civil e hotelaria, presidiu o grupo M. Dias Branco.

João Gonçalves de Lemos (15 de agosto de 1926), professor, com formação em sociologia, política, administração e direito, é o representante de Cedro na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

José Gabriel Diniz, primeiro prefeito da Vila de Cedro, logo após a instalação (30-10-1920 a 10-03-1922).

Luís Otacílio Correia (Cedro, 29 de março de 1917 – 8 de dezembro de 2002) foi vereador de Várzea Alegre e deputado estadual. Fundador da empresa Confiança Mudanças e Transportes Ltda e da Confitur Viagens e Turismo Ltda.

Ubiratan Diniz de Aguiar (Cedro, 7 de setembro de 1941), professor, advogado, escritor e poeta. Foi vereador e secretário de Administração de Fortaleza. Deputado estadual e secretário de Educação do Ceará. Deputado federal em três legislaturas, renunciou ao mandato para assumir o cargo de Ministro do TCU, do qual foi presidente. Membro da Academia Cearense de Letras e sócio efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

FONTES:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023
IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Cedro 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Cedro – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Chaval

Hino de Chaval

(Letra e melodia por
Francisco Araújo de Souza)

Entre as rochas de grande beleza
Banhadas de sol e de sal
E com brisas que sopram constantes
Nasceu nossa querida Chaval
Uma linda paisagem exuberante
A princesa do meu litoral.

*Mocidade, gloriosa,
Vamos todos alegres cantar
Pelo nosso torrão brasileiro
Nós iremos unidos lutar (bis)*

Relembrando o passado de outrora
O presente nos faz refletir
A memória dos antepassados
Nos momentos de glórias enfim
Ombro a ombro iremos pra vitória
O futuro nos faz prosseguir.

Tua gente heroica e ordeira
Tem orgulho de avante seguir
Conduzindo o brasão da vitória
Honra e glória de um povo gentil.
Parabéns minha cidade patrícia
Pedacinho do nosso Brasil.

Mocidade, gloriosa ...

Chaval é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do litoral de Camocim a Acaraú e mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Chaval (2010) foi de 0,586, de nível baixo, situando-se em 158º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 24,01, ficando em 82º lugar no Ceará.

Toponímia:

embora não se saiba ao certo a origem do topônimo “chaval”, alguns entendem se tratar de corruptela de “chavascal” ou que é um derivado de “chave, significando “lugar que fecha o território” ou “ponto estratégico contra os inimigos”, o que se justificaria em razão desse território se situar num recanto próximo ao limite com o Piauí.

Gentílico:

chavalense.

Municípios limítrofes

Norte: Barroquinha e Estado do Piauí

Leste: Granja e Barroquinha

Sul: Granja

Oeste: Estado do Piauí e Granja

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Chaval, com **área** de 238,2 km², tem **população estimada** para 2021 em 13.112 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média de 698,1 mm (2021) e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 11,9 m e a **distância para a Capital** é de 401,4 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-402 / CE-085 / CE-177 / CE-216 / CE-556. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (3,35%), planossolo solódico ta (38,07%), podzólico vermelho amarelo distrófico 37,24%), solo indiscriminado de mangue (3,54%), solo litólico eutrófico (1,24%), solo litólico eutrófico e distrófico (4,27%), solonchak sódico (9,72%) e solos aluviais eutrófico (2,56%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Coreaú, tendo como principais drenagens superficiais rio São João da Praia, também conhecido como Ubatuba e os rios Timonha, Camurupim e o riacho Cajueiro, sendo os principais reservatórios os açudes Novo e Itaúna

(Coreaú). Quanto ao **relevo**, destacam-se a planície litorânea, tabuleiros costeiros e glaciais pré-litorâneos dissecados em interflúvios tabulares, inexistindo elevações superiores a 200 metros. A **vegetação** é constituída de complexo vegetacional da zona litorânea e floresta perenifólia paludosa marítima.

Síntese histórica

A região, às margens dos rios Timonha e Baracuzinho, foi primitivamente ocupada pelos índios Tremembé. Seus primeiros povoadores foram homens vindos de Ibuacu, em Boa Viagem, nos idos de 1873. Dentre eles, o Pe. Antônio Carneiro da Cunha Araújo, considerado o principal fundador de Chaval, iniciou em 1879 a construção de uma capelinha em louvor a Santo Antônio, que, anos mais tarde, se transformaria na Igreja Matriz de Chaval. Em torno dessa pequena capela, se formou o povoado de Chaval. Com o correr dos anos, a cidade se expandiu para o lado oposto da entrada da igreja.

Formação Administrativa:

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Chaval, figura no município de Granja. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, o distrito de Chaval deixa de pertencer ao município de Granja, para pertencer ao município de Quixeramobim. Pelo decreto estadual nº 156, de 04-12-1933, o distrito de Chaval deixa de pertencer ao município de Quixeramobim para pertencer ao município de Camocim, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1950. Elevado à categoria de município com a denominação de Chaval, pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, desmembrado de Camocim, instalado em 25-03-1955, tendo como sede o antigo distrito de Chaval, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 7.018, de 27-12-1963, é criado o distrito de Passagem e anexado ao município de Chaval. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Chaval (sede) e Passagem, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Os atuais distritos do município são: Chaval (sede) e Passagem.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência com a cultura de feijão, milho, arroz e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; a fabricação de sal marinho; a moagem e embalagem de sal para uso na pecuária; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica, o babaçu e a carnaúba; a mineração com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita e outros usos na construção civil; a exploração de minas de minério de ferro; o turismo, tendo como principais atrações o Porto do Mosquito, a barragem do Caldeirão, os Balneários do Urubu, a Pedra da Carnaúba, a Pedra da Santa, a Pedra do Letreiro, a Pedra do Céu, a Pedra da Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, a Pedra da Baliza, a Barragem do Carneiro e outros pontos históricos do município.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a pescaria artesanal de linha (agosto, dia variável); a Festa de Nossa Senhora de Lourdes (17 a 27 de novembro); a Regata de Canoas (em um fim de semana, durante os festejos de novembro); a Festa do Padroeiro Santo Antônio (4 a 13 de junho); as festividades do aniversário do município (22 de novembro).

Principais personalidades

Francisco Ernandi Lima da Silva ou **Mirandinha** (Chaval, 2 de julho de 1959), jogador de futebol, atuou por diversos clubes e pela Seleção Brasileira.

José Filomeno Moraes Filho (Chaval, 20 de novembro de 1952), doutor em Direito e mestre, livre-docente em Ciência Política, com estágio pós-doutoral na Universidade de Valência (Espanha), foi professor da Universidade Estadual do Ceará. Autor de vários livros. Sócio efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

Pe. Antônio Carneiro da Cunha Araújo considerado o principal fundador de Chaval, responsável pela construção da capela de Santo Antônio em 1879, atual Igreja Matriz de Chaval.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Chaval 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Chaval – outubro/98.

Choró

Hino de Choró

(Letra e melodia por
Mirian Carlos Moreira de Sousa)

Entre rios e serras nasceu
A cidade do meu coração
O Ceará se orgulha do povo
Que cultiva rica tradição.

É Choró minha terra adorada
Rico berço de amor e afeição
Com trabalho escrevendo a história
Santuário de um povo em oração.

*Salve cidade querida
Da minha vida razão
Que as graças do Deus infinito
Te cubram de paz e proteção.*

O teu nome, cidade gloriosa
Vem do canto do meigo chorão
Que à noite ao pé do limoeiro
Entoava a triste canção.

A dolente toada ecoava
Despertando uma forte emoção
E o povo dizia contente
O chorão já está no limão.

Salve cidade querida ...

Nós rogamos ao bom padroeiro
A quem temos amor, devoção
Que abençoe este povo hospitaleiro
Que conserve verde a plantação
E que faça sangrar os açudes



Que aumente a fé e a união
Imploramos a graça imensa
Nosso Santo Senhor Sebastião.

Salve cidade querida ...

Choró é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão de Quixeramobim e mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Choró (2010) foi de 0,585, de nível baixo, situando-se em 159º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 15,14, ficando em 165º lugar no Ceará.

Toponímia:

topônimo originário da palavra tupi guarani *chorron*, que, etimologicamente, significa “rio murmurante” ou “pássaro cujo canto parece um murmúrio”.

Gentílico:

choroense.

Municípios limítrofes

Norte: Canindé e Itapiúna

Leste: Quixadá e Itapiúna

Sul: Quixeramobim e Quixadá

Oeste: Canindé, Madalena e Quixeramobim

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Choró, com **área** de 815,8 km², tem **população estimada** para 2021 em 13.608 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 768,1 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 243 m e a distância para a Capital é de 166,6 km, com acesso principal pelas rodovias CE-060 / CE-253 / CE-456 / CE-566. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (21,83%), planossolo solódico ta (45,50%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (2,30%), solo litólico eutrófico (26,92%) e solos aluviais eutrófico (0,67%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na região

hidrográfica da Bacia Metropolitana, tendo como principais drenagens o rio Choró e os riachos da Barbada, Guaribas, Alegre, Umari, Caiçarina, Canto do Rio Cangati, dos Cavalos, dos Ferras, Caçados e Mutamba, sendo o principal reservatório o açude Pompeu Sobrinho, que abastece a cidade. Com relação ao **relevo**, destacam-se a depressão sertaneja e os maciços residuais, sendo suas principais elevações a Serra da Conceição, a Serra do Índio, a Serra Nova, a Serra do Teixeira, a Serra Alta, a Serra do Veríssimo, a Serra da Palha, a Serra da Baixa Fria e a Serra das Caçadas, além de inúmeros serrotes. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese histórica

A região das nascentes do Choró (Boqueirão do Limão), entre as serras do Estêvão e de Quixeramobim, era habitada por índios jenipapo-kanyndé, choró e quesito. O núcleo urbano surgiu em decorrência das ações de combate à seca na região, entre 1932 e 1934. No lugar denominado Boqueirão do Limão foi construído o Açude Choró-Limão, para represar as águas do rio Choró. O antigo povoado de Choró surgiu, em época de seca inclemente no Nordeste, a partir do acampamento dos empregados na construção do açude, ao redor da pequena capela de São Sebastião, ali construída. A solução para os problemas da falta de água, desemprego e fome era a açudagem, que traria água em abundância, ocuparia a mão de obra e ao mesmo tempo salvaria as lavouras das fazendas da região.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Choró, pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Choró, figura no município de Quixadá, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município com a denominação de Choró, pela lei estadual nº 4.447, de 02-01-1959, desmembrado de Quixadá, tendo como sede o antigo distrito de Choró, constituído dos distritos: Choró (sede), Caiçarina, Daniel de Queiroz e Dom Maurício, todos desmembrados do município de Quixadá. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído dos distritos: Choró (sede), Caiçarina, Daniel de Queiroz e Dom Maurí-

cio. Pela lei estadual nº 6.800, de 21-12-1963, foram criados os distritos de Marajá e Muquém e anexados ao município de Choró. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 6 distritos: Choró (sede), Daniel de Queiroz, Caiçarina, Dom Maurício, Marajá e Muquém. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Choró é extinto, sendo seu território anexado ao município de Quixadá. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, Choró é distrito de Quixadá, assim permanecendo em divisão territorial datada de 17-01-1991. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Choró, pela lei estadual nº 11.926, de 27-03-1992, desmembrado de Quixadá, instalado em 01-01-1993, tendo como sede o antigo distrito de Choró e constituído de 2 distritos: Choró (sede) e Caiçarina. Pela lei municipal nº 27, de 15-09-1993, foram criados os distritos de Barbada, Maravilha e Monte Castelo e anexados ao município de Choró. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 5 distritos: Choró (sede), Barbada, Caiçarina, Maravilha e Monte Castelo, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1999. Pela lei municipal nº 172, de 13-11-2001, foi criado o distrito de Santa Rita e anexado ao município de Choró. Em divisão territorial datada de 2007, o município é constituído de 6 distritos: Choró (sede), Barbada, Caiçarina, Maravilha, Monte Castelo e Santa Rita. Os atuais distritos do município são: Choró (sede), Barbada, Caiçarina, Maravilha, Monte Castelo e Santa Rita.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a extração de areia e argila para a fabricação de telhas e tijolos e de rochas calcárias para fabricação de cal; a atividade pesqueira.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a festa do padroeiro São Sebastião (20 de janeiro); o aniversário da Assembleia de Deus Templo

Central (junho); o Dia da Bíblia com uma passeata nas principais ruas de Choró (dezembro); a festa de aniversário do município (27 de março); as festas juninas (junho).

Principais personalidades

Aduílio Mendes (Choró), cantor e compositor de músicas de forró, integrou as bandas “Calango Aceso”, “Mel com Terra”, “Matruz com Leite”, “Magníficos” e “Caviar com Rapadura”.

Otácio Dantas Filho, primeiro prefeito do município de Choró (1993-1996).

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Choró 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Choró – outubro/98.

Chorozinho

Hino de Chorozinho

(Letra e melodia por
Francisco Márcio Almeida)

Florescendo às margens do rio Choró,
Se ampliando logo se tornou,
A imagem de um povo sofrido,
Que lutando vitória alcançou.
Povo humilde, apesar das barreiras,
Luta sempre por dias melhores.
Deposita em Deus confiança,
E a esperança de um povo de fé.

Chorozinho teu povo reflete, o retrato de uma nação.
Chorozinho tua fé nos convida, a crer em um novo amanhã.
Chorozinho teu povo nos mostra, o valor de ter um brasão.
Chorozinho tua fé nos incita, a sonhar com uma nova nação.

Desde o homem do campo a plantar,
Ao doutor e ao educador,
Vejo o sonho se realizando,
O ideal que muito se buscou.
E a multidão que ao se juntar,
Com seu traço marcante de fé,
Demonstra sua força e esperança,
O interesse de juntos vencer.

Chorozinho é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Chorozinho e mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Chorozinho (2010) foi de 0,604, de nível médio, situando-se em 122º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 27,47, ficando em 56º lugar no Ceará.

Toponímia:

O topônimo Chorozinho corresponde ao diminutivo de choró, cujo núcleo de formação se originou na construção do açude Choró.

Gentílico:

chorozinhense.

Municípios limítrofes

Norte: Pacajus

Leste: Cascavel

Sul: Ocara e Cascavel

Oeste: Acarape e Barreira

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Chorozinho, com **área** de 278,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 20.286 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 640,1 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a maio. A **altitude** é de 48,5 m e a distância para a Capital é de 69,7 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / CE-354. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (53,32%), latossolo amarelo distrófico (1,31%), planossolo solódico ta (5,59%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (0,48%), podzólico vermelho amarelo álico (35,95%), solonetz solodizado (1,72%) e solos aluviais eutrófico (1,63%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica Metropolitana, tendo como principais drenagens o rio Choró e os riachos Cavacas, das Cabras e Aréré e as lagoas do Cedro, dos Marinheiros, dos Martins e dos Patos, sendo os principais reservatórios o açude Pacajus e o açude Pacoti, que abastece parte da população urbana do município. Com relação ao **relevo**, o município, sem elevações, apresenta tabuleiros pré-litorâneos e depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de complexo vegetacional da zona litorânea, com predominância de caatinga comum e arbustiva densa, além da mata serrana.

Síntese histórica

A região às margens do Rio Choró era habitada por índios das etnias Jenipapo, Kanindé, Choró e Quesito. No Século XVII, foi instalada a Missão dos Paiacus. O núcleo urbano surgiu em decorrência dos projetos de combate à seca, entre 1932 e 1934, com a construção, no lugar denominado Curais Velhos, de uma ponte sobre o rio Choró, na construção da rodo-

via BR-116, que ligaria Fortaleza ao Sul do País. O trabalho da construção da ponte foi bastante demorado em razão das dificuldades encontradas na época para transportar o material, tendo o povoado surgido no entorno desse acampamento, onde foi construída a capela de Santa Terezinha, mais tarde elevado à condição de município. A Igreja de Santa Teresinha do Menino Jesus foi fundada em 1935, pelo Padre Antônio Bezerra, quando Chorozinho era apenas um povoado. Em 1980, um terremoto atingiu a cidade e abalou as estruturas do templo. No ano seguinte foi aprovado o projeto de construção de uma nova igreja, em forma de pirâmide, com arquitetura arrojada e moderna, cuja construção se iniciou em 1983, inaugurada com a celebração da primeira missa, no dia 2 de dezembro de 1984.

Formação Administrativa:

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, figura no município de Guarani o distrito de Currais Velhos. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o distrito de Currais Velhos figura no município de Guarani. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Currais Velhos passou a denominar-se Chorozinho. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de Guarani passou a denominar-se Pacajus. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Chorozinho figura no município de Pacajus. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Chorozinho figura no município de Pacajus, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Chorozinho, pela lei estadual nº 6.436, de 17-07-1963, desmembrado de Pacajus, tendo como sede o antigo distrito de Chorozinho, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Chorozinho, sendo seu território anexado ao município de Pacajus, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, Chorozinho é distrito de Pacajus, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Chorozinho, pela lei estadual nº 11.305, de 13-03-1987, desmembrado de Pacajus, instalado em 01-01-1989, tendo como sede o antigo distrito de Chorozinho, constituído apenas do distrito sede. Pela

lei municipal nº 56, de 25-07-1991, são criados os distritos de Campestre, Cedro, Patos dos Liberatos, Timbaúba dos Marinheiros e Triângulo. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 6 distritos: Chorozinho (sede), Campestre, Cedro, Patos dos Liberatos, Timbaúba dos Marinheiros e Triângulo, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Chorozinho (sede), Campestre, Cedro, Patos dos Liberatos, Timbaúba dos Marinheiros e Triângulo.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho, mandioca e a monocultura de algodão, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária e a agroindústria, com ênfase para a produção agrícola de castanha de caju, mandioca, feijão e milho; a fabricação de farinha de mandioca; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras para lenha e construção de cercas; a apicultura; a atividade pesqueira desenvolvida nos açudes locais; a mineração com a extração de rochas para brita, fachadas e outros usos na construção civil; a extração de areia e argila para construção de telhas e tijolos; o turismo tendo como atrativos naturais o Rio Choró, a Lagoa dos Marinheiros (distrito de Timbaúba) e a Lagoa dos Patos, no distrito de Patos dos Liberatos, e o turismo religioso, para os devotos do Menino Jesus de Praga.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais são: a Festa da Padroeira Santa Teresinha do Menino Jesus (6 a 16 março); a Missa dos romeiros (dia 24 de cada mês) e a Vaquejada (outubro).

Principais personalidades

Padre Antônio Bezerra fundou em 1935 a Igreja de Santa Teresinha do Menino Jesus, de Chorozinho.

Sílvio dos Santos Filho, com formação em Jornalismo e Pedagogia, é autor de vários livros. Representante de Chorozinho na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE,.

FONTES:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Chorozinho 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Chorozinho – outubro/98.

Coreaú

Hino de Coreaú

(Letra por Leonardo Cavalcante de Meneses Pildas
e melodia por irmão marista Urbano Gonzáles Rodrigues)

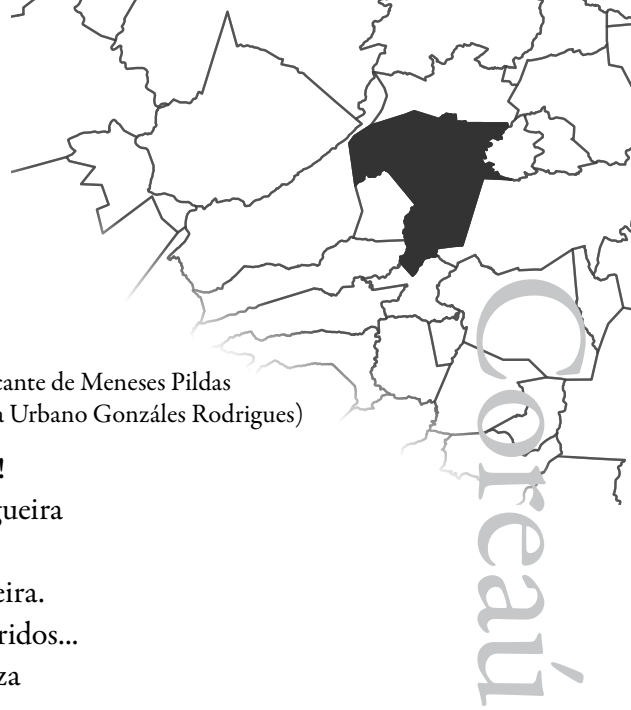
Doce terra cidade tão bela!
Entre serras, despontas fagueira
E num toque suave revela
A grandeza da gente trigueira.
Pelos campos enxutos, garridos...
Teu semblante reflete beleza
Realçando recantos floridos,
Que galantes resvalam riqueza.

Estrilho

*No teu seio risonho viceja
A bandeira repleta de cores.
No teu povo sereno flameja
A magia de muitos amores.*

Neste solo fecundo germina
Semente de tantas venturas.
Nas campinas, teu charme fascina
Em acordes sonoros fulguras.
Coreaú, teu passado honroso!
Nos permite sentir tantas glórias.
Contemplando teu porte garboso,
Exaltamos tua nobre história.

Muitas lutas travaste contida,
Demonstrando firmeza com calma.
Continua feliz bem-querida,
A dourar sonhos mil, velha Palma!
Nas tuas várzeas, belo cenário



Descortina formosas paisagens.
Nos teus prados, o rico calcário
Resplandece nas lindas pastagens.

Coreaú é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Coreaú e mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Coreaú (2010) foi de 0,610, de nível médio, situando-se em 98º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 24,47, ficando em 77º lugar no Ceará.

Toponímia:

topônimo de origem tupi-guarani (*curia* = ave aquática de pequeno porte + *iu* = beber), significando “águas dos curiós”. Coreaú é a denominação do rio que atravessa a cidade.

Gentílico:

coreauense.

Municípios limítrofes

Norte: Moraújo

Leste: Sobral, Alcântaras e Moraújo

Sul: Frecheirinha, Ubajara, Mucambo e Sobral

Oeste: Tianguá e Frecheirinha.

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Coreaú, com **área** de 775,8 km², tem **população estimada** para 2021 em 23.340 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, tropical quente semiárido brando e tropical quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 801,9 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 72,9 m e a distância para a Capital é de 297 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-403 / CE-364. O **solo** é constituído de planossolo solódico ta (2,53%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (26,98%), solo litólico eutrófico (70,19%) e solo litólico eutrófico e distrófico (0,30%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Coreaú, tendo como principais drenagens os rios Itaguatinga e Coreaú e os riachos Juazeiro e Trapiá, sendo os principais reservatórios os açudes

Angicos, Trapiá, Diamante, Trapiá III e Várzea da Volta, que atende a população urbana do município. Com relação ao **relevo**, se destaca o Planalto da Ibiapaba, sendo as principais elevações a serra da Pananduba, os serrotes Arapuá, da Palma, do Sítio, Boqueirão, Pajeú, da Várzea, Comprido e os morros da Chapada, Redondo, das Rolas, São José e Alto Alegre. A paisagem regional tem formas suaves, fracamente dissecadas, de depressão sertaneja, com a presença a leste do maciço residual granítico da Serra da Meruoca, com altitudes variando de 200 a 700 metros. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese histórica

O atual território de Coreaú se situa nas terras em que habitaram os índios Anacé, Tacari-Arariu e Tabajara. A partir do século XVIII, com a expansão da produção da pecuária no Ceará, surge uma fazenda em torno da qual se forma um núcleo urbano conhecido como Fazenda Várzea Grande, na área territorial da vila de Granja. Foi na região onde hoje se ergue o município de Coreaú que foram concedidas por sesmarias, em 1705, ao tenente-coronel Manuel Dias de Carvalho, as terras situadas nas margens férteis do riacho Coreahu, assim grafado no registro de datas e sesmarias. A gleba sempre se prestou a atividade agrícola, com excelentes produções nos períodos invernosos, favorecendo a prosperidade dos fazendeiros da região. O povoado inicialmente recebeu o nome de Várzea Grande, e depois de Palma. A razão da mudança de denominação teria sido por serem fabricadas no Arraial de Várzea Grande, por uma família de negros, broas muito saborosas, em forma de palma. As pessoas que iam comprar broas no arraial passaram a dizer que iam para as palmas.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Palmas (antigo povoado de Várzea Grande) pela lei provincial nº 1.206, de 10-08-1867. Elevado à categoria de vila com a denominação de Palmas, pela lei estadual nº 1.316, de 24-09-1870, desmembrada de Granja, tendo como sede o antigo distrito de Palmas, constituída apenas do distrito sede. Pelo ato de 21-10-1904, é criado o distrito de Trapiá e anexado à vila de Palmas. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila de Palmas aparece constituída de

3 distritos: Palmas (sede), Santo Antônio e Trapiá. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920, a vila aparece constituída de 4 distritos: Palmas (sede), Frecheirinha, Santo Antônio e Trapiá. Pela lei nº 1.794, de 09-10-1920, a vila é extinta, sendo seu território anexado ao município de Granja. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Palmas, pela lei estadual nº 1.887, de 15-10-1921, desmembrado de Granja. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, é extinto o município de Palmas, sendo seu território anexado ao município de Granja, como simples distrito. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Palmas figura no município de Massapê, deixando de pertencer ao município de Granja. Elevado mais uma vez à categoria de município com a denominação de Palmas, pela lei estadual nº 192, de 20-09-1935, desmembrado de Massapê, tendo como sede o antigo distrito de Palmas, constituído de 4 distritos: Palmas (sede), Frecheirinha, Santo Antônio e Trapiá. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município é constituído de 4 distritos: Palmas, Frecheirinha, Santo Antônio e Trapiá. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Santo Antônio passou a denominar-se Araquém e o de Trapiá, Ubaúna. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 4 distritos: Palmas (sede), Araquém, Frecheirinha e Ubaúna. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de Palmas passou a denominar-se Coreaú. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 4 distritos: Coreaú (sede), Araquém, Frecheirinha e Ubaúna. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, é desmembrado do município de Coreaú o distrito de Frecheirinha, elevado à categoria de município e criado o distrito de Moraújo, anexado ao município de Coreaú. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 4 distritos: Coreaú (sede), Araquém, Moraújo e Ubaúna. Pela lei estadual nº 3.920, de 25-11-1957, o distrito de Moraújo é desmembrado do município de Coreaú, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 3 distritos: Coreaú (sede), Araquém e Ubaúna. Pela lei estadual nº 6.339, de 14-06-1963, o distrito de Ubaúna é desmembrado do município de Coreaú, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.095, de 09-11-1962, é criado o distrito de Aroeiras e anexado ao município de

Coreaú. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 3 distritos: Coreaú (sede), Araquém e Aroeiras. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, Coreaú adquiriu o extinto município de Ubaúna, criado e não instalado, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 4 distritos: Coreaú (sede), Araquém, Aroeiras e Ubaúna, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Coreaú (sede), Araquém, Aroeiras, Canto e Ubaúna.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão e castanha de caju; a pecuária com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; a atividade pesqueira rudimentar em açudes; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração com a extração de rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; as indústrias: extrativa mineral, de produtos alimentares, de construção e de produtos minerais não metálicos.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Piedade (11 a 15 de setembro); a Festa de Santo Antônio, padroeiro do distrito de Araquém (01 a 13 de junho); a Festa de Nossa Senhora de Sant'Ana, padroeira do distrito de Aroeiras (16 a 26 de julho); a Festa de São Joaquim, padroeiro do distrito de Canto (16 de agosto); a Festa de São Francisco, padroeiro do distrito de Ubaúna (4 de outubro); a Festa do Aniversário do Município (24 de setembro) e o *Lerua* de Coreaú (sexta-feira santa).

Principais personalidades

Anastácio de Queiroz Sousa (Coreaú, 01 de fevereiro de 1951), médico, com cursos de especialização no Brasil e em Universidades dos Estados Unidos, diretor do Hospital São José. Foi secretário de Saúde do Ceará em dois governos e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

Ângela Portela (Coreaú, 3 de fevereiro de 1962), deputada federal e senadora por Roraima.

Antônio Carneiro Portela (Coreaú, 15 de julho de 1950), radialista, apresentador de televisão, pesquisador e poeta.

Dom Benedito Francisco de Albuquerque (Coreaú, 24 de agosto de 1928), sacerdote católico, sagrado bispo, tomou posse na Diocese de Itapipoca, em 5 de maio de 1985.

Francisco Prado (Coreaú, 22 de junho de 1886 – Rio de Janeiro, 15 de março de 1932), jornalista e advogado, foi professor de mecânica e astronomia no Liceu do Ceará. Deputado estadual, foi sócio efetivo da Academia Cearense de Letras.

Francisco Flamarion Portela (Coreaú, 13 de outubro de 1954), vereador em Boa Vista, deputado estadual e vice-governador de Roraima. Em 2002, assumiu o governo de Roraima, quando o titular renunciou, tendo sido reeleito.

José Leônidas de Menezes Cristino (Coreaú, 3 de junho de 1957), engenheiro civil, foi deputado federal e ministro-chefe da Secretaria Nacional de Portos.

Luiz Januário Lamartine Nogueira (Coreaú, 19 de setembro de 1851 – Viçosa do Ceará, 12 de novembro de 1902), abolicionista, foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Viçosa. Juiz de paz e deputado provincial em 1881.

Raimundo Elísio Frota Aguiar (Coreaú, 21 de outubro de 1894 – Fortaleza, 31 de maio de 1990), comerciante, vereador em Sobral, prefeito nomeado de Cariré (1935), eleito no pleito seguinte e deputado estadual, de 1950-1954 e de 1955-1958.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Coreaú 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Coreaú – outubro/98.

Crateús

Hino de Crateús

(Letra por Antônio Carlos Barreto
e melodia por Expedito Paiva e Carlos César)

Dentre as águas do rio junto à serra
Pequenina cidade surge um dia
Entretanto, a grandeza já se encerra
Em seu porte real de fidalguia

*Crateús, terra querida
Que de tanta beleza se reveste
Éis a razão de ser de nossa vida
Majestosa princesa do oeste.*

Tu és bela idolatrada, Crateús
Com teu ar de nobreza és imortal
És orgulho do Ceará – Terra da luz
Foste um dia o seu “Príncipe Imperial”.

Já não és Príncipe, mas o diadema
Ainda tens sobre a fronte a realeza
Através da imagem de um poema
Continuas na vida a ser princesa.

Crateús é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão de Crateús e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Crateús (2010) foi de 0,644, de nível médio, situando-se em 30º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 28,77, ficando em 43º lugar no Ceará.

Toponímia:

São atribuídas algumas origens para o topônimo Crateús: pela origem tupi, a palavra Crateús seria composta de *cará* (batata ou raiz) e *teú* (lagarto), significando “raiz de lagarto”; pela origem tapuia, o topônimo seria composto de *kra* (seco), mais *té* (terra) e *yú* (muito frequente), com o signi-

ficado de “lugar muito seco”; podendo ser originário ainda de *Karetiús* ou *Karatis* e *Us* (“povo” ou “tribo”), o que viria a ser “índios da tribo Karati”.

Gentílico:

crateuense.

Municípios limítrofes

Norte: Tamboril e Ipaporanga

Leste: Independência e Tamboril

Sul: Novo Oriente e Independência

Oeste: Poranga e Estado do Piauí

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Crateús, com área de 2.985,1 km², tem **população estimada** para 2021 em 75.241 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente semiárido, com **pluviometria** média de 710,2 mm (2021) e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 274,7 m e a distância para a Capital é de 359,1 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / BR-226. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (27,67%), latossolo amarelo álico (8,06%), planossolo solódico ta (23%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (29,40%) e solos aluviais eutrófico (8,03%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, Crateús está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Poti, tendo como principais drenagens os rios Poti e Jatobá e os riachos do Meio, dos Patos, Tourão, Capitão Pequeno, do Boqueirão, São Francisco, do Mato e do Besouro, sendo os principais reservatórios os açudes Realejo, Grotá Grande, Bom Jesus III e Carnaubal (Paraíba). Com relação ao **relevo**, destacam-se a depressão sertaneja e os maciços residuais, tendo a leste e na maior parte do território elevações suaves e pouco dissecadas, e a oeste a Serra da Ibiapaba, com elevações de até 700 metros. A **vegetação** é predominantemente de floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea), caatinga arbustiva aberta, floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca) e vegetação de carrasco, xerofítia arbustiva densa de caules finos, onde se encontram inúmeras espécies da fauna, entre répteis, anfíbios, aves e mamíferos, e da flora, com cerca de 350 espécies, inclusive a gameleira, ameaçadas de extinção, que vêm sendo protegidas pela Reserva Natural Serra das Almas, reconhecida pelo IBAMA como Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN.

Síntese histórica

As terras de Crateús, ao sul da Serra da Ibiapaba (Serra Grande), e às margens do rio Poti, eram habitadas pelos índios Karati, antes da chegada dos portugueses e bandeirantes no século XVII. O vasto território que compõe o atual Município de Crateús foi outrora desbravado por Domingos Jorge Velho, o bandeirante que criou muitas vilas e lugarejos, promovendo o povoamento de grande parte do nordeste. A área forma um imenso vale que se estende numa faixa de 180 quilômetros de fundo por 120 de largo, nas ribeiras do rio Poti. Em fins do século dezessete, Dona Jerônima Cardim Fróis, viúva de Jorge Velho, reclamou, em seu nome e no de outros herdeiros, as vastas e imensas léguas de terra conquistadas pelo famoso bandeirante. Em 1721, Dona Ávila Pereira arremata o soberbo vale pela quantia de 4.000 cruzados. A posse lhe foi concedida na fazenda Lagoa das Almas, distante 78 quilômetros do local onde hoje se ergue a cidade de Crateús, na margem esquerda do Riacho do Gado, que deságua no Rio Poty. A escritura trazia a chancela do Ouvidor de Oeiras, sede então da vasta Capitania do Piauí. Propriedade tão imensa não poderia perdurar por longos anos. Dona Luiza Coelho da Rocha Passos, baiana, descendente da célebre Casa da Torre, adquiriu a posse de uma área própria para fazenda de criar. Anos depois, chegou João Ribeiro Lima, novo administrador de Dona Luiza, que fez erguer uma capelinha sob a invocação do Senhor do Bonfim. A imagem veio da Bahia, enviada pela fazendeira. Durante muitos anos, Crateús foi chamado de Piranhas, pela abundância desse peixe nos rios e riachos da região. Devido ao acidente geográfico - o canyon do rio Poti, que corta a Serra da Ibiapaba (Serra Grande) - uma conexão natural entre o Ceará e o Piauí, o comércio entre os dois Estados cresceu, e Crateús se desenvolveu como centro urbano e comercial, com a presença de diversos grupos étnicos indígenas (Tabajara, Potyguara, Calabaça, Kariri, Tupinambá) e descendentes africanos. A vila Príncipe Imperial integrou o Estado do Piauí até o ano de 1880, quando foi anexada ao território do Ceará, como solução encontrada para litígio territorial existente entre os dois Estados. O Ceará reconheceu a jurisdição do Piauí sobre o município de Amarração (Luís Correia) e em troca o Piauí ofereceu dois importantes municípios piauienses: Independência e Príncipe Imperial. Com a expansão da Estrada de Ferro Sobral-Camocim para o Piauí, em 1911, as terras de Crateús foram cortadas pela

ferrovia e, em 1912, duas estações de trem foram construídas no município: Crateús e Sucesso. Algum tempo depois, outras estações foram construídas em Poti (1916), Ibiapaba (1918), Oiticica e Santa Terezinha (1932).

Formação administrativa:

O povoado piauiense de Piranhas (Crateús) foi elevado à categoria de vila, com a denominação de Príncipe Imperial do Piauí, com sede no núcleo de Piranhas, desmembrado de Castelo do Piauí, por lei geral de 06-07-1832. Em 1853, a vila tinha como distrito a povoação de Pelo Signal (atual município de Independência, que compreendia as áreas dos atuais municípios de Quiterianópolis e Novo Oriente), que foi elevada à categoria de vila e desmembrada de Príncipe Imperial do Piauí (Crateús) no ano de 1857. Em 1880, a vila de Príncipe Imperial do Piauí foi transferida da antiga província do Piauí para a província do Ceará através da Lei (decreto-geral) nº 3.020 de 22 de outubro de 1880. O Decreto-lei nº 01 de 2 de dezembro de 1889, mudou a denominação da vila de Príncipe Imperial do Piauí para Crateús. Em 1911, a vila de Crateús foi elevada à categoria de cidade. Em 1920, o município tinha como distritos: Crateús (sede), Barrinha e Santana. Em 1929, o distrito de Barrinha mudou o nome para Ibiapaba, e, no mesmo ano, foi criado o distrito de Irapuã. Na divisão administrativa de 1933, Santana não consta como distrito de Crateús, que aparece com 5 distritos: Crateús (sede), Graça, Ibiapaba, Irapuã e Tucuns. Em 1938, Irapuã é rebaixado a povoado e Graça muda o nome para Chaves, sendo criados mais dois distritos: Oiticica e Poti. Em 1944, Chaves muda o nome para Rosa. Em 1951, Irapuã novamente é elevado à categoria de distrito e é criado o distrito de Montenebo. Em 1955, surge o distrito de Santo Antônio. Em 1963, Ibiapaba se emancipa e anexa o distrito de Oiticica, e, no mesmo ano, Montenebo também se emancipa. Em 1965, Crateús anexa o território dos extintos municípios de Ibiapaba e Montenebo. Em 1996, são criados em Crateús mais cinco distritos: Assis, Curral Velho, Lagoa das Pedras, Realejo e Santana. Atualmente o município está dividido em treze distritos: Crateús (sede), Assis, Curral Velho, Ibiapaba, Irapuã, Lagoa das Pedras, Montenebo, Oiticica, Poti, Realejo, Santana, Santo Antônio e Tucuns.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com a cultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monocultu-

ras de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária com a criação de bovinos, ovinos, caprinos e suínos; a atividade pesqueira de forma rudimentar em açudes; o extrativismo vegetal para a fabricação de carvão vegetal com a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes, chapéus-de-palha e bordados; a mineração com a extração de rocha para cantaria, brita e usos diversos na construção civil. É importante registrar a existência, nas terras de Crateús, de ametista, uma variedade de quartzo e jazidas de hematita, de cianita e de berilo, utilizado na indústria de equipamentos espaciais e nas usinas atômicas.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Padroeiro Senhor do Bonfim (dezembro); a Festa de Carnaval – Carnafolia (fevereiro/março); a Feira de Negócios Agropecuários - FENAC (maio); o Aniversário do Município (6 de julho); a Feira de Negócios de Crateús - FENE-CRAT (outubro); o Festival de Teatro Amador (julho); o CARNACRAT, Micareta de Crateús (novembro); a Cavalgada de Crateús (julho); Festejos do Distrito de Montenebo (setembro); Festejos do Distrito de Assis (agosto); Festivais de Quadrilhas Juninas (junho); e Festa do Natal, na praça Gentil Cardoso (dezembro).

Principais personalidades

Abelardo Fernando Montenegro (Crateús, 30 de maio de 1912 – Fortaleza, 26 de abril de 2010), advogado, professor, jornalista, sociólogo, escritor e historiador. Professor fundador da Faculdade de Ciências Econômicas. Sócio efetivo da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

Antônio dos Santos (Crateús, 01 de novembro de 1943), bacharel em Direito, deputado estadual em cinco legislaturas, presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, secretário de Administração do Estado e deputado federal.

Antônio Jorge de Queiroz Jucá (Crateús, 2 de março de 1915 – Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1965), médico, professor da Faculdade de Medicina do Ceará, foi deputado federal e senador pelo Ceará.

Antônio Valmir Campelo Bezerra (Crateús, 22 de outubro de 1944), formado em Comunicação Social, foi administrador regional de Brazlândia, Gama e Taguatinga. Presidiu a Fundação do Serviço Social e foi deputado federal e senador pelo Distrito Federal. Ministro do Tribunal de Contas da União, do qual foi presidente.

Benedito Clayton Veras Alcântara - Beni Veras (Crateús, 18 de agosto de 1935 – 6 de novembro de 2015), empresário, presidente do Centro Industrial do Ceará, vice-presidente da FIEC, assessor especial do governador do Ceará, senador, ministro do Planejamento e vice-governador, assumiu o Governo do Ceará, de 05-04-2002 a 01-02-2003.

Carlos Felipe Saraiva Bezerra (Crateús, 20 de setembro de 1960), médico, eleito prefeito de Crateús em 2008 e 2012, renunciou em 2014, para assumir seu primeiro mandato de deputado estadual, sendo reeleito em 2018.

Expedito Machado da Ponte (Crateús, 15 de junho de 1918 – Fortaleza, 25 de novembro de 2010), engenheiro agrônomo e empresário. Deputado estadual e federal, foi ministro de Viação e Obras Públicas.

José Bonfim de Almeida Júnior (Crateús, 20 de maio de 1966), bacharel em Direito, graduado em Pedagogia, pós-graduado em Direito Público e Gestão Educacional, com mestrado em Direito Constitucional. Escritor, poeta, orador e cronista, é membro da Academia Metropolitana de Letras de Fortaleza, da qual foi presidente e da Academia Fortalezaense de Letras.

José Lins de Albuquerque, (Crateús, 6 de agosto de 1920 – Brasília, 3 de novembro de 2014), professor e engenheiro, foi secretário de Viação e Obras Públicas e do Planejamento do Ceará, diretor-geral do DNOCS e superintendente da SUDENE. Foi senador e deputado federal pelo Ceará.

Maria Gleyde Martins Costa, formada em Administração de Empresas e Direito, foi assistente jurídica da AGU, defensora pública e procuradora-chefe da PGE de Roraima. Chefiou a Delegacia da Mulher e foi presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher em Roraima.

Maria Vilma Matos Peixoto (Crateús, 18 de novembro de 1962), poetisa, graduada em pedagogia e bacharel em Direito, é a representante de Crateús na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Raimundo Coelho Bezerra de Farias (Crateús, 26 de outubro de 1936 – São Paulo, 15 de outubro de 1998), médico, foi deputado estadual e deputado federal pelo Ceará.

Reginaldo Veras Coelho (Crateús, 2 de janeiro de 1973), professor, eleito para a Câmara Legislativa do Distrito Federal nos períodos legislativos de 2014 e 2018.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Crateús 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Crateús – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Crato

Hino de Crato

(Letra por Martins D'Alvarez
e melodia por Joaquim Cruz Neves)

Flor da terra do sol
Ó berço esplêndido
Dos guerreiros da “Tribo Cariri”
Sou teu filho e ao teu calor
Cresci, amei, sonhei, vivi.

Ao sopé da serra, entre canaviais
Quem já te viu, ó não te esquece mais!

*Para te exaltar, ó flor do Brasil
Hei de te cantar, meu Crato gentil
Ó coração do Ceará
Comigo a nação te cantará!*

No teu céu, linda brilha estrela fúlgida
Que há cem anos norteia o teu porvir
Crato amado, idolatrado
Teu destino hás de seguir
Grande e forte como nosso verde mar
Bendita sejas, ó terra de Alencar!
Para te exaltar, ó flor do Brasil ...

Crato é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Cariri, e mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Crato (2010) foi de 0,713, de nível alto, situando-se em 3º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 32,48, ficando em 36º lugar no Ceará.

Toponímia:

O topônimo Crato vem do latim *curatus*, que significa “padre” ou “lugar com condições de tornar-se uma paróquia”, mas também pode ser



uma referência à vila portuguesa de Crato, no Distrito de Portalegre, região do Alentejo e sub-região do Alto Alentejo.

Gentílico:

cratense.

Municípios limítrofes

Norte: Caririáçu e Farias Brito

Leste: Caririáçu, Juazeiro do Norte e Barbalha

Sul: Exu e Moreilândia (Pernambuco) e Barbalha

Oeste: Nova Olinda, Santana do Cariri e Estado de Pernambuco

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Crato, com **área** de 1.176 km², tem **população estimada** para 2021 em 133.913 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.253,7 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 426,9 m e a distância para a Capital é de 502,3 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / BR-230 / BR-404 / CE-060 / CE-153 / CE-253 / CE-292 / CE-385 / CE-566. O **solo** é constituído de latossolo amarelo álico (32,98%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (29,17%), solo litólico eutrófico (18,23%) e solos aluviais eutrófico (6,49%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Salgado, tendo como principais drenagens os riachos Correntinho, Carão, dos Carneiros, da Boca da Mala, Gravatá, Dominicano, São José, Retirana, sendo os principais reservatórios os açudes Tomaz Osterne e dos Gonçalves. Com relação ao **relevo**, suas terras fazem parte da Depressão Sertaneja, com relevo constituído ao norte por formas suaves, pouco dissecadas e maciços residuais e, ao sul, pela Chapada do Araripe, com altitudes de até 920 m. A **vegetação** é constituída de carrasco, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea), floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca), floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular (mata úmida) e floresta subcaducifólia tropical xeromorfa (cerradão). Crato possui grande biodiversidade, que está relativamente bem preservada graças à Floresta Nacional do Araripe, que foi a primeira floresta nacional estabelecida no Brasil, em 1946, que compreende, além do Crato, parte do

território de Santana do Cariri, Barbalha e Jardim, num total de 39.262,32 hectares. Por sua riqueza biológica, o Crato é um dos locais mais importantes para a preservação do patrimônio ecológico do Ceará e para a preservação dos resquícios de mata atlântica.

Síntese histórica

As terras às margens do rio Jaguaribe-Mirim (e seus afluentes) e da Chapada do Araripe eram habitadas por diversas etnias indígenas, dentre as quais as dos Kariri, Aquijiró, Guariú, Xocó, Quipapaú e outras, antes da chegada das entradas e das missões religiosas dos portugueses, italianos, baianos, paraibanos e sergipanos. Com a expulsão dos neerlandeses do nordeste brasileiro, os portugueses e outros brasileiros puderam explorar melhor a terra do *Siará Grande*. Acredita-se que a primeira penetração no território do Cariri aconteceu durante o século XVII, com a bandeira dos irmãos Lobato Lira, da qual participaram dois religiosos: um padre secular e um frade capuchinho, que ganharam a confiança dos índios Kariri e conseguiram iniciar o seu aldeamento. Estes exploradores subiram o leito do Jaguaribe-Mirim e se instalaram nos arredores da cachoeira dos Kariri (cachoeira de Missão Velha). Algum tempo depois, o capuchinho Frei Carlos Maria de Ferrara organizou, às margens do rio Itaitera (água que corre entre pedras), o maior e mais importante aldeamento de silvícolas na região, que recebeu o nome de “Missão do Miranda”, em homenagem a um dos chefes da tribo batizado com esse nome. O aldeamento, depois, mudou para “Miranda” e para “Cariris Novos”. A Missão do Miranda, sob a administração dos capuchinhos, prosperou, devido à fertilidade do solo e a abundância de água, que possibilitaram o cultivo da cana-de-açúcar, mandioca e cereais. Manuel Carneiro da Cunha e Manuel Rodrigues Ariosto requereram, através da lei das sesmarias, a posse das terras adjacentes ao Rio Salgado, fato que culminou com a elevação da missão à categoria de povoação. O capitão-mor Domingos Álvares de Matos e sua mulher, Maria Ferreira da Silva, fizeram doação aos índios Cariús da Missão, de terras encravadas a dois quilômetros a sudeste da povoação, transferindo-se, em data posterior, para a margem direita do rio Granjeiro. Os trabalhos da primitiva Igreja, dedicada a Nossa Senhora da Penha de França e São Fidélis de Sigmaringa, tiveram início em 1745, tendo como responsável, o frei Carlos

Maria de Ferrara. Em 1762, foi criada a Paróquia, na aldeia do Miranda, sob a invocação de Nossa Senhora da Penha. A edificação desse primitivo templo revela o atraso de sua época, considerando sua estrutura, as paredes de taipa, o piso de barro batido e a coberta de palhas, tendo ainda caibros e ripas trançados de cipós. Esses religiosos permaneceram nessa povoação por dez anos. A freguesia do Miranda foi criada por provisão de março de 1762. O povoado do Miranda foi elevado à categoria de vila em 16 de dezembro de 1762, instalada em 21 de junho de 1764 com a denominação de Vila Real do Crato, desmembrada da cidade de Icó. O mais importante núcleo de povoamento da época colonial no interior do Nordeste era a Vila Real do Crato, juntamente com Icó, Lavras e Umari. Seu primeiro vigário foi o padre Manuel Teixeira de Moraes. Com o passar dos anos, a rústica estrutura física do templo entrou em decadência, cabendo ao padre Antônio Lopes de Macedo Júnior, então pároco da Freguesia de Nossa Senhora da Penha, requerer à Junta do Real Erário a concessão de fundos para a construção de uma igreja matriz. O pedido foi atendido, tendo a construção sido concluída e inaugurada em 3 de maio em 1817. No século XIX, já habitavam na vila do Crato famílias que enviavam seus filhos para estudar em Recife, capital da província de Pernambuco. Foi por lá que muitos entraram em contato com os ideais de independência e de defesa da implantação do regime republicano no país. Assim, José Martiniano de Alencar, subdiácono e estudante do Seminário de Olinda, deflagrou o movimento republicano no conservador Vale do Cariri, tendo o Crato como palco principal. Repercutindo os ideais da Revolução Pernambucana de 1817, Martiniano “proclama” a independência do Brasil no púlpito da matriz da cidade em 3 de maio de 1817. Com isso, a cidade do Crato foi considerada um país por um dia. Leandro Bezerra Monteiro, o mais importante proprietário rural do Cariri, católico e monarquista, pôs fim ao intento republicano. Os revolucionários foram presos e enviados para as masmorras de Fortaleza e posteriormente para as de Salvador, na Bahia. Entre os prisioneiros estavam Tristão Gonçalves de Alencar Araripe e Dona Bárbara de Alencar, irmão e mãe de José Martiniano de Alencar. Recebem a anistia pela autoridade real posteriormente. Em 1824, eclode em Pernambuco a Confederação do Equador. Tristão Gonçalves de Alencar Araripe mais uma vez adere ao movimento e é aclamado pelos rebeldes Presidente da

Província do Ceará. Em 31 de outubro de 1825, morre em combate com forças contrárias ao movimento. Após tais acontecimentos, em Crato, assim como no Cariri, muitos se dividem entre monarquistas e republicanos. Entre os primeiros estavam Joaquim Pinto Madeira e Leonardo José Douetts, chefes políticos e Capitães de Ordenança das Vilas de Jardim e Umari, respectivamente, que prenderam os revolucionários, entre eles, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. Com a renúncia de D. Pedro I, os inimigos do monarquista aproveitam para se vingar. Pinto Madeira, em sua defesa, arma dois mil jagunços, com a ajuda do vigário de Jardim, padre Antônio Manuel de Sousa, que invadem o Crato em 1832 para derrotar os inimigos políticos. Apesar de vitoriosos no começo, Pinto Madeira e Padre Antônio Manuel sofrem reverses e, finalmente são presos e enviados a Recife e ao Maranhão. Pinto Madeira retorna ao Crato em 1834 e é condenado à forca, sentença posteriormente comutada para fuzilamento, em face de o réu ter alegado sua patente militar de coronel. Crato se tornou cidade pela Lei Provincial n.º 628, de 17 de outubro de 1853. No início do século XX, a cidade dividiu com o recém-criado município de Juazeiro do Norte a liderança política do vale do Cariri. *Joaseiro*, como era conhecido, era uma localidade pertencente a Crato e seu processo de autonomia política foi encabeçado, entre outros, pelo padre Cícero Romão Batista. Em 20 de outubro de 1914, é criada a Diocese do Crato pelo papa Bento XV através da Bula "*Catholicae Ecclesiae*". A Igreja Católica foi responsável, inicialmente, pelo progresso material e social de Crato, ao fundar nessa cidade o Seminário menor de São José (primeiro do Interior cearense), a pioneira cooperativa de crédito (Banco do Cariri), escolas, hospitais e a Faculdade de Filosofia de Crato, embrião da atual Universidade Regional do Cariri, fundada no ano de 1986. Ainda em 1914, Crato foi palco de confrontos da Sedição de Juazeiro, levante que levaria à deposição do Governador Franco Rabelo. A ligação de Crato a Fortaleza ocorreu com a extensão da Estrada de Ferro de Baturité, da Rede de Viação Cearense, que culminou com a inauguração da estação de trem do Crato em 1926. Durante a seca de 1932, o Crato é um dos locais onde é instalado pelo governo estadual um dos Campos de Concentração no Ceará, mais conhecidos como os Currais do Governo. Os flagelados da seca que procuravam a ajuda do padre Cícero foram então alojados no sítio da localidade de *Buriti*. O campo de concentração do Crato foi

palco de episódio marcante na História do Ceará. Com o fim de canudos, o beato José Lourenço Gomes da Silva foi morar em Crato e, com o aval do Padre Cícero, fundou a irmandade da Santa Cruz do Deserto. A primeira base desta comunidade localizava-se no Sítio Baixa Dantas. Em 1926, a irmandade sai deste sítio e vai para o Caldeirão dos Jesuítas. O Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, um experimento sociorreligioso que incomodou as principais forças regionais da época, teve o seu fim em 1937 e entrou para a História do Ceará como um massacre no qual, pela primeira vez na História do Brasil, aviões foram usados para atingir com tiros os membros dessa comunidade. O município, atualmente, mantém um padrão de vida elevado em comparação com outras cidades da região do Cariri. O sexto bispo da Diocese do Crato, o ítalo-brasileiro Dom Fernando Panico, deu início ao processo de reabilitação do Padre Cícero Romão Batista, concedida pela Santa Sé, que autorizou o processo de beatificação, iniciado em 20 de agosto de 2022.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Crato, pela Provisão de 06-01-1768 e Ato de 18-03-1842. Elevado à categoria de vila com a denominação de Crato, em 17-08-1768, com sede na Aldeia do Brejo. Elevada à condição de cidade com a denominação de Crato pela Lei Provincial n.º 628, de 17-10-1853. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído do distrito sede. Pela Lei Estadual n.º 2.359, de 26-07-1926, o distrito de Quixará deixa de pertencer ao município de Santana do Cariri, sendo anexado ao município de Crato. O Decreto Estadual n.º 1.156, de 04-12-1933, incorpora ao município de Crato, como simples distritos, os extintos municípios de Ipueiras, Lameiro e Monte Pio e cria o distrito de Buriti, anexado ao município de Crato. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município figura com de 6 distritos: Crato (sede), Buriti, Ipueiras, Lameiro, Monte Pio e Quixará, assim permanecendo em divisão territorial datada 31-12-1937. Pela Lei n.º 268, de 30-12-1938, são desmembrados do município de Crato os distritos de Quixará e Monte Pio, para formarem o novo município de Quixará. Pelo Decreto Estadual n.º 448, de 20-12-1938, o distrito de Ipueiras passou a denominar-se Dom Quintino e é criado o distrito de Santa Fé, com terras desmembradas dos distritos de Dom

Quintino e Lameiro, ambos anexados ao município de Crato. No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943, o município é constituído de 5 distritos: Crato (sede), Buriti, Dom Quintino, Lameiro e Santa Fé. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 1.114, de 3-12-1943, o distrito de Buriti passou a denominar-se Muriti. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 5 distritos: Crato (sede), Dom Quintino, Lameiro, Muriti e Santa Fé. Pela Lei Estadual n.º 3.931, de 26-11-1957, é criado o distrito de Ponta da Serra com terras desmembradas dos distritos de Santa Fé e Dom Quintino, anexado ao município de Crato. Em divisão territorial datada de 01-12-1960, o município é constituído 6 distritos: Crato (sede), Dom Quintino, Lameiro, Muriti, Ponta da Serra e Santa Fé. Pela Lei Estadual n.º 6.696, de 18-10-1963, é desmembrado do município de Crato o distrito de Dom Quintino, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 5 distritos: Crato (sede), Lameiro, Muriti, Ponta da Serra e Santa Fé. Pela Lei Estadual n.º 8.339, de 14-12-1965, o município de Crato adquiriu o extinto município de Dom Quintino, criado, mas não instalado, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 6 distritos: Crato (sede), Dom Quintino, Lameiro, Muriti, Ponta da Serra e Santa Fé, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1991. Pela Lei Municipal n.º 1.433, de 08-05-1991, é criado o distrito de Padre Cicero e anexado ao município de Crato. Em divisão territorial datada de 1993, o município é constituído de 7 distritos: Crato (sede), Dom Quintino, Lameiro, Muriti, Padre Cícero, Ponta da Serra e Santa Fé. Pela Lei Municipal n.º 1.540, de 05-05-1994, foram criados os distritos de Baixio das Palmeiras, Belmonte, Campo Alegre, Monte Alverne e Santa Rosa e anexados ao município de Crato. Sob a mesma Lei o distrito de Padre Cícero passou a denominar-se Bela Vista e foram extintos os distritos de Muriti e Lameiro. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 10 distritos: Crato (sede), Baixio das Palmeiras, Belmonte, Campo Alegre, Dom Quintino, Monte Alverne, Bela Vista, Ponta da Serra, Santa Fé e Santa Rosa, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. Os atuais distritos do município são: Crato (sede), Baixio das Palmeiras, Bela Vista, Belmonte, Campo Alegre, Dom Quintino, Monte Alverne, Ponta da Serra, Santa Fé e Santa Rosa.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com a produção de feijão, milho e mandioca, a as monoculturas de arroz, algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju, hortaliças, banana, abacate e diversas outras frutas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e de aves; a atividade pesqueira em açudes e córregos; o extrativismo vegetal, com a extração de madeiras diversas para lenha, construção de cercas e fabricação de carvão vegetal e atividades utilizando como matérias primas o babaçu, a oiticica e a carnaúba; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, utilizadas na construção civil, rochas para cantaria, rocha calcária calcinada, para obtenção de cal e gipsita, usada na fabricação de cimento, gesso e na correção de solos salinos; o artesanato de redes e bordados; a extração de areia e argila, usadas na fabricação de telhas e tijolos. Evento de grande importância para a economia do município é a Expocrato, feira agropecuária, com a participação de bandas e cantores famosos; na área industrial, se destaca a produção de alumínio, calçados, cerâmica e aguardente; são de grande importância para o município as atividades do comércio e de serviços. O turismo também se constitui em importante fonte de renda do município, favorecido pelas belezas naturais e pela centenária arquitetura do Centro Histórico do Crato, tendo como principais atrações: o Palacete da Estação Ferroviária, transformado em Centro Cultural; o Seminário São José; a Igreja da Sé; o Museu Histórico, com várias peças do século XVIII e XIX e artefatos dos primeiros habitantes (os índios cariús); o Museu Paleontológico: a edificação mais antiga do Crato em cujo interior encontram-se fósseis de animais que viveram na região há milhões de anos.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais de Crato são a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Penha (1º de setembro); o Desfile de 7 de setembro; o aniversário do Município (21 de junho); a Expocrato (julho), a Festab de Santa Cruz da Baixa Rasa, na Chapada do Araripe, com a missa do vaqueiro (24 de janeiro); o Dia de Reis (6 de janeiro); a Mostra Sesc de Arte e Cultura (novembro); o Natal do Belo Amor (dezembro) e a Romaria ao Caldeirão de Santa Cruz do Deserto (3.º domingo de setembro). Há, no município

do Crato, diversas instituições que promovem a cultura, merecendo destaque: a Banda de Música Municipal do Crato; a Sociedade de Cultura Artística do Crato, que, no mês de novembro, promove uma mostra de teatro com companhias de todo país; o Instituto Cultural do Cariri: fundado em 1953, do qual foi membro o dicionarista brasileiro Tomé Cabral Santos; a Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto, a principal expressão de cultura popular do município; pequenos festivais de tradições populares nordestinas.

Principais personalidades

Aderaldo Ferreira de Araújo - Cego Aderaldo (Crato, 24 de junho de 1878 – Fortaleza, 29 de junho de 1967), poeta popular cearense cego, se destacou por seu raciocínio rápido, em improvisos de rimas e repentes. Em 1914, disputou um desafio de rimas com Zé Pretinho (conhecido repentista do Piauí) e venceu. Cego Aderaldo foi alvo de muitas homenagens.

Adriana Suely de Oliveira Melo (Crato, 1969) é médica obstetra, especialista em saúde materno-infantil, reconhecida como uma das primeiras profissionais de saúde a identificar, em novembro de 2015, a relação entre o vírus da zika e o crescente número de fetos com má formação cerebral, numa epidemia conhecida como de microcefalia.

Álvaro Bomílcar da Cunha (Crato, 14 de abril de 1874 – Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1957), poeta, jornalista e professor, sócio fundador do Centro Literário. Patrono da Cadeira n.º 8 do Instituto Cultural do Cariri. Sócio Efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

Amarílio Cavalcante (Crato, 16 de junho de 1923 – Fortaleza, 29 de janeiro de 2007), funcionário do Banco do Brasil e escritor. Chefe de Gabinete do Vice-Governador, auxiliar de Gabinete do Governador, diretor da Imprensa Oficial, da CENORTE, do Banco de Parnaíba e do Banco Pontual. Trabalhou na Construção Civil, na Administração de Imóveis e na indústria de extração e beneficiamento de pedras para a construção civil.

Antônio Martins Filho (Crato, 22 de dezembro de 1904 – Fortaleza, 20 de dezembro de 2002), professor catedrático da Faculdade de Direito, onde concluiu doutorado. Desde 1948, liderou movimento para transformação da Universidade do Ceará em Universidade Federal. Criada a Universidade Federal do Ceará em 1954, instalada em 1955, foi o seu primeiro

Reitor até 1967. Criou a Imprensa Universitária e adquiriu os prédios da Reitoria e da Casa de José de Alencar. Fundou a Universidade Estadual do Ceará e a Universidade Regional do Cariri. Membro do Conselho Nacional de Educação e representante do Brasil na OEA. Ficou conhecido como o “Reitor dos Reitores”. Sócio efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

Camilo Sobreira de Santana (Crato, 3 de junho de 1968), engenheiro agrônomo, professor e coordenador da FATEC Cariri, foi superintendente do IBAMA e secretário do Desenvolvimento Agrário do Ceará. Eleito deputado estadual em 2010, licenciou-se em 2012 para assumir a Secretaria das Cidades do Ceará. Governador do Estado, de 2014 a 2018 e de 2018 a 2022. Eleito senador pelo Ceará nas eleições de outubro de 2022.

Cel. Celso Ferreira Lima Verde (Crato, 1843 – 12 de maio de 1903), professor em Crato e Aracati e tabelião público e proprietário de farmácia em Vila de Telha (Iguatu), onde foi intendente. Elegeu-se deputado provincial em várias legislaturas e deputado estadual na constituinte de 1891.

Dom Joaquim Ferreira de Melo (Crato, 31 de agosto de 1873 – Pelotas, 22 de setembro de 1940), bispo em Pelotas – RS, de 1921 a 1940.

Francisco Reginaldo de Sá Menezes - Xico Sá (Crato, Ceará, 6 de outubro de 1962), jornalista e escritor, colunista do jornal Folha de São Paulo.

Guilherme Clidenor de Moura Capibaribe - o Barrica (Crato, 10 de março de 1908 – Fortaleza, 8 de abril de 1993), pintor, ceramista, restaurador e desenhista, participou em Fortaleza do Centro Cultural de Belas Artes. Realizou exposições em galerias de arte de São Paulo, Brasília, Salvador e Fortaleza. Foi considerado um dos mais valorosos impressionistas do Brasil, com fama internacional.

Irineu Nogueira Pinheiro (Crato, 6 de janeiro de 1881 – Crato, 21 de maio de 1954), médico, professor, jornalista e historiador, primeiro presidente do Instituto Cultural do Cariri. Fundador do Rotary Club do Crato.

José Alves de Figueiredo (Crato, 28 de abril de 1878 – Crato, 25 de fevereiro de 1961), conhecido como **Zuza da Botica**, era um autodidata, proprietário de farmácia, escritor e poeta. Foi prefeito do Crato.

José Alves de Figueiredo Filho (Crato, 14 de julho de 1904 – Fortaleza, 29 de agosto de 1973) jornalista, orador, professor, fundador da Facul-

dade de Filosofia do Crato e do Instituto Cultural do Cariri, membro da Academia Cearense de Letras.

José Arnon Cruz Bezerra de Menezes (Crato, 13 de agosto de 1951), médico, foi secretário de Saúde de Juazeiro do Norte, deputado estadual e deputado federal. Em 2016, voltou a se eleger prefeito de Juazeiro do Norte.

José Carvalho (Crato, 11 de fevereiro de 1872 – Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1933), tabelião, advogado, jornalista, historiador, folclorista e poeta, exerceu mandato de deputado estadual em unidades federadas do norte do Brasil. Autor de vários livros. Sócio Efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

José Denizard Macedo de Alcântara (Crato, 01 de setembro de 1921 – Fortaleza, 12 de novembro de 1983), contador, economista, político, jornalista, conferencista, ensaísta, publicista, geógrafo e historiador. Membro do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), da Academia Cearense de Letras e da Sociedade Cearense de Geografia e História. Foi vereador de Fortaleza.

José Martiniano Pereira de Alencar (Crato, 16 de outubro de 1794 – Rio de Janeiro, 15 de março de 1860), jornalista, senador vitalício pela Província do Ceará, da qual foi presidente por duas vezes. Sacerdote, pai do escritor José de Alencar, tomou parte na Revolução Pernambucana de 1817 e na Confederação do Equador de 1824.

José Sobreira de Amorim (Crato, 14 de maio de 1912 – Fortaleza, 6 de maio de 1974), farmacêutico licenciado, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, professor de Direito Romano da Faculdade de Direito da UFC, jornalista e membro do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

Leandro Bezerra Monteiro (Crato, 11 de junho de 1826 – Niterói, 15 de novembro de 1911), bacharel em Direito, elegeu-se para a Câmara dos Deputados, pela Província de Sergipe. Mudou-se para Paraíba do Sul em 1864 e passou a se dedicar à advocacia e às obras de caridade e piedade.

Leandro de Chaves e Melo Ratisbona (Crato, 1 de maio de 1824 – Paraíba do Sul, 22 de dezembro de 1900), professor, exerceu a advocacia no Rio de Janeiro. Foi deputado geral pela província do Ceará (1864 e 1868). Com a dissolução da Câmara, só voltou ao Parlamento em 1878.

Nertan Macedo de Alcântara, (Crato, 20 de maio de 1929 – Fortaleza, 30 de agosto de 1989), jornalista, poeta, ensaísta, teatrólogo e romancista. Sócio efetivo da Academia Cearense de Letras, do Instituto Cultural do Cariri e correspondente do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

Ossian Alencar Araripe (Crato, 29 de setembro de 1923 – Fortaleza, 26 de março de 2007), advogado, tabelião e político, foi deputado federal pelo Ceará em seis legislaturas.

Padre Cícero Romão Batista, patriarca do Juazeiro (Crato, 24 de março de 1844 – Juazeiro do Norte, 20 de julho de 1934), sacerdote católico, que teve grande prestígio e muita influência na vida social, política e religiosa do Ceará e do Nordeste. Foi o primeiro prefeito de Juazeiro do Norte, em 1911. Participou como prefeito do acordo de apoio ao governador Nogueira Accioli, conhecido como o *Pacto dos Coronéis*. Destituído do cargo em 1913, pelo governador Franco Rabelo, voltou ao poder em 1914, com a deposição de Franco Rabelo no evento que passou à história como a *Sedição de Juazeiro*. Foi vice-governador do Ceará. Em 2001, escolhido “*O Cearense do Século*”, em 2012 foi eleito um dos “*100 maiores brasileiros de todos os tempos*”. Reconciliado com a Igreja Católica em 2015, foi autorizado pelo Vaticano o início de sua beatificação em 20 de agosto de 2022.

Paulo Elpídio de Menezes Neto (Crato, 13 de janeiro de 1936), cientista político, professor, escritor, foi um dos fundadores e primeiro diretor da Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia da UFC, diretor da Imprensa Universitária, pró-reitor de Pesquisa e Graduação, reitor da Universidade Federal do Ceará e secretário de Educação do Ceará. Sócio efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

Pedro Gomes de Matos, (Crato, 19 de junho de 1909 – Maranguape, 8 de julho de 1986), formado em Farmácia, escritor, historiador, professor e jornalista, foi o primeiro biógrafo de Capistrano de Abreu. Sócio efetivo do Instituto Cultural do Cariri, do Instituto Genealógico do Cariri e sócio correspondente da Academia Cearense de Letras.

Raimundo José da Silva – Raimundo Aniceto (Crato, 14 de fevereiro de 1934) é um mestre da cultura cearense, líder da banda cabaçal, fundada por seu avô há mais de 200 anos. Começou a tocar na banda aos 7 anos de idade.

Raimundo Teles Pinheiro (Crato, 20 de março de 1908 – Fortaleza, 13 de outubro de 1987), general-de-divisão, chefiou diversas unidades militares. Historiador e genealogista, fundador e membro efetivo do Instituto Cultural do Cariri. Sócio efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). Autor de várias obras de cunho histórico e genealógico.

Sérvulo Esmeraldo (Crato, 27 de fevereiro de 1929 – Fortaleza, 1º de fevereiro de 2017) iniciou a carreira com xilogravuras. Em São Paulo, estudou arquitetura, dedicando-se, no início da carreira, à xilogravura. Realizou sua primeira exposição individual no Museu de Arte Moderna de São Paulo. Tornou-se conceituado artista plástico, escultor, gravurista, ilustrador e pintor,

Tristão Gonçalves de Alencar (Crato, 1789 – Jaguaratama, 30 de outubro de 1825), filho de Bárbara de Alencar, foi um revolucionário que participou da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador de 1824, brutalmente assassinado pelas forças imperiais no interior do Ceará.

Vicente Rosal Ferreira Leite - Vicente Leite (Crato, 6 de agosto de 1900 – Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1941), desenhista e pintor, estudou na Escola Nacional de Belas Artes. Dentre suas produções artísticas e obras de arte, se destaca *Solitude - Jardim Botânico*.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Crato 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Crato – outubro/98

MONTENEGRO, Seridão Correia – Crato, Princesa do Cariri, Capital da Cultura, Oásis do Sertão.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Croatá



Hino de Croatá

(Letra e Melodia por Silvério Oliveira)

Croatá é uma terra adorada
Pátria de um povo em união
Por teus filhos é idolatrada
Ergue a voz, canta tua canção.

Croatá, o teu nome é da fibra
Vem da planta, teu solo te deu
No vigor de um povo que vibra
Guaraci, o teu filho cresceu.

*Croatá, cultua teus valores
Tua fé, esperança em Deus
O azul e o branco são as cores
Céu de paz sobre os filhos teus.*

Os teus rios e riachos a fluir
Belas fontes d'água, o verde da serra
Croatá, nosso encanto por ti
Nos inspira e no peito encerra.

Campos ricos em fertilidade
Do teu chão vê-se a vida a brotar
Arvoredos embelezam a cidade
Natureza devemos preservar.

Liberdade, passado de glórias
De uma gente feliz a prosperar
Com trabalho teceu a tua história
Hoje livres podemos cantar...

Croatá é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião da Ibiapaba e mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Croatá (2010) foi de 0,590, de nível baixo, situando-se em 153º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 21,69, ficando em 109º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo *Croatá*, de origem tupi-guarani, significa talo com espinhos (*cará* = com espinhos e *uá* = talo), em referência à planta silvestre da família das bromélias, abundante na região.

Gentílico:

croataense.

Municípios limítrofes

Norte: Guaraciaba do Norte

Leste: Guaraciaba do Norte, Ipu e Ipueiras

Sul: Ipueiras

Oeste: Guaraciaba do Norte e Estado do Piauí

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Croatá, com **área** de 697 km², tem **população estimada** para 2021 em 18.201 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 454,7 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 520 m e a distância para a Capital é de 343,8 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / BR-403 / CE-176 / CE-187 / CE-192 / CE-257 / CE-327 / CE-329 / CE-366. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (45,54%), areias quartzosas álicas (1,59%), latossolo amarelo álico (9,34%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (0,03%), regossolo eutrófico (5,03%), solo litólico distrófico (2,36%) e solo litólico álico (36,38%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Poti, tendo como principais drenagens o rio Inhuçu e os riachos Cana Brava, Canindé Grande, Cruz, Macambira e São Roque e a Lagoa das Mercês, não havendo reservatórios superficiais expressivos. Com relação ao **relevo**, Croatá está situado na Chapada da Ibiapaba, com leve declínio de seu relevo para o lado do Estado do Piauí, tendo as principais elevações altitudes com até 800 metros acima do nível do mar,

atingindo o ápice no Morro do Pico. A **vegetação** é constituída de carrasco e floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular (mata úmida).

Síntese histórica

As terras da serra dos Cocos, localizadas no lado sul da Chapada da Ibiapaba, na divisa com as terras do sertão de Crateús, eram habitadas por nações indígenas, como a dos tupis (tabajaras e tupinambás) e a dos tapuias (Calabaça, Carariju, Kariri, Inhasmuns, Karati, Jaburu e Jananbé). No ano de 1896, Tomaz Ribeiro Leite com filhos e genros, se estabeleceram nas terras situadas às margens do rio Macambira, hoje rio Inhuçu, de propriedade do Coronel Clínio de Oliveira Memória, rico comerciante, residente no então município de Campo Grande, hoje Guaraciaba do Norte, a quem solicitaram a cessão de uma porção de terra, para edificação de uma capela, na Fazenda Croatá. O Coronel atendeu o pedido e fez a doação de 100 braças de terras para o patrimônio da capela de Nossa Senhora das Dores. A formação e desenvolvimento da área urbana desse povoado se iniciou no entorno da primitiva capela de Nossa Senhora das Dores, onde atualmente se localiza a sede do município de Croatá.

Formação administrativa:

Povoado elevado à categoria de distrito, com a denominação de Croatá, pela Lei nº 2.677, de 02 de agosto de 1929, vinculado ao município de Campo Grande (atual Guaraciaba do Norte). Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Croatá figura no município de Campo Grande, assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, ratificado em virtude do parecer de 14-06-1946 do Conselho Nacional de Geografia, o município de Campo Grande mudou a denominação para Inhussu, passando o distrito de Croatá a pertencer ao município de Inhussu. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Croatá, figura no município de Inhussu. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, o município de Inhussu passou a denominar-se Guaraciaba do Norte. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, Croatá figura como distrito do município de Guaraciaba do Norte, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Ao ser elevado o distrito de Croatá à categoria de município, recebeu

a denominação de Presidente Kennedy, pela lei estadual nº 6.570, de 18-09-1963, desmembrado de Guaraciaba do Norte, tendo como distrito sede Presidente Kennedy. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído apenas do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Presidente Kennedy, sendo seu território anexado ao município de Guaraciaba do Norte, com a denominação do Croatá, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, Croatá consta como distrito de Guaraciaba do Norte, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Elevado à categoria de município com a denominação de Croatá, pela lei estadual nº 11.430, de 28-04-1988, instalado em 01-01-1989, tendo como distritos Croatá (sede), Barra do Sotero e Betânia, todos desmembrados de Guaraciaba do Norte. Pela lei municipal nº 004, de 30-03-1989, foram criados os distritos de Santa Tereza e São Roque, anexados ao município de Croatá. Atualmente o município de Croatá é constituído de 8 distritos: Croatá (sede), Barra do Sotero, Betânia, Santa Tereza, Repartição, Lagoa da Cruz, Vista Alegre, e São Roque.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência com as culturas de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, café, cana-de-açúcar, banana, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a carnaúba e a oiticica; o artesanato de redes e bordados; e o turismo para os que buscam um clima ameno.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais são o aniversário do Município (3 de maio) e a Festa da Padroeira Nossa Senhora das Dores (15 de setembro).

Principais personalidades

Desembargador Francisco de Oliveira Memória (Croatá, na época Campo Grande, 4 de junho de 1864 – Fortaleza, 23 de dezembro de 1908), juiz e desembargador, foi secretário de Estado e chefe de Polícia.

João Manuel da Fonseca Lobo (Croatá, na época Campo Grande,

29 de setembro de 1849 – Fortaleza, 10 de janeiro de 1938), dedicado aos estudos filosóficos e científicos, escreveu várias obras, dentre as quais uma sobre a lei da relatividade, publicada 20 anos antes de vir a conhecimento público a do cientista Einstein.

Monsenhor João Alfredo Furtado (Croatá, na época Campo Grande, 28 de agosto de 1886 – Fortaleza, 29 de julho de 1939), vigário geral da Arquidiocese do Ceará, orador sacro de reconhecidos méritos, foi professor do Colégio Militar, da Escola Normal e do Liceu do Ceará.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Croatá 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Croatá – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara, pag. 136-137.

Cruz



Hino de Cruz

(Letra por Nicodemos Araújo
e Joca Lopes e melodia por autor não identificado)

Junto aos “mares bravios” plantado,
por teu povo num feito de glória.
Município de Cruz és chamado,
neste evento de grata memória.
Pra firmar o teu nome no Estado
e elevar teu conceito na história.

Salve, município de Cruz!
Força viva da “Terra da Luz”.
Salve, município de Cruz!
Força viva da “Terra da Luz”.

O penhor desta tua riqueza,
vem do mar e do chão generoso,
tua sede - cidade princesa -
moradia de um povo bondoso.
E tua praia sem igual na beleza,
faz de ti município vaidoso.

A indústria, o comércio atuante,
as escolas, a igreja matriz,
os teus jovens no estudo constante,
almejando um Brasil mais feliz,
fazem a terra ainda mais cativante,
no progresso que o povo bendiz.

Deus conserve no povo cruzense,
o ideal de crescer e servir,
pra que esta unidade cearense,
fortaleça no seu progredir,

o direito que a todos pertence,
de viver, de lutar e sorrir.

Cruz é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Litoral de Camocim e Acaraú e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Cruz (2010) foi de 0,632, de nível médio, situando-se em 47º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 24,20, ficando em 80º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Cruz provém de referência a uma grande cruz fincada no povoado para homenagear um retirante que teria morrido no local, durante a seca de 1825. Outra versão dá conta de que a cruz fincada no povoado foi em homenagem a um cidadão que teria sido assassinado pelo próprio genro no local.

Gentílico:

cruzense.

Limites geográficos

Norte: Acaraú e Oceano Atlântico

Leste: Acaraú

Sul: Bela Cruz

Oeste: Jijoca de Jericoacoara

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Cruz, com **área** de 329,9 km², tem **população estimada** para 2021 em 25.121 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 673,2 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 18 m e a distância para a Capital é de 243,1 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-403 / CE-085 / CE-177 / CE-556. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (30,84%), areias quartzosas marinhas distróficas (3,07%), podzólico vermelho amarelo distrófico (37,52%) e solonchak sódico (24,76%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido, na sua maior parte, na bacia hidrográfica do rio Coreaú e, no

lado leste, em pequena porção na bacia hidrográfica do rio Acaraú, tendo como principais drenagens os córregos de Dentro, do Paraguai, da Poeira, do Paraíso e do Mourão; e as lagoas de Jijoca, da Cruz, do Jenipapeiro, Salgada, do Belém, Velha, do Cedro, dos Caboclos, dos Monteiros, da Formosa, do Junco, Redonda, das Moças, sendo o principal reservatório o açude da Prata que cruza o seu território. Com relação ao **relevo**, em Cruz predominam a planície litorânea, a planície ribeirinha, campos de dunas móveis e fixas e formas planas com fraco entalhe das drenagens dos tabuleiros, sendo pontos relevantes do seu relevo o Alto do Cedro e o Alto do Poço e o ponto culminante o Serrote do Cajueirinho. A **vegetação** é constituída de complexo vegetacional da zona litorânea, floresta mista dicótilo-palmácea e floresta perenifólia paludosa marítima.

Síntese histórica

Nas terras habitadas pelos índios Tremembés, descobertas e cartografadas pelos portugueses no século XVII, os imigrantes ocuparam a margem esquerda do córrego da Cruz. Chamou-se primitivamente São Francisco da Cruz, nome que tem origem em lendas. De acordo com uma delas, na seca de 1825, morreu de fome no local um dos retirantes. Em sua homenagem, os moradores fincaram uma cruz no local, a qual teria o poder de realizar milagres.

Formação Administrativa:

A primeira manifestação religiosa nesse povoado ocorreu em 20 de dezembro de 1884, com a inauguração da Igreja de São Francisco. A paróquia de São Francisco, entretanto, só foi criada em 17 de março de 1958, sendo seu primeiro vigário o padre José Edson Magalhães. O povoado de Cruz foi elevado à categoria de distrito, com essa denominação, pela lei estadual nº 4.440, de 30-12-1958, com terras pertencentes aos distritos de Aranaú e Jericoacoara, subordinado ao município de Acaraú. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, Cruz figura como distrito de Acaraú. Elevado à categoria de município com a denominação de São Francisco da Cruz, pela lei estadual nº 6.956, de 19-12-1963, constituído apenas do distrito sede, desmembrado de Acaraú, tendo como sede o antigo distrito de São Francisco da Cruz. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município

é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965 é extinto o município de São Francisco da Cruz, sendo anexado como distrito, com o nome de Cruz, ao município de Acaraú. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, Cruz é distrito de Acaraú, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Elevado à categoria de município com a denominação de Cruz, pela lei estadual nº 11.002, de 14-01-1985, desmembrado de Acaraú, instalado em 01-01-1986, tendo como sede o antigo distrito de Cruz e constituído apenas do distrito sede. Pela lei estadual nº 11.323, de 22-05-1987, é criado o distrito de Caiçara e anexado ao município de Cruz. Em divisão territorial datada de 1991, o município é constituído de 2 distritos: Cruz (sede) e Caiçara, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Os atuais distritos do município são: Cruz (sede) e Caiçara.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município de Cruz são: a agricultura, com culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos e suínos; o extrativismo vegetal com a extração de carvão vegetal e extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades com a utilização de oiticica e carnaúba como matérias primas; o comércio; as atividades artesanais, principalmente de renda, crochê, bordado, redes de dormir e de pescar; a extração de areia e argila para fabricação de telhas e tijolos; a atividade pesqueira, na costa oceânica; o turismo, tendo como principais atrações a Praia do Preá, onde se praticam o kitesurf e windsurf e o Parque Nacional de Jericoacoara, de que o município de Cruz faz parte.

Manifestações culturais

Os principais eventos de Cruz são: a Festa da Emancipação Política do município (14 de janeiro); o Dia da Paróquia (6 de abril); a Festa do Distrito de Caiçara (22 de maio); o Festival Junino (junho, nas escolas); a Festa do Padroeiro São Francisco de Assis, no Distrito de Caiçara (3º fim de semana de setembro); a Festa do Padroeiro São Francisco de Assis, em Cruz

(24 de setembro a 4 de outubro); e a Festa de Nossa Senhora das Graças (novembro).

Principais personalidades

Jonas Muniz, primeiro prefeito do município de Cruz, de 1986 a 1988, após a emancipação política do município.

Padre José Edson Magalhães, primeiro vigário da paróquia de São Francisco, de Cruz.

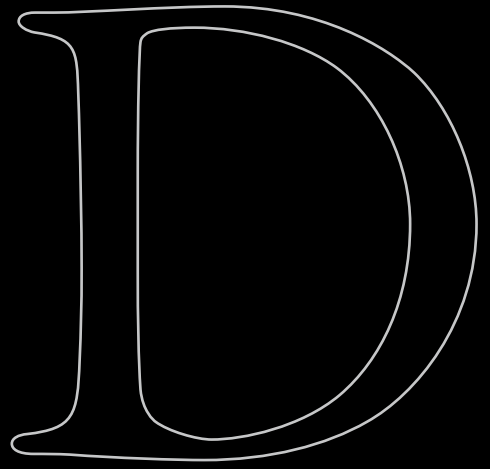
Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Cruz 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea



Deputado
Irapuan Pinheiro

Deputado Irapuan Pinheiro



Hino de Deputado Irapuan Pinheiro

(Letra e melodia por Jonas Alves e
Janieire Pinheiro)

Sobre o solo do chão cearense
Cintilante nasceu meu lugar
É a terra querida da gente
Meu recanto de paz é meu lar
O trabalho do homem no campo
Nosso solo sagrado nos traz
O alimento que sacia
O minério, a extração de areia
Argila, e muito mais
Nossos jovens visando o futuro
Construindo os sonhos de amanhã
Sou feliz e tenho orgulho

Sou descendente daqui
Somos filho de Irapuan
Irapuan meu lugar
Tu és bravo cheio de fulgor

Irapuan meu lugar
De um povo herói e lutador
Cedo estou no batente
Brasil brava gente

Minha terra amada
Faço parte desse chão
Nossa geração é abençoada
Rios de água corrente

Deputado Irapuan Pinheiro

Molhando a semente
Saciando a sede
O sertanejo agradece
Fazendo uma prece pela mata verde

Lá no riacho do Sangue, e suas nascentes
Água que chora no chão traz vida pra gente
Nossa Senhora da Conceição nossa padroeira
Povo alegre, povo cristão, terra hospitaleira

Sou feliz aqui, eu sou combatente
Vivo a sorrir, eu sigo em frente
Sou feliz aqui no meu ambiente
Semeando amor vivemos contente

Irapuan meu lugar
Tu és bravo cheio de fulgor
Irapuan meu lugar
De um povo herói e lutador.

Deputado Irapuan Pinheiro é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão de Senador Pompeu e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Deputado Irapuan Pinheiro (2010) foi de 0,609, de nível médio, situando-se em 103º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 15,20, ficando em 164º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo é uma homenagem ao Deputado Irapuan Pinheiro, representante do município na Assembleia Legislativa do Ceará. Sua denominação original era *Tataíra*, e depois, *São Bernardo do Ceará*, passando para Deputado Irapuan Pinheiro em 1988. O topônimo **Tataíra** de origem tupi-guarani *ira* = abelha e *tatá* (fogo), significando *abelha cor de fogo*.

Gentílico:

irapuense.

Limites geográficos

Norte: Solonópole, Senador Pompeu e Milhã

Leste: Acopiara e Solonópole

Sul: Acopiara

Oeste: Senador Pompeu e Piquet Carneiro

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Deputado Irapuan Pinheiro, com **área** de 470,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 9.698 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 666 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 250 m e a **distância para a Capital** é de 327,3 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / BR-226 / CE-060 / CE-153 / CE-253 / CE-275 / CE-371 / CE-566. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (0,10%), bruno não cálcico (13,32%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (31,21%), solo litólico eutrófico (37,79%) e solos aluviais eutróficos (17,58%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Médio Jaguaribe, tendo como principais drenagens o rio Jaguaribe e os riachos Jenipapeiro, do Sangue, do Tigre, do Pontaí e dos Porcos, sendo os principais reservatórios os açudes Sussuarana e Bolsão. Com relação ao **relevo**, as principais elevações têm altitudes entre 200 e 500 metros acima do nível do mar, onde se destaca a Chapada do Araripe. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa.

Síntese histórica

Nos primeiros anos da história do município, atualmente denominado Deputado Irapuan Pinheiro, registrou-se, mesmo antes da chegada dos colonizadores, muita violência em lutas entre índios e invasores de suas terras procedentes de outras localidades. Houve muito derramamento de sangue, tingindo de vermelho as águas do riacho ali existente, o que deu origem à denominação do riacho e do lugar – Riacho do Sangue. Naquele lugarejo existia a exploração do trabalho escravo, mas a região era dominada pelo cangaço, que submetia os habitantes do lugar a ameaças e ações violentas, sem qualquer respeito às leis. As primeiras famílias residentes nas terras que deram origem ao município, formaram o povoado denominado São Bernardo, elevado à condição de vila e, posteriormente, distrito, para anos depois passar a município com o nome de Solonópole. Tataíra

era distrito do município de Solonópole, que não oferecia à população daquele lugar distante os serviços públicos essenciais, principalmente educação, saúde e urbanismo. Por essa razão, surgiu movimento popular, sob a liderança do comerciante Francisco Edson de Oliveira, conhecido como Edinho, em favor da emancipação política de Tataíra e sua elevação à categoria de município. Foi realizado plebiscito para a população do distrito se manifestar sobre a emancipação, tendo sido positivo o resultado da consulta popular realizada em 21 de fevereiro de 1988.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de São Bernardo, pela lei provincial nº 1.023, de 14-11-1862, subordinado ao município de Cachoeira. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de São Bernardo figura no município de Cachoeira. Pelo decreto-lei estadual nº 193, de 20-05-1931, é extinto o município de Cachoeira, sendo seu território anexado ao município de Jaguaribe-Mirim. Em divisão territorial referente ao ano de 1933, São Bernardo é distrito de Jaguaribe-Mirim. Pelo decreto nº 1.540, de 03-05-1935, é recriado o município de Cachoeira, passando o distrito de São Bernardo a pertencer a este município. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o distrito de São Bernardo figura no município de Cachoeira. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de São Bernardo passou a denominar-se Tataíra e o município de Cachoeira a denominar-se Solonópole. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Tataíra figura no município de Solonópole, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de São Bernardo do Ceará, pela lei estadual nº 6.320, de 28-05-1963, desmembrado de Solonópole, tendo como sede o antigo distrito de Tataíra, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de São Bernardo do Ceará, sendo seu território anexado ao município de Solonópole, como simples distrito, com a denominação de Tataíra. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o distrito de Tataíra figura no município de Solonópole, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Elevado à

categoria de município com a denominação de Deputado Irapuan Pinheiro, pela lei estadual nº 11.429, de 28-04-1988, desmembrado de Solonópole, instalado em 01-01-1989, tendo como sede o antigo distrito de Tataíra, que passou a denominar-se Deputado Irapuan Pinheiro, constituído de 2 distritos: Deputado Irapuan Pinheiro (sede) e Betânia. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 2 distritos: Deputado Irapuan Pinheiro (sede) e Betânia. Pela lei municipal nº 30, de 14-01-1992, é criado o distrito de Baixio e anexado ao município de Deputado Irapuan Pinheiro. Em divisão territorial datada de 1993, o município é constituído de 3 distritos: Deputado Irapuan Pinheiro (sede), Baixio e Betânia. Pela lei nº 009, de 19-04-2002, são criados os distritos de Aurora, Maratoã e Velame e anexados ao município de Deputado Irapuan Pinheiro. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído de 6 distritos: Deputado Irapuan Pinheiro (sede), Aurora, Baixio, Betânia, Maratoã e Velame. Atualmente, o município é constituído dos distritos: Deputado Irapuan Pinheiro (sede), Betânia, Baixio, Aurora, Maratoã e Velame.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, banana, arroz, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária com a criação de bovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, além de atividades relacionadas com a cultura da oiticica e carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a atividade da pesca, desenvolvida em açudes, de forma artesanal; a mineração, com a extração da rocha para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; as atividades de extração de areia e argila, utilizadas na fabricação de telhas e tijolos e de rocha calcária, utilizada na fabricação de cal.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição (8 de dezembro) e as comemorações do aniversário da emancipação política do município (28 de abril).

Principais personalidades

Francisco Edson de Oliveira, líder do movimento de emancipação política e primeiro prefeito do município de Deputado Irapuan Pinheiro, no período de 1989 a 1992.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Irapuan Pinheiro 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Irapuan Pinheiro – outubro/98.

E

Eréré
Eusébio

Ereré

Hino de Ereré

(Letra e melodia por Carlinhos Araújo
e arranjo de Manoel Ferreira)

Amamos Ereré de coração
Com amor, suas terras Deus criou
E a seus filhos deu força para desbravar
E a luz Ereré se iniciou.

Terra linda de belas e verdes matas
Onde a fauna seu nome inspirou
De um povo que luta e não se cansa de dizer
Ereré sou seu filho, amo você.

*A esperança de novo em mim brotou
E no horizonte outra vez nasceu
Um sol de luz tão forte quanto o amor
Que tenho por você meu Ereré
Que tenho por você meu Ereré.*

Entre serras expõe suas belezas
Que a natureza presenteou
Aos seus filhos e gente de todo canto
Com o lindo monte São Domingos.

És meu lar, meu refúgio de esperança
Vejo a paz por tuas ruas a vagar
Não te deixas porque estás no meu peito, Ereré
Porque sei que um dia vou voltar.

*A esperança de novo em mim brotou
E o horizonte outra vez nasceu
Um sol de luz tão forte quanto o amor
Que tenho por você meu Ereré
Que tenho por você meu Ereré.*



Igualdade se faz com união
Com trabalho se faz uma nação
Com amor escrevemos nossa história Ereré
És gigante em coração.

De humildade é feito vosso povo
Todos juntos lutando como irmãos
Que se faça justiça pra esse povo que só quer
Viver um Ereré cidadão.

*A esperança de novo em mim brotou
E no horizonte outra vez nasceu
Um sol de luz tão forte quanto o amor
Que tenho por você meu Ereré
Que tenho por você meu Ereré*

Ereré é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião da Serra do Pereiro e na mesorregião do Jaguaribe.

O **IDH** de 0,610 (2010), de nível médio, situando-se em 98º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 13,49, ficando em 173º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Ereré vem do tupi e significa marreca, ave da família dos anatídeos, comum no nordeste brasileiro.

Gentílico:

erereense.

Limites geográficos

Norte: Potiretama e Iracema

Leste: Estado do Rio Grande do Norte e Potiretama

Sul: Estado do Rio Grande do Norte

Oeste: Iracema e Pereiro

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Ererê, com área de 382,7 km², tem **população estimada** para 2021 em 7.254 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiá-

rido brando e tropical quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 788,2 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 230,5 m e a **distância para a Capital** é de 316,3 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / CE-138 / CE-265. O **solo** é constituído de afloramentos rochosos (0,13%), bruno não cálcico (10,52%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (72,75%), regossolo eutrófico (0,88%), solo litólico eutrófico (6,51%) e solos aluviais eutróficos (9,20%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Médio Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais os riachos do Amparo, Figueiredo, São Caetano e Milagres, sendo os principais reservatórios os açudes Santa Maria, Boa Esperança, Pau Ferrado, Massapê e Tingui. Com relação ao **relevo**, encontra-se a depressão sertaneja, tendo as principais elevações altitudes entre 200 e 500 metros acima do nível do mar, entre as quais se destacam as serras do Remédio, da Caatinga, das Porteiras, das Melancias e das Varandas. A **vegetação** é constituída de floresta caducifólia espinhosa e caatinga arbustiva densa.

Síntese histórica

As terras situadas entre a serra Camará e a serra das Varandas, onde se situa atualmente o município de Ereré, foram habitadas por diversas etnias tapuias, como Icó, Icozinho, Quixelô e outras. A partir do século XVII, com a expansão da pecuária, surge uma fazenda de gado do Padre Daniel Fernandes de Moura e de seu cunhado Joaquim de Xavier Maia, conhecido como Quinco Maia, onde foi erguida uma capela dedicada a São João Nepomuceno, fruto de doação feita por João Soares Félix. Em torno dessa ermida se formou o povoado, por volta de 1776, que recebeu o nome de Saco de Orelha, por terem sido descobertas essas terras quando um cavalo de nome “Orelha”, de propriedade do Padre Daniel Fernandes, depois de ter desaparecido, foi encontrado morto nesse local.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Saco de Orelha, pela Lei Estadual n.º 1.135, de 24-11-1864, e Ato Provincial de 22-06-1869. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o Distrito de Saco de Orelha figura no município de Pereiro, assim permanecendo nos quadros de apuração do recenseamento geral de 01-10-1920. Pelo decreto-lei estadual n.º 1.156, de

04-12-1933, o Distrito de Saco de Orelha passou a denominar-se Ipiranga. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito denominado Ipiranga figura no município de Pereiro, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei estadual n.º 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Ipiranga passou a denominar-se Ereré. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito figura no município de Pereiro, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Ereré, pela Lei Estadual n.º 6.072, de 28-09-1962, desmembrado de Pereiro, tendo como sede o antigo distrito de Ereré, constituído apenas do distrito sede. Pela Lei Estadual n.º 7.068, de 31-12-1963, é criado o distrito de São João do Ereré e anexado ao município de Ereré. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Ereré (sede) e São João do Ereré. Pela Lei Estadual n.º 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Ereré, sendo seu território anexado ao município de Pereiro, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o distrito de Ereré figura no município de Pereiro, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Ereré, pela Lei Estadual n.º 11.238, de 04-06-1987, desmembrado de Pereiro, instalado em 01-01-1989, tendo como sede o antigo distrito de Ereré, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2003. Pela Lei Municipal n.º 131, de 31-05-2005, é criado o distrito de Tomé Vieira e anexado ao município de Ereré. Pela Lei Municipal n.º 136, de 02-06-2005, é criado o distrito de São João e anexado ao município de Ereré. Em divisão territorial datada de 2007, o município é constituído de 3 distritos: Ereré (sede), São João e Tomé Vieira, assim permanecendo em divisão territorial de 2020. Os atuais distritos do município são: Ereré (sede), São João e Tomé Vieira.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência, com a cultura de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a

pecuária, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e avícola; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, além de atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados e a mineração, com a extração de areia e argila, utilizadas na fabricação de telhas e tijolos; a atividade pesqueira artesanal praticada em açudes e o turismo.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais de Ereré são: a festa do padroeiro Bom Jesus da Agonia (27 de dezembro a 06 de janeiro) e a festa da emancipação política do município (de 30 de maio a 04 de junho).

Principais personalidades

Dom José Freire Falcão (Ererê, 23 de outubro de 1925 – Brasília, 26 de setembro de 2021), ordenado padre em 1949, foi consagrado bispo em 1967 e nomeado arcebispo de Teresina em 1971. Em 1988, recebeu do Papa João Paulo II o título de cardeal.

Padre Daniel Fernandes de Moura, dono da Fazenda onde se formou o povoado que deu origem ao município de Ereré.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Ereré 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Ereré – outubro/98.

Eusébio

Hino de Eusébio

(Letra e melodia
por autores não identificados)

Nos arredores de Fortaleza
Bem no cantinho do Ceará
Surge Eusébio como uma luz
Com riquezas que iguais não há
Seu nome homenageia um ilustre senador
Eusébio de Queiroz um homem sonhador
Foi o trabalho que o honrou!

Eusébio! Eusébio!
Teu povo te consagrou,
Eusébio! Eusébio!
Serás sempre o meu amor!

Um sonho de liberdade
Em teu seio cedo brotou
Foram três plebiscitos, muita luta e vigor
Em vinte três de junho enfim
Grande luz brilhou
Eusébio, foi o teu povo que te emancipou
Eusébio, tu tens valor!

Eusébio! Eusébio! ...

Por Deus abençoada,
Com as belezas de um paraíso
O progresso que te acompanha
Vem por lutas te exaltar,
És rica, forte e guerreira
Tua grandeza teu nome eleva,
Cidade hospitaleira,
Eusébio, sempre avançar



Tua glória é lutar!

Eusébio! Eusébio! ...

Eusébio é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Fortaleza e mesorregião Metropolitana de Fortaleza.

O **IDH** de Eusébio (2010) foi de 0,701, de nível alto, situando-se em 4º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 60,50, ficando em 3º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Eusébio se refere ao ex-ministro da justiça e abolicionista Eusébio de Queirós, autor da lei que extinguiu o tráfico de escravos no Brasil.

Gentílico:

eusebiano.

Limites geográficos

Norte: Fortaleza

Leste: Aquiraz

Sul: Aquiraz

Oeste: Fortaleza e Itaitinga

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Eusébio, com **área** de 79 km², tem **população estimada** para 2021 em 55.035 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 906 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 26,5 m e a **distância para a Capital** é de 24,7 km, com acesso principal pelas rodovias CE-040 / CE-403 / CE-404. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (1,85%), podzólico vermelho amarelo distrófico (92,02%), podzólico vermelho amarelo álico (0,18%), solonchak sódico (5,36%) e solos aluviais eutróficos (0,59%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica Metropolitana, tendo como principais drenagens os rios Cocó, Pacoti e Coaçu e as lagoas de Parnamirim e dos Pássaros. Com relação ao **relevo**, predominam as planícies litorâneas e os tabuleiros costeiros, com elevações de altitudes inferiores a

cem metros. A **vegetação** é constituída de complexo vegetacional da zona litorânea e floresta perenifólia paludosa marítima.

Síntese histórica

As terras localizadas entre Aquiraz e Messejana, nas proximidades dos rios Pacoti e Coaçu, eram habitadas pelos índios Potyguara e outras tribos do tronco tupi, como os jenipapo-kanyndé. Os colonizadores portugueses chegaram a essa região nas primeiras décadas do século XVII, com o intuito de catequizar os nativos e impedi-los de se relacionarem com outros povos europeus, formando um pequeno povoado às margens da estrada que ligava o Ceará ao Rio Grande do Norte. Ali residia um fazendeiro de nome Eusébio, criador e comerciante de gado. Sua casa ficava entre a atual Praça 23 de julho e o Polo de Lazer, que passou a servir como ponto de parada e descanso para tropeiros e comboieiros que conduziam seus animais e produtos agrícolas, de Beberibe, Cascavel e Baixinha, para venda em Fortaleza. Com o tempo, a localidade passou a ser conhecida como Eusébio. Em 1933, para homenagear o ministro abolicionista, o distrito de Eusébio passou a se denominar Eusébio de Queirós.

Formação Administrativa:

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933 figura no município de Aquiraz o distrito de Eusébio. Pelo Decreto Estadual n.º 1.156, de 04-12-1933, o distrito de Eusébio passou a denominar-se Eusébio de Queiroz, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo Decreto Estadual n.º 448, de 20-12-1938, o distrito de Eusébio de Queiroz volta a denominar-se Eusébio. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o distrito de Eusébio continua no município de Aquiraz, assim permanecendo em divisão territorial datada 18-08-1988. Elevado à categoria de município com a denominação de Eusébio pela Lei Estadual n.º 11.333, de 19-06-1987, foi desmembrado de Aquiraz e instalado em 01-01-1989, tendo como sede o antigo distrito de Eusébio, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 1991, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2015. Atualmente, o município é constituído apenas pelo distrito sede de Eusébio.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com as culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca e mamão e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju, seriguela e manga; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o turismo, tendo como atrativos as lagoas de Parnamirim, do Eusébio (com um Polo de Lazer) e da Precabura e também o rio Pacoti e o autódromo internacional Virgílio Távora; os empreendimentos imobiliários; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal e extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas; o artesanato de redes, labirintos e bordados; a pesca industrial, desenvolvida ao longo da costa marinha; a extração mineral de diabásio (para obtenção de brita para a construção civil) e de argila e diatomito (para fabricação de tijolos); a indústria, favorecida pelas facilidades de acesso por via rodoviária, tanto ao Aeroporto Internacional de Fortaleza, como aos portos do Mucuripe e Pecém, com cinco polos industriais, onde se produzem produtos alimentícios, café e massa de milho, bebidas, e empresas da área farmacêutica, em que se destacam a Fiocruz, a Fábrica de Vacinas e o Laboratório Biomanquinhos.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais de Eusébio são: a festa da Padroeira Senhora de Sant'Ana e São Joaquim (16 a 26 de julho); a Paixão de Cristo (Semana Santa); as festas juninas (junho) e a Festa de Aniversário do município (23 de junho).

Principais personalidades

Edson Sá (Fortaleza, 01 de junho de 1941) foi o primeiro prefeito do município de Eusébio (1989).

Maria Eliane da Silva Santos, pedagoga, professora da Rede Estadual de Ensino é a representante de Eusébio na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

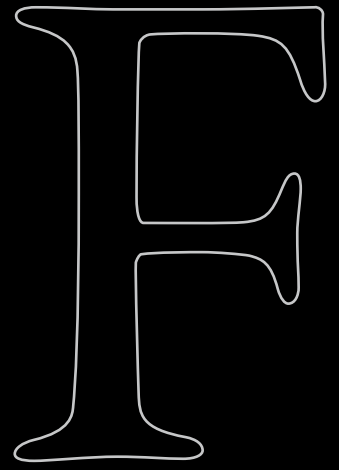
Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Eusébio 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Eusébio – outubro/98.



Farias Brito
Forquilha
Fortaleza
Fortim
Frecheirinha

Farias Brito



Hino de Farias Brito

(Letra por Rômulo Cavalcante
e Melodia por José Jataí)

Entre os socalcos que te ornaram ó berço amado
Corre veloz o Cariús teu próprio Rio
Teus verdes campos fitam-nos extasiados
Ao ver cortar teu lindo vale em desafio.

Foi neste solo fecundante que viveu
Um bravo filho de uma história um eminente
Um prematuro cuja vida pertenceu
A desbravar no seu passado este presente.

Salve, Salve! Francisco de Braga
Absconso entre nós a lutar
O teu nome enobrece esta plaga
Mãe de tanta beleza sem par
O teu gesto de herói refletiu
Como um raio de luz no presente
Foste um proto valente e ardil
Em defesa de toda essa gente

Nossa bandeira tremulante e desfraldada
Nos representa a juventude promissora
Farias Brito confiante e jubilada
Espera o fim dessa batalha redentora.

De peito erguido impoluto e passo forte
Vamos transpondo obstáculos sem temer
Nosso dever é trabalhar até a morte
Pelo Brasil, pelo torrão que viu nascer.

Farias Brito é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Caririçu, na região metropolitana do Cariri e na mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Farias Brito (2010) foi de 0,633, de nível médio, situando-se em 44º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 25,43, ficando em 70º lugar no Ceará.

Toponímia:

O nome primitivo do município era Quixará, de origem indígena, mas, a partir de 1953, mudou de denominação para Farias Brito, em homenagem ao filósofo cearense Raimundo de Farias Brito.

Gentílico:

fariasbritense.

Limites geográficos

Norte: Várzea Alegre, Cariús e Tarrafas

Leste: Caririaçu e Várzea Alegre

Sul: Nova Olinda e Crato

Oeste: Tarrafas, Assaré e Altaneira

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Farias Brito, com **área** de 503,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 19.330 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 909,2 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 320 m e a **distância para a Capital** é de 458,4 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / BR-230 / BR-404 / CE-060 / CE-153 / CE-253 / CE-386 / CE-566. O **solo** é constituído de planossolo solódico ta (4,12%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (49,64%), solo litólico eutrófico (29,45%), solos aluviais eutróficos (4,35%) e terra roxa estruturada eutrófica (12,44%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais o rio Cariús e os riachos Romão, da Fortuna, da Roça e do Taquari, sendo os principais reservatórios os açudes do Aurélio, Cana Brava, Cachoeira, Quixará, dos Gatos, de Arão, de Zeca Mota e de Ramiro. Com relação ao **relevo**, predominam a depressão sertaneja e maciços residuais. Destaca-se com forma mais elevada a serra de Quincuncá, que atinge até 800 metros, com um conjunto de cristas circun-

dando o maciço. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, caatinga arbustiva aberta, cerrado e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese histórica

As terras onde se localiza o atual município de Farias Brito foram outra território da tribo cariús, que habitava grande parte da zona sul do Ceará. O povoamento da terra teve início no primeiro quartel do século XVIII e se originou da concessão de datas de sesmarias a alguns pioneiros entre os quais o coronel Francisco Gomes de Oliveira Braga, influente chefe político da época, que muito contribuiu, no século XIX, para a elevação do povoado à categoria de vila.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Quixará, por ato de 22-07-1873 e por lei provincial nº 2.042, de 06-11-1883. Elevado à categoria de vila com a denominação de Quixará, pelo decreto estadual nº 82, de 13-10-1890, desmembrada de Assaré e instalada em 15-11-1890, tendo como sede o antigo distrito de Quixará, constituída apenas do distrito sede. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila aparece constituída de 2 distritos: Quixará (sede) e Barreiros. Pela lei estadual nº 1.794, de 09-10-1920, é extinta a vila de Quixará, sendo seu território anexado ao município de Santana do Cariri. Pela lei estadual nº 2.359, de 26-07-1926, o distrito de Quixará deixa de pertencer ao município de Santana do Cariri, para ser anexado ao município de Crato. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, o distrito de Quixará deixa de pertencer ao município de Crato, sendo incorporado ao município de São Mateus. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Quixará volta a pertencer ao município de Crato. Elevado à categoria de município, com a denominação de Quixará, pela lei nº 268, de 30-12-1936, desmembrado de Crato, tendo como sede o antigo distrito de Quixará, constituído de 2 distritos: Quixará (sede) e Monte Pio. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município é constituído de 2 distritos: Quixará (sede) e Monte Pio. O decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, transferiu o distrito de Ingá, do município de São Mateus, para o município de Quixará, criou o distrito de Quincuncá, anexando-o ao município de Quixará e extinguiu o distrito

de Monte Pio, cujo território foi anexado ao município de Quixará. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 3 distritos: Quixará (sede), Ingá e Quincuncá. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Ingá passou a denominar-se Cariutaba. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 3 distritos: Quixará (sede), Cariutaba e Quincuncá. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, é criado o distrito de Nova Betânia e anexado ao município de Quixará. Pela lei estadual nº 2.194, de 15-12-1953, o município de Quixará passou a denominar-se Farias Brito. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município já denominado Farias Brito é constituído de 4 distritos: Farias Brito (sede), Cariutaba, Nova Betânia e Quincuncá, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. A lei estadual nº 643, de 29-07-1963, desmembra do município de Farias Brito o distrito de Cariutaba, elevado à categoria de município. A lei estadual nº 6.509, de 01-10-1963, desmembra do município de Farias Brito o distrito de Quincuncá, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.687, de 16-10-1963, é desmembrado do município de Farias Brito o distrito de Nova Betânia, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Farias Brito adquiriu os extintos municípios de Cariutaba, Nova Betânia e Quincuncá, que haviam sido criados, mas não instalados, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 4 distritos: Farias Brito (sede), Cariutaba, Nova Betânia e Quincuncá, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Farias Brito (sede), Cariutaba, Nova Betânia e Quincuncá.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal e a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes, chapéus-de-palha e

bordados; a extração de calcário para a produção de cal; o comércio; e o turismo, tendo como principais atrações: a Pedra Redonda, localizada entre o Sítio Cedro e o Sítio Carás, sobre a qual foi construída uma capela, pelo senhor Zeca Conrado, em agradecimento ao Padre Cícero por uma graça alcançada; o rio da Pintada, de águas cristalinas, no Sítio Umburana – Serra de Quincuncá, de grande beleza natural, pela formação de cachoeiras no período do inverno; o Cemitério Padre Cícero, cujo local escolhido por ele, no distrito de Quincuncá, fica em meio a grandes rochas, que poderiam interferir na construção das covas e túmulos, o que nunca ocorreu; a Casa de Farinha, na comunidade do Barreiro do Jorge, com mais de 70 anos de fundação e que continua funcionando com a mesma estrutura da época, ocorrendo as farinhadas, com comidas feitas a partir da farinha e da goma de mandioca; o Açude do Aurélio, o maior do município, construído nos anos de 1950, na comunidade do Sítio Lamaju, a 4 km do centro de Farias Brito, que é utilizado para pescarias e lazer, onde no inverno as pedras do sangradouro formam pequenas cachoeiras; o Cruzeiro de Cariutaba, fundado em 1943, com 585 metros de elevação, em que o acesso é feito em parte fácil por trilhas, mas uma parte é de mata fechada, até chegar ao cume; o Portal do Padre Cícero, um mirante na Serra de Quincuncá, com vista deslumbrante do Vale do Cariri, que recebeu na década de 1970 uma estátua do Padre Cícero, transformando-se em local de romarias e manifestações de fé, principalmente nos dias 20 de cada mês, dia da morte do Padre Cícero; a Cruz do Cego, um monumento edificado pela Secretaria de Cultura do município em 2014, com duas cruzes, na ladeira da Serra de Quincuncá, no local onde morreram, vítimas de latrocínio, em janeiro de 1954, um cego de nome Sebastião Avelino de Sousa e seu neto e guia, conhecido como Netinho; e a Barragem de Cariutaba, local de banho e lazer, no distrito de Cariutaba, visitado principalmente em período chuvoso.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais de Farias Brito são: o carnaval (fevereiro/março), sendo os principais blocos carnavalescos o das Virgens, o dos Fuleiros e o do Amor a Mil; o Festival de Violeiros (maio), que atrai cantores, trovadores e repentistas da região; o Festival de Quadrilhas (junho), em que cada escola do município apresenta suas quadrilhas; a Vaquejada do

Sítio Patarábia (agosto); a Vaquejada do Parque Silva Antero (setembro) é a maior festa do município, com a participação de cantores e bandas, em que ocorre também exposição agropecuária; a festa da padroeira do município Nossa Senhora da Conceição (08 de dezembro) e a festa da Emancipação Política (20 de dezembro).

Principais personalidades

Antônio Gomes Vidal (Farias Brito, 15 de junho de 1969), formado em Sociologia, com especialização em Comunicação Social, Publicidade e Propaganda. É mestre em Gestão Empresarial. Professor universitário, foi diretor da TV Verdes Mares e do Diário do Nordeste.

Antônio Ildegardo Gomes de Alencar (Farias Brito, 12 de agosto de 1958), exerceu vários cargos públicos no Amapá, onde foi secretário de saúde, secretário da segurança pública e vice-governador, tendo assumido o cargo de Governador no último trimestre de 1998.

Antônio Rosemberg de Moura – Rosemberg Cariry (Farias Brito, 4 de agosto de 1953), cineasta, roteirista, documentarista, poeta e escritor, com importante participação, nos anos de 1970, nos movimentos artísticos do Crato, quando lançou a revista *Nação Cariri*, que originou o seu pseudônimo.

Elmano Pinheiro Rodrigues (Farias Brito, 31 de agosto de 1949), publicitário, produtor gráfico, foi do Conselho Editorial do CNPQ e, a partir de 1981, produtor gráfico da Universidade de Brasília. A partir de 1998, passou a implantar bibliotecas em vários Estados do Brasil, já tendo distribuído mais de 1 milhão de livros em mais de 200 bibliotecas, 50 das quais no Ceará. Autor de obras literárias, científicas e artísticas.

Francisco Darival Beserra Primo (Farias Brito, 20 de fevereiro), bacharel em Direito, juiz de Direito, foi vice-diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, juiz auxiliar da Presidência do TJ-CE e da Corregedoria-Geral de Justiça. Desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará a partir de 2011, assumiu a Corregedoria Geral em 2017.

Haroldo Correia de Oliveira Máximo (Farias Brito, 5 de novembro de 1949 – Fortaleza, 17 de maio de 2022), bacharel em Direito, juiz em várias comarcas do interior do Ceará e em diversas varas da Capital. Coorde-

nador-geral da Escola Superior da Magistratura. Presidente, vice-presidente e corregedor do TRE - CE. Membro efetivo do Instituto dos Magistrados do Ceará e professor da Universidade Regional do Cariri.

José Alexandre Nunes de Almeida, primeiro intendente da Vila de Quixará, de 1890 a 1894.

Manoel Pinheiro de Almeida, primeiro prefeito de Quixará (depois Farias Brito), de 9 de maio de 1937 a 01 de janeiro de 1940.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Farias Brito 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Farias Brito – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara, pag. 326

Forquilha

Hino de Forquilha

(Letra por Pe. Jairo Linhares Ponte
e melodia por Prof. Francisco Eduardo Mesquita Cavalcante)

Ó Forquilha tu és a esperança
Que teus filhos irão semear
No teu seio em que jorra bonança
De águas limpas pra terra regar

*Te saudamos, ó Forquilha querida!
Na esperança de um novo porvir
Que o desponta repleto de vida
E em nossa alma feliz espargir*

Os tendões que alastram os campos
Tremulantes em seu farfalhar
Avilhões de fartura são tantos
Do açude que espelha o luar

Te saudamos, ó Forquilha querida! ...

Imigrantes heróis tua história
Na plumagem de rico algodão
Escreveram legendas de glória
Que orgulham este nosso rincão

Te saudamos, ó Forquilha querida! ...

Salve terra feliz e abençoada
Do seráfico pai protetor
Salve pátria dos filhos amados
Fecundara na fé e no amor

Te saudamos, ó Forquilha querida! ...

Forquilha é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Sobral e na mesorregião do Noroeste Cearense.



O **IDH** de Forquilha (2010) foi de 0,644, de nível médio, situando-se em 30º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 25,20, ficando em 72º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo representa a forma de forquilha do encontro do Rio Madeira com o Riacho Oficina.

Gentílico:

forquilhense.

Limites geográficos

Norte: Sobral

Leste: Sobral

Sul: Groaíras, Santa Quitéria e Sobral

Oeste: Sobral e Groaíras

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Forquilha, com **área** de 517 km², tem **população estimada** para 2021 em 24.680 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 579,4 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 100 m e a **distância para a Capital** é de 217 km, com acesso principal pela rodovia BR-222. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (73,40%), planossolo solódico ta (14,94%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (1,99%), solo litólico eutrófico (2,34%), solonetz solodizado (1,77%) e solos aluviais eutróficos (3,48%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica dos rios Aracatiaçu e Acaraú, tendo como principais drenagens os riachos Madeira, Caioca, do Pajé, Oficina e Tamanduá, sendo os principais reservatórios os açudes Forquilha e Arrebita. Com relação ao **relevo**, destacam-se as depressões sertanejas, a planície ribeirinha e serras secas, com altitudes inferiores a 100 metros. A **vegetação** é constituída de floresta caducifólia espinhosa, caatinga arbustiva aberta e floresta mista dicótilo-palmácea.

Síntese histórica

A origem de Forquilha se inicia no antigo povoado de Campo Novo, que foi inundado após a construção, pela Inspetoria Federal de Obras Con-

tra as Secas – IFOCS, do açude público Forquilha, iniciada em 1919 e terminada em 1928. O novo povoado se formou a partir do canteiro de obras do Açude Forquilha, à margem da rodovia BR 222, distante dezoito quilômetros de Sobral. Ao longo dos nove anos da construção do açude, o acampamento tornou-se um povoado e, em pouco tempo, cresceu e se desenvolveu, transformando-se em 1933 em distrito do município de Sobral.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação Forquilha, pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, subordinado ao município de Sobral. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o distrito de Forquilha figura no município de Sobral, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Em divisão territorial datada de 01-07-1983, o distrito de Forquilha figura no município de Sobral. Elevado à categoria de município com a denominação de Forquilha, pela lei estadual nº 11.012, de 05-02-1985, instalado em 01-01-1986, tendo como sede o antigo distrito de Forquilha, constituído de 2 distritos: Forquilha (sede) e Trapiá, ambos desmembrados de Sobral. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 2 distritos: Forquilha (sede) e Trapiá, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Em divisão territorial datada de 2011, o município é constituído de 3 distritos: Forquilha (sede), Salgado dos Mendes e Trapiá. Em divisão territorial datada de 2020, o município é constituído de 4 distritos: Forquilha (sede), Salgado dos Mendes, Trapiá e Cacimbinha, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2021. Os atuais distritos do município são: Forquilha (sede), Cacimbinha, Salgado dos Mendes e Trapiá.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos e suínos; o extrativismo vegetal, com a extração de madeiras para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes, chapéus-de-palha e bordados; a mineração para extração de rochas para brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil e extração de

areia e argila para fabricação de telhas e tijolos; a atividade pesqueira em açudes; o comércio e as indústrias de móveis e tintas e reciclagem.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: o aniversário do município (05 de fevereiro); a Festa do Sagrado Coração de Jesus (maio); os festejos religiosos de São Joaquim e Sant'Ana (junho), o Festival de Quadrilhas (julho); o Festival de Teatro (setembro); a Festa do Padroeiro São Francisco de Assis (25/09 a 04/10); a Festa da Mãe Rainha (novembro – dezembro).

Principais personalidades

Abelardo Cavalcante de Vasconcelos (Fazenda Cedro – Sobral, 07 de outubro de 1929 – Forquilha, 27 de abril de 2011) trabalhou no Posto Agrícola do DNOCS e foi gerente do Perímetro Irrigado, vice-prefeito e vereador de Forquilha.

José Antônio Dias Carneiro (Sobral, 16 de março de 1950), bacharel em Ciências Contábeis, foi funcionário da CENORTE, vereador de Sobral, e primeiro prefeito constitucional do município de Forquilha, de 1986 a 1988.

José Wilamy Carneiro Vasconcelos (Sobral, 16 de outubro), professor graduado e pós-graduação em matemática, especialista em Meio Ambiente. Autor de vários livros. Representante de Forquilha na Academia de Letras dos Municípios Cearenses - ALMECE.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Forquilha 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Forquilha – outubro/98

FORQUILHA (CE). Prefeitura. Disponível em: <https://www.forquilha.ce.gov.br/municipio.php>.

Fortaleza

Hino de Fortaleza

(Letra por Gustavo Barroso
e melodia por Antônio Gondim)

Junto à sombra dos muros do forte
A pequena semente nasceu.
Em redor, para a glória do Norte,
A cidade sorrindo cresceu.

No esplendor da manhã cristalina,
Tens as bênçãos dos céus que são teus
E das ondas que o sol ilumina
As jangadas te dizem adeus.

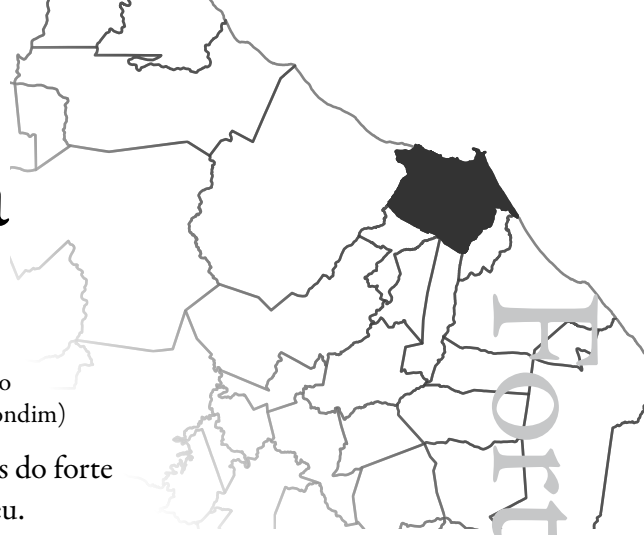
*Fortaleza! Fortaleza!
Irmã do Sol e do mar,
Fortaleza! Fortaleza!
Sempre havemos de te amar*

O emplumado e virente coqueiro
Da alva luz do luar colhe a flor
A Iracema lembrando o guerreiro,
De sua alma de virgem senhor.

Canta o mar nas areias ardentes
Dos teus bravos, eternas canções:
Jangadeiros, caboclos valentes,
Dos escravos partindo os grilhões.

Fortaleza! Fortaleza!...

Ao calor do teu sol ofuscante,
Os meninos se tornam viris,
A velhice se mostra pujante,
As mulheres formosas, gentis.



Nesta terra de luz e de vida
De estiagem por vezes hostil,
Pela Mãe de Jesus protegida,
Fortaleza és a Flor do Brasil.

Fortaleza! Fortaleza!...

Onde quer que teus filhos estejam,
Na pobreza ou riqueza sem par,
Com amor e saudade desejam
Ao teu seio o mais breve voltar.

Porque o verde do mar que retrata
O teu clima de eterno verão
E o luar nas areias de prata
Não se apagam no seu coração.

Fortaleza! Fortaleza!...

Fortaleza é o município brasileiro, capital do Estado do Ceará, localizado na microrregião de Fortaleza e mesorregião Metropolitana de Fortaleza.

O **IDH** de Fortaleza (2010) foi de 0,754, de nível alto, situando-se em 1º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 65,50, ficando em 1º lugar no Ceará.

Toponímia:

topônimo proveniente da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

Gentílico:

Fortalezense

Limites geográficos

Norte: Oceano Atlântico e Caucaia

Leste: Eusébio, Aquiraz e Oceano Atlântico

Sul: Maracanaú, Itaitinga, Pacatuba e Eusébio

Oeste: Caucaia e Maracanaú

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Fortaleza, com **área** de 312,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 2.703.391 habitantes. Apresenta **clima** tropical

quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.239,5 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 16 m. As principais vias de acesso são BR-020 / BR-116 / BR-222 / CE-010 / CE-025 / CE-040 / CE-060 / CE-065 / CE-085. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (5,98%), areias quartzosas marinhas distróficas (0,02%), podzólico vermelho amarelo distrófico (19,38%), podzólico vermelho amarelo álico (64,68%), solonchak sódico (7,18%) e solos aluviais eutróficos (2%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, os principais cursos de água são os rios Cocó, Ceará, Maranguapinho, Pacoti e Coaçu; as principais lagoas são Precabura, Sapiranga, Messejana, Parangaba e Mondubim. As principais fontes hídricas que abastecem Fortaleza são: o Canal de Integração – Eixão das Águas, com a adução das águas do Reservatório Castanhão / Banabuiú; o Canal do Trabalhador, com 113 km de extensão, que possibilita o fornecimento de água oriunda dos reservatórios Pacajus e Aracoiaíba; a transposição das águas do rio São Francisco, que passam a alimentar os reservatórios que abastecem a Região Metropolitana de Fortaleza, via Castanhão. Com relação ao **relevo**, apresenta planície litorânea, serões e tabuleiros costeiros. A **vegetação** é constituída de cerrado, complexo vegetacional da zona litorânea e floresta perenifólia paludosa marítima.

Síntese histórica

FORTALEZA

Grecianny Carvalho Cordeiro

Loira desposada do Sol. Terra dos verdes mares bravios. Terra do Sol. Terra da luz. São essas algumas das cognominações dadas à ensolarada cidade de Fortaleza, a capital do estado do Ceará, com seus cintilantes mares cor de esmeralda. Considerando a versão não oficial, a História de Fortaleza começou a ser construída antes mesmo de o Brasil ser “descoberto” pelos portugueses, quando Pedro Álvares Cabral avistaria a enseada de Santa Cruz, em 22 de abril de 1500, aportando em Porto Seguro no dia 24. Meses antes, no início de fevereiro de 1500 – acredita-se que no dia 2 –, Vicente Yañez Pinzon teria navegado até o local que denominaria de “Rostro Hermoso”, na enseada do Mucuripe. Depois, por essas paragens passaria o também espanhol Diogo de Lepe. Mas o Tratado de Tordesilhas

vigente impedia que a Espanha pudesse atribuir a si a possessão dessas terras. Logo, tais fatos nunca receberam a merecida importância. A primazia da verdade dos fatos rendia-se à prevalência do pacto firmado sob os auspícios da Santa Sé. “De qualquer modo, confirma-se a proposição de que Vicente Pinzón, como Diogo de Lepe, antecedeu à chegada cabralina (22 de abril), e foi nas desvestidas praias do Ceará que o homem europeu viu, pisou e sentiu a terra brasileira, pela primeira vez.”¹ A formação da futura cidade de Fortaleza ensaiava seus primeiros passos já no distante ano de 1603, quando o açoriano Pero Coelho de Sousa tencionou fixar-se na barra do rio Ceará, construindo o Forte São Tiago e fundando um povoado ao qual deu o nome de Nova Lisboa, em uma região que chamaria de Nova Lusitânia, após regressar de sua exitosa conquista da Ibiapaba, em que dali expulsou os franceses, e a fracassada conquista do Maranhão. Pero Coelho retornou à Paraíba para buscar a família, além de víveres e munições. Se instalou com a esposa e filhos na barra do rio Ceará, no entanto, devido à implacável seca, desistiu de seu propósito e rumou de volta à capitania paraibana, em uma penosa viagem em que seu primogênito veio a falecer. Pela barra do mesmo rio passariam os padres jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira, no ano de 1607, cuja missão consistia em pregar junto aos índios do Maranhão. Conseguiram chegar até a Ibiapaba, mas o padre Pinto seria morto pelos índios tarairiús, enquanto que o padre Luís Figueira retornaria à barra do rio Ceará, para então seguir viagem para Pernambuco. Mas seria em 20 de janeiro de 1612 que Martim Soares Moreno ergueria, no mesmo local do já destruído Forte São Tiago, uma pequena fortificação de madeira à qual daria o nome de Forte São Sebastião, bem como ergueria uma ermida invocando Nossa Senhora do Amparo. Seria ali que o guerreiro branco da lenda alencarina “Iracema”, em plena harmonia com os aborígenes locais, notadamente o principal Jacaúna, daria início à colonização do então Siará, quando exerceria as funções de Capitão-mor, entre os anos de 1621 a 1631. Em 25 de outubro de 1637, os holandeses, liderados por Joris Gartsman e Hendrick van Huss, além de alguns indígenas locais, desembarcariam na enseada do Mucuripe e dali seguiriam até o Forte São Sebastião, tomando-

1 GIRÃO, Raimundo. Pequena história do Ceará. 5ª ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2019, p. 30.

-o de assalto e levando os portugueses feitos prisioneiros para o Rio Grande (do Norte). O comando do forte ficaria sob os cuidados de van Huss, o qual seria substituído em 1641 pelo major Gedeon Morris de Jonge. Devido aos maus tratos aplicados aos aborígenes aliados, estes invadiriam o Forte São Sebastião no ano de 1644, trucidando toda a guarnição batava. Até o ano de 1649, mais precisamente até a data de 6 de abril, o Siará ficaria esquecido até o desembarque dos holandeses, liderados por Mathias Beck, também no Mucuripe, em uma expedição financiada pela Companhia das Índias Ocidentais, com o intuito de explorar as minas de prata que os cartógrafos e viajantes diziam existir na serra de Maragoaba, hoje município de Maranguape. E seria em um outeiro de nome Marajaitiba (Marajaik), situado às margens do rio Pajeú que seria erguido o Forte Schoonenborch, cujos primeiros traços foram feitos em 10 de abril de 1649, pelo engenheiro Ricardo Caar. Com a rendição dos holandeses após o Tratado de Tabora, os batavos se retirariam em definitivo do Brasil, e Mathias Beck deixaria o Siará, entregando o Forte Schoonenborch ao Capitão-mor Álvaro de Azevedo Barreto, em data de 20 de maio de 1654, que modificou seu nome para Forte Nossa Senhora da Assunção, assim permanecendo até os dias atuais, sede da 10ª Região Militar. Seria em torno do forte holandês que a cidade de Fortaleza se desenvolveria, transformando-se em Vila no dia 13 de abril de 1726, inaugurada pelo Capitão-mor Manuel Francês. Pela Carta Régia de 17 de janeiro de 1799, o Ceará foi emancipado de Pernambuco, propiciando o crescimento de Fortaleza, que permitiu o estabelecimento do comércio direto com o reino e com alguns portos europeus. A Alfândega é criada em 1812. A Vila de Fortaleza foi elevada à condição de cidade após a Independência do Brasil, mais precisamente no ano de 1823, sob a denominação de Fortaleza de Nova Bragança². Depois, retornaria ao nome de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção. O município de Fortaleza é a quinta maior capital brasileira e faz divisa com os municípios de Caucaia (oeste e noroeste), Maracanaú (sul), Pacatuba (sul), Itaitinga (sul), Eusébio (sudeste e leste) e Aquiraz (leste). O responsável pelo PIB de Fortaleza é o setor de serviços e a indústria, bem como a administração pública, responsável por

2 COSTA, Maria Clélia Lustosa. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. https://institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2014/03_FortalezacapitaldoCeara.pdf. Acesso em 17.12.2021.

torná-la a maior economia do Nordeste, conforme dados de 2020³. A vegetação de Fortaleza é a caatinga, mas possui característica de áreas litorâneas, dentre mangues e dunas. Seus principais rios que compõem sua bacia hidrográfica são os rios Ceará, Maranguapinho, Pacoti e Cocó⁴. Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁵ de 2021, Fortaleza possui uma área territorial de 312,353 km², uma população estimada em 2.703.391 de habitantes e com a densidade demográfica de 7.786,44 hab./km². Fortaleza é uma cidade conhecida pela hospitalidade e pelo humor de seu povo, além do potencial turístico e pela excelente culinária. Seus principais pontos turísticos são: Theatro José de Alencar, Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, Mercado Central, Forte Nossa Senhora da Assunção, Museu do Ceará, Passeio Público (Praça dos Mártires), Palácio da Luz (sede da Academia Cearense de Letras), Palacete Jeremias Arruda (sede do Instituto do Ceará), Catedral Metropolitana de Fortaleza, Praia de Iracema, Av. Beira Mar, Praia do Futuro, Jardim Japonês, dentre outros.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Fortaleza, por provisão de 06-08-1761. Elevado à categoria de vila com a denominação de Fortaleza, por Ordem Régia de 13-02-1699, instalada em 1700, tendo como sede o núcleo de Fortaleza, constituída do distrito sede. Em 1701, é transferida a sede, do núcleo de Fortaleza para a Barra do Ceará, lugar que recebeu a denominação de Vila Velha. Em 1706, a sede da vila volta para Fortaleza, retorna para a Barra do Ceará e volta novamente para Fortaleza, em 1708. Em 1710, a vila de Fortaleza passou a denominar-se São José do Ribamar do Aquiraz. Em 11-03-1711, por Alvará, a vila volta a denominar-se Fortaleza. Pela Ordem Régia de 30-01-1713, é transferida a sede da vila de Fortaleza para Aquiraz. Elevada à categoria de município com a denominação de Fortaleza, por Resolução Régia de 09-03-1725, instalado em 13-04-1726, tendo como sede o antigo distrito de Fortaleza. Elevado à condição de cidade, com a denominação de Fortaleza, por Resolução Imperial de 02-01-1823,

3 <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/com-expansao-dos-servicos-fortaleza-se-torna-a-maior-economia-do-ne-1.3023324>. Acesso em 17.12.2021.

4 <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/fortaleza.htm>. Acesso em 17.12.2021.

5 <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/fortaleza.html>. Acesso em 15.12.2021.

Decreto Imperial de 24-02-1823 e Carta Imperial de 17-03-1823, passando o município de Fortaleza, por esse ato, a denominar-se Fortaleza da Nova Bragança. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 2 distritos: Fortaleza (sede) e Patrocínio. Pelo Decreto Estadual n.º 1.156, de 04-12-1933, são criados os distritos de Messejana e Mondubim. Sob o mesmo Decreto, o município de Fortaleza adquiriu o extinto município de Porangaba. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 7 distritos: Fortaleza (sede), Alto da Balança, Barro Vermelho, Messejana, Mondubim, Porangaba e Pajuçara, não figurando o distrito de Patrocínio. Pela Lei n.º 226, de 30-11-1936, o distrito de Pajuçara passou a denominar-se Rodolfo Teófilo. Em divisão territorial datada de 31-12-1936, o município é constituído de 7 distritos: Fortaleza (sede), Alto da Balança, Barro Vermelho, Messejana, Mondubim, Porangaba e Rodolfo Teófilo. Pela Lei Municipal n.º 79, de 28-06-1937, o distrito de Barro Vermelho passou a denominar-se Antônio Bezerra. Em divisão territorial datada de 31-12-1937, o município é constituído de 7 distritos: Fortaleza (sede), Alto da Balança, Antônio Bezerra, Messejana, Mondubim, Porangaba e Rodolfo Teófilo. Pelo Decreto Estadual n.º 448, de 20-12-1938, são extintos os distritos de Rodolfo Teófilo, sendo seu território anexado ao distrito de Maracanaú, do município de Maranguape, e Alto Balança, sendo seu território anexado ao distrito sede de Fortaleza. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 5 distritos: Fortaleza (sede), Antônio Bezerra, Messejana, Mondubim e Porangaba. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Porangaba passou a denominar-se Parangaba. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 5 distritos: Fortaleza (sede), Antônio Bezerra, Messejana, Mondubim e Parangaba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2020. Atualmente, Fortaleza se divide administrativamente em sete Secretarias Executivas Regionais (SER), que funcionam como subprefeituras, responsáveis pela gestão direta da respectiva área.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura e a pecuária, ambas de menor expressão econômica, em razão da expansão urbana, que aos poucos ocasionou a redução da área destinada ao se-

tor primário; a indústria, que teve expansão significativa a partir da criação do distrito industrial, apresenta grande produção de produtos têxteis, do vestuário, de calçados, couros e peles, alimentos (trigo, massas alimentícias etc.), bebidas (água mineral, café, cervejas, Coca-Cola, sucos, etc.), eletrodomésticos, metalmecânicos, material elétrico e químico, construção civil e extração de minerais, além de importante indústria naval, que produz embarcações e iates de luxo. A Refinaria “Lubrificantes e Derivados do Nordeste” - Lubnor, da Petrobrás, com área de 218 mil metros quadrados, é líder na produção de asfalto no Brasil (13% da produção nacional) e produz também lubrificantes naftênicos, próprios para usos nobres, como isolante térmico para transformadores de alta voltagem, amortecedores para veículos e equipamentos pneumáticos; o setor terciário, de comércio e serviços, é o que tem maior participação no PIB do município, tendo como centros de compras número expressivo de *shopping centers*, dentre os quais dois dos maiores do Brasil: o Shopping Iguatemi Fortaleza e o Rio Mar Shopping Fortaleza, além do comércio do Centro da cidade. Alguns dos bairros de Fortaleza se transformaram em movimentada área comercial, em que se destacam os bairros da Aldeota e do Montese. Grandes redes de farmácias se espalharam por todos os bairros da cidade, aproximando o produto do consumidor, na venda de medicamentos; na área do turismo, Fortaleza é atualmente um dos maiores destinos turísticos do Brasil, por oferecer atrativa estrutura hoteleira, gastronômica, de lazer e entretenimento, com barracas de praia, lojas de artesanato, boates, restaurantes, casas de shows, parques aquáticos, belas praias e clubes recreativos, que se espalham pelos mais diversos recantos da grande Fortaleza e de sua região metropolitana. Também no segmento de turismo de eventos e de negócios, Fortaleza oferece condições de acolhimento, colocando à disposição equipamentos como o Centro de Eventos do Ceará e o Centro de Convenções de Fortaleza, que proporcionam as melhores condições para a realização de feiras, encontros, conferências, palestras, seminários, exposições, shows e congressos.

Manifestações culturais

Os principais eventos do município são: a Confraternização Universal (1º de janeiro); Carnaval de Fortaleza, com o desfile dos blocos de Maracatu e shows de artistas locais e nacionais na Praia de Iracema (fevereiro/

março); Dia de São José (19 de março); Salão de Abril, com apresentação de artes visuais, realizado desde 1943 (abril); Aniversário de Fortaleza (13 de abril); Dia de Tiradentes (21 de abril); Dia do Trabalho (1º de maio); Festa de Nossa Senhora de Fátima (13 de maio); Corpus Christi (3 de junho); Dia de São João (24 de junho); as Festas juninas, com o concurso para escolha das melhores quadrilhas do Estado (junho); Cine Ceará (junho); Festival Eleazar de Carvalho (primeira quinzena de julho); o Fortal, considerada uma das melhores micaretas do Brasil e a melhor festa de carnaval fora de época do país (final de julho); Halleluya (final de julho); Festival Nacional de Dança de Fortaleza (final de julho); Festival de Teatro de Fortaleza (final de julho a começo de agosto); Bienal do Livro do Ceará, a cada dois anos (agosto); Festa de Nossa Senhora da Assunção, Padroeira de Fortaleza (15 de agosto); Mostra de Teatro Transcendental (terceira semana de agosto); Comemoração da Independência do Brasil (7 de setembro); Exposição Agropecuária do Ceará – EXPOECE (final de setembro); Dia de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil (12 de outubro); Fortaleza Motorcycle (outubro); Casa Cor (setembro a outubro); Bienal Internacional da Dança do Ceará, a cada dois anos (outubro); Ceará Music, festival de pop rock e de música eletrônica (outubro); Dia Municipal da Consciência Negra (20 de novembro); Dia municipal das Artes Plásticas (22 de dezembro); Natal (24 de dezembro) e Réveillon (31 de dezembro).

Principais personalidades:

Acrísio Moreira da Rocha (Fortaleza, 25 de setembro de 1907 – 21 de fevereiro de 2004), nomeado em 1946 interventor federal do Ceará. Foi secretário da Fazenda e prefeito de Fortaleza por duas vezes.

Alberto Nepomuceno (Fortaleza, 6 de julho de 1864 – Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1920), compositor, pianista, organista e regente, considerado uma das maiores glórias da música brasileira, é o patrono da cadeira número 30 da Academia Brasileira de Música.

Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez (Fortaleza, 23 de janeiro de 1945) bacharel em Letras, com mestrado e doutorado. Professora do Departamento de Literatura, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFC. Foi Diretora da Casa de José de Alencar. Escritora,

conferencista e poetisa. Sócia efetiva da Academia Cearense de Letras, da qual foi presidente, do Instituto do Ceará e da Associação Brasileira de Bibliófilos.

Antero Coelho Neto (Fortaleza, 11 de junho de 1931 – Fortaleza, 18 de janeiro de 2016) foi médico, escritor, professor da Faculdade de Medicina da UFC e da Universidade de Brasília. Reitor da Universidade de Fortaleza, de 1973 a 1979.

Antônio Bandeira (Fortaleza, 26 de maio de 1922 – Paris, 6 de outubro de 1967), pintor e desenhista autodidata, fez parte do Movimento Modernista de Fortaleza, nos anos 1940. Foi um dos fundadores da Sociedade Cearense de Belas Artes (1944). Grande mestre da pintura abstrata e das aquarelas brasileiras, viveu muitos anos na França.

Antônio de Albuquerque Sousa Filho (Fortaleza, 17 de abril de 1938), engenheiro agrônomo, professor e escritor, foi secretário de Educação do Ceará. Diretor do Centro de Ciências Agrárias, professor do Curso de Mestrado em Economia Rural, chefe do Departamento de Economia Agrícola da UFC e Reitor da Universidade Federal do Ceará.

Antônio Henriques Rabelo (Fortaleza, 1792 – Recife, 5 de julho de 1817), militar e revolucionário, foi um dos líderes e mártires da Revolução Pernambucana de 1817, condenado à morte por crime de lesa-majestade, por enforcamento, que ocorreu em 5 de julho de 1817.

Antônio José Machado (Fortaleza, 14 de outubro de 1809 – Rio de Janeiro, 12 de julho de 1861), juiz de direito e chefe de polícia da província. Pouco depois de transferido para Angra dos Reis, foi nomeado desembargador da Relação da Corte. Deputado da Assembleia Provincial do Ceará, em duas legislaturas. Escolhido senador em 21 de maio de 1861, faleceu menos de dois meses depois.

Antônio Pompeu de Sousa Brasil (Fortaleza, 29 de março de 1851 – Fortaleza, 26 de janeiro de 1886) foi médico, empresário, escritor e político. Fundou a primeira fábrica têxtil do Ceará em 1882. Foi deputado à Assembleia Provincial do Ceará (1880-1881).

Antônio Teodorico da Costa Filho (Fortaleza, 12 de agosto de 1861 – Fortaleza, 4 de junho de 1939), engenheiro civil, escritor, professor e jornalista, participou do movimento abolicionista. Foi um dos fundadores da

Academia Cearense de Letras, membro do Instituto Politécnico do Rio de Janeiro e sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Tristão de Alencar Araripe Júnior (Fortaleza, 27 de junho de 1848 – Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1911), advogado, escritor e crítico literário. Em 1871, foi secretário de governo em Santa Catarina. Juiz de direito em Maranguape, de 1872 a 1875. Deputado provincial em duas legislaturas. Foi Consultor Geral da República em 1903. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras.

Armando Ribeiro Severo Falcão (Fortaleza, 11 de outubro de 1919 – Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2010), deputado federal, foi Ministro da Justiça e interinamente das Relações Exteriores. Secretário de Justiça da Guanabara em 1960. Autor do projeto de fusão do Estado da Guanabara com o do Rio de Janeiro (1975).

Artur José Vieira Bruno (Fortaleza, 4 de agosto de 1959), pedagogo, historiador, professor, escritor e político. Foi vereador de Fortaleza, deputado estadual e federal, secretário do Trabalho e do Desenvolvimento Social e do Meio Ambiente do Ceará. Sócio efetivo da Academia Fortalezense de Letras e do Instituto do Ceará.

Ary Bezerra Leite (Fortaleza, 18 de dezembro de 1934), graduado e pós-graduado em Administração Pública, professor universitário. Prestou assistência técnica à SUDENE, ao NUTEC, e a diversas secretarias do Estado do Ceará. Membro do Conselho de Cultura do Ceará. Historiador e especialista em cinema e fotografia. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Augusto César Bastos Barbosa (Fortaleza, 22 de junho de 1965), bacharel em Direito, tem curso de Introdução à Arqueologia Subaquática, com pós-graduação em Arqueologia Subaquática. Autor de livros e documentários sobre os temas de sua especialidade. É sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Carlos Feijó da Costa Ribeiro (Fortaleza, 5 de abril de 1885 – Fortaleza, 10 de outubro de 1958), professor, escritor, médico, foi diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia, diretor da Ceará Rádio Clube e do Instituto Politécnico do Ceará e presidente do Instituto Brasil – Estados Unidos. Sócio efetivo do Centro Médico Cearense e do Instituto do Ceará.

Carlos Jereissati (Fortaleza, 28 de abril de 1935 – Rio de Janeiro, 9

de maio de 1963), industrial e empresário, foi deputado federal e senador pelo Ceará.

Carlos Mauro Cabral Benevides (Fortaleza, 21 de março de 1930), formado em Letras e em Direito, escritor, jornalista e político, foi vereador de Fortaleza, deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, deputado federal e senador pelo Ceará em 1974 e em 1986, quando ocupou a vice-presidência da Constituinte. Presidente do Senado de 1991 a 1993. Diretor do Banco do Estado de São Paulo e presidente do Banco do Nordeste do Brasil. Sócio efetivo do Instituto do Ceará, da Academia Cearense de Letras e da Academia Cearense de Retórica.

Carlos Studart Filho (Fortaleza, 17 de junho de 1896 – Fortaleza, 6 de abril de 1982), historiador, geógrafo, indianista, ensaísta, crítico literário, médico e professor. Membro da Academia Cearense de Letras, do Conselho Estadual de Cultura, da Academia Brasileira de História, do Instituto Genealógico Brasileiro, da Sociedade Brasileira de Geografia, da Associação Brasileira de Imprensa e do Instituto do Ceará (presidente de 20-03-1968 a 06-04-1982).

Casimiro Montenegro Filho (Fortaleza, 29 de outubro de 1904 – Petrópolis, 26 de fevereiro de 2000), militar que criou o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (CTA), que deram origem à EMBRAER. É o patrono da área de Engenharia da Força Aérea Brasileira e da Academia Nacional de Engenharia.

César Cals de Oliveira Filho (Fortaleza, 30 de dezembro de 1926 – Fortaleza, 10 de março de 1991), militar, engenheiro, professor e político, foi governador do Ceará, senador da República e Ministro de Minas e Energia.

Cid Saboia de Carvalho (Fortaleza, 25 de agosto de 1935), advogado, professor, escritor, jornalista e radialista, eleito senador constituinte pelo Ceará (1988), é sócio efetivo da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará e Presidente de Honra da Academia Fortalezense de Letras.

Dário Moreira de Castro Alves (Fortaleza, 14 de dezembro de 1927 – Fortaleza, 6 de junho de 2010), bacharel em Direito escritor e diplomata, foi embaixador do Brasil em Moscou, em Portugal e junto à OEA. Minis-

tro interino do Ministério das Relações Exteriores, Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Delberg Ponce de Leon (Fortaleza, 8 de março de 1944), arquiteto, sócio de empresa de arquitetura, professor da UFC e diretor do Departamento de Análise e Aprovação de Projetos e Obras Públicas da Prefeitura de Fortaleza. Participou da implantação da EMURF e coordenou equipe para a elaboração do Código de Obras e Postura do município. Foi secretário de Urbanismo e Obras Públicas de Fortaleza. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Descartes Marques Gadelha (Fortaleza, 18 de junho de 1943), pintor, desenhista e escultor, recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade Federal do Ceará.

Demócrito Rocha Dummar (Fortaleza, 12 de março de 1945 – Fortaleza, 25 de abril de 2008) jornalista, por 45 anos diretor-presidente do Grupo de Comunicação O Povo.

Ednilo Gomes de Soárez (Fortaleza, 3 de agosto de 1939), escritor, graduado em administração de empresas, com pós-graduação em psicologia educacional. Diretor acadêmico do Colégio e da Faculdade 7 de Setembro. Cônsul do Chile no Ceará. Sócio efetivo da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará (presidente de 27-05-2013 a 04-03-2017).

Eduardo de Castro Bezerra Neto (Fortaleza, 16 de dezembro de 1934), escritor, graduado em Direito e em Ciências Econômicas, com mestrado em *Agricultural Economics* pela University of Arizona. É sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes (Fortaleza, 28 de abril de 1935), professor, escritor e sociólogo, bacharel em Letras e Pedagogia, doutor em Sociologia do Conhecimento e pós-doutor em História Antropológica. Professor da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Estadual do Ceará. Sócio efetivo da Academia Cearense de Letras, da Academia Cearense de Ciências e do Instituto do Ceará.

Estrigas – Nilo de Brito Firmeza (Fortaleza, 19 de setembro de 1919 – Fortaleza, 2 de outubro de 2014) foi dentista, pintor, ilustrador, escritor e crítico de arte. Criou a Escola de Belas Artes do Ceará. Na sua produção artística, retrata paisagens, cenas urbanas, pássaros e outros, ressaltando as

propriedades formais dos objetos, com a utilização das técnicas da aquarela, do desenho e da pintura a óleo.

Eustógio Wanderley Correia Dantas (Fortaleza, 3 de janeiro de 1964), pesquisador, professor, escritor e geógrafo, com mestrado e doutorado. Professor em Vitória da Conquista, em universidades particulares de São Paulo e na Universidade Federal do Ceará. É sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Evandro Sá Barreto Leitão (Fortaleza, 16 de setembro de 1967), bacharel em Economia e Direito, com pós-graduação em Gestão Pública e em Marketing. Auditor adjunto da Secretaria da Fazenda do Ceará. Foi presidente do Ceará Sporting Club (2008-2015). Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social. Deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Ceará (2021-2022).

Fernando Luiz Ximenes Rocha (Fortaleza, 23 de novembro de 1952), bacharel e mestre em Direito. Procurador do Estado, procurador-geral do Município e do Estado do Ceará. Exerceu interinamente os cargos de secretário da Justiça e de Governo, e de governador do Ceará. Desembargador do TJ - CE, foi vice-presidente e presidente. Presidente do TRE-CE. Professor da Faculdade de Direito da UFC. Sócio efetivo da Academia Cearense de Retórica, da Academia de Ciências Sociais e do Instituto do Ceará.

Francisco Dias da Rocha (Fortaleza, 23 de agosto de 1869 – Fortaleza, 25 de julho de 1960), comerciante, pesquisador, professor e cientista, fundou o primeiro museu particular do Ceará - o Museu Rocha, com seções de Botânica, Arqueologia, Mineralogia e Zoologia. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Francisco Ernando Uchôa Lima (Fortaleza, 20 de abril de 1932 – Fortaleza, 27 de dezembro de 2021), advogado, professor e escritor, membro da Academia Cearense de Letras, da Academia Cearense de Retórica, da Academia Sobralense de Estudos e Letras, e do Quadro de Honra da Academia Fortalezense de Letras. Foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e da OAB - CE.

Grecianny Carvalho Cordeiro (Fortaleza, 17 de abril de 1971), bacharel em Direito, escritora e jornalista, é procuradora de Justiça, com mestrados em Direito Público, pela UFC e pela UNIFOR. Membro da

Academia Cearense de Letras, da Academia Metropolitana de Letras de Fortaleza, da qual foi presidente, da Academia Fortalezense de Letras e sócia efetiva da Associação de Jornalistas e Escritores do Brasil – AJEB – Ce e do Instituto do Ceará.

Guilherme de Sousa Pinto (Fortaleza, 13 de junho de 1883 – Fortaleza, 14 de setembro de 1939), odontólogo, escritor e jornalista. Dedicou-se à coleta de dados estatísticos do Ceará e publicou várias obras nessa área. Ocupou os cargos de secretário da Junta Comercial e de diretor do Departamento de Estatística do Ceará. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Guilherme Chambly Studart – Barão de Studart (Fortaleza, 5 de janeiro de 1856 – Fortaleza, 25 de setembro de 1938), médico, geógrafo, pesquisador, escritor, historiador, antropólogo e humanista, escritor e professor, foi médico do Hospital de Caridade de Fortaleza. Recebeu da Santa Sé o título de barão. Herdou do pai o título de vice-cônsul do Reino Unido no Ceará. Foi um dos fundadores do Instituto do Ceará, do qual foi presidente e da Academia Cearense de Letras e do Centro Médico Cearense. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é o patrono da cadeira nº 11 da Academia Cearense de Letras.

Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso (Fortaleza, 29 de dezembro de 1888 – Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1959), advogado, professor, museólogo, contista, cronista, ensaísta, romancista e político, considerado o grande mestre do folclore no Brasil. Foi o primeiro diretor do Museu Histórico Nacional. Membro da Academia Brasileira de Letras, da qual foi presidente, da Academia Portuguesa de História, da Academia das Ciências de Lisboa e de várias outras entidades culturais.

Hélder Pessoa Câmara – Dom Helder Câmara (Fortaleza, 7 de fevereiro de 1909 – Recife, 27 de agosto de 1999), bispo católico, arcebispo emérito de Olinda e Recife, foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Pedida em 2014 a abertura de processo de beatificação, a Congregação para a Causa dos Santos emitiu parecer favorável, concedo-lhe o título de Servo de Deus, sendo aberto o processo de beatificação.

Hélio de Sousa Melo (Fortaleza, 19 de dezembro de 1921 – 28 de novembro de 2001), bacharel em Direito e escritor, dedicou-se ao magistério,

na área do idioma pátrio. Foi secretário da Faculdade de Direito da UFC, vice-Diretor da Escola Técnica Federal e diretor da Secretaria de Obras do Porto do Mucuripe. Sócio efetivo da Academia Brasileira de Língua Portuguesa e do Instituto do Ceará.

Humberto de Alencar Castelo Branco (Fortaleza, 20 de setembro de 1897 – Fortaleza, 18 de julho de 1967), militar, depois de alcançar o generalato, comandou diversas unidades militares, inclusive a 10ª Região Militar e o IV Exército e foi Chefe do Estado-Maior do Exército. Em 1964, assumiu a presidência da República, ficando no cargo até 15-03-1967.

Isabelle Braz Peixoto da Silva (Fortaleza, 21 de outubro de 1958), graduada em Ciências Sociais, tem mestrado em Sociologia, especialização em Sociologia Rural e doutorado em Ciências Sociais. Professora da Universidade Federal do Ceará. Sócia efetiva do Instituto do Ceará.

Itamar de Santiago Espíndola (Fortaleza, 14 de setembro de 1917 – Fortaleza, 13 de agosto de 1992), advogado, escritor, polígrafo, bibliófilo e hipnólogo, foi sócio efetivo da Academia Cearense de Letras, da Academia Cearense de Língua Portuguesa, da qual foi presidente e do Instituto do Ceará.

João Baptista Perdigão de Oliveira (Fortaleza, 23 de agosto de 1854 – Fortaleza, 28 de fevereiro de 1929) foi um dos fundadores do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). Historiador, abolicionista e pesquisador de documentos públicos e dos elementos que caracterizam o povo cearense, organizou a primeira exposição hemerográfica do Ceará, no dia 3 de abril de 1900.

João Franklin de Alencar Nogueira (Fortaleza, 27 de outubro de 1867 – Fortaleza, 2 de dezembro de 1947), engenheiro civil, escritor e historiador. Ocupou elevados cargos na Rede de Viação Cearense, como engenheiro-chefe da Locomoção e diretor interino da Estrada de Ferro de Baturité. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

João Hipólito Campos de Oliveira (Fortaleza, 5 de maio de 1917 – 4 de setembro de 1994), bacharel em Direito, escritor, professor e jornalista, diretor da Associação Cearense de Imprensa e do Sindicato dos Professores. Foi juiz classista da Justiça do Trabalho e vice-presidente do Conselho Estadual de Educação. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

José Clarindo de Queiroz (Fortaleza, 22 de janeiro de 1841 – Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1893), militar, participou da Guerra da Tríplice Aliança, de onde retornou no posto de tenente-coronel. Promovido a coronel em 1880, a brigadeiro em 1883 e a general em 1890. Foi presidente da província do Amazonas e Governador do Ceará, de 07-05-1891 a 16-02-1892, quando foi deposto e deportado.

José Costa Cavalcante (Fortaleza, 6 de janeiro de 1918 – Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1991) foi militar, primeiro diretor-geral da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Secretário de Segurança Pública de Pernambuco e deputado federal em 1962, reeleito em 1966. Foi Ministro do Ministério das Minas e Energia e do Interior, no governo de Costa e Silva.

José Eurípedes Maia Chaves Júnior (Fortaleza, 13 de junho de 1956), médico, bacharel em Direito e escritor. Sócio colaborador da Comissão Cearense de Folclore e membro da Sociedade Cearense de Geografia e História. Sócio efetivo da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores – Regional do Ceará, da Academia Cearense de Medicina e do Instituto do Ceará, agraciado em 2002 com diploma de *Amigo do Instituto do Ceará*.

José Felix de Azevedo e Sá (Fortaleza, 25 de março de 1781 – Caucaia, 7 de novembro de 1827) foi presidente da Província do Ceará por duas vezes. Agraciado pelo Imperador com a comenda da Cruz de Cristo.

José Francisco da Silva Albano – Barão de Aratanha (Fortaleza, 21 de maio de 1830 – Fortaleza, 13 de junho de 1901) foi comerciante e militar, coronel da Guarda Nacional. Por se destacar como grande filantropo, foi agraciado com o título de Barão de Aratanha em 1887.

José Liberal de Castro (Fortaleza, 21 de maio de 1926 – Fortaleza, 9 de setembro de 2022), arquiteto, historiador e escritor, fundador do Departamento do Ceará do Instituto de Arquitetos do Brasil. Autor de inúmeros projetos que o consagraram entre os melhores arquitetos do país, e de obras, ensaios e estudos de reconhecido valor. Foi pioneiro no processo de documentação de trabalhos arquitetônicos e urbanísticos no Ceará. Participou da criação da Escola de Arquitetura da UFC. Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

José Martiniano de Alencar (Fortaleza, 1 de maio de 1829 – Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1877), advogado, romancista, dramaturgo, jornalista e político, fundador do romantismo com temas brasileiros. Seus pri-

meiros romances foram em folhetim (*Cinco Minutos* e *O Guarani*). A partir de 1858, deu aulas de Direito Mercantil, deixando o jornalismo para ingressar no serviço público como chefe da secretaria do Ministério da Justiça e, depois, como conselheiro. Depois da morte do pai, elegeu-se deputado em cinco legislaturas. Foi Ministro da Justiça do Império. Eleito senador pelo Ceará em 1870, não foi escolhido em razão de divergências com o Ministro da Marinha, retornando para a Câmara, até o ano de sua morte.

José Parsifal Barroso (Fortaleza, 5 de julho de 1913 – Fortaleza, 21 de abril 1986), advogado, escritor e professor foi deputado constituinte pelo Ceará, deputado federal e senador pelo Ceará, tendo se afastado do mandato para assumir o cargo de Ministro do Trabalho, em janeiro de 1956. Foi Governador do Ceará e novamente deputado federal, tendo renunciando em 30-06-1977, para assumir o cargo de ministro-conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

José Reginaldo Lima Verde Leal (Fortaleza, 20 de julho de 1944 – Fortaleza, 3 de novembro de 2015), graduado em Engenharia Geológica, com mestrado em Geologia Ambiental e doutorado em Geociências. Conselheiro do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA-Ce), presidiu a Associação Profissional dos Geólogos do Ceará. Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Júlio Lima Verde Campos de Oliveira (Fortaleza, 20 de setembro de 1946), escritor, historiador e militar. Doutor em Ciências Militares, formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica de Pernambuco. Foi comandante do Colégio Militar de Fortaleza e de outras unidades militares. Promovido a General de Divisão, comandou a 10ª Região Militar, com sede em Fortaleza, passando para a reserva em 2006. De 2008 a 2009, foi Coordenador Nacional das comemorações do bicentenário do Brigadeiro Sampaio. Assessor Especial de Assuntos Históricos e Culturais da 10ª Região Militar. É sócio efetivo do Instituto do Ceará (presidente de 2021 a 2023).

Juracy Montenegro Magalhães (Fortaleza, 4 de agosto de 1905 – Salvador, 15 de maio de 2001), militar do exército brasileiro, chegou ao posto de general em 1957. Foi senador da República, deputado federal, adido militar, embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Ministro da

Justiça e das Relações Exteriores, primeiro presidente da Petrobrás e presidente da Companhia Vale do Rio Doce. Por duas vezes, foi Governador da Bahia.

Juvenal Galeno da Costa e Silva (Fortaleza, 27 de setembro de 1836 – Fortaleza, 7 de março de 1931), professor, escritor e poeta, morou no Rio de Janeiro onde passou a escrever poesias. Retornando ao Ceará, elegeu-se suplente de Deputado Provincial. Foi Inspetor de Ensino, autor de vários livros. Em 1887, foi um dos fundadores do Instituto do Ceará. Em 1889, foi nomeado Diretor da Biblioteca Pública do Ceará, cargo que ocupou por 19 anos. É o patrono da cadeira 23 da Academia Cearense de Letras.

Lauro Maia Teles (Fortaleza, 6 de novembro de 1913 – Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1950), compositor, arranjador e instrumentista, é a figura maior da pesquisa musical folclórica.

João de Lira Cavalcante Neto (Fortaleza, 25 de dezembro de 1963) é escritor, biógrafo e jornalista, graduado em Comunicação Social, com mestrado em Comunicação e Semiótica. Venceu quatro vezes o Prêmio Jabuti de Literatura e uma vez o Prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte, todos na categoria biografia.

Luciano Pinheiro Klein Filho (Fortaleza, 2 de fevereiro de 1964), graduado em Geologia e Administração de Empresas, licenciado em História com especialização em Teoria e Metodologia da História. Presidente da Federação Espírita do Estado do Ceará. Professor e pesquisador da História do Brasil, da História Militar e da História do Espiritismo. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Lúcio Gonçalo de Alcântara (Fortaleza, 16 de maio de 1943), médico, escritor e político brasileiro. Secretário de Saúde do Ceará, e de Assuntos Municipais. Prefeito de Fortaleza, deputado federal, vice-governador do Ceará, senador e Governador do Ceará. Membro da Academia Cearense de Letras e seu presidente e sócio efetivo do Instituto do Ceará, do qual foi presidente de 04-03-2017 a 04-03-2021.

Luís Antônio Vieira da Silva (Fortaleza, 2 de outubro de 1828 – Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1889), advogado, banqueiro, foi deputado provincial, deputado geral, presidente da província do Piauí, ministro

e conselheiro de Estado e senador do Império do Brasil, agraciado com o título de visconde.

Luís Cavalcante Sucupira (Fortaleza, 11 de maio de 1901 – Fortaleza, 11 de julho de 1997), político, professor, jornalista e escritor. Inspetor da Alfândega do Ceará e delegado do Tribunal de Contas da União em Pernambuco, Ceará e Alagoas. Deputado pelo Ceará na Assembleia Nacional Constituinte de 1933. Secretário da Fazenda do Ceará, assumiu, interinamente, o cargo de interventor federal no Ceará. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Luiz de Gonzaga Fonseca Mota (Fortaleza, 9 de dezembro de 1942), economista, escritor, poeta e professor. Secretário de Planejamento e Governador do Ceará, Deputado federal em três legislaturas. Sócio Efetivo da Academia Metropolitana de Letras de Fortaleza e do Instituto do Ceará, atualmente no quadro de sócios resignatários.

Luiz Esteves Neto (Fortaleza, 24 de dezembro de 1925 – Fortaleza, 31 de janeiro de 2008), empresário, com curso de direito e contabilidade, dirigiu uma das mais antigas e tradicionais indústrias gráficas de Fortaleza. Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, integrou a diretoria da Confederação Nacional da Indústria.

Manoel Albano Amora (Fortaleza, 19 de outubro de 1915 – Fortaleza, 2 de junho de 1991), ensaísta, historiador e poeta, bacharel em Direito, promotor de justiça, procurador regional da República, membro do Conselho Penitenciário do Ceará. Foi professor de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito da UFC e de Direito Penal da Escola de Serviço Social. Diretor do Museu Histórico e Antropológico do Ceará e membro do Conselho de Cultura do Ceará. Sócio efetivo da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará.

Manuel Jacaré – Manuel Olímpio Meira (Fortaleza, 1903 – Rio de Janeiro, 1942) foi um jangadeiro cearense que, juntamente com Mestre Jerônimo, Tatá e Manuel Preto, viajou na Jangada São Pedro, da Praia de Iracema em Fortaleza, para o Rio de Janeiro, então Capital do Brasil, para entregar ao Presidente Getúlio Vargas as reivindicações dos pescadores, inclusive o direito à assistência do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos. A viagem de 2.500 km, foi feita em 61 dias, tendo o Governo

atendido as reivindicações, concedendo aos pescadores artesanais direitos trabalhistas e à aposentadoria.

Manuel Lima Soares (Fortaleza, 8 de novembro de 1923 – Fortaleza, 6 de maio de 1990), advogado, professor, escritor, historiador, jornalista e conferencista, foi membro da Sociedade Cearense de Geografia e História e da Academia de Retórica. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Marcelo Caracas Linhares (Fortaleza, 15 de março de 1924 – Fortaleza, 14 de agosto de 2007), advogado, procurador do Banco do Brasil, escritor, historiador, conferencista e político, foi deputado federal e secretário de Planejamento do Ceará. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Marcelo Gurgel Carlos da Silva (Fortaleza, 13 de março de 1953), economista, professor, escritor e médico. Membro titular da Academia Cearense de Medicina, da Academia Cearense de Médicos Escritores, da Academia Brasileira de Médicos Escritores e outras. Sócio efetivo do Instituto do Ceará. Autor de mais de 100 livros nos gêneros: biografia, conto, crônica, discurso, memória, romance e teatro.

Marcos Franco Rabelo (Fortaleza, 25 de abril de 1861 – Salvador, 29 de outubro de 1928), militar, professor e político. Foi governador do Ceará, tendo tentado desmontar a estrutura de poder das oligarquias do Estado, culminando com sua deposição após a rebelião denominada “Sedição do Juazeiro”, liderada pelos coronéis, insatisfeitos por terem sido afastados do governo.

Maria da Conceição Sousa (Fortaleza, 21 de setembro de 1913 – Fortaleza, 9 de fevereiro de 1991), professora, escritora e educadora, participou da criação da Associação das Bibliotecas do Ceará, da qual foi a primeira presidente. Dirigiu a Biblioteca Central da Universidade do Ceará e ajudou a organizar outras bibliotecas públicas e particulares no Estado. Recebeu o título de Amiga do Instituto, tornando-se depois sócia efetiva do Instituto do Ceará.

Maria da Penha Maia Fernandes (Fortaleza, 01 de fevereiro de 1945) é uma farmacêutica, líder de movimentos em defesa dos direitos da mulher. Vítima da violência doméstica, lutou pela condenação do agressor. Em sua homenagem a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dá instrumentos de proteção às mulheres, foi denominada *Lei Maria da Penha*. É fundadora

de uma ONG, sem fins lucrativos, que trabalha para combater a violência doméstica contra a mulher.

Mário Rômulo Linhares (Fortaleza, 19 de agosto de 1889 – Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1965), poeta, crítico literário, genealogista e historiador brasileiro, foi membro da Academia Cearense de Letras, e seu presidente; da Academia Carioca de Letras e da Federação das Academias de Letras do Brasil e um dos fundadores e primeiro presidente do Instituto Cearense de Genealogia.

Murilo Borges Moreira (Fortaleza, 13 de julho de 1913 – Fortaleza, 2 de maio de 1982), general do Exército brasileiro, foi secretário de Polícia e Segurança Pública do Ceará e prefeito de Fortaleza, tendo reformado a Praça do Ferreira, com a retirada do antigo Abrigo Central. Foi diretor do Banco do Nordeste do Brasil.

Miguel Ângelo de Azevedo – Nirez (Fortaleza, 15 de maio de 1934) jornalista, historiador e desenhista, pesquisador da música popular brasileira. Tem um dos melhores e mais completos arquivos sobre a cidade de Fortaleza, formado por rico acervo bibliográfico, arquivístico e museológico. Diretor do Museu da Imagem e do Som do Ceará. Sócio efetivo da Academia Cearense de Literatura e Jornalismo e do Instituto do Ceará.

Osmar Maia Diógenes (Fortaleza, 11 de agosto de 1932), professor, jornalista, escritor, pesquisador, historiador e político. Licenciado em Filosofia, bacharel em Teologia, com cursos de extensão em História Política do Ceará e em Museologia. Foi funcionário do Banco do Brasil e presidiu a Financeira do BEC. Deputado estadual em quatro legislaturas, foi presidente do Instituto de Previdência do Município – IPM. Instalou e preside o Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará. Associado honorário da Academia Metropolitana de Letras de Fortaleza, e sócio efetivo do Instituto do Ceará, no qual exerceu interinamente a presidência, na condição de 1º vice-presidente (2019-2021).

Oswaldo Evandro Carneiro Martins (Fortaleza, 17 de agosto de 1922 – Fortaleza, 16 de julho de 2013), agrônomo e bacharel em Direito, licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia do Ceará, foi professor da UFC e da UNIFOR. Membro da Sociedade Cearense de Geografia e História e Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Paulino Nogueira Borges da Fonseca (Fortaleza, 27 de fevereiro de 1841 – Fortaleza, 15 de junho de 1908), bacharel em Direito, foi magistrado, jornalista, historiador, escritor, professor e político. Promotor público de Saboeiro. Secretário no Governo Provincial do Barão de Taquari e no de Freitas Henriques, na Bahia. Inspetor geral da instrução pública. Exerceu mandatos de deputado geral e deputado provincial. Como vice-presidente, assumiu a presidência da província, interinamente (1878). Desembargador do Tribunal do Estado e Provedor da Santa Casa de Misericórdia. Foi um dos fundadores (1887) do Instituto do Ceará, do qual foi o primeiro presidente. Patrono da Cadeira 29 da Academia Cearense de Letras.

Paulo Sarasate Ferreira Lopes (Fortaleza, 3 de novembro de 1908 – Rio de Janeiro, 23 de junho de 1968), advogado, jornalista, escritor e político. Foi deputado estadual, deputado federal, governador do Ceará e senador.

Pedro Alberto de Oliveira (Fortaleza, 24 de julho de 1937 – Fortaleza, 3 de fevereiro 2021), escritor, professor e mestre em História. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Pedro Augusto Borges (Fortaleza, 29 de abril de 1851 – Fortaleza, 11 de setembro de 1922) médico e militar, chegou ao posto de general de divisão. Participou da campanha abolicionista. Foi deputado federal, presidente do Estado do Ceará e senador da República.

Pedro Henrique Saraiva Leão (Fortaleza, 25 de maio de 1938 – Fortaleza 21 de janeiro de 2022), médico, poeta e ensaísta, professor emérito da UFC. Presidiu a Academia Cearense de Letras e a Academia Cearense de Medicina. Foi presidente estadual e nacional da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores - SOBRAMES.

Rachel de Queiroz (Fortaleza, 17 de novembro de 1910 – Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2003), tradutora, romancista, escritora, jornalista, cronista e dramaturga. Aos dezenove anos, publicou o primeiro romance - *O Quinze*. É autora de muitos outros livros. Foi membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Cearense de Letras.

Raimundo de Alencar Araripe (Fortaleza, 23 de janeiro de 1890 – Fortaleza, 9 de janeiro de 1984), advogado, foi o primeiro prefeito de Fortaleza eleito pelo voto popular, em 1936, tendo realizado inúmeras obras,

como o “Serviço de Assistência Pública (atual Instituto Dr. José Frota); a construção do Estádio Presidente Vargas; o Serviço Telefônico Automático de Fortaleza; o Matadouro Modelo e muitas outras. Inaugurou em 1937 a Cidade da Criança, no antigo Parque da Liberdade.

Raul Barbosa (Fortaleza, 19 de agosto de 1911 – Washington, 16 de agosto de 1975), advogado e professor, foi subprocurador e depois procurador geral do Estado. Deputado federal à Assembleia Nacional Constituinte (1946) e governador do Ceará. Foi Presidente do Banco do Nordeste do Brasil e diretor do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho (Fortaleza, 23 de agosto de 1944), graduada em Pedagogia, com mestrado e doutorado em Sociologia, e experiência profissional na Teoria Sociológica, com atuação nos temas: política, campanhas eleitorais, representações sociais e mídia. Professora do programa de graduação e pós-graduação da UFC. Fundou o Laboratório de Estudos sobre Política, Eleição e Mídia. Sócia efetiva do Instituto do Ceará.

Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra (Fortaleza, 15 de agosto de 1975), médico, foi deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa do Ceará e Prefeito de Fortaleza.

Rubens de Azevedo (Fortaleza, 30 de outubro de 1921 – Fortaleza, 17 de janeiro de 2008), astrônomo, quadrista, escritor e professor da área de Astronomia e Astronáutica. Sócio efetivo da Instituto do Ceará, do Instituto de Genealogia e Heráldica da Paraíba e da União Brasileira de Escritores. Diretor da Casa de Cultura Raimundo Cela e do Observatório da Paraíba e presidente da União Brasileira de Astronomia.

Seridião Correia Montenegro (Fortaleza, 16 de maio de 1943), bacharel em Direito, professor, técnico de educação, subchefe de Gabinete do Vice-Governador e vereador de Fortaleza. Foi técnico de tributação do Ministério da Fazenda, auditor fiscal da Receita Federal e procurador da Fazenda Nacional. Membro da Academia Metropolitana de Letras de Fortaleza e da Academia Fortalezense de Letras, das quais foi presidente, da Academia de Letras dos Municípios Cearenses, representante do Crato, e sócio efetivo do Instituto do Ceará, do qual é o secretário-geral (2021-2023).

Tácito Teófilo Gaspar de Oliveira (Fortaleza, 12 de janeiro de 1914 – Fortaleza, 30 de agosto de 2011), militar, foi designado como capitão para participar da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. Superintendente da SUDENE. Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Sócio efetivo do Instituto do Ceará, do qual foi presidente 04-03-1983 a 04-03-1985 e de 04-03-1995 a 04-03-1997).

Tasso Ribeiro Jereissati (Fortaleza, 15 de dezembro de 1948), empresário e político, formado em administração de empresas é o proprietário do Shopping Center Um e do Shopping Iguatemi Fortaleza. Foi presidente do Centro Industrial do Ceará – CIC. Governador do Ceará em três mandatos; senador pelo Ceará, de 2003 a 2011 e 2014 a 2022.

Thomaz Pompeu de Souza Brasil Sobrinho (Fortaleza, 16 de novembro de 1880 – Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1967), sociólogo, etnógrafo e historiador, formado em Engenharia. Fundador e professor da Escola de Agronomia do Ceará. Fundador e diretor do Instituto de Antropologia da UFC. Secretário de Agricultura do Ceará. Fundou e presidiu a Sociedade Cearense de Agricultura. Sócio efetivo do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, dos quais foi presidente e da Academia Cearense de Ciências. Presidente do Conselho Estadual de Economia.

Tomaz Pompeu Pinto Accioli (Fortaleza, 30 de julho de 1868 – Fortaleza, 8 de fevereiro de 1941), advogado e professor, foi deputado estadual constituinte de 1892, reeleito em 1893, afastado em 1894 para assumir o cargo de secretário do Interior, deputado federal em três legislaturas e senador. Em 1930, retornou à Assembleia Legislativa do Ceará, até o fechamento das casas legislativas de todo o país.

Virgílio de Moraes Fernandes Távora (Fortaleza, 29 de setembro de 1919 – São Paulo, 3 de junho de 1988), militar, chegou ao posto de Coronel. Foi deputado federal pelo Ceará; ministro dos Transportes; governador do Ceará, em dois mandatos, e senador por duas vezes. Em seu governo, foi criada a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará em 1966. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Vladir Pontes Menezes (Fortaleza, 12 de julho de 1934), bacharel em Direito, professor, licenciado em História, com mestrado, exerceu vários cargos e chefias. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Zélia Sá Viana Camurça (Fortaleza, 16 de dezembro de 1924 – Fortaleza, 9 de junho de 2019), licenciada em Pedagogia, com curso de Antropologia e diploma de *Philosophiae Doctor* (Ph.D), bacharel em Direito. Especializada em Educação, Antropologia e Linguística, foi catedrática da UFC e UECE, nos cursos de Graduação e Pós-graduação. Foi uma das fundadoras, presidente e vice-presidente da Comissão Cearense de Folclore. Sócia efetiva do Instituto do Ceará.

Yolanda Pontes Vidal Queiroz (Fortaleza, 12 de novembro de 1928 – Fortaleza, 17 de junho de 2016), empresária, participou da fundação e desenvolvimento do Grupo Edson Queiroz, que reúne empresas dos setores de distribuição de gás, água mineral e refrigerantes, metalurgia, comunicação (rádio, jornal e televisão), agropecuária, agroindústria e imóveis. Após a morte do marido em 1982, assumiu a presidência do grupo.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Fortaleza 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Fortaleza – outubro/98.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara. MARTINS, José Murilo. Academia Cearense de Letras. História e Acadêmicos. GIRÃO, Raimundo. A Academia de 1894. AZEVEDO, Rubens. Os 40 da Casa do Barão. AMORA, Manoel Albano. A Academia Cearense de Letras. Síntese Histórica.

Fortim

Hino de Fortim

(Letra e melodia
por Aldenízia Barbosa de Lima)

Num pedaço do nosso Brasil
Tu estás imponente a crescer
Do teu nome se faz a história
Que o povo jamais vai esquecer.

Fortim do Forte São Lourenço
Fortim das águas do mar
Fortim da Pedra do Chapéu
Teus encantos fascinam nosso olhar.

De tuas águas sai o sustento
Pro teu povo humilde e vencedor
Carregando as marcas do passado
Que ajudam a ti fortalecer.

Nesta terra abençoada por Deus
Cultivamos a semente do progresso
Que nasceu e logo floresceu
Fazendo do Fortim o lugar certo.

Nos manguezais, na praia, no rio
O vento assobia o teu hino
Hino que canta a luta e a vitória
Da tradição que faz história.

És criança na flor da idade
Com brilho e garra no olhar
Orgulho daqueles que batalharam
Pra conseguir te emancipar.

Fortim é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do litoral de Aracati e na mesorregião de Jaguaribe.



O **IDH** de (2010) foi de 0,624, de nível médio, situando-se em 61º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 24,25, ficando em 79º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Fortim é uma forma reduzida da palavra “Fortinho”, antiga denominação da sede do distrito de Canoé. As alterações toponímicas distritais foram de Canoé para Fortinho, e de Fortinho para Fortim.

Gentílico:

fortinense.

Limites geográficos

Norte: Beberibe e Oceano Atlântico

Leste: Aracati e Oceano Atlântico

Sul: Aracati

Oeste: Beberibe e Aracati

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Fortim, com **área** de 278,8 km², tem **população estimada** para 2021 em 16.776 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 784 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 22 m e a **distância para a Capital** é de 132,5 km, com acesso principal pelas rodovias CE-040 / CE-123 / CE-403 / CE-404. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (83,31%), areias quartzosas marinhas distróficas (0,50%), solo indiscriminado de mangue (0,62%), solonchak sódico (14,09%) e solonetz solodizado (1,33%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município de Fortim está inserido nas regiões hidrográficas do Baixo Jaguaribe e das Bacias Metropolitanas. Por sua proximidade com o litoral, é caracterizado pela presença de áreas de inundação e lagoas. O município tem 182,3 km² (65,6%) do seu território inserido na região da Bacia Hidrográfica Metropolitana, enquanto 97,8 km² (34,4%) encontra-se na Sub-Bacia do Baixo Jaguaribe, tendo como principal recurso hídrico o rio Pirangi, com extensão de 177,5 km, que possui como afluentes cursos de água intermitentes, exceto nas localidades próximas do litoral. Já na Sub-Bacia do Baixo Jaguaribe, o principal recurso hídrico é

o rio Jaguaribe. Com relação ao **relevo**, destacam-se os tabuleiros pré-litorâneos, a planície ribeirinha e a planície litorânea. A **vegetação** é constituída de complexo vegetacional da zona litorânea, floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar com carnaúba) e floresta perenifólia paludosa marítima.

Síntese histórica

As primeiras notícias das terras que deram origem ao município de Fortim datam de 1603. Pero Coelho de Souza, já com o título de capitão-mor, se dirigiu para o Siará Grande, com o objetivo de desbravar, colonizar e impedir o comércio dos nativos com os estrangeiros que atuavam nessa região, saindo da Paraíba com destino ao rio Jaguaribe, para dali seguir até a Serra da Ibiapaba. Depois de vencer os franceses e indígenas locais na Serra Grande, retornou à barra do rio Ceará, onde ergueu o Fortim São Lourenço. Em seguida, seguiu para a capitania da Paraíba, a fim de buscar a família, de onde retornou dezoito meses depois, com a esposa, D. Maria Tomázia, e cinco filhos menores, mas, devido à seca que assolava toda a província do Siará, resolveu voltar para a Paraíba, depois de conseguir fazer o engajamento de tropas indígenas locais. Chegando à Paraíba não conseguindo o apoio solicitado, retornou à capitania do Siará, na companhia da mulher e dos filhos. Mudou, então, a denominação do Fortim São Lourenço para Fortim de São Tiago da Nova Lisboa ou Nova Lusitânia. Ao cabo de algum tempo, e sem esperanças de apoio, resolveu seguir para a Fortaleza dos Reis Magos, onde seria acolhido. Deixou como lembrança histórica, além do Forte, algumas peças de artilharia, surgindo então nesse lugar o povoado de Fortim.

De acordo com publicação da Revista do Instituto de Ceará de 1910 (p. 168-171), os primeiros navegadores que chegaram a essas terras vieram de Pernambuco nas incursões de Jeronymo de Albuquerque e se estabeleceram no lado direito do rio Jaguaribe, “em lugar hoje completamente dominado pelas dunas”, onde atualmente há apenas alguns coqueiros. O Fortim atual está situado “na data de Villa Viçosa, à margem esquerda do rio”. Segundo a referida publicação, “a exploração das salinas de Canoé, que demoram à barra do rio Pirangy, a 18 quilômetros, mais ou menos, do Fortim, deu grande desenvolvimento à povoação”. Nesse tempo, foram construídas muitas casas em ruas paralelas ao rio. O arrendatário da salina, Dr. Rodolpho F. Lahmeyer construiu em 1906 uma capelinha sob a invocação de Nossa Senhora

do Amparo. No ano de 1972, a empresa J. G. Empreendimentos Ltda, de propriedade do empresário João Gentil Júnior, adquiriu da Companhia de Comércio e Navegação 700 hectares de terra no distrito de Fortim, vinculado à época ao município de Aracati, em área onde está situado o núcleo urbano de Fortim. Quando da emancipação política do município em 1992, o impasse sobre a propriedade dos imóveis, entre os moradores da cidade e o detentor do título de propriedade dos terrenos, gerou batalha judicial de demorada solução, com reais prejuízos para o desenvolvimento do município.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Canoé, pela lei nº 1.271, de 29-05-1934, subordinado ao município de Aracati. Pela lei nº 386, de 14-10-1937, o distrito de Canoé passou a denominar-se Fortinho. Em divisões territoriais datadas 31-12-1936 e 31-12-1937, o distrito, já denominado Fortinho, figura no município de Aracati. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Fortinho passou a denominar-se Fortim. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o distrito de Fortim figura no município de Aracati, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1991. Elevado à categoria de município com a denominação de Fortinho, pela lei estadual nº 11.928, de 27-03-1992, desmembrado de Aracati, foi instalado em 01-01-1993, com sede no antigo distrito de Fortim, constituído apenas do distrito sede. Pela lei municipal nº 035, de 05-07-1993, foram criados os distritos Barra, Campestre, Guajiru, Maceió e Viçosa. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 6 distritos: Fortim (sede), Barra, Campestre, Guajiru, Maceió e Viçosa, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Os atuais distritos de Fortim são: Fortim (sede), Barra, Campestre, Guajiru, Maceió e Viçosa.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a pesca industrial, voltada para o mercado interno e externo; o turismo, com destaque para as belas praias de Fortim, das Agulhas e do Pontal de Maceió; o Rio Piranji, o Mirante da Barra e a Pedra do Chapéu; a agricultura de subsistência, destacando-se as culturas do feijão, milho, mandioca, monocultura de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar e castanha de caju; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o ex-

trativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, além de atividades com a utilização de oiticica e carnaúba como matérias primas; o artesanato de redes, bolsas, sacolas e chapéus-de-palha; a mineração, com a extração de areia, diatomito e argila, utilizados na fabricação de telhas e tijolos. O Parque Eólico de Fortim, inaugurado em 2020, representa fator importante para o desenvolvimento econômico do município de Fortim.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa de Reisado (6 de janeiro), o Carnaval Cultural de Fortim, com desfile de blocos na praia de Pontal de Maceió e na Praça São Pedro, com desfile de bonecos gigantes (fevereiro/março); a Festa de São José (19 de março); a Semana Santa, com Via Sacra pelas ruas da sede do município; a Festa da Cidade, em comemoração da emancipação política do município (semana que antecede o dia 27 de março); a Festa do Mês de Maria, no decorrer do mês de maio, encerrando-se com a Coroação de Nossa Senhora, em 30 de maio; a Festa de Nossa Senhora das Graças, no Pontal de Maceió (25 de maio); a Festa do copadroeiro São Pedro, com carreata, levando a bandeira de São Pedro, novenas, rezadas cada noite por uma comunidade, leilões e procissão de barcos no rio Jaguaribe (28 e 29 de junho); a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Amparo, com a celebração de missas, quermesses, leilões, bingos, hasteamento da bandeira e novenas (21 de setembro); a Comemoração do Dia do Músico (22 de novembro); e o Réveillon de Luzes e Cores do Pontal de Maceió – Fortim (31 de dezembro).

Principais personalidades:

Rodolpho F. Lahmeyer, engenheiro, arrendatário das salinas de Canoé, responsável pela construção da sede da empresa Companhia Comércio e Navegação e, em 1906, da antiga capela de Nossa Senhora do Amparo.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Fortim 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Fortim – outubro/98

Frecheirinha

Hino de Frecheirinha

(Letra e melodia por
Antônio da Silveira Bastos)

Sob as sombras da Serra Ibiapaba,
No Sertão, entre fontes cristalinas
Sobre o solo da terra de minérios,
De regatos fecundos verdejantes,
Floresceu, junto às margens do Caiçara,
Frecheirinha dos prados e colinas,
Dos cultores de encantos da Seara:
Pátria amada é de todos sem mistérios.

*Frecheirinha de heróis fundadores,
Rica terra da cal adornada,
Nossa vida ao teu sol de esplendores
É mais doce ó gentil Frecheirinha.*

Para nós o teu seio nordestino,
É o de mãe carinhosa, sertaneja
Que em todos momentos mais doridos
Nos abriga ao calor de ternos ninhos.
Berço amado de filhos aguerridos,
Dá-nos paz sobre a Pátria que viceja
Sob o céu sempre azul e cristalino
Desta terra de amores e carinhos.

Frecheirinha de heróis fundadores ...

Frecheirinha é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Coreaú e na mesorregião do Noroeste Cearense, pertencente à Região Metropolitana de Sobral.

O **IDH** de Frecheirinha (2010) foi de 0,604, de nível médio, situando-se em 122º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 31,60, ficando em 37º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo frecheirinha é o diminutivo de frecheira, que designa abelha social indígena da família dos meliponídeos. Frecheira tem também o significado de seteira, abertura estreita nos muros das fortificações e das naus, por onde se disparavam as setas. Local abundante em frechas ou flechas.

Gentílico:

frecheirinhense.

Limites geográficos

Norte: Coreaú e Tianguá

Leste: Coreaú

Sul: Ubajara

Oeste: Tianguá

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Frecheirinha, com **área** de 181,2 km², tem **população estimada** para 2021 em 14.195 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente subúmido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 1.026,5 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 121,05 m e a **distância para a Capital** é de 301,4 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-403 / CE-504. O **solo** é constituído de podzólico vermelho amarelo eutrófico (93,39%), solo litólico eutrófico (6,39%) e solo litólico eutrófico e distrófico (0,22%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na Bacia hidrográfica do rio Coreaú, tendo como principais drenagens o próprio rio Coreaú e os riachos Ubajara, Palmeira e Jardim e como principais reservatórios os açudes Angicos, da Barreira, do Pavão e da Roça Velha e a Lagoa de Seriema. Com relação ao **relevo**, predominam a depressão sertaneja, maciços residuais e o planalto da Ibiapaba. A **vegetação** é constituída de floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea), caatinga arbustiva aberta e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca). O município tem parte de sua área incluída na zona de proteção do Parque Nacional da Ibiapaba.

Síntese histórica

As terras de Frecheirinha se localizam nas proximidades da Serra da

Ibiapaba, em uma zona fértil, que favorece o cultivo de cana de açúcar, do arroz e do milho. No início do século XX, alguns fazendeiros vieram para essa região, atraídos pela fertilidade do solo, propício para o cultivo da terra e para a criação de gado. Em 1903, foi erigida uma capelinha de taipa em honra de Nossa Senhora da Saúde, em torno da qual foram surgindo novas habitações, que deram origem ao povoado de Frexeirinha, depois Frecheirinha. No local da Capela, foi construída a atual Igreja Matriz de Nossa Senhora da Saúde, padroeira do município.

Formação Administrativa:

Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 01-12-1920, figura no município de Palma o distrito grafado “Frexeirinha”. Em 1933, Frexeirinha passou a integrar o município de Tianguá, retornando pouco tempo depois à jurisdição de Palma, assim permanecendo em divisões territoriais datada de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de Palma passou a denominar-se Coreaú e o distrito aparece grafado Frecheirinha. Em divisão territorial datado de 01-07-1950, o distrito de Frecheirinha permanece no município de Coreaú. Elevado à categoria de município com a denominação de Frecheirinha, pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, desmembrado de Coreaú, instalado em 25-03-1955, tendo como sede o antigo distrito de Frecheirinha e constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada em 2007. O município de Frecheirinha atualmente é constituído apenas do distrito sede.

Atividade econômica

São atividades econômicas importantes do município a agricultura de subsistência, com a cultura de arroz, milho, feijão e mandioca, além das monoculturas de algodão, cana-de-açúcar e castanha de caju; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos e suínos; a mineração, com a extração de calcário para a fabricação de cal, muito utilizado na construção civil, na correção do PH do solo e como insumo na criação de camarão em cativeiro, e de folhelho e arenito para fabricação de pisos rústicos, fachadas e batentes; o artesanato de chapéus-de-palha e bordados;

o extrativismo vegetal, com a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, além das atividades que utilizam como matérias primas a oiticica e a carnaúba. Atualmente, a produção industrial, principalmente de moda íntima, representa a principal fonte de renda e de ocupação do município, que se destaca como o maior polo produtor de *lingerie* do Ceará, exportada para os mercados nacionais e internacionais. No turismo, o polo de moda íntima coloca o município na área do turismo de negócios, mas se destaca também o turismo ecológico, tendo em vista que a cidade é a porta de entrada para o Parque Nacional da Ibiapaba, via sertão, situando-se a 10 km da entrada do Parque, com acesso por estrada asfaltada. As opções de trilhas, banhos e pescarias em açudes complementam as oportunidades oferecidas aos turistas.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Emancipação Política do Município (25 de março); o Festival Regional de Quadrilhas Juninas (junho); a Festa Anual das Árvores, campanha educativa, que visa conscientizar a comunidade sobre a importância das árvores para a preservação ambiental (17 a 24 de março); A Festa da Padroeira Nossa Senhora da Saúde (04, 05 e 06 de setembro).

Principais personalidades

Abdias Pontes de Aguiar, primeiro prefeito de Frecheirinha, quando da emancipação política do município (1956 a 1959).

Gilson de Albuquerque Pontes (Frecheirinha, 20 de junho), graduado em Filosofia, História e Letras, professor de português e artes, escritor, poeta e artista plástico, na categoria pintura. Representante de Frecheirinha na Academia de Letras dos Municípios Cearenses - ALMECE.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Frecheirinha 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Frecheirinha – outubro/98

Prefeitura de Frecheirinha: <https://www.frecheirinha.ce.gov.br>



General Sampaio

Graça

Granja

Granjeiro

Groáiras

Guaiúba

Guaraciaba do Norte

Guaramiranga

General Sampaio

Hino de General Sampaio

(Letra por Francisco Barbosa Cavalcante
e melodia por autor não identificado)

Minha terra querida que beleza,
Onde o rio Curu vai dormir
Desdobrando em teu seio corpo imenso
Para seguir a jornada para o mar.

Teus pomares, teus campos verdejantes,
Meu olhar se encanta ao fitar
Minha terra é jardim tão deslumbrante
Não esqueço e nem deixo de te amar.

General Sampaio!
Teus pescadores na barragem a pescar
General Sampaio!
Agricultores no campo a lavar.
General Sampaio!
Todos vão tua riqueza construir
General Sampaio!
Teu futuro, e teu povo irá fazer
Não o esqueço e nem o deixo! (bis)

General Sampaio é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Médio Curu e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de General Sampaio (2010) foi de 0,568, de nível baixo, situando-se em 178º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 22,49, ficando em 96º lugar no Ceará.

Toponímia:

topônimo com que foi denominada a barragem construída pelo DNOCS, em homenagem ao herói cearense Antônio de Sampaio, patrono

da arma de infantaria do Exército Nacional e a cidade que se formou em local próximo. Originariamente, o povoado era denominado Sítio Bom Jesus.

Gentílico:

sampaiense.

Limites geográficos

Norte: Apuiarés

Leste: Paramoti e Apuiarés

Sul: Canindé e Paramoti

Oeste: Apuiarés, Tejuçuoca e Canindé

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de General Sampaio, com **área** de 205,8 km², tem **população estimada** para 2021 em 7.767 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 360,8 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 155 m e a **distância para a Capital** é de 131,6 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / CE-162 / CE-230 / CE-253. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (50,81%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (0,18%), solo litólico eutrófico (36,01%) e solos aluviais eutróficos (5,32%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Curu, tendo como principais drenagens o rio Curu e o riacho Maracujá, sendo o principal reservatório da região o açude General Sampaio, no limite desse município com o vizinho município de Paramoti. Com relação ao **relevo**, se destaca a depressão sertaneja, com formas de relevo suaves e pouco dissecadas e altitudes inferiores a 200 metros. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa.

Síntese histórica

Originariamente, a denominação do lugar era Sítio Bom Jesus, também conhecido como Boqueirão da Mãe Teresa, localizado às margens do Rio Curu, em terras que foram habitadas pelos índios Apuiarés. A partir de 1890, o sítio era habitado por pequenos agricultores que, além do cultivo do milho, fumo, mandioca e feijão, se dedicavam à criação de gado bovino, caprino e ovino. Em 1904, o sítio Bom Jesus se compunha de qua-

tro casas de tijolo e telha, situadas nas proximidades da região onde seria construída a parede do açude General Sampaio. Com a seca de 1932, teve início a construção da barragem de um grande açude no “Boqueirão da Mãe Teresa”, que viria a ser chamado Açude General Sampaio. Centenas de pessoas acorreram ao local em busca de trabalho, passando a residir nas imediações do Sítio Bom Jesus. Desde o início das obras, foi se formando o que seria um grande acampamento onde começaram a ser construídas casas de alvenaria, iniciando-se a formação do povoado. O Açude General Sampaio foi construído pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCs), para a regularização do Rio Curu e para a irrigação das terras do Vale do Curu. Iniciado em 1932 e concluído em 1935, com bacia hidrográfica de 1.720 km², a capacidade de armazenamento de água, na bacia, é de 322,2 milhões de metros cúbicos. Em 1934, foi construída a capela de Nossa Senhora do Rosário, num terreno alto, cedido pelo fazendeiro Sebastião Abreu.

Formação Administrativa

Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, figura no município de Pentecoste o distrito de General Sampaio, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-12-1955. Elevado à categoria de município com a denominação de General Sampaio, pela lei estadual nº 3.338, de 15-02-1956, desmembrado de Pentecoste, instalado em 01-03-1957, tendo como sede o antigo distrito de General Sampaio, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo desde então.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca, além de monoculturas de algodão, cana-de-açúcar e castanha de caju; a pecuária extensiva, com criação de bovinos, ovinos, caprinos e suínos; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, além de atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes, chapéus-de-palha e bordados; a mine-

ração, com a extração de rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; e a atividade pesqueira.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a festa da padroeira Nossa Senhora do Rosário (de 05 a 15 de setembro); o carnaval (fevereiro/março); o Concurso Miss General Sampaio (15 de março); e a Festa de aniversário do Município (01 de março).

Principais personalidades:

Sebastião de Abreu, autor da doação, em 1934, de terreno na localidade Boqueirão de Mãe Teresa, destinada à construção da capela de Nossa Senhora do Rosário, atual igreja matriz de General Sampaio.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de General Sampaio 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de General Sampaio – outubro/98. <https://www.generalsampaio.ce.gov.br>

Graça

Hino de Graça

(Letra por Pinto Carneiro e melodia
por autor não identificado)

Nós somos o Graça, nós somos
Outro Graça no mundo não há
Minha gente, meu chão, minha terra
Pé-de-serra do meu Ceará.

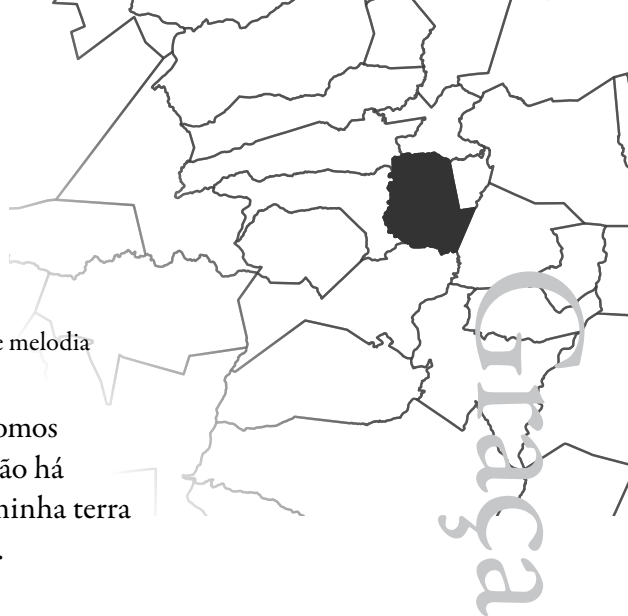
Se a Ibiapaba te guarda,
O valente Altamira te mira.
Fazenda Pedregulho, um orgulho
Da história que te enche de glória.

*Ó meu Graça que a tua impressão
Nunca saia do meu coração
Onde eu estiver há de estar,
Minha terra, meu chão, meu lugar.*

Tens da bela selvagem a linhagem,
Trazes algo do branco fidalgo.
Foi da índia e do português
Que essa grande família se fez.
Ó meu Graça que a tua impressão ...

Tuas festas de reis dia seis
Unem o povo como um Ano Novo
O teu 15 de abril é perfil
Dessa gente hoje independente.
Ó meu Graça que a tua impressão ...

Tua fé tem na Virgem a origem
Recebendo essas graças tu passas
Em agosto celebra com gosto
Essa festa que é ver o teu rosto.
Ó meu Graça que a tua impressão ...



Graça é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Sobral e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Graça (2010) foi de 0,570, de nível baixo, situando-se em 175º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 19,18, ficando em 136º lugar no Ceará.

Toponímia:

há três versões para a origem da denominação do município - Graça: a simplificação do nome do escritor Graça Aranha; o nome simplificado da padroeira do município Nossa Senhora das Graças; e, segundo informação oral de antigos moradores da povoação, Manoel Graça seria o nome do responsável pela construção da capela em honra de Nossa Senhora das Graças.

Gentílico:

gracense.

Municípios limítrofes

Norte: Pacujá, Mombaça e Ibiapina

Leste: Pacujá e Reriutaba

Sul: São Benedito, Guaraciaba do Norte e Reriutaba

Oeste: São Benedito

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de, com **área** de 281,9 km², tem **população estimada** para 2021 em 14.415 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente subúmido, tropical quente úmido e tropical subquente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 823 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 174,8 m e a **distância para a Capital** é de 320 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-403 / CE-253 / CE-321. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (2,80%), latossolo amarelo álico (6,34%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (51,35%), solo litólico eutrófico (18,07%) e solo litólico eutrófico e distrófico (21,43%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Acaraú, tendo como principais drenagens o rio Jaibaras e os riachos Itapirangaba e Riachão, sem reservatórios expressivos no município. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões

sertanejas e o Planalto da Ibiapaba. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea), floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca) e floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular (mata úmida).

Síntese histórica

A população da antiga povoação do atual município de Graça, durante muitos anos se dedicou ao trabalho artesanal de fabricação de redes e outros artefatos de algodão. A emancipação política de Graça, em 15 de abril de 1987, resultou de plebiscito popular sob a liderança do pároco Padre Raimundo Nonato Rodrigues, que havia conseguido elevar a igreja local à condição de paróquia, dedicada a Nossa Senhora das Graças.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Graça, pela lei provincial nº 1.491, de 16-12-1872 e por ato provincial de 25-06-1873. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Graça figura no município de São Benedito, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o distrito de Graça permanece no município de São Benedito. Em divisão territorial datada de 01-07-1960 o município de Graça permanece no município de São Benedito, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Elevado à categoria de município com a denominação de Graça, pela lei estadual nº 11.307, de 15-04-1987, desmembrado de São Benedito, e instalado em 01-01-1989, tendo como sede o antigo distrito de Graça. Em divisão territorial datada de 17-07-1991, o município é constituído do distrito sede. Pela lei municipal nº 033, de 01-08-1991, é criado o distrito de Lapa e anexado ao município de Graça. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 2 distritos: Graça (sede) e Lapa, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Atualmente, o município está constituído por dois distritos: Graça (sede) e Lapa.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência, com as culturas de feijão, milho e mandioca e as monocul-

turas de algodão, cana-de-açúcar e castanha de caju; a pecuária extensiva com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de couros, redes, chapéus-de-palha e bordados; a mineração com a extração de areias e cascalheiras; o comércio e a prestação de serviços; e o turismo.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa de Reisado, no Dia de Reis (6 de janeiro), na sede do município e no Sítio Caraúbas; os Festejos do Dia dos Namorados (12 de junho); as Comemorações da Emancipação Política do município (15 de abril) e a Festa da Padroeira Nossa Senhora das Graças (27 de novembro).

Principais personalidades:

Augusto Brito, primeiro prefeito do município de Graça, de 1989 a 1992.

Padre Raimundo Nonato Rodrigues, pároco de Graça, líder do movimento em favor da emancipação política do distrito, (1987), tendo conseguido elevar a igreja local à condição de paróquia.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

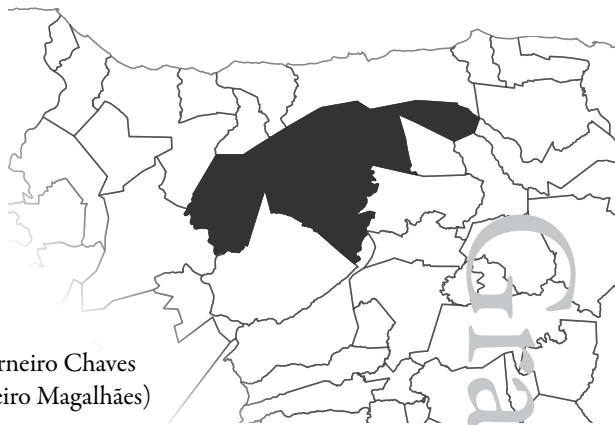
IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Graça 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Graça – outubro/98

<https://www.graca.ce.gov.br>

Granja



Hino de Granja

(Letra por Padre Osvaldo Carneiro Chaves
e melodia por Joaquim Carneiro Magalhães)

Quando o sol rasga a bruma da alvorada
Descobre entre perfumes e verdores
Um berço de cortina aurinevada
Coberto por dossel de lindas cores:
É Granja que nas margens situadas
Do Rio Coreaú, plena de amores
E de encantos, diz ser a pátria amada
Mãe querida que acalma as nossas dores.

Granja de Lívio Barreto

Rica terra abençoada:

Em teu seio é doce a vida,

Terna mãe, Granja adorada

Teu seio é para nós o de mãe pura,
Alenta-nos na dor e na amargura.
E dá-nos o calor dos ternos ninhos,
Sentimo-nos felizes, berço amado,
Debaixo deste céu sempre azulado,
Cobertos pelo véu de teus carinhos.
Granjenses, pela glória do Brasil,
Lutar, lutar com fogo juvenil!

Granja é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Camocim e Acaraú e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Granja (2010) foi de 0,559, de nível baixo, situando-se em 183º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 23,02, ficando em 88º lugar no Ceará.

Toponímia:

topônimo proveniente de denominação de povoação ao norte de Porto, em Portugal.

Gentílico:

granjense.

Limites geográficos

Norte: Camocim, Barroquinha e Chaval

Leste: Uruoca, Senador Sá, Martinópole, Marco e Bela Cruz

Sul: Viçosa, Tianguá, Moraújo e Uruoca

Oeste: Chaval, Estado do Piauí e Viçosa do Ceará

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Granja, com **área** de 2.663 km², tem **população estimada** para 2021 em 55.170 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 998,2 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 10,55 m e a **distância para a Capital** é de 332,3 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-402 / CE-085 / CE-177 / CE-216 / CE-556. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (7,82%), planossolo solódico ta (32,93%), podzólico vermelho amarelo distrófico (31,41%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (5,81%), solo litólico distrófico (1,65%), solo litólico eutrófico (3,75%), solo litólico eutrófico e distrófico (11,24%), solo litólico álico (0,14%), solonchak sódico (0,62%), solinetz solodizado (0,47%) e solos aluviais eutróficos (4,02%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Coreaú e tem como principais drenagens os rios Coreaú, Timonha, Ubatuba e Itacolomi, e os riachos Cajueiro, Tabocal, Gangorra, Sairi e da Barreira, não havendo reservatórios superficiais expressivos. Com relação ao **relevo**, predominam glaciais pré-litorâneo dissecado em interflúvios tabulares e planície litorânea. A **vegetação** é constituída de complexo vegetacional da zona litorânea, cerrado e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese histórica

O povoamento do município de Granja, anteriormente denominado Macavoqueira e Santa Cruz do Coreaú, foi dos mais antigos da Capitania do Ceará Grande. Várias tribos, como as dos índios Tabajaras, Tapuias e Tremembés, habitavam essa vasta região, beneficiada com as terras férteis das ribeiras do rio Coreaú. Por volta de 1702, Miguel Machado Freire e seu irmão Domingos Machado Freire receberam uma doação de cinco léguas de terras de frente, por uma légua de largo, na margem oriental do rio Coreaú. Outros colonizadores baianos e portugueses foram se fixando à margem do rio, próximo do porto e outros nas proximidades da localidade Tabainha, onde existia a Missão dos Jesuítas. Com a expulsão dos religiosos, os índios pouco a pouco deixaram a aldeia, onde já existia um nicho de oração, e se mudaram para o povoado à margem do rio, no qual havia mais comércio e movimento e que já era conhecido por Santa Cruz. Foi nesse local que surgiu a atual cidade de Granja, que, por provisão, passou a ser sede de freguesia, então com a denominação de Macavoqueira.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Granja, pela Provisão de 30-08-1757. Elevado à categoria de vila com a denominação de Granja em 1776, tendo por sede a povoação de Coreaú. Passou à condição de cidade com a denominação de Granja pela Lei Provincial n.º 692, de 03-11-1854. Pelo Ato Provincial de 29-09-1874, é criado o distrito de Ubatuba e anexado ao município de Granja. Pelo Ato Provincial de 06-06-1881 é criado o distrito de Angico e anexado ao município de Granja. Pelo Ato Provincial de 13-07-1886 é criado o distrito de Parazinho e anexado ao município de Granja. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 7 distritos: Granja (sede), Angico, Chaval, Iboassu, Parazinho, Riachão e Ubatuba. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920, o município aparece constituído de 8 distritos: Granja (sede), Angico, Chaval, Iboassu, Parazinho, Pitombeiras, Riachão e Ubatuba. Pela Lei Estadual n.º 2.448, de 30-10-1926, é criado o distrito de São Francisco e anexado ao município de Granja. Pelo Decreto Estadual n.º 193, de 20-05-1931, o distrito de Chaval deixa de pertencer ao município de Granja, sendo anexado ao município de Quixeramobim. Pelo

Decreto Estadual n.º 1.156, de 04-12-1933, o distrito de Angico, passou a denominar-se Martinópolis. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 8 distritos: Granja (sede), Iboassu, Itaúna, Martinópolis, Parazinho, Riachão, São Francisco e Ubatuba, não figurando o distrito de Pitombeiras. Pela Lei Estadual n.º 351, de 02-09-1937, o distrito de Iboassu passou a denominar-se São Miguel. Em divisão territorial datada de 31-12-1937 o município é constituído de 8 distritos: Granja (sede), Itaúna, Martinópolis, Parazinho, Riachão, São Miguel, Ubatuba e São Francisco. Pelo Decreto Estadual n.º 448, de 20-12-1938, o distrito de Itaúna passou a denominar-se Timonha. Sob o mesmo Decreto o distrito de São Miguel passou a denominar-se Pessoa Anta e o distrito de São Francisco passou a denominar-se Coreaú. No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943, o município é constituído de 8 distritos: Granja (sede), Martinópolis, Parazinho, Pessoa Anta, Riachão, Coreaú, Timonha e Ubatuba. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Riachão passou a denominar-se Uruoca. Sob o mesmo Decreto o distrito de Ubatuba passou a denominar-se Ibuguaçu e ainda o distrito de Coreaú passou a denominar-se Paracuí. No quadro fixado para vigorar no período de 1944 a 1948, o município é constituído de 8 distritos: Granja (sede), Martinópolis, Paracuí, Parazinho, Pessoa Anta, Timonha, Ibuguaçu e Uruoca. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 8 distritos: Granja (sede), Ibuguaçu, Martinópolis, Paracuí, Parazinho, Pessoa Anta, Timonha e Uruoca. A Lei Estadual n.º 3.560, de 28-03-1957, desmembra do município de Granja o distrito de Paracuí, elevado à categoria de município. O mesmo Decreto desmembra do município de Granja o distrito de Martinópolis, elevado à categoria de município, e ainda desmembra o distrito de Uruoca, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960 o município é constituído de 5 distritos: Granja (sede), Ibuguaçu, Parazinho, Pessoa Anta e Timonha. A Lei Estadual n.º 6.388, de 03-07-1963, desmembra do município de Granja o distrito de Ibuguaçu, elevado à categoria de município. Pela Lei Estadual n.º 6.387, de 03-07-1963, é criado o distrito de Adrianópolis e anexado ao município de Granja. Pela Lei Estadual n.º 6.727, de 05-11-1963, é criado o distrito de Sambaíba e anexado ao município de Granja. Em divisão territorial datada de 31-12-1963 o município é cons-

tituído de 5 distritos: Granja (sede), Adrianópolis, Pessoa Anta, Sambaíba e Timonha. Pela Lei Estadual n.º 8.339, de 14-12-1965, o município de Granja adquiriu os extintos municípios de Ibuguaçu e Parazinho, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 7 distritos: Granja (sede), Adrianópolis, Ibuguaçu, Parazinho, Pessoa Anta, Sambaíba e Timonha, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. Os atuais distritos do município são: Granja (sede), Adrianópolis, Ibuguaçu, Parazinho, Pessoa Anta, Sambaíba e Timonha.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar e castanha de caju; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos e suínos; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de bordados e redes; a mineração com a extração de rochas para obtenção de brita e a extração de areia e argila para fabricação de telhas e tijolos; a atividade pesqueira em açudes; o comércio de roupas, eletrodomésticos, eletrônicos, cosméticos e lanchonetes; a construção civil e a colheita e comercialização da cera de carnaúba.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Padroeiro São José (19 de março); Ceará Junino – Arraial de Todos – Festival de Quadrilhas Juninas (22 e 23 de junho); a Festa da Emancipação Política do município (3 de novembro).

Principais personalidades:

Abner Carneiro de Vasconcelos (Granja, 9 de dezembro de 1884 – Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1972), bacharel em Direito, foi promotor de Justiça e juiz de direito. Sua obra *História do Tribunal de Justiça do Ceará* o credenciou a integrar a Comissão de Elaboração dos projetos de Organização Judiciária e dos Códigos Criminal e de Processo Civil do Estado, entre 1918 e 1920. Desembargador do então Supremo Tribunal de Justiça, e

seu presidente por três vezes. foi ministro do Tribunal Federal de Recursos, quando de sua criação, do qual foi presidente. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Antônio Frederico de Carvalho Mota (Granja, 23 de março de 1856 – Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1927), comerciante e tenente-coronel comandante do Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, na cidade de Granja. Foi diretor do Banco do Ceará e seu presidente. Vice-presidente do Ceará, na gestão de Nogueira Acioly, assumiu o governo, após a deposição do titular (24-01 a 12-07-1912).

Esmerino Oliveira Arruda Coelho (Granja, 29 de maio de 1922 – Fortaleza, 25 de setembro de 2013), médico e político, foi prefeito de Granja, suplente de senador pelo Ceará por duas vezes e deputado federal em quatro legislaturas.

Francisco de Paula Pessoa (Granja, 24 de março de 1795 – Sobral, 16 de julho de 1879), militar e político, foi deputado provincial e senador do Império do Brasil, de 1849 a 1879. Por seu passado do comboieiro, ficou conhecido popularmente como *o senador dos bois*.

João de Andrade Pessoa ou **Pessoa Anta** (Granja, 23 de dezembro de 1787 – Fortaleza, 30 de abril de 1825), sargento-mor de ordenanças, mais tarde capitão-mor da Vila de Granja e, nomeado por D. Pedro I, coronel de milícias. Mártir da Confederação do Equador, foi executado junto com o Padre Mororó, no Campo da Pólvora, hoje denominado Praça dos Mártires, conhecido como Passeio Público.

Júlia Carneiro Leão de Vasconcelos (Granja, 7 de setembro de 1880 – 20 de janeiro de 1951), professora, geógrafa, literata e poliglota, foi a primeira mulher a ser admitida como sócia efetiva do Instituto do Ceará.

Lívio Barreto (Granja, 18 de fevereiro de 1870 – Camocim, 29 de setembro de 1895), considerado o maior poeta simbolista do Ceará, mesmo tendo feito poemas românticos e parnasianos. Teve publicada somente uma obra (póstuma) – *Dolentes*, dois anos depois de sua morte.

Olavo Oliveira (Granja, 13 de junho de 1893 – Fortaleza, 28 de dezembro de 1966), professor de Direito Penal da Faculdade de Direito da UFC, escritor e advogado, foi deputado estadual e federal e senador pelo Ceará. Publicou vários livros jurídicos.

Padre Osvaldo Carneiro Chaves (Granja, 21 de outubro de 1923 – Sobral, 13 de fevereiro de 2020), sacerdote, professor e poeta, exerceu seu trabalho pastoral em Crateús, Acaraú, São Benedito e, a partir de 1960, em Sobral. Foi professor de Português e Literatura Luso-brasileira na Faculdade de Filosofia Dom José.

Tarcísio Félix de Oliveira (Granja, 1943), pintor, frequentou a Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Voltou para o Ceará em 1965, quando conquistou o primeiro lugar no II Salão Nacional de Artes Plásticas de Fortaleza. Realizou diversas exposições individuais e participou de exposições coletivas.

Maria do Carmo Aragão da Silva, professora graduada em História e Pedagogia, com habilitação em Administração Escolar, pós-graduada em Educação Moral e Cívica, e mestrado em Administração Empresarial e Pública. Representante de Granja na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Granja 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Granja – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Granjeiro

Hino de Granjeiro

(Letra e melodia
por autores não identificados)

Davi e seus companheiros
Chegaram no mês de abril
Começou naquele instante
Nossa terra juvenil

Verdejantes junqueirais
Deu seu nome primeiro
Os filhos primordiais
Nasceu o nome Granjeiro

Granjeiro hospitaleiro
De um povo batalhador
Espelho de grandeza
És um berço de amor

Águas puras cristalinas
Nascem no seu ribeirão
São azuis da cor do Céu
E do manto da Conceição

A virgem santa sem mácula
Desta terra é padroeira
Olhando pelos seus filhos
Protege a cidade inteira

Granjeiro hospitaleiro ...

Resplandece no teu Céu
O cruzeiro do Estrelado
Brilha o sol forte e ostenta
Nosso solo iluminado
No teu seio terra amada



Luta um povo varonil
Pra que sejas exaltada
Pedaço do meu Brasil

Granjeiro hospitaleiro ...

As montanhas de Granjeiro
Revelam rara beleza
Os morros dos três irmãos
Presentes da natureza

Terra fértil abençoada
Cheia de paisagens bela
Aconchegante e sagrada
Esperançosa e singela

Granjeiro hospitaleiro ...

Granjeiro é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Caririçu e na mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Granjeiro (2010) foi de 0,585, de nível baixo, situando-se em 159º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 21,53, ficando em 111º lugar no Ceará

Toponímia:

homenagem à família Granjeiro

Gentílico:

granjeirense.

Limites geográficos

Norte: Várzea Alegre

Leste: Caririçu e Lavras da Mangabeira

Sul: Caririçu

Oeste: Várzea Alegre e Caririçu

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Granjeiro, com **área** de 100,1 km², tem **população estimada** para 2021 em 4.784 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 990,2 mm e chuvas concen-

tradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 350 m e a **distância para a Capital** é de 433,9 km, com acesso principal pelas rodovias BR122 / BR-230 / BR-404 / CE-060 / CE-153 / CE-253 / CE-566. O **solo** é constituído de podzólico vermelho amarelo eutrófico (69,90%), solo litólico eutrófico (24,20%) e solos aluviais eutróficos (5,90%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Salgado, tendo como principais drenagens o riacho do Meio e o riacho Samambaia e como principais reservatórios os açudes Ingazeira e Municipal. Com relação ao **relevo**, predominam depressões sertanejas e maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea), floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca) e cerrado.

Síntese histórica

Junco foi o nome primitivo da localidade, formada a partir da construção do açude com esse nome, mudado para Granjeiro no final dos anos de 1930, com o decreto nº 448, de 20 de dezembro de 1938. Era distrito do município de Caririçu, quando a lei nº 3.963 de 01 de dezembro de 1957 transformou-o em município com um único distrito. Existe no município a capela de Santa Vitória, localizada no Boqueirão do Riacho do Meio, onde privativamente tem-se como instalada a Comunidade dos Penitentes ou religiosos de São Vicente.

Formação Administrativa:

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, figura no município de São Pedro do Crato o distrito de Junco. Elevado à condição de distrito, subordinado a Caririçu, pelo Decreto-lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, figura no município de São Pedro o distrito com a denominação de Junco, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito Junco passou a denominar-se Granjeiro. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o distrito já denominado Granjeiro figura no município de São Pedro. Pelo decreto-lei estadual nº 114, de 30-12-1943, o município de São Pedro passou a denominar-se Caririçu. Em divisão territorial datada 01-07-1950, o distrito de Granjeiro, figura no município de Caririçu, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1995. Elevado à categoria de município

com a denominação de Granjeiro, pela lei estadual nº 3.963, de 10-12-1957, desmembrado do município de Caririaçu, foi instalado em 09-12-1958, com sede no antigo distrito de Granjeiro, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Atualmente, o município de Granjeiro é constituído apenas do distrito sede.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com culturas de subsistência de feijão, arroz, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar e castanha de caju; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos e suínos; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de bordados e chapéus-de-palha; a mineração com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; a indústria, com a produção de conservas e de suco de caju; e a piscicultura consorciada intensiva.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: o aniversário de emancipação política do município (10 de dezembro); o Dia do Trabalhador (1º de maio); a Festa Junina “Arraiá do Povo” (junho); o Carnaval (fevereiro/março) e a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição (8 de dezembro).

Principais personalidades:

Raimundo Moreira, primeiro prefeito de Granjeiro, após a emancipação do município em 10 de dezembro de 1957.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Granjeiro 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Granjeiro – outubro/98.

Groaíras

Hino de Groaíras

(Letra e melodia
por Luiz Cassiano Feijão)

Groaíras, teu nome que agrada
é doçura, ele próprio nos diz.
Nós queremos te ver, terra amada,
sempre amiga, atuante e feliz.

*Gente boa, gente ordeira
neste mundo igual não há!*

*Groaíras, pioneira
do sertão do Ceará!*

Assististe, em remoto passado,
ao Brasil, desde jovem, crescer.
Este chão, a teus filhos legados,
o imortal Mororó viu nascer.

Groaíras do encontro dos rios
que amenizam teus vastos rincões,
do labor nos currais e plantios,
és calor de gentis corações.

Por teus vales a todo momento,
Carnaubais nos encantam o olhar,
acenando seus leques com o vento,
ao sol forte ou à luz do luar.

Na alegria ou na dor, qualquer hora,
temos fé, não encontramos a sós;
e contamos com Nossa Senhora
do Rosário que vela por nós.

Groaíras é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Sobral e na mesorregião do Noroeste Cearense.



O **IDH** de Groaíras (2010) foi de 0,633, de nível médio, situando-se em 44º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 21,61, ficando em 110º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo groaíras, de origem tupi, significa “mel de que os pássaros gostam”.

Gentílico:

groairense.

Limites geográficos

Norte: Forquilha e Sobral

Leste: Santa Quitéria e Forquilha

Sul: Cariré e Santa Quitéria

Oeste: Cariré

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Groaíras, com **área** de 155,9 km², tem **população estimada** para 2021 em 11.219 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 711 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 110 m e a **distância para a Capital** é de 255,1 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-403 / CE-179. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (57,20%), planossolo solódico ta (10,90%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (1,18%) e solos aluviais eutrófico (30,72%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Acaraú, tendo como principais drenagens os rios Groaíras, um dos principais tributários do rio Acaraú, e o Jucurutu, tributário do Groaíras. O principal manancial é o Açude Taquara, que faz parte do sistema adutor Taquara – Sertão de Sobral, do projeto Malha D'água. Com relação ao **relevo**, predominam a planície fluvial e as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, floresta caducifolia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar com carnaúba).

Síntese histórica

No início do século XVIII, chega à região próxima ao rio Groaíras, com sua família, Lourenço Guimarães de Azevedo, que resolve instalar

uma fazenda naquele local, denominando-a de “Riacho dos Guimarães”, pensando tratar-se de um riacho. Mais tarde esse povoado foi elevado à categoria de vila, com o nome de Vila Guimarães, em homenagem ao fundador. Tempos depois, quando descobriram a real extensão do rio, passaram a chamá-lo de rio Groaíras, e a vila passou a ser chamada de Vila Groaíras. Em 1712, Lourenço Guimarães de Azevedo destina cem braças de suas terras para a construção de capela em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. Mesmo sofrendo oposição de um familiar cego, a capela foi concluída e inaugurada em 1740, tendo como primeiro vigário o Padre Lourenço Gomes Lellou. Em 1751, houve uma ampliação da doação para uma légua quadrada de terra, 60 vacas de cria e 7 éguas parideiras, feita por Manuel Madeira de Matos.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Riacho dos Guimarães, pela lei estadual nº 2.701, de 13-09-1929, subordinado ao município de Sobral. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Riacho dos Guimarães figura no município de Sobral, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei nº 169, de 31-03-1938, ratificado pelo decreto estadual nº 378, de 20-10-1938, o distrito Riacho dos Guimarães passou a denominar-se simplesmente Guimarães, desmembrado do município de Sobral e anexado ao município de Cariré. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Guimarães figura no município de Cariré. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Guimarães passou a denominar-se Groaíras. Em divisão territorial datada 01-07-1950, o distrito já denominado Groaíras, figura no município de Cariré, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município com a denominação de Groaíras, pela lei estadual nº 3.603, de 23-05-1957, instalado em 06-10-1957, tendo como sede o antigo distrito de Groaíras, desmembrado de Cariré, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 17-01-1991. Pela lei municipal nº 253, de 01-04-1991, é criado o distrito de Itamaracá e anexado ao município de Groaíras. Em divisão territorial datada

de 01-06-1995, o município é constituído de 2 distritos: Groaíras (sede) e Itamaracá, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Groaíras (sede) e Itamaracá.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência, com o cultivo de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar e castanha de caju; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades com a utilização das matérias-primas obtidas a partir da oiticica e da carnaúba; o artesanato de couro, redes, chapéus-de-palha e bordados. Quanto ao aproveitamento dos recursos minerais, observa-se a ocorrência de areais e cascalheiras em amplas áreas do município.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Arraiá São João de Mel (mês de junho); a Mostra do Reisado Groairense (6 de janeiro); a Mostra Natal de Luz (dezembro); o Carnaval da Saudade (fevereiro); a Comemoração da Emancipação Política de Groaíras (23 de maio); a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Rosário (de 27 de setembro a 7 de outubro).

Principais personalidades:

Eloi José de Vasconcelos foi o primeiro prefeito de Groaíras, eleito nas eleições municipais de 03 de outubro de 1958.

Gideon Monteiro (Groaíras, 2 de setembro de 1989), ciclista: Medalha de Bronze nos Jogos Pan-Americanos de Toronto (2015), 4º lugar nos Jogos Sul-Americanos de Santiago (2014), Medalha de Campeão brasileiro (2014), Campeão Pan-Americano – perseguição individual (2012) e bicampeão Pan-americano (2008 e 2011).

Padre Mororó – Gonçalo Inácio de Loyola Albuquerque e Mello (Povoado de Riacho dos Guimarães, atual município de Groaíras, 24 de julho de 1774 – Fortaleza, 30 de abril de 1825), sacerdote, jornalista e revolucionário. Exerceu a atividade religiosa em várias cidades do interior

do Ceará, onde chegou a pregar contra a Revolução de 1817, mas, em contato com as ideias liberais, liderou, após o fechamento da Constituinte de 1823, a desaprovação de Quixeramobim ao autoritarismo do D. Pedro I. Participou da Confederação do Equador e, após o fracasso do movimento, foi preso e condenado à morte por enforcamento, tendo a pena convertida em fuzilamento, executado no Campo da Pólvora, atual Praça dos Mártires, conhecido como Passeio Público.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Groaíras 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Groaíras – outubro/98.

Guaiúba



Hino de Guaiúba

(Letra e melodia por
Agostinho Cardoso Neto)

Guaiúba cidade serrana
De verdes matas florida e viril
Filhos ilustres que formam gincanas
Pequena gleba do imenso Brasil

Guaiúba cidade serrana
Da tua História teu povo eu sou fã
Acreditamos você não engana
E esperamos um feliz amanhã

*A tua gente é hospitaleira
Humilde franca sincera e leal
O alvo verde o brasão a bandeira
Comunidade de ação social*

A tua glória já vem do passado
E a juventude com seu ideal
Já viu teu termo se emancipado
Já viu Guaiúba ser Municipal

Nimbo das nuvens colorindo as serras
E a fotossíntese sobre os Palmeirais
A chuva fina que irriga a terra
E os pomares com seus vegetais

A tua gente é hospitaleira ...

Rio Guaiúba que desce da serra
Transporta as águas dos seus alcantis
Molhando a face e crosta da terra
Para o seu povo ficar mais feliz

Das sesmarias de todo Brasil
Guaiúba teve seu berço original
Sendo formada cidade gentil
Por lei antiga e provincial

A tua gente é hospitaleira

Guaiúba é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Fortaleza e na mesorregião Metropolitana de Fortaleza.

O **IDH** de (2010) foi de 0,617, de nível médio, situando-se em 82º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 23,66, ficando em 85º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo guaiúba, de origem tupi, significa “vale de muita água”, podendo também significar “bebida da lagoa”.

Gentílico:

guaiubense.

Limites geográficos

Norte: Pacatuba e Maranguape

Leste: Pacajus, Horizonte, Itaitinga, Pacatuba

Sul: Redenção, Acarape, Santa Quitéria

Oeste: Redenção, Maranguape, Palmácia

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Guaiuba, com área de 267,1 km², tem **população estimada** para 2021 em 26.508 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente subúmido e tropical quente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.175 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 63,7 m e a **distância para a Capital** é de 39,2 km, com acesso principal pela rodovia CE-060. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (59,58%), podzólico vermelho amarelo distrófico (0,02%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (33,03%), solo litólico eutrófico (0,67%) e solos aluviais eutróficos (6,70%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica Metropolitana, tendo como principais drenagens superficiais os rios Pacoti e Água Verde, e como principais reser-

vatórios os açudes Pacoti, Riachão, Leiria, Aristeu, Quando, Cavalcante, Baú e Zizi, e a Lagoa Tamboatá. O abastecimento da população urbana da sede municipal é feito quase integralmente com as águas do açude Acarape do Meio. Com relação ao **relevo**, predominam a depressão sertaneja, serras úmidas e maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, complexo vegetacional da zona litorânea, floresta subcaducifolia tropical pluvial (mata seca), floresta subperenifolia tropical plúvio-nebular.

Síntese histórica

Até o final do século XVIII, não havia registro de ocupação das terras onde hoje se localiza o município de Guaiúba. Embora tenham sido doadas em 1682, o donatário não tomou posse. A ocupação somente ocorreu e se consolidou nos séculos XIX e XX. Assim, a história de Guaiúba começa nos primeiros anos do século XIX, com o início da produção de café nas serras de Baturité e Aratanha, e de algodão, exportado para diversos países do mundo. O município se desenvolveu no entorno da estação ferroviária, inaugurada, em Guaiúba, no ano de 1872, como parte da Estrada de Ferro de Baturité, onde o povoado e o comércio se desenvolveram. Eram poucas ruas e por entre elas havia dois grandes mananciais aquosos: o rio Guaiúba e o riacho do Cachimbo. Em 1899, houve a conclusão da Igreja Matriz de Guaiúba, dedicada a Jesus, Maria e José, eleitos padroeiros da cidade. Ainda no século XIX foi construída a igreja da localidade de Água Verde, enquanto a Capela do Santo Cruzeiro foi iniciada em 1930. Em 15 de novembro de 1986, foi realizado plebiscito que resultou na elevação de Guaiúba à categoria de município.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Guaiúba, por ato provincial de 15-01-1883 e por lei de 08-02-1893, subordinado ao município de Pacatuba. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Guaiúba figura no município de Pacatuba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município com a denominação de Guaiúba, pela lei estadual nº 4.465, de 23-03-1959, tendo como sede o antigo distrito de Guaiúba, constituído de 3 distritos: Guaiúba (sede), Água Verde e Itacima, todos desmembrados do município de Pacatuba. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 3 distritos: Guaiúba (sede), Água Verde e Ita-

cima. Pela lei estadual nº 6.946, de 19-12-1963, é desmembrado do município de Guaiúba o distrito de Itacima, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Guaiúba (sede) e Água Verde. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Guaiúba, sendo seu território anexado ao município de Pacatuba, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o distrito de Guaiúba figura no município de Pacatuba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1986. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Guaiúba, pela lei estadual nº 11.301, de 13-03-1987, publicada no Diário Oficial de 17-03-1987, é desmembrado de Pacatuba, tendo como sede o antigo distrito de Guaiúba, instalado em 01-01-1989 e constituído de 3 distritos: Guaiúba (sede), Água Verde e Itacima, este último extinto como município. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 3 distritos: Guaiúba (sede), Água Verde e Itacima. São criados os distritos de Baú, Dourado e Núcleo Colonial Pio XII (São Jerônimo). Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído de 6 distritos: Guaiúba (sede), Água Verde, Baú, Dourado, Itacima e Núcleo Colonial Pio XII (São Jerônimo), assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Guaiúba (sede), Água Verde, Itacima, Baú, Núcleo Colonial Pio XII (São Jerônimo) e Dourado.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência com as culturas de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, abacate, banana, cana-de-açúcar, castanha de caju, hortaliças e frutas diversas; a pecuária com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos, equídeos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil e a extração de areia e argila para fabricação de telhas e tijolos e de rocha calcária, para fabricação de cal; a indústria, com o Polo Industrial Químico,

a indústria de pré-moldados, a indústria de embutidos (salsichas, linguiças e mortadelas); e o comércio de artefatos de plástico.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Santo Cruzeiro (setembro); a Festa dos Padroeiros Jesus, Maria e José - Sagrada Família (primeiro domingo depois do Natal ou 30 de dezembro, se o Natal cair em dia de domingo); a Festa da Emancipação Política do município (17 de março).

Principais personalidades:

Abmael Martins Ferreira (Rosário – MA, 31 de janeiro), escritor, membro da Academia de Letras Juvenal Galeno, é o representante de Guaiúba na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Manuel Eduardo Pinheiro Campos (Guaiúba, 11 de janeiro de 1923 – Fortaleza, 19 de setembro de 2007), advogado, escritor, teatrólogo, ator, historiador, radialista e jornalista. Sócio efetivo do Instituto do Ceará, da Academia Cearense de Letras, das quais foi presidente, da Academia Cearense de Retórica, da Comissão Cearense de Folclore. Membro do Conselho Estadual de Cultura, foi secretário de Cultura do Ceará em dois Governos e diretor dos jornais Correio do Ceará e Unitário, da Rádio Araripe do Crato e da TV Ceará.

Paulo Cabral de Araújo (Guaiúba, 23 de agosto de 1922 – Brasília, 20 de setembro de 2009), jornalista, político e tribuno, foi presidente dos Diários e Rádios Associados, presidente da Associação Nacional de Jornais e Conselheiro Editorial do jornal O Povo em 2008. Foi Prefeito de Fortaleza. No governo do General Ernesto Geisel, foi secretário do Ministério da Justiça (1974-1979).

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Guaiúba 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Guaiúba – outubro/98.

Guaraciaba do Norte

Hino de Guaraciaba do Norte

(Letra por Luciano Soares Martins
e Melodia por Francisco Ivanildo Pereira Neves)

Guaraciaba do Norte,
Raio de luz intenso e forte;
Paraíso nas alturas,
Literalmente, terra do sol.

Tua gente forte não foge à luta,
Povo guerreiro, conquistador;
Onde o progresso fez sua morada,
Guaraciaba do Norte quanto esplendor.

Teu manto verde tem coqueirais,
Também palmeiras imperiais;
Aonde canta o sabiá,
O beija-flor, o bem-ti-vi e o rouxinol.

Vila Nova Del-Rei, Campo Grande,
Guaraciaba do Norte, flor da serra;
Rainha da Ibiapaba,
Tua beleza não tem igual.

As suas terras estão banhadas,
Pelas águas do rio Piau;
E por aqui colhemos tudo,
O tomate a mandioca e o buriti.

Seu clima frio, seu solo fértil,
E os seus engenhos e canaviais;
Geram riqueza pra tua gente,
E as suas fontes de águas minerais.

Guaraciaba do Norte

Guaraciaba do Norte,
Raio de luz intenso e forte;
Paraíso nas alturas,
Literalmente, terra do sol.

Tua gente forte não foge à luta,
Povo guerreiro, conquistador;
Onde o progresso fez sua morada,
Guaraciaba do norte quanto esplendor.

Teu manto verde tem coqueirais,
Também palmeiras imperiais;
Aonde canta o sabiá,
O beija-flor, o bem-ti-vi e o rouxinol.

Guaraciaba do Norte é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião da Ibiapaba e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Guaraciaba do Norte (2010) foi de 0,609, de nível médio, situando-se em 103º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 38,96, ficando em 13º lugar no Ceará.

Toponímia:

topônimo de origem tupi, que significa raio de sol ou cabelos louros, de (*aba*) + (*kûarasy*). Segundo José de Alencar, “guaraciaba” era a denominação dada pelos indígenas ao “beija-flor”, significando literalmente “penas do sol”, pela junção de *kûarasy* (sol) e *aba* (pena, pelo ou cabelo).

Gentílico:

guaraciabense.

Limites geográficos

Norte: Graça, São Benedito e Carnaubal

Leste: Reriutaba e Ipu

Sul: Croatá e Ipu

Oeste: Carnaubal, Croatá e Estado do Piauí

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de, com área de 611,5 km², tem **população estimada** para 2021 em 40.921 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiá-

rido brando, tropical quente subúmido, tropical quente úmido e tropical subquente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 601,6 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 902,4 m e a **distância para a Capital** é de 309,1 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / BR-403 / CE-176 / CE-257 / CE-329 / CE-366. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (59,21%), latossolo amarelo álico (26,95%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (0,10%), solo litólico distrófico (5,55%) e solo litólico álico (8,19%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Poti, única bacia interestadual do Ceará, tendo como principais drenagens os rios Piau e Inhuçu e os riachos Macambira, Cruz e Piauí, sendo o principal reservatório o açude Jaburu I, localizado no município de Ubajara, que abastece a população urbana. Com relação ao **relevo**, destaca-se o Planalto da Ibiapaba. A **vegetação** é constituída de carrasco e floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular (mata úmida).

Síntese histórica

Antes do atual nome, Guaraciaba do Norte teve várias denominações. A mais antiga foi Rua Nova, quando da formação da via principal, com casas de “beiribica”, num lugarejo no alto da Serra de Ibiapaba, em meados do século XVIII, época em que se iniciou, em suas terras férteis, o cultivo do café e da cana-de-açúcar. Quando da primeira emancipação política em 12 de maio de 1791, data em que foi elevada à categoria de Vila, o nome mudou para “Vila Nova Del Rei”, extinta e restaurada várias vezes. A primitiva capela de Nossa Senhora dos Prazeres foi construída em 1760, sendo ampliada em 1799. A paróquia de Campo Grande, como então era conhecida, foi criada pela Lei provincial nº 2.125 de 25 de outubro de 1886, desmembrada da paróquia do Ipu, e instalada em 18 de junho de 1888, por Dom Joaquim José Vieira, Bispo do Ceará. O prédio da igreja é o mesmo de quando foi criada a Paróquia, mas, em 1932, foram realizadas reformas, principalmente no interior do templo.

Formação Administrativa:

Elevado à categoria de vila com a denominação de Vila Nova Del Rei, por alvará de 12-05-1791, instalada em 27-09-1796, tendo por sede o núcleo de Campo Grande. Pela lei provincial nº 200, de 26-08-1840, a vila

foi extinta e transferida a sede da Vila Campo Grande para o núcleo de Ipu Grande. Elevada à categoria de vila novamente com a denominação de Campo Grande, pela lei provincial nº 230, de 12-01-1841. Pela lei nº 261, de 03-12-1842, a Vila foi novamente extinta, sendo seu território anexado ao município de Ipu. Distrito criado com a denominação de Campo Grande, por ato de 18-03-1842, e por lei provincial nº 2.125, de 25-10-1886. Elevado à categoria de vila com a denominação de Campo Grande, pelo decreto nº 1.798, de 10-01-1879, instalada em 09-01-1883 e desmembrada de Ipu, tendo como sede o núcleo de Campo Grande. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 2 distritos: Campo Grande (sede) e Santa Cruz. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920, o município aparece constituído do distrito sede, nele não mais figurando o distrito de Santa Cruz. Pela lei estadual nº 2.677, de 02-08-1929, foram criados os distritos de Croatá e Várzea do Espinho e anexados ao município de Campo Grande. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 3 distritos: Campo Grande (sede), Croatá e Várzea do Espinho, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Várzea do Espinho passou a denominar-se Espinho. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 3 distritos: Campo Grande (sede), Croatá e Espinho. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, retificado em virtude de parecer do Conselho Nacional de Geografia, de 14-06-1946, o município de Campo Grande passou a denominar-se Inhussu. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município de Inhussu é constituído de 3 distritos: Inhussu (sede), Croatá e Espinho. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, o município de Inhussu passou a denominar-se Guaraciaba no Norte e foi criado o distrito de Sussuanha, anexado ao município de Guaraciaba do Norte. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 4 distritos: Guaraciaba do Norte (sede), Croatá, Espinho e Sussuanha, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.750, de 18-09-1963, é desmembrado do município de Guaraciaba do Norte o distrito de Croatá, elevado à categoria de município pela lei estadual nº 6.517, de 05-09-1963, sendo criado pela mesma lei o distrito de Morrinhos Novos e anexado ao município de Guaraciaba do Norte. Pela

lei estadual nº 6.520, de 05-09-1963, é criado o distrito de Barro do Sotero e anexado ao município de Guaraciaba do Norte. Pela lei estadual nº 6.968, de 19-12-1963, é desmembrado do município de Guaraciaba do Norte o distrito de Espinho, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 4 distritos: Guaraciaba do Norte (sede), Barra do Sotero, Morrinhos Novos e Sussuanha. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Guaraciaba do Norte adquiriu os extintos municípios de Croatá e Espinhos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 6 distritos: Guaraciaba do Norte (sede), Barro do Sotero, Croatá, Espinho, Morrinhos Novos e Sussuanha, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-01-1979. Pela lei estadual nº 11.430, de 28-04-1988, foram desmembrados do município de Guaraciaba do Norte os distritos de Croatá e Barro do Sotero, para formar o novo município de Croatá. Pela lei municipal nº 531, de 03-06-1992, foram criados os distritos de Mocambo e Martinslândia e anexados ao município de Guaraciaba do Norte e mudada a denominação do distrito de Espinho, que passou a denominar-se Várzea dos Espinhos. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 6 distritos: Guaraciaba do Norte (sede), Várzea dos Espinhos, Martinslândia, Morrinhos Novos, Mocambo e Sussuanha, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Atualmente, constam como distritos do município: Guaraciaba do Norte (sede), Martinslândia, Morrinhos Novos, Mucambo, Sussuanha e Várzea dos Espinhos.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, e os engenhos para o seu beneficiamento, castanha de caju, tomate, repolho, maracujá e frutas diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades com a utilização de oiticica e carnaúba como matérias primas; o artesanato de chapéus-de-palha, sacolas, aguardente de cana, artigos de couro, redes e bordados; a mineração com a extração de rochas para fachadas, pisos e usos diversos na construção civil; a indústria de produtos alimentícios, de água mineral e de alimentos orgâ-

nicos; o turismo, tendo como principais atrativos os parques ecológicos: Urubu Ecoparque, Fazenda Park Tucano, Mirante Recanto da Serra e Gospel Hotel Fazenda, com tirolesas, trilha ecológica, voos de asa delta, parapente e alguns mirantes, com uma vista magnífica de toda a região, tendo o ponto culminante a altitude de 984m.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Procissão do Senhor Morto e da Ressurreição (Semana Santa); a Procissão do Santíssimo (20 de junho); a Festa da Padroeira Nossa Senhora dos Prazeres (de 05 a 15 de agosto); o Circuito Junino (junho); o Pré Carnaval (fevereiro) e a Feira do Artesanato (FEGUART).

Principais personalidades:

José Luís Araújo Lira (Guaraciaba do Norte, 17 de dezembro de 1973), escritor, bacharel em Direito, biógrafo e professor da Universidade Vale do Acaraú. Sócio efetivo e um dos fundadores da Academia Fortalezaense de Letras, da Academia Brasileira de Hagiologia e do Instituto Histórico e Geográfico de Sobral. Membro da Associação Brasileira de Bibliófilos, do Instituto dos Advogados do Ceará, da Academia Brasileira de Cultura Jurídica e da Ordem de Cavalaria do Santo Sepulcro de Jerusalém.

José Mozart de Araújo (Guaraciaba do Norte, 25 de janeiro de 1904 – Rio de Janeiro, 23 de junho de 1988), professor, historiador, musicólogo e violonista, foi diretor da Rádio MEC, um dos responsáveis pela criação da Orquestra Sinfônica Nacional. Membro da Academia Brasileira de Música e vice-presidente do Museu da Imagem e do Som - RJ. Integrou o Conselho Federal da Cultura.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Guaraciaba do Norte 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Guaraciaba do Norte – outubro/98

LIRA, José Luís. Nossa Senhora dos Prazeres e a História de Guaraciaba do Norte. 2021.

Guaramiranga



Hino de Guaramiranga

(Letra e melodia por Professor José Gaspar Sobrinho)

Engastada no Maciço, refulgente,
Joia rara, um tesouro nesta serra!
Resplandece Guaramiranga imponente,
Rebrilhando na pompa quem encerra.

*Vislumbrando um futuro a colimar,
Conquistando horizontes a vencer,
Nossa glória é o prazer de amar
Estas plagas que enlevam o viver...*

No pequeno País verde, saltitante
Mata Atlântica, festivo, gorjeando
O vermelho carmesim, esvoaçante,
Vai Feliz Guaramiranga projetando...

Terra forte, povo firme, destemido,
Arte viva da cultura e de histórias,
Seus caminhos terão sempre um sentido:
Retratar seu vigor suas vitórias...

Jubilosos seus filhos enaltecem
Verdes matas, em um clima auspicioso
Natureza que, felizes, engrandecem,
Marco nobre, município primoroso...

Guaramiranga é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Baturité e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Guaramiranga (2010) foi de 0,637, de nível médio, situando-se em 38º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 36,73, ficando em 20º lugar no Ceará.

Toponímia:

topônimo de origem tupi, que significa “pássaro vermelho”.

Gentílico:

guaramiranguense.

Limites geográficos

Norte: Pacoti, Palmácia e Caridade

Leste: Pacoti e Baturité

Sul: Mulungu e Baturité

Oeste: Caridade e Mulungu

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Guaramiranga, com área de 59,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 5.073 habitantes. Apresenta **clima** tropical subquente úmido e tropical quente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.352,4 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 865,24 m e a **distância para a Capital** é de 99,5 km, com acesso principal pela rodovia CE-065. O **solo** é constituído de podzólico vermelho amarelo distrófico (71,35%) e podzólico vermelho amarelo eutrófico (28,65%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na região hidrográfica da bacia metropolitana, tendo como principais drenagens superficiais os rios Pacoti e Aracoiaba e os riachos Candeias e Sinimbu Santos, afluentes do rio Aracoiaba, não havendo reservatórios de expressão no município. Com relação ao **relevo**, destacam-se serras secas e serras úmidas, sendo a principal elevação o Pico Alto, com 1.115 metros acima do nível do mar. A **vegetação** é constituída de floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular (mata úmida) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese histórica

As terras do atual município de Guaramiranga eram habitadas por várias etnias, sendo a principal delas a Kanyndé. Com a criação da Missão da Palma, durante o século XVIII, para a evangelização dos silvícolas, a expansão da pecuária e as plantações de café no século XIX, surgiu e se desenvolveu o centro urbano hoje denominado Guaramiranga.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Guaramiranga, por ato provincial de 10-10-1868. Elevado à categoria de vila com a denominação de

Guaramiranga, pelo decreto de 01-09-1890, desmembrado de Baturité, tendo como sede a antiga povoação de Conceição. Pela lei nº 550, de 25-08-1899, é extinta a vila de Guaramiranga, sendo seu território anexado ao município de Baturité, como simples distrito. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Guaramiranga figura no município de Baturité. Elevado à categoria de município com a denominação de Guaramiranga, pela lei nº 1.887, de 15-10-1921. Pelo decreto nº 193, de 20-05-1931, o município é extinto novamente e é anexado ao município de Pacoti. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Guaramiranga figura no município de Pacoti, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município mais uma vez com a denominação de Guaramiranga pela lei estadual nº 3.679, de 11-07-1957, desmembrado de Pacoti, instalado em 27-09-1957, constituído de 2 distritos: Guaramiranga (sede) e Pernambucozinho, tendo como sede o antigo distrito de Guaramiranga. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Guaramiranga (sede) e Pernambucozinho. Pela lei estadual nº 6.932, de 18-09-1963, é desmembrado do município de Guaramiranga o distrito de Pernambucozinho, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído apenas pelo distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o extinto município de Pernambucozinho volta a ser simples distrito do município de Guaramiranga. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 2 distritos: Guaramiranga (sede) e Pernambucozinho, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Atualmente, o município é constituído de 2 distritos: Guaramiranga (sede) e Pernambucozinho.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de café, algodão, arroz, cana-de-açúcar, castanha de caju, abacate, banana, laranja, tangerina, chuchu, cenoura e outras hortaliças e frutas diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando a oiticica e a carnaúba como

matérias primas; o cultivo, comercialização e exportação de flores, que tornaram Guaramiranga conhecida como a “cidade das flores”; o artesanato de redes e bordados; a mineração com a extração de rocha para cantaria, brita, fachadas e usos diversos na construção civil; a indústria, com destaque para a fabricação de cachaça e produtos alimentícios; o turismo e o turismo ecológico, pontos altos da atividade econômica do município, tendo como principais atrativos as trilhas, o clima ameno, as belas paisagens e os eventos e festivais, sendo um dos destinos mais procurados no período de carnaval, por oferecer aos visitantes a alternativa do Festival de Jazz e Blues, com a participação de grandes nomes da música nacional e internacional do gênero.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição (08 de dezembro); o Festival de Jazz e Blues de Guaramiranga, no período do Carnaval (fevereiro/março); o Encontro de Cordelistas da Serra (01 de maio); a Coroação de Nossa Senhora de Fátima (31 de maio); o Festival do Vinho (2 a 5 de novembro); Mostra Junina (junho); a Feira de Negócios Turísticos do Maciço (julho); a Festa de Santo Antônio (24 de agosto); a Festa de Santo Agostinho (segunda quinzena de agosto); o Festival de Flores (agosto); a Festa de Nosso Senhor do Bonfim (9 de setembro); a Festa de Santa Teresinha, na Igreja da Botija (segunda quinzena de outubro); o Dia do Município (22 de setembro); o Festival Nordeste de Teatro Amador (setembro); a Festa de São Francisco (4 de outubro); o Festival de Fondue e o Festival de Gastronomia (outubro); e o OctoberFest (outubro).

Principais personalidades:

Alfredo Aníbal Ladislau (Guaramiranga, 6 de novembro de 1882 – Belém, 22 de novembro de 1934), bacharel em Direito, magistrado, escritor, jornalista e cronista. Foi membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

Fernando de Mendonça (Guaramiranga, 2 de dezembro de 1924), engenheiro eletrônico, doutor em física, arquiteto, fundador e primeiro diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, representante do

Brasil na NASA, Diretor Executivo da Comissão Nacional de Energia Nuclear e proprietário da Villa Medieval de São José dos Campos – SP.

José Aldemar Queiroz, primeiro prefeito de Guaramiranga, no período de 1958 a 1962.

José Linhares (Guaramiranga, 28 de janeiro de 1886 – Caxambu, 26 de janeiro de 1957), bacharel em direito e magistrado, presidente do TSE e do Supremo Tribunal Federal em dois períodos de 4 anos. Foi o primeiro cearense a assumir a presidência da República do Brasil, de 29 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946.

Sylvia Helena Medeiros Braun, bacharela em Filosofia, com licenciamento em História, servidora do Instituto de Previdência dos Municípios - IPM. Representante de Guaramiranga na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Fontes:

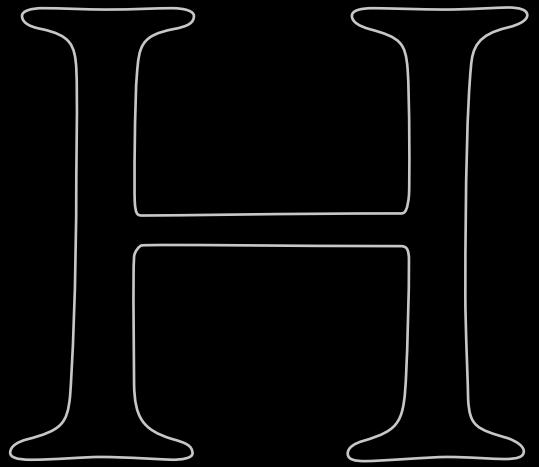
ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Guaramiranga 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Guaramiranga – outubro/98.

Hidrolândia
Horizonte



Hidrolândia

Hino de Hidrolândia

(Letra por Pedro Rodrigues Pereira
e melodia por Adriano Vasconcelos Rodrigues)

Sob o azul deste céu majestoso
Hidrolândia de um sonho brotou
Nas barrancas do rio formoso
Que padrinho Timbó desbravou.

Memorial de um passado brilhante
Este canto de amor varonil
Preludia um futuro radiante
Hidrolândia és Ceará és Brasil

Povoada de homens robustos
Cajazeiras chamou-se o lugar
Circundada de alegres arbustos
Ideal para a lavra e o criar

Memorial de um passado brilhante ...
Sob as bênçãos da mãe padroeira
Bem depressa uma vila surgiu
Com a garra da saga pioneira
O progresso do solo eclodiu

Memorial de um passado brilhante ...
Aos varões e a glória labuta
Nossa gente jamais se dobrou
E cingindo os lauréis dessa luta
Com orgulho se emancipou

Memorial de um passado brilhante ...

Hidrolândia é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Santa Quitéria e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Hidrolândia (2010) foi de 0,597, de nível baixo, situando-se em 141º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 20,80, ficando em 122º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Hidrolândia surgiu em razão da existência de águas medicinais e sulfurosas na região.

Gentílico:

hidrolandense.

Limites geográficos

Norte: Santa Quitéria e Pires Ferreira

Leste: Catunda e Santa Quitéria

Sul: Ipueiras, Nova Russas, Tamboril e Catunda

Oeste: Ipu e Ipueiras

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Hidrolândia, com **área** de 966,9 km², tem **população estimada** para 2021 em 20.126 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 719,3 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 195 m e a **distância para a Capital** é de 259 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / CE-176 / CE-257. O **solo** é constituído de brunos não cálcico (60,92%), planossolo solódico ta (1,82%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (12,65%), solo litólico eutrófico (6,17%) e solos aluviais eutróficos (16,07%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na Bacia Hidrográfica do rio Acaraú, tendo como principais drenagens o rio Feitosa e os riachos Mulungu, São José, Salgado e dos Macacos. O reservatório Paulo Sarasate, também conhecido como Açude Araras, é utilizado para abastecimento de água do município. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese histórica

O povoado que deu origem ao município de Hidrolândia surgiu às margens do rio Batoque, em terras pertencentes à família Timbó e, por essa

razão, se tornou conhecido como Cajazeiras dos Timbó, depois Cajazeiras, mudando posteriormente para Batoque, pela proximidade do rio Batoque, que atualmente corta a cidade. Alguns anos depois, nos idos dos anos 1960, foi encontrada na cidade uma fonte de água sulfurosa, que atraiu a visitação das populações dos municípios vizinhos, pelos efeitos de cura medicinal que provocava. Em homenagem à água dessa fonte, o município recebeu a denominação de Hidrolândia, significando a “cidade das águas” (*hidro* = água e *lândia* = cidade).

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Cajazeiras, pela lei provincial nº 2.005, de 06-09-1882, e por ato estadual de 23-09-1903, subordinado ao município de Entre Rios. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Cajazeiras figura no município de Entre Rios. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Cajazeiras aparece no município de Santa Quitéria, após a extinção do município de Entre Rios, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Cajazeiras passou a denominar-se Batoque. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Batoque figura no município de Santa Quitéria, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município com a denominação de Batoque, pela lei estadual nº 3.995, de 27-10-1957, desmembrado de Santa Quitéria, instalado em 07-06-1958, tendo como sede o antigo distrito de Batoque, constituído de 2 distritos: Batoque (sede) e Irajá, este desmembrado de Ipu. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Batoque (sede) e Irajá. Pela lei estadual nº 6.688, de 18-10-1963, o distrito de Irajá é desmembrado do município de Batoque, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.816, de 04-12-1963, é criado o distrito de Betânia e anexado ao município de Batoque. Pela lei estadual nº 7.400, de 31-12-1963, é criado o distrito de Conceição e anexado ao município de Batoque. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 3 distritos: Batoque (sede), Betânia e Conceição. Pela lei estadual nº 8.299, de 25-11-1965, o município de Batoque passou a denominar-se Hidrolândia. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o muni-

cípio já denominado Hidrolândia adquiriu o extinto município de Irajá, que havia sido criado, mas não instalado. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 4 distritos: Hidrolândia (sede), Betânia, Conceição e Irajá, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Atualmente, são distritos do município: Hidrolândia (sede), Betânia, Conceição e Irajá.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência com culturas de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos e suínos; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de bordados; a administração pública e o comércio têm grande representatividade na atividade econômica do município; a indústria, com a fabricação de cerâmica vermelha, que abastece a indústria da construção civil.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa de São Raimundo Nonato – Padroeiro de Irajá (agosto); a Festa de Reisado, no distrito de Betânia (06 de janeiro); as Vaquejadas – Rodeio Show (29 de abril a 03 de maio); os Festejos de São Francisco (4 de outubro); a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição (8 de dezembro); o espetáculo cenográfico “Hidrolândia da Paixão” (Semana Santa); o Festival de Quadrilhas Juninas “Arraiá Xique-Xique” (junho); comemorações de Natal (dezembro); aniversário da emancipação política do município (27 de dezembro).

Principais personalidades:

Abdoral Timbó (Cajazeiras, atual Hidrolândia, 6 de maio de 1896 – Ipu, 5 de junho de 1973), proprietário de usina de beneficiamento de algodão, pecuarista, desportista, político, autodidata, dedicou-se ao cultivo das letras, tendo sido o proprietário da maior biblioteca particular de Ipu.

Foi prefeito de Ipu e deputado estadual (1951-1954). Teve participação ativa na criação do município de Hidrolândia.

José Martins Timbó (Batoque, atual Hidrolândia, 4 de setembro de 1919 – Fortaleza, 31 de janeiro de 1992), comerciante, delegado de polícia, vereador de Fortaleza por três legislaturas, presidente da Câmara Municipal e prefeito interino de Fortaleza, foi deputado estadual.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Hidrolândia 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Hidrolândia – outubro/98.

Horizonte

Hino de Horizonte

(Letra e melodia por
Miriam Carlos Moreira de Souza)

Entre toda gente cearense
Um povo se destaca e tem ação
Não cruza os braços, vai à luta
No trabalho encontra a redenção
Que é o caminho da paz, da liberdade
Do progresso e da emancipação.

Cristalinas são as tuas fontes
Que correm banhando a imensidão
E o belo vale do Pacoti
Faz crescer e florir a plantação
E a natureza amiga e conivente
Da minha terra meu querido torrão.

*Horizonte! O esplendor do luar
Reflete tua força e beleza
E o Ceará resplandece de luz
Orgulhoso de tua grandeza.*

Dinamismo, coragem e competência
Talento, saúde e educação
Representam o bem maior
Riqueza sem igual do cidadão
Que conquistou respeito e integridade
Rompendo para sempre a servidão!

Horizonte é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Pacajus e na mesorregião Metropolitana de Fortaleza.

O **IDH** de Horizonte (2010) foi de 0,658, de nível médio, situando-se em 17º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 46,98, ficando em 8º lugar no Ceará.

Horizonte

Toponímia:

topônimo, que significa “lugar que a vista não alcança”, sugerido para o município pela professora Raimunda Duarte Teixeira.

Gentílico:

horizontino.

Limites geográficos

Norte: Aquiraz e Itaitinga

Leste: Cascavel e Pindoretama

Sul: Pacajus

Oeste: Guaiuba e Itaitinga

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Horizonte, com **área** de 160 km², tem **população estimada** para 2021 em 69.688 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente subúmido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 1.021,8 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 68 m e a **distância para a Capital** é de 45 km, com acesso principal pela rodovia BR-116. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (66,08%), bruno não cálcico (1%), podzólico vermelho amarelo distrófico (13,09%), podzólico vermelho amarelo álico (2,10%) solonetz solodizado (8,96%) e solos aluviais eutróficos (8,77%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica Metropolitana, tendo como principais drenagens o rio Pacoti e os riachos Ereré e Malcozinhado, sendo os principais reservatórios os açudes Pacoti/Riachão e do Malcozinhado. Com relação ao **relevo**, predominam tabuleiros pré-litorâneos e depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de cerrado e complexo vegetacional da zona litorânea.

Síntese histórica

Os primeiros habitantes da região, onde hoje se localiza o município de Horizonte, foram os índios Paiacus, que viviam da caça, da pesca e da agricultura de subsistência. Em meados do século XVI, esse território era ocupado por um aldeamento com o nome de Monte-Mor-o-Velho. A localidade se tornou vila, passando depois a município com a denominação de

Guarani, extinto em 1920, sendo anexado como distrito a Aquiraz. Guarani foi elevado à categoria de município em 1938, com o nome de Pacajus, tendo 4 distritos: Guarani (sede), Currais Velhos, Lagoa das Pedras e Olho D'água do Venâncio. Este último teve o nome mudado para Horizonte, por sugestão da professora Raimunda Duarte Teixeira. A população, liderada por Horácio Domingos de Sousa e Manoel Feliciano de Sousa, realizou movimento em favor da emancipação em 1963, tendo Horizonte nesse ano sido elevado à categoria de município, mas, com o início do Governo Militar em 1964, a lei foi revogada. Somente em 1989 Horizonte voltou a ser município, após a realização de plebiscito, em que a população votou a favor da emancipação, com 2.273 votos favoráveis e 182 contra.

Formação Administrativa:

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, figura no município de Aquiraz o distrito de Olho D'água. Pelo decreto estadual nº 1.591, de 23-05-1935, o distrito de Olho D'água deixa de pertencer ao município de Aquiraz, sendo anexado ao município de Guarani. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o distrito de Olho D'água figura no município de Guarani. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Olho D'Água passou a denominar-se Horizonte. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito, já denominado Horizonte, figura no município de Guarani. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de Guarani passou a denominar-se Pacajus. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Horizonte figura no município de Pacajus, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Horizonte, pela lei estadual nº 6.793, de 21-11-1963, desmembrado de Pacajus, tendo como distrito sede o antigo distrito de Horizonte. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Horizonte é extinto, por ter sido criado e não instalado, sendo seu território anexado ao município de Pacajus. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o distrito de Horizonte figura no município de Pacajus, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Elevado à categoria de município com a denominação de Horizonte, pela lei estadual nº 11.300,

de 06-03-1987, retificada pelas leis estaduais nº 11.321, de 22-05-1987 e 11.451/88, desmembrado de Pacajus, instalado em 01-01-1989, tendo como sede o antigo distrito de Horizonte. A mesma lei criou os distritos de Aningas, Dourados e Queimados, ficando o município constituído de 4 distritos: Horizonte (sede), Aningas, Dourados e Queimados. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 4 distritos: Horizonte (sede), Aningas, Dourados e Queimados, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Atualmente, o município é constituído de 4 distritos: Horizonte (sede), Aningas, Dourados e Queimados.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar e principalmente do caju (castanha de caju); a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando a oiticica e a carnaúba como matérias primas; a mineração com a extração de rochas ornamentais para exportação, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil e extração de areia e argila para fabricação de telhas, tijolos e cobogós e rocha calcária para obtenção de cal; a indústria têxtil, de calçados, de granitos e de automotivos; e o comércio.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: o aniversário da emancipação política do município (6 de março), as festividades do padroeiro São João Batista (junho), o Carnaval (fevereiro) e o Réveillon (31 de dezembro).

Principais personalidades:

Alvarus Moreno – Álvaro Rodrigues da Fonseca (Fortaleza, 19 de julho de 1928), pianista, tenor, professor de canto lírico e popular e de califasia, compositor, cordelista, regente de Corais e palestrante. Representante de Horizonte na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Francisco César de Sousa, um dos líderes do movimento de emancipação política do município e primeiro prefeito de Horizonte (1989-1992).

Horácio Domingos de Sousa, principal líder do movimento em favor da emancipação política de Horizonte.

Professora Raimunda Duarte Teixeira, autora da sugestão de mudança do nome do município, de Olho D'Água para Horizonte.

Fontes:

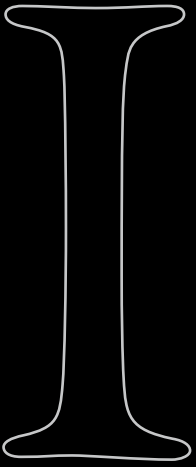
ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Horizonte 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Horizonte – outubro/98.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.



Ibaretama
Ibiapina
Ibicuitinga
Icapuí
Icó
Iguatu
Independência
Ipaporanga
Ipaumirim
Ipu
Ipueiras
Iracema
Irauçuba
Itaiçaba
Itaitinga
Itapajé
Itapipoca
Itapiúna
Itarema
Itatira

Ibaretama

Hino de Ibaretama

(Letra por João Ventura dos Santos
e melodia por José Ferreira Filho
e João Ricardo Ferreira Gomes)

Ibaretama idolatrada e gloriosa
e virtuosa é tua gente varonil
com energia e alegria te amamos
e te exaltamos, semiárido do Brasil

*Ó linda serra azul-marinho que reclama
que se decante o colorido que se encerra
em nossa terra, o coração de Ibaretama.*

Teus rochedos e coqueiros milenares
que além dos mares nos relembram a força viva
dos nossos índios que passaram e habitaram
as tuas grutas nossa gente primitiva.

São encontrados nessas matas mesmo agora
Lindos pertencentes dessa gente que passou
Que além dos rios e das matas nos relata
Uma cultura que o tempo desligou

Água da fonte mineral jorrando ao vale
Sob intempéries dos milênios continua
Nos compromete a preservar a natureza
Nossa beleza, nossa terra, nossa lua

E nada existe que vá nos desanimar
E nem deixar de admirar teu céu de anil
Somos teus filhos te queremos, te amamos
A vida damos em defesa do Brasil.

Ibaretama é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão de Quixeramobim e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Ibaretama (2010) foi de 0,577, de nível baixo, situando-se em 169º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 20,51 ficando em 126º lugar no Ceará

Toponímia:

topônimo originário do tupi, que significa “lugar das árvores frutíferas”.

Gentílico:

ibaretamense.

Limites geográficos

Norte: Itapiúna, Aracoiaba e Baturité

Leste: Morada Nova e Ocara

Sul: Quixadá e Morada Nova

Oeste: Itapiúna e Quixadá

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Ibaretama, com **área** de 877,3 km², tem **população estimada** para 2021 em 13.385 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 762,4 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 180 m e a **distância para a Capital** é de 144,9 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122. O **solo** é constituído de afloramentos rochosos (0,03%), bruno não cálcico (2,92%), planossolo solódico ta (34,22%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (40,54%), solo litólico eutrófico (6,97%), solo litólico eutrófico e distrófico (0,47%), solinetz solodizado (9,85%) e solos aluviais eutróficos (5,01%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas Metropolitana e do rio Banabuiú, tendo como principais drenagens superficiais o rio Piranji e os riachos dos Macacos, Santa Clara, Mororó, dos Cavalos, Salgadinho, Bonfim e do Feijão, sendo o maior reservatório Açude Macacos, construído sobre o leito do riacho dos Macacos. Com relação ao **relevo**, na maior parte do município é plano ou de suaves ondulações, com altitudes inferiores a 200 m. Possui um maciço residual chamado Serra Azul que atinge altitudes superiores a 700 m, encontrando-se também as depressões sertanejas. A **vegetação**

é constituída de caatinga arbustiva densa e floresta caducifolia espinhosa (caatinga arborea).

Síntese histórica

Em 1903, esse lugarejo com a denominação de Serra Azul passou a ser distrito pertencente ao município de Quixadá. Em 1905, o senhor Francisco Ferreira da Costa e sua mulher fizeram uma doação de terras à Sra. Leonor Maria da Conceição, tendo ocorrido outra importante doação de uma gleba de terra com cerca de cento e cinquenta braças, em 1909, feita pelo Sr. João Luís de Almeida ao Cônego Antônio Lúcio, para que fosse construída uma capela em homenagem a Nossa Senhora Auxiliadora, nas proximidades da propriedade denominada Serra Azul, localizada em área que, naquela época, pertencia ao município de Quixadá.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Serra Azul, pelo ato de 23-09-1903, subordinado ao município de Quixadá. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Serra Azul figura no município de Quixadá, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Serra Azul passou a denominar-se São Luís. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de São Luís permanece no município de Quixadá. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de São Luís passou a denominar-se Ibaretama. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Ibaretama figura no município de Quixadá, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Ibaretama, pela lei estadual nº 6.653, de 14-10-1963, desmembrado de Quixadá, tendo como sede o antigo distrito de Ibaretama. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Ibaretama é extinto, sendo seu território anexado ao município de Quixadá. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o distrito de Ibaretama figura no município de Quixadá, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Elevado à categoria de município com a denominação de Ibaretama, pela lei estadual

nº 11.431, de 08-05-1988, desmembrado de Quixadá, instalado em 01-01-1989, tendo como sede o antigo distrito de Ibaretama. Pela lei municipal nº 026, de 06-02-1990, foram criados os distritos de Nova-Vida, Oiticica e Piranji e anexados ao município de Ibaretama. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 4 distritos: Ibaretama (sede), Nova-Vida, Oiticica e Piranji, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Pela lei municipal nº 165, de 28-05-1999, é criado o distrito de Pedra e Cal e anexado ao município de Ibaretama. Em divisão territorial datada de 2007, o município é constituído de 5 distritos: Ibaretama (sede), Nova-Vida, Oiticica, Pedra e Cal e Piranji. Atualmente, o município tem cinco distritos: Ibaretama (sede), Nova Vida, Oiticica, Pedra e Cal e Piranji.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, banana, cana-de-açúcar e castanha de caju; a pecuária de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal e a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes, bordados, chapéus-de-palha, produtos em couro e outros; a extração mineral de rochas para obtenção de brita, placas para fachadas e outros usos na construção civil; e a pesca artesanal, em açudes e lagoas.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora Auxiliadora (24 de maio) e a comemoração de aniversário do Município (8 de maio).

Principais personalidades:

João Luís de Almeida foi o doador de terra, em 1909, para a construção da capela em homenagem a Nossa Senhora Auxiliadora, nas proximidades da propriedade denominada Serra Azul, atual município de Ibaretama.

Manoel Moraes Lopes, líder do movimento em prol da emancipação política de Ibaretama.

Raimundo Viana de Queiroz, primeiro prefeito do município de Ibaretama (1989-1992).

FONTES:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Ibaretama 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Ibaretama – outubro/98.

Ibiapina



Hino de Ibiapina

(Letra por Antônio Ferreira do Porto e melodia por Padre Francisco Sadoc de Araújo)

Vinte lustros que a lei, por justiça,
pôs-te à frente de um grão Município,
desde então tu surgiste na liça
com valor nunca visto a princípio.

Salve, salve! Ibiapina virente,
Terra Limpa de coisas banais,
limpa até de ambições triviais
e onde Pedro tem culto fervente.

A alegria hoje vive nos lábios
deste povo que expande a esperança
e não guarda do ódio os ressábios,
mas conserva do afago a lembrança.

A São Pedro pertences de fato,
pois seu nome manténs na bandeira...
ele é teu por eterno contrato
e foi teu desde a hora primeira.

Salve, Flor que viceja na Serra,
expandindo perfume e frescor!
Terra limpa onde os homens da terra
colhem frutos de paz e de amor!

Ibiapina é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião da Ibiapaba e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Ibiapina (2010) foi de 0,608, de nível médio, situando-se em 106º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 40,02, ficando em 12º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Ibiapina é originário do tupi, significando “terra tosquiada” (*yby* = terra e *apin* = tosquiada).

Gentílico:

ibiapinense.

Limites geográficos

Norte: Ubajara

Leste: Graça, Mucambo e Ubajara

Sul: São Benedito

Oeste: Ubajara, Estado do Piauí e São Benedito

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Ibiapina, com **área** de 414,9 km², tem **população estimada** para 2021 em 25.165 habitantes. Apresenta **clima** Tropical Quente Úmido, Tropical Quente Subúmido e Tropical Quente Semiárido Brando, com **pluviometria** média (2021) de 987,4 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 878,42 m e a **distância para a Capital** é de 318 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-403 / CE-187 / CE-253 / CE-321. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (47,33%), latossolo amarelo distrófico (2,26%), latossolo amarelo álico (26,17%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (5,18%), solo litólico distrófico (12,03%), solo litólico eutrófico (2,64%) e solo litólico eutrófico e distrófico (4,39%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está em grande parte inserido na bacia hidrográfica do rio Poti, onde a principal drenagem é o rio do Pejuaba, enquanto na parte leste está inserido nas bacias hidrográficas dos rios Coreaú e Acaraú; as principais drenagens, na primeira, são os riachos Taipu e da Onça, e na segunda, o riacho Itapirangaba, sendo o principal reservatório, que abastece a população urbana do município, o açude Jaburu, no vizinho município de Ubajara. Com relação ao **relevo**, destaca-se o Planalto da Ibiapaba, estando o município localizado no centro da Serra da Ibiapaba, tendo como principal elevação a localidade de Mata Fresca, com 970 metros acima do nível do mar. A **vegetação** é constituída de carrasco, floresta subcaducifólia tropical pluvial e floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular (mata úmida).

Síntese histórica

As terras que integram atualmente o município de Ibiapina foram primitivamente ocupadas pelos índios da etnia Tabajara, que ocupavam a parte mais elevada da Serra Grande. Quando Pero Coelho, em 1603, chegou à Serra da Ibiapaba, teve que enfrentar as tribos ali sediadas, conseguindo dominar a região da Ibiapaba. Com a chegada à Serra da Ibiapaba, vindos de Pernambuco, dos padres Luiz Figueira e Francisco Pinto, houve a pacificação, tendo os dois missionários conseguido pacificar os nativos e iniciar a catequização e evangelização dos indígenas, construir capela e fundar escola. A Missão Jesuítica foi o ponto de partida para a fundação da futura vila de Ibiapina, consolidando-se em 1820, com a construção de ruas. Em 1833, a povoação de São Pedro de Ibiapina foi transformada em distrito de Paz. A antiga capela, construída em 1607, não resistiu à ação do tempo e nova capela foi edificada entre 1875 e 1882, quando Ibiapina foi elevada à categoria de paróquia, pela lei provincial nº 1979, de 09 de agosto de 1882. Em 24 de agosto de 1942, o Monsenhor Melo iniciou a construção da nova matriz, inaugurada a 03 de outubro de 1944, mas a torre da igreja só foi concluída em 1958.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de São Pedro de Ibiapina, por ato provincial de 18-03-1842, subordinado ao município de São Benedito. Elevado à categoria de vila com a denominação de São Pedro de Ibiapina, pela lei provincial nº 1.773, de 23-11-1878, desmembrado de São Benedito, foi instalado em 01-07-1879, tendo como sede o núcleo de São Pedro de Ibiapina, constituído apenas do distrito sede. Pela lei municipal nº 10, de 03-08-1893, e por lei estadual de 22-08-1893, foram criados os distritos de Araticum, Jacaré e Mucambo, com terras desmembradas do município de Ubajara, e anexados à vila de São Pedro de Ibiapina. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituída de 4 distritos: São Pedro de Ibiapina (sede), Araticum, Jacaré e Mucambo. Pela lei estadual nº 1.279, de 24-08-1915, são desmembrados do município de São Pedro de Ibiapina os distritos de Jacaré e Araticum, sendo seus territórios anexados ao município de Ubajara. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, é extinta a vila de São Pedro de Ibiapina, sendo seu território anexado ao município de São Benedito. Elevado novamente à categoria de vila com a denominação

de São Pedro de Ibiapina, pelo decreto nº 1.156, de 04-12-1933. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, a vila é constituída de 2 distritos: Ibiapina (sede) e Mucambo. Elevado à condição de cidade com a denominação de Ibiapina, pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, que também criou o distrito de Gameleira e o anexou ao município de Ibiapina. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 3 distritos: Ibiapina (sede), Gameleira e Mucambo. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Gameleira passou a denominar-se Murereíba. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 3 distritos: Ibiapina (sede), Mucambo e Murereíba. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, o distrito de Murereíba passou a denominar-se Santo Antônio da Pindoba. Pela lei estadual nº 2.160, de 12-12-1953, é desmembrado do município de Ibiapina o distrito de Mucambo, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Ibiapina (sede) e Santo Antônio da Pindoba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 17-01-1991. Pela lei municipal nº 42, de 04-09-1991, é criado o distrito de Alto Lindo e anexado ao município de Ibiapina. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 3 distritos: Ibiapina (sede), Alto Lindo e Santo Antônio da Pindoba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2003. Pela lei municipal nº 164, de 08 de novembro de 2001, é criado o distrito de Betânia e anexado ao município de Ibiapina. Em divisão territorial datada de 2005 e atualmente, o município é constituído de 4 distritos: Ibiapina (sede), Alto Lindo, Betânia e Santo Antônio da Pindoba.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de feijão, milho, mandioca, café, banana, arroz, abacate, laranja, limão, tomate, cebola e cana-de-açúcar; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas o buriti, o babaçu, a oiticica e a carnaúba; a fabricação de doces caseiros, cachaça, redes, bordados e artigos em couros e peles; a mineração com a extração de rochas ornamentais para cantaria, placas para fachadas e usos diversos na construção civil;

a indústria de produtos alimentares, de bebida, de madeira, de produtos minerais não metálicos, de vestuário e calçados. O turismo, tendo como atrações naturais a Cachoeira de Ladeira, o Buraco do Zeza, a Barragem dos Granjeiros, o Balneário Brisa do Nínga, a Bica Pinguruta, a Bica de Monte Belo, a Bica da Bigorna, a Cachoeira de Curimatã, a Cachoeira do Galo, a Bica do Frade, os Mirantes e as Trilhas dos Aparatos.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa de São Pedro, padroeiro do município (29 de junho); a Festa de São Sebastião (20 de janeiro); a Festa de São José (19 de março); a Festa de Santo Antônio (13 de junho); a Festa de São João (24 de junho), a Festa de Santa Luzia (13 de dezembro); a Festa de São Francisco (04 de outubro); a Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (15 de agosto); as Festividades da Emancipação Política do Município (23 de novembro); e as comemorações da Semana da Pátria (7 de setembro).

Principais personalidades:

João Ximenes de Melo (Ibiapina, 1878 – Campo Maior-Pi, no início da década de 1960), prefeito/intendente de São Pedro de Ibiapina no início do século XX. Capitão assistente da Guarda Nacional, nomeado em 24 de agosto de 1910, para a 18ª Brigada de Cavalaria da comarca de São Benedito.

Padre Pedro Cavalcante Rocha foi o primeiro vigário da paróquia de São Pedro de Ibiapina, tendo tomado posse em 20 de maio de 1883.

Pedro Francisco de Paula foi o doador do patrimônio da freguesia de São Pedro de Ibiapina, em 1848.

FONTES:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Ibiapina 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Ibiapina – outubro/98.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Ibicuitinga

Hino de Ibicuitinga

(Letra por Marcondes de Oliveira
e melodia por Manoel Ferreira Lima)

Te amamos ó terra garrida
aos pés dos montes, sob o brilho do céu
lá dos picos se avistam os teus brados
tudo parece mais perto de Deus. (2x)

Do índio ao branco tu foste arena
na luta a sorrir, constância e amor

Terra garbosa, vivaz e ardente
gerou tua gente de tanto vigor.

*Vivas tu, Ibicuitinga, de montes
e vales distantes do mar
garças alvacentas em pleno verão
te enfeitam o sertão a esvoaçar.*

A pecuária e o feijão geram a fartura
entregam na mesa uma vida melhor
seu agricultor de enxada na mão
plantando algodão, tua riqueza maior.

Vivas tu, Ibicuitinga, de montes ...

Aos jovens completa luta futura
zelar pela cultura que o tempo doou
velar por ti, muita confiança manter a esperança
e mostrar o teu valor.

Ibicuitinga é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Baixo Jaguaribe e na mesorregião do Jaguaribe.

O **IDH** de Ibicuitinga (2010) foi de 0,606, de nível médio, situando-se em 109º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 18,43, ficando em 145º lugar no Ceará.

Toponímia:

topônimo originário do tupi, que significa “areia branca”, pela junção dos topônimos: *Ibicui* ou *Cui* = areia e *Tinga* = Branca.

Gentílico:

ibicuitinguense.

Limites geográficos

Norte: Morada Nova

Leste: Morada Nova

Sul: Morada Nova

Oeste: Quixadá

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Ibicuitinga, com **área** de 424,2 km², tem **população estimada** para 2021 em 12.730 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 755,3 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 200 m e a **distância para a Capital** é de 197,8 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / CE-138 / CE-265. O **solo** é constituído de planossolo solódico ta (13,67%), podzólico vermelho amarelo distrófico (46,46%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (21,07%), regossolo eutrófico (1,38%), solo litólico eutrófico (4,60%), solo litólico eutrófico e distrófico (3,98%) e solonetz solodizado (8,83%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas do Baixo Jaguaribe e do Banabuiú, tendo como principais drenagens o rio Palhano na primeira bacia e o riacho Aroeiras na segunda, sendo os principais reservatórios os açudes Novo, dos Pinheiros e Moça Branca, todos de pequeno porte. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta e caatinga arbustiva densa.

Síntese histórica

Em 1866 foi feita, pelo Sr. Samuel Ferreira Nobre, a doação de um terreno para a construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora dos Remédios. A partir de então, foram surgindo, nas proximidades do santuário, as primeiras casas que deram origem ao povoado. Segundo relatos de antigos moradores, no início do século XX, havia na localidade apenas 12 casas de alvenaria e 5 de barro, sem qualquer estrutura urbana. O lugarejo se situava em terras do município de Morada Nova e ficou conhecido como “Areia Branca”, sendo elevado, anos depois, a distrito do município de Mo-

rada Nova. Areia Branca passou a ser chamado de Ibicuitinga em 1943, pela junção dos topônimos: *Ibicui ou Cui* = areia e *Tínga* = Branca, Alva.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Areia Branca, pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, com terras desmembradas dos distritos de Morada Nova e Água Boa, subordinado ao município de Morada Nova. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito Areia Branca figura no município de Morada Nova. Por lei estadual de 1943, o distrito de Areia Branca passou a se denominar Ibicuitinga. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Ibicuitinga figura no município de Morada Nova, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Ibicuitinga, por lei estadual de 14-08-1963, desmembrado de Morada Nova, tendo como sede o antigo distrito de Ibicuitinga. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Ibicuitinga é extinto, sendo seu território anexado ao município de Morada Nova, em razão de ter sido criado, mas não instalado. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o distrito de Ibicuitinga figura no município de Morada Nova, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-07-1988. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Ibicuitinga, pela lei estadual nº 11.436, de 11-05-1988, desmembrado de Morada Nova, foi instalado em 01-01-1989, tendo como sede o antigo distrito de Ibicuitinga. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 22, de 11-11-1991, são criados os distritos de Açude dos Pinheiros, Canindezinho, Chile e Viçosa e anexados ao município de Ibicuitinga. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 5 distritos: Ibicuitinga (sede), Açude dos Pinheiros, Canindezinho, Chile e Viçosa, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Atualmente, o município é constituído dos distritos: Ibicuitinga (sede), Açude dos Pinheiros, Canindezinho, Chile e Viçosa.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca e arroz, e as

monoculturas de algodão, banana, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; na pecuária extensiva, destaca-se a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras para lenha e a construção de cercas, além de atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados e a fabricação de queijos e manteiga; a indústria de móveis, serraria, padaria, agroindústria de mandioca e carpintaria.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a festa de aniversário do município (11 de maio) e a Festa da Padroeira Nossa Senhora dos Remédios (24 de outubro); a eleição de Miss Ibicuitinga para disputa estadual no concurso “Menina Fantástica” (setembro).

Principais personalidades:

José Edmilson Gomes, primeiro prefeito do município de Ibicuitinga, eleito em 1988, com mandato de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1992, tendo posteriormente exercido mandato de prefeito na legislatura de 2009 a 2012.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Ibicuitinga 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Ibicuitinga – outubro/98.

Icapuí

Hino de Icapuí

(Letra por Marcondes de Oliveira e Orlando de Souza Rebouças
e melodia por Orlando de Souza Rebouças)

Salve terra de um povo que é grande
Generoso e feliz de verdade
Que no afã do trabalho se expande
A grandeza sem par da cidade.

*Icapuí, rincão ditoso
Do Ceará torrão natal,
Há no teu seio esplendoroso,
Icapuí, nosso ideal.*

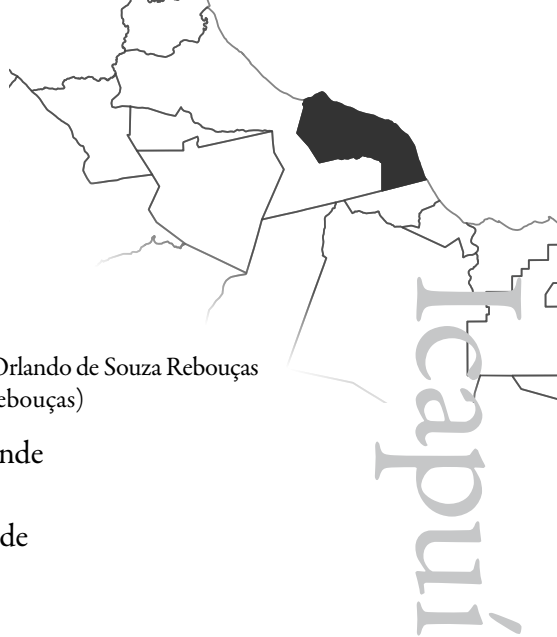
Salve terra dos verdes coqueiros,
Que se embalam aos ventos dos mares,
Hoje a ti, todos nós, altaneiros,
Elevamos os nossos cantares.

Salve terra! Pela autonomia
Esperavas com fé renovada.
Os teus filhos ergueram-se um dia
E tornaram enfim libertada.

Salve terra tão bela e querida
Nós saudamos a tua vitória.
Haverás de crescer forte e unida
E terás um futuro de glória.

Salve terra de praias e dunas,
Pelas quais o teu mapa é bordado!
Tu és livre entre livres comunas
Para o bem e o progresso do estado.

Icapuí é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do litoral de Aracati e na mesorregião do Jaguaribe.



O **IDH** de Icapuí (2010) foi de 0,616, de nível médio, situando-se em 83º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 24,97, ficando em 73º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originária do tupi, que significa “coisa ligeira”.

Gentílico:

icapuiense.

Limites geográficos

Norte: Oceano Atlântico

Leste: Oceano Atlântico

Sul: Tibau (RN) e Aracati

Oeste: Aracati

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Icapuí, com **área** de 423,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 20.183 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 385 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 5 m e a **distância para a Capital** é de 205,3 km, com acesso principal pelas rodovias BR-304 / CE-040 / CE-123 / CE-261 / CE-403 / CE-404. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (78,56%), areias quartzosas marinhas distróficas (11,07%), latossolo vermelho amarelo eutrófico (2,40%), podzólico vermelho amarelo álico (3,90%) e solonchak sódico (1,77%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Baixo Jaguaribe, tendo como principais drenagens os córregos do Manguinho e da Mata Fresca, sem reservatórios de grande porte. Com relação ao **relevo**, destacam-se a planície litorânea e os tabuleiros pré-litorâneos, encontrando-se dunas móveis e fixas, sendo suas elevações inferiores a 100 metros acima do nível do mar (Morro do Timbaú). A **vegetação** é constituída de complexo vegetacional da zona litorânea.

Síntese histórica

A pequena vila denominada Caiçara, que significa “cerca de galhos”, a leste do rio Jaguaribe, era habitada pelos índios Potyguara, antes da chegada

dos portugueses no século XVII. Essa antiga aldeia, resguardada pela vegetação litorânea, tornou-se um centro urbano a partir de meados do século XX. Em 30 de dezembro de 1943, passou a se chamar Icapuí, corruptela da palavra Igarapuí, que significa “coisa ligeira”. A denominação Icapuí significa “canoa veloz”. O pequeno lugarejo Icapuí, com poucas casas e número pequeno de habitantes, com o passar dos anos, cresceu e se desenvolveu. Em 1957, por iniciativa de Orlando de Sousa Rebouças e Marcondes de Oliveira, ocorreu a primeira tentativa de promover a sua emancipação, o que não foi possível, em razão da reação das forças políticas contrárias ao movimento. Vinte e sete anos depois dessa primeira tentativa, um grupo de icapuienses, sob a liderança de José Airton Félix Cirilo da Silva, contando com o apoio da comunidade, conseguiu tornar Icapuí um município, desmembrado de Aracati, a partir de 22 de janeiro de 1984. A sua independência política aconteceu através de plebiscito, quando a população decidiu pela emancipação. O primeiro prefeito da cidade foi o líder do movimento José Airton Félix Cirilo da Silva. A composição familiar de Icapuí é, em média, de 6 pessoas, sendo, na maioria dos casos, o pai pescador e a mãe artesã, adotando como religiões, o catolicismo ou o protestantismo. São pessoas que possuem uma forte inclinação associativa, o que leva muitos de seus habitantes a participarem de grupos comunitários. As moradias do município têm uma arquitetura peculiar, onde as casas mais antigas são construídas de taipa, com alpendres dos quatro lados, para abrigar os viajantes e retirantes, em sua passagem pelo município. O município de Icapuí, nos últimos anos tem tido o reconhecimento nacional, e até internacional, pela qualidade da educação proporcionada às crianças do município, o mesmo ocorrendo em relação à área da saúde, em que os 10 postos de atendimento e o hospital municipal se mantêm à disposição dos usuários ininterruptamente, com funcionamento nas 24 horas do dia. Essa atenção com a educação e com a saúde se reflete nos pequenos índices de mortalidade infantil. Outra característica do município é o cuidado com a preservação ambiental e o respeito à ecologia.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação Caiçara, pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, com terras desmembradas do distrito de Areias,

subordinado ao município de Aracati. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Caiçara figura no município de Aracati. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Caiçara passou a denominar-se Icapuí. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o distrito já denominado Icapuí figura no município de Aracati. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Icapuí pertence ao município de Aracati, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município com a denominação de Icapuí, pela lei estadual nº 4.461, 15-01-1959, desmembrado de Aracati, tendo como sede o antigo distrito de Icapuí, constituído de 3 distritos: Icapuí (sede), Cuipiranga e Ibicuitaba. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 3 distritos: Icapuí (sede), Cuipiranga e Ibicuitaba. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Icapuí é extinto, sendo seu território anexado ao município de Aracati. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o distrito de Icapuí figura no município de Aracati, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Icapuí, pela lei estadual nº 11.003, de 15-01-1985, desmembrado de Aracati, foi instalado em 01-01-1986, tendo como sede o antigo distrito de Icapuí. Essa mesma lei mudou a denominação do distrito de Cuipiranga para Manibú, ficando o município constituído de 3 distritos: Icapuí (sede), Ibicuitaba e Manibú. Em divisão territorial datada de 18-08-1988, o município é constituído de 3 distritos: Icapuí (sede), Ibicuitaba e Manibú, assim permanecendo em divisão territorial datada de 14-05-2001. Atualmente, o município é constituído dos distritos de: Icapuí (sede), Ibicuitaba e Manibú.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com a produção de feijão, milho, mandioca, e aspargo e as monoculturas de algodão, banana, cana-de-açúcar, castanha de caju, coco-da-baía e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, suínos e aves; a piscicultura, com a pesca da lagosta; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal (em declínio), extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiti-

cica e a carnaúba; o artesanato de redes, labirintos e bordados; a mineração com a extração de areia, argila e diatomito para a fabricação de tijolos e telhas; a extração de petróleo pela Petrobrás, na terras da Fazenda Belém; e o turismo, tendo como atrativos as belezas naturais ao longo da extensa faixa litorânea, como as praias de Retiro Grande, Ponta Grossa, Redonda, Perobas, Picos, Barreira, Requenguela, Barra Grande, Quitérias, Tremembé, Praia de Arrombado, Manibú e Melancias; e a indústria de produtos alimentícios.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa de Emancipação do município (22 de janeiro); a Festa de São Sebastião (20 de janeiro); a Festa de São José (19 de março); o Carnaval popular; a Semana Santa; a Festa de Santo Antônio (13 de junho); a Festa de São João (24 de junho); o Festival Interestadual de Quadrilhas (4 a 12 de julho); a Festa de Nossa Senhora de Santana (26 de julho); a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes (15 a 22 de agosto); a Festa da Lagosta (agosto); a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Soledade (22 de setembro); o Acampamento Latino-Americano da Juventude (evento realizado bianualmente); e o Réveillon popular (31 de dezembro).

Principais personalidades:

José Airton Félix Cirilo da Silva, engenheiro civil, advogado, primeiro prefeito eleito de Icapuí (1986-1988). Deputado federal em quatro legislaturas. Nascido em Aracati, no dia 21 de fevereiro de 1957.

Jonas Luis da Silva (Icapuí, 1º de junho de 1951 – Fortaleza, 31 de agosto de 2018), cineasta, roteirista, produtor, jornalista, escritor e apresentador de TV, fundador da Faculdade Integrada da Grande Fortaleza e diretor de criação da TV Verdes Mares, em Fortaleza.

Orlando de Souza Rebouças (Icapuí, 30 de outubro de 1940), bacharel em Direito (1965), com pós-graduação em Desenvolvimento Político, Política e Administração (1975), pela UFC. Foi Diretor do Departamento de Rendas e Secretário de Finanças de Fortaleza, procurador do Estado do Ceará, professor de Direito Administrativo, Legislação Tributária e Direito Comercial e Industrial, na UFC e advogado. Procurador da República,

juiz federal e desembargador federal do TRF da 5ª Região. Coautor da letra e autor da melodia do hino de Icapuí.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Icapuí 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Icapuí – outubro/98.

Icó

Hino de Icó

(Letra por Maria da Conceição Ferreira Alves
e melodia por Francinete da Silva Ferreira)

Numa planície arenosa
Velado pela estrela
Icó nasceu tão formosa
Do sertão linda princesa.
De uma capela esculpura
Marco de uma pátria florescida
Icó, cidade centenária
Altar de Deus na terra erguida.

*Às margens do Salgado
Rio deste Ceará
Icó, és sempre afamada
A glória te exaltará.
Sempre terás a vitória
Deste mistério sem fim
Contigo morar que glória
Quis o Senhor do Bonfim.*

Teus sobrados e casarões
São o passado heranças
Sangrando nos corações
Um futuro de esperanças.
Teu passado glorioso
Te fez um dia capital
Deste Estado portentoso
Tornando tua história imortal.

Icó é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Iguatu e na mesorregião do Centro-Sul Cearense.



O **IDH** de Icó (2010) foi de 0,606, de nível médio, situando-se em 109º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 14,69, ficando em 166º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originária do tupi, que significa “água ou rio da roça”

Gentílico:

Icoense

Limites geográficos

Norte: Pereiro, Jaguaribe e Orós

Leste: Umari, São Miguel e Venha-Ver (RN) e Bernardino Batista e Poço Dantas (PB)

Sul: Umari, Lavras da Mangabeira e Cedro

Oeste: Orós, Iguatu e Cedro

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Icó, com **área** de 1.872 km², tem **população estimada** para 2021 em 68.303 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 848,8 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 153,4 m e a **distância para a Capital** é de 361,3 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / BR-226 / BR-404 / CE-138 / CE-368 / CE- 371. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (23,74%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (21,39%), solo litólico eutrófico (36,13%), solos aluviais eutróficos (8,29%) e vertissolo (3,78%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas do rio Salgado e do Médio Jaguaribe, tendo como principais drenagens os rios Jaguaribe e Salgado e os riachos Aba, Capim, Capitão-mor, dos Cavalos, São Miguel, São João, dos Pedreiros, Lobata, Periquito, São Vicente, Santana, Tatajuba (na divisa com o município de Orós) e Umari, sendo os reservatórios de maior porte os açudes Lima Campos ou Estreito I e o Tatajuba. Com relação ao **relevo**, destacam-se a planície ribeirinha e a depressão sertaneja, com elevações significativas no lado leste, com colinas e cristas dos maciços residuais, como a serra do Padre

e altitudes entre 200 e 700 metros acima do nível do mar. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa, floresta caducifolia espinhosa (caatinga arbórea), floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar com carnaúba) e floresta subcaducifolia tropical pluvial (mata seca).

Síntese histórica

No início do século XVIII, as tribos indígenas que habitavam a região se opuseram à colonização. Entre as serras do Pereiro e os vastos sertões do Cedro, o capitão-mor Gabriel da Silva Lago fez erguer uma paliçada para defender os moradores da ribeira do rio Salgado, surgindo ali o arraial Novo, hoje cidade de Icó. Após lutas sangrentas entre sesmeiros, colonizadores e indígenas, o Padre João de Matos Serra, prefeito das Missões, conseguiu a pacificação. O povoamento e o desenvolvimento da região muito ficaram devendo às famílias Monte e Feitosa, que desfrutavam então de grande prestígio e dominavam vastas áreas do território. A capela de Nossa Senhora do Ó, padroeira do povoado, foi erguida por Francisco Monte, em meados do século XVIII.

Formação Administrativa:

O povoado foi elevado à categoria de vila com a denominação de Arraial da Ribeira dos Icó, por ordem régia de 20-10-1736, instalada em 04-05-1738, tendo como sede a vila do Arraial da Ribeira dos Icó. Distrito criado com a denominação de Arraial da Ribeira dos Icó, por provisão de 06-04-1764. Elevado à condição de município com a denominação de Icó, pela lei provincial nº 244, de 25-10-1842. Pelas leis estaduais nº 929, de 06-08-1860, e 1.128, de 21-11-1864, foi criado o distrito de Bebedouro e anexado ao município de Icó. Pelo decreto nº 3, de 10-04-1893, foi criado o distrito da Conceição e anexado ao município de Icó. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 3 distritos: Icó (sede), Bebedouro e Conceição. Pelo decreto estadual nº 1.156, de 30-12-1933, são criados os distritos de Água Fria, Lima Campos, Orós e Santa Maria e anexados ao município de Icó. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 7 distritos: Icó (sede), Bebedouro, Conceição, Água Fria, Lima Campos, Orós e Santa Maria, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. O decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, mudou a denominação

do distrito de Bebedouro para Bonfim e a do distrito de Santa Maria para Icozinho, e criou o distrito de Pedrinhas, anexando-o ao município de Icó. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município de Icó é constituído de 8 distritos: Icó (sede), Água Fria, Bonfim, Conceição, Icozinho, Lima Campos, Orós e Pedrinhas. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, foram mudadas as denominações dos distritos de Água Fria para Igarói, de Bonfim para Cruzeirinho e de Conceição para Guassussê. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 8 distritos: Icó (sede), Cruzeirinho, Guassussê, Icozinho, Igarói, Lima Campos, Orós e Pedrinhas, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Pela lei estadual nº 3.338, de 15-09-1956, são desmembrados do município de Icó os distritos de Orós, Guassussê e Igarói, para formar o novo município de Orós. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 5 distritos: Icó (sede), Cruzeirinho, Icozinho, Lima Campos e Pedrinhas. Pela lei estadual nº 6.481, de 28-08-1963, o distrito de Icozinho é desmembrado do município de Icó, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.667, de 14-10-1963, o distrito de Lima Campos é desmembrado do município de Icó, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.606, de 26-09-1963, o distrito de Pedrinhas é desmembrado do município de Icó, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.880, de 13-12-1963, é criado o distrito de São Vicente e anexado ao município de Icó. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Icó (sede) e São Vicente. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, foram extintos os municípios de Icozinho, Lima Campos e Pedrinhas, por terem sido elevados à categoria de municípios, mas não instalados, sendo anexados como simples distritos ao município de Icó. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 6 distritos: Icó (sede), Cruzeirinho, Lima Campos, Pedrinhas, São Vicente e Icozinho, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Icó (sede), Cruzeirinho, Lima Campos, Pedrinhas, São Vicente e Icozinho.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com a cultura de subsistência de feijão, milho, mandioca e as monocul-

turas de algodão, banana, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária de bovinos, ovinos, suínos, caprinos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes, chapéus-de-palha e bordados; a mineração, com a extração de rocha para cantaria, brita e usos diversos na construção civil; a piscicultura desenvolvida nos açudes locais e, em maior escala, no açude Lima Campos; a indústria de perfumaria, sabão e velas, produtos alimentícios, indústria química, de madeira, de produtos minerais não metálicos, de serviços de construção, de vestuário, calçados e artigos de tecidos de couro e peles; o turismo, em função das belezas naturais e do patrimônio histórico do município, tendo como principais atrativos: o conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó, tombado pelo IPHAN em 1998 e considerado o melhor da arquitetura tradicional, nas principais ruas, onde estão os bens de maior relevância e onde se observa o traçado urbanístico imposto pelas normas da Coroa Portuguesa. O sítio arquitetônico de Icó faz parte do Patrimônio Histórico Nacional.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa de Nossa Senhora Santana (17 a 26 de julho); as comemorações da Independência do Brasil (7 de setembro); a Festa da Emancipação Política do Município (04 de maio); a Festa do Senhor do Bonfim (22 de dezembro a 6 de janeiro); a Festa de São Sebastião no distrito de Lima Campos (10 a 20 de janeiro); o Festival junino (junho); o Arraiá dos Compadres GG - Lima Campos (junho); o Festival do Milho Verde de Malhada Vermelha (abril); a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Expectação (18 de dezembro); o Forricó (julho) e o Icozeiro (dezembro).

Principais personalidades:

Adília de Albuquerque Moraes (Icó, 12 de dezembro de 1874 – Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1942) escritora, educadora e feminista brasileira. Em Fortaleza, foi uma das líderes do movimento para mudar o nome do bairro, de *Praia do Peixe*, para *Praia de Iracema*. Utilizou a imprensa como instrumento de disseminação das ideias em favor da conquista de direitos políticos e sociais para as mulheres.

Álvaro Gurgel de Alencar (Icó, 10 de janeiro de 1861 – Fortaleza, 2 de julho de 1945), bacharel em Direito, professor, magistrado, dicionarista e historiador. Abolicionista e republicano, tendo participado de várias entidades emancipadoras. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Antônio Pinto Nogueira Accioly (Icó, 11 de outubro de 1840 – Rio de Janeiro, 14 de abril de 1921) foi vice-presidente do Estado e governador do Ceará. Na seca de 1898 a 1900, não socorreu a população sertaneja, que sofreu com a epidemia de varíola. Perseguiu o adversário Rodolfo Teófilo, que fabricava a vacina contra a varíola e procurava conscientizar o povo sobre a necessidade da vacinação. Em 1908, foi eleito novamente Presidente do Ceará e governou o Ceará de 1908 a 1912, quando foi deposto.

Belisário Cícero Alexandrino (Icó, 20 de abril de 1845 – Fortaleza, 10 de outubro de 1929) foi advogado, promotor, delegado de higiene, inspetor escolar, vereador, presidente da Câmara, tenente-coronel da Guarda Nacional, e coronel comandante da 8ª Brigada. Governou o Ceará, de 12 a 14 de julho de 1912. Presidiu a Assembleia Legislativa no Antigo Regime (de 1900 a 1912), sendo notável a sua atuação na tribuna parlamentar. Intendente de Iguatu, foi deposto por um movimento popular, no Governo Franco Rabelo.

Bernardo Duarte Brandão – primeiro e único barão do Crato (Icó, 15 de julho de 1832 – Paris, 19 de junho de 1880), bacharel em Direito, deputado provincial em duas legislaturas, vice-presidente da província do Ceará e deputado geral, agraciado com o título de barão do Crato em 14 de setembro de 1866.

Francisco Ferreira Antero (Icó, 01 de 1855 – 7 de novembro de 1929), sacerdote católico e filósofo, foi deputado estadual de 1913 a 1914 e de 1921 a 1924, tendo exercido o cargo de presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, em 1913.

Gervásio Cícero de Albuquerque Melo (Icó, 7 de maio de 1830 – Macau, fevereiro de 1878) foi presidente da província do Piauí, de 22-02-1873 a 27-04-1874.

Gilson da Costa Moreira (Icó, 25 de abril de 1952), engenheiro eletrônico, escritor, bacharel em Teologia, com MBA em Políticas Públicas Inovadoras. Conselheiro da ACI e da Associação Cearense de Jornalistas

do Interior e Consultor Técnico da Associação Cearense de Emissoras de Rádio e Televisão. Representante de Icó na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE. Sócio correspondente do Instituto do Ceará.

Heráclito de Alencastro Pereira da Graça (Icó, 18 de outubro de 1837 – Rio de Janeiro, 16 de abril de 1914), advogado, político e escritor, foi deputado provincial e deputado geral pelo Maranhão. Presidente da Paraíba e do Ceará (1874-1875). Foi consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores. Profundo conhecedor de filologia e linguística, foi membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Cearense de Letras.

João André Teixeira Mendes (Icó, 17 de março de 1781 – Icó, 1874), militar, oficial da Guarda Nacional, protagonizou polêmicos eventos na história do Ceará. Ficou conhecido como “Canela Preta”. Foi membro da Comissão Militar do Icó, conhecida pela alcunha de “Comissão Matura”, organizada para julgar os envolvidos na revolução de 1824. Foi julgado pelas mortes do Ten. Antônio Vieira Cavalcante e do Ten. Cel. José Cavalcante Albuquerque e condenado à morte em sucessivos julgamentos, tendo as penas sido comutadas para exílio.

Joaquim Antônio Alves Ribeiro (Icó, 9 de janeiro de 1830 — Fortaleza, 2 de maio de 1875) foi médico do Hospital de Caridade de Fortaleza e cirurgião da Guarda Nacional. Sócio correspondente de diversas academias e sociedades médicas. Organizou o primeiro museu existente no Ceará, onde reuniu muitos objetos e fragmentos da natureza, e espécimes das áreas da paleontologia, mineralogia, arqueologia e da numismática. Após sua morte, essas coleções foram doadas ao governo do Estado, sob a guarda da Biblioteca Pública, removidas posteriormente para a Escola Normal.

Joaquim Ferreira Antero (Icó, 24 de julho de 1861 – Roma, 23 de setembro de 1880), foi um religioso brasileiro, o primeiro cearense a entrar para a Companhia de Jesus. Adoeceu durante o noviciado em Nápoles, regressando a Roma e sendo levado para tratamento em Castelgandolfo, onde faleceu aos dezenove anos de idade.

Manuel Viana de Carvalho (Icó, 10 de dezembro de 1874 – Salvador, 13 de outubro de 1926), militar que se destacou como orador, na divulgação da Doutrina Espírita.

Marcial Dias Pequeno (Icó, 17 de outubro de 1908 – Rio de Janeiro, 01 de outubro de 1991) exerceu interinamente o cargo de Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, de junho de 1950 a janeiro de 1951.

Miceno Clodoaldo Linhares - Padre (Icó, 29 de março de 1895 – Lavras da Mangabeira, 02 de janeiro de 1924) foi sacerdote católico. Considerado homem de grande cultura e sacerdote virtuoso, elegeu-se deputado à Assembleia Provincial do Ceará, em quatro legislaturas.

Quintílio de Alencar Teixeira (Icó, 17 de junho de 1913 – Fortaleza, 30 de março de 1993), médico e professor, foi deputado estadual em três legislaturas.

Tristão de Alencar Araripe (Icó, 07 de outubro de 1821 – Rio de Janeiro, 03 de junho de 1908), escritor, magistrado, jurista e heraldista, foi Juiz municipal, juiz de Direito, juiz especial do Comércio, desembargador das Relações da Província da Bahia e da Província de São Paulo e da Corte. Ministro da Justiça e da Fazenda, chefe de polícia, presidente das províncias do Rio Grande do Sul e do Pará e deputado da província do Ceará. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi ministro do Supremo Tribunal Federal. É autor do desenho do brasão de Fortaleza.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Icó 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Icó – outubro/98. GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara. MOREIRA, Gilson da Costa. Ribeira dos Icó. 2014. Premium Editora. MARTINS, José Murilo. Academia Cearense de Letras. História e Acadêmicos. AMORA, Manoel Albano. Academia Cearense de Letras. Síntese Histórica. GIRÃO, Raimundo. A Academia de 1894.

Iguatu

Hino de Iguatu

(Letra e melodia por Maria Ósia de Carvalho)

Sob o ardente sol incandescente
Refulges minha terra Iguatu,
Nos capulhos de teu algodoal
Contrastando o céu de puro azul.

As Tribos Quixelôs foram teu berço
E ao amanhecer te despertavam
Sarabandas de garças revoantes
Que em tuas dez lagoas deslizavam

*Unidos seremos sempre fortes
Conclamando o bem, do mal fugindo.
Engrandece raça iguatense
Nos teus filhos bravos se insurgindo.*

Crescente ao rigor da natureza
Abrasado em terrível soalheira
Em cada lavrador o homem forte
Engrandecendo a Pátria brasileira

Oh! Meu Brasil, Oh! Iguatu não para
Sequiosos seus filhos do saber
Por teu sangue, teu chão, tua bandeira
Não fique aqui ninguém sem saber ler

Unidos seremos sempre fortes ...

Cresce Iguatu conduz o teu progresso
Desfraldando o augusto pavilhão
Estandarte garboso de vitórias
Um símbolo de paz e união
Avante sempre além terra querida
Resolutos sejamos no amor



Formulem nossas almas lindas preces
E que nos abençoe o Redentor.

Unidos seremos sempre fortes ...

Iguatu é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Iguatu e na mesorregião do Centro-Sul Cearense.

O **IDH** de Iguatu (2010) foi de 0,677, de nível médio, situando-se em 10º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 37,02, ficando em 18º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originária do tupi, que significa “água boa” ou “rio bom” (*ig* ou *i* = água e *catu* = bom).

Gentílico:

iguatuense.

Limites geográficos

Norte: Acopiara e Quixelô

Leste: Cedro, Icó, Orós e Quixelô

Sul: Cedro e Cariús

Oeste: Acopiara, Jucás e Cariús

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Iguatu, com **área** de 1.029,2 km², tem **população estimada** para 2021 em 103.633 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 1,101,2 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 217,2 m e a **distância para a Capital** é de 361,4 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / CE-060 / CE-153 / CE-253 / CE-566. O **solo** é constituído de podzólico vermelho amarelo eutrófico (16,77%), solo litólico eutrófico (36,90%), solos aluviais eutróficos (19,14%) e vertissolo (16,18%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principais drenagens os rios Jaguaribe e Trussu e os riachos Carnaúba, Antonico, da Serra, do Iguatu, Baú, Barro Alto, Bastiana, do Saco e da Telha, sendo os principais reservatórios os açudes

Márcio Fernandes (do Governo), o Orós e o Trussu. Com relação ao **relevo**, predominam as serras secas, sertões e tabuleiros interiores, sendo as principais elevações as serras do Casquilho, do Esse, do Morais e do Mundo Novo. A **vegetação** predominante é a caatinga arbustiva densa.

Síntese histórica

Em 1707, o padre João de Matos Serra, prefeito das missões, passou pelas terras em que atualmente está localizado o município de Iguatu, então ocupadas pelos índios Quixelôs, que resistiram à colonização dos portugueses, entrando em luta com os colonizadores. Depois de algum tempo, ocorreu finalmente a pacificação e o aldeamento dos Quixelôs, num sítio próximo à confluência do rio Jaguaribe com o rio Trussu. O aldeamento, que era conhecido como Venda, passou a ser identificado pelo nome de Telha, em razão da configuração convexa de suas terras, que convergiam para o rio Trussu. Conhecedores da fertilidade das terras, os colonizadores transferiram seus ranchos para o novo povoado, que, ao longo do tempo, foi tomando o aspecto de pequena vila. Em 20 de outubro de 1833, Telha passou a se denominar Iguatu.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Telha, por decreto de 11-10-1831, e ato provincial de 18-03-1842. Elevado à categoria de vila com a denominação de Telha, pela lei provincial nº 558, de 27-11-1851, desmembrado de Icó e instalado em 23-01-1853, tendo como sede o núcleo de Telha. Pela lei provincial nº 1.429, de 14-09-1871, foi criado o distrito de Bom Jesus do Quixelô e anexado ao município de Telha. Elevado à condição de cidade com a denominação de Telha, pela lei provincial nº 1.612, de 21-08-1874. Pela lei provincial nº 2.005, de 06-09-1882, foi criado o distrito de Bom Sucesso e anexado ao município de Iguatu. Pela lei provincial nº 2.035, de 20-10-1883, o município de Telha passou a denominar-se Iguatu. Por ato estadual de 17-06-1908, foram criados os distritos de Lages e Afonso Pena e anexados ao município de Iguatu. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 5 distritos: Iguatu (sede), Afonso Pena, Bom Jesus do Quixelô, Bom Sucesso e Lages. Por ato de 11-11-1911, é criado o distrito de Sussuarana e anexado ao município de Iguatu. Nos quadros de apuração do Recensea-

mento Geral de 01-09-1920, o município é constituído de 7 distritos: Iguatu (sede), José de Alencar, Afonso Pena, Lages, Bom Jesus do Quixelô, Bom Sucesso e Sussuarana. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, foram desmembrados do município de Iguatu os distritos de Afonso Pena, Lages e Bom Sucesso, para formar o novo município de Afonso Pena. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 5 distritos: Iguatu (sede), José de Alencar, Bom Jesus do Quixelô, Quixoá e Sussuarana, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de José de Alencar passou a denominar-se simplesmente Alencar. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 5 distritos: Iguatu (sede), Alencar, Bom Jesus de Quixelô, Quixoá e Sussuarana. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Sussuarana passou a denominar-se Suassurana, Bom Jesus de Quixelô a denominar-se Quixelô. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 5 distritos: Iguatu (sede), Alencar, Quixelô, Quixoá e Suassurana. Pelo decreto estadual nº 1.153, de 22-11-1951, o distrito de Alencar voltou a denominar-se José de Alencar. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 5 distritos: Iguatu (sede), José de Alencar, Quixelô, Quixoá e Suassurana, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.647, de 09-10-1963, é desmembrado do município de Iguatu o distrito de Suassurana, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.726, de 05-11-1963, o distrito de Quixelô é desmembrado do município de Iguatu, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.915, de 17-12-1963, é criado o distrito de Cruz de Pedra e anexado ao município de Iguatu. Pela lei estadual nº 7.024, de 27-12-1963, é criado o distrito de Baú e anexado ao município de Iguatu. Pela lei estadual nº 7.025, de 27-12-1963, é criado o distrito de Barreiras e anexado ao município de Iguatu. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 6 distritos: Iguatu (sede), Barreiras, Baú, Cruz de Pedra, José de Alencar e Quixoá. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, foram extintos os municípios de Quixelô e Suassurana, sendo anexados ao município de Iguatu como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 8 distritos: Iguatu (sede), Barreiras, Baú, Cruz de Pedra, José de Alencar, Quixelô, Quixoá e Su-

assurana, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Pela lei estadual nº 11.005, de 01-02-1985, é desmembrado do município de Iguatu o distrito de Quixelô, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 18-08-1988, o município é constituído de 7 distritos: Iguatu (sede), Barreiras, Baú, Cruz de Pedra, José de Alencar, Quixoá e Suassurana. Pela lei municipal nº 093, de 15-08-1990, foram criados os distritos: de Barra, com parte das terras do distrito sede de Iguatu; Barro Alto, com terras desmembradas do distrito de Quixoá; Riacho Vermelho, com terras desmembradas do distrito de Suassurana; e Serrote com terras desmembradas do distrito de José de Alencar, todos anexados ao município de Iguatu. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 10 distritos: Iguatu (sede), Barra, Barreiras, Barro Alto, Baú, José de Alencar, Quixoá, Riacho Vermelho, Serrote e Suassurana. Pela lei municipal nº 359, de 28-03-1995, foram extintos os municípios de Barra, Barro Alto, Riacho Vermelho e Serrote, que haviam sido criados, mas não instalados, sendo seus territórios anexados ao distrito sede do município de Iguatu. Em divisão territorial datada de 15-07-1997, o município é constituído de 6 distritos: Iguatu (sede), Barreiras, Baú, José de Alencar, Quixoá e Suassurana. Pela Lei Municipal n.º 594, de 03-05-1999, foram criados os distritos de Barro Alto e Riacho Vermelho e anexados ao município do Iguatu e mudado o nome do distrito de Quixoá para Gadelha. Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído de 8 distritos: Iguatu (sede), Barreiras, Barro Alto, Baú, Gadelha, José de Alencar, Riacho Vermelho e Suassurana, assim permanecendo em divisão administrava datada de 2014. Atualmente, o município é constituído dos distritos: Iguatu (sede), Barreiras, Barro Alto, Baú, Gadelha, José de Alencar, Riacho Vermelho e Suassurana.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com a produção de feijão, milho e mandioca e a monocultura de banana, arroz e algodão, tendo sido, em décadas passadas, o maior produtor cearense de algodão em pluma, que decaiu com a infestação do “bicudo”; a pecuária de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o comércio e serviços, que centralizam as atividades para mais de 10 municípios da região; a indústria de calçados, de alimentos e de transformação de produtos à base de alumínio; e o turismo.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Moto Fest (maio); a Festa da Padroeira Senhora de Sant'Ana (26 de julho); a Exposição Agropecuária de Iguatu – Expoiguatu (05 de setembro); a Feira de Negócios da Região Centro-Sul – Fenercsul (29 a 31 de outubro); as Festividades da Emancipação Política do Município (encerradas no dia do município – 25 de janeiro); Iguatu Junino Escolar (junho); o Festival do Dia Mundial do Teatro (27 de março); a Comemoração da Independência do Brasil (07 de setembro); a Feira do Leite da região centro sul – Expoleite (27 a 31 de julho); o Festival de Violeiros do SESC (26 a 30 de outubro); e a Marcha para Jesus (02 de julho).

Principais personalidades:

Adail Barreto Cavalcante (Iguatu, 13 de julho de 1914 – 11 de novembro de 1982), bacharel em Direito, delegado de polícia, foi deputado constituinte de 1946. Deputado federal pelo Ceará em 1950, 1954 e 1958, foi derrotado como candidato ao Governo do Ceará em 1962, mas eleito deputado federal, assumindo o mandato em 1963, cassado em abril de 1964, acusado de ligação com o comunismo sindical.

Aldamira Guedes Fernandes (Iguatu, 4 de junho de 1923 – Fortaleza, 16 de março de 2013) foi prefeita do município de Quixeramobim – Ceará, com mandato de 1959 a 1963. Foi a primeira mulher a assumir uma prefeitura no Brasil, eleita por voto popular.

Edval de Melo Távora (Iguatu, 15 de maio de 1922 – Fortaleza, 14 de novembro de 2009), bacharel em Direito, vereador de Fortaleza, deputado estadual, secretário de Agricultura e da Justiça. Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios. Foi diretor da Imprensa Oficial do Ceará e do Banco do Estado do Ceará – BEC.

Eleazar de Carvalho (Iguatu, 28 de junho de 1912 – São Paulo, 12 de setembro de 1996), importante regente e maestro, doutor em música pela *Washington State University*, nos Estados Unidos. Fez doutorado em Letras e Humanidades. Foi Regente titular da Orquestra Sinfônica Brasileira, no Rio de Janeiro. Diretor Artístico e Regente Principal da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre e da Orquestra Sinfônica de São Paulo. Funda-

dor da cadeira número 32 da Academia Brasileira de Música. Diretor Musical da Saint Louis Symphony Orchestra. Teve relevante atuação pedagógica nos Estados Unidos e no Brasil.

Francisca Benildes Batista (Iguatu, 11 de abril), pedagoga, é a representante de Iguatu na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Francisco Alcântara Nogueira (Iguatu, 15 de agosto 1918 – Fortaleza, 26 de março de 1989), bacharel em Direito, jornalista, escritor, tradutor, professor, filósofo, membro do Instituto Brasileiro de Filosofia e da Associação Brasileira de Filosofia Social e Jurídica.

Francisco Diógenes de Araújo (Iguatu, 20 de janeiro de 1940 – Brasília, 20 de março de 2006), proprietário de concessionária de automóvel da Volkswagen do Brasil no Acre, foi diretor da Confederação Nacional da Agricultura. Formado em Economia e em Administração, foi deputado federal constituinte pelo Acre, em 1986).

Francisco Martins, ou **Fran Martins** (Iguatu, 13 de março de 1913 – Fortaleza, 29 de junho de 1996), advogado, jurista, professor, jornalista e escritor. Professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito da UFC e catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará. Sócio efetivo do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras. Foi um dos fundadores do Grupo Clã.

Humberto Cavalcanti Teixeira (Iguatu, 05 de janeiro de 1915 – Rio de Janeiro, 03 de outubro de 1979) foi advogado, político, instrumentista, poeta e compositor. Fundador e presidente da Academia Brasileira de Música Popular. Ficou conhecido nacionalmente por sua parceria com o cantor e sanfoneiro Luiz Gonzaga, o Rei do Baião.

José Carlos de Matos Peixoto (Iguatu, 12 de março de 1884 – Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1976) foi advogado, professor, jurista, escritor e político. Governou o Ceará entre 12 de julho de 1928 a 08 de outubro de 1930, tendo sido deposto pelo governo provisório de Getúlio Vargas. Ocupou a cadeira nº 31 da Academia Cearense de Letras. Patrono da cadeira nº 33 da Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro.

José Edilson Melo Távora (Iguatu, 18 de março de 1921 – 12 de novembro de 1989), engenheiro civil, foi engenheiro do DNER e ministro de

Viação e Obras Públicas, secretário de Viação e Obras Públicas e de Agricultura no Ceará. Foi presidente da Petrobrás Mineração S/A – Petromisa e da Companhia Nacional de Álcalis e diretor de Engenharia da Petrobrás. Foi deputado federal pelo Ceará - quatro mandatos.

José Hilton Lima Verde Montenegro (Iguatu, 4 de dezembro de 1964), formado em Engenharia, com licenciatura em Ciências, pós-graduação em Educação e Gestão Administrativa e especialização em Engenharia e Segurança do Trabalho. Pesquisador, genealogista, historiador e escritor. Sócio correspondente do Instituto do Ceará e da Academia Metropolitana de Letras de Fortaleza.

José Holanda Montenegro (Alencar, distrito de Iguatu, 31 de março de 1923 – Fortaleza, 24 de setembro de 2004), médico, iniciou a carreira em Cariús, atendendo nas cidades próximas, transferindo-se depois para Assaré. Retornou para Iguatu em 1955, onde exerceu com amor, competência e dedicação a profissão de médico até a aposentadoria. Foi fundador da Maternidade Santana Montenegro.

Oriel Mota (Iguatu, 08 de dezembro de 1922 – Fortaleza, 16 de abril de 1987) trabalhou na Companhia de Habitação do Ceará, na Companhia Cearense de Pesca e na Companhia Brasileira de Armazenagem. Foi prefeito de Nova Russas e deputado estadual.

Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira (Iguatu, 28 de agosto de 1958), militar do Exército Brasileiro, exerceu importantes comandos como general de brigada, general de divisão e general de exército. Ministro do Exército Brasileiro (20-04-2021 a 31-03-2022) e, a partir dessa data, Ministro da Defesa do Brasil.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Iguatu 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Iguatu – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

MONTENEGRO, José Hilton Lima Verde. Montenegro Família – História e Medicina. 2017.

Independência

Hino de Independência

(Letra por Rogerlando Gomes Cavalcante
e melodia por Aldcejam Martins da Fonsêca)

Teu nome minha cidade solar
É nosso grito de livre consciência
Teu nome soa também, Ceará
No entoar de teu povo, Independência.

*Cidade de Luz que reluz
Ao arrebol da terra e do sol
Faz-nos terra, povo em luz. (2x)*

Teu nome minha cidade ecoa
Na geografia deste imenso país
Teu nome Independência entoa
É terra boa, Independência Feliz.

Cidade de Luz que reluz ...

Na zona seca, viceja bem locada
Independência, nosso lindo torrão
Na lida luz, reluz iluminada
É terra boa, Independência, coração.

Cidade de Luz que reluz ...

Independência é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão de Crateús e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Independência (2010) foi de 0,632, de nível médio, situando-se em 47º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 16,02, ficando em 159º lugar no Ceará.

Toponímia:

o nome do município provém da denominação de rio que atravessa o território.

Independência

Gentílico:

independenciano ou independenciense.

Limites geográficos

Norte: Boa Viagem, Monsenhor Tabosa, Tamboril, Crateús

Leste: Tauá, Pedra Branca, Boa Viagem

Sul: Quiterianópolis, Tauá

Oeste: Crateús, Novo Oriente, Quiterianópolis

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Independência, com **área** de 3.219 km², tem **população estimada** para 2021 em 26.196 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 317,1 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 343,05 m e a **distância para a Capital** é de 310,5 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / BR-226. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (30,21%), planossolo solódico ta (27,75%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (21,66%), solo litólico eutrófico (12,47%), solo litólico eutrófico e distrófico (0,56%), solonetz solodizado (0,98%), solos aluviais eutróficos (5,41%) e vertissolo (0,16%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Rio Parnaíba, sub-bacia do rio Poti, tendo como principais drenagens os riachos Santa Luzia, das Vertentes, Soares, Lages, Jucás, Ingá, Contas, Bom Princípio, Contendas, Independência, Juá, Barreiras e Curiú, sendo os principais reservatórios os açudes Barra Velha, Cupim e Jaburu II. Todos os rios do município são intermitentes e secam na estação da seca. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas e os maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese histórica

No ano de 1721, no Vale de Crateús, d. Ávila Pereira Passos adquiriu a Fazenda Lagoa das Almas, na margem esquerda do riacho do Gado, a 18 quilômetros da vila Príncipe Imperial (atual Crateús), então pertencente à província do Piauí. Em fins do século XVIII, passando por essas terras, o Frei Vidal da Penha hospedou-se na fazenda que pertencia então a José Ferreira de Melo e lhe sugeriu a construção de uma capela, dedicada à Senhora

de Sant'Ana. A capela foi edificada e concluída em 1810, tendo o fazendeiro doado ao patrimônio da padroeira meia légua de terras, em torno da qual foram construídas as primeiras habitações, formando-se o povoado, que foi elevado a distrito de paz, com o nome de *Pelo Sinal*, pela Resolução nº 56, de 6 de setembro de 1836. A criação do distrito, (e também da freguesia), ocorreu em 15 de setembro de 1853, pelo decreto provincial nº 356, sendo seu primeiro vigário o Padre Antônio Ricardo Cavalcante de Albuquerque, natural de Pernambuco, que permaneceu à frente dessa paróquia por vinte anos. No início de 1857, os habitantes da povoação de *Pelo Sinal* iniciaram movimento pela emancipação política desse povoado da subordinação à Vila Príncipe Imperial (Crateús), pela carência de benefícios que favorecessem o seu desenvolvimento. O pleito foi acolhido, tendo o Decreto nº 436, de 24 de julho de 1857, elevado o distrito de *Pelo Sinal* à categoria de vila, desmembrando-se da Vila de Príncipe Imperial (Crateús), instalada em 01 de março de 1858, com a denominação de Independência.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Independência, por lei provincial da província do Piauí nº 356, 15-09-1853. Elevado à categoria de vila com a denominação de Independência, pela lei provincial do Piauí, nº 436, de 24-07-1857, desmembrada da Vila Príncipe Imperial (Crateús), instalada em 01-03-1858, tendo como sede a antiga vila de Independência. Pelo decreto geral nº 3.012, de 22-10-1880, a vila de Independência é transferida da antiga província do Piauí para a província do Ceará. Pelo ato nº 8-A, de 10-03-1892, a vila de Independência adquiriu o distrito de Vertentes, que havia sido extinta como vila. Pela lei estadual nº 107, de 20-09-1892, é extinta a vila de Independência. Pela lei nº 294, de 07-08-1896, é recriada a vila de Independência e reinstalada em 16-11-1896. Por ato estadual de 03-03-1902, é criado o distrito de Novo Oriente e anexado à vila de Independência. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituída de 4 distritos: Independência (sede), Cruz, Novo Oriente e Vertentes. No quadro de apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920, o município aparece constituído de 4 distritos: Independência (sede), Cruz, Novo Oriente e Vertentes. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, o município é extinto, sendo seu território anexado ao município de Crateús, como simples distrito. O decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933 eleva

novamente esse distrito à categoria de município, com a denominação de Independência, e cria o distrito de Santa Quitéria, anexando-o ao município de Independência. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 4 distritos: Independência (sede), Novo Oriente, Santa Quitéria e Vertentes, não figurando o distrito de Cruz. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município aparece constituído de 5 distritos: Independência (sede), Bom Princípio, Novo Oriente, Santa Quitéria e Vertentes. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Santa Quitéria passou a denominar-se Coutinho. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 5 distritos: Independência (sede), Bom Princípio, Coutinho, Novo Oriente e Vertentes. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Bom Princípio passou a denominar-se Ematuba e o distrito de Vertentes a denominar-se IAPI. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 5 distritos: Independência (sede), Coutinho, Ematuba, IAPI e Novo Oriente, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Pela lei estadual nº 3.855, de 10-10-1957, o distrito de Novo Oriente é desmembrado do município de Independência, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 3.996, de 27-12-1957, são criados os distritos de São Francisco e Algodões com terras desmembrados do distrito de Coutinho e anexados ao município de Independência. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 6 distritos: Independência (sede), Algodões, Coutinho, Ematuba, IAPI e São Francisco. Pela lei estadual nº 6.444, de 21-07-1963, os distritos de Coutinho e Algodões são desmembrados do município de Independência, para formar o Novo município de Coutinho. Pela lei estadual nº 6.951, de 19-12-1963, o distrito de São Francisco é desmembrado do município de Independência, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.954, de 19-12-1963, o distrito de Ematuba é desmembrado do município de Independência, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.986, de 20-12-1963, o distrito de IAPI é desmembrado do município de Independência, elevado à categoria de município com a denominação de Vertentes do Ceará. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído apenas do distrito sede. Pela lei estadual nº 7.103, de 08-01-1964, é criado o distrito de Jandrangoeira e

anexado ao município de Independência. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Independência adquiriu os extintos municípios de Coutinho, Ematuba, Vertentes do Ceará, com a denominação de IAPI e São Francisco, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 7 distritos: Independência (sede), Algodões, Coutinho, Ematuba, IAPI, Jandrangoeira e São Francisco. Pela lei estadual nº 11.330, de 04-06-1987, alterada pela lei estadual nº 11.485, de 20-07-1988, o distrito de Coutinho é desmembrado do município de Independência, elevado à categoria de município com a denominação de Quiterianópolis, sendo anexados a esse novo município, como distritos, Algodões e São Francisco, desmembrados de Independência. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 4 distritos: Independência (sede), Ematuba, IAPI e Jandrangoeira. Pela lei municipal nº 326, de 04-12-1992, é criado o distrito de Tranqueiras e anexado ao município de Independência. Pela lei municipal nº 327, de 04-12-1992, é criado o distrito de Monte Sinai, com terras desmembradas do distrito de IAPI, e anexado ao município de Independência. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 6 distritos: Independência (sede), Ematuba, IAPI, Jandrangoeira, Monte Sinai e Tranqueiras, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005 e de 2009. Pela lei municipal nº 447, de 28-11-2016, o povoado de Cachoeira do Fogo é elevado à categoria de distrito, vinculado ao município de Independência. Atualmente, o município é constituído de 6 distritos: Independência (sede), Cachoeira do Fogo, Ematuba, IAPI, Jandrangoeira, Monte Sinai e Tranqueiras.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência com as culturas de feijão, milho e mandioca e a monocultura do algodão; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de bordados, chapéus-de-palha e redes; a mineração com a extração de rochas para cantaria, brita e usos diversos na construção civil e a extração de areia e argila para fabricação de telhas e tijolos; a extração de rutilo, importante minério de óxido de titânio; a pesca, desenvolvida nos açudes locais; o co-

mércio, tendo como ponto principal a Praça do Mercado Público, com o centro em forma de quadrado, destacando-se também como ponto turístico e histórico do município.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Emancipação Política do Município (04 de dezembro); o Dia do Músico (22 de novembro); as Festas juninas (junho) e as Festividades da Padroeira Senhora Sant'Ana (16 a 26 de julho).

Principais personalidades:

Antônio Dideus Pereira Sales (Independência, 2 de abril de 1962), poeta, escritor, radialista, folclorista e produtor cultural, autor de vários livros de poesia e cordel.

Flávio Paiva (Independência – 20 de março de 1959), graduado em Comunicação Social e especialista em Gestão da Comunicação nas Organizações, é jornalista, escritor e compositor, colunista semanal do jornal O POVO e autor de vários livros.

José Pires de Saboia Filho (Independência, 16 de abril de 1909 – São Paulo, 19 de agosto de 2000), advogado, jornalista, escritor, professor e deputado federal pelo Maranhão, foi membro da Academia Maranhense de Letras.

Moisés Santiago Pimentel (Independência, 11 de agosto de 1909 – Fortaleza, 19 de março de 2000), industrial, comerciante e banqueiro, foi deputado federal pelo Ceará em 1962, com mandato cassado em 1964. Retornou, à vida pública como deputado federal em 1982 e reeleito em 1986, tendo participado da constituinte de 1988.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Independência 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Independência – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Ipaporanga

Hino de Ipaporanga

(Letra por Pe. Francisco Evaldo Palhares de Sousa e Francisca Vieira de Sousa (Neuda) e melodia por José Alípio Aragão Melo).

Terra nossa, orgulho nosso
Do infinito vem a tua glória
És, porém, grandiosa
És humilde, porém, valente
Tua riqueza é tua gente
dos teus filhos não te esqueces
Em teu seio acolhe a todos.

Ipaporanga de águas belas
Como bela é tua história
Teu passado é glorioso
Teu futuro promissor
Tua gente brava e forte
Decreta a própria sorte
Com fé, trabalho e ousadia
Prova que és melhor a cada dia.

Tu nasceste em campo fértil
Onde o sol é mais brilhante
O luar é mais intenso
Os teus pastos tão vistosos
Faz da serra a tua sombra
Do labor o teu sustento
Do ocaso o teu descanso.

Terra ditosa e aconchegante
Que encanta o viajante
A quem regalas no recanto
Tua grandeza está no peito
De quem guarda a esperança

Ipaporanga

E embala alegres sonhos
De um amanhã exuberante.

Ipaporanga é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão de Crateús e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Ipaporanga (2010) foi de 0,579, de nível baixo, situando-se em 167º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 18,32, ficando em 147º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Ipaporanga, de origem tupi-guarani (*Ipa* = lagoa e *Poranga* = bela) significa lagoa bela. Sua antiga denominação era Águas Belas.

Gentílico:

ipaporanguense.

Limites geográficos

Norte: Nova Russas, Ararendá e Poranga

Leste: Tamboril e Nova Russas

Sul: Crateús

Oeste: Poranga e Estado do Piauí

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Ipaporanga, com **área** de 702,1 km², tem **população estimada** para 2021 em 11.597 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 810 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 281,6 m e a **distância para a Capital** é de 363,5 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / CE-176 / CE-189 / CE-257 / CE-265. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (7,74%), bruno não cálcico (22,29%), latossolo amarelo álico (3,31%), planossolo solódico ta (6,65%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (52,19%), solo litólico distrófico (0,24%), solo litólico eutrófico (3,71%) e solos aluviais eutróficos (3,86%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está quase que totalmente inserido na bacia hidrográfica do Poti, estando a parte oeste do município integrada à bacia do Parnaíba, tendo como

principais drenagens os riachos Águas Belas, Olho D'Água e do Mato, inexistindo reservatórios de porte na região. Com relação ao **relevo**, predominam o Planalto da Ibiapaba e as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, carrasco, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese histórica

Primitivamente, as terras onde atualmente está localizada a cidade de Ipaporanga pertenciam ao Sr. Manoel Pereira de Jesus, que, depois do falecimento em 1840, foram vendidas pelos herdeiros para o casal João Vieira Passos e Maria Pelúcia de Sousa, que se estabeleceram nessa localidade. Em 1877, com a seca que assolava a Região Nordeste, a família decidiu se mudar para a cidade de São Benedito, na Serra da Ibiapaba. Após o falecimento do casal e o fim do período de seca, os filhos retornaram a essas terras por volta de 1883. Em 1894, a localidade então conhecida como Franklinópole, em referência ao nome do proprietário de terras Franklin José Vieira, teve o nome rejeitado pela população e alterado para Águas Belas.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Águas Belas, por ato de 04-09-1897, subordinado ao município de Ipueiras. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Águas Belas, figura no município de Ipueiras. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Águas Belas figura no município de Nova Russas, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Águas Belas passou a denominar-se Ipaporanga. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Ipaporanga consta no município de Nova Russas, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Ipaporanga de pela lei estadual nº 645, de 26-08-1963, desmembrado de Nova Russas, constituído apenas do distrito sede, tendo como sede o antigo distrito de Ipaporanga. Pela lei estadual nº 7.039, de 31-12-1963, é criado o distrito de Araras e anexado ao município de Ipaporanga. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1963, é extinto o município de Ipaporanga, sendo seu território anexado ao município de Nova Russas.

Em divisão territorial datada de 31-12-1968, Ipaporanga é distrito de Nova Russas, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Ipaporanga, pela lei estadual nº 11.348, de 18-09-1987, tendo como sede o antigo distrito de Ipaporanga, instalado em 01-01-1989 e constituído de 2 distritos: Ipaporanga (sede) e Sacramento, ambos desmembrados de Nova Russas. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 2 distritos: Ipaporanga (sede) e Sacramento, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Em 3 de outubro de 2014, foram criados os distritos de Água Branca, Sítio Araras, Cajás dos Jorges, Lagoa do Barro, Mulungú e Torrões. Atualmente, o município é constituído dos distritos de Ipaporanga (sede), Sacramento, Água Branca, Sítio Araras, Cajás dos Jorges, Lagoa do Barro, Mulungú e Torrões.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho, e mandioca, além das monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos e suínos; o extrativismo vegetal, com destaque para a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, além de atividades com a utilização de oiticica, babaçu e carnaúba como matérias primas; o artesanato de chapéus-de-palha, redes e bordados.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Trabalhador e Trabalhadora de Ipaporanga (1º de maio); os Festejos de Nossa Senhora de Fátima (13 de maio); o Festival de Quadrilhas de Ipaporanga (junho); os Festejos do Padroeiro Sagrado Coração de Jesus (2º Domingo de julho) e o Aniversário de Emancipação Política do Município (18 de Setembro).

Principais personalidades:

Manoel Pereira de Jesus, proprietário das terras que deram origem ao distrito de Águas Belas, atual município de Ipaporanga.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Ipaporanga 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Ipaporanga – outubro/98.

Ipaumirim

Hino de Ipaumirim

(Letra por Alberto Alexandre Viana de Moura
e melodia por Rivaldo Santana)

Salve, alegre cidade querida
Que pompeias em nosso rincão,
Tens a fé, tens amor, tens a vida
No fervor do teu povo Cristão.

Sob os raios de sol fecundante
Germinando em terreno feraz,
Que o teu belo pendão se levante
como insígnia de amor e de paz.

*Junto a antiga e pequena lagoa
Ipaumirim tu nasceste a sorrir,
E esse lago de linfa tão boa
Deu-te o nome e ditou teu porvir.*

Os invernos na sua clemência
Dão-te parte do seu cabedal.
Pelos rios, Serrote e Pendência
És banhada na quadra hibernal.

Município que orgulha tua gente
Pelo teu conhecido valor,
No passado e também no presente
És estrênuo e batalhador.

O progresso da terra perdura
E engrandece o nosso país,
No comércio e na agricultura,
O teu povo trabalha feliz.

És luzeiro de um sol sempre novo
Que te faz florescente e loução

Onde quer que esteja o teu povo,
Tem teu nome no seu coração.

Ipaumirim é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Lavras da Mangabeira e na mesorregião do Centro-Sul Cearense.

O **IDH** de Ipaumirim (2010) foi de 0,606, de nível médio, situando-se em 109º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 22,04, ficando em 103º lugar no Ceará.

Toponímia:

a palavra Ipaumirim vem do tupi-guarani e significa *lagoa pequena*. A denominação original foi *Unha de Gato*.

Gentílico:

ipaumirinese.

Limites geográficos

Norte: Baixio

Leste: Estado da Paraíba

Sul: Aurora

Oeste: Lavras da Mangabeira

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de de Ipaumirim, com **área** de 273,8 km², tem **população estimada** para 2021 em 12.507 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 919,9 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 275 m e a **distância para a Capital** é de 415,2 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / BR-226 / BR-230 / CE-138 / CE-151 / CE-368 / CE-371. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (52,75%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (40,75%) e solo litólico eutrófico (6,51%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Salgado, tendo como principais drenagens os riachos Pendência e Unha de Gato. Com relação ao **relevo**, o município está situado entre a serra da Varge Grande e a serra da Bertioiga e apresenta formas suaves e pouco dissecadas da depressão sertaneja, com

altitudes entre 200 e 500 metros. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa e Floresta Caducifólia Espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese histórica

O atual município de Ipaumirim está localizado no território onde antes habitavam os índios Cariry. A passagem natural entre as chapadas do Apodi e do Araripe, onde atualmente se localiza o município, facilitou, no século XVII, a chegada das entradas (religiosas, comerciais e militares) nessa região cearense. Muitas famílias, atraídas pelas notícias da existência de ouro em abundância na região, acorreram às ribanceiras do rio Salgado na busca pelo metal precioso, iniciando-se a colonização nessa região do Sertão do Cariri. Na primeira metade do século XVIII, paraibanos e pernambucanos implantaram a pecuária nos sertões do Ceará, na denominada época da carne seca e do charque, surgindo o povoado de Alagoinha.

Formação Administrativa:

Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920, figura no município de Umari o distrito de Alagoinha. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Alagoinha figura no município de Baixo, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Alagoinha passou a denominar-se Ipaumirim. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Ipaumirim figura no município de Baixo. A lei estadual nº 2.161, de 12-12-1953, eleva o distrito de Ipaumirim à categoria de município, rebaixando o município de Baixo à categoria de distrito, subordinado a Ipaumirim, instalado em 01-01-1954. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 4 distritos: Ipaumirim (sede), Baixo, Felizardo e Umari. Pela lei estadual nº 3.338, de 15-09-1956, os distritos de Baixo e Umari são desmembrados do município de Ipaumirim, ambos elevados à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Ipaumirim (sede) e Felizardo, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1991. Pela lei complementar nº 01, de 14-03-1991, é

criado o distrito de Sítio Velho e anexado ao município de Ipaumirim. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 3 distritos: Ipaumirim (sede), Felizardo e Sítio Velho. Por lei estadual, o distrito de Sítio Velho passou a se denominar Canaúna. Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído de 3 distritos: Ipaumirim (sede), Felizardo e Canaúna, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Atualmente, o município é constituído dos distritos de Ipaumirim (sede), Felizardo e Canaúna.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca, além das monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, a extração de madeiras diversas para lenha e a construção de cercas e atividades tendo como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com extração de ouro primário, rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; e indústrias de produtos alimentares, de perfumaria, sabão e vela, de madeira, vestuário, calçados e artigos de couro e peles.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a festa da padroeira Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro); as Festividades de São Sebastião (11 a 20 de janeiro), encerrando com uma procissão e romaria à estátua de São Sebastião, no topo do monte conhecido como Pedra de São Sebastião; e a Festa de Emancipação Política do município (12 de dezembro).

Principais personalidades:

José Néri de Sousa (Ipaumirim, 22 de abril de 1945), empresário e político residente no Piauí, tendo se fixado em Picos onde exerceu por três vezes o cargo de prefeito.

Kátia Magalhães Arruda (Ipaumirim, 1º de outubro) é bacharela em Direito, mestre em Direito Constitucional e doutora em Políticas Públicas.

Professora da Universidade Federal do Maranhão e da Escola de Magistratura do TRT da 16ª Região, onde foi juíza do Tribunal Regional do Trabalho e desembargadora do Trabalho (2000). Assumiu o cargo de ministra do Tribunal Superior do Trabalho em 27 de março de 2008.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Ipaumirim 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Ipaumirim – outubro/98.

Ipu

Hino de Ipu

(Letra e melodia por José Cecílio do Vale, o Zezé do Vale)

Terra cheia de encantamento
E de eterna bondade,
Sempre no meu pensamento
No meu sonho de ansiedade
Quero cantar tua beleza
E o teu doce passado
Terra do meu coração
E do meu amor
És toda minha adoração.

Terra do meu berço, ó meu poema
Foste a preferida de Iracema
Que percorreu teus prados
De esmeralda em flor
Num lindo sonho de amor.

Tens o véu de noiva do Ipuçaba,
Num murmurar que não se acaba
Terra querida, Ipu minha eterna saudade,
Quisera adormecer sorrindo
À luz do teu olhar
De prata e de amizade.

Ipu é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Ipu e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Ipu (2010) foi de 0,618, de nível médio, situando-se em 76º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 29,06, ficando em 42º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originária do tupi , que significa *queda d'água* (*ig* = água e *pu* = queda).



Gentílico:

ipuense.

Limites geográficos

Norte: Pires Ferreira, Reriutaba e Guaraciaba do Norte

Leste: Hidrolândia e Pires Ferreira

Sul: Ipueiras e Hidrolândia

Oeste: Guaraciaba do Norte, Croatá e Ipueiras

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Ipu, com **área** de 629,3 km², tem **população estimada** para 2021 em 42.148 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, tropical quente semiárido brando e tropical quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 791,3 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 247 m e a **distância para a Capital** é de 302,4 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / BR-403 / CE-176 / CE-187 / CE-257. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (37,51%), latossolo amarelo álico (12,13%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (35,67%), solo litólico álico (1,92%) e solos aluviais eutróficos (10,09%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município de Ipu está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Acaraú, tendo como principais drenagens os rios Jatobá e Inhuçu e os riachos do Engenho, Mulungu, Tatu, dos Porcos, São Félix, Albina, Sambaíba e Ipuçaba, que formam diversas cachoeiras, sendo a principal a bica do Ipu. O principal reservatório da região é o açude Paulo Sarasate, mais conhecido como açude Araras e o açude Bonito que abastece grande parte da população da sede municipal. Com relação ao **relevo**, predominam o Planalto da Ibiapaba e as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea), floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular (mata úmida) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese histórica

De acordo com registros históricos, em 1694, a Corte de Portugal fez doação de vinte léguas de terras a D. Joana Paula Vieira Mimoso, que teve

papel importante na colonização das terras em que atualmente se localiza o município de Ipu. Segundo o historiador Eusébio de Sousa, a senhora Joana Mimososa, com muita habilidade, conseguiu catequizar os indígenas que desciam da Serra Grande e vinham pescar nos rios e riachos localizados nas proximidades de Ipu. Somente em 1740, começaram a chegar ao arraial os missionários vindos da Vila Real de Viçosa, para participar do processo de catequização dos índios. Em 1870, foi feita a doação de uma área de terra para o patrimônio da igreja, onde foi erguida uma capela, sob a invocação de São Sebastião, em torno da qual se formou o povoado.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Vila Nova Del Rei, pela lei provincial nº 2.037, de 27-10-1783. Elevado à categoria de vila com a denominação de Vila Nova Del Rei, por carta régia de 12-05-1791, tendo como sede o distrito de Vila Nova Del Rei. A lei provincial nº 200, de 26-08-1840 mudou a denominação da vila, de Vila Nova de Rei para Vila Nova do Ipu Grande, que passou a ser a sede da vila. Pela lei provincial nº 230, de 01-01-1841, a vila de Vila Nova do Ipu Grande foi extinta. Elevada novamente à categoria de vila com a denominação de Pires Ferreira Ipu Grande, pela lei provincial nº 261, de 03-12-1842. Elevada à categoria de município, com a denominação de Ipu, pela lei provincial nº 2.098, de 25-11-1885. Por ato de 18-11-1896, é criado o distrito de Varjota e anexado ao município de Ipu. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 3 distritos: Ipu (sede), Varjota e Várzea. Pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, o município de Ipu adquiriu o extinto município de Ipueiras e foi criado o distrito de Pires Ferreira, anexado ao município de Ipu. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 5 distritos: Ipu (sede), Ipueiras, Pires Ferreira, Varjota e São Gonçalo, este criado com parte das terras do distrito de Ipueiras. Pelo decreto estadual nº 1.512 de 18-03-1935, são desmembrados do município de Ipu os distritos de Ipueiras e São Gonçalo, para formar o município de Ipueiras. Pelo decreto nº 1.540, de 03-05-1935, o distrito de Varjota deixa de pertencer ao município de Ipu, sendo anexado ao novo município de Santa Cruz. Pela lei nº 170, de 17-09-1936, são criados os distritos de Baixa Larga e Frade e anexados ao município de Ipu.

Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município aparece constituído de 4 distritos: Ipu (sede), Pires Ferreira, Baixa Larga e Frade. O decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, extingue o distrito de Baixa Larga, anexando seu território ao distrito sede de Ipu, muda a denominação do distrito de Frade para Irajá e cria o distrito de Santo Isidro, com terras dos distritos de Pires Ferreira e de Irajá. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 4 distritos: Ipu (sede), Irajá, Pires Ferreira e Santo Isidro, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Pela lei estadual nº 3.995, de 27-10-1957, o distrito de Irajá deixa de pertencer ao município de Ipu, sendo anexado ao município de Batoque. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 3 distritos: Ipu (sede), Pires Ferreira e Santo Isidro. Pela lei estadual nº 6.418, de 09-07-1963, o distrito de Pires Ferreira é desmembrado do município de Ipu, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.984, de 20-12-1963, o distrito de Santo Isidro é desmembrado do município de Ipu, elevado à categoria de município com a denominação de Delmiro Gouveia. Pela lei estadual nº 7.010, de 26-12-1963, é criado o distrito de Várzea do Giló e anexado ao município de Ipu. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Ipu (sede) e Várzea do Giló. Pela lei estadual nº 7.264, de 27-05-1964, é criado o distrito de Flores e anexado ao município de Ipu. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Ipu adquiriu os extintos municípios de Delmiro Gouveia e Pires Ferreira, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 5 distritos: Ipu (sede), Delmiro Gouveia, Flores, Pires Ferreira e Várzea do Giló, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-12-1983. Pela lei estadual nº 11.325, de 22-05-1987, os distritos de Pires Ferreira e Delmiro Gouveia são desmembrados do município de Ipu, para formar o novo município de Pires Ferreira. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 3 distritos: Ipu (sede), Flores e Várzea do Giló, assim permanecendo em divisão territorial datada de 15-07-1999. É criado por lei o distrito de Abílio Martins e anexado ao município de Ipu. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído de 4 distritos: Ipu (sede), Abílio Martins, Flores e Várzea do Giló, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Atualmente, o município

é constituído de 6 distritos: Ipu (sede), Abílio Martins, Flores, Ingazeiras, Recanto e Várzea do Giló.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca e arroz, e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva, em que se destaca a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos, equinos e aves; o extrativismo vegetal para a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, além de atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e outros usos na construção civil e a extração de areia e argila, utilizadas na fabricação de telhas e tijolos e a extração de rocha calcária, utilizada na fabricação de cal; e o turismo, tendo como principais atrativos a Bica do Ipu, o Bico do Engenho dos Belém, a Casa de Pedra, o Recanto das Cachoeiras, o Museu de Frei Aquino e a Central do Artesanato.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa Anual das Árvores (21 a 24 de março); o Festival de Quadrilha Ipu Junino (junho); a Festa de Emancipação Política do Município (26 de agosto); e a Festa do Padroeiro São Sebastião (20 de janeiro).

Principais personalidades:

Archimedes Memória (Ipu, meados de 1893 – Rio de Janeiro, setembro de 1960), arquiteto, professor da Escola Nacional de Belas Artes, cateдрático de “Grandes Composições de Arquitetura” na FAU/UFRJ e diretor da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil, responsável pelo plano urbanístico da Exposição Internacional do Centenário da Independência, no Calabouço em 1922 e por importantes projetos arquitetônicos no Rio de Janeiro. Autor do projeto do Palácio Tiradentes, atual sede da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Delmiro Augusto da Cruz Gouveia (Ipu, 5 de junho de 1863 – Pedra, 10 de outubro de 1917) foi um industrial e empreendedor brasileiro, um

dos pioneiros da industrialização no Brasil e do aproveitamento do potencial hidroelétrico, tendo construído a primeira usina hidrelétrica do Nordeste e a segunda do país - a Usina Hidrelétrica de Angiquinho, na margem alagoana da Cachoeira de Paulo Afonso. Foi o criador do primeiro “shopping center” brasileiro - o Mercado Modelo Coelho Cintra (1899), no Recife.

Francinete de Azevedo Ferreira, licenciada em Letras, professora, membro de várias entidades literárias, é a representante de Ipu na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Gonçalo Ferreira da Silva (Ipu, 20 de dezembro de 1937) é um poeta, contista, ensaísta e cordelista brasileiro, membro da Academia Brasileira de Literatura de Cordel.

João Hermeto de Oliveira Neto (Ipu, 3 de novembro de 1965), policial , deputado distrital na Câmara Legislativa do Distrito Federal, desde 1º de janeiro de 2019.

José Cecílio do Vale - Zezé do Vale (Ipu, 22 de novembro de 1900 – Fortaleza, 29 de março de 1996), músico e compositor , foi o autor do hino da cidade de Ipu e do hino oficial do Ferroviário Atlético Clube.

José de Alencar Soares (Ipu, 20 de junho de 1951), conhecido como Alencar Sete Cordas, é violonista e professor de violão, um dos fundadores do Clube do Choro de Brasília, DF.

José Oswaldo de Araújo (Ipu, 17 de março de 1894 – 2 de setembro de 1975), comerciante, jornalista, escritor, poeta e bibliófilo, integrou o Conselho Superior da ACI. Colecionador de primeiros números de periódicos, facultou a sua coleção a pesquisadores e jornalistas. Implantou a hemeroteca na ACI, que recebeu o seu nome. Secretário Executivo do Instituto de Antropologia da UFC e sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Milton de Sousa Carvalho (Ipu, 30 de agosto de 1885 – Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1962), empresário e político, em 1932, criou o Sindicato dos Lojistas do Comércio do Rio de Janeiro, do qual foi o primeiro presidente. Em 1933, tornou-se membro da Assembleia Nacional Constituinte, como deputado classista, representante da classe patronal.

Plínio Pompeu de Saboia Magalhães (Ipu, 3 de março de 1892 – Fortaleza, 27 de abril de 1994), engenheiro, deputado federal e senador pelo Ceará. Prefeito de Fortaleza (1934-1935).

Raimundo Gomes Farias (Ipu, 25 de março de 1937), advogado, jornalista, locutor esportivo, radialista, político e publicitário brasileiro. Foi deputado estadual no Ceará, em quatro legislaturas. Atualmente, apresenta programas esportivos de rádio.

Teodoreto Carlos de Faria Souto (Ipu, 3 de outubro de 1841 – Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1893), jornalista, foi deputado geral pela Província do Ceará (1878-1881) e presidente das províncias de Santa Catarina e do Amazonas. Presidiu o Banco do Brasil e foi senador pelo Ceará em 1891.

Tibúrcio Rodrigues (Ipu, 11 de agosto de 1869 – Fortaleza, 27 de setembro de 1898), foi um jornalista e escritor, patrono da cadeira nº 38 da Academia Cearense de Letras.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Ipu 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Ipu – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Ipueiras

Hino de Ipueiras

(Letra e melodia por Augusto Calheiros)

Salve pequenino rincão
Solícita mãe desta gente
Que ao grito de civilização
Serás sempre puramente

Altiva, forte e majestosa
Soberana e gloriosa...
Altiva, forte e majestosa
Soberana e gloriosa...

Ipueiras, bendizemos
Tua marcha triunfal...
Sempre por ti lutaremos
Para te livrar do mal...
E serás o pulso forte
Deste pedaço de norte...
E serás o pulso forte
Deste pedaço de norte...

De tradição sempre honrada
Com os feitos de teus filhos nobres
Surgiu a nova alvorada
Triunfal de que te cobres
Altiva, forte e majestosa
Soberana e gloriosa...
Altiva, forte e majestosa
Soberana e gloriosa...

Ipueiras, bendizemos
Tua marcha triunfal...
Sempre por ti lutaremos
Para te livrar do mal...



Ipueiras

E serás o pulso forte
Deste pedaço de norte...
E serás o pulso forte
Deste pedaço de norte...

Ipueiras é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Ipu e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Ipueiras (2010) foi de 0,573, de nível baixo, situando-se em 172º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 18,99, ficando em 139º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originada do tupi, que significa “lugar raso em que se acumula água”

Gentílico:

ipueirense.

Limites geográficos

Norte: Ipu e Croatá

Leste: Ararendá, Nova Russas, Hidrolândia e Ipu

Sul: Poranga e Ararendá

Oeste: Croatá, Estado do Piauí e Poranga

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de, com **área** de 1.477,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 38.064 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 624,4 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 231,34 m e a **distância para a Capital** é de 312,9 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / CE-176 / CE-187 / CE-257. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (30,13%), areias quartzosas álicas (5,23%), bruno não cálcico (26,66%), latossolo amarelo distrófico (0,26%), latossolo amarelo álico (8,12%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (11,03%), solo litólico distrófico (2,86%), solo litólico álico (14,53%) e solos aluviais eutróficos (1,18%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está quase totalmente inserido na bacia hidrográfica do Poti, com exceção do lado

nordeste, que se insere na bacia hidrográfica do Acaraú, tendo como principais drenagens na primeira bacia o rio Diamante os riachos Boa Vista, Pequizeiro, da Tapera e do Mel, e, na segunda, o rio Jatobá e o riacho do Goes, sendo o reservatório de maior porte o açude Jatobá. Com relação ao **relevo**, o município, localizado no lado sul da Chapada da Ibiapaba, se situa na Serra da Ibiapaba. A **vegetação** é constituída de carrasco, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea), floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese histórica

As terras, onde atualmente se situa a atual cidade de Ipueiras, faziam parte da imensa propriedade que pertencia a Manuel Martins Chaves, coronel do Regimento de Cavalaria, presidente do Senado da Câmara da Vila Nova de São João d'El Rey e uma das figuras mais intrigantes desse período colonial. Era proprietário de grande área territorial, que se estendia do Planalto da Ibiapaba aos sertões dos Inhamuns, no limite das terras de propriedade da família Feitosa. No ano de 1806, o então Governador da Capitania, João Carlos Augusto, decidiu acabar com o poder desmedido de Manuel Martins, acusado pela prática de inúmeros crimes, inclusive pelo assassinato do Coronel Porbem Ribeiro, juiz da Vila d'El Rey. O Governador viajou para a Ibiapaba, sob o pretexto de vistoriar os Regimentos da Capitania e, fazendo-se acompanhar do coronel Manuel Martins Chaves, foi até a Ibiapaba e, sob uma grande barraca, colocou sobre a mesa uma coroa e perguntou a Manuel Martins se a conhecia, ao que ele respondeu: “é de Sua Majestade, minha Senhora”. O Governador disse-lhe então: “Pois em nome dela se considere prisioneiro” e o mandou para a prisão, onde veio a falecer em 23 de maio de 1808. As propriedades do coronel Manoel Martins foram confiscadas, tendo a “Fazenda Ipueiras” sido fatiada e vendida. Um dos adquirentes, Joaquim Alves Linhares, anos depois, doou a parte da propriedade que havia adquirido para o patrimônio de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Ipueiras.

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Ipueiras, pela Lei Provincial n.º 2.036, de 25-10-1883, subordinado ao município de Ipu. Elevado à catego-

ria de vila com a denominação de Ipueiras, pela Lei Provincial n.º 2.037, 27-10-1883, desmembrado de Ipu, tendo como sede o núcleo de Ipueiras. Pela Lei Provincial n.º 2.071, de 02-08-1884, é extinta a vila, sendo seu território anexado ao município de Ipu. Pelo Ato Provincial de 03-07-1887, é criado o distrito de Várzea Formosa e anexado ao município de Ipueiras. Pelo Ato de 04-09-1897, é criado o distrito de Águas Belas e anexado ao município de Ipueiras. Pelo Ato de 17-08-1901, é criado o distrito de Nova Russas e anexado ao município de Ipueiras. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila aparece constituída de 5 distritos: Ipueiras (sede), São Gonçalo, Várzea Formosa, Águas Belas e Nova Russas. Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 01-09-1920, o município é constituído de 6 distritos: Ipueiras (sede), São Gonçalo, Várzea Formosa, Águas Belas, Nova Russas e Pinheiro. Pela Lei Estadual n.º 2.043, de 11-11-1922, são desmembrados do município de Ipueiras os distritos de Nova Russas e Águas Belas, para constituir o novo município de Nova Russas. Pelo Decreto Estadual n.º 1.156, de 04-12-1933, é extinto o município de Ipueiras, sendo seu território anexado ao município de Ipu. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, Ipueiras figura como distrito de Ipu. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Ipueiras, pelo Decreto Estadual n.º 1.512, de 18-09-1935, constituído de 4 distritos: Ipueiras (sede), Santana, São Gonçalo e Várzea. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município é constituído de 4 distritos: Ipueiras (sede), Santana, São Gonçalo e Várzea. Pelo Decreto Estadual n.º 448, de 20-12-1938, o distrito de Santana recebeu a denominação de Macambira, o de São Gonçalo, de Mororó e o de Várzea Formosa, de Formosa, sendo criados os distritos de Charito e Gázea. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 6 distritos: Ipueiras (sede), Charito, Gázea, Macambira, Mororó e Poranga, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1950. Pela Lei Estadual n.º 2.207, de 19-12-1953, o distrito de Charito passou a denominar-se Engenheiro João Tomé. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 6 distritos: Ipueiras (sede), Engenheiro João Tomé, Gázea, Macambira, Mororó e Poranga. Pela Lei Estadual n.º 3.922, de 25-11-1957, é criado o distrito de América com terras desmembradas do distrito de Mororó e anexado ao município de Ipueiras e o distrito de Livramento, com terras desmembradas do distrito de Gázea, anexado ao

município de Ipueiras. Sob o mesmo Decreto é criado o distrito de São José dos Lontras, com terras desmembradas do distrito de Mororó, anexado ao município de Ipueiras. Pela Lei Estadual n.º 3.665, de 05-07-1957, são desmembrados do município de Ipueiras os distritos de Poranga e Macambira para formar o novo município de Poranga. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 7 distritos: Ipueiras (sede), América, Engenheiro João Tomé, Gázea, Livramento, Mororó e São José das Lontras. Pela Lei Estadual n.º 6.758, de 13-11-1963, é criado o distrito de Nova Fátima e anexado ao município de Ipueiras. Pela Lei Estadual n.º 6.953, de 19-12-1963, foram desmembrados do município de Ipueiras os distritos de Mororó e São José das Lontras, para formarem o município com a denominação de Matriz de São Gonçalo. Pela Lei Estadual n.º 6.793, de 20-11-1963, é desmembrado do município de Ipueiras o distrito de América, elevado à categoria de município. Pela Lei Estadual n.º 6.794, de 20-11-1963, é desmembrado do município de Ipueiras o distrito de Engenheiro João Tomé, elevado à categoria de município. Pela Lei Estadual n.º 6.965, de 19-12-1963, é desmembrado do município de Ipueiras o distrito de Livramento, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 3 distritos: Ipueiras (sede), Gázea e Nova Fátima. Pela Lei Estadual n.º 8.339, de 14-12-1965, são extintos os municípios de América, Engenheiro João Tomé, Livramento e Matriz de São Gonçalo, que passam a ser novamente distritos do município de Ipueiras. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 8 distritos: Ipueiras (sede), América, Engenheiro João Tomé, Gázea, Livramento, Matriz, Nova Fátima, São José das Lontras, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1999. Pela Lei Municipal n.º 487, de 21-02-2000, é criado o distrito de São José, com terras desmembradas de parte dos distritos sede, Livramento, Engenheiro João Tomé e Gázea e anexado ao município de Ipueiras. Pela Lei Municipal n.º 488, de 21-02-2000, é criado o distrito de Alazans e anexado ao município de Ipueiras. Pela Lei Municipal n.º 489, de 21-02-2000, é criado o distrito de Balseiros, com terras desmembradas do distrito de Livramento e anexado ao município de Ipueiras. Em divisão territorial datada de 2005, o município é constituído de 11 distritos: Ipueiras, Alazans, América, Balseiros, Engenheiro João Tomé, Gázea, Livramento, Matriz, Nova Fátima, São José e São José das Lontras. Pela lei municipal n.º 923, de 27-10-2017, é

criado o distrito de Nova Graça e anexado ao município de Ipueiras. Pela lei municipal nº 924, de 27-10-2017, é criado o distrito de Barrocas e anexado ao município de Ipueiras. Em divisão territorial datada de 2020, o município é constituído de 13 distritos: Ipueiras (sede), Alazans, América, Balseiros, Engenheiro João Tomé, Gázea, Livramento, Matriz, Nova Fátima, São José, São José das Lontras, Barrocas e Nova Graça, que continuam atualmente.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca, arroz e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, mamona, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de chapéus-de-palha, redes e bordados; a mineração com a extração de areia e argila para fabricação de telhas e tijolos e usos diversos na construção civil; as indústrias de bebidas, de madeira, de produtos alimentícios, de vestuário, de calçados e de tecidos, couros e peles.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Romaria de Nossa Senhora de Fátima (13 de maio); o Dia do Evangelho, comemorado pelas igrejas evangélicas da cidade (23 de julho); a Festa da padroeira Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro); o Aniversário de Emancipação Política do município (25 de outubro) e o Festival de quadrilhas - Ipueiras Junina (junho/julho).

Principais personalidades:

Aquiles Peres Mota (9 de agosto de 1924 – Fortaleza, 19 de março de 2000), advogado, jornalista, diretor do jornal *Diário do Povo* e membro da ACI. Foi promotor público em Guaraciaba do Norte, São Benedito e Ipueiras. Deputado Estadual em várias legislaturas e presidente da Assembleia Legislativa do Ceará nos biênios de 1979-1980 e 1983-1984.

Gerardo Majella Mello Mourão (Ipueiras, 8 de janeiro de 1917 – Rio de Janeiro, 9 de março de 2007), poeta, ficcionista, jornalista, tradutor, en-

saísta e biógrafo, foi membro da Academia Brasileira de Filosofia, da Academia Brasileira de Hagiologia e do Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura do Brasil. Deputado federal por Alagoas, teve os direitos políticos cassados em 1969, pelo Regime Militar. Candidato a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras e indicado ao Prêmio Nobel de Literatura em 1979. Eleito em 1997 “*O Poeta do Século XX*” pela Guilda Órfica.

Hugo Catunda Brasil Fontenele (Ipueiras, 10 de agosto de 1899 – Ipueiras, 7 de março de 1980), graduado em Ciências Sociais e Ensino Rural, foi diretor do Departamento Estadual de Educação, diretor do Arquivo e do Museu Histórico, secretário de Educação e Cultura da Prefeitura de Fortaleza, vice-presidente do Conselho Estadual de Educação e membro do Tribunal de Contas de Fortaleza. Sócio efetivo da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará.

José Lopes dos Santos (Ipueiras, 20 de setembro de 1919 – Teresina, 30 de abril de 2006), jornalista e advogado, foi o primeiro prefeito de São Miguel do Tapuio – Pi. Juiz do TRE, secretário de Governo e Procurador-geral de Justiça do Piauí. Membro da Academia Piauiense de Letras (APL).

Miguel Joaquim de Almeida Castro (Ipueiras, 4 de dezembro de 1834 – Recife, 6 de maio de 1901), abolicionista, foi juiz municipal e de órfãos em Aracati, delegado de polícia, inspetor efetivo, juiz de direito e inspetor literário da comarca de Saboeiro. Vice-presidente da província do Ceará e presidente da província do Piauí. Deputado geral e deputado à constituinte republicana de 1890. Foi o primeiro governador eleito pelo Rio Grande do Norte, em 1891.

FONTES:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Ipueiras 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Ipueiras – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeemar de Alcântara.

Iracema

Hino de Iracema

(Letra e melodia por Maria Felix Nogueira)

Nesta terra bendita e fecunda
Onde todos se sentem irmãos
Trabalhamos com amor, segurança e paz,
Pela pátria, progresso e união.

*Iracema, teu nome cintila e reluz,
Na história do nosso Brasil.
És portento de amor e bondade,
Neste céu, branco azul cor de anil.*

Embalada por brisa serrana,
Sob um sol de calor tropical,
Guarda sempre teus filhos que marcham contentes,
Pra conquista de um grande ideal.
Mocidade vibrante e sadia,
Esperança da pátria a sorrir,
Para o alto ergue a frente,
Altaneira e viril,
E terás garantido o porvir.

Cresce e brilha imponente e guerreira,
Com as riquezas que podemos ressaltar,
Entre todas o algodão, verdadeiro ouro branco,
Produção que faz teus filhos cantar.

Iracema é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião da Serra do Pereiro e mesorregião do Jaguaribe.

O **IDH** de Iracema (2010) foi de 0,652, de nível médio, situando-se em 22º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 26,31, ficando em 61º lugar no Ceará.



Toponímia:

a palavra Iracema é uma homenagem à personagem do livro *Iracema*, de José de Alencar.

Gentílico:

Iracemense

Limites geográficos

Norte: Alto Santo

Leste: Potiretama, Alto Santo e Ereré

Sul: Pereiro e Ereré

Oeste: Alto Santo, Pereiro, Jaguaribara e Jaguaribe

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Iracema, com **área** de 821,2 km², tem **população estimada** para 2021 em 14.351 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 916,9 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 140 m e a **distância para a Capital** é de 286,7 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / CE-138 / CE-265. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (21,74%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (41,16%), regossolo eutrófico (5,77%), solo litólico eutrófico (30,93%) e solos aluviais eutróficos (0,41%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Médio Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais o rio Figueiredo e os riachos Aimoré, Bom Sucesso, Jatobá, das Flores e dos Milagres, sendo os principais reservatórios os açudes Ema, Mansinho e Canafistula. Com relação ao **relevo**, se destacam as depressões sertanejas e planície fluvial, sendo as principais elevações as serras dos Bastiões, Caiada e Micaela. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese histórica

A região onde atualmente se localiza o município de Iracema foi habitada pelos Paiacus e Carati da etnia tapuia, antes da chegada, em 1777, da bandeira de Moraes de Navarro e de outras famílias originárias de São Bernardo

das Russas, que procuravam escapar da famosa seca dos três setes, onde instalaram fazendas com atividades agrícolas e pecuárias. Com a construção, anos depois, por Manuel Pereira, de uma capela em honra de Nossa Senhora da Conceição, se iniciou, no seu entorno, a formação do povoado, cuja denominação mudou sucessivamente de Quixoaçu para Quixoxó, Quixoçó, Caçoçê, Caixapó e, finalmente, Iracema. O distrito foi criado em 1842, elevado à categoria de vila em 1890, a qual foi extinta em 1920 e restaurada em 1926, sendo novamente extinta em 1931 e definitivamente elevada à categoria de município em 1951, cuja instalação ocorreu em 25 de março de 1955.

Formação administrativa:

O distrito de Iracema foi criado por Lei Provincial nº 13, de 20/09/1842, elevado à categoria de vila pelo Decreto nº 53, de 30/08/1890. Extinta pela Lei nº 1.794, de 09 de outubro de 1920 e restaurada no dia 19 de outubro de 1926 pela Lei nº 2.428. Extinta novamente pelo Decreto nº 193, de 20/05/1931, sendo seu território anexado ao município de Jaguaribe. A Lei nº 1.153, de 22/11/1951, que fixou a divisão territorial, política e administrativa do Ceará, restabeleceu a autonomia política de Iracema, na categoria de município, instalado em 25/03/1955. Pela Lei estadual nº 6.778, de 13/12/1963, foi criado o distrito de São José e anexado ao município de Iracema. A Lei estadual nº 6.878, de 13/12/1963 criou o distrito de Canindezinho, anexado ao município de Iracema. Pela Lei estadual nº 6.883, de 13/12/1963, foi criado o distrito de Ema e anexado ao município de Iracema, que passou a contar com 4 distritos: Iracema (sede), São José, Canindezinho e Ema. A Lei estadual nº 473, de 19/11/1999, criou o distrito de Bastiões, anexado ao município de Iracema. Em divisão administrativa de 2012, o município de Iracema é constituído de 4 distritos: Iracema (sede), São José, Ema e Bastiões, não constando o distrito de Canindezinho. Atualmente, o município é composto dos distritos: Iracema (sede), São José, Ema e Bastiões.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca, as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária de bovinos,

ovinos, caprinos, suínos e aves; a piscicultura; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a indústria de madeira, produtos alimentícios, química, de perfumaria, sabão e velas, de produtos vestuários, calçados e artigos de tecidos, couro e peles.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro); a Festa de Santa Margarida Alacoque, no distrito de Ema (16 de outubro); a Festa de Nossa Senhora do Carmo no distrito de Bastiões (16 de julho); o carnaval, que, em época de inverno, atrai as pessoas de toda a região do Vale do Jaguaribe, brincando na “sangria” ou transbordo do Açude Ema, onde os foliões vão se refrescar; e as Festividades de aniversário do Município (25 de março).

Principais personalidades:

José Cardoso de Moura Brasil (Iracema, 10 de fevereiro de 1848 – Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1928), médico oftalmologista, com conceito nacional, criador do centenário *Colírio Moura Brasil*. Patrono de uma Cadeira da Academia Nacional de Medicina.

Neuzemar Gomes de Moraes (Sena Madureira – Acre, 27 de julho de 1944 – Fortaleza, 22 de agosto de 2021), advogado, orador, escritor, pesquisador e historiador. Sócio efetivo do Instituto do Ceará, da Academia Cearense de Retórica, da qual foi presidente, do Centro Cultural do Ceará, da Academia Cearense de Direito, da Academia Brasileira de Hagiologia, da Academia Cearense de Cultura, da Academia Fortalezense de Letras e da Associação Brasileira de Bibliófilos. Representante de Iracema na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Iracema 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Iracema – outubro/98.

Irauçuba

Hino de Irauçuba

(Letra por Raimundo Cipriano
e melodia por autor não identificado)

Encravada no Nordeste brasileiro
Orgulhando o território cearense
Irauçuba da bondade és o celeiro
És tão belo oh! torrão irauçubense.

O teu povo hospitaleiro é tão altivo
Gente forte, sempre audaz e varonil
Em civismo tu és um exemplo vivo
Sentinela da defesa do Brasil.

*Irauçuba quer dizer mel de abelha
Mas também é traduzida em amizade
No progresso tens acesa a centelha
E em teu solo tudo é prosperidade.*

Dominando a agricultura e a pecuária
Teu caboclo no trabalho é um titã
Com a prole na sua página diária
Ele luta com denodo e com afã.

Mãos calosas seu vigor ninguém derruba
Todo dia o progresso ele constrói
É um bravo o caboclo de Irauçuba
Quase mártir, mas também é quase herói.

Nos teus campos os rebanhos são imensos
Tua agricultura é fenomenal
Irauçuba és tão bela que até penso
Que tu és um paraíso terreal.

O futuro para ti já é presente
Irauçuba teu progresso é incomum



Se és tão forte é porque o lema da tua gente
É um por todos e todos por um.

Irauçuba é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Sobral e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Irauçuba (2010) foi de 0,605, de nível médio, situando-se em 118º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 18,70, ficando em 144º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi que significa amizade e também mel de abelha.

Gentílico:

irauçubense.

Limites geográficos

Norte: Itapajé, Itapipoca e Miraíma

Leste: Itapajé e Tejuçuoca

Sul: Sobral e Canindé

Oeste: Sobral

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Irauçuba, com **área** de 1.461,3 km², tem **população estimada** para 2021 em 24.450 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 279,1 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 152,52 m e a **distância para a Capital** é de 157,3 km, com acesso principal pela rodovia BR-222. O **solo** é constituído de afloramentos rochosos (0,04%), bruno não cálcico (24,27%), planossolo solódico ta (23,51%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (5,78%), solo litólico eutrófico (44,74%) e solos aluviais eutróficos (1,66%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas do rio Aracatiaçu, que tem como um dos afluentes o rio Missi, e do rio Curu, cujo principal afluente é o rio Caxitoré, tendo como principais drenagens o rio Aracatiaçu e os riachos Riachão, Aroeira e Gabriel (na primeira bacia) e o rio Caxitoré e os riachos Cachoeira e Camocim (na segunda bacia), sendo os principais reservatórios os açudes Santo Antônio do Aracatiaçu, os açudes Patos e do

Jerimum, que abastecem a sede do município, o Açude Nogueira Ramos, na localidade Mandacaru, o Açude do Cairu, no distrito de Juá, o Açude Paulo Bastos, no distrito sede de Irauçuba e o Açude do Mocó, na localidade Fazenda Mocó de Cima. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas e os maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta e caatinga arbustiva densa, mas se encontram os chamados cerradões, onde há predominância de arbustos similares aos do cerrado, sendo encontradas ainda as algarobeiras, que, além de proteger o solo frágil, servem para alimentar os animais.

Síntese histórica

Antes da formação do povoado que antecedeu o município de Irauçuba, viveram nas terras circundadas pelas serras de Uruburetama, das Lanchinhas e de São Caetano e pelos morros do Urubu e de Missi, os indígenas das etnias tupi e tapuia, como os Anacés, Apuiarés e Kariri. O aglomerado urbano denominado inicialmente Cacimba do Meio, se iniciou, com características sertanejas, numa planície em torno da capela de São Luiz de Gonzaga. Ao chegarem ao lugarejo em 1819, provenientes de Pernambuco, os irmãos Luís da Mota e Melo e Herculano Rodrigues Mota compraram a Fazenda Cacimba do Meio e, depois de se arrancharem sob um juazeiro, ali construíram para moradia a primeira casa de tijolos, além de casas de taipa para os demais moradores, à margem da estrada real que ligava Fortaleza a Sobral, atual rodovia BR-222. A povoação em formação recebeu dos proprietários da Fazenda a denominação de “Cacimba do Meio”, nome que permaneceu até junho de 1899, quando, por iniciativa do Juiz de Itapajé Álvaro de Alencar e com o apoio popular, a denominação mudou para Irauçuba, que, no idioma tupi significa “amizade”.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação Irauçuba, por ato estadual de 11-03-1905, subordinado ao município de São Francisco. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Irauçuba continua no município de São Francisco, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de São Francisco passou a se denominar Itapajé. Em divisão terri-

torial datada de 01-07-1955, o distrito de Irauçuba figura no município de Itapajé. Elevado à categoria de município com a denominação de Irauçuba, pela lei estadual nº 3.598, de 20-05-1957, desmembrado de Itapajé, instalado em 21-06-1957, tendo como sede o antigo distrito de Irauçuba, constituído de 3 distritos: Irauçuba (sede), Juá e Missi, todos desmembrados do município de Itapajé. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 3 distritos: Irauçuba (sede), Juá e Missi. Pela lei estadual nº 6.476, de 26-08-1963, é criado o distrito de Boa Vista do Caxitoré e anexado ao município de Irauçuba. Pela lei estadual nº 6.724, de 31-10-1963, o distrito de Juá é desmembrado do município de Irauçuba, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 3 distritos: Irauçuba (sede), Boa Vista do Caxitoré e Missi. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, Irauçuba adquiriu o extinto município de Juá, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 4 distritos: Irauçuba (sede), Boa Vista do Caxitoré, Juá e Missi, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Irauçuba (sede), Boa Vista do Caxitoré, Juá e Missi.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos, asininos, equinos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, fachadas e outros usos na construção civil; a extração de areia e argila para fabricação de telhas e tijolos e de rocha calcária para fabricação de cal; a atividade pesqueira em açudes e a indústria de calçados.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a festa de aniversário do Município (20 de maio) e a Festa do Padroeiro São Luiz Gonzaga (21 de junho).

Principais personalidades:

Luís da Mota e Melo e seu irmão **Herculano Rodrigues Mota** foram os proprietários da Fazenda Cacimba do Meio, quando da formação do povoado que deu origem ao distrito, depois município de Irauçuba, a partir do ano de 1819.

Walmar de Andrade Braga foi o primeiro prefeito do município de Irauçuba, na legislatura de 1959 a 1962, eleito novamente na legislatura de 1967 a 1970.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Irauçuba 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Irauçuba – outubro/98.

Itaiçaba

Hino de Itaiçaba

(Letra por Maria de Fátima Silva
e melodia por Eduardo Dias)

Lidarás com ardor verdadeiro,
Itaiçaba, teu povo viril,
Pelo nosso Ceará sobranceiro,
Pelo nosso glorioso Brasil.

Itaiçaba, cidade que nasce,
Sob a luz cintilante da fé,
Tens vestígios de glória na face,
Pois, surgindo agora, já nasce de pé.

Hoje vibra teu povo contente
Pois surgiu e brilhou tua aurora,
Itaiçaba soberba, imponente,
És a flor das cidades agora.

Saiba o mundo, com toda razão,
Que, se tudo no mundo evolui,
Para glória da nossa nação
Itaiçaba também contribui.

Mas por ti nosso amor não se acaba,
Terra fértil de graça e valor.
Itaiçaba, querida Itaiçaba,
Te ofertamos, aqui, nosso amor.

Itaiçaba é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do litoral de Aracati e na mesorregião de Jaguaribe.

O **IDH** de Itaiçaba (2010) foi de 0,656, de nível médio, situando-se em 19º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 22,37, ficando em 100º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originária do tupi, que significa “rio das conchas”.

Gentílico:

itaiçabense.

Limites geográficos

Norte: Aracati

Leste: Jaguaruana e Aracati

Sul: Palhano e Jaguaruana

Oeste: Palhano

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Itaiçaba, com área de 212,1 km², tem **população estimada** para 2021 em 7.904 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 452,6 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 200 m e a **distância para a Capital** é de 168,6 km, com acesso principal pelas rodovias BR-304 / CE-040 / CE-123 / CE-371 / CE-403 / CE-404. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (19,25%), podzólico vermelho amarelo distrófico (8,39%), podzólico vermelho amarelo álico (12,65%), solo litólico eutrófico (9,92%), solonetz solodizado (19,55%) e solos aluviais eutróficos (30,35%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Baixo Jaguaribe, tendo como principais drenagens os rios Jaguaribe e Palhano e os córregos São Gonçalo, Saquinho e do Tabuleiro, e faz parte do Eixo de Integração do Canal do Trabalhador. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas e a planície fluvial, encontrando-se na entrada da cidade, no limite entre Aracati e Itaiçaba, a Serra de Ererê. A **vegetação** é constituída de: complexo vegetacional da zona litorânea; caatinga arbustiva aberta, complexo vegetacional da zona litorânea e floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar com carnaúba).

Síntese histórica

No início do século XX, surgiu, num grande vale cortado pelo rio Jaguaribe, o lugarejo conhecido inicialmente como “Feira do Gado”. No ano

de 1913, o povoado foi elevado à categoria de distrito com a denominação “Passagem de Pedras”, que passou em outubro de 1938 a ser grafado “Passagem das Pedras”, em razão de, nessa parte do rio, a passagem ser muito pedregosa. Mas em 20 de dezembro de 1938, o distrito recebeu a atual denominação de Itaiçaba, elevado à categoria de município em 15 de setembro de 1956. A Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem, padroeira do município foi criada em 1941.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Passagem de Pedras, por ato estadual de 21-08-1913, subordinado ao município de União. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Passagem de Pedras figura no município de União, assim permanecendo em divisões territoriais de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 169, 31-03-1938, retificado pelo decreto estadual nº 378, de 20-10-1938, o distrito de Passagem de Pedras para a ser grafado Passagem das Pedras. Pelo decreto estadual nº 448, 20-12-1938, o distrito Passagem das Pedras passou a denominar-se Itaiçaba. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Itaiçaba figura no município de União. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de União passou a se denominar Jaguaruana. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Itaiçaba figura no município de Jaguaruana, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município com a denominação de Itaiçaba, pela lei estadual nº 3.338, de 15-09-1956, desmembrado de Jaguaruana, instalado em 07-10-1956, constituído apenas do distrito sede, tendo como sede o antigo distrito de Itaiçaba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas e hortaliças, tais como, acerola, caju, coco, goiaba, graviola, mamão, manga, maracujá, melão, melancia, pimentão, tomate, uva e outros, com a utilização de irrigação favorecida com a construção do Canal do Trabalhador, que propiciou maior oferta de água; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos,

ovinos, caprinos, suínos e aves; a apicultura e o processamento do mel de abelha; a atividade pesqueira desenvolvida em lagoas e açudes; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de lenhas e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a extração de areia e argila para fabricação de telhas e tijolos; o artesanato de redes e bordados e de bolsas, sacolas e chapéus-de-palha, com a utilização das palhas da carnaúba, com técnicas peculiares no seu beneficiamento, em trançados de múltiplas cores, caprichosamente desenhadas mediante a aplicação de anilina de diversos matizes nas peças artisticamente produzidas pelos artesãos; a indústria de laticínios; e o turismo, que tem como principais atrações os antigos casarões, igrejas e fazendas, ao longo do rio Jaguaribe, remanescentes do ciclo do gado, do algodão e da carnaúba.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Boa Viagem (15 de agosto); a Festa da Pescaria (setembro), com troféus e premiações nas categorias Rede, Maior Peixe, Anzol, Maior Quantidade de Peixes e Melhor Estória de Pescador; Aniversário do município (15 de setembro); a festa de carnaval de Itaiçaba, no Polo de Lazer Beira Rio e o carnaval de rua, com o tradicional mela-mela.

Principais personalidades:

Agostinho Correia Lima, primeiro prefeito de Itaiçaba, eleito de forma indireta pela Câmara Municipal, em 4 de agosto de 1957, com mandato tampão até 31-12-1958.

Eduardo Gomes de Farias (Itaiçaba, 21 de agosto de 1944 – São Paulo, 10 de dezembro de 2000) e **Eustáquio Gomes de Farias** (1947 – 2011) foram os integrantes da dupla **Dom & Ravel**, que fez sucesso na década de 1960. Autores da música “*Eu te amo meu Brasil*”, na Copa do Mundo de 1970.

Jeová Costa Lima (Itaiçaba, 25 de maio de 1924 – Fortaleza, 12 de março de 2018) foi deputado estadual, autor do projeto que concedeu a emancipação política de Itaiçaba. Na década de 1980, foi diretor do BEC.

Jesus Costa Lima (Itaiçaba, 2 de fevereiro de 1926 – Brasília, 9 de fevereiro de 2002), bacharel em Direito, foi juiz estadual e federal. Ocupou

o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça.

João Barbosa Lima foi o primeiro prefeito eleito de Itaiçaba, com mandato de 01 de janeiro de 1959 a 31 de dezembro de 1962.

Sônia Maria Nogueira, professora e escritora, nos gêneros crônicas, contos, poesia e literatura infantil, graduada em História e Estudos Sociais, representante de Itaiçaba na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Itaiçaba 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Itaiçaba – outubro/98.

Itaitinga

Hino de Itaitinga

(Letra por Alex Bessa Daniel
e melodia por Maestro Jardilino Maciel)

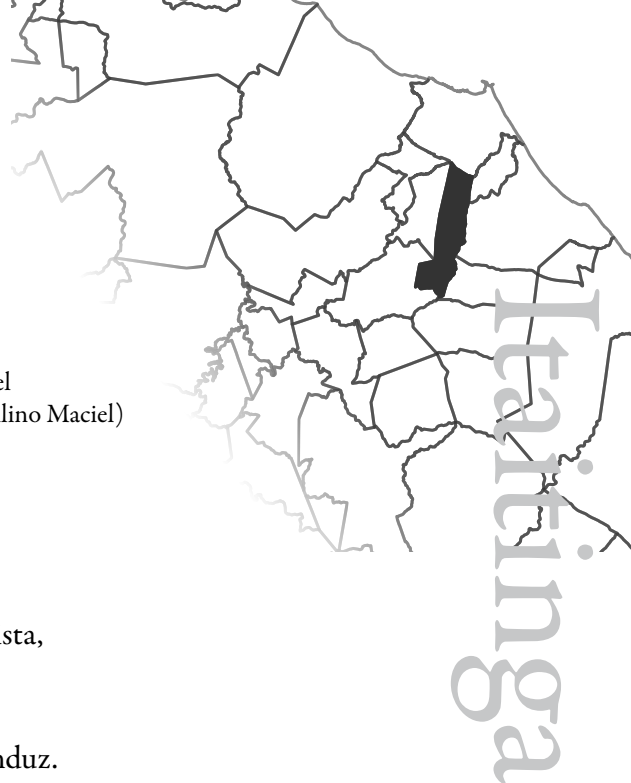
Do solo ao topo da serra
o verde venusto seduz.
A brita é tua riqueza,
traz vida à terra da luz.
Recinto de ventura conquista,
alegria imensa traduz.
De origem tupi-guarani,
teu nome uma história conduz.

*Riacho das pedras brancas!
Membro do meu Ceará!
Itaitinga, és rica, és bela.
Por ti hei de sempre cantar.*

Teus rios são fontes perpétuas,
eterna é a gratidão.
A terra é forte e feraz
da chuva tens a plantação.
Liberdade canta o sabiá,
de liberdade frui o coração.
E mesmo se um dia partir,
ao seio de amor voltarão.

Riacho de pedras brancas! ...

Quando o sopro da sina vier,
meu corpo em teu barro terei.
Do pó desta terra eu nasci,
ao pó, enfim, voltarei.
Honra no peito da sorte,



em tua história atuei.
Santo Antônio, o teu padroeiro,
no céu, com ele estarei.

Riacho das pedras brancas! ...

Itaitinga é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Fortaleza e na mesorregião Metropolitana de Fortaleza.

O **IDH** de Itaitinga (2010) foi de 0,626, de nível médio, situando-se em 56º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 35,70, ficando em 22º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originária do tupi, formada por *ita* (pedra) + *y* (rio) + *tinga* (branco), significando “pedra de cor branca” ou “riacho das pedras brancas”.

Gentílico:

itaitinguense.

Limites geográficos

Norte: Eusébio, Fortaleza e Maracanaú

Leste: Horizonte, Aquiraz e Eusébio

Sul: Horizonte e Guaiúba

Oeste: Pacatuba e Guaiúba

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Itaitinga, com **área** de 151,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 38.661 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente úmido e tropical quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.000,3 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 67 m e a **distância para a Capital** é de 30,9 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / CE-350. O **solo** é constituído de brunos não cálcicos (28,28%), podzólico vermelho amarelo distrófico (31,23%) podzólico vermelho amarelo eutrófico (18,41%), solo litólico eutrófico (1,17%) e solos aluviais eutróficos (20,91%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica Metropolitana, tendo como principais drenagens os rios Cocó e Coaçu, os riachos Coa-

çu, Riachão, Riachuí, Traiara, Itapeba, Água Fria, Mata Fresca e Guaiuba e as lagoas do Carapió, de Dentro, Caracanga, Cajueiro, Gereraú, Taveira, Tamboatá e do Centro, sendo os principais reservatórios os açudes Gavião e Pacoti/Riachão, que banham parte de suas terras. Com relação ao **relevo**, predominam os tabuleiros pré-litorâneos, sendo as principais elevações de altitudes inferiores a 200 metros acima do nível do mar. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, complexo vegetacional da zona litorânea, floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular e floresta subcauducifólia tropical pluvial.

Síntese histórica

As terras que vieram a abranger o município de Itaitinga foram habitadas originariamente pelos índios Pitaguary e Jenipapo-Kanindé. No início do século XX, o povoado se denominava Cajazeiras, subordinado ao município de Pacatuba. Foi da maior importância para o desenvolvimento dessa região a construção, nos anos de 1930, da rodovia BR-116, a partir de Fortaleza com passagem por terras próximas ao então povoado de Gereraú, que se localizava às margens da estrada Itaitinga-Carapió. Com a construção do Açude Gavião e Pacoti/Riachão, para abastecimento de água da capital cearense, a antiga estrada Itaitinga-Carapió (atual Rodovia Edson Queiroz – CE-350) foi parcialmente inundada. A fixação de residência dos responsáveis pela construção da rodovia nessa região, a cargo do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens - DNER, com a extração de pedras para a execução da obra, foi de fundamental importância para o crescimento e desenvolvimento do povoado e sua elevação à categoria de distrito e, posteriormente, de município.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Cajazeiras, por ato estadual de 07-07-1917, subordinado ao município de União. Em divisão administrativa de 1933, o distrito de Cajazeiras consta como distrito do município de Pacatuba, assim permanecendo em divisões territoriais de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, 20-12-1938, o distrito de Cajazeiras passou a denominar-se Pedreiras. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Pedreiras figura no município de Pacatuba. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Pe-

dreiras passou a denominar-se Itapó. Em divisão territorial de 01-07-1960, o distrito de Itapó consta no município de Pacatuba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 17-01-1991. Elevado à categoria de município com a denominação de Itaitinga, pela lei estadual nº 11.927, de 27-03-1992, com sede no atual distrito de Itaitinga, antes Itapó, instalado em 01-01-1993, e constituído de 2 distritos: Itaitinga (sede) e Gereraú, ambos desmembrados do município de Pacatuba. Em divisão territorial datada de 01-07-1995, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Atualmente, o município é constituído apenas do distrito sede de Itaitinga.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca e a monocultura de algodão; a pecuária extensiva de gado bovino, suíno e avícola; o comércio varejista, em que se destacam os supermercados, farmácias, depósitos de construção, lojas de roupas e boutiques, frigoríficos, lojas de móveis e eletrodomésticos e eletrônicos, mercadinhos, mercearias, padarias, lojas de variedades, lanchonetes e restaurantes; a prestação de serviços em salões de beleza, oficinas mecânicas, academias, borracharias, costura e serviços técnicos na área da eletrônica; o extrativismo vegetal, para fabricação de carvão, extração de madeiras para lenha e construção de cercas; e a importante atividade de mineração, com extração de rochas ornamentais, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil, extração de areia e de argila para a fabricação de telhas, cobogós e tijolos, e de rocha calcária, para obtenção de cal.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: os festejos do padroeiro do Ceará São José, (19 de março); os Festejos do padroeiro de Itaitinga, Santo Antônio e a Festa do Pau da Bandeira (1º a 13 de junho); a comemoração da Festa da Independência, com Desfile Cívico das Escolas (7 de setembro); a festa de aniversário do Município (27 de março); e a festa de Réveillon (31 de dezembro).

Principais personalidades:

Joseleido Bonfim Santana, professor, conferencista, escritor e poeta,

licenciado em História, é sócio efetivo da Academia de Letras dos Municípios Cearenses -ALMECE, representante do município de Itaitinga.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Itaitinga 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Itaitinga – outubro/98.

Itapajé

Hino de Itapajé

(Letra por Padre Raimundo Pinto
e melodia por Padre José Mourão)

Esta terra formosa e feliz
Encravada entre rochedos mil
No trabalho afanoso ela quis
Ser glória do nosso Brasil.

Itapajé a princesa serrana
Do progresso se fez pioneira
Sob as vistas do monge lendário
Hoje, em festa, de luz se engalana
E, exultante, feliz altaneira
Canta um hino num belo cenário.

Recostada na serra bendita
Qual vigia zeloso e valente
Reza um frade de pedra e medita
Nos destinos da mais brava gente.

Do trabalho, honradez e altruísmo
A comarca, tornou-se um exemplo
E seu povo, padrão de civismo
De virtudes cristãs fez um templo

Grandes filhos já deu esta terra
Ao comércio, à ciência e a igreja
Cuja vida é um livro que encerra
Um programa de ação benfazeja.

A cidade, coberta de glórias
Irmanadas de rude labor
Parte agora prá novas vitórias
Sob as bênçãos de paz do Senhor.



Itapajé é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Uruburetama e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Itapajé (2010) foi de 0,623, de nível médio, situando-se em 63º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 23,77, ficando em 83º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originária do tupi, significando “frade de pedra”.

Gentílico:

itapajeense.

Limites geográficos

Norte: Uruburetama e Itapipoca

Leste: Tejuçuoca, Apuiarés, Pentecoste, Umirim e Uruburetama

Sul: Irauçuba e Tejuçuoca

Oeste: Irauçuba

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Itapajé, com **área** de 430,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 53.448 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 693,3 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 262,2 m e a **distância para a Capital** é de 128,6 km, com acesso principal pela rodovia BR-222. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (11,35%), planossolo solódico ta (2,27%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (41,62%) e solo litólico eutrófico (44,62%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Curu, tendo como principais drenagens os rios Caxitoré e Itapajé e os riachos Camocim, Capim Açú, Eldorado, Ipu e São Joaquim, sendo os principais reservatórios os açudes Caxitoré e a barragem do Ipu, inaugurada em 2013. Com relação ao **relevo**, o município se localiza na Serra de Uruburetama, tendo como principais elevações as serras de Mulungu e de Uruburetama. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese histórica

Nas terras onde atualmente se localiza o município de Itapajé, viveram os índios Anacés e Apuiarés, das etnias tupi e tapuia, localizadas no alto da

Serra de Uruburetama. Na “Relação do Maranhão”, consta a descrição dessa região, feita pelo Padre Luís Figueira, onde relata sua passagem pela “Serra dos Corvos”, na companhia do Padre Francisco Pinto, no ano de 1607, em direção à Serra da Ibiapaba, com o objetivo de catequizar os índios Tabajaras. Com a concessão de sesmarias e distribuição de terras no *Siará Grande*, se iniciou a colonização da Serra de Uruburetama em 1720, com a chegada a essa região do Capitão-Mor das Entradas Bento Coelho de Moraes, que atribuiu a sua neta Maria da Assumpção, datas de sesmaria no alto da Serra de Uruburetama, doando-lhe uma área de terras entre o rio Mundaú e o rio Caxitoré, no ano de 1739, vendida em 1750 a Manoel Gomes Ramos. No século XVIII, o Frei Vidal da Penha, cumprindo um ritual em sua passagem pelas localidades interioranas, afixou um cruzeiro no local em que, posteriormente, foi construída a Capela de Nossa Senhora da Penha, nome inicial do povoado, que se formou nas imediações do templo. Várias foram as denominações do povoado, vila e distrito, do atual município de Itapajé, onde os colonizadores desenvolviam a atividade da pecuária. Como importante fato da História do Brasil, Itapajé foi a segunda cidade do país a libertar os escravos, no dia 2 de fevereiro de 1883.

Formação administrativa:

O povoado de Nossa Senhora da Penha foi elevado à categoria de vila, com a denominação de Vila da Constituinte, pela Lei Provincial nº 502, de 22-12-1849, desmembrada do município de Fortaleza, Canindé e Itapipoca, instalada em 10-12-1850, tendo como sede o núcleo de Santa Cruz da Uruburetama. Pela Lei Provincial nº 534, de 10-12-1850, a Vila da Constituinte passou a denominar-se Santa Cruz da Uruburetama. Pela Lei Provincial nº 88, 20-07-1859, é transferida a sede da vila, do núcleo de Santa Cruz da Uruburetama para a povoação de São Francisco da Uruburetama. Essa é a data considerada de fundação do município. Distrito criado com a denominação de São Francisco da Uruburetama, pela Lei Provincial nº 1.131, de 21-11-1864. Por Ato Estadual de 15-07-1871, é criado o distrito de Retiro e anexado à Vila de São Francisco de Uruburetama. Pela Lei Provincial nº 107, 20-09-1893, a vila de São Francisco da Uruburetama passou a denominar-se simplesmente vila de São Francisco. Pelo Ato Estadual de 11-03-1905, é criado o distrito de Irauçuba e anexado à vila de São Francisco. Pelo Ato Estadual de 25-01-1911, é criado o distrito de São Miguel e

anexado à vila de São Francisco. Pelo Ato Estadual de 13-07-1911, é criado o distrito de Juá e anexado à vila de São Francisco. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituída de 6 distritos: São Francisco (sede), Retiro, Irauçuba, Juá, São Miguel e Tejussuoca. Elevado à condição de município, com a denominação de São Francisco, pela Lei Estadual nº 2.358, de 16-07-1926. Pelo Decreto Estadual nº 193, de 20-05-1931, é extinto o município, passando o seu território à condição de simples distrito, anexado ao município de Arraial. Elevado novamente à categoria de município, com a denominação de São Francisco, pelo Decreto Estadual nº 1.156, de 04-12-1933, desmembrado de Arraial, que também criou os distritos de Jacu, Pão de Açúcar e Santa Cruz, anexados ao município de São Francisco. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 9 distritos: São Francisco (sede), Retiro, Irauçuba, Jacu, Juá, Pão de Açúcar, Santa Cruz, São Miguel e Tejussuoca. Em divisões administrativas datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município figura com 8 distritos: São Francisco (sede), Irauçuba, Juá, Pão de Açúcar, Retiro, Santa Cruz, São Miguel e Tejussuoca, não constando o distrito de Jacu. Consolidando a condição de município com a denominação de São Francisco, o Decreto Estadual nº 448, de 20-12-1938 altera a denominação dos distritos de Pão de Açúcar para Missi e de Santa Cruz para simplesmente Cruz. No quadro para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 8 distritos: São Francisco (sede), Irauçuba, Juá, Missi, Retiro, Cruz, São Miguel e Tejussuoca. Pelo Decreto Estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de São Francisco passou a denominar-se Itapagé, o distrito de São Miguel, para Iratinga e o distrito de Retiro, para Caxitoré. Em divisão territorial de 01-07-1950, o município de Itapagé é constituído de 8 distritos: Itapagé (sede), Caxitoré, Cruz, Iratinga, Irauçuba, Juá, Missi e Tejussuoca. A Lei Estadual nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, consolidou os limites intermunicipais do Estado do Ceará, estabelecendo os limites do município de Itapagé. Pela Lei Estadual nº 3.598, de 20-05-1957, os distritos de Irauçuba, Juá e Missi são desmembrados do município de Itapagé, para constituir o novo município de Irauçuba. Pela Lei Estadual nº 3.895, de 10-11-1957, é criado o distrito de Pitombeiras, com terras desmembradas do distrito de Iratinga, e anexado ao município de Itapagé. Em divisão territorial de 01-07-1960, o município é constituído de 6 distritos:

Itapagé (sede), Caxitoré, Cruz, Iratinga, Pitombeira e Tejussuoca. Pela Lei Estadual nº 6.392, de 03-07-1963, o distrito de Tejussuoca, elevado à categoria de município, é desmembrado de Itapagé. Pela Lei Estadual nº 6.426, de 15-03-1963, o distrito de Caxitoré é elevado à categoria de município com a denominação Caxitoré, desmembrado do município de Itapagé. Pela Lei Estadual nº 6.435, de 17-07-1963, o distrito de Pitombeira é elevado à categoria de município, com a denominação Pitombeira, desmembrado do município de Itapagé. Pela Lei Estadual nº 6.701, de 21-10-1963, o distrito de Iratinga é elevado à categoria de município, com a denominação Iratinga, desmembrado do município de Itapagé. Pela Lei Estadual nº 6.602, de 26-09-1963, são criados os distritos de Baixa Grande e Soledade e anexados ao município de Itapagé. Pela Lei Estadual nº 6.734, de 08-11-1963, o distrito de Cruz é elevado à categoria de município com a denominação Santa Cruz de Uruburetama, desmembrado do município de Itapagé. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 3 distritos: Itapagé (sede), Baixa Grande e Soledade. Pela Lei Estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Itapagé adquiriu os extintos municípios de Caxitoré, Iratinga, Pitombeira, Santa Cruz de Uruburetama e Tejussuoca, criados, mas não instalados, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 8 distritos: Itapagé (sede), Baixa Grande, Caxitoré, Cruz, Iratinga, Pitombeira, Soledade e Tejussuoca. Pela Lei Estadual nº 11.414, de 28-12-1987, os distritos de Tejussuoca e Caxitoré são desmembrados do município de Itapagé, para formar o novo distrito de Tejussuoca. Pela Lei Estadual nº 11.458, de 02-06-1988, é criado o distrito de Aguaí e anexado ao município de Itapagé. Na Lei Orgânica Municipal de 1989 o município aparece grifado com j – Itapajé – sendo essa a grafia considerada correta pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 7 distritos: Itapajé (sede), Aguaí, Baixa Grande, Cruz, Iratinga, Pitombeira e Soledade. Pela Lei Municipal nº 1.372, de 21-09-1998, é criado o distrito de São Tomé e anexado ao município de Itapajé. Em divisão territorial datada de 2014, o município é constituído de 9 distritos: Itapajé (sede), Aguaí, Baixa Grande, Cruz, Iratinga, Pitombeira, São Tomé, Serrote do Meio e Soledade, assim permanecendo até 2021. Os atuais distritos do município são: Itapajé (sede), Aguaí, Baixa Grande, Cruz, Iratinga, Pitombeira, São Tomé, Serrote do Meio e Soledade.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com a produção de algodão, banana, caju, mandioca, milho e feijão; a pecuária de bovinos, suínos e aves; o artesanato; a indústria e o turismo, tendo como atrações naturais a Pedra do Frade, a Piscina Natural de Soledade, a Pedra da Caveira, a Pedra das Noivas, a Pedra dos Ossos, bicas naturais, trilhas para caça e serras verdes.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Padroeiro São Francisco de Assis (25 de setembro a 03 de outubro); o Dia do Município (20 de julho); a Festa de Nossa Senhora da Penha no distrito de Cruz (22 de dezembro a 01 de janeiro); a Exposição Agropecuária de Itapajé (agosto); o Festival de Quadrilhas Juninas (junho); o Torneio Itapajense de Motocross (julho); o Aniversário da Assembleia de Deus Templo Central (20 de julho).

Principais personalidades:

Affonso Taboza Pereira (Itapajé, 6 de novembro de 1935), militar, engenheiro civil, escritor, romancista e articulista, foi diretor da FIEC e do CIC, e vice-presidente do Sinduscon Ceará. Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Clara Vasconcelos Silveira, advogada e poetisa, é a representante de Itapajé na Academia de Letras dos Municípios Cearenses - ALMECE.

Dom Aureliano de Matos (Itapajé, 17 de junho de 1889 – Limoeiro do Norte, 19 de agosto de 1967) foi o primeiro bispo da diocese de Limoeiro do Norte, considerado um dos maiores benfeitores da cidade.

Dom Vicente de Paulo Araújo Matos (Itapajé, 11 de junho de 1918 – Crato, 6 de dezembro de 1998), bispo auxiliar, vigário capitular e bispo diocesano do Crato.

José Quintino da Cunha (Itapajé, 24 de julho de 1875 – Fortaleza, 01 de junho de 1943) foi escritor, poeta e advogado, com atuação na área criminal, onde se destacou pelo estilo irreverente e carismático. Foi deputado estadual pelo Ceará.

Maria Rodrigues Peixe, pseudônimo **Alba Valdez** (Itapajé, 12 de dezembro de 1874 – Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1962), professora, educadora, jornalista e escritora, fundou e foi a primeira presidente da *Liga Feminista Cearense*. Primeira mulher a ingressar como associada efetiva da Academia Cearense de Letras e a segunda sócia efetiva do Instituto do Ceará.

Roberto Xavier de Castro - Fetinga (Itapajé, 16 de maio de 1890 – Itapajé, 30 de outubro de 1952), compositor e violinista, autor da melodia da valsa *A pequenina cruz do teu rosário*, gravada por Carlos Galhardo.

Virgílio Brígido (Itapajé, 24 de abril de 1854 – Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1920), advogado, professor, jornalista, político, orador, poeta e historiador. Promotor de Justiça em Fortaleza e professor de Geografia e Alemão. Deputado federal pelo Ceará, de 1900 a 1912. Foi um dos fundadores do Instituto do Ceará.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Itapajé 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Itapajé – outubro/98.

AZEVEDO, Rubens de. Os 40 da Casa do Barão. 1921.

Itapipoca



Hino de Itapipoca

(Letra e melodia por José Frota Neto)

Itapipoca terra querida
O nosso empenho é te servir
Com toda força, fé e com vida
E assegurar o teu porvir.

Avante! Itapipoca, avante!
Não queremos te ver parar
Avante!! Itapipoca, avante!
Para o futuro “terra adorada!”

E resolutos, de frente erguida
Continuaremos a tua história
Todo o teu povo lembra e convida
À luta insana logo à glória!

Todos unidos certos da vitória
Caminharemos sem hesitar
E os teus filhos diante da história
Vão de mil vezes te exaltar.

Caminha firme, luta perene,
Imita os nossos ancestrais,
Tem sempre em mira desejo infrene
De ver triunfar teus ideais.

Itapipoca é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Itapipoca e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Itapipoca (2010) foi de 0,640, de nível médio, situando-se em 34º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 35,55, ficando em 24º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originária do tupi, que significa “pedra rebentada” ou “pedra lascada”.

Gentílico:

itapipoquense.

Limites geográficos

Norte: Oceano Atlântico e Amontada

Leste: Trairi e Tururu

Sul: Miraíma, Irauçuba, Tururu, Uruburetama e Itapajé

Oeste: Miraíma e Amontada

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Itapipoca, com **área** de 1.614,2 km², tem **população estimada** para 2021 em 131.687 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 946,1 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 108,7 m e a **distância para a Capital** é de 139,9 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 e BR-402. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (8,22%), planossolo solódico ta (14,77%), podzólico vermelho amarelo distrófico (27,69%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (22,84%), regossolo distrófico (2,36%), solo litólico eutrófico (6,08%) e solonetz solodizado (10,51%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas do Acaraú e Aracatiaçu, tendo como principais drenagens os rios Cruxati e Mundaú, a lagoas Humaitá e do Mato, os riachos Taboca, Sororó, Quandú e o córrego dos Tanques. Os principais reservatórios são os açudes Poço Verde, Quandú, Gameleira e Garapa, que garantem o abastecimento de água da população urbana do município. Com relação ao **relevo**, predominam a depressão sertaneja, os maciços residuais, o glaciis pré-litorâneo dissecado em interflúvios tabulares e a planície litorânea. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa, complexo vegetacional da zona litorânea e floresta perenifolia paludosa marítima.

Síntese histórica

O lugarejo que deu origem ao município de Itapipoca começou a ser colonizado em 1683, mas o processo de urbanização se iniciou com a concessão de uma sesmaria, na Serra de Uruburetama, entre a serra e o mar, ao sargento-mor Francisco Pinheiro do Lago, em 13 de abril de 1744, cedida

à filha Francisca Pinheiro do Lago e seu marido Jerônimo Guimarães de Freitas, considerado o fundador de Itapipoca. A partir de então, o povoado ficou conhecido como São José, até a data de 17 de outubro de 1823, quando passou a denominar-se Vila da Imperatriz.

Formação administrativa:

O povoado São José foi elevado à categoria de vila com a denominação de Imperatriz, por Resolução Imperial de 03-02-1823, mencionada no alvará imperial de 17-10-1823, desmembrada de Fortaleza, com sede no núcleo de São José. Pela Lei Provincial nº 1.011, de 03-11-1862, a sede do núcleo de São José é transferida para o núcleo de Itapipoca. Por Ato Provincial de 27-01-1864, é criado o distrito de Assunção e anexado à vila de Imperatriz. Pela Lei Provincial nº 1.249, 22-12-1868, é criado o distrito com a denominação de Imperial, anexado à vila de Imperatriz. Pelo Ato Provincial de 02-11-1869, é criado o distrito de São José e anexado à vila de Imperatriz. Pelo Decreto nº 1, de 01-12-1889, a vila de Imperatriz passou a denominar-se Itapipoca. Por Ato de 11-01-1900, é criado o distrito de Pão de Açúcar e anexado à vila de Itapipoca. Na divisão administrativa de 1911, a vila aparece com 6 distritos: Itapipoca (sede), Assunção, Ipu da Rajada, Pão de Açúcar, São Bento d'Amontada e São José. Elevada à condição de cidade, com a denominação Itapipoca, pela Lei Estadual nº 1.288, de 31-08-1915. No quadro de apuração do recenseamento geral de 01-09-1920, o município aparece constituído de 7 distritos: Itapipoca (sede), Assunção, Ipu da Rajada, Pão de Açúcar, São Bento d'Amontada, São José e São Pedro da Timbaúba. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 8 distritos: Itapipoca (sede), Assunção, Barrenta, Rajada, Pernambuco, São Bento d'Amontada, São José e Timbaúba, não figurando o distrito de Pão de Açúcar. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município aparece constituído de 9 distritos: Itapipoca (sede), Assunção, Barrenta, Lagoa Comprida, Pernambuco, Rajada, São José, São Bento e São Pedro da Timbaúba. O Decreto Estadual nº 448, de 20-12-1938, extinguiu o distrito de Rajada, sendo parte de seu território anexado ao distrito sede de Itapipoca e parte ao distrito de Tururu, do município de Uruburetama, e mudou a denominação dos distritos: de Pernambuco, para Icarai; de Barrenta, para

Cruxatí e de São José, para Imperatriz. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 8 distritos; Itapipoca (sede), Assunção, Cruxatí, Icarai, Imperatriz, Lagoa, São Bento e Timbaúba. Pelo Decreto nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de São Bento passou a denominar-se Amontada; o distrito de Lagoa, Aracatiara; o distrito de Imperatriz, Arapari; e o distrito de Timbaúba, Miraíma. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 8 distritos: Itapipoca (sede), Amontada, Aracatiara, Arapari, Assunção, Cruxati, Icarai e Miraíma. Pela Lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, são criados os distritos de Barrento e Marinheiros e anexados ao município de Itapipoca. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 10 distritos: Itapipoca (sede), Amontada, Aracatiara, Arapari, Assunção, Barrento, Cruxati, Icarai, Marinheiros e Miraíma, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. A Lei Estadual nº 6.447, de 29-07-1963, cria os distritos de Betânia e Deserto, anexados ao município de Itapipoca e desmembra do município de Itapipoca os distritos de Arapari, Assunção, Icarai e Miraíma, elevados à categoria de município, e desmembra do município de Itapipoca os distritos de Amontada e Aracatiara, para formarem o novo município de Amontada. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 6 distritos: Itapipoca (sede), Barrento, Betânia, Cruxati, Deserto e Marinheiros. Pela Lei Estadual nº 7.188, de 16-03-1964, é criado o distrito de Bela Vista e anexado ao município de Itapipoca. Pela Lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, foram extintos os municípios de Amontada, Arapari, Assunção, Icarai e Miraíma, sendo seus territórios anexados ao município de Itapipoca como simples distritos e foi extinto o distrito de Betânia, sendo seu território anexado ao distrito sede de Itapipoca. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 11 distritos: Itapipoca (sede), Amontada, Aracatiara, Arapari, Assunção, Barrento, Bela Vista, Cruxati, Icarai, Marinheiros e Miraíma, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Pela Lei Estadual nº 11.010, de 05-02-1985, são desmembrados do município de Itapipoca os distritos de Amontada, Aracatiara e Icarai, para formar o novo município de Amontada. Pela Lei Estadual nº 11.202, de 18-06-1986, é criado o distrito de Deserto e anexado ao município de Itapipoca. Pela Lei Estadual nº 11.437, de 12 de maio de 1988, é desmem-

brado do município de Itapipoca o distrito de Miraíma, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 18-08-1988, o município é constituído de 8 distritos: Itapipoca (sede), Arapari, Assunção, Barrento, Bela Vista, Cruxati, Deserto e Marinheiros. Pela Lei Municipal nº 72, de 27-11-1989, a localidade de Betânia passa à categoria de distrito e Cruxati retorna à categoria de povoado. Pela Lei Municipal nº 120, de 23-10-1991, é criado o distrito de Ipu Mazagão e anexado ao município de Itapipoca. Pela Lei Municipal nº 117, de 1991, é criado o distrito de Baleia e anexado ao município de Itapipoca. Em divisão territorial datada de 1991, o município é constituído de 10 distritos: Itapipoca (sede), Arapari, Assunção, Baleia, Barrento, Betânia, Deserto, Ipu Mazagão e Marinheiros, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1999. Pela Lei Municipal nº 74, de 30-08-2001, é criado o distrito de Calugi, com terras desmembradas de parte do distrito sede e de parte do povoado de Cruxati e anexado ao município de Itapipoca. Pela Lei Municipal nº 162, de 03-12-2002, é criado o distrito de Lagoa das Mercês, com terras desmembradas do distrito de Marinheiros e anexado ao município de Itapipoca. Em divisão territorial datada de 2005, o município é constituído de 12 distritos: Itapipoca (sede), Arapari, Assunção, Baleia, Barrento, Bela Vista, Calugi, Cruxati (que havia voltado à categoria de distrito), Deserto, Ipu Mazagão, Lagoa das Mercês e Marinheiros, não figurando o distrito de Betânia, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. Os atuais distritos do município são: Itapipoca (sede), Arapari, Assunção, Baleia, Barrento, Bela Vista, Calugi, Cruxati, Deserto, Ipu Mazagão, Lagoa das Mercês e Marinheiros.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju, café, mamona, coco e banana; a pecuária extensiva com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba (produção de cera de carnaúba); o artesanato de redes, bordados e produtos feitos com peles e couros; a pesca industrial destinada ao mercado nacional e internacional; a

apicultura; a indústria de calçados e de produtos derivados do coco; o turismo, baseado nas atrações naturais, arqueológicas e arquitetônicas, como a Praça do centro da cidade, com suas esculturas, o Parque de Exposições Hildeberto Barroso, onde se realiza a Feira Agroindustrial, no aniversário do município, e outras exposições de animais e de artesanatos, leilão de gados e shows; os sítios paleontológicos e arqueológicos, como o monólito da Pedra Ferrada, na localidade de Mucambo, com inscrições rupestres; o Museu da Pré-história, com o acervo de fósseis encontrado em seu território; trilhas para a prática do ecoturismo, como a Trilha da Bica da Canoa, na Serra de Arapari e a Pedra de Itacoatiara, para a prática de esportes radicais, como o rapel e o voo livre; tanques fossilíferos e grutas com inscrições rupestres, além das belas praias e lagoas, como a Praia da Baleia, a Praia do Maceió, a Barra do Rio Mundaú e as lagoas de Humaitá e do Mato.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do copadroeiro São Sebastião (20 de janeiro); a Festa das Flores (último sábado de maio); a Festa de Nossa Senhora da Assunção (15 de agosto); o aniversário da emancipação política do município (31 de agosto); a Festa da Padroeira Nossa Senhora das Mercês (24 de setembro); a Festa de São Francisco (4 de outubro); a Regata da Baleia (em novembro ou dezembro); e a Festa da Sagrada Família (último domingo de dezembro).

Principais personalidades:

Francisco Praciano (Itapipoca, 18 de fevereiro de 1952), economista, foi vereador de Manaus por quatro mandatos, eleito deputado federal pelo Amazonas em 2006 e em 2010.

José Teixeira de Freitas (Itapipoca, 9 de maio de 1918 – 8 de julho de 1994), bacharel em Direito e Pedagogia, professor e escritor. Ensinou História, Ciências e Pedagogia em diversos estabelecimentos de ensino e foi catedrático de História na Faculdade de Filosofia do Ceará. Diretor do Instituto de Educação do Ceará e presidente do Conselho Estadual de Educação. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Luiza Francineide Coutinho Tomé (Itapipoca, 10 de maio de 1961), atriz brasileira, atuou em mais de 30 telenovelas, considerada em 1997

como a melhor atriz cômica, agraciada (2012) com o *Troféu Top of Business*, pelo Conjunto da Obra.

Mons. Antônio Tabosa Braga (Itapipoca, 19 de dezembro de 1874 – Fortaleza, 12 de abril de 1935), sacerdote católico e jornalista, foi pároco de Santa Quitéria, de Pacoti, e da Paróquia do Carmo, em Fortaleza. Vigário-geral da arquidiocese de Fortaleza, em 25 de dezembro de 1924, com o título de protonotário apostólico. Foi benfeitor e primeiro pároco do leprosário de Canafistula, em Redenção.

Pedro Teixeira Barroso (Itapipoca, 12 de março de 1925 – Fortaleza, 4 de junho de 1979), odontólogo e professor da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem da UFC, onde foi pró-reitor de Assuntos Estudantis e membro do Conselho Universitário. Reitor da UFC em 19-05-1975.

Antônio Perilo de Souza Teixeira (Itapipoca, 4 de maio de 1913 – Umirim, 13 de abril de 1977), bacharel em Direito e professor, foi prefeito (interventor) de Aracati. Diretor da Imprensa Oficial do Ceará, deputado estadual constituinte (1947), deputado federal (1954) e chefe de Gabinete do Ministro da Saúde.

Francisco Everardo Tiririca Oliveira Silva (Itapipoca, 1 de maio de 1965), cantor, compositor, palhaço, humorista e político, foi deputado federal por São Paulo em 2010. reeleito em 2014 e 2018.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Itapipoca 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Itapipoca – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Itapiúna



Hino de Itapiúna

(Letra por Francisco Ednou Gomes
e melodia por José Ferreira Barros - Zé Pretinho)

Da raiz chamou-se de Fazenda Castro
Do Serrote mudou para Itaúna
Hoje o povo aclama forte o teu nome
Itapiúna, Itapiúna, Itapiúna.

A natureza criou teu novo nome
Surgiu uma pedra forte, miúda e preta
Denominou-se então Itapiúna
Terra fértil da Pátria Brasileira.

*Itapiúna, Itapiúna, Itapiúna
Bela terra e cidade hospitaleira
Do imigrante fez o teu futuro
A tua origem e a tua beleza.*

Tua glória é o nosso trabalho
Somos a base que constrói o teu progresso
Os heróis que por esta terra lutam
Deixam frutos, bom trabalho e sucesso.

No subsolo há riqueza mineral
No campo há carnaúba e algodão
Nos rios correntes as águas que te cercam
Trabalha o homem e o vaqueiro do sertão.

Itapiúna é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Baturité e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Itapiúna (2010) foi de 0,604, de nível médio, situando-se em 122º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 19,46, ficando em 130º lugar no Ceará.

Itapiúna

Toponímia:

palavra originária do tupi, significando “caminho das pedras”.

Gentílico:

itapiunense.

Limites geográficos

Norte: Capistrano e Aratuba

Leste: Quixadá, Ibaretama, Aracoiaba, Baturité e Capistrano

Sul: Choró e Quixadá

Oeste: Canindé e Choró

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Itapiúna, com área de 588,7 km², tem **população estimada** para 2021 em 20.653 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente úmido, tropical quente subúmido, tropical quente semiárido brando e tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 785,1 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 133,33 m e a **distância para a Capital** é de 109,6 km, com acesso principal pelas rodovias CE-060, CE-253 e CE-566. O **solo** é constituído de afloramentos rochosos (0,24%), bruno não cálcico (15,14%), planossolo solódico ta (37,42%), podzólico vermelho amarelo distrófico (5,67%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (30,88%), solo litólico eutrófico (10,42%) e solos aluviais eutróficos (0,23%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica Metropolitana, tendo como principais drenagens superficiais os rios Choró e seu afluente Castro e o rio Cangati, sendo o principal reservatório de água o açude Castro, que abastece a sede do município. Com relação ao **relevo**, apresenta formas pouco dissecadas da superfície de aplainamento regional – a depressão sertaneja –, destacando-se ao norte o maciço residual serrano, com altitudes que variam de 200 a 500 metros acima do nível do mar. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa e floresta subcaducifólia tropical fluvial (mata seca).

Síntese histórica

O povoado Castro, nome em homenagem a um grande proprietário das terras que deram origem ao município de Itapiúna, teve seu nascedouro

nas cabeceiras do riacho Castro. Com a construção da Estrada de Ferro de Baturité, foi instalada pequena estação nessa localidade, no final do século XIX, trazendo em sua esteira o progresso que deu causa à elevação do povoado à categoria de distrito, em 1892, subordinado ao município de Baturité. A mudança da denominação do povoado para Itaúna, no final da primeira década do século XX, foi feita pelos holandeses que construíram a Estrada de Baturité. Itaúna, na língua Tupi-Guarani, significa “pedra preta”, em razão da existência de um serrote de pedras pretas, denominado Serrote Preto. Diante da constatação posterior de que já existia um município, em Minas Gerais, com a mesma denominação, para evitar dificuldades na remessa e distribuição da correspondência postal, o topônimo foi mudado para Itapiúna, que tem o mesmo significado.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Castro, pelo decreto estadual nº 8, de 10-03-1892, subordinado ao município de Baturité. Em divisão administrativa, referente ao ano de 1911, o distrito Castro figura no município de Baturité. Pelos decretos nº 193, de 20-05-1931 e nº 1.156, de 04-12-1933, o distrito de Castro passou a denominar-se Itaúna. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Itaúna figura no município de Baturité, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Itaúna passou a denominar-se Itapiúna. Em divisão administrativa datada de 01-07-1950, o distrito de Itapiúna figura no município de Baturité, assim permanecendo em divisão administrativa de 01-07-1955. Elevado à categoria de município, com a denominação de Itapiúna, pela lei estadual nº 3.599, de 20-05-1957, desmembrado de Baturité, instalado em 23-06-1957, tendo como sede o antigo distrito de Itapiúna. A mesma lei criou os distritos de Itans e Palmatória e desmembrou do município de Baturité, vinculando a Itapiúna o distrito de Caio Prado, ficando assim constituído de 4 distritos: Itapiúna (sede), Caio Prado, Itans e Palmatória. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 4 distritos: Itapiúna (sede), Caio Prado, Itans e Palmatória. Pela lei estadual nº 6.960, de 19-12-1963, o distrito de Caio Prado foi elevado à categoria de município, desmembrado do município de Itapiúna.

Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 3 distritos: Itapiúna (sede), Itans e Palmatória. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Itapiúna adquiriu o extinto município de Caio Prado, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 4 distritos: Itapiúna (sede), Caio Prado, Itans e Palmatória, assim permanecendo em divisão territorial datada em 2005. Os atuais distritos do município são: Itapiúna (sede), Caio Prado Itans e Palmatória.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju, bananas e outras frutas e de produtos tendo como matéria prima a oiticica e a carnaúba; a pecuária de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o artesanato, com pintura em tecido, croché, bordados, acessórios em palha, como bolsas e chapéus, a lapidação de pedras semipreciosas e os trabalhos em argila; a gastronomia, com comidas típicas da região (pamonha, baião de dois, canjica, beiju, paçoca, cuscuz, mungunzá, panelada e buchada); o extrativismo vegetal, visando a produção de carvão vegetal e a extração de madeiras para utilização como lenha e para a construção de cercas; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachada e usos na construção civil; a extração de areia, argila e rocha calcária, para a fabricação de tijolos, telhas e cal; e o turismo, tendo como principais atrativos: a Bica de Cajuás, com sua cachoeira; Lajes, no distrito de Itans, em períodos de chuvas, quando ocorre a cheia do rio; a Barragem, considerado o principal ponto turístico do município, com o conhecido e famoso “véu de noiva”. Tem sido registrada a presença de pegmatitos, ensejando o garimpo de águas-marinhas.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa de São José no distrito de Caio Prado (19 de março); as festividades do Dia de Reis (6 de janeiro); as comemorações de aniversário do município (23 de junho); a Festividade da Padroeira do município Nossa Senhora da Conceição (de 28 de novembro a 8 de dezembro); a Festa do copadroeiro São Francisco (de 24 de setembro a 4 de outubro).

Principais personalidades:

José Bezerra Campelo, primeiro prefeito do município de Itapiúna, de 1959 a 1962, voltando a ocupar o cargo de 1971 a 1972.

Maria Haidée Campelo Dantas, pianista, musicista, representante de Itapiúna na Academia de Letras dos Municípios Cearenses - ALMECE.

Tenente José Joaquim Oliveira foi o principal articulador, junto às autoridades imperiais brasileiras, para a inclusão da Fazenda Castro no roteiro da Estrada de Ferro de Baturité, em seu itinerário em direção à região Sul do Ceará.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Itapiúna 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Itapiúna – outubro/98.

Itarema



Hino de Itarema

(Letra por Antônio Marcos Muniz Graça
e melodia por autor não identificado)

Itarema o teu nome anuncia,
Crescimento com glória e esplendor
Teus coqueiros, teus mangues e mares,
Te enriquecem e te dão mais fulgor.
A cultura que dentre entranhas,
Faz teu povo alegre sorrir.
Danças, festas, artesãos e culinária,
Fascinam a todos que passam por aqui.

*Itarema és meu encanto,
Com amor para ti cantarei.
És meu orgulho e no meu canto
O teu nome para sempre honrarei.*

A vitória da liberdade
Pela tua emancipação.
Foi fevereiro no dia cinco,
De oitenta e cinco a comemoração.
Dos topônimos a ti ofertados
Pedra Cheirosa foi o que ficou.
De Tanque do meio, foras acunhado.
Mas Itarema te eternizou.

Itarema és meu encanto ...

A histórica igreja no estilo barroco,
Tombado pelo Patrimônio Cultural.
Epifania da tua história
Que é conhecida a nível internacional.
É assim o nosso lindo torrão,
Que por todos nós, será sempre amado.

É um ponto pequeno dentro do Brasil,
Mas no Ceará é o mais formoso do estado.

Itarema és meu encanto ...

Vastos campos, que te rodeiam,
Lagamares e também portos pesqueiros
Perfumam o ar do teu Sertão
A floração dos teus fogosos cajueiros.
Suas belas praias, no Litoral Atlântico,
Guardam seus frutos que vão nos alimentar
Velas que vão, barcos que voltam,
Trazem o sustento e pescadores a cantar.

Itarema é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Camocim e Acaraú e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Itarema (2010) foi de 0,606, de nível médio, situando-se em 109º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 33,91, ficando em 29º lugar no Ceará.

Toponímia:

a palavra de origem tupi-guarani (*ita* = pedra e *rema* = odor desagradável) é uma referência ao nome dado pelos índios a uma pedra, em forma de obelisco, somente visível quando da maré baixa, significando “pedra de odor desagradável”.

Gentílico:

itaremense.

Limites geográficos

Norte: Oceano Atlântico e Acaraú

Leste: Amontada e Oceano Atlântico

Sul: Acaraú e Amontada

Oeste: Acaraú

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Itarema, com **área** de 720,7 km², tem **população estimada** para 2021 em 42.595 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente

semiárido brando e tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 660,9 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 20 m e a **distância para a Capital** é de 210,6 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222, CE-085, CE-177 e CE-556. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (47,44%), areias quartzosas marinhas distróficas (6,69%), bruno não cálcico (0,89%), latossolo vermelho amarelo eutrófico (0,12%), planossolo solódico ta (2,56%), podzólico vermelho amarelo distrófico (26,10%), solo hidromórfico indiscriminado (0,53%), solonchak sódico (5,96%) e solos aluviais eutróficos (7,85%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Aracatiaçu, tendo como principais drenagens superficiais os rios Aracatiaçu e Aracatimirim e os córregos Grande, da Volta, da Catanduba e Mineiro. Com relação ao **relevo**, predominam a planície litorânea, a planície ribeirinha, os tabuleiros costeiros e dunas móveis sem grande elevação. A **vegetação** é constituída de complexo vegetal da zona litorânea, caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa, floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar com carnaúba) e floresta perenifólia paludosa marítima.

Síntese histórica

Primitivamente habitavam as terras que margeavam o rio Aracatiaçu os índios Tremembé, habilidosos pescadores, que, por sua índole pacífica, aceitaram a colonização portuguesa e receberam de boa vontade a doutrinação religiosa iniciada em 1702 pelo padre José Borges de Novaes. Os nativos dessa região deram importante contribuição para o desenvolvimento do povoado em formação e foram os principais responsáveis pela construção, em Almofala, da capela de taipa coberta com palhas, em cujo altar foi assentada a pequena imagem de Nossa Senhora da Conceição, que haviam encontrado numa pescaria. Algum tempo depois, nesse mesmo local, a rainha D. Maria I mandou edificar uma capela em alvenaria, em estilo barroco, com material vindo da Bahia, por mar, desembarcado no Porto do Acaraú e transportado em carros de boi até Almofala. A capela foi concluída em 19 de outubro de 1812. Em 1870, nova capela foi construída em honra de Nossa Senhora dos Navegantes, mas em 1897 uma grande duna invadiu o lugarejo e envolveu o povoado, encobrindo arruamentos, residências e

também a pequena capela de Almofala. Em 1941, a duna se moveu na direção oeste, impelida pelos ventos, permitindo que a população, nos três anos seguintes, retirasse totalmente a areia que encobria a capela, que permanecia de pé, embora bastante danificada. No ano de 1947, foi iniciada uma reforma e, em 18 de abril de 1980, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Almofala foi considerada monumento nacional e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Os festejos da padroeira Nossa Senhora da Conceição ocorrem, a cada ano, de 7 a 15 de agosto, com caminhadas, novenas, missas e outros atos religiosos. Quanto ao povoado que deu origem à sede do município de Itarema, denominou-se inicialmente de Tanque do Meio, em áreas litorâneas localizadas entre os reservatórios Tanque de Cima e Tanque de Baixo, que abasteciam de água a população do lugarejo. Em 1870, foi construída nesse povoado uma capela dedicada a Nossa Senhora dos Navegantes, reconstruída nos anos de 1908 e 1909 como Igreja-Matriz de Nossa Senhora de Fátima, tendo como primeiro vigário o Padre Antônio Thomaz.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação Tanque do Meio, por ato de 06-09-1890 e pela lei municipal nº 94, de 29-06-1923, subordinado ao município de Acaraú. Em divisão administrativa referente ao ano de 1923, o distrito de Tanque do Meio figura no município de Acaraú, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pela lei estadual nº 346, de 10-08-1937, o distrito de Tanque do Meio passou a denominar-se Itarema. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Itarema incorporou o extinto distrito de Extremas do município de Acaraú. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Extremas voltou a figurar no município de Acaraú, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município, com a denominação de Itarema, pela lei estadual nº 6.809, de 02-12-1963, desmembrado de Acaraú e tendo como sede o antigo distrito de Itarema, constituído apenas do distrito sede. Pela lei estadual nº 6.990, de 23-12-1963, foram criados os distritos de Almofala, Carvoeiro, Juritiana, Olhos D'Água, Patos, Santa Fé e Santo Antônio e anexados ao município de Itarema. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é

constituído de 8 distritos: Itarema (sede), Almofala, Carvoeiro, Juritiana, Olhos D'Água, Patos, Santa Fé e Santo Antônio. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, foi extinto o município de Itarema, sendo anexado como simples distrito ao município de Acaraú. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o distrito de Itarema figura no município de Acaraú, assim permanecendo em divisão territorial de 01-01-1979. Elevado à categoria de município, com a denominação de Itarema, pela lei estadual nº 11.008, de 05-02-1985, desmembrado de Acaraú e instalado 01-01-1986, tendo como distrito sede o antigo distrito de Itarema. Pela lei estadual nº 11.319, de 22-05-1987, foi criado o distrito de Carvoeiro e anexado ao município de Itarema. Pela lei estadual nº 11.320, de 22-05-1987, foi criado o distrito de Almofala e anexado ao município de Itarema. Em divisão territorial datada de 18-08-1988, o município se constituía de 3 distritos: Itarema (sede), Almofala e Carvoeiro, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Os atuais distritos do município são: Itarema (sede), Almofala e Cajueiro.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca as monoculturas de algodão, castanha de caju, cana-de-açúcar e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, suínos e aves; a aquicultura, com destaque para a criação em cativeiro de peixe, camarão e lagosta, assim como a pesca industrial na faixa costeira, objeto de exportação em larga escala para países da Europa, Ásia e para a América do Norte; o extrativismo vegetal com a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades com a utilização de oiticica e carnaúba como matérias primas; o artesanato, principalmente de bijuterias, redes e bordados; o comércio varejista, com supermercados, farmácias, depósitos de construção, lojas de roupas, boutiques, frigoríficos, lojas de móveis e eletrodomésticos, padarias, restaurantes, lanchonetes e outros; e o turismo, tendo como principais atrativos a Ilha de Guajirú (com as praias do Farol, do Guajirú, da Barra e das Dunas); as praias de Itapajé, do Porto, da Tijuca, de Almofala e dos Torrões; o Farol de Itapajé; a enseada dos Patos; o Lagamar de Itarema; o Rio Aracatimirim; a volta do Rio; os Manguezais do Porto dos Barcos; o Mangue da Ilha; o

Porto dos Torrões; o Mercado Público; a Igreja de Almofala e a Matriz de Itarema; as Praças de Pedra Cheirosa, dos Feirantes, João Batista Rios, da Matriz, Pedro Penha, dos Desportistas, dos Barcos e da Bandeira; o Museu Vicente de Paula Rios; o Centro Administrativo José Maria Monteiro; o Estádio Municipal, o Ginásio de Esportes e a Câmara de Vereadores.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira de Itarema Nossa Senhora de Fátima (03 e 13 de outubro); o Aniversário do Município (5 de fevereiro); as Festas de Carnaval; o Festival de Quadri-lhas (último fim de semana de junho); o *Torem*, festa indígena da safra de caju (outubro/novembro); o Festival da Cultura do Município (2ª quinzena de outubro); a Festa do Coco (2ª quinzena de janeiro); e as Festas de Nossa Senhora da Conceição no distrito de Almofala (5 a 15 de agosto).

Principais personalidades:

José Stênio Rios, primeiro prefeito do município de Itarema, de 1985 a 1988, reeleito em 1997 a 2000 e 2001 a 2004.

Padre Aristides Andrade Sales, primeiro pároco da paróquia de Itarema, criada em 31 de dezembro de 1953. Foi o responsável pela aquisição da imagem da Virgem de Fátima, que chegou de Portugal em Itarema em 10 de outubro de 1954, entronizada na Igreja-Matriz de N. S. de Fátima.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Itarema 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Itarema – outubro/98.

Itatira

Hino de Itatira

(Letra e melodia
por Teixeira Júnior)

Tu és pedra, tu és firme e forte
Minha terra és varonil
Te amarei até a morte
Pedacinho do Brasil

Itatira tu és meu torrão
Teu passado é de glória e de paz
Quem viveu e pisou no teu chão
A lembrança não morre jamais.

Nos teus campos ou serranias
Na cidade e no sertão
Na cultura a melodia
O entoar desse refrão.

Itatira, és nossa voz
És a musa de multidões
Ó rainha aos teus heróis
Nosso apego e gratidões.

Nos refúgios celestiais
Toda guerra é pela paz
Povo bravo heroico e forte
Traz as marcas ancestrais.

Itatira é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Canindé e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Itatira (2010) foi de 0,562, de nível baixo, situando-se em 181º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 21,19, ficando em 114º lugar no Ceará.

Toponímia:

a palavra Itatira, de origem tupi (*ita* = (pedra) + *tira* = áspero), significa “pedra de aparência áspera”, em alusão à cordilheira de serras e pedras existentes na região.

Gentílico:

itatirense.

Limites geográficos

Norte: Canindé

Leste: Madalena e Canindé

Sul: Madalena

Oeste: Santa Quitéria e Boa Viagem

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Itatira, com **área** de 783,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 22.018 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 329,6 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 725 m e a **distância para a Capital** é de 216 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020, BR-222, CE-168 e CE-366. O **solo** é constituído de afloramentos rochosos (0,05%), bruno não cálcico (13%), planossolo solódico ta (5,76%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (31,15%), solo litólico eutrófico (50,01%) e solos aluviais eutróficos (0,04%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido no divisor de águas das bacias hidrográficas dos rios Curu e do Banabuiú, tendo como principais drenagens superficiais os riachos Umari, São Gonçalo e São Joaquim e as lagoas do Mato e da Bandeira, sendo os principais reservatórios o Açude João Guerra, o maior reservatório do município, e os açudes do Boqueirão e Magalhães. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas e os maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese histórica

Segundo relatos históricos, a ocupação do atual município de Itatira ocorreu em três etapas distintas: a primeira, pelos índios jenipapo e canin-

dé, da etnia tapuia, ao longo da serra da Samambaia e da Mariana até as ribeiras dos rios Curu e Banabuiú; a segunda, com a chegada dos portugueses, no início da colonização, com suas Cartas de Sesmarias; e a terceira, com a ocupação de terras aforadas pela Câmara Municipal de Quixeramobim e pela freguesia de Canindé. Os primeiros a terem Cartas de Sesmarias registradas (1753), foram Antônio Ferreira Braga e Jerônimo Machado, notável desbravador, cujo sobrenome substituiu o da serra da Samambaia, que passou a se denominar serra do Machado. Outras sesmarias foram registradas, em nome de Tomás Ferreira da Costa Magalhães (1814) e de José dos Santos Lessa (1820), não se sabendo se os sesmeiros chegaram a tomar posse de suas terras. Nos últimos anos do século XVIII, o fazendeiro de Quixeramobim Antônio José de Souza criou a Fazenda São Gonçalo, em terras da Serra da Mariana, onde foi construída uma pequena capela em honra desse santo. Na seca de 1825, o povoado e a capelinha foram abandonados pelos moradores, fugindo da seca inclemente que castigou a região. Nos anos seguintes, retornaram à região muitos de seus antigos habitantes e outros fazendeiros, iniciando-se um novo povoado, na serra do Machado, com a denominação de Belém, onde Antônio Alves Guerra mandou construir outra capela sob a invocação do Menino Deus, concluída e inaugurada em 1870. Essas terras férteis, que pertenciam aos municípios de Quixeramobim e Canindé, próprias para as culturas do algodão, do café, da maniçoba e das leguminosas, favoreceram o povoamento e o desenvolvimento dessa localidade, em torno da capela do Menino Deus.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Belém, por ato provincial de 10-10-1873, subordinado ao município de Quixeramobim. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Belém figura no município de Quixeramobim, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 169, de 31-03-1938, retificado pelo decreto estadual nº 378, de 20-10-1938, o distrito de Belém passou a se denominar Belém do Quinim. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Belém do Quinim passou a denominar-se Itaira. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, Itaira figura no município de Quixeramobim. Elevado à categoria de município com a de-

nominação de Itatira, pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, desmembrado de Quixeramobim, instalado em 25-03-1959, tendo como sede o antigo distrito de Itatira. Pela lei estadual nº 2.209, de 19-12-1953, é criado o distrito de Lagoa do Mato e anexado ao município de Itatira. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Itatira (sede) e Lagoa do Mato, assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-12-1963. Pela lei estadual nº 7.180, de 16-03-1964, é criado o distrito de Bandeira e anexado ao município de Itatira. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 3 distritos: Itatira (sede), Lagoa do Mato e Bandeira, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Pela lei municipal nº 303, de 24-04-1989, são criados os distritos de Cachoeira e Morro Branco e anexados ao município de Itatira. Em divisão territorial datada de 18-08-1989, o município é constituído de 5 distritos: Itatira (sede), Lagoa do Mato, Bandeira, Cachoeira e Morro Branco, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Itatira (sede), Bandeira, Cachoeira, Lagoa do Mato e Morro Branco.

Atividade econômica

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal e extração de madeiras para lenha e construção de cercas, e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a piscicultura, nos açudes e riachos; o artesanato de redes e bordados; e o turismo, que se desenvolve com base nas belezas naturais, tendo como atrações principais a Casa de Pedra do Olho D'água dos Carneiros, a furna de São José dos Guerra, o Olho D'água de São Pedro, o Pico Três Irmãos, as serras da Boa Vista, do Machado e Saco dos Sales, os serrotes de São Joaquim, das Piabas, e da Seriema.

Manifestações culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa de São José (19 de março); o Festival de Inverno (junho); a Festa do Sagrado Coração

de Jesus (15 de junho), no distrito de Cachoeira; o Festival de Quadrilhas de Itatira (junho) e a Festa de Nossa Senhora do Carmo, no distrito de Lagoa do Mato (16 de julho); a Festa de Nossa Senhora da Conceição, no distrito de Morro Branco (8 de dezembro); a Festa do Menino Jesus, Padroeiro de Itatira (25 de dezembro) e a Festa de Aniversário do município (22 de novembro).

Principais personalidades:

Clodoaldo Pinto (Itatira, 27 de outubro de 1896 – Fortaleza, 12 de julho de 1979), advogado criminalista, jornalista e catedrático de Direito Penal da Faculdade de Direito da UFC, da qual foi Diretor. Membro do Conselho Penitenciário do Ceará e presidente da OAB Ceará. Escritor e poeta, usando o pseudônimo Carlos Petra, foi membro da ACL. Sócio efetivo do Instituto do Ceará, autor de vários livros jurídicos.

Dom Francisco Hélio Campos (Itatira, 24 de julho de 1912 – Fortaleza, 23 de janeiro de 1975) foi pároco em Senador Pompeu e Pedra Branca e nos bairros do Mucuripe e do Pirambu, em Fortaleza, onde realizou trabalho admirável em favor dos pobres. Foi bispo de Viana, no Maranhão.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Itatira 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Itatira – outubro/98.

No curso dessa desafiadora viagem imaginária (virtual) de pesquisa, através dos mais distantes rincões do meu estado, escalei montanhas, mergulhei em rios caudalosos, orei em igrejas, santuários e catedrais, visitei prédios e monumentos históricos, acompanhei procissões, percorri feiras, assisti apresentações de grupos folclóricos, comemorei datas festivas, ouvi músicas sertanejas e o som característico das bandas cabaçais, sofri a inclemência das secas e o rigor dos invernos e conheci, ao longo de sua história secular, personagens que contribuíram para a formação, consolidação e engrandecimento de cada um dos municípios do estado do Ceará.

Espero, com o presente trabalho, dar uma modesta contribuição para o conhecimento e divulgação dos fatos históricos, da realidade geográfica, da luta titânica pela sobrevivência dessas valorosas populações e das potencialidades e atrativos dos municípios cearenses.

S.C.M